



UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA
FACULTADE DE CIENCIAS DA EDUCACIÓN
Departamento de Teoría da Educación, Historia da Educación e Pedagogía Social

**OLIVEIRA SALAZAR: A “MISSÃO”
PEDAGÓGICA DE “SALVAR” A PÁTRIA.**

AUTOR: HORÁCIO NETO FERNANDES

DIRECTOR: PROF. DR. ANTONIO VARA COOMONTE

CO-DIRECTOR: PROF. DR. ANTÓNIO MANUEL MAGALHÃES
EVANGELISTA DE SOUSA

Santiago de Compostela

Mayo 2006



**Departamento de Teoría da Educación,
Historia da Educación e Pedagogía Social**

Facultade de Ciencias da Educación
Campus Universitario Sur
15782 Santiago de Compostela

ANTONIO VARA COOMONTE, Profesor titular en el Departamento de Teoría da Educación, Historia da Educación e Pedagogía Social, da Facultad de Ciencias da Educación, da Universidad de Santiago de Compostela.

ANTÓNIO MANUEL MAGALHÃES EVANGELISTA DE SOUSA, Professor Associado do Grupo de Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Como Directores de la Tesis Doctoral de HORÁCIO NETO FERNANDES, titulada OLIVEIRA SALAZAR. A “MISSÃO” PEDAGÓGICA DE “SALVAR” A PÁTRIA.

HACIEMOS CONSTAR: Que la tesis presentada reúne todos los requisitos para ser aceptada a trámite y defendida públicamente ante el tribunal correspondiente.

En Santiago de Compostela, a 11 de Mayo de 2006

Antonio Vara Coomonte

António Manuel Magalhães Evangelista de Sousa



UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

FACULDADE DE CIENCIAS DA EDUCACIÓN

Departamento de Teoría da Educación, Historia da Educación e Pedagogía Social

HORÁCIO NETO FERNANDES, deposita en el Departamento de Teoría da Educación, Historia da Educación y Pedagogía Social, de la Facultad de Ciencias da Educación da Universidade de Santiago de Compostela, la tesis doctoral titulada: OLIVEIRA SALAZAR: A “MISSÃO” PEDAGÓGICA DE “SALVAR” A PÁTRIA.

Lo que hago constar, una vez que los Directores de la misma, el Profesor Dr. Antonio Vara Coomonte e el Profesor Dr. António Manuel Magalhães Evangelista de Sousa, han dado el visto bueno y certificado que reúne todos los requisitos para ser aceptada a trámite y defendida públicamente ante el tribunal correspondiente.

En Santiago de Compostela, a 11 de Mayo de 2006

Fdo: Horácio Neto Fernandes

Tese apresentada ao Departamento de Teoria de Educação, História da Educação e Pedagogia Social da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Santiago de Compostela, para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Educação.

Autor: Horácio Neto Fernandes

Director: Professor Dr. António Vara

Coomonte

Co-Director: Professor Dr. António Manuel

Magalhães Evangelista de Sousa

Santiago de Compostela

Mayo 2006

DEDICATÓRIA

À Emília, Ricardo, Raquel e Joana por aceitarem ser cúmplices neste Projecto que, também, graças a eles, se tornou realidade.

AGRADECIMENTOS

Ao Director desta tese, Professor Dr. António Vara Coomonte e ao Co- Director, Professor Dr. António Manuel Magalhães Evangelista de Sousa por me terem facultado o acesso ao seu muito saber e experiência académicas, proporcionando-me um acompanhamento, sempre eficaz, pronto e amigo.

Ao Professor Dr. Luis Alberto Marques Alves, por se ter disponibilizado a fazer uma leitura deste trabalho e pelas suas perspicazes e oportunas observações;

Ao Dr. José Lopes Sil pela paciência demonstrada para que a parte gráfica acompanhasse esteticamente o conteúdo.

ÍNDICE

RESUMO	11
ABSTRAT	12
INTRODUÇÃO GERAL	13

PRIMEIRA PARTE QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

CAPITULO PRIMEIRO: ESPECIFICAÇÃO DAS ETAPAS DO QUADRO TEÓRICO - METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	23
1. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA	23
1.1. Motivação da pesquisa.....	23
1.2. O problema: a “missão” pedagógica de “salvar” a pátria; a educação no tempo de Salazar.....	23
2. OBJECTIVOS QUE VÃO NORTEAR A PESQUISA.....	25
2.1. Objectivo geral.....	25
2.2. Objectivos específicos.....	25
2.1.1. Identificar os ingredientes seminarísticos da “missão” pedagógica do salazarismo, como diferença específica do fascismo português.	25
2.2.2. Estabelecer um paralelo entre as características da “missão” pedagógica de “salvar” a pátria de Oliveira Salazar e a missão salvífica da Igreja.	27
2.2.3. Analisar os processos de construção da escola do Estado Novo como “sagrada oficina das almas”.....	30
3. QUADRO CONCEPTUAL: LINHAS GERAIS.....	31
3.1. Modernidade e educação.....	31
3.1.1. A pré-modernidade e a centralidade do carisma, no discurso da educação.....	33
3.1.2. A modernidade, ou a centralidade da Razão, no discurso da educação.	40
3.2. Estado, sociedade e educação.....	44
4. HIPÓTESES OU QUESTÕES ORIENTADORAS.....	50
5. FONTES DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS.....	51
5.1. Documentais.....	51
5.1.1. Documentos manuscritos não publicados.....	52
5.1.2. Fontes primárias	52
5.2. Fontes bibliográficas	53
5.3. Metodologia: como se manearam as fontes	53
6. OUTRAS INVESTIGAÇÕES QUE SERVIRAM DE FUNDAMENTO	55
6.1. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências da Educação da Universidade do Porto.....	55
6.2. Trabalho de investigação tutelado.	55
6.3. Projecto de Dissertação de doutoramento.	55
6.4. Outras investigações.....	56
7. DIFICULDADES E LIMITAÇÕES	59
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	59

SEGUNDA PARTE OS ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO DE SALAZAR. A “VIA LÁCTEA” PARA O PODER

CAPÍTULO SEGUNDO: ESCOLA PÚBLICA, MODERNA E LAICA E ESCOLA CONFSSIONAL NO CONTEXTO PORTUGUÊS: DUAS VISÕES ANTROPOLÓGICAS.....	68
1. PERCURSOS DA EDUCAÇÃO. ENSINO CONFSSIONAL E LAICO NO CONTEXTO PORTUGUÊS DOS PRINCÍPIOS DO SÉCULO XX	69
1.1. Os primeiros passos para a construção de um sistema escolar moderno e laico: O Marquês de Pombal.....	69
1.2. A Revolução de 1836.....	75
1.3. A Regeneração (1851).....	77
2. O CHOQUE ENTRE DUAS VISÕES ANTROPOLÓGICAS.....	82
2.1. A escola laica.....	82
2.2. A consolidação do ensino moderno e laico na Primeira República (1910- 1926).....	86
2.3. A escola confessional, uma outra racionalidade.....	90
2.4. A desconstrução da escola moderna e laica com Salazar (1933- 1968).	92
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	102
CAPÍTULO TERCEIRO: <i>LOCI</i> E <i>MODUS OPERANDI</i> DA SOCIALIZAÇÃO DE SALAZAR. PRIMEIRA ETAPA DA “VIA LÁCTEA” EM DIREÇÃO AO PODER	107
1. A FAMÍLIA TUTELADA. A CONSTRUÇÃO DO <i>HOMO CATHOLICUS</i>	110
2. O SEMINÁRIO.....	113
2.1. O seminário de Viseu 1900-1908.....	122
2.1.1. A formação seminarística de Oliveira Salazar	123
2.1.2. As Cartas Encíclicas: <i>Immortale Dei</i> ;.....	126
Origem e forma política do poder.....	127
Características do poder.....	128
Resistência ao poder público.....	129
O poder público e a religião católica.....	129
Relações entre o poder eclesiástico e o poder civil.	130
Condenação da teoria da soberania do povo, como fundamento da democracia.....	131
A origem das desordens e sedições.	132
A defesa da censura para preservar a verdade contra o erro.....	132
A liberdade, na acepção católica.....	133
Liberdade de reunião e expressão.....	135
Exortação aos católicos para que contribuam para a salvação da sociedade, assumindo os poderes públicos.....	135
Combate ao partidarismo.....	136
Combate ao erro e às paixões.....	137
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	138
CAPÍTULO QUARTO: A SEGUNDA ETAPA DO PERCURSO DA “VIA LÁCTEA”: DA MILITÂNCIA CATÓLICA AO PODER (1909 - 1928).....	142
1. MILITÂNCIA CATÓLICA.	143
1.1. Finais do seminário e Colégio da Via Sacra.....	143
1.2. Centro Académico da Democracia Cristã (C.A.D.C.)	145
1.3. Centro Católico.....	148
2. NA SENDA DO PODER:.....	161
2.1. Ministro das Finanças provisório.....	161
2.2. Ministro das Finanças definitivo.....	162
3. REFERÊNCIAS FACTUAIS E CRONOLÓGICAS.....	166
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	168

TERCEIRA PARTE
O PODER: AS ESTRATÉGIAS PELO PODER.

CAPÍTULO QUINTO: LOGOS: A ESTRATÉGIA PERSUASIVA DA PALAVRA PARA CONQUISTAR E AFIRMAR O PODER (1928-1936)	172
1. GANHAR VISIBILIDADE.....	176
2. DAR NOVO RUMO À DITADURA MILITAR.....	179
3. DESCONSTRUIR AS MATRIZES POLÍTICAS REPUBLICANAS.....	181
2. CONSTRUÇÃO DOS ALICERCES DO ESTADO NOVO, SUPORTE DA SUA ACÇÃO EDUCATIVA	185
3. CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO.....	195
4. <i>RESTAURARE OMNIA IN PATRIA</i>	204
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	209
CAPÍTULO SEXTO: AS GRANDES CRISES E O HOMEM PROVIDENCIAL CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO NOVO E CONSTRUÇÃO DO CARISMA (1936 – 1945).....	212
1. AS GRANDES CRISES. ASSUMIR A CONTINUIDADE, SEM RUPTURAS.....	212
1.1. A guerra civil de Espanha.....	213
1.2. A segunda guerra mundial.....	216
2. O HOMEM PROVIDENCIAL.....	217
2.1. A consagração: o ungido de Deus.....	218
2.2. A consolidação do Estado Novo.....	220
2.3. A Concordata de 1940.....	223
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	230
CAPÍTULO SÉTIMO: DO FIM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL ATÉ À SUA DESTITUIÇÃO DO GOVERNO, POR TOTAL INCAPACIDADE FÍSICA	233
1. SABER PERMANECER: 1945 – 1968.....	233
1.1. Um poder pragmático, perante uma oposição desunida.....	233
1.2. A subordinação da economia à “missão” pedagógica, ou uma reforma estrutural adiada.....	237
2. SABER SOBREVIVER AO DESMORONAMENTO DOS SUPORTES REAIS E SIMBÓLICOS DO ESTADO UNITÁRIO (1958- 1968).....	245
2.1. As eleições de 1958: a oposição <i>ab intra</i>	245
2.2. O principio do fim.....	254
2.3. A queda fatal e a ilusão do poder.....	257
2.4. O mito de Salazar.....	257
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	261

IV PARTE
A “MISSÃO” PEDAGÓGICA E OS ESPAÇOS DE INCULCAÇÃO.

CAPÍTULO OITAVO: A “MISSÃO” PEDAGÓGICA DE “SALVAR” A PÁTRIA.....	267
1. A “MISSÃO”	273
1.1. A especificidade.....	273
1.2. A natureza.....	279

1.3. A estrutura ideológica.....	282
2. AGÊNCIAS DE REFORÇO E VIGILÂNCIA EDUCATIVA.....	293
2.1. União Nacional.....	297
2.2. Obra das Mães para a Educação Nacional.....	300
2.3. Mocidade Portuguesa	301
2.3.1. Masculina.....	301
2.3.2. Feminina.....	302
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	305
CAPÍTULO NONO: A ESCOLA DO ESTADO NOVO, ESPAÇO DE DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO.....	310
1. DESCONSTRUÇÃO DAS MATRIZES PEDAGÓGICAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1928-1936).....	319
1.1. Separação de sexos.....	323
1.2. A disciplinação e obediência. Centralismo autoritário.....	327
2. REEDUCAÇÃO NACIONAL E IMPOSIÇÃO DE NOVOS SIGNIFICADOS (1936- 1947).	359
2.1. O longo processo da reeducação.	359
2.2. Imposição de novos significados.....	364
2.2.1. A Pátria;	366
2.2.2. A família;	367
2.2.3. O poder;.....	370
2.2.4. A relação professor (mestre – escola)/aluno;	370
2.2.5. A escola como “sagrada oficina das almas”.....	373
2.2.5.1. Sacralização dos espaços;....	374
2.2.5.2. As catorze bases doutrinais.	378
3.REFORMAR NA CONTINUIDADE E PERMANÊNCIA DOUTRINAL (1947- 1968).....	385
3.1 Plano Nacional de Alfabetização. Campanha Nacional de Adultos	385
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	397

PARTE V

DOCUMENTOS INÉDITOS

CAPÍTULO DÉCIMO: ESCOLA PRIMÁRIA DO PINHÃO. MEMÓRIAS RESGATADAS DA CHUVA E DO VENTO	407
1. UMA ESCOLA PRIMÁRIA, RURAL, BEIRÃ QUE ATRAVESSOU TRÊS REGIMES POLÍTICOS.....	409
1.1. Matrículas, aproveitamento, desistências, assiduidade e profissão dos pais dos alunos.	411
1.1.1. Monarquia Constitucional.	411
1.2. Construção e estado de conservação dos edifícios e equipamentos escolares.....	429
1.2.1. Monarquia Constitucional;.....	429
1.2.2. Primeira República;.....	434
1.2.3. Estado Novo.....	435
1.3. Dispositivos pedagógicas: programas, horários e material didático,	441
1.3.1. Monarquia Constitucional;.....	441
1.3.2. Primeira República;.....	444
1.3.3. Estado Novo.....	446
1.4. Conteúdo da “correspondência recebida” da tutela e as práticas dos professores da escola primária do Pindello.....	449

1.4.1. Monarquia Constitucional;	449
1.4.2. Primeira República;	454
1.4.3. Estado Novo	476
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	504
CAPÍTULO ONZE: AS PRÁTICAS EDUCATIVAS RELATADAS PELOS PRÓPRIOS PROFESSORES	507
1. O OLHAR DE TRÊS PROFESSORES SOBRE A ESCOLA DO ESTADO NOVO	507
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	517
CONSIDERAÇÕES FINAIS	519
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	523
ANEXO 2	524
BIBLIOGRAFIA GERAL CONSULTADA	542
LISTA DAS FIGURAS	563
LISTA DOS QUADROS	563
LISTA DOS GRÁFICOS	564
LISTA DAS SIGLAS	565

RESUMO

Este trabalho, constituído por cinco partes e onze capítulos, tem como fio condutor a identificação da “missão” pedagógica de “salvar” a pátria de Oliveira Salazar. A ênfase na hipótese de que a sua educação familiar tutelada pela Igreja Católica e a formação seminarística enformaram as suas estratégias políticas e educativas, constitui a base da nossa argumentação. As suas estratégias políticas visavam regenerar uma sociedade “doente”, a precisar de ser expurgada dos vícios legados pela Primeira República: laicismo, modernismo, liberalismo e democracia. Exactamente os mesmos vícios que apontava a Igreja Católica, sua parceira nesta tarefa de “regeneração”. Dando continuidade ao seu papel de paladino militante da causa católica, Salazar vai assumir um sacerdócio laico e nacionalista, não enfeudado a jurisdições eclesiásticas, mas partilhando objectivos comuns. Cada um terá a sua quota-parte de responsabilidade, com a condição de que o poder espiritual nunca entrave o poder temporal.

Este seminarismo de índole fascista manifesta-se no pós-Segunda Guerra Mundial em que, sem condenar os fascismos ou regozijar-se com a sua queda, pragmaticamente apregoa as suas diferenças e tenta justificá-las, entrincheirando-se numa posição dúbia: aderir ao bloco ocidental e às suas organizações sem abdicar da ditadura pessoal que reforça. Salazar mantém-se na mesma intransigência seminarística, lamentando a falta de apoios internacionais para a sua luta contra o comunismo, até que um acidente lhe retira o governo. Mesmo assim, ainda permanece na ilusão da sua “missão” messiânica, até à morte.

Nas estratégias educativas, Salazar apropria-se de um sistema escolar moderno e laico da Primeira República e concebe a escola do Estado Novo à semelhança da escola clerical: como “sagrada oficina das almas”. Constrói-a como *locus* da educação prioritariamente moral e nacionalista, tendo como arquétipos heróis e santos com perfis mitizados. Os currículos escolares são reduzidos ao que o regime considera essencial: saber ler escrever e contar. O ensino liceal e universitário são instrumentalizados para a formação de quadros que ajudem a integrar as massas corporativamente estruturadas, no corpo orgânico da Nação.

Na análise ao regime do Estado Novo, sobressai que as raízes confessionais em que assenta, impedem que seja englobado nos fascismos contemporâneos. Na última parte, analisam-se documentos inéditos sobre o quotidiano da escola do Pinhão e três entrevistas a professores primários realçam o papel determinante do professor para o êxito ou fracasso das políticas educativas.

ABSTRACT

This work on Oliveira Salazar's "pedagogical mission" has five parts and eleven chapters. Its main goal is to identify the "pedagogical mission" of saving the "Motherland". Our argument stands in the belief that the familiar education portrayed by the Catholic Church and priest education are the base of the politics and educational policies led by Salazar.

Salazar's policies had as goal to regenerate the "ill" society, needing to be freed from the illness of the First Republic: laicism, modernism, liberalism and democracy. The same problems pointed out by the Catholic Church, the partner in this task of "regeneration". Salazar will continue to support the laicist and the nationalistic ideals, separately from the ecclesiastic view, but, at the same time, defending that the spiritual power will never be an obstacle to the chronological power, but rather an important allied.

This "seminarist school" of fascist layout takes its chance in the post-Second World War, without condemning fascisms or being grateful for their defeat. In practical terms, the "seminarism" underlines the differences between the European fascisms and justifies it, coming together in a dubious position: to take part in the Western power and its organizations, without giving up the personal dictatorship which, on the contrary, was to be reinforced. In spite of the lack of international support in his struggle against communism, Salazar has persisted until his death in his illusion of the messianic "mission" he attributed to himself.

Salazar, in his educational strategies, took over of a modern and laic education system inherited from the First Republic and he built the School of "Estado Novo", under the aegis of the clerical school: as "sagrada oficina das almas" (sacred workshop of souls). He built it as locus of the moral and nationalistic education, assuming the models of the heroes and the saints who were enthroned as exemplar myths. Simultaneously, the school curricula were reduced to what the government took on as the essential: learn how to read, write and count.

When analysing the "Estado Novo" it is important to realize that the confessional features in which it stands are elements to consider the difference of Portuguese fascism among other modern fascisms. In the last part of our work, new documents concerning the daily routine of a school in Pinhão (rural area in the centre of Portugal) are analyzed and three interviews to primary teachers emphasize the essential role of a teacher for the (un)success of Estado Novo's educational policies.

Introdução Geral

“Com mãos carinhosas, tomámos esta pobre Nação, morta de saudades, desalentada, escarnecida, e fizemo-la reviver “ (Salazar, 1935: 387).

Este trabalho tem como objectivo principal o estudo da “missão” pedagógica de “salvar” a pátria de Oliveira Salazar, à luz da sua formação seminarística, que enformou a sua estratégia educativa e de governação.

Esta “missão”, de forte carácter simbólico, foi auto-assumida por um ex-clérigo, leigo, militante católico e professor universitário que, sempre em convivência e sintonia com destacadas figuras do meio eclesiástico, luta empenhadamente pela causa católica, durante a Primeira República. Esta ancoragem à Igreja Católica foi determinante para a sua ascensão ao poder, para a sua permanência durante trinta e seis anos na Presidência do Conselho de Ministros e para a educação das gerações mais novas.



Para cumprir esta “missão”, Oliveira Salazar tinha de, em primeiro lugar, apoderar-se ou controlar as instituições do poder político e simbólico e depois transformar o sistema educativo republicano no principal instrumento dessa “missão”.

O poder político está nas mãos dos militares. Em 28 de Maio de 1926 desencadeiam um golpe militar sem resistência e substituem o governo da Primeira República por uma ditadura. Depois da primeira tentativa falhada, Oliveira Salazar, passados dois anos após o golpe militar, consegue a sua integração neste governo

Figura n.º 1- Salazar, segundo a caricatura do pintor Almada Negreiros, 1933. Capa do opúsculo de Rolão Preto, *Salazar e a sua Época*, reproduzida em (Torgal, 1999: 31).

Cinco anos depois, o Presidente da República, Marechal Carmona, convida-o a formar governo e nomeia-o Presidente do Conselho de Ministros. Estes cinco anos são de intensa actividade: reforça cumplicidades e lança os alicerces do seu projecto

“salvífico” tendo como objectivo único ministrar a terapêutica adequada a uma Nação, a seu ver, a precisar de urgentes cuidados de regeneração. O processo para controlar o poder simbólico da Igreja católica passa por diversas fases desde a aliança indefectível, cooperação educativa e apoio ao governo, até à separação estratégica.

O percurso de formação deste homem que:

- durante oito anos se prepara para ser ordenado “pastor das almas”, dentro das normas mais ortodoxas da Igreja Católica;
- funda e milita em organismos católicos, difundindo pelo discurso e por escrito a doutrina católica sobre as doutrinas económicas sociais e políticas da época, até à entrada para o governo;
- uma vez no governo, nunca rejeita a parceria da mesma Igreja Católica;
- sempre legitima a sua actuação política pela observância estrita do direito e moral católicos;
- nas suas práticas pessoais e públicas conhecidas do grande público se pauta pelo cumprimento das suas obrigações religiosas e sobriedade, quase ascética.

É uma chave fundamental, defendemos nós, para a compreensão deste triângulo aparentemente contraditório:

- a luta pelo poder, numa estratégia discursiva de rejeição do mesmo poder, como atestam as suas palavras, logo na tomada de posse de Ministro das Finanças a 27 de Abril de 1928: “Não tem que agradecer-me ter aceitado o encargo, porque representa para mim tão grande sacrifício que por favor ou amabilidade não o faria a ninguém ” (Salazar, 1935: 3);
- conformidade em aceitá-lo como dever: “Faço ao meu país como dever de consciência, friamente, serenamente cumprido ”(*Ibid.*: 4);
- determinação, mesmo teimosia, em não partilhar o poder com ninguém, nem com os seus mais próximos, agarrando-se desesperadamente ao seu exercício, mesmo depois da sua destituição forçada por incapacidade física.

À sua entidade formadora, a Igreja Católica, vai buscar a estratégia discursiva catequética de matriz seminarística e a ética religiosa para regulamentar a vida dos

portugueses, como terapêutica redentora. Deixa à Igreja Católica, sua parceira, as tarefas de doutrinação, como diz Weber, a teoria ética dos compêndios religiosos e apropria-se dos estímulos práticos para a acção, fundamentados nas implicações psicológicas de todas as religiões “universais” (Weber, 1984).

Este militante católico, logo que chega ao poder apropria-se do aparelho do sistema educativo da Primeira República, moderno e laico, construído nos séculos XVIII e XIX aos solavancos,¹ com alguns avanços no campo legislativo, mas grandes recuos ou paragens na sua concretização política. Mudando-lhe a substância dos conteúdos, o novo regime, o Estado Novo, auto-proclamado de “Revolução Nacional” enquadra-se numa mudança de outra natureza. Não contém em si qualquer transformação estrutural de desenvolvimento ou inovação moderna, sendo um misto de regresso ao passado tradicional católico, num quadro institucional de permanência, agora reforçada pelos dispositivos de vigilância, grande repressão policial e esmagamento de qualquer oposição.

A sociedade portuguesa da época marcada na sua religiosidade, ruralidade e analfabetismo é um terreno propício para este ataque às matrizes da modernidade da Primeira República, ainda não consolidadas.

No pós-Segunda Guerra Mundial, perante um cenário internacional adverso a ditaduras, consegue sobreviver, utilizando estrategicamente algumas encenações democráticas, forçado pelas circunstâncias políticas. Esta capacidade de adaptação pragmática que está sempre presente na realização da “missão” que se impôs como um dever a cumprir, traduz-se também, numa ditadura específica com singularidades que não a confundem com os fascismos da sua época: nos processos utilizados para a conquista do poder; na forma de exercer o poder; nas estratégias utilizadas para a permanência no poder; no modo como se despede do poder.

Os 40 anos no governo significam outros tantos de apoios simbólicos de uma maioria silenciosa ao desempenho de um homem apresentado como modelo pela propaganda oficial. Um homem que, segundo esta propaganda, se isola voluntariamente a “Bem da Nação” só a pensar no bem dos seus governados que vive e sofre pelos seus

¹ “Durante a segunda metade do século XIX consolida –se um modelo escolar que a Revolução Liberal tornou viável, para não dizer inevitável. As Reformas Pombalinas não podiam apesar dos seus aspectos inovadores, franquear as barreiras de um sistema social dominado pela nobreza e pelo clero: este trabalho não seria cumprido, senão pelo projecto educativo burguês que nasce na época liberal e que se organiza definitivamente, depois da Regeneração” (Nóvoa, 1987: 336).

súbditos. Esse retrato transmitido e espalhado pelos seus emissários e protegidos é o que percorre o país enclausurado, analfabeto, crente e aparentemente resignado à sua sorte. A propaganda do regime encarrega-se de reproduzir esta imagem de homem probo, íntegro e desinteressado que a Providência colocou à frente de uma Nação esmorecida, mas “orgulhosamente só”. A singeleza rústica casa-se nesta imagem com a visão ímpar de estadista à qual se rendem e prestam homenagem todos os portugueses agradecidos.

Mas quem é realmente este homem que se apropria das estruturas burocráticas do sistema educativo da Primeira República, moderno e laico, descaracteriza a sua essência universalista e democrática, enforma-o de um rigoroso autoritarismo centralizador, impõe-lhe códigos comportamentais de raiz tradicional católica e transforma a escola do progresso republicana em “sagrada oficina das almas”?

Neste nosso trabalho não nos move a preocupação de responder directa ou indirectamente a esta questão, mas, sim, a de compreender as razões que estiveram na génese de toda a sua prática governativa *contra moderna*, ou seja: porque desmantela um sistema educativo que demorou dois séculos a arrancar na direcção da modernidade e agora se apresta para regredir a um passado simbólico?

E como foi possível durante quase 40 anos ter uma maioria submissa, assumindo sozinho o poder, legislar para um país real, governar o País como asceta no seu ermitério, ouvindo-se apenas a si mesmo e os seus mais próximos colaboradores e arredando-os quando não convinha?

O nosso trabalho assenta em duas ideias –força estreitamente relacionadas:

- construção e permanência de uma ditadura pessoal e nacional– Estado Novo;
- concretização da “missão” educativa nacional.

Está estruturado em cinco partes, prefazendo onze capítulos:

A **Primeira Parte** traça o quadro teórico/metodológico da pesquisa. Nesse quadro teórico/metodológico englobamos diversas vertentes que constituem o 1.º capítulo.

1. Apresentação do problema;
2. Objectivos que se prosseguem;
3. Quadro teórico. Linhas gerais;

4. Pressupostos - hipóteses de que se parte;
5. Fontes documentais e bibliográficas. Onde se encontram e como foram manejadas- metodologia;
6. Investigações prévias que servem de fundamento;
7. Dificuldades encontradas.

A **Segunda Parte** estuda os “espaços de socialização de Salazar, a “Via Láctea” para o poder:

- o espaço doméstico ² onde se iniciou a construção da identidade do *homo catholicus vocatus*.³;
- o espaço religioso, seminário de Viseu, onde o *homo catholicus vocatus* Oliveira Salazar se preparou durante oito anos para receber o *status* clerical;
- o espaço laical de militância católica, em Coimbra, todo devotado ao serviço da causa da Igreja.

Estes espaços onde assume especial importância a mãe genética e a mãe espiritual, a Igreja Católica abriram-lhe a “Via Láctea” para o poder, condição essencial para realizar a sua “missão”- a reeducação dos portugueses.

Esta segunda parte é constituída pelo 2.º, 3.º e 4.º capítulo.

O 2.º capítulo faz uma contextualização dos cenários em que se desenvolveu o confronto entre a escola confessional e laica em Portugal. Numa análise histórico-sociológica, começamos por estudar a construção do sistema escolar português e os conflitos ideológicos nos princípios do século XX, entre estas duas visões antropológicas diferentes.

O 3º capítulo estuda os *loci* e o *modus operandi* onde germinou a “missão” pedagógica de Oliveira Salazar.

O 4.º capítulo, apresenta a militância católica como a segunda etapa para o poder e abarca o estudo do espaço laical, colégio da Via Sacra e a Universidade de Coimbra

² (Santos, 1990, 254). Consideramos pertinente o uso deste conceito, porque a ida para o seminário, nesta época, representava uma prática social relevante que mobilizava toda a comunidade católica.

³ A vocação ou chamamento era a *conditio sine qua non* para o ingresso no seminário. Era um misto de vontade do candidato e do aval dos seus tutores: pais e decisores eclesiais em que estes tinham a última palavra.

onde o *homo catholicus* assumiu e exercitou a sua missão laica de militância nacionalista e católica – *militis*.⁴

Destes contextos de socialização evidenciámos de um modo especial o espaço educativo do seminário de Viseu, uma cidade da província da Beira Alta, caracterizada pela sua interioridade. O nosso primeiro passo foi efectuar uma análise comparativa entre a escola confessional e a escola laica e depois introduzir nesta, as especificidades do Seminário, como escola confessional vocacionada para a formação de clérigos.

Como estabelecimento de ensino confessional, especificamente vocacionado para a formação de “pastores”⁵, regia-se por um paradigma educativo específico constituído por normas especiais – as canónicas. Estatutariamente era-lhe atribuído um mandato pedagógico⁶ diferente dos outros estabelecimentos de ensino públicos ou privados.

Procurámos dar ao seminário um lugar de relevo nesta primeira parte do trabalho, para aquilatar da influência que teve não só na formação do *homo catholicus* Oliveira Salazar, assim como nas matrizes que estruturaram a sua “missão” pedagógica .

A **Terceira Parte** trata das estratégias para a sua ascensão e permanência no poder, como condição para realizar a sua “missão” educativa. Engloba o 5.º, 6.º e 7.º capítulo:

O 5.º capítulo identifica a estratégia da palavra- *logos*, como condição para ganhar visibilidade política e alcançar o poder. Numa visão mais abrangente, podemos considerar o período que decorre até ao início da guerra civil de Espanha- 1936, como o período da desconstrução/regeneração: “conversão” dos defensores dos ideários liberais republicanos aos novos paradigmas educativos, a eliminação ou silenciamento dos renitentes, a ambígua definição jurídico/ constitucional e a escolha de cumplicidades para levar a cabo esta “missão” pedagógica.

O 6.º capítulo trata dos momentos de maior dificuldade em que Salazar habilmente aproveita a neutralidade da Nação, durante a guerra civil espanhola e a segunda guerra mundial para reforçar o seu poder perante a Igreja Católica e para

⁴ “Não sou realmente “um dos vultos mais salientes do movimento católico”. Não tenho competência, feito, nem vagar para tanto. Sou apenas o que se chama um *soldado raso* ” (Salazar, 1919: 11).

⁵ *Código do Direito Canónico*, Cânone 1352- 1371.

⁶ No sentido de missão atribuída pelo poder eclesiástico. Há autores que empregam este conceito *pari passu*, relativamente ao sistema educativo (Cf. Araújo, 2000: 173 e 174).

consolidar o Estado Novo, através de Exposições nacionais e internacionais que reforçam o seu projecto educativo.

O 7.º capítulo apresenta o pós- guerra em que Salazar, pragmaticamente, procura permanecer no poder, perante as pressões internas e externas, sucumbindo apenas na doença. Lutou até ao fim, conservando intactos os seus objectivos, nunca aceitando reformas estruturais, nem mudanças de rumo. O começo do desmoronamento dos suportes reais e simbólicos do Estado Novo, Igreja Católica e Exército, encontra-o ainda determinado e só uma queda fatal o afasta definitivamente do poder.

Nos últimos dez anos, antes do seu afastamento definitivo do poder, Oliveira Salazar luta desesperadamente pela sobrevivência do regime que sustentou a sua "missão" pedagógica.

Desta terceira parte, ressaltarão as semelhanças e diferenças de outros ditadores da época, nomeadamente no contexto geopolítico ibérico. Isto é, procurar-se-á demonstrar que o "fascismo português" se distingue dos demais regimes autoritários europeus, pelas características do catolicismo conservador. Assim, no sentido de consolidar esta tese, argumentar-se-á que a teoria e práticas políticas do "fascismo" salazarista estão eivadas da pedagogia seminarística identificada nos capítulos anteriores.

A **Quarta Parte** é constituída pelo 8.º e 9.º capítulo.

O 8.º capítulo identifica a "missão" pedagógica de "salvar" a Pátria, sua natureza, especificidade, estrutura ideológica e funcional.

O 9.º capítulo dá relevo especial aos lugares institucionais, onde essa "missão" era inculcada. À escola, *locus* oficial de doutrinação das gerações mais novas, coube um relevo especial. Foram focalizados os seguintes conteúdos:

- matrizes que se contrapunham às da escola liberal e republicana;
- processos e instrumentos de inculcação doutrinária;
- disciplinação e autoritarismo;
- papéis dos actores sociais intervenientes;
- evolução na continuidade.

Utilizamos, como fontes documentais mais importantes, os discursos avalizados pelo punho do próprio Oliveira Salazar, os principais normativos publicados durante a sua acção governativa, as revistas de carácter ideologizante, dimanadas do Ministério da Educação e os compêndios únicos.

A **Quinta Parte** e última do nosso trabalho intitula-se “Documentos inéditos”. Esta quinta parte ilustra a nossa análise teórica, trazendo novos dados sobre a *praxis* escolar da Primeira República e do Estado Novo.

Analisámos, no 10.º capítulo, o quotidiano da escola primária do Pinhão, concelho de Oliveira de Azeméis, desde os fins do regime Monárquico - Constitucional, até ao Estado Novo.

Nesta pesquisa utilizámos documentação inédita, constituída pelo “Registo Oficial de Matrículas” “Correspondência Expedida” e “Correspondência Recebida”, num período que abrange os três regimes Monárquico - Constitucional, Primeira Republica e Estado Novo, embora com alguns hiatos de tempo.

No 11.º capítulo registámos e analisámos alguns testemunhos de professores do ensino primário elementar, ligados ao projecto pedagógico do Estado Novo.

Um capítulo dedicado às “Considerações finais” encerra este trabalho.

No fim de cada capítulo consta a bibliografia consultada, englobando os documentos legais e os periódicos.

À Bibliografia geral consultada, seguem-se as listagens de imagens, quadros, gráficos e siglas. Em anexo, juntámos os documentos inéditos citados no 10.º capítulo e transcrevemos as três entrevistas analisadas no capítulo 11.º.

PRIMEIRA PARTE

QUADRO TÉORICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

CAPITULO PRIMEIRO: ESPECIFICAÇÃO DAS ETAPAS DO QUADRO TEÓRICO - METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	23
1. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA	23
1.1. Motivação da pesquisa.....	23
1.2. O problema: a “missão” pedagógica de “salvar” a pátria; a educação no tempo de Salazar.....	23
2. OBJECTIVOS QUE VÃO NORTEAR A PESQUISA.....	25
2.1. Objectivo geral.....	25
2.2. Objectivos específicos.....	25
2.2.1. Identificar os ingredientes seminarísticos da “missão” pedagógica do salazarismo, como diferença específica do fascismo português.	25
2.2.2. Estabelecer um paralelo entre as características da “missão” pedagógica de “salvar” a pátria de Oliveira Salazar e a missão salvífica da Igreja.	27
2.2.3. Analisar os processos de construção da escola do Estado Novo como “sagrada oficina das almas”.	30
3. QUADRO CONCEPTUAL: LINHAS GERAIS.....	31
3.1. Modernidade e educação.....	31
3.1.1. A pré-modernidade e a centralidade do carisma, no discurso da educação.....	33
3.1.2. A modernidade, ou a centralidade da Razão, no discurso da educação.	40
3.2. Estado, sociedade e educação.....	44
4. HIPÓTESES OU QUESTÕES ORIENTADORAS.....	50
5. FONTES DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS.....	51
5.1. Documentais.....	51
5.1.1. Documentos manuscritos não publicados.....	52
5.1.2. Fontes primárias	52
5.2. Fontes bibliográficas	53
5.3. Metodologia: como se manearam as fontes	53
6. OUTRAS INVESTIGAÇÕES QUE SERVIRAM DE FUNDAMENTO	55
6.1. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências da Educação da Universidade do Porto.....	55
6.2. Trabalho de investigação tutelado.	55
6.3. Projecto de Dissertação de doutoramento.	55
6.4. Outras investigações.....	56
7. DIFICULDADES E LIMITAÇÕES	59
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	59

CAPITULO PRIMEIRO: ESPECIFICAÇÃO DAS ETAPAS DO QUADRO TEÓRICO - METODOLÓGICO DA PESQUISA

1. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.

1.1. Motivação da pesquisa

As motivações que nos levaram a enveredar por este tema são de dois tipos, mas imbricam-se mutuamente. A primeira é de ordem intelectual e existencial: compreender as matrizes que presidiram à sociedade salazarista que nos socializou, a nós, o autor do trabalho:

- educação doméstica até os sete anos;
- educação escolar durante quatro anos;
- educação seminarística franciscana, durante 12 anos;
- actuação de Prefeito de disciplina e professor do Seminário, durante 9 anos;
- capelão militar, na guerra colonial, durante dois anos;
- capelão da marinha mercante, durante dois anos;
- professor do ensino público durante dois anos, até ao 25 de Abril de 1974.

A segunda prende-se com o interesse pessoal de aprofundar, através de novos enfoques, o tema da dissertação de Mestrado, apresentado à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. O tema desta dissertação foi a educação familiar, seminarística e sacerdotal de Francisco Caboz uma personagem real, sob nome fictício (Fernandes, 1995).

1.2. O problema: a “missão” pedagógica de “salvar” a pátria; a educação no tempo de Salazar.

“Não há a descobrir novos mundos, nem a guerrear estranhas nacionalidades: mas há a fazer uma obra grandiosa de paz, há a formar cidadãos tão bons portugueses do século XX, como outros o foram no século XVII” (Salazar, 1909: 2).

Conferência pronunciada no Liceu de Viseu em 1/12/1909 e publicada no jornal *A Folha* bissemanário, em 16/12/ 1909.

O nosso problema, é a “missão” pedagógica de “salvar a pátria” de Oliveira Salazar que pretendia reconfigurar o homem português do século XX, *homo universalis laicus*, a partir do mito do homem português do século XVII, *homo lusitanus catholicus*. Esta “missão”, prioritariamente educativa e doutrinal, encerra uma aparente contradição: apropria-se do aparelho educativo estatal, moderno e laico, desenvolvido durante dois séculos, mas exorcizando o seu conteúdo ideológico. Este conteúdo racional, laico e universalista é substituído pelos conteúdos seminarísticos da escola clerical de dominação hierocrática. A escola salazarista vai ser o espaço privilegiado de inculcação às gerações mais novas. Embora os conteúdos ideológicos sejam de administração hierocrática, os *timings*, as estratégias e a selecção dos agentes educativos são da exclusiva responsabilidade de Oliveira Salazar.

Longe de considerarmos a passagem de Salazar pelo seminário como mero facto circunstancial, pretendemos explorar as suas implicações sobre a construção deste seu novo projecto educativo, que passou pela desconstrução ideológica do projecto educativo da Primeira República, substituindo as suas matrizes de raiz democrática pela imposição da obediência “inteira”⁷ aos chefes, disciplinação de corpos e almas e centralismo autoritário.

Pretendemos, pois, abordar Salazar empenhado ditatorialmente na “missão” pedagógica de construir um “novo” modelo antropológico e de sociedade (Salazar, 1937: 128 – 139), pela cópia dos heróis e santos nacionais, apresentando-os como modelos educativos e servindo-se do aparelho educativo estatal da Primeira República, para inculcar as matrizes seminarísticas da sua formação. Trata-se de procurar desvendar, a montante, as razões da actuação a jusante.

⁷ “Inteira” é o qualificativo que o Direito Canónico utiliza para designar a obediência dos clérigos aos seus superiores hierárquicos.

2. OBJECTIVOS QUE VÃO NORTEAR A PESQUISA

2.1. Objectivo geral:

Compreender a “missão” pedagógica de “salvar” a pátria de Oliveira Salazar, à luz da sua formação seminarística, que condicionou a sua estratégia educativa e de governação.

2.2. Objectivos específicos

2.2.1. Identificar os ingredientes seminarísticos da “missão” pedagógica do salazarismo, como diferença específica do fascismo português.

Ao renunciar ao sacerdócio presbiteral e assumir a pátria como a sua Igreja⁸ que se tinha transviado da sua vocação histórica e era urgente “salvar”, Oliveira Salazar foi fortemente influenciada pela *Weltanschauung* adquirida durante a sua formação seminarística. Tratava-se de aplicar à sociedade portuguesa, invadida por “ideários estrangeiros”, que a desvirtuavam das suas raízes patrióticas os princípios e práticas utilizadas no seminário:

- desconstrução da identidade pessoal e social e reconstrução do *habitus* clerical, através da domesticação dos corpos e dos espíritos. Novos mecanismos de substituição vão dar a ilusão de confiança, segurança, de casulo protector (Giddens, 1996: 61);
- integração numa outra comunidade, a Pátria, construída sobre bases míticas – o *homo lusitanus catholicus* à semelhança da vocação clerical (Constituições Sinodais da Diocese de Lamego, n.º 458, Título VII, 1954: 119).

A activação destes princípios parecia dependente da criação dos mecanismos de enquadramento seminarístico, com óbvio teor ideológico:⁹

⁸ “Trabalhadores portugueses: A vossa romagem é em verdade romagem de fé, de piedade, de amor: vindes fortificar a vossa fé nos destinos da Pátria, acender mais viva em vossos corações a piedade filial para com os nossos maiores; tornar ainda mais luminoso e mais belo o amor a uma Pátria sagrada pelo sangue e pelas dores de tantos santos, de tantos heróis e de tantos mártires obscuros. Sede bem- vindos que é grande regozijo para o Governo a vossa presença aqui ” (Negreiros, 1957: 21).

⁹ Estes mecanismos estavam contidos no Regulamento “que até à década de setenta era soberano” (Português, 1998: 153). Para a identificação destes mecanismos de enquadramento seminarístico, servimo-nos de fontes diversificadas: um estudo de carácter sociológico sobre a vocação clerical nos seminários franceses de Saud, Charles: *La Vocacion- Conversion et Reconversion des Prêtres ruraux* (1978), que abarca a primeira metade do século XX; Português, Ernesto: Dissertação de Mestrado em Educação na área da “História da Educação e da Pedagogia” apresentada à Universidade do Minho e intitulada

1. *ordem* - ordenação dos alunos pela estatura e determina a sua posição no salão de estudo, refeitório, dormitório e recreio – a forma (*ibid.*: 14);
2. *rotinas*, (Vaz, 1965:150) como processo de inculcação do *habitus* (Bourdieu e Passeron, 1978);
3. *clausura* que impunha um corte radical com o mundano (a tentação, o mal) e, por consequência, com o feminino, que na lógica confessional católica simbolizava a tentação, o caminho para o mal (*ibid.*, 1954: n.º 203 e 207, Título VI).
4. *censura* que cortava toda a comunicação com o exterior. No seminário, toda a correspondência era aberta, mesmo a endereçada à e pela família (Vaz, 1965: 151);
5. *domesticação do corpo e espírito*, ou renúncia ao mundano que em linguagem seminarística se traduzia por fausto, ostentação e aplauso. Em contrapartida, apregoava-se como sinal de virtude o pobre, simples, frugal, recatado;¹⁰
6. *trabalho submisso* como instrumento de penitência e salvação;¹¹
7. ócio, prazer, divertimento classificado de mundano. Apenas a “*feira*”, celebração e instrumento de inculcação, era promovida (*ibid.*,1954:23);
8. transferência do poder paternal para um *poder simbólico hierocrático*;¹²
9. construção do “*homem novo*”¹³ como peça integrante da “*ordem*”.

Seminário de Nossa Senhora da Conceição- Braga, Aspectos Histórico- Pedagógicos que estuda o Seminário de Preparatórios de Braga desde a sua fundação – séc. XVI, até ao século XX - anos setenta ; *Constituições Sinodais da Diocese de Lamego* (1954); Costa, M. G: *Seminário e Seminaristas de Lamego. Monografia Histórica*; Vaz, Júlio *Actualização* (1965); *Ordenações Peculiares da Província de Portugal da Ordem dos Frades Menores* (1943); Fernandes, H. N. (1995), *Francisco Caboz. De Angélico a Trânsfuga. Uma autobiografia*; *Ordenações Peculiares da Província de Portugal da Ordem dos Frades Menores* (1943; *Regulamento do Colégio das Missões Franciscanas*. (Aprovado em regime experimental pelas autoridades competentes), 1983.

¹⁰ No clero regular, a perda de propriedade e identidade, pela alteração do nome do baptismo, a desfiguração pessoal pela adopção de posturas canónicas obrigatórias, padronização de uniformes e auto-flagelação, o beijar os pés à comunidade eram à época alguns dos processos utilizados para a reprodução do *habitus*. Cf. *Cerimonial Doméstico*, (1936: 16) e *Regra dos Frades Menores*, (1948).

¹¹ “No Seminário menor procure-se pois, com todo o esmero, fazer do seminarista um homem (...) humilde, honesto, trabalhador, dotado de espírito de sacrifício, abnegado, desinteressado, obediente, disciplinado, (...) caritativo.” (*Estatutos do Seminário Diocesano de Lamego* 1962: art.º 33).

¹² “Os superiores da Disciplina e os professores sejam de inteira, incondicional, absoluta e fiel obediência à Santa Sé; fomentem por todos os modos no espírito dos alunos um grande amor para com a Igreja e o Sumo Pontífice; e sejam também sumamente submissos e dedicados ao seu Prelado” (*ibid.*:art. 212).

Salazar assumiu uma militância nacionalista e católica e sem a necessidade canónica da incardinação a qualquer “Ordinário do Lugar”. Era um sacerdócio “patriótico”, exercido fundamentalmente no seu gabinete de trabalho.¹⁴ Afinal um cenário de presbitério que se enquadrava perfeitamente na matriz católica do *status clerical* (*ibid.*,1954: 37- 44).

Salazar, embora utilizasse o aparelho ideológico da Igreja para implementar a sociedade que idealizara de raiz nacionalista e católica, soube, pragmaticamente, fazer a gestão política dos princípios doutrinários católicos. Prescindiu do aval da hierarquia eclesiástica para se legitimar, porque não lhe estava directamente subordinado. Esta independência política não impedia que continuasse fiel às práticas religiosas e mantivesse a amizade com figuras cimeiras na hierarquia eclesiástica.

Este trabalho parte do princípio de que a actuação política de Oliveira Salazar não pode ser compreendida, sem ter em conta estes parâmetros.

2.2.2. Estabelecer um paralelo entre as características da “missão” pedagógica de “salvar” a pátria de Oliveira Salazar e a missão salvífica da Igreja.

A “missão” pedagógica de Oliveira Salazar tem um teor religioso marcadamente católico pelo seu conteúdo e pelas práticas adquiridas na família, onde nasceu, na escola e no seminário onde estudou; no colégio da Via Sacra onde foi prefeito e professor; na Universidade de Coimbra onde militou no C.A.D.C. e no Centro Católico e pelas figuras da Igreja Católica com quem conviveu.

Esta “missão”, fruto de uma vocação ou chamamento de teor seminarístico, está associada às práticas necessárias à sua inculcação. Foram adquiridas no ideário vivido no seminário. Não abraçou o *status clerical*, mas preparou-se para a sua militância nacionalista e católica, segundo os parâmetros da igreja mais conservadora da época, em guerra aberta com os ideários do liberalismo republicano.

Não aceitou a monitorização de ninguém, nem sequer da hierarquia eclesiástica, sua aliada na construção da sociedade salazarista. O modo de vida austero, ascético,

¹³ A expressão citada *pari passu* no vocabulário paulino é de Rosas, “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo” *Análise Social* n.º 157, vol. XXXV, Inverno de 2001, 1031 - 1053.

¹⁴ “Um escritório modesto, modestíssimo do ministro das Finanças. Um divã anónimo cheio de almofadas singelas (...). Uma estante com livros de consulta e três molduras. Apenas que me lembre: a imagem do Sagrado Coração de Jesus, o célebre soneto de Platin “Le Bonheur de ce monde” e o retrato simpático de uma senhora idosa” (Ferro, 1982: 131).

ponderado, aprendeu-o no seminário com a doutrinação e práticas que vinham de encontro às suas raízes familiares rurais e faziam parte das aprendizagens exigidas ao *status* clerical. Afinal a escola clerical não prepara os vocacionados para, em estado celibatário, cumprirem uma missão salvífica? A nossa hipótese é de que Salazar transferiu o seu campo de acção - a Igreja e o seu rebanho, - para a Pátria e para os portugueses.

Para melhor compreensão desta influência, vamos estabelecer um paralelo entre estas duas “missões”: a de Salazar e a da Igreja, para tentar encontrar ingredientes seminarísticos na “missão” pedagógica de “salvar” a pátria de Oliveira Salazar.

Quadro n.º 1. Paralelo entre a “missão” de Salazar e a missão da Igreja Católica

<i>“Missão” de “salvar” a pátria</i>	<i>Missão de salvação da Igreja Católica</i>
<p>Pátria - Entidade mística¹⁵ de heróis e santos, una, católica e corporativa.</p> <p>Salvação - Recondução do povo português à sua vocação, europeísta e cristã pela integração na Pátria (<i>Homo lusitanus catholicus</i>).</p> <p>Fora do Estado Novo não há “salvação”.</p> <p>Meios de salvação: Fé no regime, doutrinação e celebrações “litúrgicas”.</p> <p>Liberdade - Aceitar as verdades do regime. Só a verdade do regime é que liberta os portugueses.</p> <p>Inimigos: partidarismo, ateísmo, agnosticismo, comunismo.</p> <p>Vigilância panóptica: interna e externa:</p>	<p>Igreja católica - Entidade mística de santos, una, católica e apostólica.</p> <p>Salvação - recondução de todos os homens à sua vocação de filhos de Deus, pela sua integração na Igreja católica (<i>Homo catholicus</i>).</p> <p>Fora da Igreja não há salvação.¹⁷</p> <p>Meios de salvação: Fé na Igreja, doutrinação, e celebrações litúrgicas.</p> <p>Liberdade - só os que aceitam a doutrina católica podem ser livres. Só a verdade católica é que liberta o homem.</p> <p>Inimigos: ateísmo, agnosticismo, modernismo, comunismo.</p> <p>Vigilância panóptica: interna e externa-</p>

¹⁵ “Amiudadas vezes o líder se propôs clarificar a matéria que compunha a sua ideia de nação e o que invariavelmente fez foi, digamos assim, mostrar que conseguia tactear-lhe a alma (...) - Falar dela como entidade mística, resultado do peso incontornável da história e de uma tradição vivencial harmónica” (Ó, 1992,: 392).

<p>polícias, censura, clausura.</p> <p>Forma do Poder - Ditadura Nacional, “fascismo baptizado”¹⁶.</p> <p>Âmbito - Nacional, mas transhistórico. Todos os portugueses de qualquer sensibilidade partidária são chamados, desde que adiram aos princípios do Estado Novo.</p> <p>Legitimação: Presidente da República</p> <p>Fonte de todo o poder: Deus.</p> <p>Salazar - <i>Pontifex maximus</i>: O decisor único em assuntos de “interesse nacional.” O poder foi-lhe dado. Aceitou-o como um dever. Não por mérito próprio.</p> <p>Órgãos consultivos: Assembleia Nacional e Câmara Corporativa.</p>	<p>Santo ofício, censura.</p> <p>Forma do Poder - Ditadura¹⁸ teocrática, vicária.</p> <p>Âmbito – transnacional e transhistórico. Todos os homens são chamados à Igreja Católica, desde que se convertam, aceitando a doutrina da igreja católica.</p> <p>Legitimação: Sínodo Cardinalício.</p> <p>Fonte de todo o poder: Deus.</p> <p>Papa - <i>Pontifex Maximus</i>: infalível em temas de fé e costumes. O poder foi-lhe dado. Aceita-o como uma missão. <i>Servus servorum Dei</i>.</p> <p>Órgãos consultivos: Cúria Romana e Sínodos.</p>
--	---

*Mutatis mutandis*¹⁹ dado que se trata de dois espaços distintos, o temporal e o intemporal, há semelhanças evidentes entre a “missão” pedagógica de “salvar” a pátria de Oliveira Salazar e a missão salvífica da Igreja Católica.

A principal fragilidade da “missão” de Salazar era a falta de ligação directa com a fonte da verdade, o intemporal. Enquanto na missão salvífica da Igreja Católica a verdade não se discute, porque dimana directamente do representante máximo da Verdade, na “missão” de Salazar essa verdade era transmitida por canais humanos, portanto sem a mesma credibilidade. A única fonte era Salazar e não merecia a

¹⁶ “Para acentuar o suporte ideológico e social do catolicismo conservador” (Barreto e Mónica, 2000: 227).

¹⁷ “ (...) o maior de todos os deveres é abraçar de espírito e coração a religião, não aquela que cada um prefere, mas aquela que Deus prescreveu e que provas certas e indubitáveis estabelece como a única verdadeira entre todas ” (Ponto 11 do Capítulo 1.º da Carta Encíclica do Papa Leão XIII, *Immortale De*).

¹⁸ Enquanto governo da Igreja Católica, pessoal, acumulando as três funções legislativa, judicial e executiva, reforçada com a infalibilidade em questões de fé e costumes. “Sociologicamente falando a Igreja rege-se nos quadros de um sistema autoritário. Chama-se sistema autoritário quando os portadores do poder não necessitam do reconhecimento livre e espontâneo dos súbditos para se constituírem como tal e exercerem esse poder ”(Boff, 1981: 64).

credibilidade religiosa, não obstante cercar-se dos que lhe pareciam mais fiéis. Ora, querer adoptar os cânones de uma religião e adaptá-los ao campo temporal, é um risco. Cada actor social tem uma visão do mundo e do homem mediante os quadros de inteligibilidade que adquiriu. A visão seminarística do mundo e do homem está traduzida, não só na sua postura comportamental,²⁰ como na leitura específica que Oliveira Salazar fazia dos acontecimentos históricos da sua época. A sua leitura canónica, traduzida na leitura moralista dos documentos oficiais da igreja católica do seu tempo, em detrimento da correlação racional dos acontecimentos, cremos que adveio da sua formação clerical e do seu comprometimento militante na defesa da Igreja Católica.

Sem os quadros mentais adquiridos na família e seminário e consolidados ideologicamente pela sua militância católica, Oliveira Salazar não teria assumido a “missão” pedagógica de “salvar” a pátria, nos parâmetros em que a construiu e procurou realizar. Este modelo de conceber a sua “missão” afinal está distanciado, na sua essência, dos regimes fascistas da época e próximo da missão específica da Igreja católica que o formou e onde militou durante 20 anos.

2.2.3. Analisar os processos de construção da escola do Estado Novo como “sagrada oficina das almas”.

A escola do Estado Novo vai ser o palco privilegiado para educar as gerações mais novas. Para conseguir obter este objectivo, Salazar precisou de desconstruir as matrizes laica e modernas, onde assentava normativamente o sistema escolar da Primeira República e construir uma escola nova que apelida de “sagrada oficina das almas”. A prioridade vai para a doutrinação, enquanto enformadora de corpos e espíritos através de uma disciplina.²¹ que transforme os professores em apóstolos de uma nova religião, a da pátria, com os princípios estruturantes da moral e religião católica. A Igreja Católica fica assim cúmplice do regime, reconhecendo o Estado a sua autoridade de “empresa hierocrática de carácter *institucional*” (Weber, 1971: 97). Ficava assim reconhecido o *monopólio* da sua coação simbólica legítima (*ibid.*), enquanto administradora e dispensadora dos bens espirituais de salvação. Contudo continua a pertencer ao Estado

²⁰ Sem tratar expressamente a figura de Oliveira Salazar, abordá-la-emos sempre que a sua postura seminarística interagir com o cumprimento da sua “missão”.

²¹ O conceito de “disciplina” implica uma “disposição adquirida” de obediência de uma *massa* desprovida de crítica e sem resistência (Weber, 1971: 95).

Novo, o poder legítimo sobre o controlo e administração dos conteúdos de ensino ministrados.

Os estatutos associativos são retirados aos professores que, sem qualquer autonomia e na total dependência dos chefes, vão desempenhar, novos papéis sociais. Novos modelos educativos são impostos através dos livros únicos e de uma inspecção panóptica. A reeducação das almas passa a ser a tarefa prioritária da escola passando a ser promovida apenas a escolarização mínima para as massas rurais e a progressão académica reservada às elites de onde sairão os apóstolos do regime com a missão de doutrinar as massas. De instituição com finalidades emancipadoras e progressistas da Primeira República, a escola passa a ser uma instituição doutrinadora, conformadora e disciplinadora de corpos e espíritos.

3. QUADRO CONCEPTUAL. LINHAS GERAIS.

3.1. Modernidade e educação.

Nesta secção pretendemos enquadrar conceptualmente o tema do nosso trabalho. Porque de educação se trata prioritariamente, e este conceito atravessa todo o nosso estudo, ela vai ocupar um lugar central nesta reflexão teórica.

A educação surge como processo através do qual os indivíduos são remetidos ao papel de objecto das diversas instituições educadoras, até atingirem o patamar da cidadania pela sua integração e participação como sujeitos, no Estado-nação (Nóvoa, 1987). Este processo desenrolou-se ao longo da história e foi condicionado pelos contextos²² em que se operou. A educação, tal como hoje a concebemos, sob a tutela do Estado, é, por excelência, moderna e integra-se num projecto de desenvolvimento e mudança.²³

²² Entendemos contextos como cenários sócio-culturais onde se opera o desenvolvimento social, já que estes contêm em grande parte as chaves para entender o conteúdo das representações que a criança constrói sobre o mundo social (Cf. Rodrigo, 1999).

²³ Marçal Grilo, então Presidente do Conselho Nacional de Educação, Tavares Emídio, Inspector Geral do Ministério da Educação e Fraústo da Silva, Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico e Presidente do Instituto Nacional de Administração em Portugal, definiram educação da seguinte forma: “mecanismo privilegiado para a preservação e afirmação da identidade nacional, para a transmissão de valores éticos e cívicos e para a formação dos recursos humanos, necessários para enfrentar o desafio do desenvolvimento económico e da modernização da sociedade” (Grilo, et *alt.* “Algumas Considerações sobre a Reforma da Educação”, *Colóquio Educação e Sociedade*, n.º 1, Outubro de 1992, 11- 27).

A modernidade, como revolução cultural, acarreta no campo político, social e económico, transformações significativas: quebra das estruturas sócio-económicas feudais, humanização dos espaços e dos tempos, nascimento e consolidação do Estado-nação, confiança e celebração do *ethos* racional como fator do progresso científico e económico, novo relacionamento entre o capital e o trabalho, novo mandato para a educação e ensino, considerado fonte de conhecimento racional, de emancipação social e de afirmação individual.

É crucial para o nosso argumento enfatizar a relação entre as mudanças estruturais operadas na educação pelos sistemas escolares,²⁴ ao nível europeu e em Portugal. A razão para tal prende-se com o facto de que iremos defender, nos capítulos seguintes, que Oliveira Salazar se apoderou do aparelho estatal laico e moderno e, pragmaticamente, se serviu dele numa lógica de “missão” para reconstruir o “homem novo” português diametralmente oposto ao “homem novo” da Primeira República. Esta apropriação não foi um simples regresso à pré-modernidade. É que, contrariamente à lógica educacional da pré-modernidade, o salazarismo não coloca nas mãos da igreja a hegemonia do ensino e da educação. Pelo contrário, o Estado Novo subordina os actores sociais aos objectivos doutrinários da sua “missão” e não admite na administração do sistema educativo qualquer interferência da Igreja Católica.²⁵ Porém, para esta instituição que “pastoreava” respectivamente 93% em 1940, 97% em 1950 e 98% em 1960, dos católicos em Portugal continental e insular,²⁶ ficam abertas as portas da escola para, de mãos dadas com os professores “apóstolos” do regime, inculcarem os valores confessionais seminarísticos de dupla subordinação simbólica aos chefes pela obediência inteira e disciplinação de corpos e almas.

O nosso propósito é de proceder à análise das narrativas presentes na teorização do discurso educativo, nomeadamente no discurso educativo catequético e doutrinário do Estado Novo. Procuraremos argumentar que esse discurso doutrinário está relacionado com a doutrina política e social de Salazar que considerava o liberalismo

²⁴ Na senda de Rogério Fernandes, refira-se que “sistema escolar” não é sinónimo de “sistema educativo”. O sistema escolar define-se pelas estruturas *formais* hierarquizadas que se põem em jogo, sob o controlo directo ou indirecto do Estado. Sistema educativo é um conjunto de actividades de carácter *informal* (desde a educação familiar até à ocupação dos tempos livres, aos média, etc. (Cf. Fernandes, 1998: 23).

²⁵ O Cardeal Patriarca de Lisboa, amigo pessoal de Salazar, enviou-lhe uma carta, solicitando a restauração da Faculdade de Teologia, ou a criação de uma nova Universidade ou Instituto de Estudos Eclesiásticos. Salazar, neste campo do monopólio do ensino não cedeu, assim como não concedeu a autonomia pedagógica que era solicitada para os colégios católicos (Cf. Brandão, 1944: 119).

²⁶ “Recenseamento Geral da População em 1940, 1950 e 1960 do Instituto Nacional de Estatística” (Cruz, 1992: 222).

uma “mentira” e a democracia uma “ficção”.²⁷ Aliás, esta era a doutrina oficial da Igreja da época, que incapacitava o cidadão de escolher os governantes e deste modo conseguir a sua emancipação política e social (ver *infra* Capítulo III , Parte II).

3.1.1. A pré-modernidade e a centralidade do carisma,²⁸ no discurso da educação.

O argumento que procuraremos construir baseia-se na assunção de que o projecto educacional do Estado Novo de Oliveira Salazar se apropriou da lógica moderna e do projecto educativo do Estado-nação, liberal, republicano e parlamentar, através da manipulação das instituições existentes e da criação de outras, procurando enformar a sociedade de sistemas de vigilância e de doutrinação²⁹ em ordem à realização da sua “missão” nacionalista de raiz católica, tradicional e conservadora.

O quadro conceptual do nosso trabalho passa pela definição de educação,³⁰ como processo moderno, através do qual os Estados tornam os indivíduos em cidadãos. Esta conquista da cidadania tem uma larga e sinuosa trajectória histórica, tendo sido sujeita a múltiplas racionalidades. Tomando como fio condutor a definição clássica de educação em E. Durkheim,³¹ vamos analisar os diversos tipos de discursos reguladores sobre educação, procurando identificar as instituições responsáveis por essa regulação. Para tipificar o conceito de educação torna-se necessário o recurso às categorias de realidade, historicidade e ideologicidade e ainda a identificação da cosmovisão ou ideologia subjacente ao contexto em que o termo surge, pelo que, portanto, uma definição unívoca está longe de ser fácil. A própria polissemia do termo remete-nos para uma pluralidade de aspectos, direcções, planos e níveis (Durkheim, 1984:10).

²⁷ “Se a democracia consiste em acreditar que o Poder encontra a sua origem na massa e que o Governo deve ser obra da massa e não do escol, então, efectivamente, eu considero a democracia uma ficção. (...) Se o liberalismo consiste em construir toda a sociedade sobre as liberdades individuais, então eu considero mentira o liberalismo ” (Salazar 1967: 41).

²⁸ Entendemos aqui por carisma a autoridade fundada sobre os dons excepcionais de um grupo social ou instituição particular e que não pode ser delegada noutros. Max Weber chamava-lhe a autoridade carismática, atribuída, por exemplo, aos profetas inspirados e contraposta à autoridade legítima dos chefes (Maia, 2002: 46).

²⁹ “O que importa não é a teoria ética dos compêndios teológicos que só serve como um meio para o seu conhecimento (muito importante em certas circunstâncias) mas os *estímulos práticos para a acção* fundamentados nas implicações psicológicas e pragmáticas das religiões ” (Weber, 1983: 194).

³⁰ Para tipificar o conceito de educação torna-se necessário o recurso às categorias de realidade, historicidade e ideologicidade e ainda a identificação da cosmovisão ou ideologia subjacente ao contexto em que o termo surge. Não é possível, portanto, uma definição unívoca. A polissemia do termo remete-nos a uma pluralidade de aspectos, direcções, planos e níveis ” (Nazaré, s.d.: 839).

³¹ Durkheim considera o sistema educativo como que “uma segregação do sistema social, encarava-o com a maior das preocupações: é que a escola tem como função a socialização e a reprodução dos valores colectivos. A sociedade laica que se propunha fundar na senda de um Comte, implicaria uma nova escola e uma nova moral ” (Durkheim 1984: 5).

A primeira parte da definição clássica de educação em Durkheim “a acção exercida pelas gerações adultas sobre as que ainda se não encontram amadurecidas para a vida social” (*ibid.*: 17) tem um âmbito universal, aplicando-se, por inerência, a toda a humanidade. As destrezas físicas, os saberes experimentais e os comportamentos sociais faziam parte desse capital patrimonial que era reproduzido de geração em geração.

Nas fases mais remotas das diversas civilizações é a sociedade como um todo que assegura uma indiferenciação da função da educação. A educação é tão antiga como a humanidade. A transmissão educacional fazia-se em contacto com a vida ou em cerimónias especiais, nomeadamente ritos, mas com o aparecimento da escrita, começa a ter nas instituições escolares um lugar privilegiado. Só uma maior complexidade das organizações sociais faz aparecer estruturas políticas ou religiosas portadoras de valores que se reclamam – em exclusivo, com privilégios ou em concorrência – da função educativa.³² As civilizações que se foram construindo, nos mais diversos contextos geográficos, culturais e económicos adaptam os parâmetros da sua ideia de educação aos seus objectivos: militaristas (Esparta), perfeccionistas (Atenas)³³ ou imperiais (Roma), para construir o homem/cidadão que se adequasse às suas ambições políticas ou religiosas.³⁴ O ensino greco-latino é laico, ao invés do oriental.³⁵ Mas é com o helenismo, e em Roma, com o Império, assume com clareza uma componente pública.

Durkheim diz que cada geração define o tipo de educação que deve ser transmitida às gerações mais novas (*ibid.*:13). A observação histórica elemento indispensável de análise dos diversos tipos de educação diz-nos que, por exemplo, durante a Idade Média nas civilizações dos grandes rios, ³⁶ Rio Amarelo, Indo, Tigre e

³² “A mais alta ideia da arte do escriba encontra sua expressão simbólica na ideia de que a escrita é uma coisa sagrada, de origem e inspiração divina, colocada sob a protecção de um deus. Toth, por exemplo no Egipto, Nabú, filha do deus da sabedoria, Ea, na Mesopotâmia” (Marrou, 1955: 19-22).

³³ “A *Polis* é um sistema de vida, e, por consequência forma os cidadãos que nela habitam. Como disse Simónies: A *Polis* é a mestra do homem (...). O ser humano é efémero (...). A capacidade de superação, a *areté* vem dos deuses (...). O homem, contudo, pode alcançá-la e, desse modo perdurar na memória dos vindouros” (Pereira, 1987: 177 e 363).

³⁴ “(...) a história da educação escolar atravessa a história económica, a história, religiosa, a história política e encontra-se constantemente atravessada por elas” (Nóvoa, 1987: XXIII).

³⁵ “Apesar de algumas dúvidas sobre a intervenção do poder, o ensino elementar grego e romano está a cargo das famílias e servos especializados (pedagogos). Quando mais evoluído, desenvolve-se livremente na praça pública ou junto de bibliotecas (ginásio e porventura palestra; professores elementares; sofistas, ensino socrático, academia, liceu; pedagogos em Roma” (*ibid.*: 33-35).

³⁶ “Na China medieval, embora com alguma iniciativa privada, o sistema de exames supõe pelo menos forte e crescente controlo imperial e de certas instituições de sábios (analogamente no Japão e Coreia). Na Idade Média Hindu, o ensino elementar e superior limitado pela casta era ministrado por religiosos e eruditos institucionalmente agrupados (...) em regra sob a protecção de reis e mosteiros. O ensino muçulmano vive igualmente sob tutela dos senhores e junto das mesquitas com relevante papel das academias e das bibliotecas cuja autonomia só por vezes é tolerada (Franco, *ibid.*: 33-35).

Eufrates e Nilo a hegemonia sobre a educação e ensino pertencia a grupos religiosos detentores do saber e controladores do poder (Weber, 1984).

Na Idade Média, a “sociedade”³⁷ romano-bárbara não vivia nas trevas, mas vivia ao ritmo dos tempos e espaços litúrgicos. As festas e celebrações colectivas organizam-se sobretudo em torno das festas dos santos (Mattoso, 1986). As realidades sagradas são olhadas com temor e a sociedade medieval investe fortemente em rituais e práticas destinadas a protegê-los dos poderes invisíveis (Mattoso, 1992). A educação doméstica reproduzia os gestos e hábitos da respectiva ordem estamental. O primeiro lugar nesta ordem simbólica era ocupado pelo clero, guardião e administrador dos saberes e bens da salvação. A autoridade hierocrática como portadora da “graça institucional”, organiza a religiosidade das massas, monopoliza e regula a sua concessão, dando-lhe a forma de “graça sacramental” administrável só por ela e fora do alcance do indivíduo (Weber, 1998).

Para as ordens sociais sem privilégios de sangue ou de *status*, a entrada num mosteiro de acolhimento, em busca do ideal da perfeição humana ou da aquisição de uma ocupação profissional, como o cuidado das almas e do culto, significa encontrar para além da subsistência, a sua salvação e a salvação de sua família (Riché, 1962: 529). Toda a vida terrena estava subordinada à tarefa da salvação.³⁸

A mundividência religiosa medieval designava para o homem o estatuto de peregrino cuja natureza humana viciada e viciosa era um obstáculo à sua purificação. Tornava-se, portanto, necessário cultivar desde a infância os instrumentos de purificação para vencer o peso mortal da natureza humana. Na educação e ensino medievais, para além de um quadro de conhecimentos teológicos enciclopédicos que transmitiam ao educando a visão global do seu universo, havia um conjunto de sentimentos e práticas que mantinham o homem apertado em malhas de vigilância escatológica.³⁹

³⁷ “A ‘sociedade’ não é uma identidade e não está presente no espaço-tempo; existe apenas, enquanto reprodução de práticas sociais numa indefinida diversidade de meios sociais” (Giddens, 1998: 10).

³⁸ “Na Idade Média toda a educação intelectual estava ordenada em função da doutrina cristã no seio da Igreja, considerada como depositária e guardiã desta doutrina. Esta fazia da salvação o fim para o qual devia tender a vida. Depois de S. Agostinho, S. Bernardo (1091- 1153) adversário de Abelardo, definia, assim, o fim de todo o estudo” (Leif e Biancheri, 1966 : 79).

³⁹ “O ensino no mosteiro de Santa Cruz seguiu naturalmente a visão geral da sua época. Os conhecimentos que mais interessavam aos componentes da Ordem eram os teológicos os quais exigiam certa preparação prévia para serem devidamente assimilados, uma espécie de curso propedêutico em que o educando era instruído num conjunto de disciplinas de carácter informativo que lhe forneciam uma visão global do seu universo” (Carvalho, 1986: 20).

A instituição que tutelava essas práticas era a Igreja Católica como mediadora entre a entidade redentora e o homem “redimido”. A concepção augustiniana vê nela a alma da própria sociedade (Fernandes, 2001). É a única mestra que pode interpretar as Escrituras que em exclusividade ensinam os caminhos da salvação. As matrizes educacionais pertencem-lhe e só ela as administra, sem mais parcerias. A família tem um lugar subalterno, porque não se pode emancipar desta tutela, sob pena de severas sanções morais e sociais, sempre avalizadas pelo poder temporal.⁴⁰

Compete à Igreja Católica designar os tipos de conteúdos educativos, os locais onde são ministrados e legitimar os transmissores destes cânones sagrados, ao mesmo tempo salvíficos e educativos.⁴¹ Os conteúdos são os saberes bíblicos transmitidos sem direito a reflexão, porque avalizado *ab intrinseco* pelos sábios e doutores da Igreja. Estas narrativas colocam a razão humana numa posição subalterna perante o universo.⁴²

As estruturas - base em que assentava a sociedade medieval, a saber, relações económicas de tipologia familiar e corporativa, estamentos sociais compartimentadas, laços políticos de natureza teocrática e monopólio das instituições hierocráticas do saber e das metodologias educativas não resistem à expansão mercantil e à abertura de novos mercados.

A tradição escolástica medieval começa a ser abalada pelo Humanismo, associado ao Renascimento,⁴³ um movimento cultural, iniciado em Itália no século XIV e desenvolvido em toda a Europa nos dois séculos seguintes, num contexto económico expansionista de desenvolvimento comercial e de descoberta de novos mundos. A separação entre economia doméstica e a empresa e a contabilidade racional deram

⁴⁰ “(...) todos os homens letrados dos séculos de que nos ocupamos – VIII a XII, recebeu a sua ilustração grande ou pequena da Igreja ” (Carvalho, 1986: 39).

⁴¹ “Nos sec. X e XI depois da invasão sarracena da Península Ibérica, a actividade pedagógica pode resumir-se ao ensino ministrado nos mosteiros (escolas monásticas) ou em seminários (escolas episcopais ou escolas catedrais. Uma e outra tinham um denominador comum: eram pessoas que eram destinados a servir a Igreja, afastando-se da sociedade e procurando na nova forma de vida, mais facilmente, os caminhos da salvação” (Carvalho, *ibid.*: 14 e 15).

⁴² “De todas as matérias então estudadas seria a Teologia a que mais pesava nas preocupações dos educadores, pois era exactamente destinada à exposição e interpretação dos dogmas da religião cristã, assunto da mais extrema gravidade e responsabilidade (...). Toda a especulação da filosofia escolástica se dirigia assim, para o divino ” (Carvalho, 1986: 64-65).

⁴³ “Renascimento e Humanismo durante muito tempo foram usados com sinónimos (...) no sentido de uma renovação radical da literatura, da arte, da filosofia e da ciência. Na segunda metade do século XVIII com os autores G. Voigt e J. Burckhard, Renascimento e Humanismo foram claramente separados. No Humanismo viu-se um momento essencialmente filológico – literário, centrado nos estudos humanistas e clássicos, enquanto no Renascimento se viu um momento filosófico - científico. No início da segunda metade do século XIX, J. Burdach uniu de novo os dois termos considerando o Humanismo, não como algo separado do Renascimento, mas como uma primeira parte do programa inovador deste” (Casella,, 2001: 151).

origem à organização racional da empresa ligada às previsões de um mercado regular e não às oportunidades irracionais ou políticas da especulação (Bourdieu, Chamboredon e Passeron : 2002).

A sociedade europeia começa a libertar o espírito entretecido pelos saberes teológicos dos mestres medievais e a valorizar a herança cultural greco-latina que em vez do saber livresco, dava um lugar primordial ao estudo da natureza, como se verifica em Rabelais na *Carta de Gargântua a Pantagruel*.

“quanto ao conhecimento dos factos da natureza eu quero que tu e dediques curiosamente e que não haja mar, rio nem fonte de que tu não conheças os peixes; todas as aves do ar, todas as árvores, arbustos, e frutos das florestas, todas as ervas da terra, todos os metais escondidos no ventre dos abismos, as pedrarias de todo o Oriente e Médio Oriente nada te seja desconhecido” (Leif e Biancheri, 1966: 96).

A proposição escolástica de que a Bíblia é a fonte de todo o saber começa a ser questionada pela razão, fundada na experiência. A humanidade começa a acreditar que consegue por si mesmo descobrir o mundo em que habita e os outros mundos ignotos.⁴⁴ No discurso educativo humanista passa a ser o homem culto que dá atenção ao belo e à alegria de viver, descanonizando o conceito de educação teológico-escatológica medieval e dando-lhe ânimo para centrar a sua vida em novas descobertas. Os lugares educativos concentrados nas escolas episcopais e monacais expandem-se para as universidades e colégios, “ancilares da universidade” (Marques, 1987: 417). A ciência dos antepassados torna-se uma fonte inexaurível de novos saberes, graças aos renovados conhecimentos linguísticos.⁴⁵ É neste contexto de euforia renovadora que aparecem as escolas laicas de tipo humanístico, imbuídas do novo espírito e interessadas na difusão de um programa educativo e cultural, baseado na interpretação dos actores clássicos que passam a enformar o quotidiano dos alunos. Em oposição ao ensino tradicional que toma a seu cargo a tarefa de transmitir a cultura de uma sociedade integrada – ensino “total” capaz de preparar para *status* totais – o ensino especializado capaz de transmitir

⁴⁴ “Os seus temas básicos compreendiam o problema da dignidade, da felicidade e da educação do homem em concreto, como centro do mundo, prescindindo da sua inclusão em categorias abstractas universais. Desta maneira se opunha à escolástica, à filosofia natural e a Aristóteles ” (Lopes, *ibid*:32).

⁴⁵ “Saber bem latim e grego falado e escrito, expressar-se nestas línguas com desenvoltura correcção e elegância era insistente preocupação dos letrados do Renascimento ” (Carvalho, 1986: 124).

conhecimentos e saber fazer específicos, corre o risco de produzir tantas “famílias espirituais” quantas forem as escolas especializadas (Bourdieu, 1998: 217).

Este longo percurso até à descoberta da cidadania dura dois séculos com a Europa mesclada de lutas religiosas a andar a duas velocidades: a Europa da Contra Reforma receia que novas ideias afastem a juventude da interpretação ortodoxa dos conteúdos bíblicos e, por isso, travando a expansão os anseios humanistas numa lógica confessional de menoridade dos seus prosélitos.⁴⁶

Na Europa da Reforma, a proliferação de comunidades religiosas acicatadas pelas lutas nacionalistas e pela força da fé constroem as suas próprias escolas comunitárias para a leitura e interpretação individual da Bíblia: “se é preciso consagrar anualmente tanto dinheiro às armas, às estradas, aos caminhos, aos diques (...) não deveriam ao menos consagrar o mesmo dinheiro à indigente e pobre juventude, para que um ou dois homens habilitados se tornassem mestres- escola ” (Lutero, *apud*, Leif e Biancheri, 1966: 98).

A autoridade hierocrática que detinha o monopólio do saber, reage, criando mecanismos de retoma da ortodoxia doutrinal e a asfixia de todos os movimentos contestatários. Este clima de desconfiança do humanismo que “sem culpa própria leva à rebelião e à heresia dentro da Igreja” (Loiola, *apud* Lopes:34) é bem protagonizado por Santo Inácio de Loiola, ex-militar e fundador de uma instituição religiosa de características militares de disciplina que uma reforça a obediência à autoridade hierocrática com duplo voto de obediência a Roma. Conforme refere um membro da Companhia de Jesus: “até a leitura do livro de Erasmo de Roterdão, príncipe dos humanistas “De Milite Christiano” lhe entibiava o fervor e lhe esfriava a devoção pelo que proibiu a sua leitura na Companhia, a não ser com muita cautela” (Lopes, 2002: 34-35).

Estamos, portanto, perante duas racionalidades: a racionalidade humanista que se confronta com a ortodoxia confessional.⁴⁷ Na Europa, sob a obediência de Roma, no

⁴⁶ “Inácio adverte aqui para um perigo que no fundo, era a repetição do já sucedido séculos atrás: o estudo da Antiguidade pagã podia ser perigoso devido à frágil virtude dos adolescentes ” (Lopes, 200: 33).

⁴⁷ Santo Inácio diz: “devemos estar sempre dispostos a acreditar que o branco que eu vejo é negro, se a igreja hierárquica assim o determina.” Em contrapartida, Erasmo diz: “se Beda escreveu algo indigno dessa Faculdade como de facto escreveu muitas, de tão manifesta falsidade, mesmo que as aprovasse o Sumo Pontífice, diria que o fez dormido e não desperto (...) pois o negro não é branco porque o diz o Sumo Pontífice, coisa que estou certo ele não faria, de nenhum modo ” (Lopes, 2002: 27).

contexto da Reforma⁴⁸ e Contra Reforma, a emergente “Companhia de Jesus” afirma-se como uma força hegemónica dentro do campo da educação e do ensino, aplicando nos colégios o retorno à tradição escolástica: a *Ratio Studiorum*.⁴⁹

Senhores de grandes influências junto das cortes reais onde continuam a pastorear as consciências de estamentos tradicionais ameaçados pela nova ordem, conseguem a administração de colégios ou residências, onde vivem grupos de estudantes sobretudo destinados à profissão religiosa. Administradores de um património único, rapidamente foram-se desenvolvendo até se transformarem em instituições destinadas ao ensino público. A imposição dos cânones dogmáticos e das metodologias escolásticas que dominam como poucos, rapidamente abafam as tentativas de reforma humanista nos países da Contra Reforma tridentina de que eles são o principal rosto.

Os *Exercícios Espirituais* de Santo Inácio de Loiola e a *Ratio Studiorum* cujas metodologias não diferem na sua natureza, embora com diferentes fins prioritários, respectivamente a conversão e a aprendizagem, retomam o seu lugar principal nas cátedras. Em ambas era dado especial realce à autoridade do mestre e ao exercício de memória, na linha dos preceitos pedagógicos de raiz escolástica tomasiana.⁵⁰ Era a autoridade a impedir a razão de se afirmar, através de narrativas autónomas.⁵¹

O ideal educativo de Santo Inácio de Loiola que vigora durante dois séculos no ensino público tutelado pelo poder monárquico e que ainda perdura no ensino confessional católico⁵² tinha a centralidade exclusiva na concepção cristã do homem -

⁴⁸ “A palavra Reforma comporta dois sentidos: um mais genérico que engloba três ideias: *causa reformationis*, isto é, o porquê da convocação do concílio de Trento: reforma da Cúria, dioceses e vida religiosa; *causa linguarum bonarum*, ou seja, todo o âmbito do humanismo; *causa Lutheri*, quer dizer a reforma que parte de Lutero” (Lopes, 2002: 23 – 24).

⁴⁹ “A *Ratio Studiorum* não é um escrito teórico sobre educação. Trata-se de uma exposição de métodos e práticas utilizadas nos colégios dos jesuítas durante quase quatro séculos. (...) Na *Ratio* vêm delineadas em forma de breves “regras” as funções dos responsáveis do colégio a diversos níveis, a articulação do *curriculum* formativo, as propostas respeitantes a horários, os programas das diversas lições, os métodos educativos e didáticos” (Lopes, 2002: 115).

⁵⁰ À tradição agustiniana, seguiu-se a “cristianização” de Aristóteles que foi levada a cabo por Alberto o Grande e sobretudo por S. Tomás de Aquino (1225- 1274). Apoiado na síntese teológica e na síntese filosófica subordinada à teologia, S. Tomás forneceu à religião um quadro de expressão de carácter racional. A segurança tranquila da *Suma Teológica* contrasta com o dinamismo apaixonado de um Santo Agostinho (Leif, J. e Biancheri, 1966: 82).

⁵¹ “Os escolásticos não podiam deixar de notar que as autoridades e até mesmo as diferentes passagens da Sagrada Escritura estavam muitas vezes em contradição. Só lhes restava, apesar de tudo, admiti-las como tal e interpretá-las e reinterpretá-las indefinidamente até que fossem reconciliadas Eis o que os teólogos sempre têm feito” (Panofsky, 1967, *apud* Pierre Bourdieu *et al.*, 2002 : 40).

⁵² “Esta obra, *O Projecto Educativo da Companhia de Jesus – Dos Exercícios Espirituais aos nossos dias* que nos propomos apresentar tenta ir ao encontro dos tempos actuais, mostrando como a Companhia de Jesus pode ter uma palavra significativa a dizer neste campo” (Lopes, 2002: 13).

criado por Deus, pecador e resgatado por Cristo, através da Igreja Católica. Toda a educação está orientada para este objectivo primário e nada a pode desviar desta “finalidade teísta – inflexível e radical ” (Lopes *ibid.*, 2002: 23).

3.1.2. A modernidade, ou a centralidade da Razão, no discurso da educação.

“O sonho da razão é um propósito repetido ao longo da história do homem” (Vara Coomonte, 1997: 13).

O discurso sobre a educação sofre mudanças profundas⁵³ com o advento da modernidade. Entendemos aqui modernidade como “uma ordem pós-tradicional, mas sem que as certezas da tradição e do hábito tenham sido substituídas pela certeza do conhecimento racional ” (Giddens, 1997: 2). Porém, se, por um lado, nos situa numa ordem pós-tradicional, por outro, teremos de estar alerta para a tentação de um corte epistemológico e histórico com o hábito e a tradição: numa primeira fase, esta forma de libertação do conhecimento numa Europa retalhada por lutas políticas e sociais, convive com as formas tradicionais de compreender o homem e o universo. Embora esta coabitação seja reconhecida por Giddens, este sociólogo não deixa de sublinhar que, neste caso, “os modos de vida que a modernidade fez nascer arredaram-nos *todos* os tipos tradicionais de ordem social, de uma forma sem precedentes. Tanto em extensividade, como em intensividade as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas do que a maior parte das mudanças características do período anterior ” (Giddens, 1996: 3).

A conformidade tradicional de contornos medievais constrói-se numa cidade sagrada, em que não se põem em causa os discursos monológicos, mas prestam-se-lhes reverência. Os estatutos profissionais dos habitantes da “cidade de Deus” estão pré-estabelecidos, o que bloqueia, à partida, o desenvolvimento autónomo e responsável das identidades pessoais e sociais. A modernidade, ao invés, representa um movimento de raiz emancipatória em que a razão questiona, inquire, procurando encontrar a resposta às

⁵³A mudança, na análise sociológica de Crozier, supõe a transformação de um sistema de acção, isto é que os homens devem por em prática novas relações humanas, novas formas de controlo e que se modifiquem os jogos que comandam as relações sociais e fundamentam a teia de instituições. “Não são as regras do jogo que devem modificar-se, mas a natureza do próprio jogo ” (Crozier e Friedberg, s.d. : 488).

suas dúvidas.⁵⁴ Representa uma ruptura epistemológica e histórica na medida em que a fonte e a legitimação do conhecimento deixa de ser a tradição e a autoridade extrínseca ao processo cognitivo e passa a ser a razão que se assume com estatuto metodológico.

Não podemos compreender estas mudanças a nível social em toda a sua extensão sem, como afirma Durkheim, observar a História (*ibid*: 13).⁵⁵ Este movimento, como refere Nóvoa (*ibid.*), não surge de repente. Há antecedentes que preparam o caminho. A partir do século XVII na Europa há um movimento intelectual de natureza filosófica que desencadeia toda uma série de reflexões que procura demolir os princípios em que assentava a sociedade do Antigo Regime, nomeadamente, os filósofos iluministas- sec. XVIII, proclamando a centralidade da Razão⁵⁶ e da observação.⁵⁷

Os pressupostos dogmáticos começam a ser postos em causa: a mundividência teocêntrica, a natureza original corrompida,⁵⁸ os alicerces da civilização, a liberdade, as relações de trabalho, a legitimidade dos fundamentos da monarquia absoluta. Por detrás deste questionamento prepara-se a construção de uma nova ordem social⁵⁹ combinada com um novo sistema económico teorizado pelo mercantilismo e um grupo social hegemónico que protagonizará a revolução industrial, mas que ainda não usufrui dos correspondentes benefícios político - sociais: a burguesia. A pouco e pouco graças à sua grande experiência e destreza negocial, desprende-se dos laços feudais e realiza os seus projectos económicos livremente, sem as peias da administração burocrática, cada vez

⁵⁴ “É, por isso, o raciocinar um processo liberalizador, mediante o qual podemos situar-nos frente ao mundo (Vara Coomonte, 1997: 13).

⁵⁵ “Assim quanto mais não fosse senão para constituir a noção preliminar de “educação”, para determinar a coisa que dá por esse nome, a observação histórica apresenta-se como indispensável ” (Durkheim, 1984: 13).

⁵⁶ “ o primeiro passo para compreender a modernidade é esta centralidade da Razão e da racionalidade. Em termos narrativos é possível observar com clareza uma substituição paradigmática: a Razão tomou o lugar de Deus (Magalhães, 2004: 38).

⁵⁷ “Os filósofos que experimentavam uma grande confiança na razão e na observação, como meio para resolver os problemas humanos, sintetizam com bastante êxito, as correntes filosóficas principais deste século: o racionalismo e o empirismo. O universo estava governado por leis imutáveis e era possível melhorar o homem e a sociedade, ordenando o meio social e político, de acordo com essas leis determináveis ” (Zeitlin, *apud* Vara Coomonte, 1997: 23).

⁵⁸ Esta negação acarreta uma ruptura epistemológica com a racionalidade da civilização ocidental, com repercussões directas nos fundamentos e processos educativos. Embora a perfectibilidade natural da criança só se consiga, segundo Rousseau, mediante a convivência social, e por isso, proponha uma mudança social (Cf. Vara Coomonte, 1997: 40-42).

Esta tese parece pôr em causa o dogma do pecado original, que é fundamento de toda a Revelação Cristã.

⁵⁹ “A transição do sistema feudal para o capitalista não se processou mercê de uma simples mudança das regras de jogo que tenha concedido mais liberdade ao vassalo, face ao seu senhor, ou que tenha subvertido os papéis. A transição fez-se mediante a aprendizagem de um novo tipo de jogo totalmente diferente. O jogo capitalista não é um melhoramento do jogo feudal; é um jogo de outra natureza ” (Crozier e Friedberg, s.d. : 488).

mais complexa, no poder absoluto centralizado, aumentando o seu capital social, conforme refere Bourdieu, citando Marx: “Somente no século XVIII na “sociedade burguesa” é que as diferentes formas de conexão social se apresentam ao indivíduo como um simples meio de realizar os seus fins pessoais, como uma necessidade exterior” (Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 2002: 148).

Na Revolução Francesa, o papel dominante da burguesia está patente desde o início: teoricamente, apoia-se no povo e nos defensores de um socialismo utópico e igualitário.⁶⁰ Contudo, aos ideais proclamados pelos ideólogos da Revolução Francesa são desferidos, desde o início, vários golpes consentâneos com os interesses sociais dos seus próprios instigadores. Centrada nos seus próprios interesses, a burguesia em ascensão, recria uma outra hierarquia social, mas mantém desigualdades que parecem colocar obstáculos à realização do projecto inicial:

- desigualdades políticas – com a exclusão, num sufrágio, dito universal, do colégio das mulheres e dos empregados domésticos,
- desigualdades económicas - mantendo o *status quo* da propriedade privada;
- desigualdades de oportunidades - no acesso ao ensino, o que inviabiliza o ideal do socialismo utópico de transformar a educação num meio de ascensão política e social (*ibid.* ; 87).

É no enquadramento relacional histórico/geográfico e nos contextos político/sociais de uma determinada época que temos de procurar as raízes da sociologia da educação, ciência que fundamenta, teoricamente, as mudanças educativas. Um conjunto de acontecimentos despoletam a emergência de um novo discurso que rompe com o sistema de ensino feudal. França e Inglaterra são os palcos principais destas mudanças que são perfeitamente explicáveis pela nova ordem social proveniente da “superação” do antigo regime.⁶¹

A proclamação do princípio da igualdade, como valor universalmente adoptado, as noções de mérito, de aptidão, de competência e de responsabilidade individual tornam-se os elementos de uma ideologia global à qual o “Povo” também adere. O povo,

⁶⁰ A escola oficial de massas que sai reforçada da Revolução Francesa, proclama a “instrução pública comum a todos os cidadãos, gratuita quanto aos aspectos do ensino indispensáveis a todos os homens” (Bisseret, 1979: 36).

⁶¹ “A compreensão da realidade da educação passa, portanto, pela compreensão prévia da própria realidade do significado da sociedade em que se incardina” (Vara Coomonte, 1997: 16).

os camponeses pobres sujeitos ao regime feudal, e a população crescentemente proletarizada que ocupava as recém criadas cinturas industriais são a massa anónima da revolução.⁶² À burguesia, motor da nova ordem social, não interessam perturbações sociais que inviabilizam a estabilidade económica. Nada melhor do que a escola gratuita e um sistema escolar unido e dominado pelo Estado para impor aos jovens os valores sociais dominantes. A educação passa a ser integrada no Estado que controla o sistema escolar, nas suas várias vertentes: o que se ensina, quem ensina, onde se ensina e quem subsidia. A partir daqui o conceito de educação estatal convive com outros de outras proveniências: o privado, o religioso.

Outro acontecimento marcante da modernidade é o reforço do Estado - nação. As experiências dos movimentos da Reforma e Contra Reforma geram mitos que legitimam a supremacia do indivíduo e a expansão da autoridade dos Estados. A omnipresente autoridade da Igreja vê-se severamente diminuída, sendo substituída pela legitimidade e autoridade de entidades sociais, mais definidas, em particular pelo indivíduo e pelos Estados nacionais emergentes (F.Enguita, 1999: 306). A mobilização dos indivíduos, debaixo da autoridade do Estado, torna-se um meio legítimo para prosseguir o mito do progresso.

Na segunda metade do século XVIII, as monarquias absolutas criam estruturas autoritárias e coercitivas.⁶³ É também um período-chave na história da educação e da profissão docente. Por toda a Europa procura-se esboçar o perfil do *professor ideal* (Nóvoa, 1992).

Esta assumpção do poder leva os Estados modernos a darem o primeiro passo para a construção de um sistema escolar nacional que, embora subordinado à estratificação social vigente, é independente da administração e supervisão directa da Igreja Católica. Este sistema escolar requer um quadro de professores devidamente habilitados e retribuídos pelo Estado, embora não se possa falar já de profissionalização, pois são antes de mais funcionários régios ao serviço de Deus e do Rei (Nóvoa, *ibid.*).

⁶² Pode-se dizer que as mudanças sociais se produzem principalmente em Inglaterra e na França e que a Revolução Industrial e a Revolução Francesa se complementam. Sem esquecer o acontecimento mundial que constituiu a independência da América (Vara Coomonte, 1997: 22).

⁶³ “Entre 1536 (data da introdução da Inquisição em Portugal) e 1768 (ano da reforma pombalina que institucionalizou a Real Mesa Censória) não houve modificações substanciais nos critérios da censura intelectual” ANSELMO, A. (1997) “Fronteiras da História do Livro” *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. IX, II Série, 20-35.

No século XIX assiste-se, de acordo com a ideologia dominante, a uma verdadeira mutação sociológica das profissões, as quais adoptam, quase exclusivamente, a *forma* liberal. Novos grupos vêm reclamar o monopólio da sua actividade profissional (reconhecido pelo Estado), a definição dos saberes escolares, a formação específica e a criação de associações para a defesa dos seus interesses (Nóvoa, *ibid.*: 36). Deste modo, obtêm prerrogativas próprias do seu estatuto profissional: reconhecimento social, monopólio profissional e estilo de vida.

No último quarto do século XIX, o discurso da educação surge com nova configuração científica e social. A instituição escolar aparece com uma função bem definida: agente de legitimação e controlo social. Os filósofos sociais dão lugar aos cientistas sociais e a sociologia da educação ganha o estatuto epistemológico de “ciência da ordem” no contexto da nova ordem social instituída (Vara Coomonte, *ibid.*: 30). Isto não significa que o discurso da educação, mesmo na modernidade, seja unanimista. Pelo contrário, na prática é feito de múltiplas e realizações, atestando que há, nos diferentes contextos, uma relação estreita entre a construção e afirmação ideológica do Estado e a modificação da estrutura social (Santos, 1949).

3.2. Estado, sociedade e educação

No campo da sociologia da educação, Marx, Durkheim e Weber deixam-nos um espólio de conhecimentos e reflexões sobre a educação que ainda hoje são indispensáveis para quem se debruce sobre a educação e seus processos evolutivos no decorrer dos tempos.⁶⁴

Marx e Engels representam uma tentativa de, de forma científica, lutar contra a desigualdade e injustiça, considerando como utópicos e voluntaristas os ideários dos seus antecessores, Saint-Simon, Fourier, Owen, etc. filósofos que, no dizer de Marx, interpretam o mundo, mas não o transformam (Marx, 1985). No campo da educação, se nos defensores do socialismo utópico e igualitário a educação era pensada “filantropicamente”, como “uma espécie de talismã ou remédio mais eficaz para lutar contra a injustiça e desigualdade social, no socialismo científico considera-se a educação “socialmente condicionada” sendo a sociedade “dominante” a que determina o sistema educativo. Para que este mude, tem de mudar a sociedade (Vara Coomonte, *ibid.*).

⁶⁴ “Não creio que possa haver Sociologia, sem o recurso aos clássicos. Não se pode esquecer ainda hoje que a sociologia actual vive dos temas originados pela sociologia clássica” (Vara Coomonte, 1997: 17).

Embora não se ocupassem directamente da pedagogia e só relativa e fragmentariamente falassem e escrevessem acerca dos problemas da formação e educação, são apresentados na pedagogia socialista dos anos sessenta, como credores de uma decisiva importância na história do pensamento pedagógico, na medida em que contribuem para uma nova concepção da cultura e da história, da sociedade e do homem (Suchodolski, 1966: IX).

Para o marxismo, se a sociedade capitalista, através da sua classe dominante, determina o tipo de educação, há que arrancar a educação do controlo dessa classe dominante e a melhor maneira de o fazer é mudar as circunstâncias e as condições da vida social, e construir uma sociedade em novos parâmetros sociais. Só, neste caso, haverá um sistema de ensino mais igualitário e mais justo. Portanto, sociedade e sistema de ensino condicionam-se reciprocamente. A educação tem, pois, para os pedagogos marxistas futuras tarefas históricas: a luta pelo progresso social, e pelo humanismo socialista que significa uma emancipação económica, espiritual e política. (*ibid.*: 6)).

Durkheim é, como todos os clássicos um exímio representante da reflexão sócio-pedagógica do seu tempo:

“A sua doutrina pedagógica testemunha a época em que viveu, a da III República Francesa, a da laicidade, a do ensino público, a dos progressos da grande indústria e a do desenvolvimento das ciências humanas. De modo que podemos aplicar às suas concepções o que ele próprio dizia dos trabalhos dos pedagogos: não são modelos a imitar, mas são documentos sobre o espírito do tempo” (Debesse, 2001: 10).

A sociedade é para ele um todo que obedece a leis específicas que asseguram um viver harmonioso. A criança como ser social deve ser educada ou socializada nas crenças religiosas, credos e práticas colectivas: cada sociedade tem para si um certo ideal de homem. É esse ideal, ao mesmo tempo uno e diverso que constitui o pólo da educação. É a sociedade no seu conjunto e cada meio social em particular que determinam esse ideal que a educação realiza. A sociedade somente poderá viver se entre os seus membros existir uma suficiente homogeneidade. A educação como “socialização metódica da nova geração” perpetua e reforça essa homogeneidade, fixando antecipadamente, na alma da criança, as similitudes essenciais que a vida colectiva exige (Durkheim, 1984:16-17).

Na perspectiva de Durkheim (*ibid.*), os homens queiram-no ou não, vêm-se rebaixados por uma história que obedece a imperativos que escapam ao seu controlo. Pouco importa que os fenómenos sociais sejam conscientes ou não para os actores individuais, já que em qualquer caso se cumprirão os seus desígnios, se assim o estabelecerem, os códigos reais da estrutura social. A história não encontra explicação na consciência subjectiva, senão nos ditames da consciência colectiva que faz progredir a história imutavelmente e em seu próprio sentido.

Para Weber o *aparato eclesiástico*, a escola e a família constituem “associações de dominação”. *Dominação* significa: “ a oportunidade de encontrar pessoas determináveis prestes a obedecer a uma ordem de conteúdo determinado” (Weber, 1971: 95).

Portanto o conceito sociológico de “dominação” exige a oportunidade de uma *ordem* específica encontrar uma docilidade. Todas as dominações procuram inculcar a crença na sua “legitimidade”.

Quanto à dominação, “autoridade” que se exerce na escola, Weber, segundo Carlos Lerena diz que “ o domínio da influência com carácter de dominação exercido sobre as relações sociais e os fenómenos culturais é fundamentalmente mais vasto do que parece à primeira vista. Por exemplo é esta dominação que se exerce na escola que dá uma aparência ortodoxa às formas de linguagem e de escrita. (...) “ a autoridade dos pais e da escola levam a sua influência muito além daqueles bens culturais de carácter (aparentemente) formal, pois conformam a juventude e dessa maneira os homens” (Carlos Lerena, 1985: 145- 158).

Enquanto “a associação doméstica constitui a célula reprodutora das relações tradicionais de domínio”, a escola é para Weber uma associação hierocrática, na medida em que como associação de dominação aplica, para garantia da sua ordem a *coação* psíquica, concedendo ou recusando bens de salvação”. Como associação hierocrática, “delimita o campo cultural, estabelece uma particular cultura como legítima, impondo-a como tal, excluindo e declarando indignas as outras e além disso estabelece essa cultura e a inculca e no fim concede ou recusa bens culturais” (*ibid.*: 74).

Dentro do pensamento weberiano o poder religioso é somente uma das formas que alcança o poder hierocrático, outra, é a escola. Por isso o sistema de ensino exerce também as funções de domesticação e legitimação. A organização escolar constitui um

dos aparatos coercitivos da dominação hierocrática com determinada estrutura e que tem a seu cargo a administração dos bens culturais, os quais são uma versão mundana dos bens de salvação religiosos (*ibid.* 75-76).

Weber distingue e analisa três tipos de sistemas educativos distintos: carismático, humanista e especializado que correspondem a três formas de dominação. Dominação carismática, dominação tradicional e dominação legal. Para cada um deles define três tipos de personalidade ou modelos a formar, caracterizados por diferentes técnicas de inculcação e por uma distinta relação social (Weber, 1971: 289).

Num ponto, estes sociólogos clássicos parecem estar de acordo: cada sociedade possui o seu sistema escolar específico. Entronca nos contextos sociais adjacentes e na sua lógica interna que define a sua visão do homem e do mundo e afere por ela as finalidades e conteúdos do seu ensino.

Como se constroem estes sistemas de educação pública e que matrizes o distinguem dos sistemas educativos da pré-modernidade? Estes sistemas escolares nascem com a modernidade no século XVIII. Não obstante a diversidade dos estados europeus há denominadores comuns que vão concorrer para a sua consolidação:

- “declaração do interesse nacional na educação de massas;
- legislação para fazer obrigatório o ensino;
- criação de um Ministério ou Departamento da Educação;
- estabelecimento da autoridade do Estado sobre as escolas existentes ou de nova criação” (Nóvoa, *ibid.*: 70).

As políticas educativas resultam de um repto ao poder do Estado e enquadram-se no modelo de construção da sociedade da época que vai ser objecto de profundas transformações. Em primeiro lugar, a descentralização dos poderes seculares e em que o poder deixa de ser legitimado por instituições simbólicas, sendo que esta revitalização acarreta também, a primazia do indivíduo. Deste modo, o progresso nacional e individual passa a depender apenas dos indivíduos e das sociedades civis e não de entidades patrocinadoras, como as Igrejas (*ibid.*: 74).

O Estado assume a socialização dos seus cidadãos agora com responsabilidades acrescidas. O seu papel é reforçado como guardião da Nação. Este modelo europeu de sociedade nacional é ao mesmo tempo incentivado e incentivador da mobilidade social e

expansão da economia de intercâmbio económico. A educação torna-se num veículo de construção da cidadania que ajuda a consolidar a institucionalização do Estado-nação⁶⁵ apoiada por um quadro de valores que enforma todos os cidadãos.

O controlo deste sistema educativo estatal compreende a administração dos recursos materiais, humanos e pedagógicos. A nível de recursos humanos começa a desenhar-se no século XVIII em países como a França, a Inglaterra, a Rússia, etc. (Archer, 1979)

O conceito de *profissão* docente foi acompanhando a evolução social dos actores envolvidos: no século XVII e XVIII tem um conjunto de significados simultaneamente laicos e religiosos⁶⁶ de que as actividades docentes parecem ser um dos melhores exemplos. No século XIX, *profissão* tem já o significado de “estado de vida”. As actividades docentes, religiosas e militares são as referências obrigatórias. No século XX, *profissão* torna-se mais e mais sinónimo de profissão liberal. A sociologia das profissões trabalhou esta problemática e as teorias funcionalista e simbólico-interacionista, cada uma na sua perspectiva⁶⁷, analisaram o aparecimento de um corpo de especialistas que juntassem o *corpus* de saber ao exercício laboral. Um estudo comparado de 1964, feito por H. Wilensky, identifica as principais etapas do processo de profissionalização de uma actividade e que nos parece se coadunam com a estatização dos sistemas educativos modernos:

- “prática a tempo inteiro da actividade em causa;
- estabelecimento de escolas de formação;
- formação de associações profissionais;
- criação de um suporte legal para o exercício da actividade;
- formalização de um suporte ético” (*ibid.*: 29).

⁶⁵ As guerras religiosas não degeneraram num espaço anárquico. Em vez disso surgiu “uma nova forma de estrutura política: o sistema de Estados, um conjunto de actores e regras instituídas, acordos e convenções validaram a soberania original e as estruturas organizativas dos Estados nacionais emergentes” (Ruggie, *apud* Ramirez e Boli, 1987: 2- 17).

⁶⁶ Estamos a seguir a exposição de António Nóvoa, (*ibid.* : 23), que por sua vez se baseia em (Bluteau, 1712- 1720: 640). Apenas acrescentamos que o “professo” na terminologia religiosa significava vinculação definitiva à Ordem ou Congregação religiosa. Portanto “profissão” significava estabilidade.

⁶⁷ Enquanto a corrente funcionalista estuda a profissão mais no aspecto genérico sem ter em conta a especificidade de cada grupo sócio-económico, nem a diversidade dos percursos históricos de cada grupo profissional, a corrente simbólico- interacionista trata as profissões como objectos da prática quotidiana e analisa o grupo profissional real, colocado na situação de trabalho concreto e portador de interesses específicos (Cf. Visentini, 1974 : 13 ss.).

A laicização dos professores é concomitante com a sua ocupação a tempo inteiro. Os primeiros passos são dados no século XVII e XVIII, respectivamente com os Irmãos das Escolas Cristãs e com a Congregação do Oratório. Os primeiros, no século XVII, “admitiram já alguns leigos nos seus seminários de mestre - escola.” (Léon, 1977: 43). Igualmente, no século XVIII a Congregação do Oratório torna-se num corpo de professores religiosos laicos (Júlia, 1981: 131).

A intervenção estatal vai apenas provocar “uma homogeneização, ao mesmo tempo que uma unificação e uma hierarquização à escala nacional de todos estes grupos” (Nóvoa, *ibid.*: 72). Quando o Estado-nação chama a si este dever e direito ao ensino, este serviço transforma-se em serviço público e os professores sujeitam-se ao seu controlo que lhes confere outro estatuto sócio-profissional. O Estado passa a efectuar o recrutamento e “prefere os leigos, isto é os leigos casados que continua de facto a tratá-los como monges” (*ibid.*: 73). Devem ter acima do comum as virtudes laicas exigidas pela sociedade da época e dar às crianças o que o universo familiar não lhes proporciona.

Para se conseguir esta selecção, o Estado chama a si os critérios de recrutamento de professores que, a partir deste processo, ficam submetidos à disciplina do Estado como corpo autónomo e hierarquizado. Neste caso, ainda que sejam recrutados para os locais de nascimento, ficam imunes às influências dos grupos de pressão religiosos ou outros (*ibid.*:73). Deste modo, o Estado pode fazer o seu controlo político, transmitindo através destes funcionários os ideais nacionais.

A partir do século XIX, com a queda do Antigo Regime, implanta-se a cultura política de cariz liberal que aposta no individualismo e no *laissez-faire*.⁶⁸ Uma nova ordem social e uma nova divisão do trabalho favorecendo a parcelização/disciplinarização do saber, vai contribuir para uma maior independência dos professores, não obstante as fragilidades económicas dos instáveis governos liberais (Marques, 1973: 74-75).⁶⁹ O estatuto de funcionário público vai ficando relegado para os funcionários administrativos, e os docentes mais perto do estatuto de profissional livre (Nóvoa, *ibid.*: 75). Estas mudanças de estatuto enquadram-se num campo mais vasto de mudanças políticas económicas e sociais.

⁶⁸ Pressupunha a dessacralização da origem do poder, a afirmação e princípio da soberania nacional, o cidadão capacitário, o poder social e o “governo dos espíritos” (Neto, 1998: 13).

⁶⁹ Em Portugal, “de 1834 até ao fim da monarquia houve quarenta e três eleições legislativas, o que correspondeu à média de um ano e oito meses por legislatura ” (Marques, *ibid.* : 74-75).

À medida que a educação e ensino contribuem para a estratificação social e se tornam num projecto de ascensão social, mais as exigências de formação académica se fazem sentir e, conjuntamente, ganham sentido e evidência as reivindicações dos professores. O reconhecimento social da parte do Estado e da sociedade são condições essenciais para a legitimação do estatuto elevado de uma profissão.

No que diz respeito à Europa, o século XIX é crucial na constituição de um corpo de professores primários e do desenvolvimento das escolas normais (Nóvoa, *ibid.*:76). O poder político pressionado pelos grupos económicos que necessitam de quadros para a expansão comercial e industrial aposta na formação escolar. O ensino que se desenvolve na esfera do Estado beneficia desta legitimação social da escola, mercê do ganho de maiores clientelas. São exigidas aos professores maiores responsabilidades que se podem traduzir em quatro: ocupação a tempo inteiro, suporte legal para o exercício da actividade, legitimado pelo Estado, formação específica especializada e longa e constituição de associações profissionais que definem as normas da entrada na profissão e o controlo da mesma, em diálogo com o poder político (Nóvoa, *ibid.*).

O Estado torna-se, assim, um actor principal na afirmação profissional dos docentes. A escola também começa a ganhar poderes até agora atribuídos ao exército e à igreja, duas instituições cujos membros tinham adquirido um estatuto profissional na era pré – industrial, reconhecido publicamente. Dentro deste contexto a escola também se afirma como “estabelecimento social” ou instituição que contribui para a normalização social, já que “fornece o local para actividades .nas quais o indivíduo tem consciência de obter o seu *status social* não importando quão agradáveis ou desagradáveis elas possam ser”(Goffman, 1974: 16).

4. HIPÓTESES OU QUESTÕES ORIENTADORAS.

A nossa investigação assenta na hipótese de que Salazar se assumiu como militante de uma “missão” que passava pela “salvação” da Pátria portuguesa, face às “agressões” ideológicas primeiro do liberalismo e depois do comunismo. A nossa hipótese é de que Salazar apenas transferiu o seu campo de acção, a Igreja e o seu rebanho, para a Pátria e para os portugueses. Qual a génese desta missão? Que relação tinha com o percurso seminarístico de Salazar? Que contextos familiares, escolares,

político-religiosos favoreceram a sua génese? Qual a sua natureza? Qual a sua especificidade? Trata-se de uma missão pessoal e intransmissível ou de uma missão colectiva? O que a diferencia das “missões” laicas (militares, diplomáticas ou outras)? Quem a legitima? Qual o peso dos ideários da Igreja Católica na “missão” pedagógica salazarista? Qual o papel do sistema de ensino republicano na implementação desta “missão”? Que semelhanças e diferenças apresenta em relação às ditaduras fascistas da sua época?

Eis algumas das questões a que vamos tentar dar resposta directa ou indirectamente neste nosso trabalho. Pretendemos dar o nosso contributo investigativo para desvendar as zonas de penumbra da personalidade de Salazar relacionadas com a sua “missão” pedagógica de “salvar” a pátria portuguesa.

5. FONTES DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS.

5.1. Documentais

Para o estudo do seu pensamento, indutor da sua acção pedagógica, dispomos de vários tipos de fontes documentais:

- as publicações e os artigos dos jornais católicos onde Salazar escreveu antes da entrada no governo – 1928, compilados por Manuel Braga da Cruz, sob o nome de *Inéditos e Dispersos I, Escritos Político-Sociais e Doutrinários (1908- 1928)* Bertrand Editora 1997: 253- 316;
- a totalidade dos seus discursos, como governante - seis volumes - cuja veracidade documental é avalizada pelo próprio Salazar (Salazar, 1935: XXXII);
- publicações do Livro Negro sobre o regime fascista criada pelo Dec. Lei .º 110/78, contendo a correspondência vária entre Salazar, Ministros, membros do Governo, Marcelo Caetano, Teotónio Pereira e Cardeal Cerejeira;
- os normativos dimanados primeiro do Ministério da Instrução, depois do Ministério da Educação, que foram publicados no *Diário do Governo* desde 1889, ano em que nasceu Salazar, até ao fim do seu consulado (1968), referentes à educação e ensino. Destes normativos mereceram-nos especial análise dois momentos históricos: as Leis, Decretos-Lei, Portarias e Despachos com os respectivos “Preâmbulos” em que eram definidas as novas matrizes que presidiam às reformas do ensino na Primeira

República e os normativos dimanados do Ministério da Educação Nacional, a partir de 1936, com o Ministro da Educação, Carneiro Pacheco que marcam nova viragem nos princípios norteadores do sistema educativo português (ver *infra* Parte IV, cap.º 8.º e cap.º 9.º);

- compilação e interpretação da legislação sobre as escolas do Magistério Primário e sobre o ensino primário em geral, em várias versões. (Referências bibliográficas);

- as revistas do Estado Novo sobre educação, sobretudo a *Escola Portuguesa* editada pelo Ministério da Educação (ver bibliografia);

- os compêndios únicos, totalmente controlados pelo regime;

- os compêndios de pedagogia em uso no Magistério Primário da época.

5.1.1. Fontes manuscritas não publicadas:

- um livro referente à escola primária do Fundão, freguesia do Pindelo, concelho de Oliveira de Azeméis contendo o “Registo Geral de Matrícula nas escolas elementares”, Modelo B, de 20 de Novembro de 1896, a 1 de Junho de 1904;

- um livro referente à mesma escola contendo a “correspondência recebida” dos mesmos organismos tutelares de 12 de Julho de 1898, a 15 de Novembro de 1921;

- um livro contendo a “correspondência expedida” pelos vários professores dessa escola para as respectivas tutelas regionais da instrução primária, desde 12 de Outubro de 1897, a 4 de Março de 1952, embora com alguns espaços temporais por preencher.

5.1.2. Fontes primárias.

A base de dados foi recolhida do espólio documental existente nos seguintes arquivos específicos:

- arquivo pessoal de Salazar, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

- Pode ser consultado por pessoas devidamente identificadas, mas os documentos relativos a pessoas, ainda vivas, estão interditos ao público. O Arquivo publica uma revista intitulada *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo*, Lisboa, 2005.

Para o nosso tema tem importância especial o vol. V, dedicado às “Instituições dos séculos XIX e XX”;

- arquivo existente no Museu da República e Resistência, Benfica – Lisboa. Contém documentação relacionada com os presos políticos no regime de Salazar.

- arquivo existente no “Centro de Estudos interdisciplinares do século XX” conhecido por (CEIS20) da Universidade de Coimbra. Publicam uma revista intitulada *Estudos do sec. XX*, publicitada pela Editora “Quarteto”. Contém documentação dispersa e sem continuidade, relacionada com resistência militar à ditadura salazarista..

5.2. Fontes bibliográficas

Encontramo-las, preferencialmente na Biblioteca Nacional-Lisboa e nas bibliotecas universitárias:

- Biblioteca da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Porto;
- Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
- Biblioteca da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Coimbra;
- Biblioteca da Universidade do Minho;
- Biblioteca da Universidade de Aveiro;

Através da procura de documentação conveniente, percorremos por nós mesmos, ou por interpostas pessoas estes locais, procurando encontrar bibliografia para o nosso tema. Se a bibliografia é vasta, a documentação inédita escasseia porque já foram vasculhados todos os arquivos históricos existentes. Acompanhámos e adquirimos as últimas publicações sobre Salazar, ainda mesmo as que divagavam sobre a sua vida particular. O nosso contacto com professores, sobretudo do ensino primário, proporcionou-nos alguns documentos, de espólios particulares esquecidos.

5.3. Metodologia: como se manearam as fontes?

No domínio da heurística procurámos alargar o mais possível a recolha das fontes directa ou indirectamente relacionadas com o nosso trabalho. O manejo dessas fontes foi o nosso passo seguinte. A variedade e diversidade das fontes se, por um lado, enriquece o trabalho, por outro obriga a uma criteriosa recolha, análise e tratamento dos

dados. Os nossos critérios de recolha e selecção não se cingiram, simplesmente, aos trabalhos de investigadores consagrados, mas estenderam-se ainda às publicações de carácter cénico e mesmo de ficção histórica, desde que tivessem como tema central a figura de Salazar. Da historiografia às artes procurámos tomar contacto com todos os escritos directa ou indirectamente relacionados com a nossa temática. Como critério geral, privilegiámos, sobretudo, os trabalhos avalizados pelas instituições académicas - teses de Mestrado e Doutoramento, ou então estudos de autores já consagrados nesta matéria sobre Salazar e o salazarismo. Tivemos sempre a preocupação de analisar os contextos espaço/temporais onde essas informações foram recolhidas e o respectivo cabimento no nosso tema, seleccionando apenas os conteúdos informativos fidedignos. Após esta selecção, procedemos à sua (re)interpretação, análise e enquadramento no nosso tema, após uma leitura crítica. Foi um trabalho moroso, porquanto não nos interessava apenas a análise e imputação causal de actos governativos de estruturas sociais ou políticas ou religiosas, ou o estudo da vida e obra do nosso personagem central, Oliveira Salazar já profusamente estudados e analisados. Embora a análise sociológica, como refere Weber, elabore os seus próprios conceitos à base das realidades da actividade humana que são igualmente importantes para os pontos de vista da História, ela “propõe-se compreender, por interpretação, a actividade social e as tentativas de controlo da parte do poder e por aí explicar casualmente o seu desenrolar e os seus efeitos” (Weber, 1971: 29).

A nossa preocupação principal foi, através dos factos e acontecimentos narrados, compreender a sua “missão” pedagógica, reequacionando nesta perspectiva a sua formação e caminhada para o poder, as cumplicidades e deserções que o percorreram e as metas doutrinárias que marcaram todos os seus discursos e actos governativos. Esta terapêutica salvífica tinha objectivo a sociedade portuguesa. A escola como instituição de dominação hierocrática (Weber, 1971: 95) foi o palco por excelência para enformar os mais novos e nela incidiu de modo especial a nossa análise. Esta análise teórica foi complementada com a narrativa do quotidiano de uma escola primária beirã e rural durante três regimes políticos, servindo-nos de documentação inédita e o olhar de três professores do ensino primário sobre a escola do Estado Novo.

6. INVESTIGAÇÕES PRÉVIAS QUE SERVIRAM DE FUNDAMENTO:

6.1. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Por ordem cronológica, para além dos trabalhos apresentados para cada cadeira no Mestrado curricular e avalizados pelos digníssimos docentes da Faculdade de Ciências de Educação da Universidade de Santiago de Compostela, apresentámos em 1995 a Dissertação de Mestrado à Faculdade de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

O tema desta Dissertação foi a educação familiar, seminarística e sacerdotal de Francisco Caboz uma personagem real, sob nome fictício (Fernandes, 1995). Em dois planos sobrepostos, o da memória documentada e outro de análise sociológica procurava-se, à luz da pedagogia hodierna, identificar e avaliar a actuação dos agentes educativos do seminário, da época em apreço: pais, professor primário, prefeitos do seminário, professores e directores espirituais, seus métodos e finalidades educativas. Se neste trabalho estudámos os cenários e os *modus operandi* dos actores, agora pretendemos estudar as “coisas” ou seja as instituições educadoras, reestruturadas por Salazar para realizara sua “missão” pedagógica de “salvar” a pátria.

6.2. Trabalho de investigação tutelado.

Tem por finalidade abrir caminho à tese de doutoramento, construindo os alicerces do edifício que se pretende erguer. Consta de duas partes:

- pesquisa bibliográfica o mais completa possível sobre tema a investigar;
- ponto da situação relativamente às investigações já efectuadas ou estejam em curso sobre a temática.

6.3. Projecto de Dissertação de doutoramento.

Contém as linhas mestras que iriam presidir à tese de doutoramento, a saber:

- problemática;
- critérios justificativos, pertinência;
- quadro teórico ou conceptual;
- quadro metodológico;
- calendarização dos trabalhos;
- bibliografia e fontes;

- estrutura do trabalho.

6.4. Outras investigações

Numa análise muito sucinta e sem quaisquer critérios avaliativos sobre o seu conteúdo, podemos cronologicamente dividir as investigações em dois períodos: antes e depois da Revolução do 25 de Abril (1928- 1974).

No primeiro período, avultam as entrevistas concedidas pelo ditador e condensadas respectivamente no livro ANTÓNIO FERRO, (1933), *Salazar. O Homem e a sua Obra*. Lisboa, Editor Fernando Pereira e GARNIER, C. (1952) e *Férias com Salazar*, Lisboa, Parceria Maria Pereira.

Mercê da censura oficial, todas as obras publicadas obedeciam ao severo controlo do Secretariado de Propaganda Nacional (S.P.N.), mais tarde Secretariado Nacional de Informação (S.N.I). à excepção dos raros escritos clandestinos, como por exemplo de GALVÃO, H. *Carta Aberta a Salazar*, Rio de Janeiro, Edição da Comissão de Libertação Nacional, 1959.

Após a Revolução, verifica-se uma profusão de obras sobre o Estado Novo. Entre estas podemos referir nos anos setenta CAMPINOS, JORGE, *Ditadura Militar 1926/1933*. Lisboa, Ed. D. Quixote; LUCENA, M. (1976) *A Evolução do Sistema Corporativo Português*. 2 vols .Lisboa, Perspectivas e Realidades; MÓNICA, FILOMENA, M. (1978), *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença.

A partir dos anos oitenta a acuidade do tema traduz-se em trabalhos académicos específicos que se tornam leituras obrigatórias de consulta. Lembramos as obras de NOGUEIRA, FRANCO em seis volumes sobre *Salazar*, iniciada ainda nos anos setenta e cujo último volume é publicado em 1986; CRUZ, MANUEL BRAGA DA, (1980), *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo* Lisboa, Editorial Presença; (1988). *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença.

À medida que os arquivos da Torre do Tombo começam a ser desvendados aparecem novas fontes manuscritas que contribuem para uma melhor compreensão da figura de Salazar e do seu regime, como

- ASSIS GONÇALVES, H. (1981), *Relatórios para Salazar, 1931- 1939*. Lisboa, Comissão do Livro Negro sobre o regime Fascista;

- LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (1983), Eleições Presidenciais de 1951 e Correspondência entre Oliveira Salazar e Craveiro Lopes. Mem Martins: Gráfica Eurpam. L.da;

- LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (1986), *Correspondência entre Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar*. Mem Martins: Gráfica Eurpam L.da;

- LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (1988) *Correspondência de Santos Costa para Salazar*.(s. d.), Mem Martins: Gráfica Eurpam. L.da.

Nos anos noventa, verifica-se a continuação da investigação académica sobre o tema. Para além da publicação de trabalhos como ANTUNES, F. J., (1993), *Salazar. Caetano. Cartas Secretas 1932- 1968*, Lisboa, Círculo dos Leitores; PATRIARCA, F. (1995), *A Questão Social no Salazarismo*. 2 vols. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda; TORRALBA, REIS, L. (1999), *A Universidade e o Estado Novo, O Caso de Coimbra, 1921- 1961*. Coimbra, Minerva, aparecem algumas obras de grande fôlego, com a participação de investigadores de várias áreas disciplinares que se debruçam sobre o Estado Novo nas suas diversas vertentes. Referimo-nos concretamente às grandes colecções História de Portugal e os Dicionários sobre este tema, tais como:

- ROSAS, FERNANDO (coord.) (1992), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, vol. XII da “Nova História de Portugal” (d direcção de Joel Serrão e A H. De Oliveira Marques), Lisboa, Presença.

- ROSAS, FERNANDO (com colaboração) (1994), *O Estado Novo (1926-1974)*, vol. 7 da “História de Portugal” (dir. de José Mattoso), Lisboa, Círculo dos Leitores/ Editorial Estampa.

- ROSAS FERNANDO E J. M. BRANDÃO DE BRITO (1996), *Dicionário da História do Estado Novo*, 2 vols. Lisboa, Círculo dos Leitores, Temas e Debates.

- SERRÃO, JOAQUIM V. (1997), *Do 28 de Maio ao Estado Novo (1926-1935)*, Vol. XIII da “História de Portugal”, Lisboa, Verbo.

- BARRETO, A.; FILOMENA MÓNICA, M. (orgs.) (1999), *Dicionário de História de Portugal*, 9, Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas.

A partir dos anos 2000, este fluxo intensivo de estudos sobre esta temática abranda, embora este tema não seja totalmente esquecido, sobretudo nos meios académicos e em ângulos ainda não suficientemente trabalhados, na óptica dos

respectivos autores. Referimos, como exemplo: PATRIARCA, F. (2000), *Sindicatos conta Salazar: a Revolta de 18 de Janeiro de 1934* Lisboa: Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais; TORRALBA, L. REIS, coord. de, (2000) *O Cinema sob o Olhar de Salazar*. Lisboa, Círculo de Leitores; FARIA, CRISTINA I. F. A. (2000), *As Lutas Estudantis contra a Ditadura Militar: 1926- 1932*. Lisboa, Edições Colibri; FARIA, TELMO (2000), *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935- 41)*. Lisboa, Edições Cosmos; ARAÚJO, HELENA COSTA (2000), *Pioneiras na Educação. As Professoras Primárias na Viragem do Século 1870- 1933*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional. PINTO, ANTÓNIO COSTA (2001), *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, A Guerra Colonial e a Descolonização, 1961- 1975*. Lisboa, Livros Horizonte; CUNHA, L. (2001), *A Nação nas malhas da sua Identidade. O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*. Porto, Edições Afrontamento; MELO, DANIEL. (2001), *Salazarismo e Cultura Popular (1933- 1959)*. Lisboa, Instituto das Ciências Sociais; RODRIGUES, LUIS NUNO (2002), *Salazar- Kenedy: a Crise de uma Aliança*. Lisboa, Editorial Notícias; BRANDÃO, PEDRO, R. (2002), *Salazar- Cerejeira a “força” da Igreja. Cartas Inéditas do Cardeal Patriarca ao Presidente do Conselho*. Lisboa, Editorial Notícias; FERRO, A. (2003), *Entrevistas de António Ferro a Salazar*. Prefácio de Fernando Rosas. Lisboa, Parceria A. M. Pereira Livraria Editora; MATOS, HELENA. (2003), *Salazar. A Construção do Mito*. Vol. I- 1928- 1933. Casais de Mem Martins, Rio de Mouro, Temas e Debates; MATOS, HELENA. (2004), *Salazar. A Propaganda. Construção do Mito*. Vol. II- 1934- 1938. Casais de Mem Martins, Rio de Mouro, Temas e Debates; CARVALHO, M. M. (2005), *Poder e Ensino. Os Manuais de História na Política do Estado Novo*. Lisboa, Livros Horizonte.

Trata-se apenas de uma breve amostragem, sem critérios valorativos. A bibliografia sobre Salazar e o seu regime foi objecto de uma vasta investigação em que participaram também autores estrangeiros como GEORGEL, J. (1985), *O Salazarismo*. Rio de Mouro, Publicações D. Quixote e LÉONARD, YVES (1996), *Salazarismo e Fascismo*, Mem Martins, Editorial Inquérito.

7. DIFICULDADES E LIMITAÇÕES

Fizemos algumas diligências para entrevistar personalidades ainda vivas do regime. Em vão. Ou estão já muito debilitadas, ou recusam-se terminantemente a dar entrevistas, mesmo para fins académicos. Depois de muitas diligências, foi contactado o ex Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Dr. Henrique Veiga

de Macedo de 90 anos de idade que teve um percurso semelhante ao de Salazar: formação seminarística, curso de Direito em Coimbra e sócio do C.A.D.C. Insistiu que o que tinha a dizer já o tinha dito no livro “Salazar visto pelos seus Próximos” (ver referências bibliográficas). Facultou a sua biografia que ia publicar, mas com a condição de que não a publicássemos. Contudo, face à insistência da mesma pergunta se considerava Salazar um salvador da pátria, respondeu nestes termos: “Salazar tinha como “missão” “salvar” a pátria e salvou-a por três vezes, durante o seu mandato:

- salvou-a contra os jacobinos;
- salvou a pátria durante a 2.^a Guerra Mundial;
- salvou a pátria do expansionismo comunista!”

E mais não disse. Limitou-se, informalmente, a tecer-lhe os mais rasgados elogios como homem e como estadista, aliás como o tinha feito no citado livro.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANTUNES, F. J., (1993), *Salazar. Caetano. Cartas Secretas 1932- 1968*, Lisboa, Círculo dos Leitores.

ARAÚJO, HELENA COSTA (2000), *Pioneiras na Educação. As Professoras Primárias na Viragem do Século 1870- 1933*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

ARCHER, M. S. (1979), *Social Origins of Educational Systems*. Londres, Sage Publications L.da.

ASSIS G., H. (1981), *Relatórios para Salazar, 1931- 1939*. Lisboa, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista.

BARRETO, A.; FILOMENA M., M. (orgs.) (1999), *Dicionário de História de Portugal*, 9, Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas.

BLUTEAU, P.e RAPHAEL, *Vocabulário Portuguez & Latino*, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712- 1720.

BOFF, LEONARDO (1981), *Igreja, Carisma e Poder*. 2.^a ed.. Lisboa, Editorial Inquérito.

- BOURDIEU, P. (1998), *A Economia das Trocas Simbólicas*, S. Paulo, Editora Perspectiva.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, JEAN- CLAUDE (s. d.), *A Reprodução. Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Lisboa, Editorial Vega.
- BOURDIEU, P., CHAMBOREDON E PASSERON (2002), *A Profissão de Sociólogo*, Petrópolis : Editora Vozes.
- BRANDÃO, R. P. (2002), *Salazar- Cerejeira a “força” da Igreja. Cartas Inéditas do Cardeal Patriarca ao Presidente do Conselho*. Lisboa, Notícias Editorial.
- CAMPINOS, J. (1975), *A Ditadura Militar, 1926/1933*. Lisboa, Edições D. Quixote.
- CARLOS LERENA, (1985), *Materiales de Sociología de la Educación y de la Cultura*. Madrid, Zero.
- CARVALHO, R. (1986), *A História do Ensino em Portugal: Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar- Caetano*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CARVALHO, M. M. (2005), *Poder e Ensino. Os Manuais de História na Política do Estado Novo*. Lisboa, Livros Horizonte.
- CASELLA, F. (2001), *Umanesimo- Renascimento (XV- XVI seculo). Lezioni di Storia dell' Educazione e della Pedagogia*, vol. 2, Torino, Società Editrice Internazionale.
- CERIMONIAL DOMÉSTICO (1936), Braga, Tipografia das Missões Franciscanas. *Costa para Salazar* (s. d.), Mem Martins: Gráfica Eurpam. L.da.
- CONSTITUIÇÕES SINODAIS DA DIOCESE DE LAMEGO(1954), Lisboa, União Gráfica.
- COSTA, G. DA. M. (1990), *Seminário e Seminaristas de Lamego. Monográfica Histórica*. Braga, Oficinas Gráficas.
- CROZIER E FRIEDBERG (s. d.), *Management. Mudanças e Desenvolvimento Organizacional*. Vol. I. Porto, Rés- Editora.
- CRUZ, M. B. DA (1980), *As Origens da Demoracia Cristã e o Salazarismo* Lisboa, Editorial Presença.
- CRUZ, M. B. DA (1988), *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença.

- CRUZ, M. B. DA (1997), *Inéditos e Dispersos I, Escritos Político-Sociais e Doutrinários (1908- 1928)*, Bertrand Editora.
- CUNHA, L. (2001), *A Nação nas malhas da sua Identidade. O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*. Porto, Edições Afrontamento;
- DURKHEIM, E., (1984) *Sociologia, Educação e Moral*, Porto, Rés-Editora.
- ESTATUTOS DO SEMINÁRIO DIOCESANO DE LAMEGO* (1962), Lisboa, União Grafica.
- FARIA, CRISTINA I. F. A. (2000), *As Lutas Estudantis contra a Ditadura Militar: 1926- 1932*. Lisboa, Edições Colibri.
- FARIA, TELMO (2000), *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935- 41)*. Lisboa, Edições Cosmos.
- F. ENGUITA, MARIANO (editor) (1999), *Sociología de la Educación*, Barcelona, Editorial Ariel.
- FERNANDES, H. N. (1995), *Francisco Caboz. De Seráfico a Trânsfuga. Uma autobiografia*. Porto, Faculdade de Ciências de Educação.
- FERNANDES, TEIXEIRA, A. (1998), *Os Fenómenos Políticos. Sociologia do Poder*. 2.^a ed. Porto, Edições Afrontamento.
- FERRO, A. (1933), *Salazar. O Homem e a sua Obra*. Lisboa, Editor Fernando Pereira.
- FERRO, A. (2003) *Entrevistas de António Ferro a Salazar*. Prefácio de Fernando Rosas. Lisboa, Parceria A. M. Pereira Livraria Editora.
- FRANCO, SOUSA (1994), “A Liberdade de Aprender e de Ensinar, no Âmbito das Liberdades Fundamentais” *apud* Roberto Carneiro (org.), *Ensino Livre: Uma Fronteira da Hegemonia Estatal*. Porto: Edições Asa.
- GALVÃO, H. *Carta Aberta a Salazar*. Rio de Janeiro, Edição da Comissão de Libertação Nacional, 1959.
- GARNIER, C. (1952), *Férias com Salazar*. Lisboa, Parceria Maria Pereira.
- GEORGEL, J. (1985), *O Salazarismo*. Lisboa, Publicações D. Quixote.
- GOFFMAN, E. (1974), *Manicómios, Prisões e Conventos*. S.Paulo, Editora Peupectuis.
- LEÃO XIII, *Carta Encíclica Immortale Dei*. Lisboa, Editora Rei dos Livros.

- LEIF, J. e BIANCHERI, A. (1966), *Philosophie De L'Éducation. Les Doctrines Pédagogiques par les Textes*. Paris, Librairie Delagrave.
- LÉON, A. (1977), *Histoire de L'Enseignement en France*, Paris, Presses Universitaires de France, 3.e Éd..
- LÉONARD, Y. (1996), *Salazarismo e Fascismo*, Mem Martins, Editorial Inquérito.
- LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (1983), *Eleições Presidenciais de 1951 e Correspondência entre Oliveira Salazar e Craveiro Lopes*. Mem Martins: Gráfica Eurpam. Lda;
- LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (1986), *Correspondência entre Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar*. Mem Martins: Gráfica Eurpam L.da;
- LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (1988), *Correspondência de Santos Costa para Salazar (s. d.)*, Mem Martins: Gráfica Eurpam. Lda.
- LOPES, JOSÉ MANUEL, M., (2002), *o Projecto Educativo da Companhia de Jesus*, Universidade Católica Portuguesa, Braga.
- LUCENA, M. (1976), *A Evolução do Sistema Corporativo Português*. 2 vols .Lisboa, Perspectivas e Realidades;
- MAGALHÃES, A. (2004), *A Identidade do Ensino Superior. Política, Conhecimento e Educação numa Época de Transição*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MARQUES, A. H. O. (1973), *História de Portugal*, vol. II. Lisboa, Palas Editores.
- MARROU, H. I. (1955), *Histoire de l'Education dans l'antiquité*. Paris, Seuil.
- MARX, KARL (1985), *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro I - O Processo de Produção do Capital. Vol. I e II. Tradução Reginaldo Sant`Ana. S. Paulo. Difel. 10ª Edição.
- MATTOSO, J. (org.) (1992), *História de Portugal*. Vol. I. Lisboa, Círculo dos Leitores.
- MATOS, HELENA. (2003), *Salazar. A Construção do Mito*. Vol. I- 1928- 1933. Casais de Mem Martins, Rio de Mouro, Temas e Debates.
- MATOS, HELENA. (2004), *Salazar. A Propaganda.Construção do Mito*. Vol. II- 1934- 1938. Casais de Mem Martins, Rio de Mouro, Temas e Debates.
- MELO, D. (2001), *Salazarismo e Cultura Popular (1933- 1959)*.Lisboa, Instituto das Ciências Sociais;

MÓNICA, F., M. (1978), *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença.

NEGREIROS; T. (1957), *Pensamento e Acção*. Lisboa: Neo- gravura L.da.

NETO, V. (1998), *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832- 1911)*. Lisboa, Imprensa Casa da Moeda.

NÓVOA, A. (1987), *Le Temps des Professeurs*, 2 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.

Ó, RAMOS DO, J., (1992), *Salazarismo e Cultura*, Portugal e o Estado Novo (1930-1960), Fernando Rosas (coord.), *apud* Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, (dirs.) Nova História de Portugal, vol. XII, Lisboa, Editorial Estampa.

ORDENAÇÕES PECULIARES DA PROVÍNCIA DE PORTUGAL DA ORDEM DOS FRADES MENORES (1943).

PATRIARCA, F. (1995), *A Questão Social no Salazarismo*. 2 vols. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda;

PATRIARCA, F. (2000), *Sindicatos conta Salazar: a Revolta de 18 de Janeiro de 1934* Lisboa: Lisboa, Faculdade de Ciência Sociais.

PINTO, ANTÓNIO COSTA (2001), *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, A Guerra Colonial e a Descolonização, 1961- 1975*. Lisboa, Livros Horizonte.

PORTUGUÊS, ERNESTO (1998), *Seminário de Nossa Senhora da Conceição – Braga. Aspectos Histórico- Pedagógicos*. Tese de Mestrado realizada na U. M., Braga, Oficinas de S. José.

REGRA DOS FRADES MENORES (1948), Braga, Tipografia das Missões Franciscanas.

REGULAMENTO DO COLÉGIO DAS MISSÕES FRANCISCANAS (1983), Braga, Tipografia da Missões Franciscanas.

RODRIGUES, LUIS NUNO (2002), *Salazar-Kenedy: a Crise de uma Aliança*. Lisboa, Editorial Notícias.

ROSAS, F. (coord.) (1992), *Portugal e o Estado Novo (1930- 1960)*, vol. XII da “Nova História de Portugal” (d direcção de Joel Serrão e A H. De Oliveira Marques), Lisboa, Presença.

ROSAS, F. (1994), *O Estado Novo (1926- 1974)*, vol. 7 da “História de Portugal” (dir. de José Mattoso), Lisboa, Círculo dos Leitores/ Editorial Estampa.

ROSAS FERNANDO E J. M. BRANDÃO DE BRITO (1996), *Dicionário da História do Estado Novo*, 2 vols. Lisboa, Círculo dos Leitores, Temas e Debates.

ROSAS, FERNANDO “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”. *Análise Social* n.º 157, vol. xxxv, Inverno de 2001.

SERRÃO, J. V. (1997), *Do 28 de Maio ao Estado Novo (1926- 1935)*, Vol. XIII da “História de Portugal”, Lisboa, Verbo.

SALAZAR, A. O. (1935), *Discursos (1928-1934)*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora.

SANTOS, B. de S. (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal*. 2.^a ed., (1974- 1988). Porto, Edições Afrontamento.

SAUD, CARLES (1978), *La Vocacion-Conversion et Reconversion des Prêtres Ruraux*. Paris, Éditions de Minuit.

SUCHODOLSKI, B., (1966), *Teoria Marxista de la Educación*, México, Editorial Grijalbo,

TORGAL, R. L. (1999), *A Universidade e o Estado Novo, O Caso de Coimbra, 1921-1961*. Coimbra, Minerva,

TORGAL, L. REIS, (coord.) (2000), *O Cinema sob o Olhar de Salazar*. Lisboa, Círculo de Leitores.

VARA COMONTE, A. (1997), *Sociologias de la Educación: Claves Fundamentales*. Santiago, Tórculo Edicións.

VAZ, J. (1965), *Actualização*. Lisboa, Sampedro.

WEBER, M. (1971), *Économie et Societé*, Paris, Librairie Plon.

PERIÓDICOS:

ANÁLISE SOCIAL, Rosas, Fernando (2001), “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, vol. XXXV, n.º 157, Inverno.

COLÓQUIO EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, Grilo, e. M. *et alt.* (1992), “ Algumas Considerações sobre a Reforma da Educação”, n.º 1, Outubro.

CULTURA, REVISTA DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS, Anselmo, A. (1997),
“Fronteiras da História do Livro”, vol. IX, II Série.

SOCIOLOGY OF EDUCATION, RAMIREZ, F. O.; Boli, J. (1987), “The Political
Construction of Mass Schooling: European origins and Worldwide institutionalization”,
vol. 60, Janeiro.

ACTES DE LA RECHERCHE EN SCIENCES SOCIALES, Julia, Dominique (1981),
« La Naissance du corps professoral », n.º 39, Septembre.

SEGUNDA PARTE

OS ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO DE SALAZAR. A “VIA LÁCTEA” PARA O PODER

CAPÍTULO SEGUNDO: ESCOLA PÚBLICA, MODERNA E LAICA E ESCOLA CONFSSIONAL NO CONTEXTO PORTUGUÊS: DUAS VISÕES ANTROPOLÓGICAS.....	68
1. PERCURSOS DA EDUCAÇÃO. ENSINO CONFSSIONAL E LAICO NO CONTEXTO PORTUGUÊS DOS PRINCÍPIOS DO SÉCULO XX	69
1.1. Os primeiros passos para a construção de um sistema escolar moderno e laico: O Marquês de Pombal.....	69
1.2. A Revolução de 1836.....	75
1.3. A Regeneração (1851).....	77
2. O CHOQUE ENTRE DUAS VISÕES ANTROPOLÓGICAS.....	82
2.1. A escola laica.....	82
2.2. A consolidação do ensino moderno e laico na Primeira República (1910- 1926).....	86
2.3. A escola confessional, uma outra racionalidade.....	90
2.4. A desconstrução da escola moderna e laica com Salazar (1933- 1968).	92
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	102

CAPÍTULO SEGUNDO: ESCOLA PÚBLICA, MODERNA E LAICA E ESCOLA CONFSSIONAL, NO CONTEXTO PORTUGUÊS. DUAS VISÕES ANTROPOLÓGICAS.

Sendo o estudo da educação apenas uma vertente do estudo da sociedade em geral, vamos neste capítulo fazer uma análise histórica e sociológica do percurso longo e difícil do sistema escolar português, desde os fins do século XVIII. Esta marcha para a modernidade não é paralela nem dependente da formação do Estado-nação, como noutras zonas europeias. Em Portugal, nação independente desde o século XII, a hegemonia da educação e ensino sempre esteve nas mãos da Igreja Católica. Quando se iniciou esta luta de “uma hegemonia contra outra (...) de uma racionalidade contra outra” como afirma Daniel Hameline (Nóvoa, 1987: XXIV), a educação e ensino estava nas mãos dos jesuitas.

Cabe ao Marquês de Pombal, primeiro-ministro do rei absoluto D. José, que governa Portugal entre 1750 e 1777 iniciar esta marcha para a modernidade,⁷⁰ construindo, por conta do Estado, uma rede oficial de ensino, onde os “mestres régios” ensinavam a ler e escrever (Nóvoa, *ibid.*:12).

A progressão destas reformas foi dificultada pelas conflitualidades políticas – lutas pelo poder entre absolutistas e liberais e conflitualidades sociais – lutas das classes burguesas⁷¹ para conquistarem o estatuto político e social da nobreza de espada. Estas lutas que se agudizam em Portugal, desde os fins do século XVIII, até à proclamação da República, não são propícias à consolidação do papel hegemónico do Estado na educação. Por estes motivos, a estatização e secularização do sistema educativo vão sofrer avanços e recuos, durante toda a vigência da Monarquia Constitucional.

Num segundo ponto, vamos analisar o confronto inevitável da Primeira República com a Igreja Católica que se vê despojada dos seus privilégios e perseguida. Trata-se, portanto, de duas visões pedagógicas do Homem que divergem na sua natureza e práticas⁷²:

⁷⁰ As reformas do governo do Marquês de Pombal na educação e ensino podem ser sintetizada nestas três ideias-força: “Estatizar, secularizar, uniformizar” (Nóvoa, *ibid.*: 95)

⁷¹ No século XIX o próprio conceito de burguesia era ambíguo. Era uma burguesia complexa, diversificada nos seus rendimentos e fortunas, na sua cultura, nas actividades que desenvolvia, nas opções políticas, mas unida pelo sentimento de diferença em relação ao grupo popular pelo desejo de se distinguir da massa na vida e na morte” (Vieira, 2003: 13).

⁷² “A implantação da República em Portugal cria o contexto para um confronto directo entre a Igreja e o Estado. (...) No centro das controvérsias e das lutas que se desenvolvem, situa-se o controlo do poder

- a visão laica instituída pela modernidade e de onde deriva a moral cívica;
- a visão confessional, *intellectus fidei* “de obediência ou referência eclesial” (Desroche, 1984: 6), donde deriva a moral católica em cujos cânones se operou a socialização de Salazar e que, quando no poder, fiel aos seus princípios seminarísticos, impôs à Nação.

1. PERCURSOS DA EDUCAÇÃO. ENSINO CONFSSIONAL E LAICO NO CONTEXTO PORTUGUÊS DOS PRINCÍPIOS DO SÉCULO XX.

1.1. Os primeiros passos para a construção de um sistema escolar moderno e laico. O Marquês de Pombal.

Em Portugal, os primeiros passos para a criação de um sistema de ensino estatal, têm início na segunda metade do XVIII, com o absolutismo do Rei D. José, sendo Primeiro Ministro o Marquês de Pombal.⁷³ Este sistema escolar está mais relacionado com os contextos sociais nacionais do que com a evolução do pensamento pedagógico português.⁷⁴ A política educativa seguida pelo Marquês de Pombal é condicionada pelas interações dos grupos sociais interessados no criação e funcionamento do sistema e pelo próprio sistema, isto é, pelo conjunto mais ou menos convergente dos grupos sociais ou pessoas que o habitam e se empenham no seu controlo (Fernandes, 1998: 24). Esta interferência do sistema educativo na sua própria reelaboração foi identificada pela socióloga Margaret S. Archer (1979) e por Antoine Prost (1999) que sublinham a força estruturante das instituições relativamente ao seu próprio devir.⁷⁵

A política educativa do Marquês de Pombal tem raízes de carácter político e sócio-económico. No quadro político é fortemente impulsionada pelo terramoto de

político. Os republicanos pretendem retirar à Igreja a acção que exercem sobre os espíritos dos cidadãos, numa situação de total confusão das sociedades civil e eclesial” (Fernandes, 1992: 11).

⁷³ António Nóvoa salienta dois períodos-chave na evolução estatutária dos professores primários: o primeiro coincide com a época do Marquês de Pombal, 1759- 1794. Cf. (Nóvoa, 1987: 13). Por sua vez Rogério Fernandes refere que as sucessivas iniciativas que estão na origem do sistema escolar português escalonam-se entre 1759 e 1772- 73. Cf (Fernandes, *ibid.*: 25).

⁷⁴ “O pensamento pedagógico português como a evolução das nossas instituições escolares, revelam numerosos pontos de contacto com o exterior, mas as condições históricas nacionais infundem-lhes características peculiares ” (Fernandes, 1992: Contra Capa).

⁷⁵ Para inflectir o curso das coisas, a decisão política criou instituições; uma vez criadas têm tendência a perpetuar – se, a conservar a sua tradição, estruturando e limitando o campo dos possíveis, impondo suas condições às políticas futuras ” (Prost, 1999: 208).

1755.⁷⁶ A determinação do Marquês em tomar medidas imediatas para combater a tragédia que culminou com a reconstrução de Lisboa, reforça o seu poder contra a nobreza e o clero. O poder político e económico que estas duas classes representam, assim como o seu estatuto de forças sociais autónomas “opõe-se frontalmente à *razão de Estado* de que Pombal é o intérprete mais fiel” (Nóvoa, *ibid.*: 125).

Acusados de terem cometido um atentado contra a vida do Rei D. José, o que nunca foi esclarecido, uma das principais famílias da nobreza portuguesa – os Távoras – é levada ao cadafalso. Os jesuítas pertencentes ao clero regular, mas com grande influência na nobreza e no ensino são expulsos do país. Os padres oratorianos substituem-nos no ensino.⁷⁷

No plano sócio-económico, relaciona-se com os interesses da burguesia em ascensão e com o reforço do poder absoluto régio: agrada aos pequenos e médios proprietários e da pequena nobreza provinciana (Fernandes, 1998: 26). Faltam funcionários públicos nos órgãos periféricos do poder (*ibid.*: 27). O mesmo não sente a alta aristocracia nem a grande aristocracia terra-tenente habituados a vier dos rendimentos e não do trabalho (*ibid.*). A reorganização do aparelho do Estado absoluto em matéria económica, de tributação e administração da justiça exige homens educados.⁷⁸

Entre 1759 e 1772–73, período correspondente à publicação das principais obras de Rousseau sobre educação,⁷⁹ são dados vários passos para a “emergência de um sistema ensino do Estado e para a criação de condições necessárias à profissionalização da actividade docente (Nóvoa, *ibid.*: 95). Eis algumas dessas medidas:

- criação do cargo de Director de Estudos, alto funcionário imediatamente dependente do Soberano. Compete-lhe a administração dos chamados Estudos Menores,

⁷⁶ Durante os primeiros anos do governo do Marquês de Pombal o choque com a nobreza e o clero não são violentos e a sua figura é frágil esperando-se a sua queda a todo o momento (Nóvoa, *ibid.*: 123).

⁷⁷ A Congregação do Oratório foi instituída em Portugal pelo ilhéu padre Bartolomeu de Quental, confessor de El-Rei D. João IV: “A orientação literária e científica do Oratório era menos aferrada à tradição, dava mais liberdade intelectual à mocidade e, sobretudo, recebera nas suas escolas a nova filosofia de Descartes, saindo da Congregação o mais distinto filósofo cartesiano, Malebranche, autor do retumbante livro *Indagação da Verdade*” (Deusdado, 1995: 119).

⁷⁸ A história cultural empregou a palavra *crise* (de consciência, de mentalidades etc.) para designar um período que começa no século XVII e se prolonga até ao século seguinte. Esta crise marca a transição entre o “pensamento da Renascença” e o “Espírito das Luzes”; paralelamente elabora-se uma concepção do homem acessível, manipulável, numa palavra, educável” (Nóvoa, *ibid.*: 127).

⁷⁹ Das quais se destaca *Emílio ou da Educação*, publicado em 1762, onde sintetiza todas as ideias das obras anteriores sobre educação (Cf. Vara Coomonte, 1997: 39).

tanto públicos como privados, para assegurar a unidade doutrinal do ensino (Fernandes *ibid.*: 28).

Ao Director de Estudos incumbia a *coordenação dos estudos*; a elaboração de um *relatório anual* sobre o estado das classes reais; a *inspecção dos professores*, que ficam sujeitos a sanções disciplinares e a *administração das classes reais* para assegurar entre os professores “uma paz perfeita e uma permanente uniformidade de Doutrina, de modo que todos contribuam para o progresso da sua profissão e para o sucesso dos seus Discípulos” (Alvará Régio de 28 de Junho de 1959- Collecção das Leys, *apud* Nóvoa, *ibid.*: 142). Deste modo, a administração e a gestão pedagógica dos Estudos Menores passa das mãos da Igreja para as do Estado, (o que não significa a secularização ou laicização do ensino).

- controlo do sistema escolar nas admissões dos docentes. Todos tinham de prestar provas, perante o director dos estudos, ou perante um seu representante (*ibid.*:28). Segundo Nóvoa, representa uma medida importante, porque constitui um suporte legal para o exercício da actividade docente, apresentando-se como uma habilitação temporária, primeiro provisória e depois, passados alguns anos, consoante o mérito dos candidatos, definitiva (Nóvoa, *ibid.*: 144).

O Estado passa a controlar não só a administração e gestão pedagógica, mas também os professores, o que significa a tutela sobre a qualidade da escola e dos agentes educativos. Fora das classes reais fundadas pelo Estado “ninguém poderia ensinar publica ou privadamente sem ter a licença e autorização do Director de Estudos, o que obrigava a fazer prova de “bons costumes” a demonstrar “ciência e prudência” e a sujeitar-se a um exame público” (Alvará Régio de 28 de Junho de 1959- Collecção das Leys, *apud* Nóvoa, *ibid.*:143).

- financiamento público do sistema, mediante o *subsídio literário*, um imposto criado explicitamente para a manutenção dos professores e mestres dos Estudos Menores. Os municípios são, assim, substituídos, neste campo, pelo Estado absoluto (*ibid.*: 29). A remuneração dos professores e mestres a cargo do Estado é outro passo importante para a estatização, uniformização e laicização da educação e ensino. O Estado em nome de toda a Nação assume a responsabilidade da sua manutenção e viabilidade financeira, evitando assim as influências redutoras dos grupos sociais que administram os municípios.

▪ criação de estruturas escolares. Ainda estamos longe da escola democrática. Estas estruturas são criadas na lógica do quadro político-social da ordenação da sociedade por ordens estamentais privilegiadas. São contemplados, em primeiro lugar, no ensino secundário, as classes nobres. Aos filhos dos comerciantes é destinado o ensino secundário profissional. Para os outros, abrem-se escolas gratuitas do núcleo duro da cultura geral: Gramática Latina, Gramática Grega, Retórica, Filosofia Natural e Moral (*ibid.*).

Para servir de base ao sistema de ensino estatal, são criadas, em 1772, as *Escolas de Ler Escrever e Contar* nas quais se ensina a leitura, a escrita, o cálculo a caligrafia, a ortografia, a doutrina cristã e a civilidade. Contudo, nem todas estas escolas são acessíveis a todos. No Preâmbulo da Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772 identificam-se os limites da escolarização: estabelece-se em primeiro lugar que o sistema escolar não é acessível a todos os sectores sociais. Da escolarização fica excluído o género feminino,⁸⁰ assim como os que trabalham na agricultura, e nas artes fabris. “os braços e as mãos do corpo político” pois não carecem das primeiras letras, bastando-lhe as “instruções dos párocos “ isto é o ensino oral do catecismo realizado aos domingos (Fernandes, *ibid.*: 30).

Deste modo, estas reformas de ensino estabelecem uma espécie de percurso académico, indo do ensino primário à universidade, passando pelo ensino secundário e prevendo especificidades para a educação dos nobres e para o ensino técnico e industrial (Nóvoa, *ibid.*: 137).

Neste processo de estatização, uniformização e secularização do ensino, de realçar a contribuição de algumas das maiores referências culturais que estudam no estrangeiro e que desempenham um papel importante neste arranque do sistema escolar em Portugal. No quadro do iluminismo português “importado” dois homens se destacam: Luís António Verney⁸¹ e o médico António Nunes Ribeiro Sanches. O primeiro com o seu *Verdadeiro Método de Estudar* (1750), encapotado debaixo de um pseudónimo com medo de represálias, apresenta um verdadeiro manifesto contra o

⁸⁰ “A defesa da escolarização das raparigas dá-se na segunda metade do século XIX, quer seja ao nível básico e profissionalizante para as classes populares, quer a nível secundário para a burguesia (Pinto, 2000: 33).

⁸¹ Arcediago e Mestre em Artes pela universidade de Évora, portanto discípulo dos jesuítas (Deusdado, *ibid.*: 120).

método jesuíta⁸². Pela sua repercussão no sistema escolar, da responsabilidade da Companhia de Jesus, representa o ponto de viragem de uma hegemonia eclesial católica, para um sistema de ensino controlado e dirigido pelo Estado (Nóvoa, *ibid.*: 131).

O segundo, mais pragmático com as *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (1760) aponta medidas concretas para a educação a mocidade. Defende uma filosofia iluminista com uma educação moderna, mas apenas nela inclui as classes superiores e média.⁸³ Um dos princípios fundamentais defendidos por Ribeiro Sanches era de que a educação das crianças e jovens era da exclusiva competência do poder político, ou seja do monarca e não dos eclesiásticos, excepto no referente à doutrina católica (*ibid.*: 71).

Não podemos afirmar que as reformas do Marquês de Pombal, impulsionadas por estas contribuições reflexivas, advoguem uma ruptura dos fundamentos sociais do acesso à educação e ensino. Estamos ainda longe do confronto entre as matrizes educativas laicas da Primeira República e as matrizes confessionais do Estado Novo. Estas reformas são fruto de uma luta pelo poder hegemónico entre diferentes grupos sociais que partilham as mesmas matrizes confessionais, dentro de um Estado, também confessional. Como refere Margaret Archer: “A integração da educação com o Estado e com uma pluralidade de outras instituições sociais, emerge da interacção do poder dominante com grupos dogmáticos” (Archer, 1989: 174).

No que diz respeito à profissão docente, estas reformas do ensino instituíram “um magistério digno da sua missão, fazendo apelo ao mérito e à moralidade, para dirigir a infância e denominando os professores de instrução primária “mestres régios” para por fim ao desprezo com que era olhada esta profissão, até aí considerada como sendo uma profissão mecânica” (Costa, 1882: 588).

Com a rainha D. Maria abrandam as reformas pombalinas (*ibid.*: 31). Embora D. Maria crie 18 escolas femininas régias em Lisboa, atribui-lhes um currículo diferente das masculinas e fica, assim, institucionalizada a diferença de género, num dos mais eficazes meios de promoção social. O controlo estatal sobre o ensino regride: o ensino das primeiras letras é entregue aos conventos e o ritmo do ensino secundário abranda.

⁸² “A pedagogia jesuítica, única senhora do campo, não tendo o estímulo da concorrência de estranhos, necessitava da concorrência que lhe despertasse a legítima emulação” (Deusdado, *ibid.*: 118).

⁸³ “Como outros homens do seu tempo, Sanches colocava-se na perspectiva da burguesia ascendente, contra os privilégios herdados pela nobreza de espada” (Fernandes, *ibid.*: 70).

O sistema escolar evolui numa rota de equilíbrio muito precária, nos fins do século XVIII, até à revolução liberal (1820). Contudo, algumas iniciativas pontuais merecem ser mencionadas:

- a criação das escolas militares pelo método do ensino mútuo;
- a introdução de mulheres no ensino, as mestras régias;
- a primeira associação de professores e mestres régios chamado *Montepio Literário* em que já principia a defender os seus interesses, perante o poder régio.

Durante o século XIX, a instrução pública, vive mais de reestruturações pontuais que de avanços substantivos consolidados. Esta situação relaciona-se com as sucessivas crises políticas, sociais e económicas que atravessam esta centúria de oitocentos. A estatização do sistema escolar, no ensino primário, iniciada com o Marquês de Pombal, sofre rude golpe com a passagem para os municípios da responsabilidade de financiamento e inspecção. Esta experiência de descentralização iniciada com a reforma de Rodrigues Sampaio e José Luciano de Castro que se prolonga pela Primeira República “será votada ao malogro.”⁸⁴

Com a Revolução Liberal de 1820, a Comissão de Instrução Pública das Cortes Constituintes ofusca o órgão estatal de Administração Pública, ao assumir poderes executivos, ao lado dos poderes legislativos que lhe são próprios. O saldo é decepcionante (*ibid.*: 32-33). O texto constitucional elaborado pelos representantes da burguesia e aristocracia liberais é ambíguo, quanto ao compromisso de estender o ensino público a todos os cidadãos:

“(…) o discurso regenerador apresentou-se como moderado e unificante e assumiu um carácter supraclassista, tendente a evitar o confronto social e a congregar em seu torno, o maior número de estratos sociais. Cremos que nestas práticas se podem fundamentar algumas das razões para os limites das reformas propostas pelos vintistas” (Proença, 1990: 144).

A burguesia portuguesa, embora indiferenciada, obedece ao mesmo *ethos* de classe da burguesia europeia: uma classe que nos negócios age racionalmente,

⁸⁴ (*Ibid.*: 42). Esta situação permanece até à Primeira República. O governo avisado dos fracassos anteriores da descentralização, reservou para si a supervisão do Ensino Primário, através dos Inspectores de Círculo e ameaçou de pesadas multas os municípios que fossem negligentes. Como os resultados não fossem satisfatórios, em 1919 chamou a si a administração do ensino primário.

empenhada na transformação, defensora da separação Igreja/Estado e apostada na laicização da sociedade. Contudo, não tem a preocupação de investir na emancipação social e cultural das massas trabalhadoras, presumível obstáculo ao seu desenvolvimento económico e fundiário. Persiste, contudo, em querer demonstrar a sua benemerência para com os desfavorecidos da natureza (Vieira, 2003:17) e a sua superioridade moral pela prática religiosa, ao longo de todo o século XIX.⁸⁵

Mas há forças sociais e políticas que não se conformam com a redução da sua hegemonia sobre a sociedade portuguesa. O Miguelismo, defensor de uma monarquia absoluta e do modelo das ordens estamentais, representa na educação protagoniza um retrocesso no incipiente processo de estatização do ensino. São perseguidos todos os professores ou mestres liberais. Uns exilam-se e outros são assassinados.

1.2. A Revolução de 1836.

Com a revolução de Setembro de 1836 que repõe a Monarquia Constitucional, fazendo sonhar o país com a modernização e progresso, dá-se outra falsa partida para a modernidade (Magalhães, 2004). Passos Manuel defensor de que a revolução tecnológica não se efectuará sem elevar o nível cultural e profissional do país, empreende uma reforma global de todos os ramos e graus de ensino, tendo em vista o necessário arranque industrial:

- reforma da instrução primária masculina e feminina, tanto nos currículos, como nos métodos de ensino;
- afirmação da escolaridade obrigatória.

Porque o poder tem consciência da enormidade da tarefa, face aos recursos económicos existentes, esta obrigatoriedade é promovida, ainda de uma forma evasiva: divide-se o território em círculos de instrução primária, mas a abertura da escola fica condicionada a haver, no mínimo, 60 alunos que a frequentem. Num país, ainda retalhado por lutas políticas e com uma economia de subsistência, a maior dificuldade é convencer as

⁸⁵ “Exemplificando: na cidade do Porto, em 1880 foram celebrados 1033 casamentos católicos e apenas dois civis. (...) A importância da Igreja de Roma na vida nacional, fica também demonstrada, a nosso ver na organização dos actos eleitorais que, para além de serem realizados nos lugares de culto, continuavam com a colaboração directa dos padres, nas operações de recenseamento em que desempenhavam um papel complementar de verificação da capacidade eleitoral e da elegibilidade dos cidadãos” (Vieira, 2003: 16-17).

famílias das vantagens da escolarização, abdicando do rendimento proporcionado pelos seus filhos em idade escolar.

- criação das Escolas Normais pelo Método do Ensino Mútuo, nas capitais de distrito administrativo⁸⁶;
- criação da Escola Politécnica de Lisboa (Decreto de 11 de Janeiro de 1837, *Diário do Governo*, n.º 13, de 16 de Janeiro de 1837) e Academia Politécnica do Porto (Decreto de 13 de Janeiro de 1837, *Diário do Governo*, n.º 16 de 19 de Janeiro de 1837).
- Criação dos Conservatórios de Artes e Ofícios de Lisboa e Porto (Decreto de 5 de Janeiro de 1837, *Diário do Governo*, n.º 7 de 9 de Janeiro de 1837);
- aulas nocturnas para adultos;
- previsão de uma escola feminina em cada capital de distrito administrativo;
- previsão de edifícios próprios para o ensino primário, na terminologia oficial "casas públicas em lugares saudáveis" (Fernandes, *ibid.*: 35).
- descentralização administrativa nas "Províncias Insulares", mediante a instituição dos Conselhos Provinciais de Instrução Pública, dotados de largos poderes de gestão do ensino.
- criação das Comissões Concelhias de Inspeção do ensino.

São criadas, portanto, as estruturas escolares e administrativas da parte do Estado liberal para fazer sair o país do marasmo e revitalizar, continuando, as reformas pombalinas. É, contudo, na instrução secundária, que o governo coloca as maiores atenções. São instituídos os liceus nacionais que substituem a estrutura do ensino secundário, herdada do pombalismo. Estabelece-se que os liceus disponham, também, de edifícios em lugares saudáveis e dotados de equipamentos escolares especiais, como salas específicas para o estudo das Ciências Naturais e Laboratórios.⁸⁷ Os currículos são substituídos por outros. O objectivo é estender a instrução secundária às grandes massas

⁸⁶ Na instrução primária, criando-se em cada capital de distrito administrativo uma escola normal e de ensino mútuo, dotada de um professor e de um ajudante. A este se atribuíam, além de outros deveres, o de ministrar três lições nocturnas por semana aos adultos que não pudessem assistir às aulas diurnas (Fernandes, "Marcos do Processo Histórico de Alfabetização de Adultos", *Colóquio Educação e Sociedade*, n.º 2, Fevereiro de 1993, 116- 144).

⁸⁷ Passos Manuel reconhece que o sistema de instrução secundária até aí vigente "consta, na maior parte, de alguns ramos de erudição estéril, quase inútil para a cultura das ciências, sem nenhum elemento que possa produzir o aperfeiçoamento das artes e os progressos da civilização material do País" (Gomes, 1996: 62).

de cidadãos que, não aspirando ao ensino superior, possuam “os elemento científicos e técnicos indispensáveis aos usos da vida no estado actual das sociedades” (Gomes, *ibid.*).

1.3. A Regeneração⁸⁸ (1851).

A terceira falsa partida da reestruturação moderna da sociedade portuguesa através do ensino estatal coincide com o período da Regeneração.⁸⁹ A sociedade civil constitui-se em espaço de liberdade dos cidadãos (...) Os direitos do homem e os direitos de cidadania – uns civis e outros políticos – afirmam-se, à medida que se vai alcançando a modernidade política (Fernandes, 2001). Tal não aconteceu, não obstante haver todas as condições para este arranque:

- estabilidade política - 39 anos e seis meses, o período mais longo que um partido liberal permaneceu no poder em Portugal;
- arranque da indústria fabril que implica recursos humanos escolarizados, como via para o progresso global;⁹⁰

Contudo, faltava uma condição muito importante para a mudança de mentalidades: a sociedade civil, dominada por uma elite intelectual política⁹¹ e pelo poder hierocrático, ainda não gozava de liberdade. Eis algumas dessas razões:

- A laicidade ainda é rejeitada, por causar a “imoralidade”;⁹²

⁸⁸ As primeiras utilizações da palavra “regeneração” como referente político datam da Revolução Francesa. A primeira tentativa para a instauração do liberalismo em Portugal- 1820- auto-definiu-se através do mesmo vocábulo que encerrava o apelo à esperança salvadora de conseguir opor à crise do antigo regime, um conjunto de reformas de carácter predominantemente político- institucional que seriam capazes de promover a regeneração da sociedade (Proença, 1990: 8-9).

⁸⁹ O movimento que se chamou “ Regeneração de Portugal” caracterizou-se por uma relativa acalmia explicável no enquadramento geral da expansão económica e da prosperidade para as classes dirigentes (Marques, 1973: 104).

⁹⁰ “Porque está desanimada a nação, tendo conquistado ainda ontem a liberdade, esse filtro maravilhoso que faz rejuvenesce um povo? Porquê? Porque não baseámos a liberdade nacional na instrução nacional porque criámos o espírito de pátria nova sem lhe criarmos o corpo (...) Amigos da instrução pública: lutai a favor da escola primária. Não há liberdade nacional sem instrução nacional ” (Torres, 1870: 220).

⁹¹ “ 92% dos 1253 indivíduos eleitos para o Parlamento entre 1851 e 1890 tinham um diploma superior. 49% provinha mesmo de uma única instituição, a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Almeida, *apud* Ramos, *ibid.*: 31).

⁹² “A laicidade constitui-se de forma progressiva, ao longo do século XIX e inícios do século XX. Inicia-se na Europa do ponto de vista político, com a afirmação da liberdade de consciência em 1789, na “Declaração dos direitos do homem e do cidadão” (...). As crenças religiosas haviam-se tornado no entender dos intelectuais da época, uma questão de domínio privado, não pertencendo mais à esfera política ” (Fernandes, 2001: 9).

O liberalismo português dominado pela burguesia, não obstante praticar a racionalidade nos negócios, é avesso a rupturas sociais e a confessionalidade católica no ensino é reafirmada por unanimidade.⁹³

- extrema pobreza, sobretudo nas zonas rurais do interior e nas periferias da cidade, onde a resistência à escolaridade, obrigatória bandeira dos reformadores liberais é grande;

Esta situação social que é vivida no século XIX e princípios do século XX provoca a fuga à escolarização, fonte do analfabetismo e absentismo dos matriculados.⁹⁴ Historiadores como Alexandre Herculano e escritores como Camilo Castelo Branco, dão dela testemunho. As razões aduzidas são sempre:

“a miséria das famílias cercados de filhos de tenra idade. Tendo só para os sustentar, instruir e educar o diminuto salário de cada dia, não permite que se mande os filhos à escola que se comprem livros que se vistam decentemente para ali aparecerem, se a caridade cristã não viesse em seu auxílio. A instrução é o grande património do pobre, mas a braços com a miséria, ninguém se pode instruir” (Fernandes, *ibid.* :40).

Transportados para a discussão pública, estes entraves à modernização são debatidos acaloradamente nos meios académicos e políticos e trazem algumas conclusões:

- o monopólio do ensino do Estado é defendido por razões de ordem pragmática: porque se não o fizesse, a ignorância seria muito maior (Fernandes, *ibid.*: 40).

- o ensino público deve ter precedência em relação ao ensino particular;
- o monopólio do Estado no ensino e a luta pela escolaridade obrigatória deve continuar.

⁹³ “Após a instauração do regime constitucional, a política eclesiástica foi influenciada pelo anti-clericalismo, não obstante a dimensão religiosa que o regime liberal também comportava. Este modelo político nunca foi anti- religioso, como o comprova o facto de as suas principais figuras políticas e intelectuais assumirem o catolicismo e procurarem conciliar a igreja com a modernidade” (Neto, 1988:13).

⁹⁴ “ A situação de miséria material e moral do mundo operário portuense foi repetidamente apontada pela subcomissão encarregada da visita aos estabelecimentos industriais da cidade em 1881. Estes inspectores afirmaram mesmo que as carências eram tantas, que os pais das crianças, em idade escolar, pediam aos patrões em cujas fábricas era dada a instrução primária, para dela dispensarem os seus filhos, visto que essa actividade os retirava do trabalho, resultando na perda de uma parcela de salário equivalente ao custo de um pão ” (Vieira , 2003: 15).

O país a dar os primeiros passos para sair da estagnação económica (Ramos, 1994:26-36), não consegue, a curto prazo, inverter esta situação. Os professores com remunerações atrasadas, deixam-se cair no desleixo. Os relatos elaborados, desde meados do século, radiografam esta situação a que os políticos progressistas não conseguem dar respostas satisfatórias.⁹⁵ Ainda tentam criar as escolas de adultos,⁹⁶ as escolas móveis, integradas no sistema escolar estatal, as aulas nocturnas, mas os municípios, também com orçamentos reduzidos, não suportam a despesa que nesta altura lhes está cometida.

Um novo dado pedagógico, embora pontual, iniciado neste século é o associativismo cultural “suportado pelo operariado e pela clerezia intelectual progressista.” (Fernandes, *ibid.*: 41). Ele é responsável no ensino primário, por cursos de formação para os professores “em exercício” para a assimilação de novo método e uma nova filosofia do ensino da leitura. O método de João de Deus espalhar-se-á no âmbito das associações culturais laicas e dará novo fôlego à alfabetização e instrução populares, ao mesmo tempo que difunde as ideologias republicana e socialista.

Outro sector objecto de reestruturação é o ensino técnico profissional. Colocado sob a dependência do Ministério das Obras Públicas e apoiado pelo poder económico⁹⁷ fez alguns progressos. O Decreto de 30 de Dezembro de 1852, sendo Ministro das Obras Públicas Comércio e Industria, António Maria de Fontes Pereira de Melo, revela já um grande preocupação do Estado, relativamente a este ramo de ensino: é criado o ensino industrial “genérico para todas as artes e ofícios”,⁹⁸ o Instituto Industrial de Lisboa e a Escola Industrial no Porto, em simultâneo com o currículo detalhado para cada grau de ensino, as condições de admissão dos alunos,⁹⁹ as condições requeridas para o

⁹⁵ F. A. Rodrigues de Gusmão no ano lectivo 1848- 49 descreve assim, a situação do estado de uma escola dos concelhos mais atrasados do país: “ Os professores cumprem frouxamente os seus deveres; com a irregularidade da paga das remunerações desculpam a sua negligência. Em verdade o Estado não tem direito a exigir dos professores bom serviço se lhes não dá em tempo conveniente o ordenado que lhes prometeu; é um contrato bilateral que obriga reciprocamente.(...). Além disso os professores dirigem-se no ensino por mero arbítrio; não têm instruções que regulem a polícia e a disciplina das aulas, nem há quem as fiscalize convenientemente “ (Gusmão, *apud* Boto, 1999: 233- 242).

⁹⁶ “O tema da alfabetização ganha substantiva relevância no discurso político e nas representações mentais da intelectualidade portuguesa no decorrer de todo o século XIX ” (Fernandes, *ibid.*: 231).

⁹⁷ “A estratégia de expansão este ramo de ensino passa pela colaboração do Governo com municípios empresas e associações que se traduz na concessão de edifícios, mobiliário e equipamentos etc., por parte destas entidades ao mesmo tempo que o governo contratava professores, promovia a elaboração de programas, organizava a inspecção ” (Fernandes, *ibid.*: 43).

⁹⁸ Título I, cap.º I. do Decreto de 30 de Dezembro de 1852, *Diário do Governo*, n.º 1, I Série, 01/01/1853.

⁹⁹ Título IV do Decreto de 30 de Dezembro de 1852, *Diário do Governo*, n.º 1, I Série, 01/01/1853.

recrutamento dos professores, a composição do “Conselho Director do Ensino” e a tabela de vencimentos de todo o pessoal docente e não docente.

Como fundamentação das suas propostas, o ministro, no Preâmbulo do Projecto de Decreto faz uma resenha histórica sobre o desenvolvimento do ensino industrial nos países europeus, Inglaterra Bélgica Alemanha França e Espanha e o estado da indústria fabril em Portugal.¹⁰⁰

Quanto ao ensino liceal masculino e feminino, os seus ritmos de desenvolvimento não foram os mesmos. No ensino liceal masculino houve algumas reestruturações polémicas. De entre elas sobressai a de Jaime Moniz (1894- 1895), a mais criticada pela pedagogia republicana, por ter uma orientação germanizante, directivismo pedagógico e autoritarismo disciplinar (Fernandes, *ibid.*:43).

Quanto ao ensino liceal feminino, de cariz oficial, a diferenciação de género continua: apenas em 1906 são criadas as cinco primeiras classes do ensino liceal normal, no liceu nacional Maria Pia, em Lisboa. De 1888, data em que é autorizado oficialmente, até 1906, o ensino liceal apenas é ministrado em colégios particulares. Aliás, todo o ensino secundário vai passar por uma fase de desvalorização social, com as escolas primárias superiores que foram extintas já no Estado Novo.

A crise da monarquia constitucional agudiza, também, a crise do ensino. As dificuldades económicas são o principal argumento para a falta de investimento no ensino e criação demasiado tardia do Ministério da Instrução. A subordinação da educação e ensino ao Ministério do Reino até 1913, atesta bem a falta de vontade política em dar a este sector a valorização devida, condenando assim o País a um ostracismo que o marca durante todo o século XX e ainda hoje perdura.¹⁰¹

Era esta a realidade social portuguesa nesta fase avançada da modernidade: nos fins Monarquia Constitucional e princípios da Primeira República. Em Portugal a laicização do País foi-se traduzindo, lentamente, na legislação homologada, porém a

¹⁰⁰ “(...) a protecção concedida à indústria fabril de que não fizer parte a educação profissional e a viação rápida e barata será sempre incompleta e talvez mais arriscada que proveitosa ” (Preâmbulo do Decreto de 30 de Dezembro de 1852).

¹⁰¹ O relatório do recenseamento de 1890 diz o seguinte: “a inferioridade relativamente aos outros países da instrução pública no Reino é devida menos a que se tenha descurado ultimamente tão importante ramo da administração pública, do que ter-se começado muito tarde a olhar por ele, com atenção. No período 1864-1878 houve nas condições da instrução elementar do Reino um importante progresso que afrouxou no imediato período de 1878- 1889, pois que o número de escolas por 10000 habitantes subiu apenas a 10,6% e em França a 21, 2%, exactamente o dobro do correspondente ao nosso País ” (Candeias, 2004:103).

vida privada continuará muito ligada à Igreja, aos seus valores, aos seus ritos (Vieira, 2003:17).

No campo do ensino, os estudos considerados equivalentes ao secundário de hoje são ministrado nos liceus e escolas técnicas de número reduzido, mesmo nas principais cidades. Restam os seminários ou escolas clericais que são o refúgio dos estudantes, na sua maioria oriundos das aldeias rurais e famílias de tradição católica e de baixo rendimento económico, desde que os sinais de vocação clerical sejam avalizados pelas autoridades eclesiásticas. Colégios particulares são privilégio de poucos mesmo cidadãos e continuam nas mãos da igreja, antes da proclamação da Primeira República. Nos anos que antecedem a proclamação da Primeira República a confusão política instala-se e com ela o afrouxamento do papel do Estado.

Face às dificuldades económicas sentidas, os Congressos do professorado primário são depositários de queixas de falta de instalações, falta de pagamento atempado de salários e sobre a demorada profissionalização dos professores. (Gomes, *apud* Fernandes, *ibid.*: 44). Perante este estado calamitoso da instrução pública, o professorado primário, sobretudo das zonas urbanas,¹⁰² deposita grandes esperanças na propaganda republicana que elege como bandeiras políticas o combate ao analfabetismo e a reforma da Instrução Pública.

Quadro n.º 2- Analfabetismo em Países sul da Europa, no último quartel do século XIX.

Países	Anos	Raparigas	Rapazes
FRANÇA	1872	34%	27%
	1901	20%	15%
ITÁLIA	1871	76%	62%
	1881	69%	55%
	1901	54%	42%
ESPANHA	1877	81%	63%
	1900	71%	56%
PORTUGAL	1890	85,4%	72,5%
	1900	85%	71,5%

Fontes: CIPOLLA, Carlo. M., *Educación y Desarrollo... op. cit.*, pp. 157- 158; De GIORGIO. Michela, *Le Italiane... op. cit.*, 412 ; SCANLON, G., “Nuevos Horizontes culturales: la evolución de la Educación de la mujer en España 1868- 1900”, *in* AAVV Mujer y Educación en

¹⁰² **Lisboa:** pessoas que sabiam ler - 53, 9% dos quais 48,9” de homens e 48,3% de mulheres; **Porto:** 43,3% dos quais 54,2% de homens e 35,3% de mulheres. *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900*, Lisboa, INE. No Censo de 1911, esta percentagem em Lisboa, apenas aumenta 2, 4% e no Porto 5,2%, o que é manifestamente pouco.

España. 1868- 1975, VI Coloquio de Historia de la Educación, Santiago, Universidade de Santiago, 1990: 34; *Censo da População do Reino de Portugal no 1. de Dezembro de 1890*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896: XCIX; *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905: 2-3 (*apud* Pinto, 2000: 39).

2. O CHOQUE ENTRE DUAS VISÕES ANTROPOLÓGICAS.

2.1. A escola laica

A institucionalização da escola laica, uma das conquistas da modernidade, no contexto português começou a construir-se no século XVIII e só foi possível com a afirmação de outra instituição paralela: o Estado-nação. Tal como em toda a Europa, construiu-se num contexto político e social de luta contra a hegemonia das associações hierocráticas sobre a educação e o ensino. Segundo a doutrina da Igreja católica

“À iniciativa da igreja e da família deve-se a instituição social da escola e só mais tarde é que os Estados trabalharam no mesmo sentido. Desta arte, a escola deve ser sempre uma obra subsidiária e complementar da família e da igreja constituindo um único santuário da educação cristã, sob pena de falir no seu fim.” Carta Encíclica de 31 de Dezembro de 1929 e Can.1374 (*apud* Pinto, 1935).

Segundo a visão de Durkheim:

“Há que entender-se uma educação que se furte a todo e qualquer recurso, aos princípios nos quais assentam as religiões divulgadas, que se apoie exclusivamente em ideias, sentimentos e práticas sujeitas à jurisdição da simples razão, numa palavra, uma educação puramente nacionalista” (Durkheim, 1984: 101).

A ciência é o fundamento de todos os saberes, inclusive os saberes morais. A ciência é uma obra colectiva já que pressupõe uma obra de todos os sábios, não só da mesma época, mas de todas as épocas que na história se foram sucedendo. A religião preenchia idêntico cargo, porque a mitologia consiste numa representação já muito elaborada do homem e do universo. A ciência foi a herdeira da religião e como religião é uma instituição social (Durkheim, *ibid.*: 22).

Embora reconheça que a criança é em primeiro lugar “pertença dos pais” também considera natural que sempre que estes não estejam em condições de “dar cumprimento as seus deveres”, é natural que disso o Estado se encarregue, porque a educação é antes de mais uma função colectiva. Como tal, a acção pedagógica deve exercer-se num sentido social e, por isso, o Estado não pode desinteressar-se dela. De outro modo, podia colocar-se ao serviço de convicções particulares, correndo o risco de fragmentar o elevado espírito da Pátria. (Durkheim, *ibid.*: 24-25).

Em Portugal, o trabalho de construção da modernidade dura cerca de dois séculos, sendo um século com os liberais no poder¹⁰³ e culmina na Primeira República com o país dividido: a maioria com predomínio das zonas rurais do interior sob dominação e controlo da Igreja Católica e uma minoria de letrados e operários com militância política e revolucionária rejeita os sistemas simbólicos, sendo doutrinalizada pelos princípios morais universalistas jacobinos e maçónicos.¹⁰⁴

A intolerância é mútua e, Salazar na senda da doutrina católica é o rosto desta intolerância durante 40 anos. Segundo a doutrina tridentina, “o liberalismo ou o laicismo rejeitando a autoridade divina na vida particular e pública, proclamando a moral independente que arrasta às piores consequências”, fazem parte dos erros contra a fé”. Cânones 320-326 e 457-477 do Concílio Plenário (*apud* Pinto, 1935).

Por sua vez a Primeira República ao impor a moral laica e a laicização, impôs também a desclerização. Pretende emancipar a sociedade civil as tutelas clericais para promover a razão e institucionalizar a democracia (Willaime, 1998: 9). Esta laicização militante no plano político/social, pretende subtrair aos administradores do sagrado não só a escola e as suas matrizes confessionais,¹⁰⁵ como outros espaços e tempos até aí sagrados e reservando-os agora para celebrações simbólicas laicas, ou seja institucionaliza a laicidade. A laicidade que se defendia não era uma mera regra de

¹⁰³ “ Aquilo que mais distinguiu os liberais no poder, foi a sua pretensão de “democratizar” consensual e legalmente, o que entre outras coisas os fez contemporizar com a fidelidade monárquica, o catolicismo, e a existência de um poder judicial independente. Esta tradição do reformismo liberal foi negada e até infamada como útil e hipócrita pela Primeira República que desprezou sempre compromissos políticos e formalismos jurídicos e afirmou a necessidade de implantar a democracia, revolucionariamente, contra os reis, padres e ricos ”(Ramos, 2001: 24-25).

¹⁰⁴ “Sob a designação de republicanismo reúnem-se por vezes diversos movimentos de ideias que se configuram sob a forma de organizações das quais se destacam a maçonaria, a carbonária, o livre pensamento e a associação para a defesa do registo civil ” (Fernandes, 1999: 11).

¹⁰⁵ A laicização da escola, devia obedecer aos seguintes princípios básicos: estrita laicidade dos professores; laicidade dos programas (manuais e conteúdos programáticos neutros em relação às diferentes concepções religiosas e filosóficas; laicidade dos alunos que no espaço público da escola não poderiam exprimir as suas concepções religiosas ou não religiosas (Willaime, 1998: 11).

neutralidade, mas um verdadeiro projecto, pois ia ao ponto de exigir a total rejeição dos sinais religiosos ostentatórios (Fernandes, 1999: 20). Era concebido como um contra-sistema em relação à Igreja Católica.

A escola confessional é um dos seus alvos preferenciais, conforme refere expressamente Brito Camacho, um ideólogo da Primeira República:

“ O lema –escola sem Deus – não é um grito de guerra contra a religião; é o reconhecimento do perigo que corre a Sociedade, no presente e o futuro, ainda mais no futuro que no presente de ver o clericalismo assenhoreando-se do Estado, o seu velho sonho de dominação das consciências, para sobre essa base assentar o absolutismo católico ” (Fernandes, 1999: 21).

A religião era assim enviada às igrejas, com a sua conseqüente erradicação da escola. Instaurava-se, deste modo, uma verdadeira divisão do trabalho educativo, segundo a qual a educação religiosa não competia mais à escola, mas unicamente às famílias que o desejassem, mas fora do tempo e espaço escolar (Willaime, 1998).

Os fundamentos sociológicos do laicismo e a correspondente educação moral laica começaram a ser definida com os fundadores da Sociologia da Educação particularmente com Durkheim.¹⁰⁶ Segundo este sociólogo é um facto historicamente estabelecido que a moral

“encontra-se estreitamente relacionada com a natureza das sociedades uma vez que ela se modifica, quando a sociedade muda. Ela resulta, pois, da vida em comum. É a sociedade que nos afasta de nós mesmos e nos obriga a contarmos com outros interesses, além dos nossos; foi ela que nos ensinou a dominar a nossas paixões, os nossos instintos, a legislar acerca dos mesmos, a nos constrangermos, a privarmo-nos, a sacrificarmo-nos, a sacrificarmos os nossos fins pessoais a fins mais elevados” (Durkheim, *ibid.*:21-22).

A cosmogénese, antropogénese e logogénese da escola laica é diametricamente oposta à da escola confessional. Santos citando Rousseau afirma: “o homem nasce livre, mas por toda a parte está acorrentado” (Santos, 2000: 120). As associações e as

¹⁰⁶ “como todos os clássicos, Durkheim é antes de mais, em larga medida, um representante do seu tempo. A sua doutrina testemunha a época em que viveu, a da III República, da laicização do ensino público, dos progressos da grande indústria e do desenvolvimento das ciências humanas” (Debesse, 2001: 10).

corporações podem transformar-se em poderosos grupos privilegiados e desviar-se da vontade geral a favor dos seus interesses particularistas” (*ibid.*:123).

O povo apenas precisa de aferir os seus comportamentos pela vontade geral. A soberania do povo é inalienável e a comunidade é indispensável para assegurar a vida moral do indivíduo. Neste pressuposto, a escola é uma instância de socialização central para a formação pessoal e social. A integração do “cidadão” na comunidade é o objectivo de todo o sistema educativo público, controlado pelo Estado.

Para uma melhor integração social, a criança precisa de conhecer os contextos sociais que a rodeiam e interagir com eles, tendo livre acesso ao património científico e experiencial dos seus antepassados. A escola como uma das instâncias de socialização e escolarização, selecciona, adequa, ministra, certifica e tutela as aquisições deste capital.¹⁰⁷

A certificação culmina todo este processo. Através dela, são legitimados socialmente os agentes educativos, cuja função será reproduzir e construir novos saberes.

A comunidade, sob a forma de Estado, tem o dever de, gratuitamente, proporcionar a todos os cidadãos o acesso a todos os bens culturais da comunidade e controlar não só os conteúdos ministrados, como também os educadores: “nem sequer é admissível que a função de educador possa ser preenchida por alguém que não apresente garantias especiais que somente o Estado pode julgar ” (Durkheim, *ibid.*: 26).

Portanto, o aluno, como cidadão, tem de construir a sua identidade, no contexto de uma cidadania enquadrada pela autoridade do Estado–Nação:

“Algumas vezes opõe-se a liberdade e a autoridade como se estes dois factores da educação se limitassem um ao outro Mas esta oposição é fictícia. Na realidade estes dois termos implicam-se e não se excluem. A liberdade é filha da autoridade, bem entendida. Porque ser livre não é fazer aquilo que agrada; é ser mestre de si mesmo, é saber agir pela razão e saber fazer o seu dever. Ora, é justamente para dotar a criança deste domínio de si mesmo que a autoridade do mestre deve ser empregada. A autoridade do mestre não é, senão, um aspecto da autoridade, do dever, da razão ” (Durkheim, *ibid.*: 33).

¹⁰⁷ Durkheim definia a escola “um microcosmos social” (Debesse, *ibid.*).

2.2. A consolidação do ensino moderno e laico na Primeira República (1910-1926).

O regime republicano tenta merecer esta confiança, exaltando o papel da educação na mudança social e na modernização.¹⁰⁸ O papel do Estado num sistema escolar moderno, laico¹⁰⁹ e fazedor de cidadãos¹¹⁰ é pela primeira anunciado e traduzido em Decreto com força de Lei de 29 de Março de 1911, reorganizando os serviços de instrução primária.¹¹¹ Várias medidas pedagógico/administrativas são tomadas pela Direcção Geral da Instrução Primária que contribuem para reforçar a estatização do ensino infantil, primário e normal:

- obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário elementar ” (*Ibid*, art. 37 do cap.º II);
- regulamentação dos ensinos infantil, complementar e superior. São “facultativos e gratuitos (*Ibid.*, art. 38 do cap.º II);
- regulamentação do controlo inspectivo sobre o ensino primário e normal tanto público, como particular, através da Inspeção do Ensino Primário (*Idem*, parte V, cap.º 1.º, art.140-165);
- controlo estatal sobre os métodos de ensino e sobre os livros didácticos (*Ibid*, artº 12.º a 18.º do cap.º III, parte I);
- administração escolar dos ensino infantil e primário entregue às Câmaras Municipais e aos Conselhos de assistência escolar, sob a supervisão do inspector do Círculo e controlo disciplinar da polícia correcional (*Ibid.*, cap.º II, parte II);
- melhoria dos vencimentos dos professores ” os aumentos sucessivos que a República irá fazendo nos seus ordenados, contribuirão grandemente para tornar mais sólida, mais respeitável e mais bela a acção moral dentro da escola” (*Ibid.*, ponto III do Preâmbulo do Decreto);

¹⁰⁸ “O homem vale sobretudo pela educação que possui, porque só ela é capaz de desenvolver harmonicamente as suas faculdades, de maneira a elevarem-se-lhe ao máximo em proveito dele e dos outros ” (Ponto n.º I de Preâmbulo do Decreto de 29 de Março de 1911, *Diário do Governo* I Série, de 30 de Março de 1911).

¹⁰⁹ “A religião foi banida da escola. Quem quiser que a dê à criança no recanto do lar, porque o Estado respeitando a liberdade de todos nada tem com isso ” (*Ibid.*).

¹¹⁰ Portugal precisa de fazer cidadãos, essa matéria - prima de todas as pátrias e, por mais alto que se afirme a sua consciência colectiva, Portugal só pode ser forte e altivo no dia em que por todos os pontos do seu território pulule uma colmeia humana laboriosa e pacífica, no equilíbrio conjugado da força dos seus músculos, da seiva do seu cérebro e dos preceitos da sua moral.” *Idem*, (Preâmbulo cit., Ponto I).

¹¹¹ Publicado no *Diário do Governo* n.º 7 de 30 de Março de 1911.

- regulamentação do ensino normal primário (*Ibid.*, parte IV, cap.º I);
- regime de coeducação nas escolas normais (Art. 108, capº I, parte IV);
- definição das habilitações docentes para o ensino primário (*Ibid.*, parte III, cap.º I);
- afirmação de um código de conduta;
- promoção do diálogo com as associações de classe;
- feminização do ensino.

Através do conteúdo destes normativos, verificamos que o projecto de estatização e secularização do ensino desagua e consolida-se na Primeira República. A partir do último quarto do século XIX, assistimos à versão republicana do liberalismo que na senda dos fundadores da Sociologia da Educação, pretende construir um ser novo, através da educação (Durkheim, 1984:18), diferente daquele que o “obscurantismo religioso” gerara. Como refere (Nóvoa, 1987:6) referindo-se ao 25 de Abril: em cada “tormenta revolucionária” o sonho de formar um homem novo atravessou Portugal. Ora, para isto, era preciso um *novo sistema educativo* e mais ainda um novo professor.

Ao contrário do regime da Monarquia Constitucional em que o Rei representa o garante da confessionalidade católica do País, a Primeira República quer construir uma sociedade completamente laica em que o Estado tome, sobre si, a tarefa ciclópica de laicizar a sociedade, através da instituição que o Estado controla: a escola.¹¹² No entendimento dos homens da Primeira República a principal obstrução a este projecto emancipatório através das luzes da razão e do progresso é constituído pela tradição religiosa, considerada por Durkheim como “tradição irreflectida”, porque não esclarecida pela ciência (Durkheim, 1984: 20).

Para impor a cultura científica como um “dever social” (Durkheim, 1984: 20) torna-se necessário em primeiro lugar arredar os detentores do ensino de matriz religiosa.¹¹³ Como não possui armas para lutar directamente contra o enraizamento e a influência da igreja na sociedade portuguesa, a Primeira República proíbe e expulsa a sua guarda avançada – a Companhia de Jesus.

¹¹² “A laicidade é essencialmente uma questão política e não uma questão religiosa. Isto significa que ela releva do Estado e não da Religião” (Barbier, *apud* Fernandes, *ibid.* : 11).

¹¹³ Durkheim considerava a religião como uma instituição social, porque a ciência foi a herdeira da religião (Durkheim, 1984: 22).

“A República libertou a criança portuguesa, subtraindo-a à influência jesuítica, mas precisa agora de a emancipar definitivamente de todos os falsos dogmas, sejam os de moral ou os de ciência, para que o seu espírito floresça na autonomia regrada que é a força das civilizações” (Ponto 1 do Preâmbulo do Decreto com força de Lei de 29 de Março de 1911).

Esta decisão agudiza ainda mais o conflito existente entre as representações seculares de uma sociedade civil emergente e um universo religioso que mantém profundas ligações com o mundo sacral, ainda profundamente arreigado (Fernandes, 1999: 9).

Como investimento integrado na educação e ensino torna-se também necessário substituir a moral e o ensino católicos por uma moral laica e um ensino laico, que se estenda a todos os cidadãos.

“A moral encontra-se estreitamente relacionada com a natureza das sociedades, uma vez que ficou demonstrado que elas se modificam, quando as sociedades mudam. Ela resulta, pois da vida em comum. (...) Todo o sistema de representação que em nós mantém a ideia e o sentimento da regra, a disciplina tanto interna como externa, foi a sociedade que o instituiu nas nossas consciências” (Durkheim, 1984: 22).

A Primeira República considera que este é o único processo para libertar os cidadãos das ideias obscurantistas e reaccionárias. Contudo, passados dez anos, constata-se, por fontes fidedignas¹¹⁴ que este ambicioso projecto não consegue atingir os resultados esperados.¹¹⁵

Sendo a educação um atributo de uma sociedade, porque estão indissolivelmente ligadas, condicionam-se mutuamente e o ritmo de evolução de uma determina o ritmo de

¹¹⁴ Os censos da população portuguesa aferidos pelo sistema estatístico internacional, desde 1895.

¹¹⁵ “Uma democracia será tanto mais perfeita quanto mais desenvolvida for a instrução e a cultura geral do povo. O analfabetismo em Portugal é ainda o inimigo mais terrível da nossa democracia e contra o qual é urgentíssimo que a República faça o mais decidido e enérgico esforço, procurando num lapso de tempo relativamente curto, modificar a desgraçada e vergonhosa situação legada pelo antigo regime que não pôde ou não soube fazer mais em prol da instrução primária, deixando-nos entre os países mais atrasados da Europa” (Candeias, *et alt. ibid.* : 134).

evolução da outra, as reformas encetadas na Primeira República¹¹⁶ não têm a devida expressão em números: o País que em 1911 ainda possui 69% de analfabetos na população de idade igual ou superior a 10 anos, em 1920 estava ainda nos 65% de analfabetos nos mesmos níveis etários (Candeias, *et alt.*, 2004: 120). Os problemas estruturais apontadas nos relatórios censitários de 1911, repetem-se no Censo de 1920:

- a falta da consciência e utilidade do ensino que ainda anda longe de se manifestar na generalidade do nosso povo, não concorrendo as crianças às escolas em numero suficiente;
- as distâncias grandes e maus caminhos que separam muitas escolas de lugares habitados que devem utilizá-las o que junto à falta de cantinas impede muitas crianças de irem à escola, sobretudo nos rigores do calor, chuva e frio;
- as condições precárias de instalação e de material de ensino em que funcionam muitas da nossas escolas;
- o número de professores e auxiliares por escola.¹¹⁷

No Portugal profundo, a dominação hierocrática, através da catequização homilética, continuava como única via de comunicação. As reformas para dotar o sistema educativo, no sentido em que Durkheim dizia “práticas educativas unidas um mesmo sistema e no qual todas as partes concorrem para uma mesma finalidade” (Durkheim, 1984: 41), com todos os requisitos modernos e alargados a todos os níveis etários e a toda a população não foram concretizadas, devido aos constrangimentos político/sociais e económicos que condicionaram a prática dos projectos legislativos. O que permaneceu foi uma legislação moderna que colocou a educação, totalmente, sob o controlo do Estado.

Foi este sistema de ensino, normativamente moderno e laico, que a Ditadura Militar recebe em herança da Primeira Republica, em 1926. Os militares incorporam no governo algumas figuras ligadas ao futuro Estado Novo.¹¹⁸ Graças à sua influência, esta

¹¹⁶ De entre estas nas medidas de combate ao analfabetismo de realçar as *Escolas Móveis*, destacadas para as zonas de maior percentagem de analfabetismo. No ano lectivo 1913/1914 funcionaram 275 escolas móveis com 13812 alunos matriculados e com uma percentagem de aproveitamento de 27%.

No ano lectivo de 1914/1915 o número de escolas móveis aumentou para 336, com 8812 alunos matriculados e com um aproveitamento na ordem dos 28,6% (Candeias, *et alt.*, 2004 :127- 128).

¹¹⁷ (*Ibid.*, p. 135). Por exemplo: em 1921, mantendo o número de escolas em relação à Bélgica, dever-se-ia elevar o número de pessoal de ensino de 7940 para 21500 (*ibid.*).

¹¹⁸ Por exemplo, o Engenheiro Duarte Pacheco que, mais tarde, irá convidar pessoalmente Oliveira Salazar a aceitar a Pasta das Finanças, a pedido de Carmona (Nogueira, 1977: 337).

herança educativa passa, desde logo, a ser depurada dos elementos ideológicos que contrariam as mentes conservadoras.¹¹⁹ Abre-se, assim, caminho para a desconstrução ideológica que o Estado Novo irá operar no sistema educativo da Primeira República, embora mantendo e reforçando o papel centralizador do Estado.

2.3. A escola confessional, outra racionalidade.

A escola confessional católica¹²⁰ definiu-se e consolidou-se desde o princípio da afirmação de Portugal como Estado-nação (sec. XII). Começou a perder a sua hegemonia no século XVIII, com o Marquês de Pombal, embora os seus conteúdos canónicos catequéticos permanecessem intocáveis até à Primeira República (1910).

A escola confessional participa no processo de socialização do homem de uma forma específica, relativamente à escola denominada laica.¹²¹

Específica, pela sua natureza, porque a moral de matriz católica que fornece as matrizes à escola confessional, baseia-se numa concepção antropológica fundamentada na culpa¹²² e salvação. Segundo este paradigma dogmático, transcrito em todos os catecismos da doutrina cristã,¹²³ o homem, ser criado para a felicidade, foi:

- posto à prova;
- uso mal a sua liberdade, desobedecendo;
- salva-se, através da conversão/redenção.

¹¹⁹ Como por exemplo o regime de coeducação na escola primária que é abolido de forma gradual para não perturbar o funcionamento da escolarização e desde que não aumente o orçamento para a educação (Artº 3.º do Decreto n.º 13.791 de 16 de Junho de 1927, publicado no *Diário do Governo*, n.º 123, I Série de 17/06/1927).

¹²⁰ “ a prègação, os seminários e as escolas são os diferentes modos por que a Igreja ensina aos povos o depósito da fé que Jesus Cristo lhe confiou “ (Código do Direito Canónico - Parte IV: *De Magisterio Eclesiástico*).

Considerada, pelo Direito Canónico, juntamente com as escolas, uma das formas de ensino normal, dentro dos órgãos do Magistério, o Seminário tem por finalidade específica formar pastores (Can. 1352-1371, *apud* Pinto, 1935).

¹²¹ Dizemos “denominada laica”, porque o conceito laico é susceptível de várias interpretações. Entendemos, aqui, por escola laica, a escola pública, constitucionalmente neutra em matéria de religião e portanto não confessional, contraposta às escolas confessionais católicas que podiam ser clericais ou não.

¹²² Este conceito teológico de culpa tem associado o conceito de dívida com uma vertente pessoal e social. Pessoal, na medida em que responsabiliza individualmente; social, na medida em que só pode ser paga participando, também, na missão da Igreja de salvar os outros homens (Boulenger, 1930: 81)

¹²³ Como por exemplo na 9.ª lição da *Doctrina Catholique Manuel d’ Instruction Religieuse à l’usage des Maisons d’éducation et des Catéquistes volontaires* 1.ª parte (Boulenger, *ibid.*: 78- 100).

Toda a economia da construção das identidades, na escola confessional, é marcada pela assunção destes pressupostos.¹²⁴ A essência dos conteúdos e processos educativos não é simplesmente a do desenvolvimento pessoal e social, ou a busca racional da verdade científica. Todos estes pressupostos estão subordinados à busca da “salvação”.¹²⁵ Para o conseguir tem de transformar a sua natureza viciada e viciosa¹²⁶, segundo os cânones dogmáticos. Domesticar¹²⁷ o corpo e o espírito é, portanto, *conditio sine qua non* para esta transformação.

A construção da identidade pessoal, na escola confessional, passa por uma relação mediatizada, muito forte, com um ser imaterial e invisível, mas simbolicamente sempre presente, quer através dos seus ensinamentos, reproduzidos e interpretados pelos seus administradores legitimados *ab intrínseco*, quer através de práticas ritualizadas. Na lógica confessional, o tempo que se dispõe, na terra, devia ser exercido como peregrinação, sem apego à terrenidade.¹²⁸

A interiorização desta fragilidade original, fá-lo estar atento em todas as circunstâncias. A sua socialização era condicionada por esta luta quotidiana, entre a satisfação de uma natureza viciosa, porque afeita ao pecado e viciada, porque afectada pelo “pecado”, acrescida de uma curiosidade virada para a descoberta e o sentimento de culpa que esta actuação originava.

Específica nos mandatos. Estes conteúdos eram diametralmente diferentes do significado profano atribuído pela escola laica. A escola confessional possui uma aparelhagem conceptual específica que o candidato vai assimilando, e lhe proporcionava uma cosmovisão e antropovisão, também específicas, no quotidiano. Através dela, passa a atribuir às representações, aos contextos, aos eventos e às coisas significados diferentes das do profano.

¹²⁴ O “pecado original” exprime a mesma realidade: o homem nascendo, torna-se membro de uma humanidade marcada pelo pecado. A atribuição bíblica desta situação, aparentemente a um só, “Adão” - mas esta palavra significa “Homem” - não é senão a projecção simbólica deste dado” (Rogues, *ibid.*: 100).

¹²⁵ Esta busca quotidiana e permanente da salvação corresponde, segundo os cânones dogmáticos, ao pagamento da dívida contraída pelo mediador que o salvou.

¹²⁶ Viciada porque contraiu a culpa original. Viciosa, porque mantém essas tendências, durante toda a sua existência, precisando, por isso, de ser domesticada.

¹²⁷ O conceito de domesticação foi empregado por Weber para significar que o poder espiritual, através dos meios religiosos, pode proporcionar ao poder temporal a segurança do reconhecimento da sua legitimidade e a “domesticação” dos súbditos (Vara Coomonte, 1997: 87).

¹²⁸ Neste sentido pode afirmar-se que a escola confessional cultiva a alienação. Não a alienação de Feuerbach de “criação de deuses ou forças divinas distintos dos seres humanos à imagem dos seres humanos” ou de Marx “refúgio da crueldade da realidade diária”, mas alienação, no sentido em que a escola confessional prepara o indivíduo para o além e a escola laica prepara o cidadão para o aquém.

A construção do homem “novo”, na esteira das Escrituras¹²⁹ significa desconstruir toda uma identidade pessoal para reconstruir o mundo e a pessoa em novos códigos, com um outro entendimento. Na escola confessional clerical, o “candidato” devia pautar todas as suas práticas e até palavras e pensamentos pelos cânones dogmáticos. A procura, a busca, a investigação só têm sentido, se tiverem por finalidade alcançar e difundir esta “verdade”.

Em contrapartida, qualquer uma destas buscas perde todo o sentido, se puser de parte a verdade dogmática que, como bússula, norteia a procura. Utilizar como instrumento único de pesquisa a razão será uma afronta à autoridade simbólica. Por isso trabalho do espírito deve ser subordinado por força do Regulamento à direcção espiritual.¹³⁰ O papel do homem será ilustrar-se, sim, mas para melhor se comprometer e só neste sentido pode ser considerado “sábio” na nomenclatura confessional católica. De outro modo, pode ser erudito, saber muitas coisas, mas falta-lhe o essencial: estar no caminho da “verdade”.

Esta “verdade” está contida nos livros canónicos e cada confissão religiosa tem a chave da sua interpretação. Deste modo, autolegitima-se como administradora da verdade. A natureza e os seus segredos são um território sagrado que o indivíduo pode usar, apenas dentro das normas estabelecidas simbolicamente.

2.4. A desconstrução da escola moderna e laica (1933- 1968).

A “missão” pedagógica de “salvar” a pátria vai preencher o vazio criado pela desconstrução ideológica promovida pelo Estado Novo do ensino moderno e laico da Primeira República. O Estado Novo vai imprimir uma lógica de “missão” nacionalista de raiz católica, tradicional e conservadora ao aparelho educativo estatal da Primeira República.¹³¹ Apodera-se de um sistema de ensino¹³² laico e moderno cuja primeira finalidade era formar cidadãos, que os governos da Primeira República, procuraram

¹²⁹ Carta de S Paulo aos Efésios, 4 - 24.

¹³⁰ Os *Exercícios Espirituais* de Santo Inácio de Loyola pressupõem sempre um mestre experimentado que orienta a exercitação espiritual.

¹³¹ De realçar que Oliveira Salazar nunca frequentou o sistema de ensino estatal, a não ser na universidade de Coimbra, onde, hostilmente, e enquadrado no C.A.D. C. defrontou a política educativa da Primeira República.

¹³² “Cada sistema educativo incorpora uma visão do homem, um projecto de sociedade e um ideal de saber” (De Landsheere, 1975 : 15).

consolidar legislativamente,¹³³ e imprime-lhe uma natureza *contra-moderna* (Magalhães, 2004: 244). Retira dos professores e das suas associações de classe as conquistas que lhes dão alguma capacidade reivindicativa, face ao poder e aos alunos, impõe um código de comportamentos de racionalidade simbólica. As matrizes laicas e universalistas são substituídas¹³⁴ pelas matrizes confessionais seminarísticas, pragma-ticamente aplicadas à sociedade na maioria rural e analfabeta¹³⁵ e passam a conformar os comportamentos e atitudes do homem português. Submersas todas as conquistas democráticas dos actores sociais educativos, professores e alunos, impõe autori-tariamente durante mais de 40 anos uma doutrinação de raiz mítica e passadica.¹³⁶

Ao contrário da Primeira República, o Estado Novo nunca apostou na escola de massas. O seu projecto pedagógico é elitista e doutrinário. A escola para os melhores que são chamados constituir os quadros da Nação¹³⁷ e o mínimo de instrução, enten-dida como saber ler, escrever e contar, para os outros, juntamente com o máximo da doutrinação da conformidade e obediência, para impedir a tentação da mobilidade social. Ao contrário do sistema de ensino cívico,¹³⁸ laico e universalista¹³⁹ da Primeira República, o projecto educativo do Estado Novo é pastoral.¹⁴⁰

¹³³ “O laboratório da educação infantil está para as camadas populares sobretudo na escola primária e é lá que verdadeiramente se há-de formar a alma republicana. (...) Só pela instrução segura e experimental, o homem pode adquirir o esteio que há-de firmar o edifício oral da sua alma. (...) O *abc* segundo a velha designação é por isso, hoje, o fundamento lógico do carácter e quem o ensina e evangeliza, o guia supremo da consciência dos povos ” (Ponto I do Decreto com força de lei de 29 de Março de 1911 da Direcção Geral de Instrução Primária, assinado pelo Ministro do Interior António José da Almeida e publicado no *Diário do Governo*, n.º 73, I Série, 30/03/ 1911.).

¹³⁴ Com o Estado Novo os professores são laicos, mas a natureza da escola, tal como a do regime, não é laica. Os conteúdos são de natureza confessional numa simbiose de devoção a Deus e à Pátria e os professores são catequistas e apóstolos do Estado Novo.

¹³⁵ O Censo de 1930 indicava um número total de analfabetos de 3.549.231 para uma população de 6.825.883, ou seja 51,9% (população maior de 7 anos). Relatório referente ao Censo de 1930, *apud* (Candeias, coord. *et alt.*, *ibid.*: 145) admite algumas discrepâncias nestes números. Nóvoa apresenta a percentagem de 61,8%, (*apud História de Portugal*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 7.º vol., Direcção de José Mattoso, p. 24). A ruralidade cifrava-se em 1930, nos 49%, (Nóvoa, *ibid.*:25).

¹³⁶ Leonardo Coimbra um republicano moderado, pluralista e tolerante, Ministro da Instrução que pediu a sua exoneração em 1923 por lhe ser negada a introdução do ensino religioso nos colégios particulares, afirma: “uma educação voltada para o passado ou para o presente, dará uma simples repetição da vida social, de pronto mumificada num ritualismo insignificante ” (Coimbra, 1983, *apud* Coelho, 2000: 215).

¹³⁷ “Relativamente às suas qualidades e aptidões especiais a população escolar continua a ser assim classificada:

1.º grupo dos ineducáveis - 8%; 2.º grupo dos normais estúpidos - 15%; 3. grupo dos de inteligência média - 60%;4.º grupo dos de inteligência superior- 15%; 5º grupo dos notáveis - 2%.

(...) Se nesta selecção feita por meio do exame de admissão, fosse possível impedir a entrada no ensino secundário daqueles 8% inadaptáveis e dos 15% de inteligência débil teríamos conseguido eliminar uma das maiores causas de insucesso de aproveitamento escolar de muitos estudantes, com acentuada elevação do nível de estudos.” Discurso da Sessão de Abertura do ano lectivo 1935/36 do reitor António Barbosa, Relatório Anual do Liceu Alexandre Herculano, Porto, 1937. (doc. dactilografado).

¹³⁸ “Educar é formar o cidadão. Mas como se forma o cidadão? Dando-lhe a consciência dos seus direitos e deveres ” (Barros, 1916, *apud* Coelho, *ibid.*: 92).

Estes são os pontos cardeais do regime salazarista. Antes de mais a recusa dos partidos em proveito das “associações naturais.” Depois o fortalecimento da Autoridade, a recusa dos direitos do Homem substituídos pelos “direitos dos homens” (*ibid.*: 101). Como instrumento educativo, o Estado Novo, pretende apoderar-se da “alma” dos portugueses cheia de “vícios estrangeiros”, reformular a moral laica e substituí-la pelos princípios morais católicos, sempre direccionados para a obediência e respeito às autoridades e em que o professor faz o duplo papel de mestre e catequista.¹⁴¹ O projecto educativo de Salazar recusa o liberalismo que defende a liberdade individual,¹⁴² e a monarquia, porque estava desajustada aos tempos. Da monarquia constitucional ressalva a “ditadura bem tímida” de João Franco de 1907, mas rejeita-a por ser demasiado permissiva.

Ao “homem novo” da Primeira República, o Estado Novo procura contrapor o seu “homem novo”, de outra natureza, um cidadão do mundo teológico/ nacionalista que procura a perfeição moral *ab extra ad intra*, isto é, de fora para dentro. A sua regulação obedece a um código de imposições de absolutos visíveis com poderes invisíveis. Para esta disciplina corporal e espiritual o equipamento é-lhe fornecido pela mesma instituição que o socializou e formou, a Igreja Católica.¹⁴³

¹³⁹ “(...) ao terminar o seu curso obrigatório o jovem português amará de um amor consistente e raciocinado a região onde nasceu, a pátria onde vive, a humanidade a que pertence” (Ponto I do Preâmbulo do Decreto de 29 de Março de 1911 da Direcção Geral do Ensino Primário, *Diário do Governo*, de 30/03/1911).

¹⁴⁰ “Em todas as escolas públicas do ensino primário, infantil e elementar existirá por detrás e acima da cadeira do professor um crucifixo como símbolo da educação cristã, determinada pela Constituição. O crucifixo será adquirido e colocado pela forma que o governo, pelo Ministério da Educação Nacional determinar” (Lei n.º 1: 941 de 11 de Abril de 1936, *Diário do Governo*, n.º 84, I Série, 11/04/1936).

¹⁴¹ “Educação moral: (...) A freguesia, grande família; quem a constitui e as suas autoridades. O pároco director das almas. O regedor da junta de freguesia, guarda e defensor das pessoas e bens. Obediência e respeito às autoridades. A igreja paroquial e o santo patrono da freguesia. A Casa do Povo, sua origem e fins. Os monumentos locais, o que representam, veneração e respeito que se lhe devem (...). Observações: o educador não deve em cada sessão exigir a resposta a mais de duas ou três perguntas do catecismo” (Decreto n.º 27:603 de 29 de Março de 1937 da Direcção Geral do Ensino Primário, *Diário do Governo*, n.º 72, I Série, 30/04/1937).

¹⁴² “Os liberais aspiravam a fundar em Portugal o que poderíamos chamar um *estado de direito cívico*. Queriam que o governo pertencesse a um corpo de cidadãos autónomos e iguais, sujeitos apenas às leis e para quem a actividade política constituísse a mais alta forma de realização pessoal. Esta comunidade de cidadãos compreendia os homens adultos educados e com meios de vida. Era neles que a razão residia e seria pelo uso calmo da razão que os liberais se propunham resolver a maior parte dos problemas humanos” (Ramos, 2001: 22- 23).

¹⁴³ “Não pode haver educação sem ideal. Esta é a estrela que orienta. Educar é dirigir - dirigir para algum ponto, por alguma forma, a alguma luz.”Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida” disse Jesus Cristo, indicando-nos o ideal supremo de toda a obra da educação. O ensino da doutrina cristã tradicional no país há-de obedecer ao conceito de que a religião teórica e prática não é qualquer coisa de estranho e de suplementar à vida humana, mas elemento necessário do seu todo integral e harmónico.” Decreto n.º 27:603 de 29 de Março de 1937, *Diário do Governo*, n.º 72, I Série, 29/04/1937.

Acredita nos seus princípios de salvação, mas desconfia das suas intromissões no poder temporal que só a ele pertencem porque tem de cumprir a sua “missão”.



Fig. n.º 2- Decálogo do Estado Novo, João Ameal, 1934 (Medina, 2000: 100-101).

Enquanto as administrações burocratizadas estatais podem dispensar os absolutos, o Estado Novo recuperando uma lógica epistemológica pré-moderna modela os mais novos em conformidade com míticos heróis e santos que as narrativas históricas não confirmam.¹⁴⁴ O comportamento cívico dos cidadãos e a sua esfera da consciência moral permanecem, assim, subordinados aos desígnios políticos e sociais do Estado. É um regresso ao passado, na medida em que as sociedades no passado não conheciam a distinção entre Estado e a sociedade civil. Esta não tinha existência própria e independente. Nem o Estado nem a sociedade eram democráticos. O poder não vinha do “povo” mas de Deus e o que vinha de Deus aceitava-se com submissão, não se discutia” (Fernandes, 2001).

¹⁴⁴ Programa da educação Moral - 3.ª classe: (...) A Nação e o Governo. A bandeira e o hino nacional, símbolos da Pátria. Significação da esfera armilar, do escudo, os castelos e das quinas. D. Nuno Álvares Pereira, símbolo perfeito da alma lusa: herói, porque venceu os inimigos pelas armas; santo, porque se venceu e aperfeiçoou a si mesmo pela fé” (*ibidem*, Programas do Ensino Primário Elementar, Direcção Geral do Ensino Primário, Decreto n.º 27:603 de 29 de Março de 1937, *Diário do Governo*, n.º 72, I Série, de 29/04/1937).

A escola pública de novecentos tenta incorporar os princípios morais através de uma prática cada vez mais definida, como da autonomia funcional e da liberdade. A disciplina como função socializadora era exercício solitário de auto-regulação sem adestramentos autoritários. Era a auto-socialização através de um auto governo. Esta dinâmica educativa estende-se até à década de vinte do século XX. As Ciências de Educação aprofundam o quadro teórico da moral laica que preside à autonomia e a Pedagogia Experimental constitui a criança como um actor distinto e individualmente diferenciado.

Com o Estado Novo, a disciplina passa a ser imposta pela autoridade e severamente controlada em ordem à domesticação do corpo e da alma, caminheira para o absoluto invisível.¹⁴⁵ Insurge-se contra o liberalismo, exactamente por deixar a pessoa entregue a si mesmo sem a mestrança da autoridade confessional. Não admite que os jovens incorporem as regras sociais pela via do conhecimento racional e da inteligência, porque na sua mundividência axiológica a natureza humana está viciada.

Esta reformulação *ab immis fundamentis* da essência axiológica do aparelho estatal da Primeira República e não do seu aparelho administrativo, representa uma ruptura com o movimento da modernidade, que tinha como centralidade a Razão e como finalidade a construção da cidadania.¹⁴⁶

No Estado Novo, o exercício da identidade pessoal como membro de pleno direito de uma sociedade democrática é confundido com a inserção simples num corpo orgânico mítico, sem representatividade individual ou política:

“(…) os sujeitos reenviavam-se a sociabilidades concretas e fundamentalmente paralisantes: à família, como célula base e depois à freguesia, ao município... e a elas se pretendia dar dignidade constitucional. No fim de contas o que se fazia era deslocar o indivíduo da perigosíssima área da cidadania para o encerrar em esferas qualificadas e sobretudo restritas de opinião em fragmentadas unidades, sem qualquer possibilidade de influenciar o sentido e a produção mesma da realidade política ” (Ramos, 2001: 34- 35).

¹⁴⁵ “Na complexa obra da educação moral não há só que dirigir e desenvolver as boas tendências naturais; há também que corrigir e até que aniquilar aquelas que predisõem para o mal ” (*Ibid.*, Decreto n.º 27: 603 de 29 de Março de 1937, *Diário do Governo*, n.º 72, I Série, de 29/04/1937).

¹⁴⁶ Condorcet em 1792 sintetizava assim este direito: “Oferecer a todos os indivíduos da espécie humana os meios de proverem às suas necessidades, de lhes assegurar o bem-estar, de conhecerem e exercerem os seus direitos, de darem conta e cumprirem os seus deveres; (...) de se tornar apto para as funções sociais às quais tem o direito de ser chamado” (Condorcet, *apud* Rocha, 1987: 9).

A família instituição natural onde o sujeito inicia a sua construção pessoal e social é agora modelada por uma construção simbólica sem raízes ou práticas terráqueas, a família de Nazaré.¹⁴⁷ Pretende-se aferir com finalidades de inculcação comportamentos que *ab intrínseco* são divergentes pois pertencem a actores sociais sem qualquer afinidade real.¹⁴⁸

Sendo a modernidade berço da racionalismo e modernismo e sendo estes anatematizados pelo Estado Novo, como é possível que se tenha servido dum sistema educativo que continha um discurso moderno e introduzir-lhe um discurso não só pré-moderno mas anti-moderno porque de raízes confessionais,¹⁴⁹ ignorando os movimentos pedagógicos contemporâneos em sentido contrário?

Se compulsarmos os seus discursos encontramos pistas explícitas: Salazar auto-investe-se na missão de “salvar” a pátria. É sobretudo, neste quadro, que devemos procurar as diferenças em relação aos ditadores e ditaduras contemporâneas. Pelo desempenho desta “missão” libertadora pauta toda sua acção governativa que teve de se ajustar às diversas circunstâncias durante 40 anos. São exemplo deste pragmatismo governativo, não só o aproveitamento das estruturas estatais de um sistema educativo laico da Primeira República e a sua transformação em instrumento de inculcação de uma doutrina de sinal contrário, o aproveitamento de alguns vultos republicanos que aderiram ao regime e com ele colaboraram.¹⁵⁰

Igualmente os critérios políticos pragmáticos para a adesão à União Nacional. Serve-se de pessoas de diferentes sensibilidades políticas, mas fecha-se no seu claustrofóico isolamento social, nunca admitindo interferências no exercício do seu poder pessoal (Antunes, 1993: 27). Convive politicamente com o Presidente da República, um

¹⁴⁷ “Em Nazaré onde a Sagrada Família morava, ninguém sabia que Jesus era o Filho de Deus. Que fazia Jesus nesse tempo? Ajudava Nossa Senhora e trabalhava com S. José no ofício de carpinteiro. Em tudo lhes era submisso. Deu-nos nesta primeira parte da sua vida a mais perfeita lição de obediência e de amor ao trabalho” (Ministério da Educação Nacional, Ensino Primário Elementar, *O Livro da Terceira Classe*, Porto, Editora Educação Nacional, 4.ª Edição, 1958: 192).

¹⁴⁸ “A construção do aforismo da domesticidade foi acompanhada pela valorização da família que ganhou um novo significado com a consolidação do ideal da “família santuário”, baluarte da estabilidade social na qual a mulher idealizada como “anjo” consumava os seus deveres conjugais e maternais ” (Pinto, 2000: 25).

¹⁴⁹ A centralidade da Razão foi substituída pela trilogia Deus, Pátria e Família.

¹⁵⁰ Este pragmatismo está também expresso no programa do Centro Católico de que Salazar tinha sido um dos fundadores: “acção moderadora sobre as ambições e lutas dos partidos para que estes se submetam ao interesse nacional, reconhecendo que os partidos existem para serviço da nação e não a nação para serviço dos partidos.”

maçon moderado.¹⁵¹ Convive com figuras da alta hierarquia da Igreja Católica, cumula-a de privilégios para que melhor desempenhe o papel de guarda avançada na disciplinação e obediência dos súbditos, mas não tem pejo em remetê-la para a sacristia, quando toca nos problemas sociais ou políticos, sobretudo, quando se atrevem a colocar em causa a obra intocável do Estado Novo, ou métodos repressivos com que exerce o poder ditatorial que ele considera essenciais para o cumprimento integral da sua “missão”. Aceita todos os convertidos à causa nacional, desde que não obstruam o seu poder pessoal e hegemónico que considera necessário para a “salvação” da pátria.

Em relação ao sistema educativo da Primeira República, para criar um homem novo, como é apanágio de todas as revoluções, era natural que criasse um sistema educativo também novo ou entregasse essa tarefa à Igreja Católica a quem tudo devia¹⁵² para criar um novo ensino.

Tal não acontece. As relações entre a Igreja e o Estado no salazarismo parecem decalcadas da narrativa religiosa do protótipo salazarista do estatuto social dos géneros. A um está reservado o poder, a outro os serviços domésticos, mas subordinado ao poder.¹⁵³ A Igreja Católica é a sua grande parceira, sim, mas enquanto não interfira com o desempenho da missão que era apenas sua. Para Salazar a Igreja Católica já está investida da missão de salvar as almas. Não interfere com esta missão espiritual, mas exige que a igreja hierárquica não se imiscua nos planos político económicos ou sociais. Assim, por exemplo, abre-lhe as portas das escolas apenas para reforçar o controlo ideológico da ordem, disciplinação e obediência que aprendeu no seminário.¹⁵⁴

Reserva para si a conquista do Estado moderno, a gestão administrativa e pedagógica do sistema educativo, por onde pode controlar os papéis sociais e

¹⁵¹ “Carmona será a ponte para o compromisso político e constitucional entre parte do republicanismo militar conservador e o salazarismo. Sem esse tipo de compromisso simultaneamente neutralizador e captador de boa parte dos comandos militares e das facções da direita republicana é duvidoso que Salazar conseguisse alcandorar-se ao poder e nele manter-se (Rosas, *ibid.*: 187).

¹⁵² A Igreja Católica obteve na revisão constitucional de 1935, reconhecimento da religião e moral católicas, como sendo “as tradicionais do país” para efeitos do ensino público. O novo texto da Constituição perde assim o seu inicial perfil de estritamente laico. Na revisão de 1951, passa-se a considerar o catolicismo como a “religião da nação portuguesa” (Rosas, 1994: 270).

¹⁵³ “A estrutura das relações entre o campo religioso e o campo do poder comanda em cada conjuntura a configuração da estrutura das relações constitutivas do campo religioso que cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida, na medida em que a legitimação da ordem simbólica contribui directamente para a manutenção da ordem política (...)” (Bourdieu, 1998: 69).

¹⁵⁴ “Mas se a separação é uma condição necessária à modernidade, esta não se esgota naquela. Além da separação, exige-se que o Estado adopte uma política de total neutralidade” (Fernandes, 2001: 11).

institucionais e o estatuto profissional dos professores,¹⁵⁵ encarregados de educação e alunos. Monopoliza a exclusiva regência dos conteúdos programáticos, através da imposição dos livros únicos supervisionados, fiscalizados e confeccionados por funcionários do Estado e o rigoroso controlo das escolas de formação professores.¹⁵⁶ Reforça os poderes do controlo do Estado sobre o ensino privado, mesmo contra as pressões da sua parceira ideológica, a igreja católica. As chefias, passam a ficar hierarquicamente subordinadas, numa cadeia hierárquica panóptica que desagua em homens da sua inteira confiança.¹⁵⁷

Tudo o mais é um controlo minucioso de quem não descursa um momento a sua missão de “salvar “ a pátria, inculcando às gerações mais novas o carácter primevo do povo português. Reforça o controlo dos exames, cria um rigoroso controlo social: código de comportamentos para professores e alunos, domestica os anseios emancipatórios dos professores, desligando-os das suas associações que inviabiliza.¹⁵⁸ Institui o modelo da professora regente para reduzir custos com a educação, condiciona vencimentos para ficarem inteiramente dependentes dos comportamentos avalizado pelo controlo omnipresente dos inspectores, reduz e condiciona ideologicamente os concursos, fecha as escolas do magistério primário, durante cinco anos,¹⁵⁹ reduz de três para dois anos a formação dos professores do ensino primário¹⁶⁰ e a escolaridade obrigatória de quatro para três anos.

Mais do que a qualidade do ensino e a emancipação dos sujeitos educativos, interessa-lhe a inculcação do modelo. E quando os actores principais, os professores, não

¹⁵⁵ Os professores regressaram ao desempenho dos seus papéis tradicionais e ao seu estatuto profissional de funcionários do Estado, sem qualquer papel participativo e muito menos reivindicativo.

¹⁵⁶ Decreto n.º 32629 de 16-1-943, *apud* (Gaspar e Freitas, 1962: 81-84).

¹⁵⁷ “No funcionamento dos serviços do Ministério será observada, rigorosamente, a hierarquia, sob pena disciplinar para todos os infractores” (Base III da Lei n.º 1: 941 de 11 de Abril de 1936, *Diário do Governo*, n.º 84, I Série, 11/04/1936).

¹⁵⁸ A nível de ensino primário, a Liga Nacional de Instrução realizou quatro congressos pedagógicos de Instrução Pedagógica e Popular, sendo o primeiro em Abril de 1908 em que esteve em debate o tema do analfabetismo e o quarto em Abril de 1914. A nível de ensino liceal, os dois últimos congressos da Federação das Associações dos Professores dos Liceus Portugueses foram respectivamente em Aveiro nos dias 10, 11 e 12 de Junho de 1927 em que ainda apresentaram algumas reivindicações ao governo e o último em Évora em 1931 (Meireles-Coelho, *ibid.*: 50, 78, 233 e 249).

¹⁵⁹ Decreto-Lei n.º 27: 279 de 24 de Novembro de 1936, *Diário do Governo*, n.º 276 I Série, 24/11/1936.

¹⁶⁰ “Encerradas há cinco anos as escolas de habilitação para o Magistério Primário, chegou-se a uma situação em que já não há professores diplomados, para assegurar a regência das escolas existentes. Assim é que aproveitando todos os professores auxiliares que são em número de 183 e agregados em número de 793, ficam este ano sem professor 380 escolas e depois de se haver recorrido aos regentes agregados cuja função é ensinar em postos escolares, ainda ficaram 134 encerradas” (Secretaria Geral do Ministério de Educação Nacional, Decreto - Lei n.º 30: 951 de 10 de Dezembro de 1940, *Diário do Governo*, n.º 286, I Série, 10/12/1940).

colaboram obedientemente com o regime e não correspondem os seus anseios de apostolado são excluídos, a pretexto de que as ervas daninhas não podem prejudicar a boa semente.

Contrariando a lógica da génese e desenvolvimento dos sistemas educativos do Estado liberal que repudia não lhe interessa a qualidade, nem a ascensão social dos docentes. Interessa, sim, docentes de saberes mínimos e o máximo de rendimento estatístico. O Estado passa o padrão todo-poderoso desta empresa sem parcerias, não admite diálogo dentro do seu projecto educativo de criar homens dóceis obedientes e disciplinados e portugueses amigos de Deus e da sua Pátria e plenamente conformados.

O sistema educativo vai ser um instrumento de conformação social da sociedade civil e não de ascensão social, como preconizava a Primeira República. O *tradicionalismo*, ou a disposição anímica e a fé no costume quotidiano passam a constituir o fundamento da dominação da autoridade tradicional, representada pelo chefe de família, como norma inviolável de acção (Weber *ibid.*: 217- 218).

A permanência na ruralidade vai continuar a ser um chavão discursivo do poder político que reforça a defesa deste conformismo social com metáforas idílicas em contraste com as cidades, antros de perdição. Sem investimento na escolarização, como motor da sua emancipação social, resta aos resistentes uma saída: emigrar.¹⁶¹

O sistema educativo é refundido para doutrinar os mais novos. Os rurais sempre catequizados pela igreja não precisam de ser “salvos”. Sem mobilidade social, a ruralidade transforma-se em barreira asséptica que impede o acesso às ideias modernistas laicas e emancipatórias. Sobretudo os jovens da cidade devem ser preservados da impureza do modernismo e liberalismo. Para isso criam-se as instituições complementares da escola, para enquadrar o masculino e o feminino nos parâmetros ideológicos do regime.

As raízes da singularidade entre os regimes fascistas e contemporâneos e o salazarismo também entroncam aqui nesta ilógica aproveitamento do sistema educativo moderno para uma “missão” militante contra-moderna de conceber e “salvar” a pátria. O pragmatismo¹⁶² de Salazar mais uma vez está patente: não desdenhar recursos, mas

¹⁶¹ Os anos sessenta vão dar a resposta a esta política de acomodação social: a emigração para a Europa sobe em flecha, não obstante a oposição do regime.

¹⁶² “Embora este termo possa designar diversas atitudes ao longo da historia da Filosofia, convém reservá-lo para a orientação filosófica iniciada por Carles S. Peirce, matemático e lógico e desenvolvida nos

canalizá-los para os seus objectivos salvíficos, instrumentalizando os “homens de boa vontade.” Começou por arrebatar para o seu lado os dois esteios da nação, o exército e a igreja católica de um modo perfeitamente original e único.

As suas práticas seminarísticas são cruciais nesta altura. Utilizando argumentos específicos da educação eclesiástica, a “humildade” e do “serviço” sem contrapartidas de poder, apresenta-se como alguém sem objectivos políticos, despretensioso e ao serviço da Pátria. A sua missão não era militar nem de afirmação rácica, nem de restauração imperial, mas apenas de salvação e uma Nação com um passado impar e agora atolada de dívidas, sofrendo de todos os males: desordem, corrupção, mentira, dúvidas, e invasão de ideologias estrangeiras que lhe retiram toda a sua identidade histórica. Apenas pede apoio e sacrifícios voluntários para esta missão regeneradora. Da sua parte podem contar com a honestidade, mas também a firmeza de um homem só, mas íntegro que não transige porque sabe qual a na terapêutica aplicar à nação, nem se acobarda quando sabe que tem a responsabilidade de uma “missão” de “salvar” a pátria, tipo vocação seminarística e clerical que canonicamente perdura e o constrange toda a vida.

Desta forma, assistimos a uma aparente contradição: um sistema educativo estatal que, a partir o século XVIII, numa perspectiva moderna é paulatinamente, construído para libertar o homem das entidades carismáticas que lhe subtraem a sua liberdade individual, é apropriado e reconvertido pelo Estado Novo, num sistema de natureza pré-moderno, destinado a construir um protótipo de homem de três séculos atrás. A Igreja Católica não obstante não ser admitida na administração do ensino, ao entrar na esfera pública do Estado como parceira na doutrinação, obediência e disciplinação, promovidas pelo regime e ao não se resignar ao seu lugar na sociedade civil como um dos seus elementos, deixa de ter toda a legitimidade de se identificar com a sociedade civil e contribuiu para que o Estado não fosse laico: “a sociedade civil não é laica em sentido próprio. A laicidade consiste em deslocar a religião da esfera pública para o domínio privado” (Fernandes, 2001: 11). O salazarismo, contrariamente à Primeira República sob a capa do estatuto de separação constitucional, não só se apropria das matrizes doutrinárias da Igreja, como constitui a religião como cooperante pública da sua “missão” de “salvar” a pátria.

Estados Unidos por William James e Dewey e em Inglaterra por F.C. S. Shiller. O primeiro princípio desta doutrina afirma que toda a asserção que se pretende verdadeira deve manifestar-se em consequências práticas (...). Semelhante forma de pensar já se encontra e alguns sofistas gregos e em diversos pensadores do Renascimento, tendo sido completada com o positivismo” (Guedes, 2004: 68- 99).

Esta aparente contradição só encontra, a nosso ver, uma resposta: a obsessão de um homem que formado nas matrizes confessionais seminarísticas se auto-investe, unilateralmente, como *Pontifex Maximus* na “missão” pedagógica de “salvar” o corpo orgânico de uma nação doente e a precisar de urgente regeneração:

“Dos superiores de um seminário como de qualquer casa congénere, se diz, com razão, que constituem um corpo docente. Constituir um corpo é integrar partes várias na unidade perfeita de um todo. Em sentido moral, os superiores devem constituir um corpo orgânico, animado de um único princípio de actividade, vivificado por uma só alma, embora a vida se manifeste diferentemente, segundo a função e índole particular de cada órgão.

Esta alma que assegura a harmonia e a unidade profunda de acção, sob a diversidade de cargos e temperamentos não pode ser outra, senão um sobrenatural espírito de missão” Frei Paulo de Santa Maria, “O Seminário e a Formação” in *Lumen*, Revista de Cultura do Clero, ano VII, fas. VI, Junho 1943, 348- 352.

Para conseguir levar até ao fim os seus desígnios, pragmaticamente consegue conquistar aliados de todas as facções partidárias, excepto comunistas e faz alianças governativas estratégicas com quem se dispõe a colaborar com ele, desde que não criem barreiras à sua hegemonia de poder pessoal, unilateral, apenas segundo afirma pautado pelo direito e pela moral. Afirma-se, assim, como um ditador diferente das ditaduras do seu tempo que consegue conformar, mantendo na ignorância política e conformidade social uma maioria silenciosa, durante quase 40 anos.¹⁶³

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANTUNES, F. J., (1993), *Salazar. Caetano. Cartas Secretas 1932- 1968*, Lisboa, Círculo dos Leitores.

ARCHER, Margaret S. (1979), *Social Origins of Educational Systems*. Londres, Sage Publications L.da.

¹⁶³ Dizemos quase, porque a partir das eleições realizadas em 1958, em que se candidata o general Humberto Delgado, este apoio começa a ser posto em causa (Cap. 7º - Parte IV).

- BOULENGER, ABBÉ, A. (1930), *La Doutrine Catholique. Le Dogme (Symbole des Apôtres)*, 2 vols. 9.ed., Paris, Librairie Catholique Emmanuel Vite.
- BOURDIEU, P. (1998), *A Economia das Trocas Simbólicas*, S. Paulo, Editora Perspectiva.
- CANDEIAS, (org.) et alt. (2004), *Relatório dirigido ao Ministro das Finanças. Censo da população de Portugal no 1.º de Dezembro de 1820*, Vol. 1.º, Lisboa.
- DE LANDSHEERE, G. (1975), *Définir les Objectifs de l'Éducation*, P.U.F., Paris.
- DEUSDADO, M. A. F. (1995), *Educadores Portugueses*. Porto, Lelo e Irmão Editores.
- DESROCHE, HENRI (1984), *Sociologias Religiosas*. Porto, Rés-Editora L.da.
- DURKHEIM, E. (1984), *Sociologia, Educação e Moral*. Porto, Rés- Editora.
- DURKHEIM, E. (2001), *Educação e Sociologia*. Lisboa, Edições 70.
- FERNANDES, R. (1992), *O Pensamento Pedagógico em Portugal*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- FERNANDES, R. (1998), *O Sistema de Ensino em Portugal (secs. XIX e XX)*, Lisboa: Edições Colibri.
- FERNANDES, TEIXEIRA, A. (1999), *O Confronto de Ideologias na Segunda Década do século XX. À volta de Fátima*. Porto, Edições Afrontamento.
- FERNANDES, TEIXEIRA, A. (2001), *Relações entre a Igreja e o Estado. No Estado Novo e no Pós 25 de Abril de 1974*. Santa Maria da Feira, Edição do Autor.
- GOMES, J. FERREIRA (1996), *Estudos para a História da Educação no Século XIX*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- LIVRO DA TERCEIRA CLASSE (1958), 4.ª ed.. Porto, Editora Educação Nacional.
- MAGALHÃES, A. (2004), *A Identidade do Ensino Superior. Política, Conhecimento e Educação numa Época de Transição*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MARQUES, A. H. O. (1973), *História de Portugal*. Vol. II, Lisboa, Palas Editores.
- MEDINA, João (2000), *Salazar, Hitler e Franco. Estudos sobre Salazar e a Ditadura*. Lisboa, Livros Horizonte.
- MEIRELES- COELHO; C. (2000), *Educação no século XX (de 1901 a 1945). Cronologia e Documentos*. Aveiro: Departamento de Ciências de Educação.

- NETO, V. (1998), *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832- 1911)*. Lisboa, Imprensa Casa da Moeda.
- NOGUEIRA, F. (1977), Salazar. *A Mocidade e os Princípios (1889- 1928)*. Vol. I, Coimbra: Atlântida Editora.
- NÓVOA, A. (1987), *Le Temps des Professeurs*, vol. I, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- PINTO, TERESA (2000), *O Ensino Industrial Feminino Oitocentista. A escola Damião de Góis em Alenquer*. Lisboa, Edições Colibri.
- PROENÇA, MARIA C. (1990), *A Primeira Regeneração. O Conceito e a Experiência Nacional (1820- 1823)*. Lisboa, Livros Horizonte.
- PROST, ANTOINE (1999), *L'Histoire Aujourd'hui*. Auxerre, Sciences Humaines Éditions.
- RAMOS, R. (2001), *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal. (1884- 1908)*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- ROCHA, FILIPE (1988), *Correntes Pedagógicas Contemporâneas*. Aveiro, Editora Estante.
- ROSAS, F. org. (1994), *O Estado Novo: 1926-1974*. Lisboa, Círculo dos Leitores.
- SANCHES, A. N. RIBEIRO (1760), *Cartas sobre a Educação da Mocidade*. 1.^a ed. Coimbra, Imprensa da Universidade.
- SANTOS; B. De S. (2000), *Crítica da Razão Indolente. Contra o Desperdício da Experiência*. Porto, Edições Afrontamento.
- TORRES, J. (1870), *Antologia de Textos Pedagógicos do Século XIX Português. A Educação Nacional*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Investigação Pedagógica.
- VARA COMONTE, A. (1997), *Sociologias de la Educación: Claves Fundamentales*. Santiago, Tórculo Edicións.
- VERNEY, LUIS. A. (1750), *O Verdadeiro Método de estudar*. Lisboa, Livraria Sá da Costa.

VIEIRA, BENEDICTA M. D. coord. (2003), *Grupos Sociais e Estratificação Social em Portugal no Século XIX*. Lisboa, ISCTE, Centro de Estudos da História Contemporânea Portuguesa.

WEBER, MAX (1971), *Économie et Societé*. Paris, Librairie Plon.

DOCUMENTOS LEGAIS:

Decreto de 11/01/1837, *Diário do Governo*, n.º 13, I Série, 16/01/1837; Decreto de 13 de Janeiro de 1837, *Diário do Governo*, n.º 16, I Série, 19/01/1837; Decreto de 5 de Janeiro de 1837, *Diário do Governo*, n.º 7, I Série, 9/01/1837; Decreto de 30 de Dezembro de 1852, *Diário do Governo*, n.º 1, I Série, 01/01/1853; Decreto com força de lei de 29 de Março 1911, *Diário do Governo*, n.º 73 I Série, 30/03/1911; Decreto n.º 13.791 de 16 e Junho de 1927, *Diário do Governo*, n.º 123, I Série, 17/06/1927; Lei n.º 1:941 de 11 de Abril de 1936, *Diário do Governo*, n.º 84, I Série de 11/04/1936; Decreto n.º 27:603 de 29 de Abril de 1937, *Diário do Governo*, n.º 72, I Série, 29/04/1937; Decreto – Lei n.º 30: 951 de 10 de Janeiro de 1940, *Diário do Governo*, n.º 286, I Série, 10/12/1940.

PERIÓDICOS:

REVUE FRANCAISE DE PEDAGOGIE, WILLAIME, JEAN PAULE (1998), « École et religions : une nouvelle donne ? », n.º 125, Out.-Nov.-Déc.

O INSTITUTO, COSTA, D. ANTÓNIO “Reforma do Marquez de Pombal” (1882), vol. XXIX, n.º 12.

LUMEN, Revista de Cultura do Clero, SANTA MARIA, FREI PAULO DE (1943), “Da Formação para o Sacerdócio”, ano VII, Junho, fac. VI.

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS, Faculdade de Letras de Coimbra, BOTO, C. (1999), “O Mundo por Escrito. Usos e Costumes da Leitura Escolar Portuguesa no sec. XIX” Vol. 20.

COLÓQUIO EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, FERNANDES, R. (1993), “Marcos do Processo Histórico de Alfabetização de Adultos”, n.º 2, Fevereiro.

CAPÍTULO TERCEIRO: <i>LOCI</i> E <i>MODUS OPERANDI</i> DA SOCIALIZAÇÃO DE SALAZAR. PRIMEIRA ETAPA DA “VIA LÁCTEA” EM DIREÇÃO AO PODER	107
1. A FAMÍLIA TUTELADA. A CONSTRUÇÃO DO <i>HOMO CATHOLICUS</i>	110
2. O SEMINÁRIO.....	113
2.1. O seminário de Viseu 1900-1908.....	122
2.1.3. A formação seminarística de Oliveira Salazar	123
2.1.4. As Cartas Encíclicas: <i>Immortale Dei</i> ;.....	126
Origem e forma política do poder.....	127
Características do poder.....	128
Resistência ao poder público.....	129
O poder público e a religião católica.....	129
Relações entre o poder eclesiástico e o poder civil.	130
Condenação da teoria da soberania do povo, como fundamento da democracia.....	131
A origem das desordens e sedições.	132
A defesa da censura para preservar a verdade contra o erro.....	132
A liberdade, na acepção católica.....	133
Liberdade de reunião e expressão.....	135
Exortação aos católicos para que contribuam para a salvação da sociedade, assumindo os poderes públicos.....	135
Combate ao partidarismo.....	136
Combate ao erro e às paixões.....	137
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	138

CAPÍTULO TERCEIRO: *LOCI E MODUS OPERANDI* DA SOCIALIZAÇÃO DE SALAZAR. PRIMEIRA ETAPA DA “VIA LÁCTEA”, EM DIRECÇÃO AO PODER.

A “missão” pedagógica de “salvar” a pátria de Oliveira Salazar foi construída num cenário real, mas o *modus operandi* foi construído por representações simbólicas de racionalidade salvífica. Estas representações simbólicas que foram inteiramente assumidas por ele, tiveram eventualmente raízes no *locus* doméstico, com especial relevância para a mãe, a quem Salazar foi especialmente dedicado.¹⁶⁴ Franco Nogueira o ministro dos Negócios Estrangeiros que mais investigou a vida privada de Salazar, tendo acesso a muitos documentos que prometeu publicar mais tarde, mas que nunca o fez, narra-nos que sua mãe foi a mais entusiasta pela sua ida para o seminário, acompanhando também com entusiasmo o seu percurso posterior. Por sua vez, Salazar retribuía este especial carinho, visitando-a sempre que possível e mimoseando-a com lembranças (Nogueira, *ibid.* 322).

A influência de sua mãe testemunhada pelos amigos mais próximos era tal, que Cerejeira, quando Salazar foi convidado para o governo, pela segunda vez, lembrou-lhe que sua mãe, entretanto falecida, ao saber do primeiro convite lhe dissera: “aceita meu filho! (...) Se te chamam, é porque precisam de ti” (Nogueira; *ibid.*: 337).

Outro *locus* de socialização foi o seminário. A par da mãe, a Igreja Católica, a madre simbólica de todos os baptizados, acompanhou Salazar desde o berço, ajudou a catapultá-lo ao poder e a realizar a sua “missão” que também partilhava. Foi representada desde o berço pelo padre António, pároco e confidente da família, pelo cónego Barreiros do colégio da Via Sacra e por “todos os bons padres que o sustentaram quase gratuitamente, durante tantos anos e a quem devia antes de mais a sua formação e disciplina intelectual (Salazar, 1919: 13).

Foi esta “Via Láctea”, que o conduziu ao poder. “Via Láctea”, porque, neste percurso para o poder, duas mães têm uma grande importância: a real e a simbólica. “Via láctea”, porque Salazar sempre foi estrela. Estrela para a mãe que via nele um futuro sacerdote, estrela para toda a freguesia que dominada pelo poder hierocrático

¹⁶⁴ Pergunto a D. Marta: “Como foi o senhor presidente em criança? (...) Era tímido e meigo. A nossa mãe gostava mais dele do que de nós. Nunca ralhou com ele, nem mesmo no dia em que deixando-se escorregar por um monte de areia com o futuro Dr. Pais de Sousa, rasgou os calções de veludo. Quando nos castigava, ele corria a beijá-la para que nos perdoasse (Garnier, 1952: 35).

esperava partilhar das benesses simbólicas desta vocação¹⁶⁵ e estrela para a “Santa Madre” Igreja que face ao seu bom desempenho, como seminarista, sempre o acarinhou e nele investiu. Mesmo na segunda etapa desta projecção laical, na “via láctea” do poder, apostou fortemente no seu lançamento político, vendo, concerteza nele, a oportunidade para regressar à sua dominação simbólica sobre a sociedade portuguesa.

Por sua vez, o discípulo, na mais estrita obediência, corresponde em todo o seu percurso, não só seminarístico, mas de militante laico, alinhando, sempre, na defesa da sua protectora, ao lado dos seus luminares eclesiásticos da época.

Vamos em primeiro lugar caracterizar os *loci*, instâncias estruturantes desta socialização. Partimos convencidos das dificuldades da tarefa. Como refere Franco Nogueira, “(...) de episódios e passos da vida de Salazar não se encontram documentos nem jamais serão achados, porque somente os podemos conhecer por testemunhos pessoais (...).(*ibid.* : VIII).

Quanto a testemunhos pessoais, afiguram-se-nos duas dificuldades principais:

- a dificuldade de encontrar pessoas que tenham convivido directamente com Salazar, ou porque já faleceram ou porque estão muito debilitadas com a idade;
- a dificuldade intrínseca a estes mesmos testemunhos, ou seja, que se trata de representações da personalidade e acção governativa de Salazar, sendo o seu valor histórico controverso.

Todas as formas de expressão escrita ou oral são representações de uma personalidade cuja essência é impossível desvendar. Uma autobiografia é uma representação, assim como um diário também o é. Salazar, neste capítulo dos testemunhos autobiográficos, ou não os produziu ou foram destruídos.¹⁶⁶

O que está em causa não é a descoberta das intenções íntimas de Oliveira Salazar, mas a identificação da “utilização mental,” isto é do quadro de referências

¹⁶⁵ Refere Franco Nogueira, citando um jornal local que não identifica, que « (...) dois meses depois, Salazar voltava ao Vimieiro por meados de Abril para a festa tradicional de Santa Cruz. Era acontecimento que mobilizava a aldeia (...). Então foi a missa cantada a grande instrumental e ao Evangelho “subiu ao púlpito o novel sacerdote António de Oliveira Salazar que proferiu um substancial discurso, causando a mais agradável impressão e em que o nosso compatriota, mais uma vez, comprovou as suas notáveis aptidões para a oratória sagrada (...). E por isso rejubilavam com o triunfo do sr. Padre Salazar a quem felicitamos vivamente assim como a seu pai e demais família que devem sentir um grande orgulho e a mais justa satisfação por o simpático sacerdote iniciar, tão auspiciosamente, a sua carreira. “ Dias depois, o padre Salazar cumpria 21 anos de idade» (Nogueira, 1977: 55).

¹⁶⁶ Em 2004 foi editado “O Diário de Salazar”, de António Trabulo, 6.ª ed., mas decalcado sobre as datas e conteúdo dos seus discursos, nada acrescentando ao já publicado sobre Salazar (Cf. Trabulo, 2004: 5).

usado por ele para ler o mundo e a situação política portuguesa.¹⁶⁷ Dessa leitura pessimista e diabolizada, nasce o seu projecto: a “missão” pedagógica de “salvar” a pátria.

No campo da pesquisa biográfica temos testemunhos de jornalistas e ministros que com ele privaram, abordando não só temas pessoais, mas, sobretudo, os temas político/sociais mais controversos na época. É o caso de António Ferro, (Ferro, 1938). Christine Garnier (Garnier, 1952) e, mais tarde, Marcelo Caetano (Caetano, 1974) e Franco Nogueira (Nogueira, 2000).

Deste ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar dispomos de alguns dados biográficos compilados no volume primeiro da sua extensa obra sobre a acção governativa de Oliveira Salazar e que se tornou referência para os investigadores (Nogueira, *ibid.*).

Por uma questão de maior facilidade na investigação, vamos optar pela divisão deste período considerado da socialização de Oliveira Salazar em duas etapas: a primeira que decorre sob a tutela doméstica e do Seminário que abarca desde o seu nascimento até ao fim do Seminário, ou seja de 1889 a 1908.

Não fazemos grande distinção entre família e seminário já que para a família de Oliveira Salazar a doutrinação católica tinha uma importância capital. A igreja tutelava a família em todos os domínios. O vocacionado era amparado socialmente por três entidades que se conjugavam perfeitamente na vontade de realização da sua vocação: a família a comunidade paroquial e o seminário. Neste caso, não havia qualquer divergência ideológica ou de práticas.

A segunda etapa a que decorre de 1908 a 1926 ou seja a sua função de Prefeito e professor no colégio da Via Sacra a sua entrada como estudante e professor na Universidade de Coimbra, até à posse definitiva de Ministro das Finanças.

¹⁶⁷ “(...) em cada um de nós pode dizer-se existem dois seres que apesar de apenas serem separáveis por abstracção, não deixam, por isso, de serem distintos. Um é feito de todos os estados mentais que apenas têm a ver connosco e com os acontecimentos da nossa vida pessoal. É o que podemos chamar o ser individual. O outro é o sistema de ideias, de sentimentos, de hábitos, que exprimem em nós, não a nossa personalidade, mas o grupo ou os grupos diferentes de que fazemos parte; são as crenças religiosas, as crenças e as práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais, as opiniões colectivas de qualquer género. O seu conjunto forma o ser social ” (Durkheim, 2001: 16-17).

1. A FAMÍLIA TUTELADA. A CONSTRUÇÃO DO *HOMO CATHOLICUS*.

“A igreja, a escola e a imprensa foram os elementos fundamentais na criação do sistema de representações da sociedade na vigência da monarquia constitucional ” (Neto, 1998: 221). O liberalismo foi implantado “contra a resistência passiva ou activa de muitos clérigos e religiosos (ainda que não todos), para não falar de boa parte do “povo” que continuava a não compreender o novo regime e a levantar-lhe objecções também religiosas (Clemente, 2002: 13). A religião na análise, quer de investigadores laicos (Neto, *ibid.*), como eclesiásticos “apresentava-se ao nível da vivência colectiva como um elemento significativo na criação de elos sociabilitários entre os cidadãos” (Clemente, *ibid.*: 22). A religiosidade popular pautava o quotidiano, sobretudo nos campos onde a hegemonia dos clérigos dominava a vida política e social das populações esmagadoramente analfabetas.

Seria neste contexto que poderemos inserir a narrativa de Franco Nogueira: “a confidência dos desabafos, das agruras dos desejos secretos para o futuro era reservada ao cura, António Nunes de Sousa. Muito crentes, muito cristãos para António de Oliveira e Maria do Resgate (pais de Oliveira Salazar) o Padre António era guardião moral e avisado conselheiro ” (Nogueira, 1977: 3).

Oliveira Salazar nasceu na freguesia de Santa Cruz do Vimieiro¹⁶⁸, concelho de Santa Comba Dão, distrito de Viseu, província da Beira Alta, a 28 de Abril de 1889, pelas três horas da tarde, numa casa rural e modesta. Eis um retrato de Santa Comba Dão nesta época:

“Quanto à vida local Santa Comba Dão era uma parada vila beirã, com uns tantos dias fortes no decurso do ano: os mercados municipais, a época do pagamento das décimas e contribuições com os tributados em visita à Fazenda em acto de liquidação das fiscais espórtulas e, enquanto o Dão corre a seus pés, a vila dividida em suas actividades- por um lado os funcionários públicos e camarários, por outro os lavradores e camponeses e, por fim, o pequeno comércio vilanejo ” (Gomes, 1987: 20).

¹⁶⁸ No censo de 1890 esta freguesia contava com 139 fogos entendendo-se por fogos, casas ou locais habitados. A população de residência habitual era constituída por 592 pessoas. Destas sabiam ler e escrever 72 pessoas 57 homens e 15 mulheres. 492 pessoas eram analfabetas (*Censo da população do Reino de Portugal*, vol. I, pp. 250- 251).



Figura n.º 3 A vila de Santa Comba Dão, na passagem do século XIX para o século XX. Fontanário (Vieira, 2004:23). A moral católica tutelava corpos e consciências.



Figura n.º 4 A casa onde nasceu Salazar, Vimieiro (Dacosta, 2000: 27). A natureza parece querer esconder os segredos do “mito”.

No mesmo dia, morre o rei D. Luís (*ibid.*:5). Salazar é baptizado passadas três semanas e embora conste do livro do registo de baptismo que os pais são proprietários, a vida em casa torna-se difícil. Com quatro irmãs e a mais velha, Marta a estudar para professora, o pai António de Oliveira tem de tratar das terras de um proprietário abastado, para fazer face às despesas domésticas.¹⁶⁹

Não havia escola primária no Vimieiro.¹⁷⁰ Mesmo assim, o pai manda-o para Santa Comba frequentar a escola primária, mas torna-se penoso deslocar-se todos os dias à escola primária de Santa Comba Dão, sede do concelho. Por essa razão e pela falta de assiduidade do professor, António não progride o suficiente. Os pais mandam-no, então, para uma espécie de explicador.

A partir daí, António, com sete anos de idade, inicia o primeiro grau do ensino primário elementar que era obrigatório para todas as crianças dos seis aos doze anos com um funcionário da Câmara de Santa Comba, o tio José Duarte. O primeiro grau compreendia:

- leitura;
- escrita;
- operações fundamentais de aritmética e noções do sistema legal de pesos e medidas;
- doutrina cristã e preceitos de moral;
- elementos de desenho;
- exercícios ginásticos (Decreto-Lei de 22 de Dezembro de 1894, *Diário do Governo*, n.º 292 de 24 de Dezembro). Nas escolas de meninas, actividades próprias do sexo feminino (*ibid.*:art.º 2).

“Nos exercícios de leitura e escrita ter-se-á em vista ministrar aos alunos notícia de coisas úteis, de corografia e história pátria e de factos, monumentos e homens notáveis do país ” (*ibid.*: & único, *apud* Rocha, 1987: 210).

A turma era constituída por 30 alunos e o preço a pagar era seis vinténs por mês. Mas ele não pode levar alunos a exame, nem emitir diplomas oficiais. (Nogueira, *ibid.*:

¹⁶⁹ “O país debatia-se com grava crise económica. A crise europeia tinha graves reflexos entre nós. As despesas públicas eram grandes e talvez sem ter em conta as necessárias prioridades (Rocha, *ibid.*: 209).

¹⁷⁰ No censo de 1890 esta freguesia contava com 139 fogos entendendo-se por fogos, casas ou locais habitados. A população de residência habitual era constituída por 592 pessoas. Destas, apenas sabiam ler e escrever 72 pessoas: 57 homens e 15 mulheres, sendo 498 pessoas analfabetas (*Censo da população do Reino de Portugal*. Vol. I, 250 - 251).

7). Aos 10 anos, António faz exame do segundo grau do ensino primário elementar em Viseu, ficando hospedado em casa do Padre José Marques Pimentel, professor do seminário, a pedido do padre António. Apresenta-se tímido e franzino, embora revele inteligência suficiente. Obtém a classificação de 14 valores no exame final do 2.º grau da instrução primária elementar. Volta ainda para Vimioso e enquanto não se decide o seu futuro, estuda francês.

Por pressão sobretudo da mãe, propõem e ele aceita ir frequentar o seminário menor de Viseu, pois não revela gosto, nem físico para trabalhar no campo. No verão seguinte, ano lectivo de 190/1901, António ingressa no seminário.¹⁷¹

2. O SEMINÁRIO¹⁷²

Tal como afirmamos, propomo - nos dar especial relevo a este capítulo, em virtude – e esta é a nossa hipótese - da importância que teve na socialização de Oliveira Salazar e na construção da sua “missão” pedagógica de “salvar” a Pátria. Vamos, pois, na generalidade, analisar o seminário como modelo educativo confessional específico:

“O seminário é uma instituição da Igreja, à margem do aparelho escolar, tendo por única finalidade “formar padres” (...). A situação objectiva dos seminaristas não se pode definir fora desta instituição, relativamente autónoma que é a Igreja, cujos agentes organizados em corpo de especialistas têm de recorrer, para assegurar a sua reprodução, a técnicas exclusivamente simbólicas ” (Saud, 1978: 7-9).

Não podemos compreender a essência do ensino seminarístico, sem primeiro termos em conta o que distingue o sagrado do não sagrado, as barreiras visíveis ou ficcionais entre estes dois espaços, as ambiguidades históricas entre estes dois conceitos

¹⁷¹ “ A lavoura era pobre e os filhos das mais abastadas famílias usavam seguir estudos ou através do Seminário em Viseu, ou através do liceu, em Coimbra. Uns e outros acabavam por se encontrar em Coimbra (o centro mental do País, ainda na época) ou na Faculdade de Teologia, ou na Faculdade de Direito, quando não em ambas, porque o currículo duma e outra permitia, mediante certas cadeiras comuns, o diploma de bacharelato nas duas Faculdades” (Gomes, *ibid.*: 21).

¹⁷² A bibliografia sobre a educação e ensino do seminário é bastante escassa em Portugal. Aparte as publicações internas de cada Diocese, Ordem ou Congregação e que reproduzem a doutrina canónica, existem poucas publicações que apresentem um olhar crítico sobre esta instituição. No campo literário temos dois romances cujo tema centra é o processo de educação do seminário e que tiveram larga adesão do público: *Non sum dignus* de Antero de Figueiredo e sobretudo *Manhã Submersa* de Vergílio Ferreira, tendo este último sido adaptado ao cinema. “Ambos manifestam uma atitude negativista face à pedagogia seguida nos seminários de então” (Português, *ibid.*: 199).

e no campo da realidade educativa as lutas travadas pela hegemonia de um e demonização do outro.¹⁷³ Especificamente, pretendemos estudar o Seminário como escola confessional católica específica de selecção provação de vocacionados, dando prioridade aos seus processos educativos. O Seminário ou os seminários tridentinos,¹⁷⁴ no regime constitucional, pautavam-se pela ambiguidade administrativo/ideológica. Por um lado, eram tutelados e sustentados pelo governo liberal cujos ideários chocavam com os princípios que presidiam ao seminário católico. Por outro, dependiam da tutela transnacional no referente à acção pedagógica,¹⁷⁵ currículos e programas.¹⁷⁶

Como escolas confessionais, durante o regime constitucional eram organizações educativas que faziam parte do sector privado do ensino¹⁷⁷ sob a ambivalente responsabilidade e tutela da Igreja católica e governo liberal, destinado à formação/provação de “pastores” das comunidades católicas.

A escola confessional católica na sua vertente específica, o Seminário, tinha como função preparar os “eleitos” (vocacionados) para a missão sacerdotal:

“A interiorização de um projecto de vida sacerdotal aparecia como o resultado de um trabalho pedagógico específico pelo qual os padres inculcam a vocação aos jovens assegurando assim, ao mesmo tempo o controlo do seu recrutamento. Portanto a questão da génese da vocação sacerdotal implica o estudo das condições sociais de eficácia das práticas profissionais dos padres recrutadores e do seu discurso sobre o sacerdócio. Era ainda necessário que a maneira institucionalmente regulada de aí aceder, fosse naturalmente

¹⁷³ Durkheim considera que “a divisão do mundo em dois campos um dos quais compreende tudo o que é sagrado e outro tudo o que é profano ” constitui o “traço distintivo” do pensamento religioso. Acrescenta, no entanto, que os dois termos da dicotomia são simultaneamente complementares e irreduzíveis, ou seja um não pode ser reduzido ao outro e um não pode substituir o outro ” (Durkheim *apud* Janeira *et alt.* , 1998: 9).

¹⁷⁴ Ernesto Português que apresentou a dissertação de mestrado à Universidade do Minho sobre o Seminário de Nossa Senhora da Conceição, distingue 4 fases para compreender as “lógicas ocultas” da instituição: até 1947 o elemento organizativo é a forma. À volta da forma, gira a vida a comunidade de alunos: ordena os alunos no seminário e nos passeios colectivos, no exterior. A forma cria distâncias e constrange o sujeito educacional; a segunda fase de 1947 a 1967 ainda persiste a forma e com ela as mesmas barreiras; a terceira fase de 1967 a meados dos anos oitenta, a visibilidade da mudança já se manifesta. É a fase pós-conciliar. A partir dos anos oitenta, têm lugar mudanças estruturais.

¹⁷⁵ Os professores não tinham qualquer autonomia na gestão dos tempos pedagógicos. Os exercícios eram marcados quinzenalmente e a atribuição de classificações mensalmente (Português, *ibid.* 147).

¹⁷⁶ Sempre os programas do seminário deram tratamento especial ao estudo do Latim, da Música e da Religião, em detrimento do Francês, Inglês e Matemática” (Português, *ibid.*: 147).

¹⁷⁷ “A classificação das organizações educativas em públicas ou privadas, embora aparentemente pacífica tem merecido alguma contestação por parte de alguns sectores, por veicular não apenas uma persistente ambiguidade e um obscurecimento de outras distinções e variações mais finas, nomeadamente de política educacional, como também uma polarização subtensa por relações nem sempre explícitas de hegemonia e subordinação ” (Estêvão, 1998: 13).

reconhecida (portanto aceite) senão por todos os fiéis, pelo menos pelas categorias sociais dos leigos nos quais o clero local era recrutado” (Saud, *ibid.*: 10).



Figura 5. Salazar no seminário de Vizeu. Foto extraída de *Salazar. Edição do Centenário*, 1989 e reproduzida por (Torgal, 1999: 33). Salazar é o primeiro seminarista sentado, a começar do lado esquerdo.

O processo pedagógico específico do seminário, tinha, como pressuposto, as crenças religiosas do vocacionado. A sua finalidade principal era a conversão, isto é, a desconstrução do homem “velho” na linguagem paulina e a sua modelagem em novos parâmetros:

“Sem a crença religiosa não se poderia compreender como as condições objectivas podiam convergir num processo de *conversão* isto é produzir um encadeamento de transformações subjectivas que acompanham e condicionam, na ilusão da liberdade, a transformação do estatuto social objectivo dos vocacionados, (a passagem do estado de simples leigo ao de seminarista e depois ao de padre” (*ibid.*).

Como estabelecimento de ensino confessional católico, tinha a missão específica de preparar os *administradores do sagrado*¹⁷⁸ que se situavam no topo da hierarquia e que de um modo mais disponível e com uma formação e aprendizagens mais abrangentes em teologia, eram os detentores da ciência do sagrado - um dos indicadores que legitimavam a sua privacidade com o sagrado e das práticas de mediação entre este e o profano (Saud, 1978: 14)..

A educação e instrução, eram arquitectadas para fornecer ao candidato as aquisições de atitudes, comportamentos e conhecimentos condizentes com o seu *status* e missão. Os candidatos eram adestrados apenas para um único estilo de vida: a do clérigo. No seminário não cabia a diversidade. É bem patente a aversão do seminário a opiniões ou partidos que possam contrariar esta autoridade:

“Podem num seminário as legítimas aproximações das amizades mais pronunciadas redundar em grupos de partido mais ou menos velado, com as suas solidariedezinhas de opinião e acção, com as suas preferenciazinhas de convívio, com seu espírito acanhado de oposição que se ilude na vã complacência de não estar só. E assim se pode desenvolver umas pobres amizades que se baseiam apenas na necessidade de apoio para manter uma sem-razão e se nutrem de inveja miudinha, de ressentimento comunicado, talvez de maledicência, a pretexto de zelo ou de crítica superior” (*ibid.*).

Dentro destes parâmetros, o processo pedagógico era etnocêntrico e monocultural. O apelo à verdade dogmática resolvia todas as questões. Nenhuma questão pessoal ou social ficava em aberto, porque a autoridade tinha resposta para todas elas. Os professores e directores espirituais eram os intermediários para a sua resolução. Os locais de selecção/provação, eram reservados a vocacionados e formadores.¹⁷⁹ Comunicar pessoas estranhas, mesmo clérigos que habitavam o mesmo edifício era interdito.¹⁸⁰ Esta exigência regulamentar inibia os candidatos da convivência e diálogo, fundamentais para o crescimento da pessoa pela interacção e a troca de experiências.

¹⁷⁸ Weber atribui à Igreja, como associação hierocrática, a administração dos bens de salvação, o que fundamenta o seu domínio espiritual sobre um conjunto de homens. (Vara Coomonte, *ibid.*: 88). Esta designação de “administradores do sagrado” não difere substancialmente da designação dada por S. Paulo aos padres: *Dispensatores ministeriorum Dei* ou seja “dispenseiros do serviço de Deus” (...).

¹⁷⁹ Até finais da década de sessenta a comunicação do seminário com a sociedade “decorre sob o signo do monólogo e expressa-se sob o signo de uma linguagem hermética e inacessível” (Português, *ibid.*: 157).

¹⁸⁰ Cf. *Regulamento do Colégio das Missões Franciscanas*, (1983).

O poder dentro do Seminário entificava-se na figura do Director. Este propõe os Prefeitos de disciplina que acompanham os alunos e exercem o poder visível de fazer cumprir os Regulamentos, sob pena de sanções. Ao Director espiritual cabe o poder invisível de moldar consciências:

- “orientar a formação das consciências;
- estimular a frequência dos sacramentos;
- promover e dirigir obras de piedade;
- instruir os alunos sobre meditação diária e o exame de consciência;
- fazer uma prática semanal de instrução religiosa;
- dirigir o retiro mensal e o retiro de férias;
- incutir os valores de humildade, obediência, castidade, mortificação, cumprimento do dever, desprendimento das criaturas e das coisas terrenas”.
Regulamento do Seminário de Nossa Senhora da Conceição, Braga, n.º 31 e n.º 34 (Português, *ibid.*: 129).

A aquisição dos conhecimentos inerentes à missão clerical era precedida, em importância estatutária, pelos comportamentos e atitudes, face aos Regulamentos.

No *ranking* da avaliação, o comportamento era a primeira disciplina do desenho curricular logo seguido da Religião. No comportamento estavam incluídas a *Piedade*, *Disciplina*, *Civilidade*¹⁸¹ e *Aplicação*. As classificações eram registadas em livros próprios e lidas publicamente nos salões de estudo pelo próprio director (Português *ibid.*: 147). As estruturas curriculares específicas e cargas horárias do Seminário eram adaptadas à importância simbólica dos conteúdos que se pretendiam sobrevalorizar.

No Seminário, dada a especificidade do seu mandato, a avaliação assumia forma de uma sentença executória de castigo,¹⁸² rejeição ou uma sentença promissora de continuidade. E tudo isto sem recurso apelatório. Por sua vez, a certificação insere-se na mesma lógica institucional. Há apenas uma certificação simbólica que culmina com a

¹⁸¹ “As normas de civilidade são de cariz moralista e genericamente fundamentadas na Bíblia e nos documentos da Igreja (...). A educação individual principia e termina com citações bíblicas. Normas de conduta, a resvalar para a moralidade: vestidos decentes, movimentos graves e airosos, sem afectação” (Português, *ibid.*: 143).

¹⁸² O castigo era considerada uma prática educativa. Os alunos que no fim de cada período não obtivessem notas positivas eram castigados. O castigo podia ser a leitura em público, diante de todos os colegas do curso ou a retenção no seminário, antes da partida para férias (...) O castigo era uma prática corrente do seminário e que perdurou dezenas de anos (Português, *ibid.*: 271).

gradativa investidura nas funções sagradas: seráfico, noviço, professo, sacerdote.¹⁸³ A certificação académica passa para segundo plano, devido à lógica institucional. Aliás, privilegiam-se as componentes simbólicas, em detrimento das exigências académicas. O professor é antes de mais um apologeta dos cânones dogmáticos.

A vocação reforçava e duplicava a dívida. Não obstante a fragilidade humana, tinha sido chamado. O sentimento de dívida acompanhava o *candidato*¹⁸⁴, desde a infância até à morte. Era uma dupla responsabilidade de ser fiel à vocação. Isto porque não era automaticamente escolhido, mas apenas se os superiores representantes de Deus avaliassem este chamamento.

Como administradores do sagrado tinham por função converter os não crentes, catequizar e apascentar o rebanho dos crentes e conduzir uns e outros à salvação escatológica. Como escola específica na sua natureza e mandatos, distingue-se das outras escolas pelo processo de recrutamento, processo de ruptura com o espaço e tempo profanos, processo de reconstrução de nova identidade social e pessoal e pelo sistema panóptico de vigilância total *ab intra* e *ad extra* (Cf. Goffman, 1974).

Para analisarmos o processo de recrutamento do Seminário, tomemos como referência os cânones do Código de Direito Canónico que regulamentaram a vida dos Seminários católicos até à realização do Concílio Vaticano II –1965.

O Código de Direito Canónico, no seu cânone 1353 contem as recomendações e normas para o recrutamento dos candidatos e os requisitos pessoais e familiares que deve possuir. Estas normas são depois reproduzidas em cada diocese nas respectivas Constituições Sinodais. Vejamos, por exemplo, as *Constituições Sinodais da diocese de Lamego*, editadas em 13 de Abril de 1954:

(...) Art.º 468. Todos os sacerdotes e muito particularmente os párocos devem dar a este trabalho do recrutamento dos jovens para o Seminário a sua melhor atenção. Para lhes facilitar a escolha, o Sínodo dá as seguintes normas:

¹⁸³ Esta nomenclatura era utilizada nos seminários das Ordens Religiosas. Nos seminários diocesanos utilizava-se a nomenclatura específica das ordens menores e maiores.

¹⁸⁴ Na escola confessional católica seminarística, não há alunos, mas *meninos* ou *candidatos*. (ver normas 3.ª e 6.ª do n.º 468 do Cap. II das Constituições Sinodais da diocese de Lamego). Este estatuto condiciona todo o processo escolar do educando, tirando-lhe toda a capacidade de negociação ou reivindicação face à instituição hierocrática. Voltaremos a este tema quando tratarmos expressamente do Recrutamento na escola confessional.

- 1.º) Não encaminhem para o Seminário somente os que lho peçam; estes nem sempre serão os melhores nem os de mais recta intenção; vão até às famílias moralmente sadias e verdadeiramente cristãs e pela sua mão recolham os meninos em quem descobrirem sinais de vocação ou que sejam ao menos terreno apto para a receberem;
- 2.º) Tenham como desprovidos de vocação os filhos ou descendentes próximos de doentes mentais de desequilibrados, de portadores de taras transmissíveis por hereditariedade, de sífilíticos, alcoólicos, homossexuais, suicidas, homicidas, ou portadores de outros graves transtornos morais;
- 3.º) Excluem os meninos que tenham sofrido de meningite de crises histéricas ou de outras doenças semelhantes; excluem por igual aqueles em quem descubram inclinações viciosas ou hábitos de corrupção;
- 4.º) Procurem averiguar diligentemente sobretudo quando as famílias se anteciparem a pedir a admissão se o candidato é movido a entrar no seminário pelo desejo sincero de vir a ser um sacerdote santo, ou apenas pela secreta intenção de fazer um curso gratuito ou barato como preparação de qualquer carreira civil; nesta segunda hipótese afastem resolutamente o candidato e se ele apesar de tudo insistir informem conscienciosamente o Prelado;
- 5.º) Considerem desprovidos de carácter e de pureza de consciência e, portanto, indignos de admissão, os candidatos que pretendam eximir-se a pagar ao Seminário a anuidade que puderem pagar;
- 6.º) Informem com absoluta lealdade das possibilidades dos candidatos ou das famílias e façam-no sem respeitos humanos ou acepção de pessoas;
- 7.º) Se, depois de admitido, tiverem conhecimento de falta de recta intenção de seminarista ou da sua família ou se pelo seu mau proceder, já não der esperança de vir a ordenar-se, ou de vir a ser um bom sacerdote, previnam de tudo, quer o superior do seminário, quer o Prelado.¹⁸⁵

Sendo a escola confessional um lugar estruturante, realimentador de um sistema holístico, hierocrático e transnacional tem de ter uma lógica funcional consequente. Há um fluxo e refluxo reprodutivo da comunidade de base para os quadros hierárquicos. A hierarquia que administra as fontes do sagrado que para as comunidades são meios únicos de salvação, alimenta e mantém as comunidades cristãs e vem a estas bases buscar, descobrir e seleccionar os melhores elementos que depois de “reciclados”,

¹⁸⁵ De referir que neste contexto temporal - princípios do século XX - em Portugal, a sociedade rural portuguesa continuava a viver em parâmetros existenciais de pré-modernidade com os princípios estruturais da masculinidade e da autoridade dos mais velhos, continuando em vigor os valores tradicionais da família e das redes de parentesco subordinadas aos quadros ideológicos eclesiais, com a complacência dos poderes políticos (Fernandes, 1995).

enformados, recontextualizados no lugar estruturante chamado vulgarmente seminário. Desta escola clerical vêm novamente, agora já revestidos de funções sociais específicas, realimentar as próprias comunidades donde saíram.

Nesta recontextualização, a comunidade participava activamente, cedendo os candidatos, ajudando a descobri-los e incentivando-os e contribuindo monetariamente para a sua formação, como exercendo uma vigilância permanente sobre os seus comportamentos pessoais e sociais. Nesta lógica funcional, o recrutamento na escola confessional católica parece reger-se pelo determinismo social e genético, estabelecendo fronteiras intransponíveis entre o bem e o mal, entre o puro e o inquinado, entre o viciado e o bem comportado.

Com estes critérios de recrutamento, o candidato não tinha voz. Neste aspecto o seu estatuto de menoridade é evidente. Nestas normas eclesiásticas apenas é referido como “menino” ou candidato. Independentemente da sua vontade e até contra a sua vontade pode ser recrutado, desde que os representantes do sagrado nele descubram sinais de vocação ou ao menos “terreno apto para a receberem”: “vão até às famílias moralmente sadias e verdadeiramente cristãs e pela sua mão recolham os meninos em quem descobrirem sinais de vocação. (...)”

Assim, vejamos:

1) nem sequer se fala em consultar os “meninos” e trata-se de jovens já com 10 anos . A metodologia é recolher os que descobrirem. A iniciativa é dos representantes do sagrado. Eles é que descobrem e recolhem. Não são os pais que tomam a iniciativa, nem os filhos. Trata-se de um direito de descoberta e recolha. O poder hierocrático impõe-se ao poder paternal, porque os membros da família cristã, na lógica confessional ficaram sujeitos à administração da Igreja, depois do baptismo;

2) existe uma pré - marcação, ou vocação, que orienta os seleccionadores, independentemente da vontade dos sujeitos. Há, porém, normas bem explícitas que têm de ser cumpridas;

3) o recrutamento deve seleccionar os candidatos pela excelência: excelência física e excelência aferida pelos objectivos institucionais;

4) são excluídos os candidatos que se recusem a pagar ao Seminário a anuidade que possam pagar ou quem procure entrar no seminário apenas por razões consideradas profanas, como o tirar um curso civil.

À míngua de escolas secundárias ou superiores, esta cláusula fecha a porta à continuação da escolarização, através de outras vias e nega à escola confessional seminarística o mandato social, comunitário *lato sensu* para lhe atribuir apenas um mandato confessional *strito sensu*.

O processo de ruptura com o espaço e tempo profano ou em linguagem seminarística, rompimento com o mundo e suas seduções, comporta a desconstrução dos laços e hábitos domésticos: inserção numa nova família simbólica, mudança de apelido, mudança de tratamento, uniforme, novas regras de civilidade e criação de novos espaços e novos tempos para a meditação.

Nos espaços arquitectonicamente concebidos para a ministração do ensino confessional, as paredes dos locais mais frequentados e os ângulos da casa com maior frequência e visibilidade, no quotidiano, através de discursos e símbolos apelativos, convidam à reflexão do aluno, provocando contínuos *braistormings* de carácter emocional que o impedem de usar a racionalidade.

Esta acção pedagógica “espacial”¹⁸⁶, aliada ao preenchimento rigoroso de todos os tempos, pelo sagrado, através de leituras ou conversações “piedosas”¹⁸⁷ sempre rigorosamente vigiadas, aliadas ao silêncio normativo, contribuem para enformar paulatina, mas eficazmente, o aluno nos rituais repetitivos que enformam as práticas sociais específicas da escola confessional.

A reconstrução de novo *constructum* que enforme o candidato e o transforme num “pastor” do rebanho simbólico, adquirindo uma nova identidade social e pessoal supõe um entrelaçamento de cumplicidades dos funcionários de Deus, encarregados desse múnus. Porque de múnus se trata e não de qualquer tarefa. É uma “missão” delegada por esse ser invisível e como tal deve ser cumprida zelosa e piedosamente *ad literam*. Trata-se de uma conjugação complexa de tempos e espaços sagrados ou sacralizados¹⁸⁸ de fórmulas, rituais, posturas¹⁸⁹ sempre sob os olhares atentos dos restantes membros da comunidade.¹⁹⁰

¹⁸⁶ Sendo a pedagogia a inteligência e a arte do sistema educativo a escola confessional faz uma leitura “inteligente” (*intus legere* – ler por dentro) adequada ao seu mandato específico.

¹⁸⁷ A piedade, um misto de atitude beatífica e de subserviência às normas canónicas, era a *prima virtus* de um vasto rol ético/comportamental dos candidatos.

¹⁸⁸ Sacralizados, porque as posturas exigidas aos candidatos era a mesma que nos lugares sagrados: silêncio, rigoroso cumprimento das normas, postura física adequada. Era o caso da camarata, do salão de estudo, do salão de recreio, corredores e até casas de banho. “As regras de modéstia e decência atingem corpo, vestidos, cabeça, braços e mãos, pernas e pés” (Português, *ibid.*: 143).

Nesta função transformada em missão, reside uma das especificidades da escola confessional católica em relação à escola laica. A utopia, o idealismo, a crença reforça e sacraliza a tarefa, enforma a missão.

O Seminário reforça também o sentimento de culpa e fornece ao candidato os instrumentos de purificação quotidiana, através de uma dupla vigilância permanente *ab intra e ad extra* e um aprofundamento dos saberes teológicos que lhe serve de fundamento conceptual. Para actualizar esta vigilância, o Regulamento do seminário institui os exames de consciência obrigatórios, duas vezes por dia, ao levantar e ao deitar, e os retiros espirituais mensais, onde o director espiritual preside aos balanços mais amplos do vocacionado. Estes balanços incidem, sobretudo, no cumprimento escrupuloso dos Regulamentos internos e externos como forma de ser fiel à sua vocação. Este panoptismo foi já por nós trabalhado (Fernandes, 1995: 80).

Os rituais de adestramento nestas práticas criam uma grande tensão expectante que, por vezes, enformam de tal modo corpos e almas que originam projectos irracionais, como por exemplo, copiar as representações de pressupostos protótipos visualizados: jovens desfigurados pelas penitências, ou em poses adultas de êxtase beatífico.¹⁹¹

2.1. O Seminário de Viseu 1900-1908

Na especialidade, pretendemos estudar o seminário de Viseu nos anos 1900 a 1908. A formação clerical tinha a duração de oito anos¹⁹² quatro destinados aos estudos preparatórios e quatro destinados aos estudos teológicos.¹⁹³

¹⁸⁹ Havia posturas normativizadas para todos os tempos e lugares: nas formaturas todos tinham de estar de braços cruzados à altura do peito, nas camaratas tinham de dormir com os braços de fora da roupa, no salão de estudo com as mãos em cima do tampo da mesa, no refeitório tinham de estar direitos, enquanto esperavam pelos serventes, na capela não podiam olhar para o lado e estar com ares devotos e tudo isto debaixo da rigorosa vigilância dos Prefeitos e dos mais velhos.

¹⁹⁰ Consoante esta comunidade fosse secular ou regular assim as nomenclaturas eram específicas: Reitor, Vice-Reitor, Prefeitos, Director espiritual, nos seminários diocesanos e Guardiã, Prefeito, Director espiritual, Irmãos donatos, Freis, em algumas comunidades Regulares.

¹⁹¹ A eficácia do trabalho de inculcação do seminário era obtida pelas classificações da “competência religiosa “dos vocacionados: notas de piedade, aplicação e comportamento tinham prioridade sobre as restantes classificações por disciplina (Cf. Saud, *ibid.* : 16).

¹⁹² Em Portugal a partir de 1935, o ensino do seminário tem a duração de 12 anos: 8 anos de preparatórios e 4 de estudos teológicos (Português 1998: 147). Numa Ordem ou Congregação religiosa há mais um ano, o Noviciado, destinado ao estudo das suas Regras e Constituições específicas.

¹⁹³ Nos “Termos de Abertura de Matrícula para frequência das Disciplinas do Curso de Theologia” consta que e 25 de Setembro de 1905 “abriu matrícula António D’Oliveira Salazar, natural do lugar e freguesia de Vimieiro, concelho de Santa Comba Dão, diocese de Viseu para frequência do 1.º ano teológico,

2.1.1 A formação seminarística de Oliveira Salazar

“Pobre, filho de pobres, devo àquela casa grande parte da minha educação que de outra forma não faria, e ainda que houvesse perdido a fé em que me lá educaram não esqueceria nunca aqueles bons padres que me sustentaram quási gratuitamente durante tantos anos e a quem devo além do mais a minha formação e disciplina intelectual ”

(Salazar, 1919: 13).

O director dos estudos preparatórios do Seminário de Viseu, antigo convento dos Nérís, era o Dr. José Frutuoso da Costa, “homem de altos princípios, tradicionalista, monárquico, de boa cultura e de boas letras” (Nogueira, *ibid.*: 16). António vinha recomendado pelo P. António, mentor espiritual da sua família e Pároco da sua freguesia. Teve assim uma recepção condigna. No primeiro ano de seminário recebia instrução geral de religião católica e de moral, para além de um curso de língua portuguesa e outro de língua latina. A entrada no seminário deu-lhe outro estatuto perante a família e a freguesia. Representava o futuro padre e era olhado com admiração e consideração por toda a freguesia.

No segundo ano, para além da continuação das mesmas disciplinas-base dos estudos preparatórios, Salazar foi submetido a uma prova que fazia parte da estratégia de aperfeiçoamento espiritual dos candidatos, mas a que a instituição dava grande importância. Os Seminários, para melhor enquadrar os seus alunos nos objectivos perfeccionistas exigidos, constituíam associações internas de carácter místico, geralmente tendo como patrono algum santo a imitar, administradas pelos melhores alunos e cuja admissão era rodeada de grande solenidade e exigência. Era um processo onde se podia verificar a inter-avaliação entre colegas sempre importante para uma instituição panóptica e um incentivo para copiar os modelos místicos patronos do seminário. António foi admitido com toda a solenidade na Congregação da Imaculada Conceição da Santíssima Trindade, com o título de Nossa Senhora de Lurdes e sob a

Cantochão, Liturgia e Música. Idade 16 anos. Morador no Seminário” (*apud* Arquivo do Seminário de Viseu).

protecção de S. Luís Gonzaga, após a consulta recomendada pelos estatutos, em que recolheu maioria de oito votos (Nogueira, *ibid*: 17).

Esta admissão tinha grande significado porque o colocava aos 12 anos e apenas com ano e meio de preparatórios num ranking de superioridade em relação a outros colegas. No terceiro ano de seminário já vestia a batina preta, usava clarinho branco de volta inteira e em cada ombro assentava uma faixa vermelha – escura (*ibid.*). O uso deste traje eclesiástico reforçou na sua freguesia a convicção de que António estava mesmo predestinado para ser padre.

A capacidade intelectual, interesse e empenho de Oliveira Salazar no Seminário de Viseu, podem deduzir-se das suas classificações, conforme as Actas originais destes exames. Salazar efectuou todos os estudos, adquirindo os primeiros degraus do status clerical, pois recebeu a prima tonsura e as ordens menores.¹⁹⁴

Quadro n.º 3. As classificações de Salazar no seminário de Viseu

Ano lectivo	Disciplina	Classificação	Observações
1900/1901	Língua latina 1.ª Parte	<i>aprovado com distinção</i>	Dos 5 alunos que com ele efectuaram exame à mesma Disciplina apenas um foi aprovado, também com distinção. ¹⁹⁵
1901/1902	Língua latina 1.ª Parte, 2º ano	<i>aprovado</i>	Dos 7 alunos que com ele efectuaram exame à mesma Disciplina, dois foram reprovados e os restantes aprovados.
1902/1903	História, 1.ª Parte	<i>aprovado com distinção</i>	Dos 9 alunos que com ele efectuaram exame, um ficou adiado e os restantes foram aprovados.
	Língua Franca	<i>aprovado com distinção</i>	Dos 11 alunos que com ele efectuaram exame a esta Disciplina, um reprovou e os restantes foram aprovados.
	Disciplina de Língua latina, 2.ª parte	<i>aprovado</i>	Dos 9 alunos que com ele efectuaram exame à mesma Disciplina, ficaram todos aprovados.
1904/1905	<i>Sciencias Phísicas e Naturais, Higiene e Agricultura</i>	<i>aprovado com distinção</i>	Dos 11 alunos que com ele fizeram exame à mesma Disciplina, foram todos aprovados.

¹⁹⁴ “A clericatura inicia-se com a prima tonsura e vai subindo pela escala das ordens menores e maiores até ao episcopado que é a plenitude do poder da ordem”. Parágrafo segundo do Título I da 1.ª Secção “Dos Clérigos em Geral” das *Constituições Sinodais da Diocese de Lamego* (1954). Lisboa: Tipografia da “união Gráfica”.

¹⁹⁵ *Livro de Actas de Exame do seminário de Viseu 1901- 1908*, apud Arquivo do Seminário de Viseu.

	<i>Literatura e Língua Portuguesa</i> ¹⁹⁶	<i>aprovado</i>	Dos 5 alunos que com ele efectuaram exame à mesma Disciplina foram todos aprovados.
	<i>Philosophia Elementar</i>	<i>aprovado</i>	Os 2 alunos que com ele efectuaram exame, também foram aprovados.
1905/1906	<i>Cantochão</i>	<i>aprovado com 14 valores nemine discrepante</i>	Dos 3 colegas que com ele fizeram exame um foi aprovado com distinção - 18 valores, outro foi aprovado <i>simpliciter</i> com 6 valores e outro aprovado com 12 valores.
1907/1908	<i>Theologia Morale Theologia Sacramental e Pastoral</i>	<i>aprovado com distinção com 16 valores</i>	Dos restantes 6 alunos, dois também foram aprovados com distinção, mas com 15 valores, dois foram aprovados com 14 valores e outros dois foram aprovados com 12 e 11 valores. ¹⁹⁷

Neste quadro podemos verificar o aproveitamento de Salazar, comparativamente com os outros colegas de curso. Nas actas são omitidos os exames do ano lectivo 1903/1904 do curso preparatório e 1906/ 1907 do curso teológico. Contudo, Salazar realizou os 8 anos do curso do seminário, conforme nos relata pormenorizadamente Franco Nogueira (Nogueira, *ibid.*: 16-21).

Através destas actas, podemos observar que Salazar se destaca dos seus colegas de curso em quase todas as disciplinas. A sua capacidade de assimilação dos conteúdos disciplinares é evidenciada. A sua sintonia com os conteúdos confessionais também é inquestionável, como podemos deduzir do seu próprio testemunho a abrir este capítulo e que nunca foi por si nem por ninguém desmentida.

Num contexto político/social em que a Monarquia Constitucional está prestes a sucumbir e a Igreja luta desesperadamente por manter a hegemonia, face ao socialismo republicano, o seminário, enriquece-o com o conhecimento e molda-lhe a maneira de ser. A matriz do seu pensamento constrói-se com as leituras de Valois, Maurras, Sorel, Cartas Encíclicas Papais e também com a reflexão sobre as propostas de Oliveira Martins, o político que popularizou e actualizou a expressão “Vida Nova” utilizada já por S. Paulo e Dante Aligheri para significar a conversão a outra forma de existência (Nogueira, *ibid.*: 25).

¹⁹⁶ Na casa deste cônego esteve hospedado Oliveira Salazar quando fez exame do segundo grau em Viseu. Nesta data, já exerce as funções de superior do seminário de Viseu.

¹⁹⁷ Dados colhidos nas referidas Actas de exame do seminário de Vizeu (1901- 1908), *apud* “Arquivo do seminário de Viseu.”

Entretanto, a situação política portuguesa agudizou-se com o assassinio de D. Carlos e do príncipe Filipe. António estava no final do curso teológico. Nutria uma grande simpatia pela monarquia e sentiu profundamente o choque e a sua revolta conta os carbonários republicanos que estavam por detrás deste bárbaro assassinio.¹⁹⁸ Ainda mais chocado ficou por dois jornais regionais *O Intransigente* e *A Beira* defensores do partido republicano, publicarem epítetos contra o Rei assassinado, chamando-lhe “abominável tirano.”

A resposta de Salazar, no entusiasmo da sua adolescência, querendo “realizar o gosto literário ao serviço da sua fé” foi entrar em contacto com o director de outro jornal regional e bissemanário católico viseense, *A Folha*, para prestar a sua colaboração. Depois de um comício republicano em Viseu com assinalável êxito, Salazar escreveu o primeiro artigo assinado por S.A.O., em que criticava a apatia dos católicos e responsabilizava-os pelo que se estava a passar naquele momento grave da vida da Igreja e da Nação. Foi a sua entrada decidida no jornalismo de combate (*ibid.*: 22-23).

2.1.1. As Cartas Encíclicas: *Immortale Dei*;

Seleccionamos algumas orientações políticas contidas nas Cartas Encíclicas que eram as leituras habituais de Oliveira Salazar no Seminário de Viseu. O Seminário inculca-lhe também grande entusiasmo na defesa e serviço da causa da Igreja que procura então, seguindo as orientações dos Sumos Pontífices, particularmente de Leão XIII.¹⁹⁹

A análise de todas as Cartas Encíclicas deste Papa transcenderia os limites deste trabalho. Limitamo-nos, pois, a citar sumariamente o tema de cada uma delas para nos determos, com mais atenção, na Carta Encíclica *Immortale Dei* pelas razões que adiante formulamos.

A Carta Encíclica do Papa Leão XIII, *Rerum Novarum* de 5 de Maio de 1891 trata expressamente da “condição do operários (...). Princípios de uma solução, conforme à justiça e equidade ” (Leão XIII, 1891: 1). Este problema não é fácil de resolver e não é

¹⁹⁸ “Ao seminarista Salazar não eram indiferentes estes acontecimentos: suscitavam-lhe a capacidade de acção ” (Nogueira, *ibid.*: 22).

¹⁹⁹ Franco Nogueira comentando um artigo de fundo que Salazar publicou nos “Ecos da Via Sacra” como director interino, refere:”sendo reflexo das Encíclicas de Leão XIII, traduziam, também, um protesto íntimo, de dentes cerrados e raiva incontida, contra um estado social e político que contrariava os seus princípios, as suas convicções, as suas certeza mais arreigadas ” (Nogueira, *ibid.*: 55).

sem perigos porque, não poucas vezes, “homens turbulentos e astuciosos procuram desvirtuar-lhe o sentido e aproveitam-no para excitar as multidões e fomentar desordens.” (*Ibid.*). Esta Carta Encíclica tem tal repercussão, que 40 anos depois, na Carta Encíclica *Quadragesimo Anno* de 15 de Maio de 1931 o Papa Pio XI celebra a comemoração da Carta Encíclica *Rerum Novarum* do seu antecessor, que deu a todo o género humano “normas seguríssimas para a devida solução dos árduos problemas da sociedade humana que designamos sob nome de questão social. (Pio XI, 1931).

Porque a análise de todas as Cartas Encíclicas, objecto de estudo por Oliveira Salazar excederia muito o âmbito deste trabalho,²⁰⁰ vamos dar especial atenção a outra Carta Encíclica *Immortale Dei*²⁰¹ de maior acuidade para o nosso tema, onde o Papa Leão XIII expõe a doutrina da Igreja sobre a Constituição Cristã dos Estados. Escolhemo-la por abordar temas sociais e políticos já expostos noutras Cartas Encíclicas, apresentando a doutrinação cristã sobre a governação, o papel dos governantes, os deveres dos súbditos e sobre a liberdade tal qual a igreja católica a interpreta.

A conjugação da doutrina contida nestas Cartas Encíclicas e o pensamento de Salazar traduzido, quer na caminhada para o poder, quer já governante, parece-nos evidente, quanto aos seguintes temas:

Origem e forma política do poder.

O poder público vem de Deus e não está ligado a nenhuma forma política e pode adaptar-se a esta ou aquela, contanto que tenha em conta o bem comum. Sem se desviar desta orientação, Salazar defende a ditadura como a forma de governo mais conveniente a Portugal. O seu argumento principal é o bem comum que só pode ser salvaguardado com um governo forte.²⁰²

²⁰⁰ O Papa Pio XI, na Carta Encíclica *Quadragesimo Anno* cita mais as seguintes: a Encíclica *Arcanum* sobre os fundamentos da sociedade humana, a família e o sacramento do matrimónio; a Encíclica *Diuturnum* sobre a origem do poder civil; a Encíclica *Sapientiae Christianae* sobre os principais deveres dos cidadãos cristãos; a Encíclica *Quod Apostolici muneris* contra os erros do socialismo; a Encíclica *Libertas* sobre a liberdade humana (Pio XI, 1931: 1).

²⁰¹ Carta Encíclica promulgada pelo Papa Leão XIII em 1885, sobre a Constituição Cristã dos Estados, constando de oito capítulos.

²⁰² (...) “os postulados atemporais seriam a melhor fundamentação do poder. Usando-os exibir-se-ia em nome de todos: o recurso às grandes evidências que transversalmente tinham conseguido percorrer os diferentes núcleos da comunidade, possibilitaria a indispensável identificação do Estado com a Nação ” (Ó, 1992: 394).

<i>Immortale Dei</i>	Salazar
<p>“ O poder público vem de Deus. (...) A Providência o fez para se unir aos seus semelhantes, numa sociedade tanto doméstica como civil, única capaz de fornecer o que é preciso à perfeição da existência. (...) Daí resulta que todo o poder público vem de Deus (...) Todo aquele que tem direito de mandar, não recebe esse direito senão de Deus. (...) Aliás, em si mesma, a soberania não está ligada a nenhuma forma política; pode muito bem adaptar-se a esta ou àquela, contanto que seja de facto apta à utilidade e ao bem comum ” (Leão XIII, 1885: Pontos 4, 5 e 6).</p>	<p>“ Sob o olhar piedoso da Providência tecemos nós, pobres mortais, por nossas mãos, este tecido da vida que será, em grande parte, como a fizemos e mais apropriadamente que a quaisquer outros, se aplicará aos homens políticos, a quem compete desprezar o seu interesse, pelo bem comum e combater pela colectividade em todos os campos o bom combate. <i>Bonum certamen certavi.</i> (...) não teremos nem convertido nem desarmado um único inimigo desta obra de Salvação Nacional, mas teremos tirado deles a grande vingança, à maneira cristã ” (Salazar, 1935: 492-493).</p>

Características do poder.

Todo o poder deve ser justo. Não deve ser violento, mas paternal. Salazar nos seus discursos rejeita a desordem, a guerra e a violência e quer ser o “árbitro supremo” de todos os conflitos.²⁰³ O seu grande argumento é o interesse nacional.

<i>Immortale Dei</i>	Salazar
<p>“Deve pois o mando ser justo; é menos o governo de um senhor do que de um Pai, pois é justíssima a autoridade de Deus sobre os homens e se acha unida a uma bondade paternal. (...) Deve ele aliás exercer-se para as vantagens do cidadão, pois os que têm autoridade sobre os outros são dela investidos exclusivamente para assegurar o bem público. Sob pretexto algum, deve a autoridade civil servir a vantagem de um só ou de alguns, visto haver sido constituída para o bem comum ” (Leão XIII <i>ibid.</i> : Ponto 7 do Cap. 1.).</p>	<p>“Nem despotismo do Estado, nem demagogismo do povo, mas o equilíbrio perfeito entre a autoridade necessária que não depende de paixões humanas e um direito social que não varia com os movimentos da opinião pública” (Salazar, <i>apud</i> Nogueira, 1977: 277).</p> <p>“Nenhum de nós – nacionalista e amante do país faz profissão de nacionalismo agressivo, exclusivo, odioso; antes, se se apega à noção de pátria é que compreende por instinto do coração e por imposição da inteligência que o plano nacional é ainda o melhor para a vida e os interesses da humanidade” (Salazar, 1935: 287).</p>

²⁰³ “Com efeito querendo “matar todos os conflitos antes da nascença, como quem seca fontes” rapidamente poria a circular a noção fundamental de que a hierarquia e os consequentes valores da disciplina e obediência não careciam, por historicamente naturais, de justificação ” (Lucena, *apud* Ó, 1992: 393).

O poder público.

Os súbditos não podem resistir ao poder público. Os que resistem serão condenados. Não obedecer e revoltar-se é cometer um crime de lesa – magestade, duplamente condenável. Nesta linha de pensamento, Salazar mostra-se implacável contra os que lhe resistem, argumentando que são eles que se condenam a si próprios.

<i>Immortale Dei</i>	Salazar
“Porquanto não é lícito desprezar o poder legítimo seja qual for a pessoa em que ele resida, mais do que resistir à vontade de Deus; ora os que resistem correm, por si mesmos, para a sua perda. Quem resiste ao poder resiste à ordem estabelecida por Deus e os que lhe resistem atraem a si mesmos a condenação (Rom. 5, 2). Assim, pois, sacudir a obediência e revolucionar a sociedade por meio da sedição, é um crime de lesa - magestade, não só humana, mas divina ” (Leão XIII, <i>ibid.</i> : Pontos 9 e 10 do Cap. 1.º).	“Tenho sido até onde chego, absolutamente inflexível contra a desordem, a moralidade administrativa, o compadrio nacional, o assalto dos interesses ilegítimos, as cumplicidades na protecção e defesa de todos os culpados. Mas tenho sido sempre contra a violência do governo, - quero dizer contra o emprego da força, arbitrariamente, sem limitações da moral e sem a definição de certo estado de legalidade” (Salazar, 1935: 70-77).

O poder público e a religião católica.

Os chefes de Estado devem conceder todos os favores à religião católica. Salazar concedeu privilégios à igreja católica, em comparação com as outras religiões.

<i>Immortale Dei</i>	Salazar
“Devem pois os chefes de Estado ter por santo o nome de Deus e colocar no número dos seus principais deveres favorecer a religião, protegê-la com a sua benevolência, cobri-la com a autoridade tutelar das leis e nada estatuírem ou decidirem que seja contrário à integridade dela. (...) Assegurar todas as facilidades possíveis à procura e à aquisição desse bem supremo e imutável ao qual eles próprios aspiram” (Leão XIII, <i>ibid.</i> : Ponto 12).	“O nosso liberalismo soava a falso - foi sempre intolerante e jacobino. Sê-lo-ia amanhã mais refalsadamente se pudesse outra vez instalar-se no poder. Deixaria de ser apenas anticatólico para ser anticristão, antireli-gioso, furiosamente ateu; deixaria de ser estranho às coisas do espírito para ser teórica e praticamente amoral. A sua tendência fatal para a exploração da massas, sem benefício palpável do povo, para o igualitarismo em baixo, levava-o e levá-lo-ia ainda mais para o

	<p>ódio a tudo o que é superior pela inteligência, pela virtude, pela beleza” (Salazar, 1935: 381).</p> <p>“À parte o valor intrínseco da verdade religiosa, individualmente, socialmente, temos necessidade do absoluto e não vamos criar por nossas mãos de entre as coisas contingentes e efémeras o que existe fora e acima de nós, nem desviar para o Estado a função de decretar o culto e definir os princípios da moral. (...) Não discutimos Deus” (Salazar, 1935: 130-141).</p> <p>“Portugal nasceu à sombra da Igreja e a religião católica foi desde o começo elemento formativo na alma da Nação e traço dominante do carácter do povo português. Nas suas andanças pelo Mundo - a descobrir, a mercadejar, a propagar a fé impôs-se sem hesitações a conclusão: português, logo católico ” (Salazar, 1951: 370- 373).</p>
--	---

Relações entre o poder eclesiástico e o poder civil.

A Concordata de 1940 remeteu a Igreja para os assuntos meramente espirituais que dizem respeito à salvação das almas. Oliveira Salazar repete, nos seus Discursos a citação da Carta Encíclica: “dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus.”

<i>Immortale Dei</i>	Salazar
<p>“ Deus dividiu, pois, o governo do género humano em dois poderes: o poder eclesiástico e o poder civil; aquele preposto às coisas divinas, este, às coisas humanas. (...) Necessário é, pois, que haja entre os dois poderes um sistema de elações bem ordenado, não sem analogia naquele que no homem constitui a união da alma com o corpo. Assim, tudo o que nas coisas humanas é sagrado por uma razão qualquer, tudo o que é pertinente à salvação das almas e ao culto de Deus seja por sua natureza, seja em relação ao seu fim, tudo isso é da</p>	<p>“ Não nos apresentando como melhores que os outros, reivindicamos, no entanto, este direito incontestável: o de seguirmos na política religiosa do país as instruções e conselhos de Roma, sem atraiçoarmos os bem-entendidos interesses da nossa Pátria ” (Salazar, 1922: 6-22).</p> <p>“ Não pode pôr-se, entre nós, o problema de qualquer incompatibilidade entre a política da Nação e a liberdade evangelizadora; pelo contrário, uma fez sempre parte essencial da outra ” (Salazar, 1935: 232-234).</p>

<p>alçada da autoridade da Igreja. Quanto às outras coisas que a ordem civil e política abrange, é justo que sejam submetidas à autoridade civil, já que Jesus Cristo mandou dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus ” (Leão XIII, <i>ibid.</i>: Pontos 19 e 20 do Cap. 3.º).</p>	<p>outra ” (Salazar, 1935: 232-234).</p> <p>“A Concordata de 1940 deve ser considerada no domínio religioso como a reparação possível das espoliações passadas e a garantia da liberdade necessária à vida e disciplina da Igreja ao exercício do culto e à expansão da fé” (Salazar, 1951: 370- 373).</p>
---	--

Condenação da teoria da soberania do povo, como fundamento da democracia.

A Igreja Católica condena o “direito novo” que defende a soberania do povo, como fundamento da democracia parlamentar. Salazar insurge-se, igualmente, contra esta soberania e contra a democracia parlamentar:

<i>Immortale Dei</i>	Salazar
<p>“Numa sociedade fundada sobre estes princípios, a autoridade pública é apenas a vontade do povo, o qual só de si mesmo dependendo, é também a única a mandar a si. Escolhe os seus mandatários, mas de tal sorte que lhes delega menos o direito do que a função do poder, para exercê-la em seu nome. A soberania de Deus é passada em silêncio, exactamente como se Deus não existisse. (...) Destarte, como se vê, o Estado não é outra coisa mais senão a multidão soberana e que se governa por si mesma e desde que o povo é considerado a fonte de todo o direito e todo o poder, segue-se que o Estado não se julga jurgido a nenhuma obrigação para com Deus, não professa oficialmente nenhuma religião” Leão XIII, <i>ibid.</i>: Pontos 31 e 32 do cap. 5.º).</p>	<p>“Parece-nos que a ficção constitucional, a ficção -soberania do povo, a ficção maioria parlamentar representando a vontade da Nação estavam para nós, ao menos sem preocupações políticas, abertamente e insofismavelmente demonstradas ” (Salazar, 1916: 78-79).</p>

A origem das desordens e sedições.

A soberania do povo sem ter em conta a de Deus, dá origem a desordens e sedições. Salazar defende esta tese nos seus Discursos, rejeitando a democracia popular como causa de todos os males da Nação.

<i>Immortale Dei</i>	Salazar
“Quanto à soberania do povo que, sem levar em nenhuma conta a Deus, se diz residir por direito natural no povo, se ela é eminentemente própria para inflamar uma multidão de paixões, não assenta em nenhum fundamento sólido e não pode ter força bastante para garantir a segurança pública e a manutenção tranquila da ordem. De facto, sob o império dessas doutrinas, os princípios cederam, a ponto de, para muitos, ser uma lei imprescindível, em direito político, poder levantar legitimamente sedições ” (Leão XIII, <i>ibid.</i> : Ponto 36 do Cap.º 6.º).	“ As democracias parlamentares apoiadas no sufrágio universal e no domínio das clientelas partidárias realizaram no campo político, através de todos os exageros do individualismo a luta sistemática do indivíduo contra o Estado, a revolta permanente dos átomos anónimos e dispersos contra a própria estrutura social que lhes garantia a existência ” (Salazar, <i>in Diário de Notícias</i> de 2 de Maio de 1932).

A defesa da censura para preservar a verdade contra o erro.

A censura como processo para preservar o bem, a verdade e a virtude são também defendidos pelo Papa Leão XIII. Os argumentos são semelhantes aos de Oliveira Salazar.

<i>Immortale Dei</i>	Salazar
“Assim, também, a liberdade de pensar e publicar os próprios pensamentos, subtraída a toda a regra, não é por si um bem de que a sociedade tenha de se felicitar, mas é antes a fonte e origem de muitos males. - A liberdade esse elemento de perfeição para o homem deve aplicar-se ao que é verdadeiro e ao que é bom (...). Não é, pois, permitido dar a lume e expor aos olhos dos homens o que é contrário à virtude e à verdade e muito menos ainda	“Quem como nós aceita constitucionalmente que a opinião pública é o elemento fundamental da política e administração do País, não pode deixar de atribuir ao Estado a incumbência de defendê-la e todos os factores que a desorientam contra a verdade e a justiça ” (Salazar, 1967, 44 - 47). “Eu compreendo que a censura os irrite porque não há nada que o homem considere mais sagrado do que o seu pensamento e a

<p>colocar essa licença sob a tutela e protecção das leis (...). O Estado afasta-se, pois, das regras e prescrições da natureza, se favorece a licença das opiniões e das acções culposas, ao ponto de se poderem, impunemente, desviar os espíritos da verdade e as almas da virtude ” (Leão XIII, Ponto 38 do cap. 6.º).</p>	<p>expressão do seu pensamento. Então porque a não revoga? - Não o fazemos pelas razões que lhe direi: Não é legítimo por exemplo que se deturpem os factos por ignorância ou por má-fé; para fundamentar ataques injustificados à obra do governo com prejuízo para os interesses do País. Seria o mesmo que reconhecer o direito à calúnia. Os factos são os factos e não pode permitir-se que se ponham em duvida os actos ou os números que traduzem a própria vida do Estados e há quem se lembre de fazê-lo, como em Portugal. É uma questão de decoro e dignidade pública.(...) Não se justificará a censura, nestes casos, como elemento de elucidação como correctivo necessário? Resta ainda um aspecto em que a censura é obrigada a intervir, de quando em quando, no aspecto doutrinário (...) Há a doutrina subversiva, demasiado habilidosa, claramente habilidosa. Perante essa doutrina a censura infelizmente, não pode deixar de actuar porque se transforma nesse momento na função natural de um regime de autoridade” (Salazar, <i>apud</i> Ferro, 1933: 46-49;140-141).</p>
--	---

A liberdade, na accepção católica

A noção de liberdade, segundo a Igreja Católica, está intimamente ligada à de verdade. Só pode haver liberdade nos baptizados, “filhos de Deus.” Quem não está na graça de Deus não pode ter liberdade, porque é escravo das suas paixões. A noção de verdadeira liberdade para a Igreja Católica, expressa nesta Carta Encíclica, ajuda-nos a perceber não só a intransigência de Oliveira Salazar em dialogar com os que considerava defensores do erro e da desordem pública, como a boa consciência com que amordaçava os direitos humanos implícitos na Constituição de 1933.

Salazar utiliza estes argumentos para defender “algumas restrições existentes”. No quotidiano da sua governação, perseguia sem piedade, desterrando, ou mesmo sendo conivente na eliminação dos que combatiam o regime. Quando se apoderou do poder perseguiu ou condenou ao exílio a oposição republicana democrática e liberal- o Reviralhismo- que pretendendo “instaurar o constitucionalismo democrático e as liberdades fundamentais” combateu a Ditadura de 1926 até 1940 (Farinha, 1998: 15); homens e mulheres anarquistas ou comunistas foram deportados para o Tarrafal – Cabo Verde, ou sofreram as maiores torturas nas cadeias de Peniche e Caxias. Humberto Delgado e sua secretária foram liquidados pela PIDE às ordens de Salazar.

<i>Immortale Dei</i>	Salazar
<p>“Não pode a igreja aprovar uma liberdade que gera o desgosto das mais santas leis de Deus e sacode a obediência devida à autoridade legítima. Isso é mais uma licença do que uma liberdade e Santo Agostinho lhe chama mui justamente “uma liberdade de perdição” (Epist. CV, ad Donatistas, cap. II, n.º 9) e o Apóstolo S. Pedro “um véu de maldade” (1 Ped. 2, 16). Muito mais: sendo oposta à razão, essa pretensa liberdade é uma verdadeira escravidão. “Aquele que comete pecado é escravo do pecado” (João 8, 34). (...) Pelo contrário, a liberdade verdadeira e desejável é a que na ordem individual não deixa o homem escravo nem dos erros, nem das paixões que são os seus piores tiranos; e na ordem pública traça regras sábias aos cidadãos, facilita largamente o incremento do bem-estar e preserva do arbítrio de outrem a coisa pública. – Essa liberdade honesta e digna do homem, a Igreja a aprova ao mais alto ponto e, para garantir aos povos o firme e integral gozo dela, nunca cessou de lutar e de combater” (Leão XIII, <i>ibid.</i>:Ponto 49 do cap.º 7.º).</p>	<p>“No mesmo sentido, se impuseram certas restrições às garantias individuais, em virtude de motivos de ordem social e de bem comum cuja razão de ser não pode sofrer contestação” (Salazar, <i>in Diário de Notícias</i> de 28 de Maio de 1932).</p> <p>“Mas eu não desejo ir agora mais longe, porque ao fim e ao cabo a liberdade depende do grau de formação cívica e moral de quem tenha de utilizá-la.” (Salazar, 1967: 44-47).</p> <p>E noutro passo:</p> <p>“(…) Nós devemos pensar que nunca a paz e a ordem podem resultar do exercício da liberdade sem a autoridade, mas sempre hão-de procurar-se pela colaboração da autoridade com a liberdade. Quando não se procuram –ironia suprema dos acontecimentos - como fazem actualmente os bolchevistas, cai-se no estrangulamento da liberdade pela opressão” (Salazar, <i>apud</i> Franco Nogueira <i>ibid.</i>: 282-284).</p> <p>E noutro:</p> <p>“A preciosa liberdade de crer em Deus, educar os filhos, viver da caridade do próximo, numa palavra o reaportuguesamento de Portugal - nada disso podia conceber-se no estado de desagregação a que chegámos” (Salazar, 1951: 462-464).</p>

A liberdade de reunião e expressão.

<i>Immortale Dei</i>	Salazar
“A origem do poder público deve atribuir-se a Deus e não à multidão. Que o direito à rebelião repugna à razão. Que não fazer nenhum caso dos deveres da religião, ou tratar da mesma maneira as diferentes religiões, não é permitido nem aos indivíduos, nem às sociedades. Que a liberdade ilimitada de pensar e de emitir em público os próprios pensamentos, de modo algum deve ser colocada entre os direitos dos cidadãos, nem entre as coisas dignas de favor e protecção” (Leão XIII, Ponto 43 do Cap.º VII da mesma Carta Encíclica).	“A generalidade dos portugueses nunca teve tanta liberdade como no actual regime, porque, nos limites em que se concede, é igual para todos e efectivamente garantida (...). Simplesmente a associação para a vida partidária, as reuniões para a vida partidária, a imprensa para a vida partidária, sofrem limitações, coerentemente com a pretensão de curar o partidarismo doentio que degradava a sociedade portuguesa. Trata-se na verdade de um “regime de cura” e de legítima defesa que não pode ser considerado superior às necessidades” (Salazar 1951: 363-367).

Exortação aos católicos para que contribuam para a salvação da sociedade, assumindo os poderes públicos.

Na vida pública, o Papa Leão XIII estimulava os católicos a chegarem-se aos altos cargos do Estado, contribuindo assim para a salvação da sociedade. Com o governo de Salazar, este imperativo deixou de ter sentido, na medida em que a Igreja e a religião católicas estavam salvaguardadas. Pelo contrário, Salazar que sempre defendeu um Estado forte, não queria interferências da Igreja Católica no poder temporal, assegurando-lhe um lugar de privilégio na evangelização das almas e remetendo a sua representatividade no poder temporal para os seus representantes na Câmara Corporativa.

<i>Immortale Dei</i>	Salazar
“À salvação pública importa ainda que os católicos emprestem sensatamente o seu concurso à administração dos negócios municipais e se apliquem sobretudo a fazer com que a autoridade pública atenda à educação religiosa e moral da juventude, como convém a cristãos: daí depende, sobretudo, a	“Relativamente à atitude do clero não creio que as suas maiores preocupações sejam diferentes de vivificar a sociedade da doutrina cristã e embora o Estado não possa considerar-se um Estado confessional não pode ver discrepância e os fins da sua actividade a bem do comum. Entre o clero há evidentemente

<p>salvação da sociedade. Será geralmente útil e louvável que os católicos estendam a sua acção, além desse campo demasiado restrito e se cheguem aos altos cargos do Estado. (...) Abstendo-se eles, as rédeas do governo passarão sem contestação às mãos daqueles cujas opiniões, certamente, não oferecem grande esperança de salvação para o Estado” (Ponto 54 do Cap. VIII- Consequências práticas destas doutrinas).</p>	<p>quem tenha pontos de vista próprios sobre os problemas sociais a sua acuidade e a melhor forma de lhes dar solução; mas o que interessa é que no fundamental não existam divergências nem quanto aos princípios nem quanto aos objectivos. Se as houvesse a representação orgânica assegurada aos representantes dos interesses espirituais na Câmara Corporativa e que o Episcopado designa, não deixaria de se fazer ouvir” (Salazar <i>apud</i> Entrevistas, 1963: 173-175)..</p>
---	---

Combate ao partidarismo

Segundo o Papa Leão XIII, o espírito de partido gera dissensões intestinas e a desordem política e social, sendo incompatível com a ordem e a disciplina. Estas proposições são também subscritas por Oliveira Salazar, passados cerca de 75 anos da publicação desta Carta Encíclica:²⁰⁴

<i>Immortale Dei</i>	Salazar
<p>“Numa luta em que os maiores interesses estão em jogo, não se deve deixar lugar algum às dissensões intestinas o ao espírito de partido, mas num acordo unânime dos espíritos e dos corações, todos devem prosseguir o escopo comum que é salvar os grandes interesses da religião e da sociedade ” (Leão XIII. Ponto 60 do Cap.º VIII da mesma Carta Encíclica).</p>	<p>“Arrancar o poder às clientelas partidárias; sobrepor a todos os interesses, o interesse de todos -o interesse nacional; tornar o Estado inacessível à conquista de minorias audaciosas, mas mantê-lo em permanente contacto com as necessidades e aspirações do país, organizar a nação de alto a baixo com as diferentes manifestações da vida colectiva, desde a família aos corpos administrativos e às corporações morais e económicas e integrar este todo no Estado que será assim a sua expressão viva, isto é dar realidade à soberania nacional ” (Salazar, 1935: 2-96).</p>

²⁰⁴ “Em Portugal, salvo curtas fases de rotativismo entre dois partidos principais, a regra foi sempre a da multiplicação dos partidos políticos: e, contrariamente ao que alguns defendem, sempre o facto revelou a maior confusão dos espíritos e não maior liberdade de expressão ou riqueza de pensamento político ” (Salazar, 1963: 240-243).

	<p>“Ora é essa mentalidade partidária que tem de acabar se queremos entrar num verdadeiro período de renovação. A terapêutica da Nação doente, retalhada, exige-nos uma mobilização que pode ser definitiva ou demorada de toda a acção política fragmentária ” (Salazar <i>apud</i> António Ferro, 1933: 46-69; 140-141).</p>
--	--

Combate ao erro e às paixões

Os católicos devem, assim, prestar um serviço à Igreja e à sociedade, libertando-a das más doutrinas e más paixões. Foi este um dos objectivos primordiais da “missão “ pedagógica de Salazar e que ele mais repete nos seus “Discursos”.

<i>Immortale Dei</i>	Salazar
<p>“Deste modo obterão os católicos duas vantagens importantíssimas: a de ajudarem a igreja a conservar e a propagar a doutrina cristã e a de prestarem o serviço mais assinalado à sociedade, cuja salvação está fortemente comprometida pelas más doutrinas e pelas más paixões” (Leão XIII, <i>ibid.</i>).</p>	<p>“A observação atenta da vida do regime denunciará logo duas falhas importantes - a suspensão da evolução corporativa e a quase inexistência de doutrinação política. (...) No Estado moderno, só o comunismo mostra compreender, sob este aspecto, as necessidades e aproveita da inacção alheia, criando após-tolos, pregadores, se necessário mártires. De modo que o problema pode pôr-se assim: ou nós assentamos que a base doutrinal e moral fornecida pela Igreja é suficiente para contra-restar o efeito de toda a doutrinação anti- social e antinacional, ou se não o cremos, temos de tomar sobre nós a que nos cabe fazer. Só por excesso de comodismo e desconhecimento das posições relativas do Estado e da Igreja é que iríamos abandonar a estas tarefas que sem nos servir e cabalmente a nós, podiam finalmente prejudicá-la na sua acção de evangelização e santificação das almas” (Salazar, 1959:141-143).</p>

Através da leitura destes quadros comparativos, podemos verificar a sintonia perfeita entre os pontos principais da doutrina contida na Carta Encíclica *Immortale Dei* do Papa Leão XIII onde se apresentam “os conceitos básicos de filosofia de Governo” (Nogueira, *ibid.*: 36) e alguns excertos do pensamento de Oliveira Salazar expresso nos seus *Discursos* e em entrevistas concedidas, durante a sua governação. Embora sem nunca citar a referida Carta Encíclica, Salazar nunca se desviou das linhas fundamentais da doutrina da Igreja Católica sobre estes conteúdos, embora estrategicamente os utilizasse conforme a oportunidade das circunstâncias políticas e sociais

Esta apropriação da doutrina católica para creditar as bases do seu governo e assim poder justificar as estratégias governativas, perante uma sociedade maioritariamente de confissão católica, ajudou-o a continuar a beneficiar da protecção da igreja e a, teoricamente, poder contar com a adesão da maioria da população. Desta sintonia de pensamento ressalta, pois, a importância do seminário onde estudou e assimilou os princípios doutrinários contidos nas Cartas Encíclicas, sobretudo do Papa Leão XIII que continuou a ler e a estudar no Colégio da Via Sacra.²⁰⁵

O seminário, para além da disciplinação de corpo e espírito, deu-lhe os quadros de referência doutrinária e intelectual para ler o regime laico da Primeira República e substituí-lo por outros paradigmas de raiz confessional. Sem a convicção simbólica de que todo o poder vem de Deus, não teria estrategicamente e pragmaticamente esperado a sua hora para o assumir.

O seminário deu-lhe a utensilhagem mental e a utensilhagem doutrinária para realizar a sua “missão” pedagógica de “salvar” a pátria. Daqui o seu agradecimento “àqueles bons padres” e mais tarde a sua decepção e mesmo fúria, quando nos anos sessenta o Bispo do Porto o ousou afrontar (Parte III, cap.º 7.º).

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CAETANO, MARCELO (1974), *Depoimento*. S. Paulo, Distribuidora Record.

²⁰⁵ “Dos textos que eram objecto de estudo e de leitura reflectida, no entanto alguns absorviam a atenção particular do professor de vinte anos. Constituíam o corpo de Encíclicas do Papa Leão XIII cuja morte correra ainda há pouco” (Nogueira, *ibid.* 35).

- CLEMENTE, M. (2002) *Igreja e Sociedade Portuguesa do Liberalismo à República*. Lisboa, Edições Grifo.
- DACOSTA, F. (2000), *Salazar. Fotobiografia*, 3.^a ed., Lisboa, Editorial Notícias.
- DURKHEIM, E., (2001), *Educação e Sociologia*. Lisboa, Edições 70.
- ESTÊVÃO, CARLOS A. VILAR (1998), *Redescobrir a Escola Privada Portuguesa, como Organização*. Tese de Doutoramento. Braga, Universidade do Minho.
- FARINHA, LUIS (1998), *O Revirinho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926- 1940*. Lisboa, Editorial Estampa.
- FERRO, ANTÓNIO (1933), *Salazar. O Homem e a sua Obra*. Lisboa, Editor Fernando Pereira.
- GARNIER, C. (1952), *Férias com Salazar*, Lisboa, Parceria Maria Pereira.
- GOFFMAN, E. (1974), *Manicómios, Prisões e Conventos*. S. Paulo, Editora Pepectuis.
- GOMES, J. PINHARADA (1987), *Joaquim Alves Mateus. Orador Político e Sagrado*, Santa Comba Dão, Câmara Municipal.
- JANEIRA, A. L. et al. (1998), *O Regresso ao Sagrado*. Lisboa, Livros e Leituras.
- NETO, V. (1998), *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832- 1911)*. Lisboa, Imprensa Casa da Moeda.
- NOGUEIRA, F. (1977), *Salazar. A Mocidade e os Princípios (1889- 1928)*. Vol. I, Coimbra: Atlântida Editora.
- NOGUEIRA, F. (2000), *O Estado Novo. (1933- 1974)*. Porto, Livraria Civilização.
- Ó, RAMOS DO (1992), *Salazarismo e Cultura*. Portugal e o Estado Novo (1930- 1960), vol XII. Fernando Rosas (coord.), Joel Serrão e A. H. de O. M. (dirs.), Nova História de Portugal, Lisboa, Editorial Estampa.
- PORTUGUÊS, ERNESTO (1998), *Seminário de Nossa Senhora da Conceição – Braga. Aspectos Histórico- Pedagógicos*. Tese de Mestrado realizada na U. M., Braga, Oficinas de S. José.
- ROCHA, FILIPE (1988), *Correntes Pedagógicas Contemporâneas*, Aveiro: Editora Estante.
- SAUD, CHARLES (1978), *La Vocation et Reconversion des Prêtres Ruraux*. Paris, Éditions de Minuit.

SALAZAR, A. O. (1919), *A Minha Resposta. No Processo de Sindicância à Universidade de Coimbra*. Tipografia França Amado.

SALAZAR, A. O. (1935), *Discursos (1928-1934)*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora.

SALAZAR, A. O. (1937), *Discursos e Notas Políticas (1935-1937)*, vol. II. Coimbra, Coimbra Editora.

SALAZAR, A. O. (1951), *Discursos e Notas Políticas (1943-1950)*, vol. IV. Coimbra, Coimbra Editora.

SALAZAR, A. O. (1959), *Discursos e Notas Políticas (1938-1943)*, vol. III, 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora.

SALAZAR, A. O. (1967 a), *Discursos e Notas Políticas (1959-1966)*, vol. VI.

TORGAL, L. REIS (1999), *A Universidade e o Estado Novo. O Caso de Coimbra 1921-1961*. Coimbra, Minerva.

TRABULHO, A (2004), *O Diário de Salazar*, 6.^a ed.. Lisboa, Parceria A M. Pereira.

VARA COOMONTE (1997), *Sociologias de la Educación: Claves Fundamentales*. Santiago, Tórculo Edicións.

VIEIRA, J. (dir.), (2004), *Salazar*. Lisboa, Temas e Debates.

PERIÓDICOS:

DIÁRIO DE NOTÍCIAS: 02/05/1932 e 28/05/1932.

LUMEN, Revista de Cultura do Clero, Frei Paulo de Santa Maria (1943), “O Seminário e a Formação”, ano VII, Junho, Fasc. VI.

CAPÍTULO QUARTO: A SEGUNDA ETAPA DO PERCURSO DA “VIA LÁCTEA”: DA MILITÂNCIA CATÓLICA AO PODER (1909 - 1928).....	142
1. MILITÂNCIA CATÓLICA.	143
1.1. Finais do seminário e Colégio da Via Sacra.....	143
1.2. Centro Académico da Democracia Cristã (C.A.D.C.)	145
1.3. Centro Católico.....	148
2. NA SENDA DO PODER:.....	161
2.1. Ministro das Finanças provisório.....	161
2.2. Ministro das Finanças definitivo.....	162
3. REFERÊNCIAS FACTUAIS E CRONOLÓGICAS.....	166
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	168

CAPÍTULO QUARTO: A SEGUNDA ETAPA DO PERCURSO DA VIA LÁCTEA: DA MILITÂNCIA CATÓLICA AO PODER (1909 - 1928).

Outro período da vida de Salazar sobre o qual ainda não incidiu, a nosso ver, suficientemente a atenção dos especialistas que de um modo quase exaustivo se têm dedicado ao estudo do seu pensamento e obra, é o que decorre entre a sua saída do Seminário de Viseu em 1908, contava então 19 anos e a sua entrada no governo, como Ministro das Finanças em 1928, aos 39 anos de idade. O estudo minucioso deste período é tanto mais importante, quanto, afirmam investigadores do salazarismo, ter sido justamente durante esses anos que tomou forma o seu pensamento e pela sua militância católica reforçou a vontade de agir em prol da salvação do país.²⁰⁶

Contribuir para o estudo deste período, foi o que nos propusemos, analisando alguns dos escritos mais significativos de carácter político e doutrinal produzidos por Salazar na sua juventude que fomos descobrir nos periódicos que os publicaram originalmente e que se encontram nos arquivos da Biblioteca Pública Municipal do Porto.²⁰⁷

Os textos recolhidos, alguns dos quais integram esta primeira parte da “missão” pedagógica de “salvar” a Pátria foram escritos ao longo de 17 anos e revelam a evolução do pensamento de Salazar, inicialmente algo ingénuo, de acordo com a sua juventude, depois já mais reflectido, mais elaborado, sobretudo mais doutrinário, nas vésperas da sua ascensão ao poder, onde permaneceu cerca de 40 anos. Através da sua análise, podemos já definir as linhas mestras do seu pensamento, dimanadas das suas mundividências que mais tarde vão pautar a sua acção governativa.

Vamos seguir a resposta de Oliveira Salazar a estes apelos das Cartas Encíclicas Papais, através da produção de escritos em defesa da Igreja Católica como activo e entusiástico militante. Para uma análise mais pormenorizada, vamos dividir este período em duas partes:

- Nos finais do seminário e estadia no Colégio da Via Sacra;
- No Centro Católico e no C.A.D.C.

²⁰⁶ “Em Novembro de 1927 chegou a Portugal um enviado especial do Papa Pio XI o padre Mateo Crawley - Boevey que se tornou guia espiritual e confessor de Salazar e parece ter tido uma influência decisiva na sua vida” (Antunes, 1993: 14).

²⁰⁷ Por serem periódicos com poucas páginas, abstevo-nos de as enumerar.

1. MILITÂNCIA CATÓLICA.

1.1. Finais do seminário e Colégio da Via Sacra

A Igreja Católica portuguesa descrente dos partidos do “rotativismo”²⁰⁸ e feroz adversária do republicanismo ascendente, desejosa de restaurar o seu poder e a sua influência, apostava decididamente na formação de um grande partido conservador, o Partido Nacionalista que adoptaria como divisa “Deus e Pátria.” Envolveu-se a hierarquia, mobilizaram - se os padres que em massa aderiram ao Partido, colocou-se o púlpito e a imprensa católica ao serviço da causa: “Meus amigos na crença e colegas no sacerdócio! Em toda a parte do nosso querido Portugal, tanto no Continente como nas Ilhas e Ultramar se trabalha com denodo e entusiasmo na organização do partido nacionalista que, como todos sabem, tem por lema “Deus e Pátria.”²⁰⁹

Animado com esta campanha, Oliveira Salazar, ainda clérigo de Ordens Menores, neste mesmo jornal *A Folha*, passado pouco mais de dois meses, inicia a sua actividade de publicista, concerteza com a anuência e estímulo de seus superiores,²¹⁰ com um artigo intitulado “Vergonhoso contraste.” Tinha então 19 anos de idade. É uma réplica e secundação deste apelo à mobilização dos católicos para que leiam a imprensa católica e rejeitem a imprensa republicana. Os seus argumentos são de teor seminarístico, decalcados da moral maniqueísta da igreja católica da época:

“Num momento angustioso para a Igreja e não só para esta, mas também para a Pátria - porque os maiores inimigos da sua Pátria são sempre os inimigos da religião! (...) Muita vez tenho ouvido falar da mísera condição da imprensa católica em Portugal e a princípio quase me recusava acreditar que um País como o nosso, tivesse apenas dois diários católicos. Confrangia-me o coração e não atinava com a causa. Seria a sua inferioridade? Não. A imprensa católica do país é a mais séria a mais ponderada, a única decente e limpa que pode entrar em todas as casas, sem ministrar à donzela incauta o veneno do romance perigoso, e sem tecer sob atraentes formas, a apoteose a criminosos, que faça perder o horror ao crime e até o torne simpático senão apetecível. ” Soa (António Oliveira Salazar) *Jornal A Folha* de 29 de Março de 1908.

²⁰⁸ Partido Progressista e Partido Regenerador.

²⁰⁹ S Pedro do Sul, 10 de Janeiro de 1908, assinado: “um amigo do Nacionalismo”, *A Folha* de 12 de Janeiro de 1908.

²¹⁰ Salazar era benquisto nos meios eclesiásticos, durante e depois da saída do seminário. Segundo Franco Nogueira o povo chamava-lhe o Padre Salazar. Chegou a pregar sermões nas festas religiosas do concelho (Nogueira, *ibid.*: 43).

E, mais adiante, lança o apelo: “Por vergonha, ao menos, não assinem um jornal não católico: porque os nossos inimigos até se riem de nós! Eles caríssimos leitores e bons católicos desta terra portuguesa nem gratuitamente querem os nossos!” (*ibid.*).

Ainda seminarista de Ordens Menores, muito seguro das suas convicções, publica um artigo no mesmo jornal, apostrofando o “estudantinho irreverente” republicano:

“Mas eu nada tenho com as tuas opiniões políticas, tanto mais que a religião não é incompatível com forma alguma de governo. A religião está muito superior à política, paira noutras regiões mais altas. (...) Mas tu não crês em Deus. (...) Não creram em Deus os assírios, babilónios, egípcios, embora formassem da Divindade um conceito errado?” (“Conversando” *A Folha* de 4 de Junho de 1908).

Seguem-se algumas invectivas que demonstram no clérigo Oliveira Salazar, a superioridade intelectual e a posse da verdade, características que o vão acompanhar durante toda a governação.²¹¹ Termina num tom moralista e catequético:

“Sim. Nega-lo, porque o temes, porque junto dele não te recomendam as tuas acções. Não mentia S. Agostinho quando dizia que só negava Deus quem tinha vontade que Ele não existisse. (...) Quando, já homem, fundares a tua descrença num estudo sério, ponderado e reflectido (mas isso é impossível dar), então respeitarei a tuas opiniões se me respeitares as minhas...” (*Ibid.*).

Pouco depois abandona o caminho que o conduziria ao sacerdócio, alegadamente por falta de vocação e inicia a sua carreira de professor e Prefeito no Colégio da Via Sacra em Viseu, a convite do director, Cónego António Barreiros. Aí lecciona durante dois anos, enquanto repete, no Liceu Alves Martins desta cidade, os exames do curso secundário²¹² que termina em Julho de 1910, com 17 valores de classificação.

A sua precoce intervenção política, entretanto não cessa. Manifesta-se, quer através de escritos publicados no jornal do Colégio *Ecos da Via Sacra*, quer através de conferências que profere nas ocasiões solenes. Vamos analisar uma dessas:

²¹¹ Passados cerca de 34 anos, seu “amigo e discípulo” Marcelo Caetano escrevia a Salazar: “Devo dizer que o justíssimo prestígio de V. Ex. cria uma espécie de terror dos seus juízos verdadeiramente inibitórios para a maioria dos homens públicos desta terra” (Antunes, 1993: 121).

²¹² Os exames realizados no Seminário destinavam-se a fins exclusivamente eclesiásticos e não conferiam nenhuma habilitação oficial.

“Ouve-se aí a dizer a cada passo nas ruas, nas associações, nas praças públicas, nos artigos dos jornais oposicionistas, porque para os outros isto vai sempre em mar de rosas, que Portugal está decadente, que nós caminhamos para o aniquilamento da nossa nacionalidade. Tudo fala em desgraças; (...) chora-se demais e trabalha-se de menos. Eu também não sei qual é a causa; mas são as ideias que governam e dirigem os povos e são os grandes homens que têm as grandes ideias. E nós não temos homens. Não temos homens, porque os não formamos, porque nunca nos importaram métodos de educação ” (A *Folha* de 12 de Dezembro de 1909).

E identifica desde já qual a prioridade a estabelecer, numa reforma futura: a reeducação dos espíritos.

“Nós que frequentamos escolas e que havemos de constituir a parte dirigente, a parte mental deste país, haveremos nós de saber tanto, ao menos, como aqueles que criticamos? Teremos, ao menos, mais qualidades de trabalho do que têm os que presidem aos nossos destinos? (...) para isto, porém, grande reforma deve ser feita em tudo. Tudo se tem reformado, menos aquilo que na realidade o devia ser primeiro - os homens ” (*Ibid.*).

1.2. Centro Académico da Democracia Cristã (C. A. D. C.)

Matricula-se em 1910 no Curso de Direito da Universidade de Coimbra, no mesmo mês de Outubro em que eclode em Lisboa a Revolução que põe termo à Monarquia Constitucional e proclama a República. Salazar dedica-se ao estudo e prossegue a sua luta contra a Primeira República “entrincheirado” no C.A.D.C., Centro Académico da Democracia Cristã, “organização de estudantes católicos que tem por fim a formação cristã da mocidade portuguesa, levando-a ao conhecimento perfeito e à prática integral do catolicismo, pela *piedade*, pelo *estudo* e pela *acção* religiosa e político/social, de harmonia com a sua tradição.”²¹³ O C.A.D.C. ficava sediado na residência de Oliveira Salazar e de Gonçalves Cerejeira, proprietários do edifício.²¹⁴

²¹³ “Estatuto do C.A.D.C. de Coimbra (Bases Fundamentais)”, Cap. I, *Estudos*, Revista Mensal do C. A. D. C de Coimbra, Ano 1.º, N.º 1, Maio de 1922, 220 - 223.

²¹⁴ “O C. A. D. C. tem a sua sede e Coimbra, na Couraça de Lisboa, nº 28, conforme o contrato feito com os Ex.mos Srs. Drs. António d’ Oliveira Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira proprietários do mesmo prédio.” *Idem*, Regulamento, Cap.º II.

A luta encetada pela República laica para desalojar a Igreja Católica portuguesa dos antigos privilégios é vivida com toda a intensidade por Oliveira Salazar, como parte interveniente e defensor acérrimo da Igreja. Não é passivamente que assiste aos ataques aos direitos da Igreja, traduzidos na fúria legislativa que em poucos dias a pretende remeter a um papel secundário na sociedade portuguesa.

O C.A.D.C. não escapa às acções repressivas e, no primeiro dia de Fevereiro de 1911, as suas instalações são assaltadas e a casa encerrada pelas autoridades. A revista *Estudos Sociais* que o Centro vinha publicando, extingue-se. Todavia, rapidamente os estudantes católicos se recompõem e, logo a 22 de Fevereiro de 1912, nasce o *Imparcial*²¹⁵ dirigido pelo aluno de Letras e futuro Cardeal Gonçalves Cerejeira.²¹⁶ O Centro reabriria a 8 de Dezembro e iria conhecer nos dois anos seguintes, até à 1.ª Guerra Mundial e sua fase mais brilhante e fecunda.

As reacções dos prosélitos católicos não se fazem esperar, através de gritos de alerta para substituir o poder laico e republicano:

“É necessário, pois, que os estudantes católicos se preparem para ser o futuro escol da nação. É preciso que aprendam a olhar a vida social em todas as suas formas, a conhecê-la e a saber dirigi-la quando a ocasião, o inevitável momento, os chamar à barra. Esse momento há-de vir e é uma necessidade que contemos com ele ” (Editorial “Primeiras Palavras” *Estudos*, Ano I, n.º 1, Maio de 1922, 1 – 2).

Em tons apoloéticos, mas com um discurso pessimista, faz a avaliação da situação política e social:

“E que trabalho imenso não há diante de nós! Já não há quadros sociais estáveis. A política esfarela-se. A moral erra sozinha por altas regiões. A economia hesita. A moralidade alastra. A ignorância e o erro são cada vez maiores. (...) Está tudo partido, arrasado, desfeito. E pior que tudo o mais não há ordem nos espíritos. E

²¹⁵ Número 1 de 22 de Fevereiro de 1912.

O Imparcial – Semanário dos Estudantes Católicos de Coimbra.

Director e Redactor - Gonçalves Cerejeira.

Proprietário e Administrador - Carneiro Mesquita.

Redacção e Administração - Rua da Matemática 7.

Composição e Impressão – Tipografia Silva, Aveiro.

²¹⁶ “Eis a situação presente da Igreja Católica em Portugal: somos escravos ” (*in* Editorial com o título de “Liberdade” do Jornal *Imparcial* de 29 de Fevereiro de 1912).

é preciso reconstruir tudo, é preciso levantar de novo desde os alicerces o edifício social. (...) Temos a certeza de que vamos bater-nos no *bom combate*.”
Havemos, pois, de vencer. E seguros com esta imensa força interior digamos como o antigo César. “**Alea jacta est...**” (*ibid.*).

Durante o curso universitário, neste mesmo jornal, Salazar retoma a sua actividade publicista, secundando o pensamento da igreja com o editorial: “Tristezas que pagam dívidas”. Eis alguns excertos, onde a par do manifesto pessimismo, o respeito da religião e a disciplina cristã sobressai e já é visível o enquadramento mítico do seu discurso, em relação à história pátria:

“Guarda vigilante do direito que lhe assiste cheia de respeito pelos direitos alheios a Igreja julga deve ficar indiferente quanto às formas e de governo e às instituições civis dos Estados cristãos e, entre os diversos sistemas de governo ela aprova todos aqueles que respeitem a religião e a disciplina cristã dos costumes (...). Contemplados o clarão dessa elevação de princípios, a situação presente do nosso País não dá alento a voadouros de esperanças, nem reacende na alma patriótica, os frémios impetuosos que na trajectória olímpica da nossa raça, traçaram quadros eloquentes de epopeia ” (Editorial “Tristezas não pagam dívidas” *Imparcial* de 14 de Março de 1912).

E a necessidade de “salvar” a Pátria é um corolário lógico do modo como avalia a situação do País:

“Como disse um primoroso prosador, Portugal é, actualmente, um cataclismo em marcha. Acordaremos? Salvar - nos - emos? Eis a grande e tremenda incógnita do futuro cujas responsabilidades impendem - todas !- sobre os desnorteados mandões que, arremangados querem decepar os mais vigorosos bracejos da alma portuguesa e empurrá-la, depois, para a histórica vala, onde se decompõem as nações combalidas e moribundas” (*Ibid.*).

Até à conclusão do seu curso universitário, Oliveira Salazar inicia a 21 de Março a publicação de oito artigos intitulados “Cartas a uma mãe”, assinados com o pseudónimo de Alves da Silva. Com o mesmo pseudónimo, publica a 13 de Fevereiro, no ano seguinte “Gerações perdidas.” Segue-se uma série de artigos sobre questões universitárias:

“Os lentes de Direito e as novas teorias jurídicas” a 17 de Maio;

“Questões universitárias - ainda os princípios e as leis”, a 4 de Janeiro de 1914.

Concluído o curso universitário em 1914, as suas atenções centram-se, sobretudo, na carreira docente, e não publica até 1919, senão artigos de carácter técnico ou científico.

Embora estes artigos não versassem, directamente, a política do governo, Oliveira Salazar não se abstém de manifestar o seu pensamento político, sempre que a propósito. Utilizando o mesmo discurso simbólico, condena o sistema democrático, gerador da desordem e da imoralidade que corroem as nações:

“Parece-nos que a ficção constitucional, a ficção – soberania do povo, a ficção maioria parlamentar representando a vontade da nação estavam - para nós, ao menos sem preocupações políticas - abertamente e insofismavelmente demonstradas. (...) Porque da enorme maioria que pelo trabalho tratava da vida, as camarilhas políticas, também na política, tratavam da sua e provável senão mesmo muito certo que os interesses dos partidos se distinguiam bem dos superiores interesses do País. (...) não sabemos se haverá ingenuidade em desejar moral na política. (...) O que sabemos é que a desordem e a imoralidade políticas têm m efeito corrosivo na alma da nações ” (Salazar, 1916: 78- 79).

1.3. Centro Católico

Para continuar a sua militância católica, liga-se, agora, progressivamente, ao Centro Católico, entretanto criado a 7 de Abril de 1917.

Eram estes os seus objectivos, segundo o Episcopado Português:

“Os católicos, para mais eficazmente reivindicarem os direitos e liberdades da igreja, devem unir-se num terreno sobranceiro às paixões e lutas políticas, quer em formas de governo, quer de partidos. Para isto é que os bispos portugueses fundaram o Centro Católico que, tendo como base esta irrecusável doutrina, exige que os seus aderentes, podendo, aliás, conservar as opiniões políticas da sua preferência, se abstenham da acção externa sobre formas de governo ou divergências partidárias, enquanto os interesses da religião assim o exigirem. Com isto, o Centro Católico não exclui a cooperação dos católicos que, não

querendo fazer pela igreja aquele sacrifício temporário da sua actividade política, se recusam a entrar no mesmo Centro”(“Decisões do Episcopado” de 14 de Fevereiro de 1925, *Correio de Coimbra*, ano III, n. ° 146 de 21 de Fevereiro de 1925).

O Programa do Centro Católico Português estava em sintonia com os objectivos do C.A.D.C. onde Salazar militara, enquanto estudante.

No campo religioso:

“Informar do espírito católico os costumes, as leis e as instituições nacionais. Conquistar para a Igreja católica os direitos e liberdades que legitimamente lhe competem e assegurar aos cidadãos católicos o exercício das suas liberdades religiosas sem ofensa dos direitos dos outros cidadãos. Fazer substituir as leis vexatórias da consciência religiosa ou opressoras das legítimas liberdades do povo por leis em harmonia com os princípios do catolicismo e com o interesse nacional. Dada a situação criada, a igreja católica, dentro do País, reclamar como medidas urgentes que constituem o programa mínimo do Centro: o restabelecimento das relações do Estado Português com a Santa Sé; liberdade do ensino religioso, liberdade de associação e a liberdade de culto” (*Ecos do Minho*, de 22 de Agosto de 1917).

No terreno político/social o Centro propõe-se defender os interesses superiores do país, que por sua natureza devem estar acima das lutas e divisões partidárias.

Princípios gerais:

- Combater a tendência centralizadora e absorvente do Estado, favorecendo a tendência regionalista, sem prejuízo da unidade nacional;
- Separar tanto quanto possível a administração pública da política;
- Tornar efectiva a autonomia do poder judicial;
- Procurar obter equilíbrio financeiro pela rigorosa aplicação das receitas e supressão das despesas inúteis e impedir o recurso abusivo ao imposto com meio de minorar o desequilíbrio orçamental;

- Proteger a agricultura e as indústrias nacionais de reconhecida utilidade sem prejuízo do grau de concorrência que estimule as mesmas indústrias ao seu aperfeiçoamento e progresso;
- Aproveitar as riquezas naturais do País, por meio de empresas nacionais coadjuvadas pelo Estado;
- Proteger as classes operárias e sua reorganização no terreno cooperativo, em harmonia com as modernas condições da vida económica;
- Reorganizar em harmonia com o carácter e tradições nacionais o ensino primário, secundário e superior, de fora a torná-lo um elemento de nacionalização e um factor de prosperidade pública;
- Reconhecer o ensino livre e sua equiparação ao ensino oficial, mediante provas prestadas perante os juízes de nomeação do Estado;
- Organizar os serviços militares e estabelecimento das relações internacionais, por forma a assegurar a autonomia interna e externa, na integridade nacional;
- Desenvolver a marinha mercante e da marinha de guerra, de maneira a activar e assegurar a nossa expansão comercial e colonial;
- Organizar o regime de propriedade por forma que evite a sua excessiva pulverização e garantir a estabilidade e continuidade da família;
- Assegurar a existência das missões católicas portuguesas no Ultramar, quer quanto ao recrutamento de pessoal missionário, quer quanto ao exercício das suas funções;
- Desenvolver uma acção moderadora sobre ambições e lutas dos partidos para que estes se submetam ao interesse nacional, reconhecendo que os partidos existem para serviço da nação e não a nação para serviço dos partidos.

O *modus faciendi*, questões técnicas ou detalhes para executar estes princípios ficavam à liberdade de opinião dos representantes ou aderentes do Centro.

Entretanto, acontece um incidente na sua vida de professor universitário. É acusado de defender ideais monárquicos nas suas aulas, suspenso das suas funções e é-lhe movido um Inquérito.

Obrigado a defender-se, fá-lo com veemência e algum humor em “A minha resposta”.

“Contra os meus ilustres colegas houve ainda sombras de acusação - coisas idiotas e coisas falsas. Contra mim, bem analisada a minha vida particular e pública e bem esquadrihados todos os meus actos, apurou-se esta coisa tremenda - fui aqui, há vinte anos, colega num Seminário duma testemunha de acusação!” (Salazar, 1919: 3).

Desmonta, depois, todas as acusações e insinuações contidas no Processo de Inquérito, com rara habilidade.

Uma nota curiosa para o nosso trabalho é que passando revista aos depoimentos das testemunhas ouvidas pelo “Meretíssimo Juiz” verificamos que todos os depoimentos apresentam já em 1919 o Doutor Salazar como: “um espírito muito católico e conservador”(ibid.: 7); “acima de tudo católico e que politicamente não tem compromisso algum” (ibid.: 8); “um do vultos mais salientes do movimento católico, nem sequer sabendo se ele é monárquico ou não” (ibid.: 9). De Oliveira Salazar, registamos apenas este desabafo:

“Do Seminário nada digo. Há pessoas que desconhecem que pode haver na alma dos outros coisas inolvidáveis e sagradas que a gente esconde cuidadosamente as vistas dos tolos e dos maus, porque não podem compreendê-las, nem são capazes de senti-las. Pobre, filho de pobres devo àquela casa grande parte da minha educação que de outra forma não faria, e ainda que houvesse perdido a fé em que me lá educaram, não esqueceria nunca aqueles bons padres que me sustentaram quase gratuitamente durante tantos anos e a quem devo além do mais a minha formação e disciplina intelectual” (ibid.:13).

O Inquérito foi arquivado e levantada a suspensão. Como ele próprio declara, na sua defesa, tinha-se, antes desta acusação, candidatado nas listas do Centro Católico à eleição para deputado do Círculo de Viana, mas não conseguindo ser eleito:

“Fui uma vez, por engano, proposto deputado católico por Viana. Não obtive nenhum voto. Acho que em influência política bati absolutamente o *record*. Os

meus votos foram com aquiescência e aprazamento meu, dados ao P.e Casimiro Rodrigues de Sá, muito republicano e ao tempo filiado no partido evolucionista, mas homem que sob o ponto e vista das reivindicações religiosas nos mereciam a nós, os católicos, absoluta confiança” (Salazar, *ibid.*: 12).

Candidata-se, em 10 de Julho de 1921, pelo círculo de Guimarães, conseguindo desta vez ser eleito, embora venha a abandonar o cargo depois de ter participado em duas sessões parlamentares.

A sua episódica passagem pelo Parlamento da Primeira República, demonstra que os objectivos de Oliveira Salazar seriam uma meta a atingir, mas estavam muito para além de uma eleição de deputado.²¹⁷ Nesta eleição tal como prometera em “A Minha Resposta”, empenhou-se de corpo e alma na eleição, apelando à união e à fé dos católicos para elegerem o máximo de representantes pelo Centro Católico.

A eleição é amplamente festejada nos jornais locais, mas Salazar não parece muito entusiasmado. Preocupa-o a débil saúde de sua mãe, a campanha de angariação de fundos para a Santa Casa da Misericórdia de Coimbra de que era um dos directores, em manter-se na roda dos intelectuais católicos, alguns seus antigos companheiros de seminário, sempre acompanhado e incentivado por Cerejeira.²¹⁸

Irá, reincidir em nova candidatura em 8 de Abril de 1925 e desta vez produz abundante reflexão que publica no jornal *Correio de Coimbra*, órgão da Comissão Diocesana do Centro Católico que havia começado a publicar-se a 18 de Março de 1922 para substituir o extinto *O Imparcial*.

Estas reflexões mostram-nos Oliveira Salazar determinado em seguir em matéria de política religiosa as instruções da Santa Sé, desde que não colida com os interesses nacionais:

²¹⁷ No 2.º Congresso do Centro Católico, realizado em Lisboa nos dias 29 e 30 de Abril de 1922, Salazar no seu discurso, fornece aos católicos um plano para a conquista do poder, ou, pelo menos, para influenciarem as instituições republicanas, num sentido afeiçoado à Igreja e às suas instituições (Nogueira, *ibid.*: 250).

²¹⁸ Para si não via Salazar com nitidez um plano de vida. Professor eminente e escutado era-o sem dúvida e esse objectivo não falhara, mas a passagem efémera pelas cadeiras de S. Bento constituía uma amargura e uma frustração política; e a sua destacada posição como militante católico não parecia conduzir a um fim preciso. Ambições e fundas sentia-as e ao padre Cerejeira não se acanhava de as confessar (Nogueira, *ibid.* : 255).

“A *política religiosa* do País é vista sob aspectos diferentes e aconselha atitudes diversas, segundo quem a examina é monárquico ou republicano, pratica ou não a religião católica, está ou não disposto a seguir, para além dos preceitos da moral cristã, as instruções da Santa Sé. (...) Não nos apresentando como melhores que os outros reivindicamos, no entanto, este direito incontestável: o de seguirmos na política religiosa do País as instruções e conselhos de Roma, sem atraiçoar-mos os bem entendidos interesses da nossa pátria ” (Salazar, *apud* Henriques e Melo, 1989: 95).

Mas ressaltam destas reflexões outros princípios, mais tarde por si adoptados, enquanto governo:

“Esta política da Igreja não se confunde com a política nacional, havendo também necessidade de distinguir a política dos católicos, enquanto fazem a política da Igreja e a política do católicos, enquanto fazem a política da nação ” (*ibid.*: 96).

E Salazar questiona: como fazer no campo político a união dos católicos, se exactamente a política os divide? A sua resposta é elucidativa: há dois princípios que, seja qual for a solução, têm de ser respeitados: “O preceito da obediência que exclui, em princípio a revolução e a hierarquia dos fins do homem que dá à questão religiosa a primazia sobre qualquer outra ” (*ibid.*).

No campo social, publica, ainda, Oliveira Salazar no jornal oficial da hierarquia católica, *Novidades* um artigo que pelo seu teor reflexivo/catequético, se enquadra perfeitamente na sua militância católica. Depois de questionar as classes dirigentes católicas sobre as suas práticas sociais, apresenta “as bases morais da *nossa* revolução social”:

“Não aspirar ao poder como um direito, mas aceitá-lo como um dever; considerar o Estado como o *ministro de Deus para o bem comum*, e obedecer do coração ao que está investido de autoridade; não se esquecer, quem manda, da justiça que deve e não se esquecer, quem obedece, do ónus sagrado de quem manda ” (*ibid.*:102).

E remata, entusiasmado:

“Que revolução tremenda! É o poder desembaraçado de sofreguidões ambiciosas, de embaraçosas oportunidades, de perigosas convulsões; é a autoridade livre e o súbdito respeitado, é a lei prestigiada pela justiça, o poder limitado pela lei de Deus, e pelos direitos da consciência, é a ordem assegurada pela obediência das almas ” (*ibid.*:102-103).

A 31 de Janeiro de 1925, Salazar envolve-se profundamente na campanha eleitoral para as eleições que terão lugar a 8 de Novembro. Revelando grande pragmatismo, publica em editorial - “A contagem”:

“Declaro que estou ansioso pelas próximas eleições. Durante muito tempo se desculpou a nossa inércia com a falta de comando dos **chefes** – e os **chefes** marcaram posição e deram as suas ordens.

(...) Temos visto errar todos os cálculos feitos sobre a massa católica do País. Contamos os **católicos possíveis** (...) contamos os **católicos prováveis** (...) Contaremos nós, agora, apenas os **católicos certos** na luta eleitoral que são os únicos que politicamente nos interessam, porque não valendo nas urnas nem os desejos nem as intenções, temos de ver se lá deixam **votos**” (Editorial do Jornal *Correio de Coimbra*, de 22 de Janeiro de 1925).

A noção de dever e de obediência para Oliveira Salazar, fica aqui bem expressa: deve-se cumprir um dever, ou as ordens, sem questionar os porquês, nem os resultados. A sua “missão” de “salvar” a Pátria foi aceite como um dever que Salazar nunca questionou, como se fosse um voto de obediência clerical:

“O cumprimento dum dever não pode ficar dependente da sua plena eficácia prática, porque nem nunca podemos saber ao certo que consequências advieram de termo-lo cumprido. Dou esmola aos pobres e não acaba a pobreza; dou um bom conselho a um transviado e não evito uma acção má, deitarei na urna o meu voto ainda que seja único – porque não me mandam vencer, mandam-me votar ” (*ibid.*) .

Prossegue a 7 de Fevereiro com o artigo “Votos e candidatos”, onde traça a estratégia eleitoral que deve ser seguida pelos católicos, para se imporem, mesmo no regime da Primeira República:

“São dois os problemas que temos de resolver na próximas eleições: a contagem dos nossos elementos certos pela sua mobilização geral e o aumento da representação parlamentar pela reeleição de deputados e senadores que actualmente possuímos e conquista de mais alguns lugares nas Câmaras” (*ibidem*, no Editorial do Jornal *Correio de Coimbra* de 7 de Fevereiro).

E enquanto não conquista o poder, prossegue, não pelo incitamento à violência, nem ao golpe de Estado, mas aceitando as regras da luta eleitoral, tal qual era preconizado na Carta Encíclica *Immortale Dei*:

“Na emaranhada política portuguesa temos visto já a reduzidíssima representação católica desempenhar o papel de árbitro numa situação no campo eleitoral podem os católicos com maior facilidade ainda desempenhar o mesmíssimo papel. (...) Quando a nossa organização e disciplina nos colocarem em condições de ninguém poder vencer contra nós, temos conquistado terreno, porque se estendeu a nossa influência moral; quando os que vencerem só possam vencer por nós, ganhámos meia vitória e de facto aumentámos a nossa representação” (*ibid.*).

Insistindo no tema das Eleições, agora com o título “Candidatos católicos” publica em 14 de Fevereiro um artigo em que acentua as vantagens dos representantes do Centro Católico, na defesa dos interesses da Igreja, comparativamente com os deputados dos partidos:

“Sem as ligações de partido em cujos enredos não pode envolver-se a causa da Igreja e a cujos interesses também se não pode sacrificar o interesse mais alto da causa da defesa religiosa, os representantes católicos encontram-se naquela alta situação que compete e que convém a quem há-de ter a palavra da paz no acirrado das lutas partidárias, a palavra da ponderação nos arrebatamentos e impulsos das assembleias políticas e há-de encontrar a justa solução que princípios sólidos podem fornecer às questões ocorrentes, quando os não abalam interesses nem paixões” (*Correio de Coimbra*, 14 de Fevereiro de 1925).

E numa leitura política que mais tarde repetirá nos seus *Discursos*, volta a atacar os efeitos maléficos do sistema parlamentar:

“Num País de acirradas lutas e violentas incompatibilidades, questões de interesse geral questões abertas por natureza tomam a feição irritante de questões políticas, em face das quais os partidos tomam as suas posições: é mais que certo que a justa solução vai nesse caso ser sacrificada aos interesses partidários em jogo ” (*Ibid.*).

Publica, ainda, sobre este tema:

- “Representação nacional” em 21 de Fevereiro de 1925;
- “A escolha” em 28 de Fevereiro de 1925;
- “Um voto pelo menos” em 7 de Março;
- “Mal necessário” em 14 de Março.

Pelo que representam na trilogia que temos vindo a defender, formação seminarística de Salazar, doutrina da igreja e “missão” pedagógica de “salvar” a Pátria, vamos continuar a analisar estes artigos, para verificarmos a consonância/dissonância entre o seu conteúdo e as proposições defendidas por Oliveira Salazar.

Na “Representação nacional” defende a consonância dos interesses católicos com o interesse nacional:

“São, pois, os candidatos católicos os lídimos representantes do interesse católico. (...). Assentamos, portanto, em que a representação católica defendendo o interesse religioso defende também um interesse nacional. (...) Em resumo: porque o interesse religioso é um interesse vital da nação e porque dentro da acção do Centro cabe a defesa de quaisquer outros interesses que à nação pertençam, a representação católica é sem dúvida ou restrições, a verdadeira *representação nacional*” (*Correio de Coimbra*, Ano III- n.º 146 de 21 de Fevereiro de 1925).

No artigo “Escolha” aponta alguns critérios que devem presidir à escolha dos deputados católicos - a elite da nação:

“Nenhum de nós poderia perante a sua consciência assumir a responsabilidade de substituir o seu interesse ao interesse do país fazendo que saia das urnas diminuída em número ou qualidade a representação católica. Temos para tanto, mercê de

Deus os elementos necessários e compete-lhes de direito o primeiro lugar. (...) Pessoas, aliás, competentes e dignas que nos vários campos de actividade constituem a *elite* da nação ” (*Correio de Coimbra*, Ano III, - n.º 147 de 28 de Fevereiro de 1925).

No artigo “Um voto pelo menos” Oliveira Salazar insurge-se contra o individualismo do povo português e advoga um sistema em que o chefe ordena e os súbditos obedecem, sem estar sujeito ao exame prévio de cada um. Estava justificada a Ditadura Nacional, como mais tarde repete nos seus *Discursos*:

“Nós todos queremos o bem da nossa pátria – Deus me livre e pensar que algum português o não quer – mas o nosso individualismo não nos permite que lhe mostremos o nosso amor, senão pela forma que cada um de nós entende e defendamos o seu interesse, senão como desejamos que seja defendido. Todos corremos a salvar a pátria – meu Deus! por que meios alguns! - mas não corremos como exército em ordem, mas como multidão em tropel ”(*Correio de Coimbra*, ano III, n.º 148, de 7 de Março de 1925).

E continua, acentuando os malefícios a que leva o individualismo:

“São tantos os remédios apontados, tantos os salvadores e os organismos que se reputam predestinados para aquela obra, tantos os programas, que o tempo se gasta todo, não em cumprir um, mas em os cotejar a todos e em discutir as respectivas vantagens ou inconvenientes” (*Ibid.*).

E a sua condenação do individualismo e a defesa das chefias estão bem explícitas nestas afirmações:

“Pessoalmente não morro por um sistema em que a solução de qualquer problema nacional tem de ser sujeito ao exame prévio de cada um de nós que nada entende dele e tem mais que fazer do que formar acerca de todos um juízo consciente e seguro. De facto, o sistema é tão absurdo que só pode funcionar, porque as necessidades da vida o modificaram no sentido da existência de chefes que demarcam a orientação e dão a palavra de ordem; e o problema simplifica-se, escolhendo cada indivíduo, apenas o chefe a que deseja seguir, porque o

reputa mais honesto ou o acha mais competente “ (*Correio de Coimbra*, Ano III, n.º 148, de 7 de Março de 1925).

E remata com um exemplo significativo: “Se porém no aceso da batalha o general forma um plano e dá uma ordem errada, perde-se talvez a batalha; mas se os simples soldados a discutem e lhe desobedecem, perde-se a batalha e perde-se também o exército ” (*ibid.*).

No artigo “Mal necessário” Oliveira Salazar pretende esclarecer se gosta da política, dá a sua definição de política e pronuncia - se sobre a necessidade da política. Estes esclarecimentos vão de encontro ao modo como mais tarde diz assumir a sua “missão, despretenciosamente, como dever e não por apego ao poder”:

“ A insistência com que tenho aqui tratado ultimamente de algumas questões relacionadas com o próximo acto eleitoral podem ter dado a impressão, aliás falsa, de eu tenho o vício ou pelo menos o gosto da política e que lhe atribuo uma importância no destino dos povos que estou longe de atribuir-lhe ”(*Correio de Coimbra*, Ano III, n.º 149, de 14 de Março de 1925).

E esclarece o que entende por um bom político reforçando a tónica da autoridade e da obediência:

“O político de raça conhece-se, exactamente, pela sua destreza em conduzir os homens, fazendo-os consciente ou inconscientemente contribuir para o fim geral que pretende obter. Considerada como *processo* mais ou menos complicado de *conquistar o poder* não é a política igualmente necessária, mas devemos crer que é igualmente natural. Uma tendência bem pronunciada do espírito humano é a de dominar mandar e fazer-se obedecer ” (*ibid.*).

E continua sobre a inevitabilidade de fazer o jogo político até à conquista do poder. Afinal o processo a que Salazar aderiu, até estarem reunidas condições para por em prática a sua “missão”:

“ A organização política dos Estados pode fazer variar os processos de conquista do poder, fomentar ou contrariar no homem as suas tendências de domínio com as facilidades ou entraves que opõe à vaidade de mandar; mas não

evita que os homens procurem ou ambicionem o poder, nem que desenvolvam uma grande actividade, no sentido de o influenciarem ou directamente o exercerem. Era, talvez bom que não fosse assim, mas importa-nos saber que é assim, porque não tendo talvez o direito de sermos ingénuos, temos seguramente obrigação de não sermos parvos” (*ibid.*).

Sem esconder que não é esse o regime seu preferido, aceita-o como condição, por enquanto para influir na formação do poder. Por isso, tolera esse processo de ascender ao poder, o como um mal necessário:

“Num país como o nosso em que o poder bastas vezes deixa de ser *por todos* para ser duns *contra* outros é uma temeridade abandonar o campo em que legalmente se pode influir a designação daqueles que directa ou indirectamente o hão-de exercer. O nosso desdém pelos processos políticos –moralmente impecáveis; entende-se - podia ter todo o aspecto de encobrir não a consciência de uma superioridade que se não rende, mas um comodismo egoísta que deserta dum posto e entrega ao inimigo uma praça. Contente-se a nossa razão com afirmar que a política é um *mal*, contanto que à nossa consciência se imponha como um *mal necessário* ” (*Ibid.*)

No Centro Católico do Funchal profere ainda uma conferência que iremos analisar, subordinada ao tema “laicismo e liberdade.” Depois de minimizar o conceito de liberdade, fustiga os Estados que em nome da liberdade, afirmam não ter doutrina nenhuma:

“Este Estado que não tem religião, apresenta-se como não tendo também uma doutrina, e assim como não ter a primeira se considera comumente uma garantia da liberdade religiosa, ao adoptar doutrina alguma se considera como uma garantia da liberdade de pensamento. Afirmam alguns que ele a não deve ter. Eu pergunto –vos se ele pode deixar de tê-la” (“Laicismo e Liberdade”. Conferência proferida no Centro Católico do Funchal em 4 de Abril de 1925, *apud* Nogueira, 1977: 277- 280).

E apresenta o que considera o justo equilíbrio do poder, e que mais tarde vai por em prática, sempre na linha da doutrina da Igreja Católica:

“(…) nem despotismo do Estado, nem demagogismo do povo, mas o equilíbrio perfeito entre uma autoridade necessária que não depende de paixões humanas e um direito social que não varia com os movimentos da opinião pública ”(*ibid.*).

Finalmente em 13 de Junho de 1925 publica aquele que é o seu último artigo, antes de entrar, pela primeira vez, durante cinco dias no governo: “Vi e ouvi”. O conteúdo deste artigo mostra um Salazar inimigo acérrimo da Primeira República:

“Também vi as ruínas de um convento. Os claustros fazem lembrar os ossos dispersos de um cadáver.

Quem fez tudo aquilo? Já todos sabem: foram os inimigos da igreja. Nem sequer respeitaram os monumentos que enobrecem um povo. Cegos até ao extremo andam sempre a clamar contra o fanatismo contra a reacção contra o obscurantismo. E não será fanático quem se deixa levar pelo ódio até tais excessos? E não será reaccionário quem não respeita brilhantes tradições? E não será obscurantista quem destrói desapiadadamente luzeiros de glória nacional ? ” (*Correio de Coimbra*, Ano IV, n.º 161, de 13 de Junho de 1925).

E militante da causa da Igreja Católica, surge com um discurso de tipo paroquial, apenas três anos antes de entrar definitivamente no governo.

“Diziam-me lá na povoação onde estive que não havia piedade alguma. (...) Mas um acontecimento muito simples veio mostrar a força que há oculta nas almas e a necessidade de a despertar. Um seminarista tem andado a ensinar doutrina cristã a algumas crianças. No primeiro dia apareceram poucas. Mas pouco tempo decorrido, o número aumentou consideravelmente. Porquê? O seminarista ia ensinando cânticos – esse grande auxiliar da conversão ou preversão de almas. Cânticos religiosos inspiram, comovem, elevam. Música pagã desnorteia, corrompe, leva a quedas ” (*ibid.*) .

Na véspera do dia das eleições para o Senado e a Câmara de Deputados, 8 de Novembro de 1925, o órgão oficial da Diocese de Coimbra, jornal *Correio de Coimbra* publicava a lista dos candidatos pelo Centro Católico, onde aparecia o “Doutor António

d'Oliveira Salazar, professor da Universidade de Coimbra, deputado por Arganil".²¹⁹ O argumento cruzadístico é o pano de fundo para o incitamento ao voto dos católicos:

“O Centro Católico colocou todo o seu empenho nas eleições para deputados.
“Dia 8 de Novembro é o dia do avanço geral de todos os católicos que sob o comando dos bispos vão conquistar as suas liberdades.

Nas Cruzadas Pedro Eremita gritava nos países cristãos incitando o povo a ir reconquistar a Terá Santa - o Santo sepulcro –Deus o quer ! Deus o quer!

Dia 8, os Bispos – como outrora tantos Pedros Eremitas bradam, clamam bem alto: Católicos ide às urnas porque Deus o quer!

O primeiro dever de um católico é a disciplina. (...) Ide votar pelos deputados do centro Católico! Deus o quer! Haverá católico que fuja ao cumprimento desta ordem?” (*ibid*: 2).

2. NA SENDA DO PODER:

2.1. Ministro das Finanças provisório

Com o movimento de 28 de Maio de 1926 que instaura a Ditadura Militar, depois da entrega pacífica do poder por alta de base de apoio, pelo último governo da Primeira República, a primeira preocupação dos militares são as Finanças públicas. Salazar é chamado para o governo provisório por intermédio de amigos e colegas professores do círculo católico de Coimbra.²²⁰ Contudo, também não se mostra muito entusiasmado. Ao contrário de outros seus amigos católicos, coloca muitas questões, sobretudo no respeitante às condições políticas de estabilidade governativa. O cenário político ainda não é claro:

- de um lado a esquerda republicana, o revirinho, onde enfileiram os movimentos mais activos do movimento operário e os anarco - sindicalistas são perseguidos pela Ditadura militar, mas apostam na conspiração revolucionária apoiados pelos exilados em França e Espanha;

²¹⁹ Jornal *Correio de Coimbra*, ano IV, n.º 182 de 7 de Novembro de 1925.

²²⁰ “ O regime autoritário instaurado em 1926 assumiu desde início uma orientação ideológica predominantemente católica, tendo sido, por isso, apodado por alguns opositores de clerical –fascista e classificado por alguns observadores como um nacional catolicismo ” (Cruz, 1999, :11).

▪ do outro a direita republicana defende o diálogo e a aliança com o sector republicano conservador da ditadura militar, de modo a superar os velhos vícios políticos, mas num quadro de uma República liberal (Rosas, 1994: 164).

O projecto conservador, católico e nacionalista não se revê em nenhum destes blocos. Salazar recusa integrar o governo, alegando razões de saúde, mas nomeiam-no Ministro das Finanças, cargo que ocupa apenas durante cinco dias.

Não estavam ainda reunidas as condições para o ataque deliberado e definitivo ao poder.²²¹ Mas não esmorece. Tendo como palco a imprensa católica, vai estrategicamente continuando a criticar as soluções provisórias do governo da ditadura para resolver a grave crise económica que o país atravessa e a esperar que as políticas financeiras de Sinel de Cordes, seu substituto, fracassem. Assim acontece. Sinel de Cordes é fortemente criticado por desbaratar o erário público com subsídios de carácter duvidoso e pelos gastos excessivos com o exército, para sustentar as sedições provocadas pela esquerda republicana - o revirinho que continuava activo e infiltrado nas forças armadas. Os orçamentos de 1926/27 e 127/28 agravam brutalmente o *deficit* e o País vê-se coagido a novo empréstimo na praça londrina. O caminho está a ser preparado para a nova entrada triunfal de Salazar como o “mago das Finanças.” (Leal, *apud* Rosas, *ibid.*: 169).

2.2-Ministro das Finanças definitivo.

O empréstimo é inviabilizado por pressão dos exilados republicanos da *Liga de Paris* e Sinel de Cordes coagido a pedir o aval à Sociedade das Nações, em 24 de Novembro de 1927. As duras condições impostas pela Sociedade das Nações mobilizam todos os políticos contra o ministro das Finanças e Sinel de Cordes é destituído. Salazar, a figura mais destacada do Centro Católico aparece naturalmente como a pessoa certa para “salvar” a pátria da situação de bancarrota (Rosas, *ibid.*: 170). Para convencer Salazar, é mandado a Coimbra o Ministro da Instrução, Duarte Pacheco, seu amigo e correligionário. Depois de uma primeira escusa e de pedir tempo para pensar, uma conversa com o padre Cerejeira que o aconselhou a aceitar, foi decisiva. Segundo Franco

²²¹ “Era imperativo escrito nas coisas, na fé, no destino, na natureza: furtar-se era rejeitá-lo: tinha de ser o chefe do governo, assumir as responsabilidades supremas, não podia deixar de o fazer: era uma complexa legitimação de ambições subjectivas” (Nogueira, 1977: 147).

Nogueira, Cerejeira, recordou-lhe as palavras da mãe, ao saber do primeiro convite: “Aceita meu filho. Se te chamam é porque precisam de ti ” (Nogueira, 1977: 337).

Escondendo, por enquanto, os seus verdadeiros propósitos de tomada total do poder, Salazar, cerca de dois meses antes da sua entrada definitiva no governo da Ditadura Militar, profere uma conferência na União Operária de Coimbra, subordinada o tema ”Duas economias” em que compara a economia da riqueza e do lucro fácil, à economia da contenção de gastos, e poupança, para defender a economia baseada no conceito cristão do trabalho:

“Temos no Evangelho um primeiro princípio fundamental – o *trabalho*. É sobre este princípio que se há-de desenvolver a riqueza individual e colectiva. (...) O trabalho não é na economia cristã um direito; é um *dever* semelhante ao qual só há a oração: “trabalhai e orai”. (...) Se o trabalho é um dever e é por ele que se cria a riqueza, o Evangelho não pode ser inimigo da riqueza e nenhum obstáculo põe a que se desenvolva nos indivíduos e nas nações, mas limita a sua utilização para que o homem se não deixe corromper por ela ” (“Duas Economias”. Conferência proferida na União Operária de Coimbra em 18 de Março de 1928, *in Estudos* n.º 71, Março de 1928, 580-582).

Estes escritos não nos permitem identificar *a priori* as estratégias futuras da acção governativa de Oliveira Salazar. Contudo, numa linha de sequencialidade formativa, à base da doutrina da Igreja católica que enformava a educação seminarística, proporciona-nos, pensamos nós, um tronco comum ideológico, com as linhas mestras dos seus discursos e os princípios da sua acção governativa no atinente aos poderes do Estado, ao enquadramento do cidadão no corpo orgânico da Nação e a um novo quadro de valores simbólicos que irá constituir os alicerces do Estado Novo aos quais foi dado o nome de nacionalismo.²²²

Desde o seminário de Viseu que Oliveira Salazar, numa adesão irrefutável, pauta todos os seus escritos pelos ensinamentos da Igreja, no respeitante à “Constituição Cristã dos Estados” contida na Carta Encíclica *Immortale Dei*.

Enquanto não ocupou a cadeira do poder, os interesses da Igreja estiveram sempre em primeiro plano, sem que os interesses nacionais, bordão da sua acção governativa futura estivessem esquecidos. Depois de assumir o poder, sem descurar os

²²² “Nada contra a Nação, tudo pela Nação” (Salazar, 1951:34).

interesses da igreja, colocou em primeiro lugar o “interesse nacional.” Para não ser apodado de totalitário, o que repugnava às suas concepções seminarísticas, do poder, Salazar impõe a si mesmo duas barreiras simbólicas que maneja, pragmaticamente, consoante as circunstâncias: a moral e o direito.²²³ A moral como factor de coesão que sempre esgrimira contra os que agiam por interesse próprio na Primeira República, vai agora ocupar o lugar central no novo regime. Em seu nome vai congrega na União Nacional simpatizantes de diversos partidos²²⁴ e do próprio Centro Católico que ajudara a fundar.²²⁵

Politicamente, esta unidade moral da Nação foi promovida, outorgando a cidadania à família, município, concelho e corporações culturais e morais, num enquadramento que lhe tirava todo o poder reivindicativo, em troca de um quadro de valores simbólicos que a imobilizava.²²⁶ Este quadro coercitivo por imposição referendária constitucional, juntamente com o esvaziamento dos poderes da Assembleia Nacional e dos tribunais e sua transferência política para o Executivo, concedeu total liberdade ao governo unipessoal de Salazar.

O direito que fazia parte da sua formação académica, dava-lhe legitimidade para fazer e interpretar as leis; a moral é uma bandeira sempre arvorada, em nome dos sentimentos ancestrais da portugalidade.²²⁷ Colocado agora na chefia do poder temporal, até já não precisava de estar sujeito à disciplina interpretativa das hierarquias religiosas. Aliás, estas, ao designarem um seu representante à Câmara Corporativa, sem qualquer poder de intervenção na vida social e política da Nação ficaram manietadas. Salazar tinha, assim, toda a legitimidade para interpretar o direito e a moral necessárias ao desempenho da sua missão de “salvar” a Pátria, corrompida pelos vícios estrangeiros e restitui-la à sua identidade primeva.

²²³ Os postulados atemporais seriam a melhor fundamentação do poder. Usando-os, exhibir-se -ia em nome de todos: (...) possibilitaria a indispensável identificação do Estado com a Nação” (*ibid.* : 394).

²²⁴ “Para essa obra de reconstrução nacional, houve então que obter a resposta a uma última pergunta que correspondia a um apelo a todos os portugueses de boa vontade, quaisquer que fossem as suas filiações partidárias anteriores, no sentido de se unirem em volta de uns tantos princípios fundamentais, sem os quais tais reformas não poderiam realizar-se. O apelo foi acolhido pela grande maioria da Nação; assim surgiu a União Nacional” (Salazar, 1967a: 240-243).

²²⁵ Aliás, diz-se no respectivo programa que o Centro Católico é provisório *hic et nunc*.

²²⁶ “No fim de contas o que se fazia era deslocar o indivíduo da perigosíssima área da cidadania para o encerrar em esferas qualificadas e sobretudo restritas de opinião, em fragmentadas unidades sem qualquer possibilidade de influenciar o sentido e a produção mesma da realidade política ” (Ó, *ibid.*: 393).

²²⁷ “O Estado Novo viu na *coesão moral* o seu imperativo categórico ” (Ó, *ibid.*: 394).

Esta persistência meticulosa e nunca contestada de militância ardorosa em prol dos interesses da igreja católica levou-o até ao limiar do governo a persistir na obediência e disciplina seminarísticas, face aos ensinamentos da Igreja Católica. Foram realmente estas as raízes do seu pensamento e acção militante durante estes 17 anos. Podemos mesmo dizer que a boa consciência adveio-lhe das suas posições futuras da governação coincidirem com os grandes princípios governativos defendidos pelos papas nas suas Cartas Encíclicas.²²⁸

As bases foram dadas pelos ensinamentos seminarísticos, depois postos em prática, através de uma militância e encorajamento dos seus amigos e companheiros de luta contra a República Parlamentar. O Centro Católico foi um palco onde Salazar esgrimiou e treinou a arte de escrever e dizer e consolidar estes ensinamentos seminarísticos, sempre presentes enquanto estudante e professor em Coimbra. Do seminário para o palco laico, mas sempre acompanhado por eclesiásticos, calejou-se na luta contra os adversários e assumiu os adversários políticos da igreja como seus e as armas doutrinárias católicas como as suas armas de arremesso.

Quando assumiu funções governativas, catapultado pela igreja, a sua adesão aos princípios católicos não eram contra –nature, mas por convicção. Caminharam, assim, de mãos dadas e numa protecção mútua, até que as circunstâncias evoluíram. Pôr em foco esta conjunção doutrinária e de princípios governativos foi o nosso escopo. Acreditamos que existe uma conjunção de pensamentos matrizes e princípios doutrinários entre Salazar e a Igreja Católica, essenciais para cumprir e levar a cabo a sua “missão” de “salvar” a pátria. Outros contextos se formaram e outras solicitações também. Até ao fim da Segunda Guerra Mundial, há uma relação directa da formação seminarística com os princípios que vão nortear a acção governativa de Salazar, aliás bem teorizada nos seus discursos. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, a necessidade de permanência no poder para levar a cabo a sua “missão” e as desilusões políticas, a partir dos fins dos anos cinquenta, levou-o a fazer pragmaticamente algumas concessões, mas sem desvirtuar a essência dos princípios que sempre apregoara.

²²⁸ “Estes princípios forneceram-lhe o “cimento” para construir a sua “missão” pedagógica de “salvar” a pátria.

3. REFERÊNCIAS FACTUAIS E CRONOLÓGICAS

Para terminar esta segunda parte consideramos ser pertinente elaborar um quadro referencial, onde constem não tanto os acontecimentos políticos e sócio-culturais *per se*, mas apenas enquanto eles interagiram e influenciaram a caminhada para o poder de Oliveira Salazar. Se alguns acontecimentos e referências cronológicas já foram identificados no decorrer do nosso trabalho, há outros que não o foram e merecem também referência. Pretendemos que estas referências contextuais constituam uma moldura tão fina que não ofusque o núcleo central do trabalho, mas antes o ajude a situar e complementar.

Podemos considerar que dentro da primeira das ideias –força, que constituem o o nosso trabalho ou seja, o poder, caminhada (II parte) e estratégias para nele permanecer (II e III parte), a “missão” pedagógica e suas instâncias de inculcação, com especial relevo para a escola, (IV e V partes), a proclamação da Primeira República portuguesa em 5 de Outubro de 1910 foi um acontecimento de charneira, tal como consta do quadro. A implantação dos novos ideários republicanos, sobretudo no campo educativo, foi o ponto-chave para a arrancada de Salazar para o poder, através do qual pretendia concretizar a sua “missão” de “salvar” a pátria.

Quadro n.º 4 - As principais referências factuais e cronológicas do percurso de Salazar efectuado até à entrada definitiva no poder (1889- 1928).

1889- 1910
<ul style="list-style-type: none">▪ 1 de Novembro de 1885- publicação da Carta Encíclica do Papa Leão XIII, <i>Immortale Dei</i>;▪ 15 de Maio de 1891- Carta Encíclica <i>Rerum Novarum</i> do Papa Leão XIII;▪ 1901- fundação do Centro Académico da Democracia Cristã de Coimbra, como movimento dos estudantes católicos da Universidade;▪ 1903- morte do Papa Leão XIII;▪ 1907- condenação de 65 proposições modernistas por Decreto da Santa Inquisição Romana e Universal pelo Decreto <i>Lamentabili Sane exitu</i>;▪ 1907- condenação das doutrinas modernistas pelo Papa Pio X na Carta Encíclica <i>Paccendo Dominici Gregi</i>;▪ 1 de Fevereiro de 1908- o rei D. Carlos é assassinado em Lisboa;▪ 5 de Outubro de 1910- proclamação da República em Portugal.

1910- 1928

- 10 de Outubro de 1910- Decreto que põe em vigor leis do Marquês de Pombal e de Joaquim António de Aguiar sobre a extinção das Ordens Religiosas, em especial a Companhia de Jesus;
- 18 de Outubro de 1910- Decreto que termina com o ensino da Doutrina cristã nas escolas e o juramento religioso nos tribunais e outros actos oficiais;
- 24 de Outubro de 1910- Decreto do Ministro do Interior, António José de Almeida que determina a extinção do ensino da doutrina cristã, nas escolas primárias e normais primárias;
- 3 de Dezembro de 1910- proibição de ensinar aos membros das congregações religiosas em Extinção das Faculdades de Teologia e Direito Canónico da universidade e Coimbra em 29/12/1910;
- 18 de Fevereiro de 1911- Registo Civil obrigatório;
- 20 de Abril de 1911- Lei da Separação Igreja – Estado;
- 21 de Agosto de 1911- aprovação da Constituição;
- 13 de Maio de 1917 a 13 de Outubro de 1917- Aparições de Fátima;
- 25 de Julho de 1921- Salazar é eleito deputado pelo Centro Católico e assiste à primeira e única sessão do Parlamento;
- Maio de 1922- criação da revista católica *Estudos Sociais* integrada no Centro Académico de Democracia Cristã- C.A.D.C;
- 28 de Maio de 1926- é estabelecida a Ditadura Militar. A Revolução arranca da cidade de Braga. Nesse mesmo dia e na mesma cidade a Igreja celebra o Congresso Eucarístico;
- 12 de Junho de 1926- Salazar aceita fazer parte do governo, onde apenas permanece 5 dias;
- 27 de Abril de 1928- Salazar toma posse da Pasta das Finanças, no governo da Ditadura Militar.

Este capítulo sobre a militância católica de Salazar põe em evidência que não houve qualquer descontinuidade entre a saída do seminário de Viseu e a sua entrada na vida civil. Mesmo passando de clérigo a leigo, Salazar, quer como estudante de Direito na Universidade de Coimbra, quer como professor, coloca-se na primeira linha no combate pela causa católica, sendo um dos fundadores do Centro Católico. Através da imprensa oficial da Igreja Católica incita com entusiasmo militante os católicos a unirem-se à volta da hierarquia, de modo a fazerem frente aos seus adversários políticos republicanos, a quem caustica duramente com a sua palavra. Este envolvimento militante projecta-o para o cargo de deputado pelo Círculo Católico de Guimarães e depois para o governo, sempre amparado e protegido pela Igreja Católica.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANTUNES, F. J., (1993), *Salazar. Caetano. Cartas Secretas 1932- 1968*, Lisboa, Círculo dos Leitores.

CRUZ, M. BRAGA DA, (1999), *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Editorial Bizâncio.

HENRIQUES, M. C.; MELO, G. DE SAMPAIO (orgs.), (1989), *Salazar. Pensamento e Doutrina Política. Textos Antológicos*”, Editorial Verbo, Lisboa,/S. Paulo.

NOGUEIRA, F. (1977), *Salazar. A Mocidade e os Princípios (1889- 1928)*. Vol. I, Coimbra: Atlântida Editora.

Ó, RAMOS DO, J., (1992), *Salazarismo e Cultura, Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Fernando Rosas (coord.), *apud* Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, (dirs.) Nova História de Portugal, vol. XII, Lisboa, Editorial Estampa.

ROSAS, F. (org.) (1994), *O Estado Novo: 1926-1974*. Lisboa, Círculo dos Leitores.

SALAZAR, A. O. (1919), *A Minha Resposta. No Processo de Sindicância à Universidade de Coimbra*. Tipografia França Amado.

SALAZAR, A. O. (1951), *Discursos e Notas Políticas (1943-1950)*, vol. IV. Coimbra, Coimbra Editora.

SALAZAR, A. O. (1967a), *Discursos e Notas Políticas (1959-1966)*, vol. VI. Coimbra, Coimbra Editora.

PERIÓDICOS:

A FOLHA, bissemanário: 12/01/1908; 04/06/1908; 12/12/1909;

O IMPARCIAL, semanário dos estudantes católicos de Coimbra: 1.º ano, n.º 1, de 22/02/1912; 29/02/1912; 14/03/1912;

CORREIO DE COIMBRA, semanário diocesano- órgão da Comissão Diocesana do Centro Católico: ano III, n.º 146, 21/02/1925; ano III, n.º 142 de 22/01/1925; ano III n.º 145, 14/02/1925; ano III, n.º 146, 21/02/1925; ano III, n.º 147, 28/02/1925; ano III, n.º 148, 07/03/1925; ano III, n.º 149, 14/03/1925; ano IV, n.º 161, 13/06/1925; ano IV, n.º 182, 07/11/ 1925;

ECOS DO MINHO, 22/06/1917.

ESTUDOS, revista mensal do C.A. D. C. de Coimbra: Editorial “Primeiras Palavras”, Ano I, n.º 1, Maio de 1922, 1 – 2; “Estatuto do C.A.D.C. de Coimbra (Bases Fundamentais)”, Ano 1.º, N.º 1, Maio de 1922.

III PARTE

O PODER: AS ESTRATÉGIAS PELO PODER.

CAPÍTULO QUINTO: LOGOS: A ESTRATÉGIA PERSUASIVA DA PALAVRA PARA CONQUISTAR E AFIRMAR O PODER (1928-1936)	172
1. GANHAR VISIBILIDADE.....	176
2. DAR NOVO RUMO À DITADURA MILITAR.....	179
3. DESCONSTRUIR AS MATRIZES POLÍTICAS REPUBLICANAS.....	181
4. CONSTRUÇÃO DOS ALICERCES DO ESTADO NOVO, SUPORTE DA SUA ACÇÃO EDUCATIVA	185
5. CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO.....	195
6. <i>RESTAURARE OMNIA IN PATRIA</i>	204
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	209

CAPÍTULO QUINTO: LOGOS, A ESTRATÉGIA PERSUASIVA DA PALAVRA, PARA CONQUISTAR E AFIRMAR O PODER²²⁹ (1928-1936).

O poder, nos discursos de Oliveira Salazar, foi sempre utilizado como alavanca ou instrumento para realizar a sua “missão” pedagógica de “salvar” a pátria. Não foi esta a estratégia dos restantes ditadores do seu tempo. Hitler pretendia restaurar a unidade base da Nação germânica - o povo, a raça, o *volk*. Mussolini pretendia restaurar a Itália imperial, a Nação. Em Franco, a missão de restaurar a grandeza de Espanha: “Arriba España!”, não é um projecto educativo, mas militar.

Salazar embora apresente algumas semelhanças com os restantes fascismos é diferente: quer o povo português pobre e submisso, copiando as tradições católicas do passado. Portanto, uma “missão” não militar, mas educativa. Mesmo na sua acção política, há uma “missão” educativa. Não é condutor de povos no sentido militarista, mas um governante que quer ser paternal, providenciador da disciplina e obediência aos chefes, como condição para a paz de espírito. A esta “missão” eminentemente educativa, estavam sempre associadas as tarefas de reconstrução, mas concomitantemente o sacrifício, a virtude, a devoção à Pátria e o desinteresse pessoal:

“Vencer o atraso de dezenas de anos, reconstruir a vida nacional, organizar o que era inorgânico e desordenado, criar a consciência duma possibilidade de engrandecimento que, embora assente no património antigo, tem de ser construído por nossas mãos. Exige tais sacrifícios, tais virtudes, tão elevada devoção, apela para sentimentos tão puros e desinteressados que se dão grandeza à Revolução nacional, apresentam, também, dificuldades enormes. (...) Aceitar de boa vontade esses mesmos sacrifícios, chegar a amá-los é quase virtude de santos” (Salazar, 1959: 30).

A irracionalidade que ainda hoje domina a personalidade e a vida de Salazar é extensiva à controvérsia sobre o seu apego/desapego ao poder. Paradoxalmente, lutou pelo poder, foi-lhe dado, mas não se banquetear com ele.²³⁰ Durante os trinta e oito anos

²²⁹ Consideramos aqui poder na sua expressão mais acabada sob a forma de Estado. Para Weber o exercício do poder é “luta, conquista de aliados e de um séquito voluntário” (Weber, 1964: 1096- 1097).

²³⁰ “No dia em que eu abandonar o poder, quem voltar os meus bolsos do avesso, só encontrará pó” (Salazar, *apud* Nogueira, 1985: 383). O último volume dos *Discursos* de Salazar é publicado em 1965. A

que esteve à frente do País falou muitas vezes em abandonar o poder, mas cada vez se agarrava mais a ele. Sempre fez tudo “para o ter, manter, vitalício, impartilhável, inesgotável” (Dacosta, 2000: 14).

A sua determinação é clara: vai com ele construir um projecto de regeneração da pátria a que chama “dever” e entrega-se inteiramente a ele. Não aproveita o mando para acumular riquezas ou distribuir benesses ao seu clã familiar ou relacional,²³¹ como sucedeu nos restantes ditaduras.

Numa prática seminarística que continua a pautar a sua vida *extra muros*, os seus familiares mais próximos continuam na aldeia onde nasceram e com raros contactos. Apenas nas férias, tantas vezes interrompidas com assuntos do Estado, tem ocasião de privar com eles, mas mesmo assim adquiriu uma casa ao lado da de seus pais com logradouro, quintal, parreiras e tanque de água e comprou uns terrenos que cultivava autonomamente. Talvez devido a esse isolamento voluntário, se tecessem tantos romances à sua volta, sem o respectivo aval documental.²³² Os seus colaboradores mais próximos (Pinto, 1993) são unânimes em afirmar que Salazar era um homem educado, mas só,²³³ sem amigos, com raros ataques de fúria e totalmente absorvido pelos assuntos do Estado, sem confidenciar a ninguém os seus desígnios. Os seus adversários políticos traçam-lhe um retrato semelhante:

“O Dr. Oliveira Salazar é um homem do povo, feito à custa do próprio esforço (...) Bisonho, avesso às relações fáceis com os contemporâneos da escola, naturalmnte misógino, refugiado no seu orgulho como um cágado dentro da concha protectora, conservou-se sempre um quási isolado, calcando implacavelmente os seus próprios sonhos com o cilindro de uma alma fria, tristemente despida das ilusões da mocidade. Foi sempre assim: poucas

partir desta data, podemos encontrar o conteúdo destes discursos no sexto volume da obra de Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros de 1961 a 1969, intitulado *Salazar. O Último Combate (1964- 1970)*.

²³¹ As suas quatro irmãs nunca foram beneficiadas com a ascensão política de Oliveira Salazar (Garnier, 1952: 33). Igualmente as duas crianças, afillhadas, familiares da governanta, com quem conviveu algum tempo, na residência de S. Bento até casarem.

²³² Uma das obras mais bem conseguidas em linguagem cénica é a peça de teatro de Martinez Mediero, M.. (Cf. Martinez Mediero, 1991).

²³³ Salazar quando entrou para o governo trouxe a governanta da casa que partilhava com Cerejeira, a D. Maria, senhora que reunia as condições “canónicas” para estar ao serviço dos clérigos.celibatários. Tinha sido governanta do paço episcopal de Viseu e foi a ela que confiou o governo da sua casa, em S. Bento, até à sua morte.

amizades e nenhuns amores; exagero inconsciente do seu proprio valor; insensibilidade devida ao isolameto (Leal 1930: 43).

De vez em quando faz um balanço do seu governo²³⁴ e não aparenta haver em seu entender razões de renúncia. Pelo contrário: encontra sempre razões para prosseguir a sua obra que considera ainda inacabada. Assim, no fim da segunda guerra mundial: “Andámos já dezoito anos e parece que não estamos cansados da viagem. Pois ao atravessar a meta para nova caminhada, com a plena consciência de que não realizámos tudo o eu sonhámos, mas de que muitos sonhos de outrora já são realidade (Salazar, 1951: 77).

Em meados dos anos cinquenta torna a fazer novo balanço e as conclusões são semelhantes:

“ (...) tenho lido que trinta anos é um período longo na vida de um país e que o seu simples decurso se afirmaria por obra de relevo. A asserção parece ingénua e admitimos que não tenha intuitos maldosos: fora da natureza o tempo não cria nada – só desgasta e destrói. O problema é outro e consiste em saber: primeiro se por outros processos se teria ido mais longe do que se foi e em segundo lugar se as bases postas permitem resolver o muito que anda falta e faltará fazer” (Salazar, 1959: 406).

A sua postura perante o poder continua a ser a mesma: a continuidade sem rupturas. Toma conta das pastas governamentais consoante as conjunturas políticas são mais ou menos favoráveis ao cumprimento da sua “missão”. Parece não confiar em ninguém.²³⁵ Sozinho, assume as maiores responsabilidades, embora coadjuvado pelos seus mais fiéis colaboradores de quem exige o máximo de fidelidade aos princípios que constituem a essência do Estado Novo, a que chama “meia dúzia de princípios que se podem considerar imperativos da Nação, condições ou fins essenciais do agregado nacional” (Salazar, *ibid.*: 406).

²³⁴ É interessante notar que Salazar nestas reflexões tem como ponto de partida a instauração da Ditadura Militar, 28 de Maio de 1926 e não a sua entrada para o governo em 1928. Igualmente nunca fala de renúncia, ou de sucessão.

²³⁵ Em Novembro de 1943 escrevia Salazar no Prefácio do 3.º Volume dos seus Discursos: “ (...) aqueles que oriundos dos vários meios constituem o que deveria esperar-se ser a classe dirigente, falham em geral como condutores do povo e portadores de pensamento político. De onde ser em Portugal a Nação acessível a todos e o Estado a muito poucos ” (Salazar, 1959: IX).

Este primeiro período que seleccionámos, 1928-1936, tem, como marcos cronológicos, a definitiva tomada de posse de Oliveira Salazar como Ministro das Finanças e, como termo, o começo da guerra civil de Espanha. Esta data não é escolhida de forma aleatória. Na própria leitura de Oliveira Salazar, a partir daí, a situação internacional pode colocar a sua “missão” em risco e a prioridade passa a ser dada à política externa: “anda perturbada a atmosfera internacional e (...) os países que desejariam manter-se alheios às grandes contendas não vêm outro meio de salvaguardar a sua independência, a sua vida e os seus interesses de nação, senão já trabalhando intensamente fora dos quadros nacionais.” (Salazar, 1937: X-XI).

Estes primeiros oito anos foram determinantes para a implementação da sua “missão” pedagógica, porque venceu as principais forças opositoras da Primeira República, conseguiu que os militares lhe entregassem o poder, institucionalizou o Estado Novo pela Constituição de 1933, consolidou as novas estruturas educacionais e lançou as bases legislativas da organização corporativa: “Modestamente, sem alaridos sem invejar ninguém, por nossas próprias forças e recursos fomos reconstruindo o lar pátrio, fazendo pacificamente a nossa revolução social e política, com mira em melhorar e engrandecer o que é nosso, valorizar o que somos na Europa e no mundo (...)” (Salazar, *ibid.*: XI).

A Ditadura Militar foi um golpe castrense, sem projecto nem programa definido, aproveitando-se de um regime parlamentar da Primeira República, à deriva. A sua estabilidade foi, desde o início, posta em causa pelos próprios militares em luta pelo poder. Tratava-se de uma ditadura sem ditador. Oliveira Salazar, com um projecto político e doutrinário bem definido, não tem ambições nem capacidade para conquistar o poder à ponta da espada. A melhor estratégia é esperar pela sua hora. Tem por “missão” pedagógica o ressurgimento de Portugal tradicional católico. O momento e o processo pertencem-lhe. Quando considera oportuno, dá o primeiro passo, aceitando ser ministro das Finanças, num governo da Ditadura Militar.²³⁶

Meticulosamente, vai escolhendo as melhores ocasiões e percorrendo, sem pressas, as etapas que o vão levar ao poder.

²³⁶ “No retrato político e intelectual de Salazar que esboça na sua *História da Revista de Legislação e Jurisprudência*, Guilherme Braga da Cruz demonstra à sociedade que a segunda ida de Salazar para o governo (1928) correspondeu a um seu desejo profundo, que o levou a intervir sistematicamente no debate político - financeiro em curso nele se posicionando numa forma que equivaleria a candidatar-se ao lugar de Ministro das Finanças ” (Barreto e Mónica, 1999: 325).

1. GANHAR VISIBILIDADE

A primeira tentativa de entrar no governo da Ditadura Militar em 1926, tinha redundado num aparente fracasso. Permanece apenas quatro dias, não obstante já nessa época dispor do apoio da imprensa conservadora, com especial relevo para o jornal oficial da Igreja Católica *Novidades*²³⁷ e da União do Comércio e da Indústria que representa o patronato.²³⁸ Regressa à sua cátedra de Coimbra, mas não renuncia à política. Através da tribuna que a Igreja católica colocou à sua disposição, o mesmo jornal diário *Novidades* continua, como candidato do Centro Católico, a zurrir na política financeira que estava a ser implementada pelo governo, esperando novas oportunidades.²³⁹ Não dispo de um partido forte para o alcandorar ao poder como Mussolini ou Hitler nem de uma vitória militar como Franco, dispõe de hábeis dotes de orador, forjados no seminário²⁴⁰ e uma maneira civilizada de estar para a qual foi também adestrado.²⁴¹

O convite para a definitiva entrada no governo vai partir do general Carmona, recém-eleito chefe do Estado em 18 de Abril de 1928. Os principais jornais diários continuam a apoiá-lo, pois estão na mão de grandes grupos económicos²⁴² e/ou da igreja católica. Que ligações existem entre o advento de Salazar e os grandes grupos económicos portugueses?

Embora não existam provas documentais históricas de uma ligação directa de Salazar aos grandes grupos económicos desta época, os contextos político-económicos favoreceram o seu advento. No plano político-institucional representa a modalidade nacional de superação autoritária da crise em que se debatiam os sistemas liberais em geral e o português em particular, desde finais do século XIX. No plano económico-

²³⁷ Órgão oficial da Igreja Católica portuguesa, desde a primeira hora fez o lançamento de Oliveira Salazar e como jornal “militante” apoiou-o (Cf. Matos, 2003).

²³⁸ “Em Dezembro de 1923, enquanto o País de debate desde 1920 com uma crise financeira que acarretou, nomeadamente, uma severa desvalorização do escudo, o professor de Economia Política de Coimbra expõe perante o Congresso das Associações Comerciais e Industriais de Portugal - um plano de recuperação das finanças públicas, centrado antes de tudo na redução destas. O professor seduz pela competência; aparece como um possível homem providencial para o bem da Nação e do Comércio reunidos” (Georgel, 1985: 52).

²³⁹ « Envenenou sistematicamente a vida e a gestão do Ministro das Finanças, o general Sinel de Cordes, com as suas críticas acerbas » (Harsgor, 1975 : 67).

²⁴⁰ “Salazar é um comunicador hábil que nesta época recorre aos discursos às notas oficiosas e às entrevistas para conseguir os seus objectivos” (Matos, 2003 : 7).

²⁴¹ No Seminário o candidato preparava-se para assumir outro *status* social com as lições de Civilidade que o ensinavam a comportar-se em público de acordo com o seu novo estatuto social.

²⁴² Estão neste caso o “Diário de Notícias”, “O Século”, “Diário de Lisboa”, “Comércio do Porto”, “Primeiro de Janeiro” e “Jornal de Notícias” (Cf. Matos, *ibid.*: 10- 11).

social uma plataforma simultaneamente de várias direitas da direita antiberais e antcomunistas e dos distintos grupos sociais dominantes em torno de um projecto mínimo de “ordem” política e financeira susceptível de enquadrar, salvaguardar e compor interesses e estratégias contraditórias (Rosas, 1994: 10-11).

Eis um retrato sócio-económico de Portugal na entrada da década de trinta:

“(…) essencialmente rural, (…) onde se articulavam contrastando um oceano miserável e sub-produtivo de pequenos agricultores camponeses semiproletários e assalariados e uma influente oligarquia agrária, ciosa da conservação dos seus privilégios; onde um pequeno núcleo de indústrias e industriais modernos ombreava com uma multidão de pequenos industriais e artesãos servidos por um operariado subexplorado (...); com uma poderosa elite de grandes financeiro escorados no *import- export* e no comércio colonial dos quais dependia quase todo o resto (...); onde nas poucas cidades dignas desse nome, por sobre um sector terciário, digno desse nome, pontificava um restrito escol universitário ou de quadros das Forças Armadas ligados às profissões liberais, à terra e aos negócios, monopolizando praticamente a vida política e a alta burocracia do Estado ou da administração local” (*ibid*: 17).

Para a Igreja Católica trata-se de um filho seu:

“ O Doutor Salazar com efeito é um dos mais poderosos espíritos de Portugal. Não é um repetidor vulgar das ideias dos outros: assunto por ele estudado é assunto esgotado. (...) A sua inteligência é uma das e melhor quilate da nossa universidade e portanto do País (...). O seu carácter é de diamante direito e firme como ele. É da velha raça de que falava o Doutor Sá: dum só rosto duma só fé. Mas com ser de diamante não é duro - porque uma vaga tristeza e um profundo sentimento cristão o temperam de que não sei que tímida delicadeza e envergonhada afectuosidade. O seu coração é como uma rara flor que concentrasse e escondesse o seu perfume e brilho de olhos curiosos e frívolos sob uma leve camada de neve - neve que só pede um bafo quente de afecto para se derreter (Cerejeira, *Diário de Coimbra*, ano IV, n.º 180, 24/10/1925).

Não só vai equilibrar as finanças, mas vai ajudar a recuperar o seu prestígio institucional e social:

“Diga aos católicos – apela na véspera da sua tomada de posse, no jornal “Novidades” – que o meu sacrifício me dá o direito de esperar que sejam de entre todos os portugueses os primeiros a pagar os sacrifícios que eu lhe peça” (*Novidades*, 27 de Abril de 1928, 1).

Os jornais republicanos, nessa altura, já estavam fora do combate, devido à censura imposta pela Ditadura Militar.²⁴³

Despretensiosamente definindo-se “pobre, filho de pobres” (Salazar, 1919: 13), parece não fazer sombra a ninguém. A modéstia, *habitus* seminarístico, escondia segundo um dos seus poucos confidentes, receios de enfrentar o público²⁴⁴ e uma grande instabilidade (*ibid.*: 94- 95). Em cada discurso vai vincando que o país economicamente está no caminho da salvação, mas sem nunca se apregoar o salvador.²⁴⁵ Deixa à imprensa a função de tecer os elogios. Ele apenas faz questão de exaltar o patriotismo e heroicidade do “bom povo português” a quem tem de pedir todos os sacrifícios e se deve o “milagre” do reequilíbrio das Finanças. É uma estratégia que vai conservar durante os 38 anos.

Fiel ao princípio de que são as elites que hão-de impulsionar o governo da Nação, o primeiro alvo desta doutrinação são as chefias militares e os representantes das Câmaras Municipais. As forças armadas, na conjuntura após a revolução de 28 de Maio, detêm o poder. São uma instituição de tutela, de defesa e com um passado de intranquilidade e de constantes ameaças ao poder político.

Meticulosamente há que conquistá-las, doutriná-las, atraí-las para a sua causa. Esta prioridade metodológica não o impede que, logo no primeiro discurso, se refira ao povo português, romanticamente, como protótipo de ruralidade e singeleza que afirma lhe são caras. Contudo, na hora da acção sabe que em primeiro lugar tem de conquistar as elites militares.

²⁴³ “Quanto aos jornais que apoiaram os homens da I República, estes acompanham o ocaso dos líderes a que estavam ligados: “O Mundo”, “A Luta”, “A República” e o “Rebate” apenas para citar os mais importantes tinham já nesta fase, encerrado ou suspenso a publicação ” (Matos, *ibid.*: 11).

²⁴⁴ “Hoje como outrora mantém aquela forma de orgulho que sempre lhe faz recear secretamente o ridículo ” (Garnier, *ibid.*: 28).

²⁴⁵ Depois de lhe ser entregue o poder, desmente esta atitude, quando, por exemplo, é afixado obrigatoriamente nos cinturões da Mocidade portuguesa um S, sigla do nome de Salazar e quando nos livros obrigatórios do ensino primário se apresenta aos alunos Salazar, como o salvador da Pátria.

Atrair os militares, tanto os que exercem funções governativas, como os que estão na retaguarda e colaborar com eles até ao seu regresso à caserna, de modo a assegurarem apenas a ordem nacional, vai ser o primeiro passo.

Até 5 de Julho de 1932, data em que assumiu as funções de Presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar proferiu oito discursos. Dois elementos estão sempre presentes: a doutrinação oportuna dos auditórios e condenação do regime políticos anteriores. São discursos de teor político proferidos em tom paroquial em que o pastor com uma grande responsabilidade de salvar o seu rebanho pede a colaboração das suas ovelhas, embora cômico da sua legitimidade, por delegação superior.

Quadro nº 6 - Centralidade dos discursos de Salazar, 1928-32.

Passado	Presente	Futuro
<i>1.ª República.</i>	<i>Ditadura Militar</i>	<i>Estado Novo</i>
Fonte de todos os males	Caminho da redenção	Pátria regenerada
Desordem e mentira	Sacrifício e verdade	Moral tradicional, cristã,
Liberalismo	Nova “ordem”	Ditadura Nacional
Democracia Parlamentar	Disciplina e obediência	Poder executivo forte

A partir de 1932 em que toma as rédeas do governo os conteúdos e os auditórios são mais diversificados.²⁴⁶ Os adversários políticos vão ficando pelo caminho. Ele permanece firme na implantação da sua “missão” pedagógica. Sem milícias armadas, sem exército, sem aniquilar ninguém *manu militari*. Apenas doutrinando as chefias militares e civis e esperar a sua altura oportuna.

2. DAR NOVO RUMO À DITADURA MILITAR

Aparece como homem só, descomprometido dos partidos²⁴⁷ e apenas comprometido com o dever de ressuscitar a Pátria. Única ambição: levar a nação a reencontrar o rumo nacional. A partir dos anos trinta, começa a desvendar o véu.

²⁴⁶ A doutrinação do exército deixou de ser a primeira preocupação de Salazar. De 1928 até 1932, dos sete discursos pronunciados, quatro foram especificamente dirigidos às chefias das Forças Armadas.

²⁴⁷ Era esta a doutrina da Igreja Católica e Oliveira Salazar sempre a tinha defendido durante a sua militância no Centro Católico. “O Centro, - organização informada por princípios superiores está acima e preferências políticas e partidárias e o seu objectivo é a defesa dos direitos da Igreja. Todos os filiados do

A curto prazo, torna-se imperativo a tomada do poder e a reconversão da Ditadura Militar, numa Ditadura Nacional. É um objectivo que está no seu horizonte, desde a primeira hora e não o esconde:

“Tem a Ditadura de dotar o País com novo Estatuto Constitucional, criador de nova ordem politica. É o pensamento e a necessidade de quantos povos recorreram à ditadura, como remédio supremo para grandes males” (Salazar, 1935: 16).

Baseando-nos, fundamentalmente no conteúdo dos primeiros oito discursos do *corpora* discursivo Oliveira Salazar, podemos afirmar que se trata de um doutrinador e ao mesmo tempo um homem de acção. A doutrina prepara o terreno para lançar a “boa” semente.²⁴⁸ Sendo a sua “missão” ao mesmo tempo doutrinal e executiva com a destreza evangélica do sementeiro e a meticulosidade de clérigo, vai desbravando o terreno bravo, para inculcar a sua “missão” de “salvar” a pátria.

A estratégia discursiva para convencer os auditórios da necessidade imperiosa de transformar a Ditadura Militar numa Ditadura Nacional é de carácter dualista:

- confronto entre ordem e desordem, ou entre regime parlamentar e ditadura;
- desconstrução das principais matrizes da Primeira República laicas e universalistas;
- apelo paternalista à honra e prestígio militares para que sejam seus parceiros nesta missão.

Para cumprir esta missão específica tinha de tomar as rédeas do poder, mas sem hostilizar os militares. Na verdade durante 40 anos, assim aconteceu:

- foi pela mão do Presidente da República, general Carmona, que foi convidado para a Presidência de Ministros;²⁴⁹

Centro *venham donde vierem* têm de abster-se da actividade política, quanto a questões de regime e exercer a sua acção no sentido de conquistar para a Igreja os direitos que lhe assistem, pois *só assim se serve a Igreja*, nossa mãe espiritual” (*Correio de Coimbra*, ano III, n.º 149 de 14/03/1925).

²⁴⁸ Parábola evangélica que, pensamos se adequa a este período de permanência de Oliveira Salazar no governo. Oliveira Salazar lança agora a “boa semente” para na altura da ceifa separar o trigo do joio e fá-lo-á inexoravelmente (Salazar, 1935: 143).

²⁴⁹ “Em 1932 consumou-se a ascensão de Salazar. A 27 de Abril, quarto aniversário da sua posse nas Finanças, Carmona impôs-lhe a Grã - Cruz da Ordem do Império Colonial. E a 28 de Maio, dia dos seis anos da Ditadura (...) fez do seu mais estimado ministro o primeiro civil a receber as insígnias da Grã -

- o mesmo Presidente da República para além de ponte entre as forças armadas e o governo foi durante o seu mandato um fiel legitimador da sua “missão” pedagógica;
- até remeter os militares para a caserna, serviu-se estrategicamente das forças militares como suporte do edifício unitário e corporativo que pretendia construir autonomamente, segundo os desígnios da sua “missão” pedagógica de “salvar” a Pátria. As forças armadas foram sempre o garante da nova ordem que o regime pretendia implantar.

De Carmona recebe sempre todo o apoio político e solidariedade. A sua elevada posição na estrutura militar e a sua ambição pelo poder transformam-no em pedra basilar do novo regime.

3. DESCONSTRUIR AS MATRIZES POLÍTICAS REPUBLICANAS

Enceta a sua missão pedagógica, desconstruindo as estruturas da sociedade republicana desordenada e construindo outro modelo matrizes que vai levar à formação de um regime que reponha no país a “ordem”.

A leitura que Oliveira Salazar apresenta aos militares dos governos anteriores à Ditadura Nacional é de cariz moralista e demolidor:

“Nós podemos culpar o Estado que os procedeu de dois crimes graves: - obliterar nas consciências o sentimento nacional; separar da função de governo a política e de uma e de outra a moral: ficou-se em tais circunstâncias sm norte e sem limitações a todos os desregramentos da vontade” Salazar, 1937: 4).

Embora sem citar, afina o seu pensamento pelas Cartas Encíclicas (Parte II, Cap.º 3.º) e pela doutrina oficial da imprensa católica portuguesa²⁵⁰ e longe de uma análise histórica congruente, zurze irracionalmente nos regimes que à altura eram considerados os principais adversários da Igreja católica: o liberalismo constitucional e o socialismo republicano.

Cruz da Torre e Espada, mediante subscrição lhe foram oferecidas por numerosos oficiais da Marinha e do Exército.” (Barreto e Mónica, *ibid.*: 32).

²⁵⁰ “Republicano e incrédulo (..) depois a graça de Deus iluminou-o – e converteu-se. Tendo reconhecido o Senhor, não regateou com Ele. Que quereis que eu faça, Senhor? - Abandonou prontamente o serviço da República e consagrou-se somente a trabalhar pelo triunfo do Reino de Deus no nosso País ” (Cerejeira, *Correio de Coimbra*, ano IV, n.º 180 de 24/10/1925).

“ aos homens que sentem sobre si o peso da direcção dos povos ensinou-lhes a história, quando não a observação própria, coincidir a decadência com certas manifestações mórbidas das inteligências e das vontades com a pretensa emancipação do jugo de regras superiores impostas ao homem e derivadas da sua natureza e dos seus fins últimos” (Salazar, 1935: XXII – XXIII).

É a mesma visão escatológica e pessimista da natureza humana corrompida que torna o homem eterno devedor contraposta à visão natural e livre rousseauiana.

Oliveira Salazar faz a sua apresentação oficial como Ministro das Finanças, vincando a legitimidade das funções que exerce. “V. Ex.cia (o Presidente do Ministério) dá aqui testemunho de que o Conselho de Ministros teve perfeita unanimidade de vistas a este respeito e assentou numa forma de íntima colaboração com o Ministro das Finanças (Salazar, 1935: 4). Não é um usurpador ou conquistador bélico que assume funções, mas um convidado pelo poder legítimo.

No seu primeiro discurso oficial²⁵¹ pronunciado em 27 de Abril e 1928, pelas suas palavras e a determinação com que foram proferidas, compreende-se que a sua “missão” era mais abrangente, do que a do cargo que ia desempenhar. Ao mesmo tempo que lança o repto do saneamento das contas públicas, vai lançado os alicerces doutrinários da “nova ordem” que vai ser traduzida na construção ideológica, do Estado Novo, com a complacência dos militares que o tinham chamado ao governo.

Oliveira Salazar apresenta o seu programa de “Salvação Pública” (Madureira 2000: 78) que inclui uma taxa progressiva sobre os salários, gratificações e demais participação dos lucros dos estabelecimentos e serviços do Estado para os funcionários públicos, quer no activo, quer aposentados. Esta taxa oscilava entre os 2 e os 25%, consoante os rendimentos (Decreto n.º 15.446, *Diário do Governo*, n.º 109, I Série, de 14- 5- 1928). Tem o apoio do Presidente da República General Carmona, uma personalidade ambígua²⁵² que durante todo o seu mandato, vai avalizar não só os governos do Estado Novo como as suas determinações políticas.

²⁵¹ Pronunciado em 27 de Abril de 1928, na presença dos membros do governo, no acto da sua posse como ministro das Finanças.

²⁵² Não obstante as suas indefinições antes e após da Revolução de 1926, Oliveira Salazar tão demolidor em relação aos regimes anteriores, sempre lhe teceu os maiores elogios.

Traça, depois, sem admitir contraditório, os princípios da sua governação, impondo um “método de trabalho” (Salazar, 1935: 4-5) em quatro parâmetros, para a resolução do problema financeiro Não se desvia, por enquanto da sua esfera de acção “a nossa vida financeira e com ela a vida económica nacional” (*ibid.*:4). para a qual tem mandato. Contudo, exige um voto de confiança na sua pessoa que se confunde com a sua “missão de salvação” e os sacrifícios que lhes vai pedir para a concretizar:

“ (...) pouco mesmo se conseguiria, se o País não estivesse disposto a todos os sacrifícios necessários e a acompanhar-me com confiança na minha inteligência e na minha honestidade - confiança absoluta, mas serena, calma, sem entusiasmos exagerados nem de ânimos depressivos” (*ibid.*: 5).

Não rejeitando o seu estatuto de simples membro de um Governo, propõe-se elucidar “os motivos e a significação de tudo” mas, adverte, sem reticências:

“sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais, que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando chegar a altura de mandar” (*ibid.*: 5-6).

Tem, portanto, bem presente a sua “missão” e para a cumprir, define as regras de jogo,²⁵³ por enquanto, como simples Ministro das Finanças para a qual está legitimado. Tudo no cumprimento estrito da lei e obediência aos chefes, como é timbre de um ex-clérigo.

A estratégia clerical da humildade está também sempre presente: “Asseguro-lhes que não tiro deste acto vaidade ou glória. (...) Faço-o ao meu País, como dever de consciência, friamente, serenamente cumprido.” (*ibid.*: 3-6).

²⁵³ - direito de fixar o máximo da dotação de cada ministério;

- direito de veto em relação a todos os aumentos de despesa;

- direito de exame prévio de todas as iniciativas com repercussão directa sobre receitas e despesas;

- direito de colaboração com os outros ministros nas medidas relativas à redução de despesas e à arrecadação de despesas.

Era uma exigência ministerial a condicionar todo um governo ditatorial, mas face à situação crítica em que se encontrava o País, o governo acedeu.

Ainda no decurso do ano 1928, pronuncia o discurso oficial de apresentação, para os oficiais do Exército. Salazar depois de ter discursado para os membros do governo discursa agora expressamente para aqueles que representam a instituição militar que derrubou o regime parlamentar e sustentam o governo da ditadura militar do qual faz parte. É o território do sagrado a invadir o espaço político.

Embora escondendo o agente sob a capa de humildade, é firme e determinado em traçar o panegírico da “missão” deste agente - ele próprio, Oliveira Salazar:

“Represento uma política de verdade e de sinceridade, contraposta à política de mentira e segredo. Represento a política do bom senso contra a dos grandiosos planos; Represento uma política de administração tão clara e simples, como a que pode fazer uma dona de casa, política comezinha e modesta (*ibid.* 10).

Neste discurso, proferido em tom doutrinal, Oliveira Salazar enforma as suas proposições com a capa do “bem”, contrapondo-lhes os efeitos nocivos do “mal”. Mas, Salazar, vai mais longe e assume mesmo um ar paternalista e sentimental, para captar os militares que, em princípio, só obedecem a ordens. Despe o seu estatuto de ministro e fala-lhes como um pároco da aldeia na sua paróquia.²⁵⁴

Traça o diagnóstico da crise financeira²⁵⁵ e explica-lhes as suas estratégias de actuação. Com paciência de mestre-escola, faz uma articulação entre o problema financeiro, a grave crise económica e os problemas sociais. Detém-se, apenas, no problema político. Como seminarista disciplinado em não ultrapassar a ordem estabelecida, prudentemente abstém-se, por enquanto, de propor as melhores soluções políticas. E remata: “não estou autorizado a fazer declarações políticas, nem agora é o momento de versar este problema” (Salazar, 1935: 16).

Ainda não tinha chegado a hora de, abertamente, falar da construção dos alicerces políticos da Nova Ordem - o Estado Novo, porque ainda não estava legitimado

²⁵⁴ “esqueçam V. Ex.as por um momento que são oficiais, eu esquecerei que sou ministro do Governo. E assim as minhas palavras não terão ar de discurso mas de simples conversa familiar de inteligência para inteligência de coração para coração” (*ibid.*: 11).

²⁵⁵ A situação financeira era mesmo desastrosa: o total dos défices acumulados nos últimos dez anos atingia os dois mil e quinhentos milhões de escudos; o Tesouro devia ao Banco de Portugal mil e quinhentos milhões de escudos; os Títulos do Tesouro em circulação passaram em dez anos de trinta e três milhões para mil e duzentos e quarenta e cinco milhões de escudos; a dívida flutuante ao estrangeiro subiu, nos últimos dez anos, de vinte e sete milhões, para cento e quarenta e sete milhões de escudos. (Georgel, *ibid.*: 55).

para o fazer. Prefere, pois, regressar à sua tónica discursiva, repetindo que o esforço de equilíbrio das contas públicas exige o sacrifício de todos.²⁵⁶

Para vincar o significado escatológico deste sacrifício, utiliza uma linguagem metafórica, em que mais uma vez o espaço do sagrado invade o espaço profano:

“Sacrifícios e grandes temos nós já feito até hoje e infelizmente perdidos para nossa salvação; façamo-los agora com finalidade definida, integrados em plano de conjunto e serão sacrifícios salutares. É a ascensão dolorosa de um calvário. Repito: é a ascensão dolorosa de um calvário. No cimo, podem morrer os homens, mas redimem-se as pátrias!” (*ibid.*: 18).

A conexão entre os sacrifícios pedidos e a “missão” de salvação da Pátria salta à vista. Oliveira Salazar pegou num país doente e assume-se como alguém que tem uma missão definida de salvação e que para já, tem legitimidade para pedir sacrifícios “salutares”. Um pregador não argumentaria melhor.

Gradativamente, numa estratégia de conquista das estruturas do poder estabelecido era preciso conquistar não só a elite militar, mas, também, a elite municipal, para esta política de sacrifício e redenção da Pátria.

4. CONSTRUÇÃO DOS ALICERCES DO ESTADO NOVO, SUPORTE DA SUA ACÇÃO EDUCATIVA

A ocasião oportuna foi novamente o agradecimento às Comissões Administrativas dos municípios em 21 de Outubro de 1929, na Sala do Conselho do Estado, pela participação na homenagem que lhe havia sido prestada. O mesmo pretexto - o agradecimento - um sentimento que expresso por um homem do governo é irrecusável.

Neste seu terceiro discurso oficial, Oliveira Salazar começa por um exórdio direccionado à captação do auditório, com dois argumentos irrecusáveis:

- pensou recusar estar presente, mas que isso podia ser considerado orgulho da sua parte (*ibid.*: 22);

²⁵⁶ “Esse equilíbrio conquista-se com aumentos de receitas e redução das despesas; exige, pois, sacrifícios” (*ibid.*: 17).

- queria auscultar o que o pensam “nas profundezas da sua alma sã, as cidades, as vilas, as serras e os campos de Portugal” (*ibid.*).

Sintetiza, depois, (*ibid.*: 23) qual é o seu projecto para a renovação e reforma do País, em contraposição com os sistemas de administração pública anteriores: uma política de verdade, uma política de sacrifício e uma política nacional. E passa a explicar em que consiste cada uma delas.

Política de verdade dos governantes para com a Nação. Embora reconhecendo que as ditaduras não são governos de opinião, porque não recebem da opinião pública a sua força devem-na orientar, formar, esclarecer no sentido do bem. Política de verdade da nação para com os governantes, no sentido de subordinarem a resolução dos casos individuais aos interesses colectivos e vice-versa. Política de verdade na administração pública “impõe atitudes mentais e morais definidas em face de certos problemas” (*ibid.*: 26).

Cada uma destas explicações, termina com a demonização das políticas anteriores, que contrapostas à política de verdade foram políticas de erro, de mentira, de desordem que não era evitada ou castigada pelo exército. E novamente Salazar coloca prioridades nesta teoria de salvação nacional: “mas, mais importante que a actividade legislativa é a radicada atitude de espírito (...)” (*ibid.*: 29).

A política do sacrifício implica o sacrifício da geração presente ao futuro da Pátria; implica o sacrifício dos rendimentos e não dos capitais, que significa “não deixar sacrificar umas às outras as diferentes classes da nação, e sujeitá-las, igualmente, a todas as restrições impostas pela salvação comum” (*ibid.*: 33).

Política nacional que implica uma atitude nacionalista dos governantes e pode ser sintetizada no lema: “nada contra a Nação, tudo pela Nação” (*ibid.*: 34). Oliveira Salazar pretende transformar o país pobre e doente, numa outra realidade histórica e social: a Nação.

Este lema que vai ser repetido até à exaustão vai estar presente em todos os locais de trabalho ou de lazer. Consequentemente também na escola. A Nação é concebida como realidade histórica e realidade social:

“Nela estão incorporados e por ela vivem os indivíduos, as famílias, os organismos privados e públicos. E na unidade resultante da sua integração e da

concordância profunda dos seus interesses, ainda que às vezes aparentemente contrários não há que separá-los ou opô-los, mas subordinar a sua actividade ao interesse colectivo (*ibid.*).

Na lógica de Oliveira Salazar implica ainda uma atitude nacionalista dos governados que impõe também “uma atitude, um sentimento nacional - com a disposição de trabalhar pela nação , o apreço, o amor do que é português” (*ibid.*: 35).

Esta norma, como corolário lógico do princípio exposto vai ser instituída em todas as actividades da vida portuguesa, inclusivé na acção educativa e na instrução.

Mas a política nacional não ficaria completa, se a nação não fosse dotada de um novo estatuto constitucional que lhe desse uma nova ordem política. É o pensamento e a necessidade de quantos povos recorreram à ditadura, como remédio supremo para grandes males (*ibid.*: 37). Oliveira Salazar defende “esta expressão jurídica da Nação na realidade sua vida colectiva” (*ibid.*), mas fiel aos seus princípios da virtude da prudência clerical, remata: “mas, enquanto não chega a oportunidade da reforma constitucional, não devem esquecer-se os detentores do Poder de que a Ditadura não é regime de arbítrio ou prepotência, mas regime de forte, de honesta legalidade” (*ibid.*: 37).

Não quer quebrar a boa consciência de clérigo, ou sejam os vínculos de obediência à lei. Por isso mostra e defende que a salvação da Pátria só se pode operar, através da reforma constitucional e que esta será realizada a seu tempo.

Na sua linha doutrinal de médico que diagnostica a doença grave de que o país sofre, aponta os remédios para a sua cura. Por isso mesmo, mais uma vez volta, agora diante dos representantes dos municípios a abordar a reorganização financeira e económica que está em curso, para fazer a defesa intransigente do orçamento e a ditadura financeira instaurada até aqui (*ibid.*: 41).

Todo o seu discurso é dominado pela apologia da reorganização ou reconstrução material, enquanto não chega a ocasião oportuna para tratar da outra parte, a reorganização espiritual ou criação das novas mentalidades. Esta apologia termina mais uma vez com a confissão de tipo clerical: “sou apenas obreiro que trabalha com espírito

de bem servir na campanha do levantamento de Portugal e realiza, disciplinadamente, no conjunto, a parte que se lhe pede.”²⁵⁷.

No 4.º aniversário da Ditadura Nacional e usando como pretexto os cumprimentos de felicitações dos “legítimos representantes da guarnição de Lisboa” (Salazar, 1935: 45), em 28 de Maio de 1930, Oliveira Salazar aproveita para retomar a lição que havia ministrado aos oficiais havia dois anos. Este quarto discurso oficial é apenas uma continuação da matéria dada. Ele próprio não se inibe de rever o que houvera dito: “se é preciso que eu fale, necessário é que diga o que fizemos com o vosso apoio o que já cumprimos do nosso programa” (Salazar, *ibid.*: 46).

Tendo como pano de fundo as razões da sua “missão” de “salvação” da pátria, todo o seu discurso se apoia no contraste entre a “desordem” política, financeira económica e social do passado e a “batalha da ordem” (Salazar, *ibid.*: 51), nos mesmos domínios financeiro, económico, social e político. No capítulo da desordem, Oliveira Salazar define assim o passado: “antes de se haver entrado no trabalho da reorganização, uma palavra só - *desordem* - definia em todos os domínios a situação portuguesa” (*ibid.*: 47).

Para justificar esta nova ordem, mais uma vez, Oliveira Salazar apresenta uma leitura do passado com juízos de valor pessimistas e mesmo derrotistas: No campo político

“(…) o irregular funcionamento dos poderes públicos (...) as sedições. (...) A Presidência da República não tinha força nem estabilidade. (...) O Parlamento oferecia permanentemente o espectáculo de desarmonia, do tumulto, da incapacidade legislativa, ou do obstrucionismo, escandalizando o País com os seus processos e a inferior qualidade do seu trabalho” (*ibid.*).

E as invectivas continuam aos ministérios e à administração pública. Tudo era “desordem; a desordem política” (*ibid.*: 48) que gerava o cepticismo, a indiferença e o pessimismo nos melhores espíritos; a desordem económica gerava a desconfiança no

²⁵⁷ (*ibid.*: 42). Foi António Ferro, director do Secretariado de Propaganda Nacional que popularizou esta ideia de Salazar que exerce o poder contra sua vontade, “fenómeno único no mundo.” Biógrafos mais lúcidos, como C. Garnier, não se deixaram enganar: “parece ... que Salazar se preparou desde a primeira hora para assumir os mais altos cargos públicos e eu, mesmo sem querer, fico um pouco céptica, quando ele me assegura... que é indiferente ao poder” (Georgel, *ibid.*: 60- 61).

futuro de Portugal, cá dentro e lá fora. “Era inevitável que maior número de emigrantes abandonasse o País e se deprimisse o índice da marcha da população” (*ibid.*: 50).

A par dos outros tipos de desordem, a social é apresentada por Oliveira Salazar como

“um pouco a miséria, muito a indisciplina, a fraqueza dos governos, camaradagens e cumplicidades equívocas geraram a anarquia nas fábricas, nos serviços; nas ruas (...) insegurança, revolta, greve, atentado. Uma minoria audaciosa utiliza-as, para violar a justiça sem sanções” (*ibid.*: 51).

Salazar não afirma que a “ordem” está totalmente estabelecida. A construção da “ordem” que mais tarde vai qualificar de corporativa, identificada como Estado Novo, ainda estava a ser construída. Por isso chama-lhe “batalha da ordem”, que significa continuação da luta pela salvação da Pátria.

As suas palavras são bem claras sobre este processo de construção de uma nova ordem: “esforço de salvação nacional que desse a este pobre País a condição fundamental do trabalho e da prosperidade -a *ordem*” (*ibid.*).

Considera, contudo, que “pode já afirmar-se estarem construídos os fundamentos e erguidos os mais sólidos pilares da obra de reorganização” (*ibid.*: 52).

E reafirma que a Ditadura criou as condições necessárias para lançar estes pilares. Podemos, pois, afirmar que, segundo Oliveira Salazar, em dois anos da sua entrada efectiva para o governo (1930) tinha conseguido lançar os fundamentos e os sólidos pilares para haver ordem nos diversos problemas a nível nacional: problema financeiro, económico, social e político. Contudo, vai reconhecer, a seguir, que havia mais progressos nuns do que noutros.

Começa então a expor estas bases fundamentais e “sólidos pilares” nos diversos domínios:

- no campo financeiro “pagam - se velhas dívidas liquidam-se desagradáveis questões arrastadas de anos (...) para que tudo caminhe com ordem dentro da lei (*ibid.*: 53);
- no campo económico, a prova de que o país caminha para a ordem “é uma obra vasta de organização a fazer difícil para o nosso individualismo, mas necessária para o bem de todos (*ibid.*: 56);

- no problema social, onde engloba a “higiene, a assistência, a instrução, a educação e os problemas de trabalho o ritmo foi um pouco mais lento” (*ibid.*: 57).

Reconhece que genericamente nestes sectores “não chegou ainda a hora das grandes soluções” (*ibid.*). Tem a consciência do nosso atraso em instituições e leis que se relacionam com esse problema; tem a consciência da falta de meios materiais para obra de vulto:

“Daqui o pouco que se há feito e o muito que se intenta fazer. (...) Não é preciso ter como eu vindo de baixo, do povo, do trabalho, da pobreza, para sentir vivamente a inferioridade de condições de vida material e moral que usufrui em contraste com toda a Europa do ocidente o povo português” (*ibid.*: 58).

Se, por um lado, aponta os remédios dentro da sua óptica elitista, “rejuvenescimento e revigoramento de quadros sociais abertos a todos pelo direito, fechados a muitos pelas condições económicas” (*ibid.*), por outro, emerge a sua visão paroquial da assistência, educação e trabalho: “Só pode de facto obter-se por larga obra de assistência, e de educação, que se por um lado é cara, tem por outro a vantagem de valorizar o capital humano e de aumentar em grandes proporções o seu rendimento actual” (*ibid.*).

Para o trabalho preconiza remédio semelhante: livrá-lo da errada ideologia da luta de classes e seguir o exemplo das ditaduras que vão elevando as condições de vida da massa trabalhadora “sobre a base da ordem e da disciplina (...) sem espírito de partido ou de classe, mas somente em inteira subordinação ao maior interesse nacional” (*ibid.*: 59).

E continua a sua determinação em levar a sua missão até ao fim: “não há em nada regressões; há ao contrário em tudo melhorias e progressos. Mas não é só isso o que pode satisfazer-nos. O encargo que a Ditadura tomou sobre si obriga-a a ir mais longe e irá” (*ibid.*:60).

No campo político Oliveira Salazar ainda apenas Ministro das Finanças lembra as promessas do Presidente do Ministério: “ iam ser preparadas finalmente a reforma da Constituição Política e a organização nacional destinada a continuar e completar a restauração geral do País” (*ibid.*).

Disserta então sobre três posições relativas à Ditadura. Defende a doutrina de que a ditadura deve resolver o problema político português e na mesma linha de pensamento diaboliza os que não adoptam esta doutrina, argumentando que “tem “meditado longamente sobre os vários acidentes da vida pública portuguesa “ (*ibid.*: 63) e que a maior parte da culpa deriva menos da incompetência, desonestidade e ambição dos homens do passado do que dos vícios da organização social ou das deficiências nas fórmulas políticas.

A Ditadura há - de resolver o problema político português porque as fórmulas políticas do passado foram

“ (...) plantas exóticas importadas aqui. Não nos dão o governo que precisamos, lançaram-nos uns contra os outros em lutas estéreis, dividiram-nos em ódios, ao mesmo tempo que a nação na sua melhor parte se mantivera em face do Estado indiferente, desgostosa e inerte ” (*ibid.*: 64).

Questiona, depois, como a Ditadura há - de resolver o problema político português e dá imediatamente a resposta: continuando com o espírito de trabalho e disciplina para que se crie “uma mentalidade nova que é indispensável à regeneração dos nossos costumes políticos e administrativos, à ordem social e jurídica, à paz pública, à prosperidade da Nação” (*ibid.*: 65).

Como há - de fazê-lo? “ Por meio de uma obra educativa que modifique os defeitos principais da nossa formação, substitua a organização à desorganização actual e integre a Nação, toda a Nação, no Estado, por meio de novo estatuto constitucional” (*ibid.*). Novamente é relevada a “obra educativa “ mas sem referência específica à escola. Esta obra educativa tem por objectivo a modificação dos defeitos principais dos portugueses substituir a organização à desorganização. Pode deduzir-se até que a escola tem um papel importante nesta obra de regeneração ou salvação nacional mas, por enquanto, a escola ainda não foi abordada nos discursos de Oliveira Salazar como instância específica de acção educativa.

No epílogo deste discurso, Oliveira Salazar, novamente, reafirma duas ideias já repetidas:

▪ o programa da Ditadura é um “programa de salvação nacional” (*ibid.*: 66), do obrigação de todos darem a esta obra “o carinho das vossas almas de portugueses” (*ibid.*);

▪ além de ser útil à Pátria nada pretende e nada quer nem honrarias nem satisfação de vaidades nem sequer agradecimentos que, aliás, da parte dos povos vêm sempre tarde para os que governam. Termina com uma frase lapidar que podia ser o lema de um qualquer “cura das almas”: “Os homens que se habituem a cumprir sempre e só o seu dever, pouco se lhes dá do lugar que ocupam: interessa-lhes muito desempenhá-lo bem” (*ibid.*).

A 30 de Julho de 1930, na Sala do Conselho de Estado. Oliveira Salazar, perante o Governo e representantes de todos aos distritos e concelhos do País, dá um passo em frente na concretização da “revolução política”.

O evento reveste-se da maior importância no programa para “salvar” a Pátria. Pela primeira vez tem diante de si todos os representantes da Administração Pública. Até aqui, tinha-se apresentado a si e ao seu projecto de “salvação” nacional aos representantes de cada sector militar e político do país em separado. Agora consegue juntar toda a elite política.

Depois de dois anos a anatematizar o passado e a pedir sacrifícios, mas sempre restringido ao campo económico/financeiro, a primeira pedra do novo edifício político ia ser lançada. Tratava-se da promoção da União Nacional que iria ser o ancoradouro de todos os homens de boa vontade, imposto pelo poder político para permitir separar o trigo do joio. Oliveira Salazar é bem claro: “os que pensam a sério nos destinos deste País é assim que devem considerá-lo - para o apoiar ou para o combater” (*ibid.*).

Oliveira Salazar aproveita esta ocasião soberana para em jeito de catequese magistral, perante a elite política consolidar os aspectos principais da sua doutrina já inculcada noutras circunstâncias e esclarecer quais os passos a dar no estabelecimento de uma nova ordem.

Dividido em 10 capítulos começa por abordar a crise política geral. A arquitectura discursiva continua a seguir os passos da oratória sagrada. De início enumera os monstros que em seu entender abalaram ou devoraram a vida das nações:

“(…) a evolução económica e social, as revoluções, os sistemas doutrinários, as deficiências, abusos e vícios do parlamentarismo, as influências desastrosas da Grande Guerra. “Dir-se-ia que as sociedades abaladas nos alicerces históricos correm o risco de perderem a sua estrutura poderosa e a sua própria natureza antiga” (*ibid.*: 70).

Mais uma vez ressalta a sua análise mais moralista que de rigor histórico dos contextos que antecederam a Ditadura Militar de 28 de Maio de 1926:

“(…) de um lado as desordens cada vez mais graves do individualismo, do socialismo e do parlamentarismo, laivadas de actuações internacionalistas e diante de uma e outras acentua-se a passividade dos Estados e a impotência dos poderes públicos no jogo das funções constitucionais. Do outro lado o próprio instinto de conservação desperta esforços no sentido do nacionalismo e do anti-individualismo, mas arrastados na pendente natural das ideias e dos acontecimentos para extremismos doutrinários e para ditaduras francas ou disfarçadas que à parte a sua legitimação pelas necessidades do momento representam uma anormalidade também” (*ibid.*: 70- 71).

Face a esta tentativa anormal de resolver as “desordens”

“(…) a razão observadora e desapaixonada prescruta no meio de tantas confusões da época qual o caminho a seguir e presente que a salvação estaria em preparar modalidades da vida pública –constituições, digamos – pelas quais possam coexistir em paz e tranquilidade todos os elementos políticos e sociais (...)” (*ibid.*:72).

Oliveira Salazar não abdica do seu quadro de valores “pastorais” para avaliar os homens e os acontecimentos. Obcecado pela sua visão moralista do mundo diagnostica as doenças, e receita imediatamente a fórmula milagrosa e dogmática de as curar. Assim acontece em relação ao “caso português”: procura localizá-lo “nesta Europa doente, convulsa, empobrecida, desequilibrada” (*ibid.*). Defende a ditadura militar do epíteto de “conspiração de caserna” para a situar nas razões profundas do que apelida de “crise do Estado moderno” (*ibid.*). Embora classificando a sua marcha e acção de “indecisa, titubeante, irregular” reconhece que tentou “colocar o Poder em situação de prestígio e

de força, contra as arremetidas da desordem e em condições de trabalhar e de agir pela Nação (*ibid.*: 73).

No presente, afirma, estamos “no caminho da salvação e do ressurgimento. (...) Escapámos a um despenhadeiro mortal e encontramos-nos em terreno seguro, de onde podemos conquistar a prosperidade” (*ibid.*: 74). Remata:

“(..) há paz; há ordem; um espírito de vida nova anima o País. Há confiança e há crédito. Impõem-se à administração princípios de moral que completam na execução a justiça da lei (...) Aqui é que estamos; e sabendo já de onde vimos, é necessário ver para onde iremos agora ” (*ibid.*: 75).

E traça o rumo: Que fazer então?

“Tomar resolutamente nas mãos as tradições aproveitáveis do passado, as realidades do presente, os frutos da experiência própria e alheia, a antevisão do futuro, as justas aspirações dos povos, a ânsia de autoridade e disciplina que agita as gerações do nosso tempo e construir a nova ordem de cousas que sem excluir aquelas verdades substanciais a todos os sistemas políticos, melhor se ajuste ao nosso temperamento e às nossas necessidades” (*ibid.*: 76- 77).

Os princípios fundamentais da “nova ordem de coisas”, são os princípios fundamentais da *Nação Portuguesa*. A ela, aos seus interesses próprios, estão subordinadas todas as pessoas singulares e colectivas que são elementos constituintes do seu organismo. Formou-se

“(...) quase de um jacto (...) as nossas fronteiras inalteráveis desde séculos não foram fixadas a expensas de qualquer outra nação europeia (...) permitindo se afirmar mais pura a força moral da nossa independência e também da nossa expansão, (...) manifestação mundial do nosso génio civilizador. Está à ingénita, natural a substância deste nacionalismo que tem de ser a alma da conservação renascimento e progresso de Portugal” (*ibid.* 79).

5. CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO.

Salazar, face ao que verifica a nível interno e internacional, ou a fraqueza do Estado ou a sua onipotência e divinização, opta por um “Estado forte mas limitado pela moral pelos princípios do direito das gentes, pelas garantias e liberdades individuais que são exigências superiores da solidariedade social” (*ibid.*: 80). Define Portugal como um Estado que ama a paz, tem o espírito civilizador, estigmatiza a guerra ambiciosa:

“O seu sistema educativo tem de ser dominado pelos princípios do dever moral, da liberdade civil e da fraternidade humana. O Estado tem o direito de promover, harmonizar e fiscalizar todas as actividades nacionais, sem substituir-se-lhes e o dever de integrar a juventude no amor da Pátria, da disciplina, dos exercícios vigorosos que a prepare e disponha para uma actividade fecunda e para tudo o que possa exigir dela a honra e o interesse nacional” (*ibid.*: 81).

De salientar que nesta fase de reconstrução Salazar por enquanto, afirma benovolentemente:

“Por sobre as fracções do poder, os serviços, as autarquias, as actividades particulares e públicas, a vida local, os domínios coloniais, as mil manifestações da vida em sociedade, o Estado estenderá o manto da sua unidade do seu espírito de coordenação e da sua força: deve o Estado ser tão forte que não precise de ser violento” (*ibid.*).

Insiste, contudo, no fortalecimento do Poder Executivo:

“Não há Estado forte onde o Poder Executivo o não é. O enfraquecimento deste é a característica geral dos regimes políticos dominados pelo liberalismo individualista ou socialista pelo espírito partidário e pelos excessos e desordens do parlamentarismo” (*ibid.*: 82).

E aponta as suas principais funções:

- manter a existência e a honra da nação;
- assegurar a ordem, e a tranquilidade públicas;

▪ cumprir e fazer cumprir as leis, prover a tudo que seja necessário para a conservação e funcionamento do Estado (*ibid.*: 84).

Para Oliveira Salazar o espectro do liberalismo está sempre presente:

“(…) o liberalismo político do século XIX criou-nos o “cidadão” indivíduo desmembrado da família da classe da profissão do meio cultural, da agremiação económica e deu-lhe para que o exercesse facultativamente o direito de intervir na constituição do Estado. Colocou por isso aí a fonte da soberania nacional” (*ibid.*: 85).

Classifica esta posição como uma abstracção - um conceito erróneo ou insuficiente e prefere apoiar-se nos “grupos naturais” que constituem realmente a sociedade política. Portanto, a base do seu sistema político está na família “célula social irreductível núcleo originário da freguesia, do município, e portanto da Nação (*ibid.*). A família deve exercer pelo seu chefe o direito de eleger os vogais dos corpos administrativos pelo menos da freguesia, expansão natural dos fogos ou casais com os interesses comuns que lhes respeitam. É aí que encontramos o cidadão. E conclui:

“(…) pretende-se construir o Estado social e corporativo. As freguesias, os municípios as corporações morais e económicas onde se encontram os cidadãos com todas as suas liberdades fundamentais são o organismos componentes da Nação e deem ter como tais intervenção directa na constituição dos corpos supremos do Estado: eis uma expressão mais fiel que quaquer outra o sistema representativo (*ibid.*: 87).

Oliveira Salazar neste campo do progresso económico reconhece o “nosso atraso material” que atribui aos sistemas anteriores, mas preconiza que para o debelar deve proceder-se à substituição do

“(…) individualismo puro ou mesclado de socialismo, por normas e condições que tendam a orientar e fomentar activamente a produção, a desenvolver a riqueza geral, a estabelecer suficiente harmonia no meio social sob a protecção do Estado (...). Coordenar as corporações federações e confederações económicas de carácter patronal ou operário formadas espontaneamente ou por impulso do poder,

desviando-as das competições e lutas e sujeitando todas as actividades e interesses às necessidades e interesses da Nação” (*ibid.*: 88- 89).

O progresso na paz e na ordem social depende da concretização deste objectivo e de que se assegurem “os direitos e justos interesses morais e materiais das classes trabalhadoras” (*ibid.*). E retoma a diabolização dos estereótipos mais utilizados durante a desordem: democracia, liberdade, “povo soberano”

“Nós aprendemos pelo raciocínio e vimos pela experiência que não é possível erguer sobre este conceito, a liberdade, um sistema político que efectivamente garanta as legítimas liberdades individuais e colectivas, antes em seu nome se puderam defender – e com alguma lógica, Senhores! todas as opressões e todos os despotismos. Nós temos visto que a adulação das massas pela criação do “povo soberano” não deu ao povo como agregado nacional nem influência na marcha dos negócios públicos, nem aquilo de que o povo mais precisa – soberano ou não - que é ser bem governado. Nós temos visto que tanto se apregoaram as belezas da igualdade e as vantagens da democracia e tanto se desceu, exaltando-as que se ia operando o nivelamento em baixo contra o facto das desigualdades naturais contra a legítima e necessária hierarquia dos valores numa sociedade bem ordenada (*ibid.*: 90- 91).

Em contrapartida, o pensamento de Salazar sobre a liberdade ou “ser pela democracia” será:

- dar autoridade e força ao Estado para que mantenha imperturbável a ordem;
- organizar os poderes e funções do Estado “de forma que se exerçam normalmente sem atropelos ou sem subversões;”
- tornar o Estado inacessível às minorias, mas mantê-lo em permanente contacto com as necessidades e aspirações do País;
- integrar a nação de alto a baixo - família, corpos administrativos, corporações morais e económicas no Estado que será a sua expressão viva (*ibid.*: 91).

Nas relações do Estado para com a sociedade civil:

- não coarctar a livre expressão das actividades, senão no que seja reclamado pelas necessidades de harmonia e coexistência social;

▪ definir os direitos e garantias dos indivíduos e colectividades e estabelecê-los e defendê – los, de tal modo que o Estado os possa reconhecer e os cidadãos os não violem impunemente. Isto é liberdade;

- arrancar o poder às clientelas partidárias;
- sobrepor a todos os interesses o interesse de todos – o interesse nacional;
- multiplicar as instituições de assistência e educação que ajudem a elevar as massas populares à cultura, ao bem – estar, às altas situações da nação e do Estado.
- manter abertos e acessíveis todos os quadros à ascensão livre dos melhores valores sociais (*ibid.*: 92).

Portanto, a democracia e liberdade para Salazar é integrar o povo e suas organizações na vida da Nação, segundo os cânones do seu projecto da Ditadura Nacional. Os seus direitos e garantias são subordinados aos interesses do Estado que ele identifica como o interesse nacional. As instituições de assistência e educação devem ajudar a elevar as massas populares à cultura, mas a uma cultura, direccionada segundo os interesses da Nação. Porém, Salazar, fiel à sua formação clerical, traça as prioridades das suas preocupações e adverte:

“ (...) vejo nitidamente não se estar construindo nada de sólido fora de uma revolução mental e moral nos portugueses de hoje e de uma cuidadosa preparação das gerações de amanhã. Eu pergunto se na alma dos que dizem acompanhar-nos, há o amor da Pátria até ao sacrifício, o desejo de bem servir, a vontade de obedecer - única escola para aprender a mandar - a necessidade viva da disciplina, da ordem da justiça do trabalho honesto “ (*ibid.*: 94).

E continua: “vê - se que não é um programa de anjos, este; são apenas requisitos indispensáveis em homens que, propondo-se salvar o País não hão - de constituir embaraço a que ele se salve” (*ibid.*).

Apela, depois, para todos os portugueses de são patriotismo, procurando juntá-los à volta de ideias constitucionais razoáveis e justas. Refere que seria ridículo que a União Nacional se imbuísse do espírito de partido e brada que

“(…) é preciso que todos compreendam, porque estamos no momento decisivo em que vindo para nós tantos homens de boa vontade, nos hão - de abandonar muitos dos que supunham estar connosco e agora verificam surpresos que estavam equivocados “ (*ibid.*: 95).

A conclusão deste discurso é apelativa:

“Demos à Nação optimismo, alegria, coragem, fé nos seus destinos; retemperemos a sua alma forte ao calor dos grandes ideais e tomemos como nosso lema esta certeza inabalável: Portugal pode ser se nós quisermos uma grande e próspera nação “(*ibid.*:96).

Oliveira Salazar fecha este longo discurso com o bordão final de todos os discursos sagrados: “Sê-lo-á” ou por outras palavras “assim seja!” que era repetido por todos os ouvintes (*ibid.*: 96).

Fecha o ano 1930 novamente com o tema “a função, o ideal e as virtudes militares”. O pretexto para esta palestra como lhe chama Salazar foi a imposição das insígnias da grã-cruz de Cristo ao então governador militar de Lisboa, Brigadeiro Daniel de Sousa. Presente, também, o presidente do Ministério.

Novamente a humildade clerical está presente: “ é quase um escândalo, de ousadia que representa da minha parte civil e mestre – escola, desconhecedor profundo dos regulamentos da vida e da história militar “(*ibid.*: 100). Contudo divaga sobre as virtudes militares, lealdade patriotismo, exortando-os a servir a Pátria e fugir das “ideologias desvairadas”.

A missão de Oliveira Salazar não é de matriz militarista, mas de matriz redentora. Para salvar os corpos e almas dos portugueses através dos sacrifícios e criação de nova mentalidade para aceitarem o seu projecto, precisa, contudo, do exército para manter a ordem e combater as desordens.

Pedagogicamente²⁵⁸ vai repetindo a mesma doutrinação até convencer as chefias militares²⁵⁹ a entregar-lhe o poder ditatorial que impuseram, a partir de Maio de 1926:

²⁵⁸ Depois de se ter esforçado por restabelecer uma relação amigável, Salazar utiliza um dos processos pedagógicos mais utilizados na época: a repetição sistemática, como forma de aprendizagem.

“Na verdade, recordando os princípios superiores da função militar, outra coisa não pretendi que avivar no vosso espírito a alta consciência da vossa posição e a noção exacta das vossas responsabilidades”(*ibid.*: 112).

Antes de assumir o poder, havia que reforçar a doutrinação sobre o interesse nacional na política da Ditadura. O pretexto foi uma manifestação pública ao governo da Ditadura promovida pela União Nacional. A cerca de um ano da sua tomada de posse como Presidente do Conselho de Ministros, pela mão de Carmona, republicano moderado e maçom, Salazar quer deixar bem claro o que pretende do organismo político que constitui o primeiro pilar do edifício do Estado Novo. Após as costumadas lamentações agora de tanto trabalho e preocupações- “triste quinhão dos homens do governo no tempo que passa (...)” (*ibid.*: 115), saúda

“(...) o primeiro passo político do organismo que legitimamente esperamos seja uma grande escola de cidadãos. Homens de vários credos vindos de todos os horizontes do pensamento e da acção, oriundos de todas as classes, disseminando a sua vida por todas as formas de actividade” (*ibid.*: 116).

Tal como já tinha frisado veementemente, não pretende que a União Nacional seja de cariz partidário. Por isso volta novamente a frisar a heterogeneidade da sua composição.

Pela primeira vez, os tons catequéticos do seu discurso são substituídos por hossanas de aleluia. Nunca esquecendo de citar em primeiro lugar, como convém e com adjectivos do vocabulário eclesiástico a autoridade máxima da nação, brada por três vezes que “decididamente há coisas novas em Portugal” (*ibid.*: 117).

E enumera o que considera ser o antídoto das desordens: egoísmos, vaidades, ambições do mando:

“União Nacional “aquele terreno comum de colaboração dos portugueses”; muitos milhares de portugueses que “oferecem a sua dedicação ao bem comum que tomam a defesa deste como dever (...) trabalhando, obedecendo, *servindo*; a realidade viva – económica, social, moral e política – da Nação portuguesa (...);

²⁵⁹ Ao mesmo tempo não descarta a vigilância panóptica. Um seu aluno de Coimbra desempenha esse papel no Regimento de Caçadores de Campolide, centro nevrálgico de eventuais sedições militares (Cf. Gonçalves, 1981).

a veneranda pessoa do Chefe do Estado não só o mais alto grau de autoridade, mas como que a expressão, o reflexo da própria unidade da Pátria (*ibid.*: 116).

Termina mais uma vez a metáfora litúrgica da “fonte das águas vivas” e “renascimento” a dominar o seu discurso: “decididamente, há coisas novas em Portugal e importa focar a toda a luz a fonte donde nascem as águas vivas deste renascimento” (*ibid.*: 117).

E assumindo por inteiro a “missão” que se impôs, termina, com uma leitura dos contextos de carácter moralista e dualista, expressando a luta da disciplina contra a desordem:

“Nós vínhamos cansados de lutas intestinas, da guerra interior legalizada; nós tínhamos assistido às competências dos grupos na conquista do poder (...); nós tínhamos visto como (...) a garantia e extensão das nossas liberdades derivavam não das leis, mas da nossa filiação partidária; nós estávamos desolados perante o espectáculo duma instabilidade governativa (...) nós víamos pesarosos sobreporem-se e adiarem-se os grandes problemas nacionais (...) nós sentíamos diminuir e enfraquecer na desordem, desanimar, no esforço de reorganização. Das profundezas da alma da Pátria surgiu então o anseio de uma disciplina que a todos se impusesse duma autoridade que a todos conduzisse, duma bandeira que todos pudéssemos seguir - ditadura nacional, governo nacional, política nacional. Essa foi a promessa e hei - de crer que tal tem sido a realização (...)” (*ibid.*: 117- 118).

Começa então a explicar o que é o interesse nacional nos diversos sectores da Nação mais uma vez limitando-se à sua estrita esfera de acção: financeira e económica. Na acção política aproveita a oportunidade para falar da reforma constitucional ainda a um ano de distância.

Agora que tem a confiança do exército já se atreve a elaborar uma síntese elogiosa do trabalho realizado, desviando, subtilmente, os louvores para a obra realizada e não para os autores.:

“Temos feito muitos sacrifícios; trabalhámos, sofremos; (...) equilibrámos o orçamento (...) ordenámos a administração. Pagamos conscienciosamente as nossas dívidas e os nossos encargos (...). Termina com a mesma ideia - força: “o

mais importante é que toda a política verdadeiramente nacional seja dominada por este princípio que é ao mesmo tempo uma lição dos factos: a ordem e a perfeita correcção dos processos financeiros são, além de condição essencial do nosso ressurgimento, garantia de independência e integridade da Pátria ” (*ibid.*: 123 124).

Na política económica o interesse nacional é que “ela servirá, organizando, os interesses da produção a harmonia, o progresso o aperfeiçoamento da economia da metrópole e das colónias numa só palavra da economia nacional” (*ibid.*: 130). Novamente a harmonia, a ordem nas intenções discursivas de Oliveira Salazar.

Para realçar a “bondade” desta nova política nada como traçar de cores negras os cenários envolventes: na acção política o governo da Ditadura dos últimos cinco anos defrontou-se a nível interno com “erupções revolucionárias, agitações e insatisfação permanente dos indisciplinados, desfraldando a bandeira fácil dos seus sonhos” (*ibid.*: 130- 131).

Lá fora

“(…) o mundo está inquieto agitado, febricitante. A guerra fez estalar os antigos quadros sociais e políticos; causou estragos nos costumes públicos e particulares; desequilibrou e empobreceu os povos; despertou novas ambições. Poucos estão contentes com a sua situação e com as suas instituições As mudanças, as transformações pacíficas as revoluções sucedem-se a cada passo (...) Na vida internacional (...) expandem-se doutrinas eivadas de internacionalismos confusos aqui e além, estranhamente associados a vagos imperialismos ” (*ibid.*: 132- 133).

Perante este cenário de perigos sociais a nível interno e um desenfreado de ambições desordenadas a nível externo, pergunta então: “Qual a nossa posição no conflito de tantas doutrinas interesses e ambições?” (*ibid.*).

Traça então o retrato paradigmático de Portugal que vai marcar todo o discurso pedagógico da escola do regime salazarista:

“Portugal é um velho país livre, homogéneo na sua formação, de fronteiras imutáveis quase desde que se constituiu em estado independente, pacífico na

história acidentada da Europa, mas afadigado no mar, para onde se desenvolveu a sua força de expansão, descobrindo novos territórios que povoou, colonizou, civilizou, incorporou no seu próprio ser nacional. (...) Somos filhos desse passado (...) pela clara consciência do serviço que prestamos à paz da Europa e à civilização no mundo. E reitera o que considera ser a *conditio sine qua non* da ordem (...). Pretende-se tornar bem sólido e firme o princípio da autoridade, como a primeira garantia da ordem, da tranquilidade e da prosperidade comum” (*ibid.*: 134).

E para ser fiel à estrutura eclesiástica do seu discurso termina com um apelo em que pela primeira vez são citados os professores e os alunos das escolas:

“Oficiais e soldados, professores, magistrados funcionários homens do pensamento e homens de acção estudantes das escolas, trabalhadores dos campos das oficinas e das fábricas proprietários, agricultores comerciantes e industriais do meu País – portugueses - prestemos à causa da Pátria (...) a colaboração que nos é comandada pelos nossos antepassados e que será abençoada pelos nossos vindouros” (*ibid.*).

O último discurso de Salazar antes de ser empossado como presidente do Governo, é subordinado ao tema “O exército e a Revolução Nacional.” Porque se trata de um discurso de agradecimento aos militares, Oliveira Salazar atribui-lhes o papel de “penhor da ordem pública e da segurança nacional” (*ibid.*: 140).

Ao exército cabe-lhe:

“(...) apoiar o Poder Novo, empenhado na obra de salvação e ressurgimento da Pátria” que passa a especificar: “anseios de nova vida, de ordem, de justiça, de trabalho pacífico, de prosperidade material, de renovação da mentalidade portuguesa.”. Numa palavra “uma verdadeira revolução, o renascimento da Nação Portuguesa” (*ibid.*: 141).

Acerca do novo projecto da Constituição Oliveira Salazar continua na mesma linha de pensamento, identificando Estado Novo com Portugal:

“Ela procura construir, sem riscos de saltos bruscos, o Estado Novo que Portugal tem de ser, encerrando a época do liberalismo individualista e fazendo predominar o equilibrado nacionalismo que se inspira no destino histórico da Nação Portuguesa” (*ibid.* : 145).

E, citando o relatório que acompanhou o projecto de Constituição continua: “opor uma barreira a todas as desordens do pensamento e da vida social desordens contrárias à natureza e fins da Nação e às instituições basilares da Sociedade” (*ibid.*: 146).

6. RESTAURARE OMNIA IN PATRIA²⁶⁰

Para classificar este período decisivo na construção do Estado Novo não encontramos melhor do que esta readaptação do próprio lema do C. A. D. C. Com as rédeas do poder, entregue pelos militares, Oliveira Salazar tem as mãos livres para construir o seu projecto civil de sociedade.²⁶¹ A Constituição de 1933 proclamando um Estado unitário e corporativo vai servir de coluna vertebral ao novo regime em maturação porque institucionaliza o Estado Novo,²⁶² *conditio sine qua non* para levar a bom termo a “missão” de “salvar” a Pátria.

A reforma política vai sendo metodologicamente construída, pedra por pedra. O prelúdio tinha sido dado pela aprovação dos Estatutos da União Nacional. Salazar controla totalmente esta pedra basilar do seu projecto salvífico: presidente da Comissão Central da U. N. tem poderes para nomear todos os elementos, incluindo os presidentes da Comissão Executiva e a Junta Consultiva.²⁶³

A entrada em vigor da referendada Constituição Política da República Portuguesa, em 11 de Abril de 1933 e a demissão do último Governo da Ditadura Militar marca um passo decisivo na erradicação das figuras republicanas ainda que moderadas no governo da Nação e o caminho aberto para a consolidação do Estado Novo.

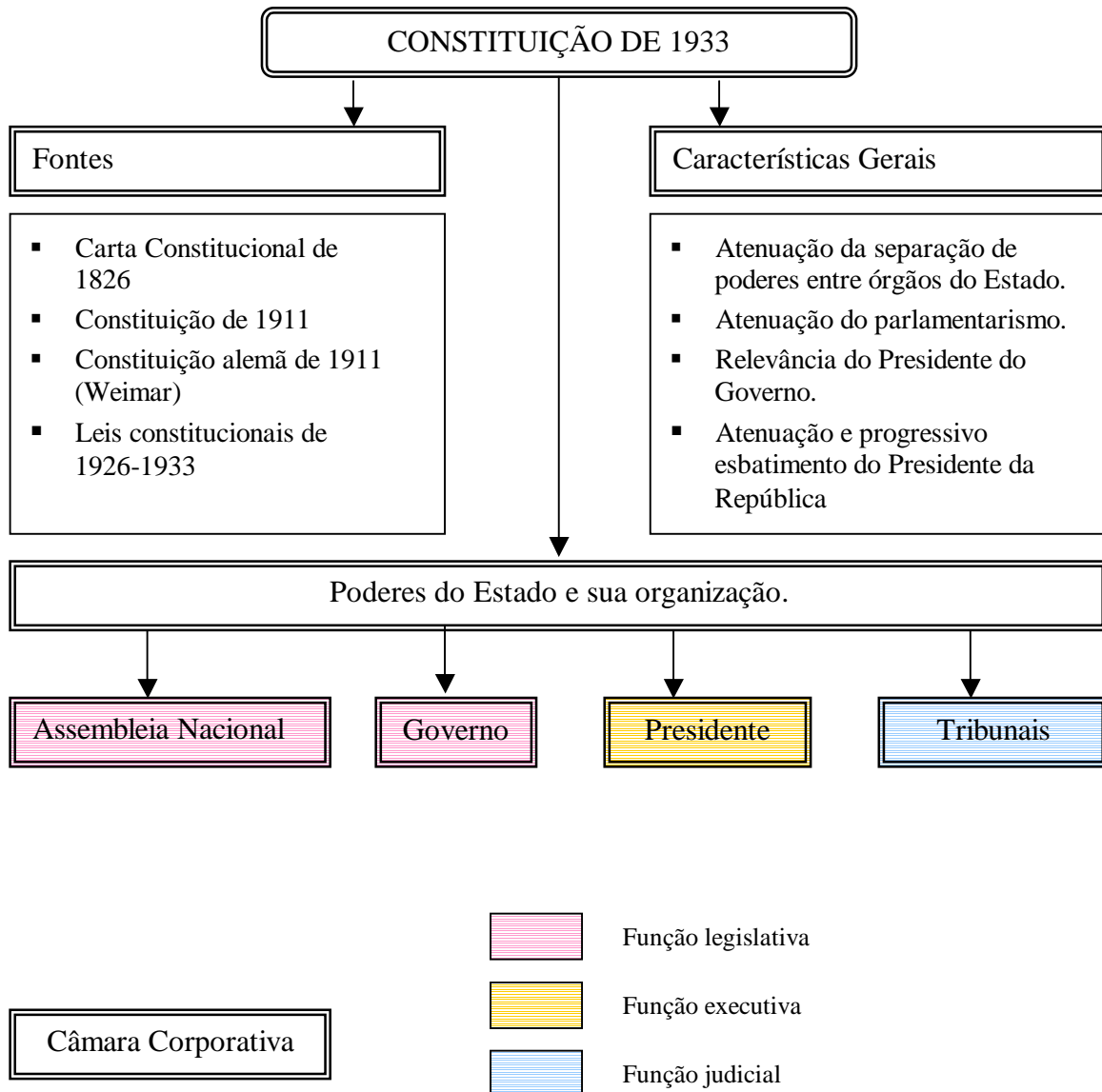
²⁶⁰ A terceira capa dos Estudos Sociais, revista católica mensal pertencente ao Centro Académico da democracia cristã (C.A.D.C.) de Coimbra de que Oliveira Salazar foi dirigente tinha em grande plano um planisfério rodeado por uma faixa, onde se lia: “*Instaurare omnia in Christo*” (Seabra, 2000: 25).

²⁶¹ O Estado Novo ou “Ditadura civil (Ferreira, 1992: 166).

²⁶² “nado e criado no seio da igreja reconhecia limites ao poder do Estado e não sendo propriamente um totalitário - certo é que Salazar orientou o poder constituinte a que presidia (e era uma complicada aliança) de modo a produzir uma constituição formal, assaz ambígua.” (Barreto e Mónica, *ibid.*: 334).

²⁶³ Salazar apostava forte na União Nacional. Contudo, a U. N. era “filha do Estado e não da sociedade civil, estritamente dependente do governo, interiormente débil e anti – partidária ” (Barreto e Mónica, *ibid.*: 334).

Quadro n.º 5. A Constituição de 1933



O Presidente da República, General Carmona, ao chamar Oliveira Salazar para constituir o 9.º Ministério da Ditadura, encerra uma demorada e surda luta política hegemónica entre o conservadorismo integralista e nacionalista que se agrupa ideologicamente à volta de Salazar, defensor de uma Ditadura Nacional e alguns vultos republicanos que ainda sonhavam com o regresso da democracia parlamentar renovada. Entre eles contava-se o general Vicente de Freitas, chefe do governo quando Salazar assumiu a Pasta das Finanças. Eis como classifica a União Nacional em 1932:

”Nova é ainda a União Nacional como partido político. Pois, apesar disso, já por toda a parte, aparecem pedidos de emprego e recomendações com a indicação de serem os seus beneficiários membros aquela colectividade! Se um dia ela viesse de facto a ser a única organização política permitida em Portugal, os seus aderentes constituiriam uma casta privilegiada que pretenderia confundir-se com o próprio Estado e se julgaria no direito de reclamar todas as benesses e situações”.²⁶⁴

O novo governo passa a controlar as Forças Armadas que a partir de agora se vão remeter aos quartéis e não se vão imiscuir nos assuntos políticos.

Com as rédeas do poder nas suas mãos, e legitimado pelo Chefe do Estado seu indefectível aliado, Salazar reforça-se a vigilância contra os inimigos²⁶⁵ que podiam hostilizar a “missão” pedagógica de “salvação” nacional:

- Logo no mesmo ano, 1933 e seguintes são regulamentadas²⁶⁶ as Comissões de Censura que passam para a jurisdição do Ministério do Interior com a categoria de Direcção Geral (Decreto- Lei n.º 22: 469, de 11 de Abril de 1933, *Diário do Governo*, I Série, 11/04/1933);

- É criada a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, PVDE, rebaptizada em 1945 como Polícia Internacinal e de Defesa do Estado, PIDE, sob a jurisdição do mesmo Ministério do Interior.²⁶⁷

- É criado o Tribunal Militar Especial de Lisboa para julgar crimes contra a segurança do Estado;²⁶⁸

²⁶⁴ Jornal *O Século* de 12 de Fevereiro de 1933: 2. Na Nota Oficiosa que o Governo de Oliveira Salazar fez sair a propósito deste texto, refere-se que foi sugerido ao ex-chefe do Governo a eliminação do texto referente à União Nacional e insistindo o autor na sua publicação integral, e nestes termos, já não devia ser negada (Matos, *ibid.*: 313).

²⁶⁵ Salazar nesta fase da consolidação do poder, não utiliza processos sanguinolentos para eliminar os oposicionistas, como noutras ditaduras militares. A sua formação seminarística de índole pacífica e não violenta – já não estamos na época da Inquisição - privilegia a vigilância constante sobre os inimigos. A condenação definitiva recai sobre os sediciosos que não aceitarem converter-se à verdade e que se auto-condenam, segundo a versão eclesiástica.

²⁶⁶ Regulamentadas porque “a censura prévia- a mais duadoura instituição da II República, pois existiu praticamente sem interrupção, desde Maio de 1926 a Abril de 1974 – era o vértice e o elemento essencial deste sistema, antes de mais assente na repressão preventiva, no não correr o risco de se deixar escrever, falar ou mostrar (Rosas, 1992: 125).

²⁶⁷ Esta “polícia política” (Cruz, 1988: 85), podia deter qualquer pessoa, sem culpa formada ou mandato judicial, por períodos sucessivamente alargados, até chegar aos seis meses (Decretos Leis n.ºs 35:007, de 13/10/1945 *Diário do Governo*, I Série, 13/10/1945 e Decreto n.º 35:046 de 22^{de} Janeiro de 1945, *Diário do Governo*, I Série 13/01/1945).

²⁶⁸ “Em tribunais militares especiais e em processo sumário até 1945 e, depois dessa data, em tribunais criminais primários (Decreto- Lei n.º 35: 044, de 20 de Outubro de 1945, *Diário do Governo*, n.º 233, I

- É criado o Secretariado de Propaganda Nacional (Decreto 23:054 de 25 de Setembro de 1933, *Diário do Governo*, n.º 218, I Série, 25/09/1933) para fiscalizar toda a actividade cultural e promover o regime tanto a nível interno como externo.²⁶⁹
- É criada a Junta Nacional de Educação (Decreto 26:611 de 19 de Maio de 1936, *Diário do Governo*, n.º 116, I Série, 19/05/1936, para “moldar os espíritos jovens e harmonizar o sistema de inculcação (Ó, *ibid.*: 399).
- É criada a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (Decreto 25:495 de 13 de Junho de 1935, *Diário do Governo*, n.º 134, I Série, 13/06/1935) para promover nos trabalhadores portugueses não só o desenvolvimento físico, mas, sobretudo, a elevação do seu nível intelectual e moral (*ibid.*: 400).
- São criados a M. P. (Decreto 26:611 de 19 de Maio de 1936, *Diário do Governo*, n.º 116, I Série, 19/05/1936) para “estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar”; a O.M.E.N. para “estimular a acção educativa da família a orientação das mães portuguesas no “embelezamento da vida rural” e na “defesa dos bons costumes” (*ibid.*) e a M. P. F. para interiorizar nas jovens portuguesas “a devoção ao serviço social” e o “gosto da vida doméstica” Decretos 26:893 de 15 de Agosto de 1936, *Diário do Governo*, n.º 191, I Série, 15/08/1936 e 28: 262 de 8 e Dezembro de 1937, *Diário do Governo*, n.º 285, I Série, 08/12/1937.
- No campo das reformas sociais, também não se perde tempo. São aprovadas as bases gerais da Organização Corporativa Portuguesa;
- É promulgado o Instituto Nacional de Trabalho e Previdência “a quem compete disseminar o ideal corporativo pelo País” (Barreto e Mónica, *ibid.*: 744);
- É promulgado o Estatuto de Trabalho Nacional (Decreto- Lei n.º 23:048 de 23 de Setembro de 1933, *Diário do Governo*, n.º 217, I Série, 23/09/1933);
- São criadas as Casas do Povo nas freguesias rurais (Decreto-Lei n.º 23:051 de 23 de Setembro de 1933, *Diário do Governo*, 217, I Série, 23/09/1933);

Série 22/10/1945), cujos juízes e acusador público nomeados segundo critérios de estrita confiança política continuaram a funcionar como um apêndice judicial da polícia política (Rosas, *ibid.*: 128).

²⁶⁹ “A propaganda definiu um centro na orgânica do Estado. Porque trataria de “coordenar”, “organizar” e “difundir” de forma “sistemática” a capacidade essencialmente reprodutora do poder ” (Ó, *ibid.*: 397).

▪ São criados os três primeiros Sindicatos Nacionais de espírito corporativo (Decreto- Lei n.º 23:050 de 23 de Setembro de 1933, *Diário do Governo*, n.º 217, I Série, 23/09/1933).

Teoricamente o Estado corporativo passa a integrar no seu seio as organizações representativas da Nação portuguesa - famílias freguesias, municípios corporações morais, culturas e económicas – onde harmoniosa e naturalmente se compunham os interesses dos indivíduos.

No Estado Corporativo, a Nação não é um conjunto de indivíduos isolados, mas o conjunto de agrupamento de homens, segundo os seus interesses naturais e as funções sociais e económicas que desempenham. À família como "base primária da educação, disciplina e harmonia social"²⁷⁰ competia, através do seu chefe, a eleição das Juntas de Freguesia e a estas a eleição dos Municípios. As corporações morais culturais e económicas incluíam as instituições de assistência, e caridade, as universidades, as agremiações científicas, técnicas, literárias, artísticas e desportivas, as Casas do Povo, as Casas dos Pescadores, os Grémios, os Sindicatos Nacionais concorriam para a eleição dos Municípios e juntamente com eles estavam representadas na Câmara Corporativa.

Não obstante a Câmara Corporativa representar o papel de sede genuína da representação orgânica, competia-lhe apenas dar pareceres sobre propostas e Projectos de Lei, a submeter à Assembleia Nacional. O esvaziamento de poderes da Assembleia Nacional acarretou, também, a perda de importância da Câmara Corporativa.

Já não necessita de justificação, diante do poder dos militares. Referendou a Constituição e está legitimado, embora não acredite no poder do povo.²⁷¹ Compete-lhe, portanto, governar. A partir desta data, o conteúdo discursivo, embora continuando a diabolização do passado, já dá sinais de mais optimismo. A celebração, a festa, a reconstrução da pátria estão sempre presentes. Faz-se a apologia do novo regime em construção, apela-se à reconciliação, insiste-se na salvação e na reaproximação. Há um esforço de reideologização, embora sem alterar as matrizes do seu discurso.²⁷²

²⁷⁰ Art.º 11.º do Título III da Constituição Política da República Portuguesa de 1933.

²⁷¹ "Que o bem do povo nos esteja nas entranhas e que sejamos os defensores da sua ascensão contínua na ordem material e moral isto não implica de forma alguma para nós a necessidade de acreditar que a origem do poder se encontra no povo" (Salazar, 1937): XXVI).

²⁷² Isto mesmo afirma Oliveira Salazar no seu discurso da tomada de posse: "os homens que constituem o Ministério são outros mas o Governo é o mesmo". E mais adiante: "o espírito fundamental desta obra de regeneração em que trabalhamos é o mesmo que explica e tem inspirado o movimento da própria Ditadura" (Salazar, 1935: 153- 154).

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BARRETO, A.; FILOMENA MÓNICA, M. (orgs.) (1999), *Dicionário de História de Portugal*, 9, Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas.
- CRUZ, M. BRAGA DA, (1988), *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa, Editorial Presença.
- DACOSTA, F. (2000), *Salazar. Fotobiografia*, 3.^a ed., Lisboa, Editorial Notícias.
- FERREIRA, M. J. (1992), *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no século XX*. Lisboa, Editorial Estampa.
- GARNIER, C. (1952), *Férias com Salazar*, Lisboa, Parceria Maria Pereira.
- GEORGEL, J. (1985), *O Salazarismo*. Lisboa, Publicações D. Quixote.
- GONÇALVES, ASSIS (1981), *Relatórios para Salazar, 1931- 1939*. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (CLNSRF), Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.
- HARSGOR, M. (1975), *Naissance d'un Nouveau Portugal*, Paris, Le Seuil.
- LEAL, C. (1930), *A Obra Intangível do Dr. Oliveira Salazar*. Lisboa, Edição do Autor.
- MARTINEZ MEDIERO; M. (1991), *Largas Vacaciones de Oliveira Salazar*. Madrid, Centro de Documentación Teatral
- MATOS, H. (2003), *Salazar. A Construção do Mito*. Lisboa, Temas e Debates.
- NOGUEIRA; F. (1985), *Salazar. O Último Combate (1958- 1964)* vol. VI. Porto, Livraria Civilização Editora.
- Ó, RAMOS DO, J., (1992), *Salazarismo e Cultura, Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Fernando Rosas (coord.), *apud* Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, (dirs.) Nova História de Portugal, vol. XII, Lisboa, Editorial Estampa.
- PINTO, N. J. (1993), *Salazar visto pelos seus Próximos (1946- 68)*. Venda Nova, Bertrand Editora.
- ROSAS, F. (org.) (1994), *O Estado Novo: 1926-1974*. Lisboa, Círculo dos Leitores.
- SALAZAR, A. O. (1935), *Discursos (1928-1934)*, vol. I. Coimbra, Coimbra Editora.
- SALAZAR, A. O. (1937), *Discursos e Notas Políticas (1935-1937)*, vol. II. Coimbra, Coimbra Editora.

SALAZAR, A. O. (1951), *Discursos e Notas Políticas (1943-1950)*, vol. IV. Coimbra, Coimbra Editora.

SALAZAR, A. O. (1959), *Discursos e Notas Políticas (1938-1943)*, vol. III, 2.^a ed.. Coimbra, Coimbra Editora.

SEABRA, J. *et alt.* (2000), *O CADC de Coimbra, a Democracia Cristã e os inícios do Estado Novo*. Coimbra, Edições Colibri.

WEBER, MAX (1964), *Economia y Sociedad*, Vol. II, México- Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.

DOCUMENTOS LEGAIS:

Decreto n.º 15:446, *Diário do Governo*, n.º 109, 1.^a Série, de 14/05/1928; Decreto n.º 26:611 de 19 de Maio de 1936, *Diário do Governo*, n.º 116, I Série, 19/05/1936; Decreto-lei n.º 22:469 de 11 de Abril de 1933, *Diário do Governo*, n.º 83, I Série, 11/04/1933; Decreto 23:054 de 25 de Novembro de 1933, *Diário do Governo*, n.º 218, I Série, 25/09/1933; Decreto n.º 25:495 de 13 de Junho de 1935, *Diário do Governo*, n.º 134, I Série, 13/06/1935; Decreto n.º 26:893 de 15 de Agosto de 1936, *Diário do Governo*, I Série, 15/0/1936; Decreto n.º 28:262 de 08 de Dezembro de 1937, *Diário do Governo*, I Série, 08/12/1937; Decreto-Lei n.º 35:007 de 13 de Outubro de 1945, *Diário do Governo*, I Série, 13/10/1945; Decreto n.º 35:046 de 22 de Janeiro de 1945, *Diário do Governo*, I Série 13/01/1945; Decreto n.º 35:044 de 2 de Outubro de 1945, *Diário do Governo*, n.º 233, I Série 22/10/1945; Decreto-Lei n.º 23:048 de 23 de Setembro de 1933, *Diário do Governo*, n.º 217, I Série, 23/09/1933; Decreto-Lei n.º 23:051 de 23 de Setembro de 1933, *Diário do Governo*, 217, I Série 23/09/1933; Decreto-lei n.º 23:050 de 23 de Setembro de 1933, *Diário do Governo*, n.º 217, I Série, 23/09/1933.

PERIÓDICOS:

CORREIO DE COIMBRA, ano III, n.º 149, 14/03/1925; ano IV, n.º 180, 24/10/1925.
NOVIDADES, 27 de Abril de 1928.

CAPÍTULO SEXTO: AS GRANDES CRISES E O HOMEM PROVIDENCIAL CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO NOVO E CONSTRUÇÃO DO CARISMA (1936 – 1945).....	212
1. AS GRANDES CRISES. ASSUMIR A CONTINUIDADE, SEM RUPTURAS.....	212
1.1. A guerra civil de Espanha.....	213
1.2. A segunda guerra mundial.....	216
2. O HOMEM PROVIDENCIAL.....	217
2.1. A consagração: o unguido de Deus.....	218
2.2. A consolidação do Estado Novo.....	220
2.3. A Concordata de 1940.....	223
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	230

CAPÍTULO SEXTO: AS GRANDES CRISES E O HOMEM PROVIDENCIAL. CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO NOVO E CONSTRUÇÃO DO CARISMA (1936 – 1945).²⁷³

O acontecimento mais marcante que escolhemos para referenciar o começo deste sexto capítulo foi o começo da guerra civil de Espanha. Para a sua “missão” abria-se nova frente em que o novo inimigo a combater, o comunismo, neste momento se aproximava perigosamente. Para avaliar a importância dada ao tema por Oliveira Salazar, basta referir que tratou expressamente desta temática em dez *Discursos e Notas Políticas* apenas em dois anos: 1936 e 1937.

Outro acontecimento significativo que escolhemos para assinalar o termo deste capítulo é o fim da segunda guerra mundial. Embora em Portugal o Estado Novo procurasse, a todo o custo, refrear grandes manifestações de júbilo,²⁷⁴ e fizesse incidir os louros da vitória sobre a acção salvífica de Salazar, as transformações operadas a nível internacional com a derrota das ditaduras são um acontecimento por si mesmo suficientemente relevante.

Como consegue Oliveira Salazar neste período, 1936-1945, manter viva a sua “missão” pedagógica de “salvar” a pátria, agora que os partidos laicos e republicanos estavam dissolvidos e silenciados? A quem dirige os seus discursos de teor doutrinal, agora que o exército lhe entregou o poder? Continuará a pedir os mesmos sacrifícios à Nação? Como mantém acesa a chama do argumento salvífico para uma Pátria que nem sequer entra declaradamente em guerra?

1. AS GRANDES CRISES. ASSUMIR A CONTINUIDADE, SEM RUPTURAS.

Este período marcado por cenários de duas devastadoras guerras e suas consequências a curto prazo, embora não atingissem directamente solo português, não deixa de constituir uma fonte de receios e preocupações que inevitavelmente constituem perigo de erosão para o poder político de Salazar. A ele associado está o seu projecto de

²⁷³ Isto sugere um carisma de natureza confessional. Podíamos traduzir por agraciado por Deus ou protegido pela Providência. Não se trata de carisma no sentido de capacidade pessoal de arrebatador multitudes, através da sua presença, ou através do discurso, dotes que Salazar não possuía.

²⁷⁴ O anúncio da derrota das potências do “Eixo” e as celebrações populares em Lisboa a 8 de Maio de 1945 da vitória dos Aliados foi transformada, pelo regime, em louvores às Nações Unidas e ao Sr. Doutor Oliveira Salazar, no maior jornal diário da época “O Século”, apoiante entusiástico do Estado Novo: Nas “Últimas Notícias” relatava: “durante a noite realizaram-se entusiásticas manifestações em honra das Nações Unidas e do Sr. Dr. Oliveira Salazar ” (Jornal *O Século*, edição de 8 de Maio de 1945, terça-feira).

acção educativa e a unidade nacional.²⁷⁵ A sua “missão” pedagógica de “salvar” a Pátria passa a desenrolar-se, também, no cenário peninsular e internacional. Desde 1936, até aos fins da segunda guerra mundial, Oliveira Salazar defronta um grande desafio a dois níveis:

- conservar e consolidar os alicerces do Estado Novo institucionalizado pela Constituição de 1933;
- preservar a unidade e independência da Nação, conforme afirmava Armindo Monteiro, embaixador em Inglaterra: “A guerra civil espanhola não é para Portugal uma questão de ideologia política; é uma questão de paz ou de guerra, de vida ou de morte, de dependência ou independência ” (Oliveira, 1987: 137).

A nível interno, está em causa a continuidade da sua “missão” de “salvar” a pátria.

1.1. A guerra civil de Espanha

A situação política na vizinha Espanha constitui uma ameaça e pode instigar a oposição portuguesa, quase esmagada,²⁷⁶ a reacender os movimentos sediciosos dos inimigos do regime, todos conotados com o comunismo internacional.²⁷⁷ Salazar trata-os com o desprezo de quem está investido numa missão, detém o poder e nada nem ninguém o pode afasta do seu projecto:

“Andam por aí uns pobres homens que por já não saberem onde têm as mãos as estendem, pressurosos, aos operários, aos proprietários rurais, aos donos das empresas, aos tímidos conservadores e até aos católicos e velhos caudilhos monárquicos. E é bom que por inequívoca confissão dos responsáveis saibam

²⁷⁵ Para se prevenir contra todas as eventualidades, oito meses antes do começo da guerra civil de Espanha – 18/1/1936- Salazar tinha formado o segundo governo constitucional com homens apenas da sua confiança que, apesar das remodelações, durou até ao fim do seu mandato, 32 anos.

²⁷⁶ Depois da extinção dos principais jornais republicanos opositores do regime e do exílio das principais personalidades da Primeira República restavam residuais núcleos de resistentes anarquistas que foram sendo aniquilados pela polícia secreta, ou deportados para o Tarrafal. A única oposição organizada era a do Partido Comunista na clandestinidade. O golpe mortal na resistência mais activa, foi dado em 3 de Setembro 1937, como represália pelo atentado frustrado contra Oliveira Salazar, quando este, como era hábito, todos os sábados, se dirigia para a missa, na capela de seu amigo Josué Trocado.

²⁷⁷ A crescente importância atribuída ao comunismo que na conturbada conjuntura da Guerra Civil de Espanha se transformara no “inimigo” por excelência do regime, quer no plano ideológico, quer no da prática repressiva, explica a inclusão da disciplina de *Organização do Partido Comunista, Seus Processos Políticos e Revolucionários*, no Curso Especial de Formação para os agentes da P.V.D.E. (polícia de Vigilância e Defesa do Estado), em finais de 1938 (Ribeiro, 1995: 140).

todos donde vem a ordem para a guerra civil donde é inspirado o internacionalismo contra a Pátria, o domínio estrangeiro contra a independência da Nação, a propaganda contra a beleza e o valor da vida, o ódio a Deus e ao próximo, a ditadura execranda da inteligência e da insensibilidade moral ” (Salazar, 1959: 18).

A nível externo, este conflito para além abrir as portas do país a influências nefastas, para a sua “missão”, podia redespertar a cobiça das grandes potências pelo império colonial português.²⁷⁸ Inimigos do regime são inimigos da Pátria. Salazar pretende extinguir todos os focos de sedição no País relacionados com este conflito que tem partidários em Portugal, actuando não só com o tota apoio do mais alto representante da hierarquia da Igreja Católica portuguesa:

Na presença da veneranda pessoa do chefe da Nação portuguesa com os seus altos poderes de Estado e os representantes mais qualificativos da Sociedade e da Cultura Nacional afirmou D. Manuel Cerejeira, no discurso comemorativo do seu jubileu sacerdotal: “de novo as labaredas apocalípticas dos incêndios e de destruição e de morte ameaçam destruir os tesouros da nossa civilização (...) Nesta hora que parece da restauração da Igreja em Portugal, nós saudamos também a restauração de Portugal, da sua paz, da sua liberdade e da sua ordem” *Jornal de Notícias* 27/04/1936.

mas também com a força e determinação de quem actua em legítima defesa e tem toda a legitimidade para extirpar as sedições contra o poder legítimo, na linha de pensamento da Carta Encíclica *Immortale Dei*.

A melhor estratégia, era portanto adoptar uma posição oficial de neutralidade, mas preparar-se para a defesa, reforçando a vigilância a nível interno e externo, para impedir uma aliança entre os inimigos do regime:

²⁷⁸ “Ao mesmo tempo que prossegue a guerra em Espanha e se fortifica em França e na Inglaterra a tese do *apaziguamento* da Alemanha, intensificam-se todavia os rumores sobre o destino do Ultramar português. (...) Em Lisboa, Salazar tem a percepção das atitudes que estão a ser definidas. Mas Portugal nada tem a reclamar da Alemanha na Europa e no esquema apenas lhe caberia fazer concessões em África” (Nogueira, 1986: 88-89).

“os inimigos do ESTADO NOVO são inimigos da Nação. Ao serviço da nação – isto é: da ordem, do interesse comum e da justiça para todos - pode e deve ser usada a força que realiza, neste caso, a da legítima defesa da Pátria” (10º Princípio do Decálogo do Estado Novo, capº 2.º).

Sozinho, assume todas as responsabilidades na defesa da “missão” que se propôs. Para além de Presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Finanças, assumiu as Pastas da Guerra a título interino (1936- 1944) e Negócios Estrangeiros (1936- 1947). A “missão” é sua e não a confia a ninguém. Apenas fiéis colaboradores, a seu mando. A guerra civil de Espanha, transportava afinal o seu declarado inimigo, a ideologia comunista para mais perto das suas fronteiras e impunha-se defender o seu rebanho.

Já em 27 de Abril de 1935 Salazar afirmava: “Nós não temos receio do comunismo, porque (repetirei a frase) temos uma doutrina e somos uma força; Mas não queremos perder os homens simples de boa fé que procuram garantir o seu pão ” (Salazar, 1937: 33).

A pasta da Guerra e dos Negócios Estrangeiros eram dois campos nevrálgicos para a consecução da sua “missão” agora que o inimigo declarado rondava a entrada da Pátria.

Perante potências bélica e diplomaticamente dominantes na cena internacional, joga na ambiguidade: apoia clandestinamente o exército de Franco²⁷⁹ sem beliscar a aliança secular com a Inglaterra que, pensa, o ajudará a preservar o império colonial. Espera a evolução da situação militar no terreno, delongando as respostas a uma eventual intervenção, proposta pelas grandes potências.²⁸⁰ Quando convidado entra a contra gosto em todas as iniciativas tendentes a assegurar a neutralidade das grandes potências perante o conflito, mas procura delongar e mesmo torpedear quaisquer iniciativas. Espera, assim,

²⁷⁹ “Foi calculado na altura que nas fileiras dos exércitos nacionalistas combatiam entre 20 a 30.000 portugueses. Ficaram conhecidos pelo nome de *Viriatos*. Não constituíam um corpo autónomo e estavam dispersos por vários comandos; o maior número estava concentrado no comando do general Muñoz - Grandes; e segundo depoimentos deste general espanhol, bateram-se bravamente. Alguns receberam altas distinções do governo de Burgos. Em número muito inferior, também alguns portugueses lutaram nas fileiras republicanas ” (Nogueira, 1986: 69).

²⁸⁰ O governo de Lisboa apoiou incondicionalmente a causa nacionalista. Instado pela Inglaterra e pela França a fazer parte do “Comité de Controlo” da Guerra civil tomou sempre posições ambíguas, até à derrota do governo republicano (Cf. Nogueira, *ibid.*: 27- 138).

que os nacionalistas com quem mantém contactos permanentes, esmaguem o governo da Segunda República.²⁸¹

No decorrer da guerra civil de Espanha, entrega os refugiados republicanos que se tinham acolhido em Portugal, para que não contaminassem o seu ordeiro rebanho,²⁸² consolida a sua posição internamente e estabelece boas relações com os vencedores. Antevendo os tempos difíceis que se avizinham, é de seu máximo interesse continuar a manter o bloco peninsular afastado dos futuros teatros de guerra.²⁸³ Esta precaução e a manutenção da velha aliança com a Inglaterra protegem-no das desconfianças internacionais. Discursivamente insiste no seu distanciamento da Alemanha nazi e da Itália fascista:

“O Estado que subordinasse tudo sem excepção, à ideia de nação ou de raça por ele representada, em moral, em direito, em política, em economia, apresentar-se-ia como um ser onnipotente, principio e fim dele próprio, ao qual deveriam estar sujeitas todas as manifestações individuais ou colectivas e poderá dar origem a um absolutismo pior que o que antecedeu os regimes liberais” (Salazar, 1935: 212).

1.2. A Segunda Guerra Mundial

Com o eclodir da segunda guerra mundial e protegido pelo Tratado de Amizade e Não Agressão, Salazar tem mais margem de manobra para “salvar” a nação portuguesa do comunismo e continuar a preservar o império colonial, afinal os dois objectivos que vão continuar a nortear toda a sua política interna e externa. Durante o conflito mundial, novamente joga na ambiguidade. Ambiguidade em relação aos contendores.

²⁸¹ Este ódio visceral à Segunda República vinha já de longe. Em Setembro de 1931 Manuel Azaña assumia a Presidência da República Espanhola. Teve frequentes encontros com altas figuras republicanas no exílio, entre eles Bernardino Machado e grangeou apoios diversos aos emigrados portugueses para favorecer a causa democrática contra o regime de Salazar e Carmona. (Oliveira, *ibid.*: 80).

²⁸² Os “refugiados vermelhos” como são conhecidos nos documentos oficiais “foram certamente muito superiores aos 2000, podendo mesmo ter ultrapassado substancialmente os 3000.” Sabe-se com efeito que o navio *Niassa* transportou em Outubro de 1936 para Tarragona, mil e quinhentos refugiados republicanos, entre os quais se contariam, certamente, parte dos detidos em Caxias, Forte da Graça em Elvas, delegações da PVDE e unidades militares. Entre os refugiados transportados pelo *Niassa* contavam-se 20 oficiais, 29 sargentos, e cabos e 20 mulheres e crianças” (Oliveira, *ibid.*: 155- 159).

²⁸³ À base do *Tratado de Amizade e Não-Agressão* entre os dois países peninsulares assinado por Franco e Carmona em 17 de Março de 1939. Depois de um curto preâmbulo consagra as obrigações mútuas, em seis artigos e com a duração de 10 anos, considerando-se prorrogado se não for denunciado com seis meses de antecedência (Nogueira, *ibid.*: 193).

Num claro jogo duplo diplomático tenta agradar aos aliados sem acarretar com as iras dos restantes beligerantes. Faz questão de proclamar a sua neutralidade, mas concede o auxílio solicitado, quer a uma parte, quer a outra, sem se comprometer. Só reage, quando alguma parcela do império colonial é atacada. Neste caso, apela aos mais poderosos na cena bélica, para intervirem, preservando a unidade da Pátria. Neste balancear diplomático que assume sozinho, sem confidentes, espera o evoluir dos acontecimentos, aproveitando-se da carestia de preços para amealhar reservas de ouro para o futuro, mesmo à custa de mil provações do povo.

Jogo diplomático, hábil, que ele sozinho comanda, não admitindo interferências de ninguém:

“Salazar divergiu muitas vezes de Armindo Monteiro, Ministro dos Negócios Estrangeiros e por isso a partir de 1 de Novembro de 1936 assumiu a Pasta dos Negócios Estrangeiros: “sem embargo das suas responsabilidades com chefe do governo e de já haver chamado a si a gerência das Finanças e da Guerra, Salazar decide então assumir o ónus dos Estrangeiros. Concentra e si as Pastas fundamentais e detém nas suas mãos os poderes que dominam o Estado; mas por esse mesmo facto, constitui-se para com o País em responsável supremo ” (Nogueira, *ibid.*: 55).

Luta no campo diplomático para não perder nenhuma parcela das colónias portuguesas. No silêncio dos gabinetes diplomáticos, onde nem a Assembleia Nacional podia escutar, forjavam-se notícias de avanços e recuos hipotéticos, conforme os “interesses nacionais”. A ocupação de Timor pelos japoneses, a questão da cedência das bases dos Açores aos Aliados, o perigo que correu a colónia de Macau, as ambições que despertaram as restantes colónias africanas, tudo era filtrado pelo crivo da censura. Sem outras fontes de informação que não as do regime, as duras privações sofridas pelos mais necessitados e pelo povo em geral eram sempre acompanhadas pelo desfilarm do rol das desgraças alheias, e dos triunfos milagrosos do governo português.

2. O HOMEM PROVIDENCIAL

Em contextos de crise, o discurso sobre a Providência divina sempre teve uma forte adesão no imaginário popular português. Perante as arremetidas de um inimigo

odiento, cruel e bárbaro, fonte de todos os males sociais,²⁸⁴ dispor de um seguro individual e social transcendente tranquiliza sobressaltos, restituindo a segurança e confiança aos fidelizados.²⁸⁵

Este discurso, avalizado pelos representantes do sagrado, num País esmagadoramente católico, vem conferir maior consistência ao sentimento dos crentes.²⁸⁶

Esta projecção providencialista dos acontecimentos, foi secundada em Portugal por D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal Patriarca de Lisboa, em Novembro de 1945, fazendo-se intérprete da carta que a Irmã Lúcia, vidente de Fátima lhe escreveu.²⁸⁷

2.1. A consagração: o unguido de Deus.

“António: o facto de ser a nossa paz um favor do Céu, não te tira nem diminui o mérito. Pelo contrário, faz de ti um eleito, quase um unguido de Deus. Foste tu o escolhido para realizar o milagre”
(AOS/CP- 47/, pasta 2.1. 9/8, *apud* Brandão, 2002: 62).

Esta carta de Cardeal Cerejeira endereçada a Salazar em 26/05/1945 e conservada no Arquivo da Torre do Tombo é elucidativa. Após o termo da Segunda Guerra Mundial quis o episcopado português novamente reiterar esta convicção, promovendo uma manifestação de agradecimento a Salazar encabeçada por vários prelados, entre os quais D. Manuel Trindade Salgueiro, Arcebispo de Mitilene. Deste modo grangeou a nível interno grande capital político e social. Estes conflitos e o modo

²⁸⁴ Salazar avaliava assim o comunismo: “Para sustentar a crueldade, o comunismo tem-se visto obrigado a substituir a cada passo os algozes, convertendo estes em vítimas; e montes de cadáveres não têm evitado que sobre eles, muitos outros tenham de ser lançados também” (Salazar, 1959: 19).

²⁸⁵ No país de Ourique profundamente marcado por uma visão providencialista da própria História (...) era fatal de que se difundisse a ideia de que Salazar era um homem providencial” (Barreto e Mónica, *ibid.*: 315).

²⁸⁶ “O Senhor deu à nação portuguesa um chefe de Governo que tem sabido conquistar não só o amor do povo especialmente das classes mais pobres, mas também o respeito e a estima do mundo” (Pio XII *apud* Barreto e Mónica, *ibid.*: 315).

²⁸⁷ Nessa carta ela dizia ter aviso divino de que o Presidente do Conselho era “a pessoa por Ele (Deus) escolhida para continuar a governar a nossa Pátria. E acrescentava D. Manuel Gonçalves Cerejeira: escuso de dizer que isto que ela diz não o diz dela mesma, mas por indicação divina (segundo ela deixa entender)” (*ibid.*: 315 e 385).

como os soube gerir silenciaram os opositores. A Segunda Guerra Mundial vem reforçar o poder autoritário de Oliveira Salazar entronizando-o como homem providencial que livrou Portugal da guerra.

Sempre com o mesmo argumento de que quem estava descontente fazia o jogo da internacional comunista, num País educado para a passividade, controlava todos os movimentos contestatários, mesmo das forças armadas através da repressão, vigilância²⁸⁸ e reforço da censura aos residuais meios de comunicação adversos. A única versão dos acontecimentos pertencia-lhe e era sempre interpretada no quadro dos “interesses nacionais.”

Sempre atento aos melhores momentos para imprimir maior visibilidade internacional ao regime, o Secretariado de Propaganda Nacional de António Ferro, aproveita também esta oportunidade política para reforçar o estatuto de Oliveira Salazar como enviado da Providência: “o S. P. N. (...) reforçou o discurso do homem providencial ” (Matos, 2003: 8).

Oliveira Salazar, também ele um providencialista,²⁸⁹ soube gerir a seu favor estes sentimentos durante os nove anos em que a sua “missão” esteve particularmente ameaçada. Foi um capital pessoal e político acumulado que fez relegar para segundo plano as privações impostas pelo regime durante a guerra:

“(...) não temos de recear os tempos futuros, seja qual for a vastidão ou dificuldade dos problemas que a guerra crie, que a paz suscite. Estamos, por mercê de Deus, na zona que a sua luz e a sua paz ainda ilumina e docemente recobrem; podemos observar, reflectir, trabalhar, precaver-nos; somos senhores do nosso pensamento, livres nos nossos actos, superiores aos ódios cegos que dividem o mundo e rasgam o próprio seio das nações ” (Salazar, 1959: XIV).

²⁸⁸ “(...) o governo estava prevenido há bastantes semanas de que se procuraria o momento da publicação das reformas militares (...) para larga agitação política no interior do País. Esperava-se mesmo que a agitação fosse susceptível de interesse internacional. Tão convictos estavam alguns dos resultados da acção exercida que emissoras vermelhas de Espanha não esperaram mesmo por quaisquer acontecimentos para noticiar a revolução em Portugal (...). Visto que ainda é preciso mais uma vez se repete o nosso juízo, acerca da inutilidade de tais esforços. Isto para os agitadores profissionais de todas as cores e de todas as classes; e com eles não se deseja perder mais tempo” (Salazar 1959: 4).

²⁸⁹ Dirigindo-se aos legionários em 11 de Março de 1938: “e certamente a Providência abençoa estas armas, pois temos sempre vencido” (Salazar, 1959: 20).

2.2. A consolidação do Estado Novo

Este período foi habilmente aproveitado no reforço da sua “missão”. O regime preocupou-se em consolidadas as suas instituições, através das chamadas “Exposições” nacionais e internacionais²⁹⁰ em que o nome a obra de Salazar aparecem sempre em lugar de destaque. Tinham começado em 1934 mas ganharam maior visibilidade e dimensão entre 1936 e 1940.

A celebração dos eventos históricos, independência de Portugal (1140) e restauração nacional (1640), seleccionados pelo regime e amplificados através do simbolismo da festa oficial participada pelo povo, ganha maior dimensão a nível interno e externo graças aos meios de comunicação social, habilmente manipuladaos pela censura do regime. A bênção e o aval da Igreja Católica que está presente em todas as celebrações, confere-lhe um carácter litúrgico e completa o quadro simbólico:

“Não saímos da nossa esfera de acção, não nos arrogamos missão estranha ao nosso mandato espiritual e sagrado, erguendo a voz nesta hora solene, para vos incitarmos a celebrar festivamente a data gloriosa que passa. O prestigioso Chefe do Governo falou já, e convidou os portugueses a esta comemoração patriótica: é a voz do poder público, a autoridade civil, representnte oficial da nação portuguesa, a traduzir o sentimento da raça e a recordar-lhe um dever sagrado. Mas o apelo, aliás tão eloquente e tão justo do Presidente do Governo Português não correspondia á realidade histórica, se não fosse acompanhado do apelo da Igreja, porque Portugal não nasceu nem pôde consolidar-se sem ela que lhe amparou os primeiros passos e lhe sagrou a emancipação” (“Pastoral Colectiva do Episcopado Português, sobre as comemorações centenárias” dada em Fátima aos 20 de Abril de 1940, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 289 de 9 de Maio de 1940, 474 - 478).

São arregimentadas todas as forças vivas da Nação, em que o governo simbolizado no presidente do Conselho²⁹¹ e da República são incensados com discursos inflamados dos seus fiéis servidores²⁹².

²⁹⁰ A arte foi aproveitada pelo regime como um instrumento da celebração - festa na restauração - reconversão da sociedade portuguesa (Acciauli, 1998: 11).

²⁹¹ Logo no verão de 1933, três meses depois de aprovada a nova Constituição, Oliveira Salazar permite que Eduardo Malta lhe pinte o primeiro retrato (Medina, *ibid.*: 203).

Os festejos comiciais aí estão a todo o momento e em todas as circunstâncias, consolidando um poder ditatorial. Oliveira Salazar procura legitimar-se também simbolicamente ressuscitando o discurso da moral católica espezinhada e da Nação que andava à deriva até aparecer o salvador.

Nestas celebrações desempenha o papel de Mestre-de-cerimónias o Secretariado de Propaganda Nacional uma agência de ideologização, encarregada de propagar a obra do Estado Novo dentro e fora do País estabelecendo o calendário nacional das celebrações a nível interno e externo.²⁹³

A Exposição está dividida em Pavilhões, grandes espaços ou grandes salas que procuravam traduzir de uma maneira idílica, bem do agrado do regime, várias facetas da realidade portuguesa.

Os arautos do regime não negam rasgados e alucinantes litánias por exemplo ao Pavilhão denominado “Os Portugueses no Mundo”:

“Não está aqui dentro apenas o símbolo de um território, clarão imenso duma projecção geográfica universal. Está mais do que isso: este milagre que há oito séculos dá ao nosso génio, como fronteiras, o impossível “ (Acciaiuoli, 1998: 176).

E continua:

“Nos outros pavilhões está com a história do nosso génio, a história da nossa bandeira ; aqui está a história do nosso Espírito” ou seja: lá está a lembrança do que fomos e a certeza do que somos; aqui está a memória do que sonhámos.”
(*ibid* : 177).

Para desfazer equívocos e projectar internacionalmente a imagem do ditador, as raras conversas com os jornalistas até à conquista do poder, são agora substituídas por

²⁹² 1938 é o chamado ano dos Centenários em que celebra os 10 anos da entrada no governo da Ditadura Nacional. “É também a consagração dum líder, Salazar e da sua concepção do que Portugal havia sido e deveria vir a ser” (Matos, 2003: 8).

²⁹³ A imprensa de uma maneira geral tentou colocar na conta dos sucessos já alcançados, dentro e fora do País, todo este núcleo da “Exposição do mundo português” cuja “face” do que era permitido observar, provava a “eficiência do labor do S. P. N. quando em terras estrangeiras lhe era cometido impor e zelar o bom nome de Portugal” (Acciaiuoli, 1998: 170- 171).

entrevistas previamente preparadas, onde Oliveira Salazar procura responder às questões mais difíceis:

“O Sr. Dr. Oliveira Salazar conseguiu da terra dos faladores e retóricos dos afilhados e compadres cultivar um alto mutismo que só quebra nas horas solenes ou graves - para nos explicar o orçamento, ou seja a aritmética do nosso destino, para traçar as novas rotas da mística e da orgânica ditatorial” (*Diário de Lisboa*, 22 de Dezembro de 1932: 1, *apud* Matos, 2003: 297).

Trata-se de colmatar o *déficit* de contacto público e mostrar o lado supostamente humano de um homem inteiramente sacrificado no altar da Pátria e modelo de honestidade de vida. De um dos entrevistadores, António Ferro, escreveu uma outra jornalista:

“ Aquilo que António Ferro em qualquer uma das muitas entrevistas faz, é traçar um retrato - o seu retrato! Das personalidades que escolheu para entrevistar. António Ferro usa as palavras com a emoção, as cores, a subjectividade, a mestria dum arguto retratista. (...)

Quanto a Salazar deparou, finalmente com o homem que precisava (...) para que a sua concepção do poder e a forma como o exerce, sejam “notados” (Matos, 2003: 296).

Esta estratégia da entrevista ganha relevo porque são convidados também jornalistas estrangeiros credenciados para difundirem uma nova imagem de Salazar. Juntamente com Exposições Internacionais sobre a “vocação” de Portugal não só se propagam e repercutem através dos meios de difusão controlados pelo regime nas escolas para as gerações mais novas, como transcendem o espaço nacional.²⁹⁴

As Exposições do Estado Novo que tinham começado em 1934 e se prolongaram até 1940 despertam o imaginário dos portugueses e consolidam sentimentos patrióticos irreais (cf. Acciaiuoli, *ibid.*). Monumentos como o “Portugal dos Pequeninos” ficarão a atestar estes momentos altos da exaltação da nacionalidade, mas que deixam para sempre gravado o nome do regime.

²⁹⁴ Entre estas, conta-se a entrevista à jornalista francesa Christine Garnier, depois publicada em *Férias com Salazar* (*vid.* Bibliografia).

2.3. A Concordata de 1940

Estas celebrações vão terminar com uma verdadeira chave de ouro: a assinatura do acordo entre a Santa Sé e o Estado Novo chamado Concordata e o Acordo Missionário que estabelecem as bases futuras de entendimento e actuação da igreja católica em relação ao regime.

A Concordata representa a chave de ouro destas celebrações centenárias. Através da Concordata a Igreja e o Estado Novo sanam um velho diferendo herdado da Primeira República assinando um pacto de colaboração em que ambos retiram dividendos políticos e sociais. Para o poder temporal fica assegurada a parceria na evangelização da metrópole e a repartição de tarefas de conformidade e manutenção do *status quo.*, objectivos também essenciais do regime. Aliás em questões doutrinárias e catequéticas as divergências são quase nulas (Cf. *Catecismo da A.C.P.* - Acção Católica Portuguesa).

Ficam garantidos os privilégios da Igreja²⁹⁵ mas também o seu silenciamento acerca dos problemas sociais e culturais. Por isso dizemos que a Igreja ficou remetida à sacristia porque ficava confinada aos seus interesses espirituais que não condiziam com a mensagem evangélica de luz dos homens e dos povos.

Finalmente não por ser instituição do Estado Novo mas por ser um marco jurídico importante para a consecução da “missão” pedagógica de “salvar” a pátria, temos a Concordata de 1940 que remete a principal parceira, na conquista do poder, a igreja católica portuguesa, para a sacristia. Conhecedor profundo destas fronteiras porque foi formada dentro desses muros, Salazar, em troca, abre-lhe todos os espaços nacionais, com a condição de não se intrometer nas malhas do poder temporal.

As autoridades eclesiásticas, aliás cúmplices de todas estas estratégias que levaram Oliveira Salazar ao poder, comprometem-se com a Concordata de 7 de Maio de 1940 a não ultrapassar as barreiras que lhe são impostas. Em contrapartida estritamente

²⁹⁵ O tema dos privilégios da Igreja católica portuguesa tem sido objecto de alguma controvérsia. Os historiadores e juristas católicos dizem que não são privilégios, mas simples reposição dos direitos tirados pela Primeira República. Historiadores independentes defendem que Igreja católica portuguesa é privilegiada em relação a outras instituições religiosas da época. Uma coisa é certa: a Igreja católica portuguesa sempre reivindicou a Salazar maior autonomia no campo do ensino, com o argumento de que a família, antes de estar sob a alçada do poder temporal, pertencia à jurisdição espiritual da Igreja, porque os seus membros eram baptizados. Depois do 25 de Abril, no sector do ensino, a Igreja católica conseguiu mais autonomia pedagógica e benesses sociais e económicas do que conseguiu durante o Estado Novo (Cf. Cruz: 1954).

dentro da esfera pastoral são-lhe concedidas todas as liberdades e privilégios em relação às outras instituições religiosas.

Se fizermos um paralelo entre as concessões e as exigências do Estado Português verificamos que embora houvesse exigências e concessões de parte a parte, a autonomia do Estado em relação à Igreja saiu reforçada. Se a Constituição de 1933 representa um momento de ruptura com os ideários da Primeira República e o regresso dos militares aos quartéis sob a mão firme de Salazar e a supervisão de Carmona, a Concordata de 1940 representa outro ponto de viragem no fortalecimento do poder autónomo e unipessoal de Salazar.

A assinatura da Concordata em 1940 delimitando o papel da Igreja Católica portuguesa no campo político e social, deixa Oliveira Salazar com as mãos livres, para exercer o seu poder, sem que esta lhe possa colocar quaisquer entraves.

Quadro n.º7 - Paralelo entre as concessões e as exigências do governo de Salazar	
O Estado Português concede:	O Estado Português exige:
<p>Artigo I Reconhece a personalidade jurídica da Igreja Católica. Assegura relações amigáveis com a Santa Sé.</p> <p>Artigo II Garante à Igreja Católica o livre exercício da sua autoridade: na esfera da sua competência; tem a faculdade de exercer os actos do seu poder de ordem e jurisdição sem qualquer impedimento: (...) Tudo o que se refere ao seu ministério pastoral.</p> <p>Artigo III Permite à Igreja Católica organizar-se, livremente, de harmonia com as normas do Direito Canónico.</p> <p>Artigo VI Reconhece à Igreja Católica em Portugal a propriedade dos bens que anteriormente lhe pertenciam e estão ainda na posse do Estado, como templos, paços episcopais e residências paroquiais, com seus passais, seminários com suas cercas, casas de institutos religiosos, paramentos, alfaias e outros objectos affectos ao culto da religião católica, salvo os que se encontram actualmente applicados a serviços públicos, ou classificados como “monumentos nacionais” ou como “imóveis de interesse público”.</p> <p>Artigo VIII Isenta de qualquer imposto ou contribuição geral ou local os templos e objectos nele contidos, os seminários ou qualquer estabelecimento destinado à formação do clero.</p>	<p>Artigo IV Que as associações ou organizações a que o Estado reconhece personalidade jurídica, se para além dos fins religiosos se propuserem também fins de assistência e beneficência (...) ficam, na parte respectiva, sujeitas ao regime instituído pelo Direito português.</p> <p>Artigo IX Que os Arcebispos, os Bispos residenciais seus coadjutores <i>cum jure successionis</i> e auxiliares, párocos, reitores de seminários e em geral directores e superiores de institutos ou associações dotados de personalidade jurídica com jurisdição em uma ou mais Províncias do país deverão ser cidadãos portugueses.</p> <p>Artigo X Que a Santa Sé, antes de proceder à nomeação de um Arcebispo ou Bispo residencial <i>cum jure successionis</i> comunique o nome da pessoa escolhida ao Governo português, a fim de saber se há objecções de carácter político geral.</p> <p>Artigo XX Que as associações e organizações da igreja podem livremente estabelecer e manter escolas particulares paralelas à do Estado ficando sujeitas nos termos do Direito comum à fiscalização deste. Ao Estado deverão ser comunicados os livros adoptados nas disciplinas não filosóficas ou teológicas dos seminários ou quaisquer outros estabelecimentos de formação ou alta cultura eclesiástica. As autoridades competentes cuidarão que no ensino das disciplinas especiais como no da História se tenha em conta o</p>

<p>Artigo XI Assegura que no exercício do seu ministério, os eclesiásticos gozem de protecção do Estado nos mesmos termos que as autoridades públicas.</p> <p>Artigo XII Assegura que os eclesiásticos não possam ser perguntados pelos magistrados ou outras autoridades sobre factos e coisas de que tenham conhecimento por motivo do sagrado ministério.</p> <p>Artigo XXI Determina que o ensino ministrado pelo Estado nas escolas públicas será orientado pelos princípios da doutrina e moral cristãs tradicionais no País.</p> <p>Artigo XXVII (...) Subsidia as dioceses e circunscrições missionárias.</p>	<p>legítimo sentimento patriótico português.</p> <p>Artigo XXVIII Que os Ordinários das Dioceses e circunscrições missionárias, quando não haja missionários portugueses em número suficiente, podem de acordo com a Santa Sé e o governo chamar missionários estrangeiros, os quais serão admitidos (...) desde que declarem submeter-se às leis e tribunais portugueses. Esta submissão será a que convém a eclesiásticos.</p> <p>Quando dentro de cada diocese ou circunscrição missionária forem estabelecidas novas direcções missionárias, a nomeação dos respectivos directores não podendo recair em cidadãos portugueses só será feita depois de ouvir o governo português.</p>
---	--

A Igreja Católica, de fiel aliada na construção e consolidação deste poder, aceita recolher aos aposentos dourados proporcionados pelo regime, ficando arredada de uma das suas missões fundamentais: a liberdade para intervir política e socialmente em favor sobretudo dos mais desfavorecidos e condenar os abusos e injustiças do poder temporal.

Chegará o tempo em que este comprometimento da igreja católica portuguesa com o Estado Novo vai ser objecto de contestação do laicado militante e até do próprio Bispo do Porto. A hierarquia eclesiástica, contudo permanecerá fiel aos compromissos assumidos numa posição dúbia que ficará registada a cinzento na história da Igreja Católica portuguesa.

Depois de afastar a Igreja Católica portuguesa da cena política, havia que efectuar algumas operações cosméticas na Lei Fundamental do País, a Constituição de 1933, para calar as vozes dos países democráticos e aliados na luta contra o comunismo.

As instituições que sustentavam o regime também se iam degradando e precisavam de serem reforçadas com novos dirigentes para cumprirem a sua missão.

As revisões e alterações da Constituição como podemos verificar no esquema que se segue são sempre no sentido de fortalecer o poder pessoal de Salazar, rejeitando a recorrência a eleições que, a seu ver, perturbavam a paz e a tranquilidade de que o país usufruía.²⁹⁶

²⁹⁶ A realidade, porém, era outra: o Ministro do Interior “completando a sua viagem pelo país veio ao Norte auscultar da miséria e indigência provocadas pels temporais e pela crise de trabalho. Aquele

Quadro n.º 8 - Revisões e alterações ao texto inicial da Constituição de 1933 (Rosas, 1992: 115).

<p>1935/1938 - Reforço dos poderes do governo, em detrimento da Assembleia Nacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Corporativa passa a ser órgão consultivo, também do governo; ▪ governo passa a ter competência para aprovar tratados e convenções internacionais. 	<p>Lei n.º 1:885 de 23 de Março de 1935; Lei n.º 1:910 de 23 de Maio de 1935; Lei n.º 1:945 de 21 de Dezembro de 1936; Lei n.º 1:963 de 18 de Dezembro de 1937; Lei n.º 1:966 de 23 e Abril de 1938.</p>
<p>1945 – governo passa a ser o órgão legislativo normal. 1951- Revisão contitucional antecipada:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ definem-se as matérias da exclusiva competência da Assembleia Nacional; ▪ atribui-se à Câmara Corporativa a possibilidade de sugerir ao Governo providências que julgue necessárias. <p>1959- Revisão constitucional ordinária:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Presidente da República passa a ser eleito por um colégio eleitoral restrito; ▪ Número de deputados aumenta de 120 para 130. 	<p>Lei n.º 2:009 de 17 de Setembro de 1945; Lei n.º 2048, de 11 /06/ 1951;</p> <p>Lei n. 2100, de 29/08/ 1959.</p>

Quanto às principais instituições que enquadravam a sociedade portuguesa também não vão ser objecto de reformulações estruturais, mas apenas de pequenos ajustamentos momentâneos para aumentar a sua eficácia. Oliveira Salazar continuará a apoiar-se nelas para manter o *status quo* do regime, durante os restantes anos. As que foram mais visadas e incentivadas nos seus discursos:

- União Nacional – discursivamente congregar todas as sensibilidades políticas, num organismo apartidário. Contudo, monopolizou a vida política. Dos seus quadros saíram todos os candidatos à Assembleia Nacional e à Câmara Corporativa até 1945.
- Legião Portuguesa - vigiar os inimigos da Pátria para os denunciar.²⁹⁷
- Instituto de Trabalho Nacional - coordenar a estrutura corporativa para substituir as forças sindicais, nacionalizando o mundo do Trabalho.

membro do governo esteve em Gaia, Matosinhos e Porto colhendo elementos para o seu inquérito e veificando, assombrado, alguns dos mais angustiosos aspectos da miséria cidadina. Num casarão na R. da Arménia, o Sr. Dr. Mário Pais de Sousa pôde observar um dos mais lancinantes quadros de horror-duzentas e tal pessoas em promiscuidade imunda “viverem” ali -morrendo a pouco e pouco. (...) O governo, sabendo do que se passa no Porto, resolveu conceder a este distrito, mais um pequeno subsídiode 50 contos destinado à “Sopa dos Pobres” (*Jornal de Notícias* de 02/03/1936).

²⁹⁷ Legionários: “está o inimigo ainda na repartição pública, está ainda no ensino, está ainda na imprensa, está ainda no teatro, e no cinema, no boato, na má língua, no desalento dos derrotistas. Fixa-se ou muda-se, conforme as circunstâncias e as necessidades; vai do campo para as cidades e das cidades para as aldeias, em segredos alvoroçados, em propagandas dissolventes, em resistências e más vontades. Simplesmente nós também *estamos, estamos sempre e em toda a parte*” (Salazar, 1959: 20).

▪ Secretariado de Propaganda Nacional - internacionalizar o regime e nacionalizar o mundo da cultura e do lazer.

Salazar perante as novas ameaças ao seu poder, cerca-se de uma elite ministerial agora mais técnicos que militares, com acréscimo significativo de professores universitários unidos na fidelidade ao Estado Novo:

“Muito embora a dupla condição de católico e monárquico atravessasse alguns membros da elite, o fundamental a salientar, sobretudo em relação à Ditadura Militar é a diminuição dos ex-filiados em partidos republicanos conservadores (incluíam-se aqui ministros como Duarte Pacheco, Albino dos Reis ou Rafael Duque) e o aumento da elite que provinha do campo monárquico que já se compunha de alguns elementos formados na juventude pelo Integralismo Lusitano, como Pedro Teotónio Pereira e Marcelo Caetano, ou mesmo com um passado imediato fascizante, como João Pinto da Costa Leite (Pinto, 2001: 1063).

A actividade discursiva de Oliveira Salazar acompanha *pari passu* a gradativa consolidação da sua “missão pedagógica”. Faz a apologia, quase angelização das suas novas propostas para o lançamento dos “fundamentos e sólidos pilares“ (Salazar, 1935: 52) da nova ordem política, onde vai assentar o Estado Novo e da nova ordem financeira e económica pelo equilíbrio das contas públicas. Na vertente política, o ponto mais alto deste período de tempo é a aprovação da nova Constituição Política - 1933²⁹⁸.

Outros momentos altos desta fase são a comemoração do centenário da independência de Portugal- 1140, assinalado com várias exposições de âmbito nacional e internacional.

As datas são aproveitadas por Oliveira Salazar e sua elite ministerial para retomar as matrizes da sua “missão” pedagógica e difundi-las junto do grande público, através dos meios de propaganda do regime. Ao mesmo tempo, pretendem ser uma afirmação do Estado Novo, junto das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e junto dos públicos estrangeiros.

²⁹⁸ “(...) e o Governo preparava um projecto de Constituição que estabelece a nova ordem de coisas ” (Salazar, *ibid.*: 161).

Todas têm em comum esta particularidade: a criatividade dos artistas participantes esteve subordinada aos desígnios políticos do regime, ou seja a exaltação nacional. A nível interno reforça seu poder absoluto. Com os militares debaixo da sua tutela e supervisionados pelo presidente da República, avança para o controlo sobre a igreja que faltava. A Concordata de 1940 selou o compromisso da igreja portuguesa em não interferir nas questões políticas e sociais, ficando relegada ao seu papel de evangelização e santificação:

“Só por excesso de comodismo e desconhecimento das posições relativas do Estado e da Igreja é que iríamos abandonar estas tarefas (a doutrinação social e política) (...) que podia prejudicá-la na sua acção de evangelização e santificação das almas” (Salazar, *ibid.*: 204).

Concentra o poder nas suas mãos e maneja as informações através de lacónicos comunicados. Está atento ao ressurgir dos adversários. O povo dispendo apenas das notícias que o regime lhe proporciona é compelido a mostrar-se agradecido a Salazar por tê-lo livrado da guerra e esquece as privações que foi obrigado a suportar, devido à sua política de austeridade para engrossar o erário público.²⁹⁹

Sozinho assume as responsabilidades de conduzir as estratégias diplomáticas para preservar a sua “missão”. Fica com os louros e consolida posições públicas aos olhos da maioria agradecida. Da sua parte parece também estar de consciência tranquila:

“O que acima de tudo importa é que se tenha encontrado o verdadeiro caminho, seguindo o qual o povo pode viver tranquilamente a sua vida e a Nação cumprir a sua missão histórica, isto é, que se realize o que é *essencial na vida* e se seja fiel ao que é *permanente na História*. Só isso na verdade é transcendente para o futuro do País” (Salazar, 1959: VIII).

Em contraponto às efusivas comemorações festivas do Centenário da Nacionalidade, o regime procura manter despercebida, e até como um acontecimento normal, a morte de Hitler, a vitória dos Aliados e o fim do Segunda Guerra Mundial.

²⁹⁹ “Depois a Providência dispôs em seus altos desígnios que pudéssemos atravessar o conflito sem sermos directa e activamente envolvidos nele e sem nele sacrificarmos mais que dinheiro, esforços, cuidados, algumas privações que, sendo muito em si, tudo se deve ter por pouco, em face do que outros houveram de sofrer ” (Salazar, 1951: 95).

“ Em Lisboa considera-se à morte de Hitler que se está perante o falecimento do Chefe de Estado de um País que tem com Portugal relações diplomáticas normais . Num momento de desatenção, Teixeira Sampaio determina que o protocolo do Estado, embora de forma limitada tome medidas usuais: não se decreta luto nacional, mas são içadas bandeiras a meia haste. Desencadeia-se em toda a parte uma reacção exasperada: como pode o governo português exprimir pesar pela morte de Hitler? Estupefacto o *Foreign Office* pergunta para Lisboa. “ é mesmo verdade?” (Nogueira, 1986: 565- 566).

Os jornais afectos ao regime porque os restantes foram silenciados, procuram travar a natural euforia das oposições, não dando relevo ao fim da Segunda Guerra mundial, nem às manifestações espontâneas do povo, sobretudo das cidades: Franco Nogueira, mais tarde ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar, descreve-as assim:

“A título de curiosidade: alguns grupos marchavam levando erguidos à frente quatro paus de bandeira: em três hasteavam as bandeiras de Inglaterra, Estados Unidos e França: e empunhavam nu e vazio um quarto mastro. Subentendia-se que se destinaria à bandeira russa se essa não fosse proibida ” (Nogueira, *ibid.*: 567).

Salazar, falando do acontecimento, pouco depois, a 8 de Maio, perante a Assembleia Nacional

“(…) regozija-se com a paz; afirma que a terra está ensopada de sangue e lágrimas e que ” haverá por toda a parte a doce sensação de um quebrar de algemas, acordar de pesadelos e renascer para a vida e felicidade possíveis” (Nogueira, *ibid.*: 568).

E quanto a Portugal:

“Dispôs a Providência em seus altos desígnios que pudesse atravessar incólume todo o conflito, sem sacrificar mais que dinheiro, esforços, cuidados, algumas privações; e sem sacrificar, tão – pouco, a dignidade da Nação ou os seus interesses e amizades. Houve que ter plena consciência dos riscos, mas não se

exageraram estes, quando houve que prestar serviços a amigos ou aliados”
(Nogueira, *ibid.*: 568).

Defender o seu poder em momentos mais críticos era defender também a sua “missão”. A estratégia de Salazar é desvalorizar a vitória das democracias aliadas e da sua inimiga figadal a Rússia contra os regimes fascistas, com os quais era internacionalmente mais conotado. Por isso enfrenta aberta e pragmaticamente a questão e dá de imediato a resposta:

“Ora a guerra foi travada entre duas bandeiras: a doutrina nazi que tudo reduz ao Estado totalitário no plano interno e ao Estado hegemónico no plano externo e a doutrina da democracia. À primeira sempre o Estado Novo rejeitou, e neste particular fora bem claro o 1.º Congresso da União Nacional há 11 anos. No que toca à segunda há que abrir várias questões: trata-se da democracia no quadro das instituições inglesas, ou num quadro de instituições americanas, ou num quadro de instituições russas a que aliás nenhum dos dois primeiros se afeiçoa ” (Nogueira, *ibid.*: 572).

E após a sua vasta argumentação em defesa do Estado Novo, sem admitir contraditório, remata: “Então os verdadeiros democratas somos nós” (*ibid.*)

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ACCIAULI, M. (1998), *As Exposições do Estado Novo 1934 - 1940*, Tese de doutoramento (U. N. L. 1991), Lisboa, Livros Horizonte.

BARRETO, A.; FILOMENA MÓNICA, M. (orgs.) (1999), *Dicionário de História de Portugal*, 9, Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas.

BRANDÃO, PEDRO, R. (2002), *Salazar- Cerejeira a “força” da Igreja. Cartas Inéditas do Cardeal Patriarca ao Presidente do Conselho*. Lisboa: Notícias

CRUZ, BRAGA DA, G. (1954), *Direitos da Família, da Igreja e do Estado*. Lisboa, Edição da Conferência Nacional dos Institutos Religiosos.

GARNIER, C. (1952), *Férias com Salazar*, Lisboa, Parceria Maria Pereira.

MATOS, H. (2003), *Salazar. A Construção do Mito*. Lisboa, Temas e Debates.

MEDINA, João (2000) *Salazar, Hitler e Franco. Estudos sobre Salazar e a Ditadura*. Lisboa, Livros Horizonte.

NOGUEIRA, F. (1986), *As Grandes Crises (1936- 1945)*. Vol III, 3.^a ed., Porto, Livraria Civilização.

OLIVEIRA, C. (1987), *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa, Edição “O Jornal”.

RIBEIRO, M. DA C. (1995), *A Polícia Política no Estado Novo 1926- 1945*. Lisboa, Editorial Estampa.

ROSAS, F. (1992), *Portugal e o Estado Novo: 1930-1960*. Lisboa, Editorial Presença

SALAZAR, A. O. (1935), *Discursos (1928-1934)*, vol. I. Coimbra, Coimbra Editora.

SALAZAR, A. O. (1937), *Discursos e Notas Políticas (1935-1937)*, vol. II. Coimbra, Coimbra Editora.

SALAZAR, A. O. (1951), *Discursos e Notas Políticas (1943-1950)*, vol. IV. Coimbra, Coimbra Editora.

SALAZAR, A. O. (1959), *Discursos e Notas Políticas (1951-1958)*, vol. V. Coimbra, Coimbra Editora.

PERIÓDICOS:

O SÉCULO de 8/05/1945.

JORNAL DE NOTÍCIAS de 02/03/1936; 27/04/1936.

ANÁLISE SOCIAL, Pinto, A. C. “O Império do Professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)” (2001), vol. XXXV, n.º 157.

ESCOLA PORTUGUESA, “Pastoral Colectiva do Episcopado Português, sobre as comemorações centenárias” *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 289 de 9 de Maio de 1940.

CAPÍTULO SÉTIMO: DO FIM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL ATÉ À SUA DESTITUIÇÃO DO GOVERNO, POR TOTAL INCAPACIDADE FÍSICA	233
1. SABER PERMANECER: 1945 – 1968.....	233
1.1. Um poder pragmático, perante uma oposição desunida.....	233
1.2. A subordinação da economia à “missão” pedagógica, ou uma reforma estrutural adiada.....	237
2. SABER SOBREVIVER AO DESMORONAMENTO DOS SUPORTES REAIS E SIMBÓLICOS DO ESTADO UNITÁRIO (1958- 1968).....	245
2.1. As eleições de 1958: a oposição <i>ab intra</i>	245
2.2. O princípio do fim.....	254
2.3. A queda fatal e a ilusão do poder.....	257
2.4. O mito de Salazar.....	257
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	261

CAPÍTULO SÉTIMO: DO FIM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL ATÉ À SUA DESTITUIÇÃO DO GOVERNO, POR TOTAL INCAPACIDADE FÍSICA

O fim da segunda guerra mundial se, por um lado, deu a oportunidade a Salazar de ser reconhecido e mesmo consagrado como salvador providencial da pátria, por outro, representa o início de um ciclo que o levará inexoravelmente à queda.

A ditadura mais longa da Europa resiste por todos os meios à erosão do poder provocada pelas mudanças estruturais políticas e económicas, sabendo num zigue-zague diplomático manter-se igual a si mesmo, durante as duas guerras. Consegue sobreviver à Guerra Fria, alinhando contrafeito, ao lado de outras potências politicamente hostis e mesmo fazer parte de organismos internacionais, mas não consegue sobreviver à erosão da própria existência.

Para Salazar, o poder, em última instância, foi-lhe dado por uma entidade simbólica para uma “missão” *ad hoc* contra um inimigo, também simbólico. Neste projecto, consumiu a sua existência, sem pensar sequer na sua continuidade.

1. SABER PERMANECER 1945 - 1958.

1.1. Um poder pragmático, perante uma oposição desunida.

A vitória dos aliados não apanhou Salazar desprevenido (Nogueira, 1986: 586). Mais do que ninguém foi ele, o ministro dos Negócios Estrangeiros que conduziu a política externa portuguesa. Dois anos antes do fim da guerra, já se tinha preparado, fazendo uma profunda remodelação ministerial. Abandona a pasta da Guerra que entrega a um seu delfim, capitão Santos Costa, mas conserva a dos Negócios Estrangeiros, cercando-se dos seus homens mais fiéis.³⁰⁰

A sua estratégia é clara: quando chega a hora do reconhecimento mundial da derrota das ditaduras, aparentemente alheia-se, continuando a pregar o mesmo discurso contra o inimigo, o comunismo, mas mantendo reservas em aderir aos novos blocos democráticos com a nova hegemonia dos Estados Unidos da América. Só tardiamente, se decide a dar uma “aragem de democracia” (Antunes, 1993: 5) ao regime, aderindo ao

³⁰⁰Recrutado de entre os seus amigos mais fiéis dos tempos de Coimbra. “É um governo de nome e prestígio” (Barreto e Mónica, *ibid.*: 369).

bloco dos países democráticos, mas sem se comprometer politicamente, apelando agora para o direito à diferença:

“Cada país em que os dirigentes políticos têm plena noção das suas responsabilidades, há-de ter as instituições que melhor se adaptem ao seu modo de ser e dele façam elemento prestante da comunidade internacional e há-de conceder e garantir aquele grau de liberdade consentâneo com a eficiência das disciplinas interiores do homem e exteriores do meio social (Salazar, 1951: 16).

Para o Estado Novo os primeiros quatro anos depois da vitória dos aliados são um tempo de se recompor dos abalos provocados pelas dificuldades económicas impostas pela guerra e pôr termo a falsas expectativas, tanto a nível nacional como internacional. Oliveira Salazar, prudentemente, espera para ver o evoluir dos acontecimentos.

Na Segunda Guerra Mundial a sua grande preocupação é a nível externo salvar a integridade da Pátria e, a nível interno, refutar as críticas das oposições com a singularidade do regime, colocando-se, pragmaticamente, do lado da democracia, mesmo continuando a duvidar dela, discursivamente.

“E tenho de concluir que, se é indiscutível ter o totalitarismo morrido por efeito da vitória, a democracia tanto na sua definição doutrinária, como nas suas modalidades de aplicação, continua sujeita a discussões. E bem” (Salazar, *ibid.*).

O Salazar doutrinador, até alcançar o poder, deu lugar ao governante pragmático que tem um dever a cumprir, sem obstáculos que o demovam.³⁰¹ Confrontado com duas guerras, a civil de Espanha e a Segunda Guerra Mundial a sua obsessão é permanecer, para continuar a sua “missão” de “salvar” a Pátria. Através de sortilégios discursivos poucos dias depois da vitória dos aliados – 18 de Maio de 1945, perante a Assembleia Nacional, tenta encontrar argumentos para justificar o regime por ele construído.

³⁰¹ “Distanciou-se por igual, serviu-se por igual de todos - católicos, ateus, intelectuais, artistas, militares, democratas. Trabalhou cm maçons mas ilegalizou-lhes o Grande Oriente Lusitano; defendeu espíritas, mas interditou-lhes a federação; Homenageou monárquicos mas impediu-lhes a restauração do trono; conviveu com homossexuais mas deixou-os serem perseguidos; conviveu com republicanos, mas sonegou-lhes a democracia ” (Dacosta, 2000: 110).

“Se a nossa Constituição não adopta o regime parlamentar e se aproxima mais do regime presidencialista, tirando de um e outro o que mais convinha (...) não julgo valer a pena grandes discussões doutrinárias para defender ou combater tais soluções; o que mais interessa é averiguar se ela deu paz e ordem à nação, se a fez progredir em benefício da colectividade, se a converteu em elemento perturbador ou colaborante na vida internacional” (Salazar, *ibid.*: 117).

No momento em que os olhos do mundo estão virados para as duas ditaduras que ainda resistem, Salazar até consegue arranjar explicação para um dos temas mais quentes de momento como é o exercício das liberdades públicas: “Alguns, porém, formularão, receosos, uma dúvida, quanto ao exercício de certas liberdades públicas. Atacarei de frente a dificuldade” (Salazar, *ibid.*).

Embora no respeitante às liberdades públicas admita diferenças “mais generosas” na Constituição de 1911 em relação ao regime vigente, depressa esvazia esse argumento com habilidade:

“Podemos abertamente reconhecer que a Constituição de 1911 e leis complementares eram, nesse particular, mais generosa que o regime actual - mais generosa para os que se contentam com fórmulas abstractas vazias de conteúdo (...) isto é as liberdades interessam, na medida em que podem ser exercidas e não na medida em que são promulgadas” (Salazar, *ibid.*: 117- 118).

E a sua avaliação – “verdadeira”³⁰² - da política portuguesa dá-lhe argumentos para prosseguir:

“(...) uma na ordem dos factos, se goza hoje em Portugal de mais liberdade que anteriormente; outra no terreno dos princípios e é que o grau das liberdades públicas efectivas depende da capacidade dos cidadãos, não da concessão magnânima do Estado” (Salazar, *ibid.*).

E termina com um aviso aos que esperavam profundas mudanças no pós-guerra, concluindo que nada, nem sequer as mudanças internacionais mudarão esta atitude. Está firme e determinado a cumprir a sua “missão” até ao fim, a permanecer a todo custo.

³⁰² Novamente as dualidades verdade/ mentira/ verdade/erro, enformam a argumentação de Oliveira Salazar.

“Nada do que tenho presenciado e vivido modificou a minha visão dos factos, ou alterou a minha convicção. Sou, pois, obrigado em consciência a manter-me fiel àquelas directrizes. Teimo em crer que são as úteis à Nação Portuguesa, à sua paz e ao seu progresso e é isso que acima de tudo me importa, me conduz e me inspira” (Salazar, *ibid.*: 122).

Dentro desta lógica política, a nível interno procura conter a euforia da oposição, agora congregada no M.U.N.A.F. - Movimento de Unidade Nacional Antifascista, criada em 1943, mas sem legalização e ainda a lutar pela hegemonia interna. A sua maior preocupação, por enquanto, é evitar pontes de entendimento entre a oposição ao regime e os aliados.

Para não destoar da sua velha aliada, a Inglaterra, logo em 1945 promulga a revisão da Constituição de 1933³⁰³, dissolve a Assembleia Nacional, e promete realizar eleições “tão livres como na livre Inglaterra” (*ibid.*).

O M.U.D., Movimento de Unidade Democrática, é apanhado de surpresa. Procura organizar-se com um estatuto não reconhecido oficialmente, mas tolerado *ad hoc*, sendo até recebido pelo Presidente da República. Embora seja polarizado à volta do partido comunista português, agrega personalidades doutros quadrantes políticos. Organiza as suas comissões e reivindica condições mínimas de legalidade democrática. O regime está atento e perante esta rápida mobilização passa à acção, impondo condições.

Perante as ciladas do governo que, de 12% dos eleitores inscritos, passou para 75% e da imposição de que um dirigente do Estado Novo fiscalizasse as listas das assinaturas da oposição, desistiu. As consequências imediatas são o saneamento das principais personalidades que aderiram a esse movimento e a sua ilegalização. São eleitos 120 deputados do governo, sem qualquer oposição. Esta desistência à boca das urnas por considerar não haver igualdade de tratamento dos candidatos não desagradou a Salazar. A frustração da oposição constitui uma vitória para o regime. Aos olhos internacionais a posição do governo sai reforçada.

³⁰³ A principal modificação é a substituição de um lista única proposta ao sufrágio dos eleitores, por uma lista em cada um dos 30 círculos eleitorais a entregar no Governo Civil. Contudo, o governador civil podia excluir os candidatos que professassem “ideias contrárias à existência de Portugal como Estado independente ou à disciplina social“ e, em 1949, eram igualmente excluídos “os que professassem ideias contrárias aos princípios fundamentais da ordem social estabelecida” (Rosas, 1992: 57).

Para desmobilizar a oposição e para dar a ilusão de uma perspectiva mais liberalizante aos olhos externos Salazar vê-se coagido, neste período do pós-guerra, a promover ainda mais algumas reformas no aparelho repressivo dos direitos e garantias dos cidadãos oposicionistas que não colidam com os objectivos da sua “missão”:

- Novos Tribunais Plenários substituem os tribunais militares no julgamento dos crimes políticos e acções contra a segurança do Estado:
- A P.V.D.E. muda o nome para P.I.D.E. (Cap.º 5.º, Parte III).

Seguem-se as eleições para a Presidência da República. Aqui a oposição temendo represálias está menos entusiasmada, não obstante o seu candidato ter mais peso político.³⁰⁴ Era o general Norton de Matos que também se retira à boca das urnas. Carmona, o candidato da União Nacional é reeleito sem oposição em Fevereiro de 1949.

Com a morte de Carmona voltaram as eleições para a Presidência da República em 1951. Salazar alvitado por Marcelo Caetano, para exercer o cargo, declinou a sugestão. Prefere continuar a ocupar a Presidência do Conselho. A oposição divide-se e apresenta dois candidatos: um conotado com o partido comunista português, professor da Universidade do Porto, Ruy Luis Gomes e outro mais moderado, o Almirante Quintão Meireles. As divergências tornam a reacender as divergências ideológicas entre a oposição, para gáudio de Salazar. O primeiro desiste à boca das urnas, alegando não estarem reunidas condições para eleições livres. O segundo foi vetado pelo Conselho de Estado que na última revisão constitucional tinha o direito de se pronunciar sobre a idoneidade dos candidatos. A situação interna corria-lhe de feição.

No plano externo, a adesão de Portugal à Organização do Tratado do Atlântico Norte, ou O.T.A.N. como membro fundador, em 1949, significa entrar oficialmente para a nova ordem internacional, depois de algumas hesitações, após o termo da Segunda Guerra Mundial.

1.2. A subordinação da economia à “missão” pedagógica, ou uma reforma estrutural adiada.

³⁰⁴ O M.U.D. tinha sido ilegalizado em Março desse ano e os seus dirigentes presos. Os elementos sobrantes e a oposição na generalidade agruparam-se à volta do M.U.D. juvenil. Era o “canto do cisne” da oposição até 1958 (Rosas, 1992: 66).

Jogando na antecipação e no pragmatismo, anuncia, nos anos cinquenta, as reformas encetadas pelo regime. São reformas que pretendem reforçar as traves-mestras do regime - e não alterar o curso das suas políticas:

“A observação atenta da vida do regime denunciará logo duas falhas importantes – a suspensão da evolução corporativa e a quase inexistência de doutrinação política. (...) É pois tempo de reacender o antigo fogo e continuar caminho” (Salazar, *ibid.*: 141).

No ensino, promovendo as “Campanhas de Alfabetização dos Adultos”, em que é privilegiado o conteúdo doutrinário em detrimento dos conhecimentos técnicos para garantir uma mão de obra mais eficiente, porque a economia em expansão assim o exigia; na indústria lançando os “Planos de Fomento”³⁰⁵ para conseguir ultrapassar o grande atraso económico em que o País se encontrava, mas conservando os mesmos valores morais.

Portugal é um País essencialmente agrícola, em que os campos ocupam, em 1953, 44,2% dos nossos activos e era deles que, em 1950, provinham 33,5% - isto é cerca de um terço, da riqueza nacional,” contra 31, 7% da indústria (Mattoso, 1994: 431- 432).

Salazar nunca fala apenas de valores, mas, sim, de valores morais. Contrariamente aos valores laicos liberais como a honra, carácter, responsabilidade ou vergonha que serviam um certo equilíbrio individual e social, estes valores morais são canónicos. Não se discutem, mas cumprem-se, porque “representam a expressão de uma herança colectiva e o conceito do que desejamos continuar a ser no mundo ” (Salazar, *ibid.*: 406).

Salazar não rejeita o desenvolvimento económico, desde que se conjugue com o “interesse nacional”, isto é, não seja obstáculo ao equilíbrio social, nem gerador de indisciplina que ponha em causa o poder político, garante desse mesmo interesse nacional.³⁰⁶ Contudo, não pode fugir à realidade histórica que se traduz no seguinte

³⁰⁵ Sendo três Planos, apenas o primeiro se enquadra neste período que estamos a tratar: 1953-1958.

³⁰⁶ Este interesse nacional que constitui a chave dos Discursos de Oliveira Salazar, também traduzível por *ad maiorem Patriae gloriam* é uma réplica da proposição eclesiástica *ad maiorem Dei gloriam*.

quadro: de um lado o regime pautado pela lógica de clausura, a tentar fechar as portas à mudança que punha em causa o modelo ruralista, tradicional, romântico, na obediência aos valores tradicionais; do outro a emergência de uma Europa que renasce das cinzas da Segunda Guerra Mundial e tenta numa lógica de recuperação desenvolvimentista recuperar o tempo perdido.

O que regime teme será deixar as populações à mercê das leis incontroláveis do mercado que criarão conflitos e ambições que se traduzirão em “desordens”. No pensamento de Salazar compete exclusivamente ao Estado refrear estes ímpetos de interesses revolucionários, quer do capital quer do trabalho e obrigá - los a viver em harmonia, em nome dos altos interesses da Nação em que ele prioritariamente coloca os valores morais.³⁰⁷ Para ele, tanto o desenvolvimento industrial, como as formas e vida mais urbanas e cosmopolitas, características da sociedade contemporânea eram símbolo de decadência (Magalhães, 2004: 246).

Esta desconfiança sistemática no progresso, industrial ou científico enquadra-se nos quadros de “inteligibilidade seminarística” que eram comuns tanto a Cerejeira como a Salazar (Torgal, 1999: 69). Esta “inteligibilidade seminarística “ que vimos tentando encontrar na governaçãode Salazar tem as suas raízes na visão do “mundo” associado a materialismo, que, à data, era ministrada na formação dos clérigos. Apenas um exemplo, extraído de uma leitura obrigatória em todos os Seminários:

“é muito grande a preparação e o cabedal de virtude e de mortificação que se requer para tratar com os do mundo, para que eles não nos peguem os seus vícios e não nos arrastem aos seus costumes, antes que nós os convertamos aos nossos. *Quem tocar no pez, ficará manchado*, diz o Sábio (V. P.e Afonso Rodrigues, 1933: 48).

Como ministro das Finanças no governo da Ditadura Militar em 1931, aplicou a política de *condicionamento industrial* que tinha como fim o controlo da indústria

³⁰⁷ “Salazar não é um defensor do capitalismo: admite-o, se condicionado por si e pelo seu poder político (Barreto e Mónica, *ibid.*: 371).

portuguesa por nacionais e a regulação da produção e competição do mercado, cujos excessos eram encarados como causa central da crise económica³⁰⁸

Devido a todos estes condicionalismos, este Plano de Fomento acabou por ser responsável por um surto de desenvolvimento relativo, sobretudo induzido do exterior para o interior, pela abertura da economia portuguesa à actividade económica internacional e pelas negociações que levariam Portugal no final da década de 50 a aderir à Associação Europeia de Comércio Livre (E.F.T.A.). Salazar, não sendo opositor do capitalismo pretende dominá-lo e servir-se dele, enquanto não prejudicar o curso da sua “missão” pedagógica. Esta “domesticação” das forças do mercado para não alterar o equilíbrio das forças sociais insere-se no seu ideal de sociedade manietada pelo poder, como único controlador do desenvolvimento moral, cultural social e económico. Esta era uma estratégia de prudência e vigilância que sempre esteve presente durante os 40 anos de governo.

Na sua óptica, não há razões para mudar, porque a verdade é absoluta. Em Salazar, conjuga-se a trilogia valores morais, verdade e “salvação” da pátria. Por isso é imperioso que a Nação seja regida por esses valores morais, na senda da sua tradição católica, sem questionar.

“Neste domínio a verdade se afere, sobretudo pelo que, dentro dos princípios da moral, melhor sirva *hic et nunc* o interesse da Pátria. De modo que a questão posta consiste essencialmente se somos ou não capazes de nos manter unidos e fiéis a este pensamento e seguir pelos caminhos traçados até à inteira nacionalização das instituições e resolução dos nossos problemas fundamentais” (Salazar, 1959: 16).

A nível externo a “missão” pedagógica de Oliveira Salazar vai sofrer os primeiros abalos no período pós – Segunda Guerra Mundial. O capital político e social acumulado com a neutralidade portuguesa começa a desgastar-se, agora que as ditaduras foram derrotadas pelas democracias. Consciente deste facto, o Estado Novo adopta as estratégias que lhe parecem mais adequadas. Em primeiro lugar, concentra toda a sua vigilância no adversário político como inimigo número um, o comunismo e sintoniza

³⁰⁸ Decreto n.º 19:354 de 1931 em que se instituía formalmente o condicionamento industrial com carácter restrito e transitório. Pela Lei n.º 1:956 de 17 de Maio de 1937 o condicionamento é alargado com carácter de permanência. São propostas alguma alterações, mas as mudanças foram poucas (Brito, 1989: 119- 124).

contra esta doutrina os seus discursos. Neste campo obtém o aplauso da igreja católica e não desagrada às democracias envolvidas na Guerra-Fria. Em segundo lugar, continua a manter as fronteiras cerradas, a reforçar a polícia política e a censura a todas as ideias não convenientes ao “interesse nacional.” Em terceiro lugar, aparenta abrir-se à modernidade por eleições que pareçam democráticas, mas não abdica de previamente seleccionar e impor o candidato:

“O que temos a fazer é escolher de entre muitos servidores do mesmo ideal uma pessoa que convenha ao alto exercício da magistratura suprema do Estado pelas suas qualidades e virtudes, pela dignidade da sua vida pela compreensão do interesse público e das necessidades da política nacional, pela sua adesão, melhor direi, pela sua integração na ordem de ideias que nos tem inspirado e de cuja realização seja o primeiro garante ” (Salazar, 1959: 21).

As reivindicações democráticas, sobretudo nos meios urbanos, traduzidas em manifestações de júbilo pela derrota dos fascismos europeus e pela agitação social, prontamente reprimidas, levou o regime a algumas “alterações de ordem institucional” (Rosas, *ibid.*: 56). O regime vê-se, assim, coagido a alinhar pela nova ordem internacional, mas, sem se comprometer a nível interno. Salazar, redobra a vigilância e promove eleições a contra gosto. As suas expressões sempre que fala em eleições, são elucidativas: Quando da morte do Presidente da República Marechal Carmona, referia:

“mau grado os riscos do sempre contingente recurso ao eleitorado”. (...) “A Assembleia Nacional justamente impressionada com a perturbação que poderia advir de ter de proceder-se a nova eleição, no prazo máximo de sessenta dias ” (Salazar, 1959: 14 - 16).

As ainda altas taxas de analfabetismo³⁰⁹ e a diminuta mobilidade social,³¹⁰ , dois factores que favorecem a conformidade política estão a seu favor.

³⁰⁹ “Em 1950, as estatísticas internacionais falam de uma percentagem de analfabetos da ordem dos 44%, o que situa Portugal no último lugar europeu, a larga distância dos restantes países (Nóvoa, *ibid.*: 476).

³¹⁰ Na década de trinta há uma contracção muito grande, nas migrações internacionais. O retorno à expansão dos fluxos internacionais de recursos humanos só se realiza depois da Segunda Guerra Mundial (Martins, *ibid.*: 259).

Podemos considerar que até 1958 o regime acelera as perseguições aos inimigos, vai somando vitórias a nível nacional e internacional e gerindo o capital político e diplomático que auferiu durante as guerras, de onde a sua “missão” saiu reforçada. As lutas internas pelo poder são controladas por Oliveira Salazar³¹¹. As colónias também são preservadas. Os jogos diplomáticos provenientes da Guerra-Fria reforçam as suas posições políticas. O seu alinhamento pelo bloco ocidental acarreta novos proventos políticos. O partido comunista, duramente perseguido, não consegue passar da clandestinidade. As divisões entre as oposições pendem a seu favor. Permanecer, passa a ser a palavra de ordem. Faltam os grandes convulsões que se estão prestes a explodir. Não obstante, o regime continua com a cumplicidade da igreja católica³¹² a controlar e a tentar reforçar a situação interna, não obstante reconhecer a gravidade da situação.

Até aos fins dos anos cinquenta que marcam as eleições para a Presidência da República, Salazar, finalmente, vai acabar de construir o edifício corporativo que tinha iniciado em 1936.

“o problema é para mim tanto mais grave quanto continuo convencido de que só por meio do corporativismo nós podemos evitar os piores choques da luta de classes no campo social e da tendência para o partidarismo no terreno político ”
(Salazar, 1951: 141).

O Instituto Nacional de Trabalho e Previdência (I.N.T.P.) era o telhado do edifício corporativo que faltava. São oficialmente consolidadas as corporações “orgânicas” e a respectiva legislação

“Criada”de cima para baixo” pelo Estado, por ele rigidamente tutelada, a organização corporativa portuguesa, essencialmente económica, tardiamente mesmo completada neste domínio, tornar-se —ia um disforme corpo de burocracia e corrupção, florescendo à sombra de protecționismos e parasitismos

³¹¹ “O suporte impícito das democracias ocidentais dado ao regime de Salazar e o surto de desenvolvimento económico cujas consequências trouxeram uma melhoria relativa nas condições de vida e de trabalho, no decurso dos anos cinquenta, constituíram um conjunto de factores que concorreram para a explicação da perda de poder de iniciativa das oposições ao regime (Oliveira, 1987: 74).

³¹²“Pode, pois, afirmar-se com justiça, que o Estado, em Portugal – ressaltados certos aspectos de execução prática que não invalidam a obra do domínio dos princípios – tem sabido estar à altura dos direitos e deveres que lhe pertencem na actividade educativa, fora do domínio escolar: tem actuado com a necessária energia e com a possível amplitude e tem sabido nortear - se, doutrinalmente, pelas mesmas normas que se nortearia a Igreja e as famílias, se pudessem actuar com eficiência, dentro desse domínio (Cruz, 1954: 29).

vários, cedo se tornando num dos principais factores político- institucionais de resistência à modernização económica do país” (Rosas, 1992: 138).

Para quem proclamou o Estado corporativo na Constituição de 1933 esta demora tão prolongada em criar os sindicatos nacionais diz das dificuldades encontradas em implementar o sistema corporativo em certos sectores. Salazar quer resistir aos ventos da História, continuando a governar “Portugal (...) redimido em sacrifício e na dor, nas privações, no trabalho, na angústia destes calamitoso tempos, mas salvo, honrado, belo, engrandecido, como o divisamos já na aurora do amanhã!” (Salazar, 1959: 22). Estrategicamente, como governante pragmático, vai fazendo algumas concessões que não desvirtua a essência da sua “missão”. Assim:

- As colónias passam a designar-se Províncias Ultramarinas e o Ministério das Colónias passa a denominar-se Ministério do Ultramar (Revisão Constitucional de 1951, Lei n.º 2048, de 11/06/1951, *Diário do Governo*, nº 117, I Série 11/06/1951).

- É encerrada a colónia penal do Tarrafal- Cabo Verde, local de deportação, durante duas décadas para comunistas e anarquistas, com capacidade para 500 presos.³¹³

Em contrapartida e aproveitando a situação política favorável,³¹⁴ tenta desmentir as acusações de isolamento internacional, convidando alguns representantes dos países atlânticos a visitar Portugal, entre os quais a Rainha da Inglaterra Isabel II de Inglaterra em 18 de Fevereiro de 1957.

Neste clima de desanuiamento, o governo português até achou oportuno a visita do Generalíssimo Franco a Portugal. Um acto marcante desta visita, em 1949, foi a atribuição do doutoramento *honoris causa* em Ciências Jurídicas, na Universidade de Coimbra, por motivo da sua função político-militar. Foi seu “padrinho” o Cardeal Cerejeira e Guilherme Braga da Cruz, intelectual católico e professor catedrático de

³¹³ Oficialmente denominada Colónia Penal de Cabo Verde era a mais temível prisão política do fascismo, conhecida como “o campo da morte lenta”. Foi ocupada por presos políticos portugueses até 1954. A maioria dos que sobreviveram ao paludismo e outras doenças regressaram a Portugal em 1946, devido à amnistia de 1945. Foi recriado em 1961 e passou a chamar-se campo do Chão Bom, para onde eram enviados presos angolanos (107) e guineenses (109) em cumprimento de penas e medidas de segurança. Em 1967, recebeu também presos caboverdianos. Hoje, a memória da repressão está lá em duas lápides e em Lisboa, no Mausoléu das Vítimas do Tarrafal, no Alto de São João (Cf. Ribeiro, 1995: 241-244).

³¹⁴ “A preponderância americana na reconstrução da Europa destruída, através do Plano Marshall, a formação da NATO, a que Portugal aderiu, desde o início, a guerra da Coreia, a “guerra fria”, e o reforço do anti-comunismo que encontra no “macarthantismo” um verdadeiro símbolo, o presidencialismo gaulista em França a ideia da reunificação da Alemanha, a admissão de Portugal na ONU, em 1955 foram, entre outras, condições favoráveis ao Estado Novo” (Torgal, *ibid.*: 23).

Direito fez o elogio do novo Doutor. As razões justificativas apontadas pelo orador foram “ser um militar ilustre cuja espada nunca foi erguida senão ao serviço da justiça, que nunca fez a guerra senão ao serviço da paz, que nunca utilizou a força dos seus exércitos, senão ao serviço do direito.”³¹⁵

Esta aparente abertura, contudo, não acarreta *per se* atitude diferente do regime no respeitante às liberdades públicas, a enfermidade incurável do regime.³¹⁶ A polícia política, empenhada na cruzada de combater o comunismo, continua a manter pessoas suspeitas sem formular acusação. Continua a usar todos os meios de repressão para obter confissões à força; está presente em toda a parte e não obedece a regulamentos, usa e abusa de métodos desumanos e espancamentos, choques eléctricos, castigo da estátua privação do sono e coações psicológicas sem critério (Mateus, 2004: 125- 150).

O ano 1949, assinala o começo de uma batalha que se avizinha: a luta pela independência das colónias portuguesas e o início das desilusões irreversíveis de Oliveira Salazar. Esta fere, mexe com a unidade da nação e directamente com a sua “missão” de “salvar” a integridade moral e física da nação. A União Indiana reivindica as possessões portuguesas de Goa, Damão e Diu. Salazar vai ter a primeira desilusão sobre o apoio internacional³¹⁷ e da própria Igreja Católica romana à sua política colonial. Recusa qualquer negociação e esta posição intransigente vai mantê-la, coerentemente, até ao fim da sua vida.

O cansaço da ditadura e as condições precárias na agricultura de subsistência provocam primeiro a fuga dos campos para a cidade e depois para o estrangeiro. As mudanças cosméticas dos planos de Fomento e da alfabetização apressada não resolvem a crise do País. O descontentamento até aí amordaçado vai manifestar-se com as eleições do General Humberto Delgado, em 1958. A relação do poder com os subordinados vai

³¹⁵ Discurso do elogio de Sua Excelência o Chefe do Estado espanhol, Generalíssimo Francisco Franco Bahamonde. Proferido no dia 25 de Novembro de 1949, na Sala dos Capelos da universidade de Coimbra, quando da sua investidura solene no grau de Doutor “honoris causa” pela Faculdade de Direito. Coimbra (Torgal, *ibid.*: 149).

³¹⁶ O Cardeal Cerejeira doutrinariamente estava em sintonia com Salazar: “E se a democracia assim se tornou formal, através do mito da vontade geral, que por sua vez é representada pela vontade da maioria, a liberdade individual foi deturpada, desligando-a do seu próprio sentido e fim; é que a liberdade será o arbítrio do indivíduo, sem o limite do seu fim e sentido. O Homem, quando abandonado à sua faina de competir com os outros, exalta o seu egoísmo e torna-se factor de desordem” (Ferreira, *Lusitania Sacra*, 1990: 79).

³¹⁷ Em 1954 a União Indiana ocupou os enclaves de Dadrá e Nagar Aveli e proibiu a passagem pelo seu território de quaisquer autoridades portuguesas, bem como de forças militares, armas e munições com destino aos referidos enclaves. Portugal¹ pediu aos Estados Unidos uma declaração oficial de condenação desta ocupação. A resposta foi negativa (Cf. Rodrigues, 2002: 26- 27).

mostrar toda a sua erosão de três décadas de silêncios, cumplicidades e raivas armazenadas.

2. SABER SOBREVIVER. DESMORONAMENTO DOS SUPORTES REAIS E SIMBÓLICOS DO ESTADO UNITÁRIO (1958- 1968).

2.1. As eleições de 1958: a oposição *ab intra*.

Se dos meados dos anos quarenta até finais dos anos cinquenta, não obstante as crises latentes, habilmente ultrapassadas por Salazar, não houve lugar rupturas no seu projecto de “salvação” o mesmo já não se dá nos anos posteriores. Os fins dos anos cinquenta até à morte política de Oliveira Salazar foram a prova de fogo para o regime. A data de 1958 dada como referência para o começo deste período é um marco crucial para a compreensão do declínio do Estado Novo.

Oliveira Salazar começa a perder a âncora da sua “missão” nos fins dos anos cinquenta, quando, finalmente, todos os opositores se congregam à volta da figura do General Humberto Delgado, um ex-embaixador do regime, como candidato que reúne o consenso de todos os quadrantes políticos oposicionistas para as eleições presidenciais.

Salazar nos seus discursos, ainda tenta desvalorizar esta adesão:

“Para mobilizar 23% do eleitorado as oposições fizeram a maior coligação e a mais completa conjugação de esforços de que há memória e tiveram de aceitar a cooperação senão a preponderância directiva dos elementos comunistas ”
(Salazar, 1959: 208).

A nível interno, as eleições de 1958 põem em causa, pela primeira vez, na rua, o seu regime e a sua pessoa. A oposição ressuscita, porque fulanizada agora numa antiga personalidade do regime, não comunista e com credibilidade política reconhecida pelo próprio regime. Até aí, Oliveira Salazar, falava convencido de que a maioria esmagadora dos portugueses o apoiava, e ao seu regime (Salazar, 1959: 3-4). Num discurso revelador da boa consciência desabafava seis anos antes, na eleição do Presidente da República: “Que alguns não tenham até hoje aceite o convite à colaboração e prestado o seu concurso à obra colectiva não importa; o essencial é que cada um tenha aí o seu lugar” (Salazar, *ibid.*: 15).

Nas suas palavras, a ordem material as obras estavam à vista, mas sobretudo na ordem moral a modificação ainda era mais profunda.

“Que o País tenha beneficiado de um acervo surpreendente de melhoramentos materiais ninguém e atreve a negá-lo. Mas a transformação moral operada é ainda mais profunda e significativa – eu diria mais prometedora e fecunda – porque postula muitas outras realizações mesmo no campo social e político ” (Salazar, 1959: 15).

Até esta data, mau grado não as desejar, ultrapassou com relativa facilidade o obstáculo político criado pelas eleições por duas razões: dado que os únicos candidatos eram conotados com o partido comunista na clandestinidade era fácil esgrimir argumentos de teor patriótico e os candidatos propostos pela oposição desunida, desistiram todos à boca das urnas, o que reforçava o regime.

O regime apoiado na União Nacional consegue vencer as eleições até 1958. Contudo, ficou a convicção generalizada de que só não perde as eleições devido aos arranjos fraudulentos à boca das urnas.³¹⁸ As repercussões fizeram-se sentir, sobretudo no campo universitário, onde estavam alguns intelectuais de prestígio no meio académico e que tinham tido a coragem de dar a cara.³¹⁹

A partir da mobilização popular das eleições de 1958 todo o mundo construído até aqui parece que desaba. O regime não compreende que a sociedade portuguesa evoluiu e tem de contar com uma nova geração. Não a mesma de há 30 anos -estamos em 1958- quando idealizou e construiu o Estado Novo.³²⁰ Os lamentos de Oliveira Salazar são elucidativos:

³¹⁸ Nas suas “Alegações” contra o Presidente do Conselho, D. António acusa a eleições organizadas pelo Estado Novo de “manifesta imoralidade”. Referia-se aos processos escuros de galopagem, então utilizados pela situação e comprovados pela historiografia. Tais métodos “escuros” iam desde cadernos eleitorais previamente “arranjados”, passando por eleitores com votos “arranjados”, passando por eleitores com voto multiplicado em diferentes urnas, ou então “eleitores fantasmas” porque ausentes ou falecidos, até às contagens viciadas de escrutínios” (Ferreira, *ibid.*: 45).

³¹⁹ No pós-guerra verificou-se nova purga. Por Portaria de 8 de Outubro de 1946 são demitidos Bento de Jesus Caraça, professor de Matemática do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa e Mário de Azevedo Gomes, professor do Instituto Superior de Agronomia e em 1947 o professor de Direito de Coimbra, Fernando Pires de Lima. Em 1955, são demitidos mais três professores da Faculdade de Letras de Coimbra (Torgal, *ibid.*: 179).

³²⁰ Contudo, Salazar continuou a fazer sua a doutrina da Igreja, contida na Carta Encíclica *Immortale Dei*: “Se a democracia consiste em acreditar que o Poder encontra a sua origem na massa e que o governo deve ser obra da massa e não do escol, então efectivamente eu considero a democracia uma ficção. Não creio no

“Os que sobrevivem do chamado partido democrático, monárquicos liberais o integralistas desgarrados, socialistas elementos da Seara Nova, o directório democrato – social, vestígios dos partidos republicanos moderados, alguns novos sedentos de mudança e os comunistas - todos poderiam unir-se como fizeram, mas só podiam unir-se para esforço de subversão, não para obra construtiva.” (Salazar, 1959: 489).

Verifica que todo o edifício do Estado Novo e com ele a sua “missão” de “salvar” a pátria corre risco de ruir. Não compreende este fenómeno de contestação e rejeição popular, dado que o balanço dos últimos trinta anos do seu governo lhe parece o mais adequado à nação e que mais benefícios lhe acarretou:

“De todos as experiências políticas em que fomos fecundos a dos últimos trinta anos constitui sem sombra de dúvida a que melhor se ajustou ao nosso modo de ser a que tem assegurado mais largo período de tranquilidade e paz pública, a que se desentranhou em maiores benefícios para a colectividade” (Salazar, *ibid.*: 209).

Esta argumentação constitui um acto de fé nos princípios que coerentemente com a sua formação seminarística, construiu para “salvar” a pátria. Está convencido de que são os únicos verdadeiros, porque dimanam da autoridade legítima cujo poder vem de Deus:³²¹

“A ordem, a tranquilidade pública, o decoro da via política, com excepção do períodos eleitorais o prestígio conquistado o progresso geral, o fortalecimento da coesão nacional aqui e no Ultramar, aceitamos que com outras pessoas se pudessem conseguir: com outros princípios não” (*ibid.*)

sufrágio universal. (...) Não creio na igualdade, mas na hierarquia. (...) Considero perigoso atribuir a todos os mesmos direitos políticos. (...) Não creio na liberdade, mas nas liberdades” (Salazar, 1967: 41).

³²¹ Quando Salazar usa como definitivo argumento para não mudar a suas políticas, o argumento da boa consciência, está a ser lógico com o princípio de que todo o poder legítimo vem de Deus e a boa consciência é a conformidade com esses princípios que estão avalizados pelo próprio Deus. Por isso não se discutem, mas cumprem-se.

Mesmo assim, Oliveira Salazar, discursivamente, mete a palavra ditadura na gaveta³²² como se deduz da entrevista que concedeu ao jornalista francês, Serge Groussard e publicada no jornal *Le Figaro* nos dias 2 e 3 de Setembro de 1958.³²³

A partir destas eleições, no plano interno, as consequências políticas são imediatas: o ano 1958 vai ficar na História como o ano das últimas eleições para o Presidente da República, por sufrágio universal. A partir de 1959, o Presidente da República passa a ser eleito por um colégio eleitoral restrito (Lei n.º 2:100 de 29 de Agosto de 1959, *Diário do Governo*, n.º 198, I Série 9/08/1959). Se esta nova disposição legal e arbitrária impede que se manifeste na rua o descontentamento popular, não impede que novas rupturas ponham em causa os até esta data, indefectíveis apoios do regime.

Como se verá, Oliveira Salazar empenha-se na defesa intransigente do seu projecto de salvação nacional, face a uma situação internacional desfavorável, a uma oposição interna mais contestatária e a uma pátria unitária constitucionalmente, em vias de desmoronamento. Podemos classificar os dez anos a seguir a estas eleições como a década *horribilis*.³²⁴

Neste mesmo ano, 1958, uma fuga de informação, torna pública uma carta do bispo do Porto a Salazar (Cf. Carta do Senhor Bispo do Porto, D. António ao Presidente do Concelho, 1958: 1-11), dando-lhe conta de alguns assuntos que pretendia abordar na audiência, previamente marcada. Este “Pró-Memória”³²⁵ formulava violentas críticas ao regime em geral e à sua política social em particular. O impacto político desta missiva ainda no rescaldo das eleições, foi tremendo. Era uma brecha aberta num dos suportes

³²² “Salazar mete a ditadura na gaveta como Franco faz com a Falange” (Georgel, *ibid.*: 67).

³²³ “Uma certa limitação aliás tão razoável e justificada do tempo do funcionamento da Assembleia eleita e o facto de o governo não ser responsável perante a Câmara mas perante o residente da República – o que aliás é regra nos regimes presidencialistas - não basta para que se apelide de ditadura o regime português” (Salazar, 1967^a: 39).

³²⁴ “os últimos meses de vida política foram para mim tão atribulados, cheios de desgostos e amarguras que não sei se era possível crescer a todos os que tive, mais algum” (Salazar *apud* Antunes: 390).

³²⁵ Este “Pró-Memória” escrito a 13 de Julho de 1958 destinava-se a preparar a entrevista prometida com Oliveira Salazar. Nas palavras do Bispo do Porto: “Eu pensei para mim: o Sr. Presidente do Conselho deixa falar, deixa falar, mas, no fim, diz: “Bem, vá-se embora, vá-se embora, já o ouvi!. E tal. Aliás, aconteceu com o bispo D. Sebastião Soares de Resende: deixou-o falar uma hora, sem interrupção, apenas com dois pequenos intervalos. Quando o Sr. D. Sebastião falava de cultura indígena, ele meneava a cabeça e dizia displicentemente: “Cultura!...” Por isso, eu sei, ele deixar-me-ia falar e ao fim diria que eu não percebo nada de tudo isto, ou por palavras mais ou menos claras que isso é com ele, que ele é que sabe. De maneira que eu disse: bem, eu preciso de lhe dizer o que é que quero dizer, do que interessa falar e o que tenho para lhe expor e dialogarmos quais são os problemas que eu sinto realmente, na minha posição de Bispo, os problemas que eu sinto na minha responsabilidade para com os fiéis... E foi essa a razão de eu escrever aquele “pró-memória” que lhe mandei e que mandei só a ele, com o objectivo de nos entendermos sobre o que seria a nossa conversa” (Ferreira, 2004: 47).

mais importantes do Estado Novo que atingia profundamente as convicções do “homem do poder”³²⁶ que o suportava.

Face ao aproveitamento, pela oposição, desta sua carta secreta a Salazar, D. António Ferreira Gomes demarca-se imediatamente das suas eventuais consequências políticas, em resposta a uma carta do mandatário de Humberto Delgado para um encontro:

“Que afirmações claras e intransigentes de independência política, professadas na definição do pensamento sociológico da Igreja sejam tomadas como outro compromisso temporal e adesão a qualquer parcialidade, é tentativa que não pode passar sem o meu formal protesto (Ferreira, *ibid.*: 49).

Estas declarações não convenceram Salazar. A pressão diplomática para destituir o bispo “rebelde” aumentam. Para acalmar o presidente do Conselho, a Santa Sé envia então um Visitador Apostólico à diocese do Porto, o Cardeal português José da Costa Nunes, conotado com o regime.³²⁷ Não compreendendo esta inusitada visita apostólica à sua diocese em que nada de anormal foi verificado, D. António chega mesmo a pedir à Santa Sé a sua exoneração de bispo do Porto:

“Como as pressões diplomáticas pareciam continuar sob o conselho constante de colegas, dirijo-me a Roma. Informo ali o Sr. Cardeal Patriarca de que iria apresentar-me na Secretaria de Estado, pôr-me à disposição para o que desejassem e oferecer a resignação do meu cargo(...). Sua Eminência procedeu-me na Secretaria de Estado. Por Monsenhor Samoré recebo instruções no sentido de manter-me no cargo, procurar que as coisas serenassem, talvez escrever ao Sr. Presidente do Conselho, a a ver se o aplacava, sem necessidade de contradizer-me nem humilhar-me, mas sobretudo conservar-me sempre em contacto com o Sr. Cardeal Patriarca e fazer tudo em harmonia com ele” (*ibid.*: 50).

³²⁶ Era um dos epítomes por que D. António designava Salazar. A partir de 1958, D. António nunca mais pronunciou nem escreveu o nome de Salazar, retribuindo assim o tratamento que o ditador e a censura lhe dera (Barreto 1996: 40).

³²⁷ D. António profundamente ferido pelo comportamento do Visitador Apostólico e Vice-Carmelengo da Santa Sé, que usava longas barbas, pediu ao Administrador Apostólico da diocese do Porto, então nomeado, uma cópia da sua nomeação e acrescentava supor que não estava fora do “direito expresso” ao formular este pedido. E acrescentava: “a menos que se pensasse que o dolo inculcido por alguém que devia ter honra, se não por ser Vice-Carmelengo da Santa igreja, ao menos por ter barbas.. que o dolo, dizia, constituísse fonte de direito” (Ferreira, *ibid.*: 71).

Para tentar ultrapassar maus entendidos, escreve uma segunda carta a Salazar, esperando que ele o convocasse novamente, lamentando o extravio da carta e a projecção que tomou e que não era seu propósito afastar-se da que considerava “doutrina essencial da Igreja” Igualmente referia que professava, claramente,

quer no ensino público, quer nos contactos pessoais que nem ao Episcopado, nem ao Clero, nem à Acção Católica competia promover ou colaborar em organizações políticas ou actividades partidárias, exactamente por ser outro plano em que se desenvolvia a sua actividade (D. António, Bispo do Porto apud Ferreira, *ibid.*: 52).

Salazar recusou-se a recebê-lo e D. António atribuiu a responsabilidade ao Cardeal Cerejeira.³²⁸ Entretanto a questão foi incendiada, através do jornal “A Voz” afecto ao regime e a polícia política começou a violar correspondência do Bispo e fotocopiá-la, mesmo a proveniente de Roma;³²⁹ interceptava as conversas telefónicas com conhecimento do Cardeal Patriarca³³⁰ que não esboçou um protesto e a partir daí a questão agudizou-se.

Esta questão tornou-se tão incómoda para a hierarquia católica que uma terceira carta escrita a Salazar distingue-se pela subserviência manifestada o que não é timbre de D. António. Na verdade foi redigida pelo Visitador Apostólico que a assinou em nome do bispo do Porto (Ferreira, *ibid.*: 61).

De nada serviram estas e outras diligências efectuadas. Sem mais delongas o bispo do Porto quando se ausentou para gozo de férias foi impedido de regressar à sua diocese pela Polícia de Investigação e Defesa do Estado, a PIDE. Para substituí-lo é nomeado pela Santa Sé D. Florentino, Administrador Apostólico, sem consulta ao Prelado titular. Só lhe resta o exílio.

³²⁸ “Em face do desenrolar dos acontecimentos, S Ex.a Rev.ma não soube já o que havia de fazer e não veio a Lisboa na data indicada. A situação levou-o a desistir da conferência prometida. E é evidente que já não pode ser recebido” Salazar, *apud* Ferreira, *ibid.*: 53).

³²⁹ Esta correspondência encontra-se no Arquivo Salazar (AOS/CO/PC51.2), prova de que foi violada e fotografada para ficar na posse do Presidente do Conselho (Ferreira, *ibid.*: 61).

³³⁰ Por esta razão, o Cardeal Patriarca apenas enviava as suas cartas pessoais, através de um “portador pessoal” (Ferreira, *ibid.*: 61).

Foram goradas as tentativas de Salazar junto do governo espanhol para o desterrar para mais longe, as ilhas mediterrânicas. Sempre resistiu e passou por Santiago de Compostela e Valência acolhido cordialmente nestas dioceses (Ferreira, *ibid.*: 70), sempre resistindo às tentativas de exoneração voluntária, feitas por pressão do regime, junto do Vaticano. Dada a irredutibilidade de D. António, agora apostado em resistir ao que considerava perseguição política à própria Igreja, só a intervenção pessoal do Papa Paulo VI resolver definitivamente o assunto. O Papa convenceu-o a aceitar um lugar honorífico nos trabalhos do Concílio Vaticano II e a dedicar-se a eles de corpo e espírito resignando, por agora, à sua diocese.

Neste intervalo de 10 anos até à morte de Salazar, D. António considerando-se sempre injustiçado, continua a manter correspondência com os seus amigos em Portugal. A sua causa vai ser o rastilho que mantém acesa a contestação dos católicos ao regime, sobretudo da diocese do Porto alimentada pelos párcos.³³¹ Durante 10 anos, nada lhe passava despercebido: as decisões do Administrador Apostólico de afastar os seus admiradores dos cargos para que tinham sido nomeados e os acontecimentos políticos portugueses. As suas cartas revelam um grande desgosto pela falta de solidariedade dos bispos portugueses e pela sua cobardia moral em continuar a colaborar com o regime.³³²

Enquanto Salazar desencadeava uma perseguição feroz ao Prelado, outros optavam ou por um silêncio comprometedor, ou por redobrar elogios a Salazar e ao regime, como o Arcebispo de Braga:

“Levantai-vos e tomai coragem lembrando-vos do que fostes e do que sois graças à obra daquele a quem rendemos homenagem (...) Restabelecendo a unidade espiritual da pátria em torno do símbolo sacrossanto da Cruz redentora, introduzindo a competência e a honestidade na função pública: orientando a riqueza nacional num sentido social e humano (...). Parai aqui um momento para contemplar estas maravilhas de Deus operadas pelos homens que crêem nele e o adoram. Admiremos as transformações operadas no nosso país, desde há trinta anos, graças ao espírito novo que felizmente continua a soprar em todos os domínios da vida nacional, com uma potente força renovadora. Ao mesmo tempo oremos a Deus para continuar a guiar e a iluminar os homens que nos governam, especialmente o Senhor Presidente do Conselho, timoneiro audacioso

³³¹ Um exemplo são as 300 assinaturas enviadas pelo clero portuense ao Núncio Apostólico em Portugal (Ferreira, *ibid.* 75).

³³² A mais contundente é a carta enviada ao Cardeal Cerejeira. Nesta carta “não disfarça o seu ressentimento e usa de uma fontalidade que raia a violência” (Barreto, 1996: contra-capá).

e tenaz para que as aspirações do povo possam ser satisfeitas, o mais cedo possível e inteiramente” (Georgel, 1959:219- 220).

Álvaro Lins embaixador do Brasil em Lisboa, na época em que circulava de mão em mão esta famosa carta aberta do Bispo do Porto denunciando o regime, em nome dos princípios cristãos, relata, assim, este momento:

“É a primeira vez, 31 de Dezembro de 1958, que um dignatário se ergue contra o regime. Salazar fala pela televisão, tem a fisionomia carregada e todo o paternalismo lhe desapareceu da voz. É uma tempestade anticlerical; recorda tudo o que a Igreja lhe deve. - “Seremos duros, implacáveis, até à crueldade ” (Lins, 1960: 223- 224).

Às graves questões internas, junta-se a luta generalizada das colónias portuguesas pela independência. O ideário da “missão” começa a desmoronar-se pelos ataques à sua unidade. Índia Damão e Diu foram os primeiros alvos e o ensaio para novas rebeliões como reconhece Salazar:

“Literalmente a África arde; arde mesmo nas adjacências das fronteiras portuguesas. E porque arde a África? Não pensemos que é por combustão interna, digamos pela fatalidade de um movimento histórico que arrasta as suas populações par a rebeldia, a subversão, a forçada dispersão e independência; arde, porque lhe deitam o fogo de fora ” (Salazar, 1967: 64).

A intransigência, de Salazar, não cede aos argumentos das duas maiores potências atlânticas para impedir uma sublevação violenta nas agora denominadas “Províncias Ultramarinas”.³³³ Considerando-se detentor do “dever”, e responsabilidade de manter a pátria unitária, tem de levar até ao fim a sua “missão”.³³⁴

Esta erosão do poder povocada pela “fatalidade de um movimento histórico” como reconhece Salazar acarreta maior vigilância e maior agressividade no combate à

³³³ Em Maio de 1960, quando Eisenhower visitou Lisboa, a África e a resposta a dar aos movimentos de libertação foram um dos temas abordados. Os Estados Unidos achavam que Portugal não conseguiria manter as colónias pela força e aconselhavam a “treiná-las” para um auto- governo (Rodrigues, *ibid.*: 31).

³³⁴ “Nós não podemos negociar, sem nos negarmos e sem traírmos os nossos, a cedência de territórios nacionais, nem a transferencia de populações que os habitam para soberanias estranhas” (Salazar, 1962: 6).

“sedição.” O poder ditatorial, mas não violento que sempre apregoara, obedecendo aos ditames da moral e da legalidade foi abalado nos seus alicerces.³³⁵ A PIDE/DGS redobra a sua actividade contra os opositores do regime, particularmente sobre os elementos femininos do Partido comunista e utiliza métodos cada vez mais violentos e sofisticados.³³⁶

Este endurecimento a nível interno³³⁷ não o inibe de pragmaticamente pedir abrigo e protecção às organizações internacionais que lhe deram entrada, NATO e ONU para onde tinha entrado em 1955. Estas não lhe respondem com a ajuda desejada, porque têm outros interesses internacionais que sobrelevam os interesses de um teimoso e persistente ditador.³³⁸

Oliveira Salazar antevê anos difíceis, como se pode verificar pela leitura dos seus discursos que já não são tão convictos e um sobressalto, sai de vez em quando dos seus lábios: “há de facto uma propaganda muito bem orquestrada que espalha ideias falsas e mentirosas. É ela que causa as gangrenas. É por seu intermédio que os ocidentais contribuem para a sua própria perda.” (Salazar, 1967: 17).

Sucedem-se uma série intensa de acontecimentos que se aprontam para criar rupturas na até aí inabalável fortaleza do regime do Estado Novo, ou seja na pessoa e obra de Oliveira Salazar. Em desespero de causa tenta obter apoios dos países considerados amigos em 1960:

- Recebe o Secretário- Geral das Nações Unidas, Dag Hammkjöld.
- Recebe em visita oficial o Presidente dos Estados Unidos da América, Eisenhower;

³³⁵ Antes das eleições de 1958, ainda Salazar apregoava que a ditadura “nos piores dias nunca foi violenta” (Salazar, *ibid.*: 446). Com o assassinio violento de Humberto Delgado e a sua secretária às mãos da PIDE, este princípio foi subvertido.

³³⁶ Como a “tortura do sono”, e a “estátua”. “Em Portugal milhares e milhares de compatriotas são afincadamente perseguidos, por isso mesmo muitas vezes obrigados a uma dolorosa vida clandestina. Uma vez aprisionados, como tal são mantidos longos anos, mercê de prisões preventivas que chegam a decuplicar o período legal máximo de seis meses; de penas pesadíssimas ; e sobretudo da aplicação generalizada das chamadas “medidas de segurança” ao abrigo das quais os presos não são restituídos à liberdade, enquanto não forem julgados, ”corrigidos”- uma prisão perpétua, eis o seu significado.” (*apud Histórias do PCP*, *Jornal Publico*, 20 de Novembro de 2004: 13).

³³⁷ Este endurecimento atinge até jornal *Novidades*, órgão oficial do Episcopado. Em 1958, durante a campanha de Humberto Delgado e em 1959 sobre o “Processo aos bairros de lata”, Cerejeira aceitava sem constrangimento visível a limitação da liberdade de imprensa” (Barreto, 1966: 21):

³³⁸ “temos de dizer uma palavra acerca do quando em que vem desenvolvendo-se a campanha contra Portugal e seus territórios de além –mar. Esta foi por assim dizer, oficializada nas Nações Unidas, mas dispõe, fora dela, dos seus órgãos de divulgação e de acção subversiva” (Salazar, 1967: 101).

- Recebe Sukarno, Presidente da Indonésia e o presidente do Brasil, Kubitscheck de Oliveira

- Parte para Mérida, a fim de se avistar com Franco.

2.2. O princípio do fim³³⁹.

O ano 1961 é devastador para o regime:

- Salazar neutraliza um golpe militar chefiado pelo Ministro da Defesa general Botelho Moniz;³⁴⁰

- Em Angola rebenta a luta da libertação, logo seguida das outras *Províncias Ultramarinas*, Guiné e Moçambique. Salazar assume interinamente a pasta da Defesa Nacional e anuncia ao País. “para Angola rapidamente e em força”;

- O paquete “Santa Maria” juntamente com 370 tripulantes, são aprisionados por Henrique Galvão, antigo alto funcionário do regime e agora apostado em combater por todos os meios Salazar;³⁴¹

- Dá-se o desvio da avião da TAP no voo Casablanca - Lisboa na mesma data por Palma Inácio;

- Portugal perde os territórios de Goa, Damão e Diu.

É com grande abalo³⁴² que Salazar depois de esgotadas todas as suas parcas forças militares, ante o poderio bélico da União Indiana, tenta justificar esta derrota. Através do discurso para o interior da Nação e para o exterior tenta o impossível: atribuir a culpa à falta do apoio das grandes potências, sobretudo Inglaterra e Estados Unidos:

³³⁹ O ano de 1961 marca as transformações profundas entre a Administração americana presidida por John Fitzgerald Kennedy e o governo português (...) Para Portugal pode dizer-se que o ano 1961 marcou também a entrada do Estado Novo numa nova fase da sua existência, devido aos sucessivos abalos que o regime enfrentou, quer sob o ponto de vista interno, como externo (Rodrigues, *ibid.*: 8).

³⁴⁰ “Lembro-me da sua tranquilidade de espírito, quando estava eminente o chamado golpe Botelho Moniz em Abril de 1961 Todos nós lhe dávamos conta da urgência em dar publicidade à decisão que já havia tomado de assumir ele próprio a pasta da Defesa Nacional. Pois o Doutor Salazar não permitiu que se tornasse pública essa notícia, sem que os ministros a demitir tivessem recebido as respectivas cartas a comunicar-lhes a cessação das suas funções e a agradecer a colaboração que haviam prestado no governo” (Pinto, *ibid.*: 26).

³⁴¹ Iguualmente põe a circular clandestinamente uma carta aberta a Salazar, chamando-lhe “Manholas” ,epíteto com que era conhecido em Vimioso o seu pai (Galvão 1959: 1).

³⁴² “Muito obrigado pelo cartão de 1. Na amargura que sinto e cobre a minha alma, caíram como um lenitivo as suas palavras. Efectivamente podia ter fugido a um acontecimento que ensombra, senão anula tudo o que podia fazer. Ter conscientemente esperado pela catástrofe (a ocupação de Goa pela União Indiana em 18 de Dezembro de 1961), é o maior sacrifício para todos. Muito, muito obrigado ” (Antunes, *ibid.*: 398).

“(…) há hoje na Índia um pequeno país despojado pela fora dos seus territórios e às portas de Goa duas grandes potências também vencidas - A Inglaterra e os Estados Unidos e isto prenuncia para o mundo uma temerosa catástrofe. É triste e desoladora a derrota dos pequenos; mas é incomparavelmente mais grave a impotência dos grandes para defender o Direito ” (Salazar, 1967: 194- 195).

Salazar assume a guerra de Africa em todas as frentes, ao mesmo tempo. Destes acontecimentos, aquele que mais repercussões teve a nível nacional, abrindo profundas brechas na própria hierarquia e comunidade católica foi a carta aberta do bispo do Porto. Não bastante todos os esforços do regime para lhe dar o tratamento de mero acidente, classificando o bispo classificado de rebelde como alguém sem o uso das suas plenas faculdades, o caso deu brado nos meios eclesiásticos e não deixou ninguém indiferente, até à destituição de Salazar.³⁴³

Em 1962, abre-se mais uma esperança na mudança e renovação da Igreja em crise.³⁴⁴ O Concílio Vaticano 2.º (1962-1965) abre as portas ao *aggiornamento*³⁴⁵ com o Papa João XXIII. A esperança na actualização preconizada pelo Concílio põe em causa a “velha igreja”³⁴⁶ que defendeu o salazarismo e foi remetida para a sacristia pela Concordata em 1940.³⁴⁷ Levanta-se a questão de saber se a igreja deve ou não acompanhar as mudanças da mentalidade do homem em diversas matérias, nomeadamente em matéria de moral sexual. Há a argumentação de que o menor movimento ameaça a integridade da igreja e a prazo afastará os crentes e a facção favorável à mudança. Esta defende que há muito os crentes deixaram essa igreja e vivem de práticas, à margem da exortação, ou vontade da Igreja. Se a Igreja os ignorar acabará

³⁴³ Exemplo destas repercussões foi a purga realizada pelo Cardeal Cerejeira no Seminário dos Olivais – Lisboa, em consequência da recusa do Coro do Seminário em ir cantar um *Te Deum* na presença de Salazar, na inauguração do Panteão de Santa Engrácia. Nesta purga para “extracção de abscessos” foram demitidos o reitor, vice-reitor e cinco docentes (Barreto, *ibid.* : 17).

³⁴⁴ “Que a Igreja se encontra em crise, quer dizer, numa situação de incerteza quanto à sua reestruturação, quanto ao seu modo de configurar-se, quanto à forma que há-de assumir no futuro – é um factor conhecido por todos (Aranguren, 1971: 13).

³⁴⁵ “O pôr em dia da Igreja (..) A própria palavra *aggiornamento* e o que significa são discutíveis tanto para as posições conservadoras, como para outras que exigem uma reforma radical (Aranguren, *ibid.*: 31-32).

³⁴⁶ Esta expressão “velha Igreja” foi utilizada por James Kavanaugh no seu livro *Adeus à velha Igreja* (Kavanaugh, 1996).

³⁴⁷ “Toda a *Acção Católica* os elementos ligados à Hierarquia, o clero diocesano, os que giram à volta do patriarcado de Lisboa, interrogam-se sobre o que será o Concílio Vaticano II (Nogueira, 1984: 429).

por ser para eles irrelevante e perderá todos os homens, objecto único da sua missão de salvação.³⁴⁸

Não se trata, como antes, de aceitar ou rejeitar a ciência, o liberalismo, a democracia, o Estado laico.³⁴⁹ Nos meados dos anos sessenta, a igreja estava já perante um “homem diferente”. Um “homem” que até quando se diz católico, não concede nem ao papa, nem ao bispo nem ao padre e muito menos à ditadura, o direito de o governar. O velho ateísmo comunista militante era um inimigo da Igreja, mas mais fácil de combater, porque reconhecia a presença e o seu peso na sociedade. O ateísmo dos meados dos anos sessenta que tomou a forma de uma fé exterior, anula a igreja sem ruído e sem apelo.³⁵⁰

Conscientes desta evolução silenciosa, as juventudes católicas não se resignam em manter-se caladas e não exerceram o seu direito cívico de protesto, não obstante o silêncio das hierarquias.³⁵¹ O marcelismo como continuador do Estado Novo, mas com mesmo discurso, vai assistir às longas vigílias na Capela do Rato em Lisboa e noutros locais de recolhimento católicos, contra a ditadura e o colonialismo, mesmo contra a vontade dos altos representantes eclesiásticos, sempre vigiados de perto e até perseguidos pela polícia política. É o grito de protesto dos católicos que antecipará a revolução dos capitães de Abril.

A sua política colonial continua a ser condenada na cena internacional, sem qualquer defesa dos aliados. Era demais para uma pessoa debilitada fisicamente, como confessa a Marcelo Caetano.³⁵² Resiste o mais que pode. Por vezes parece até que ressurgue das cinzas. Nunca se entrega. A sua determinação é defender a unidade do Império ameaçado. Parece inabalável.

³⁴⁸ “Se a Igreja se comporta como detentora de um monopólio adquirido e garantido de toda a verdade, de todas as fórmulas, de todas as respostas, só poderá provocar relações perturbadas e perturbantes com o exterior: outras igrejas, outras religiões, humanistas não crentes (Häring, 1992: 121).

³⁴⁹ “Durante o século XVIII e, de modo exasperado, no XIX, a Igreja Católica, num intento extremado de supercompensação, face à insegurança e à consciência sufocada de constituir já um corpo estranho ao mundo moderno, opôs-se frontalmente a toda a modernidade, situou-se deliberadamente e cada vez mais *fora* ou por cima daquela, na realidade e segundo a sua pretensão *contra* ela (Aranguren, 1971: 27).

³⁵⁰ “A nossa época é um tempo de crise do catolicismo, de descrédito das estruturas eclesiais rígidas mantidas, de afirmação da liberdade frente à Autoridade e do testemunho religioso-moral da consciência pessoal frente à declinação da responsabilidade própria na mera obediência (Aranguren, *ibid.*: 112).

³⁵¹ “Culpas e de gravidade são atribuídas por Salazar ao *progressismo* de alguns sectores da Igreja. Pensa que aquele domina a *Ação Católica* e está infiltrado em muitos sectores da alta administração do Estado. Discute Salazar o assunto, mais uma vez, com o seu amigo Cardeal Cerejeira. “*o perigo está no dia*, afirma o chefe do governo “*em que o progressismo for antinacional*”. Confessa o patriarca: “*já o é*” (Nogueira, 1985: 325- 326).

³⁵² “Muito obrigado pelo seu cartão. Estou doente há semanas e não trabalho quase nada. Demoro por isso a correspondência ” (Antunes, *ibid.*: 393).

2.3. A queda fatal e a ilusão do poder.

Em Setembro de 1968 sofre um derrame cerebral em consequência de uma queda, quando passava férias em Lisboa no forte de Santo António do Estoril.³⁵³ É submetido a uma intervenção cirúrgica para extrair o hematoma que se formou, a seguir à queda. No período de recuperação sofre um acidente cardiovascular. Incapacitado física e psicologicamente é exonerado pelo Presidente da República Almirante Américo Thomaz a 25 de Setembro do cargo de Presidente do Conselho. Sucede-lhe Marcelo Caetano o delfim que com algumas divergências, mas sempre com muita dedicação o acompanhou de perto, mas não conseguiu vingar algumas das suas ideias, como por exemplo a sua candidatura a Presidente da República, quando da morte de Carmona (Cf. Antunes, *ibid.*).

A continuidade nem é salazarista nem caetanista. A nação nunca se conseguiu desligar da sua sombra, até à Revolução de 25 de Abril de 1974. Salazar na realidade não morreu e ficou a perseguir como um duende os seus continuadores, como se a nação portuguesa que ele idealizou e construiu ficasse ensombrada.

2.4. O “mito” de Salazar

Doente, quase moribundo, não se resigna a descer à terrenidade e continua a acreditar que detém, ainda o poder.³⁵⁴ Foi este espectro que deixou, em herança, ao seu sucessor Marcelo Caetano. Morre em 27 de Julho de 1970 na residência oficial de S. Bento, sendo sepultado no Vimieiro, sua terra natal, em campa rasa, que comprara, junto ao túmulo dos pais e irmãs (Dacosta, 2001: 155).

A “missão” de Salazar não se apaga da memória de muitos. Geriu essa “missão” como um dever que apenas a si próprio incumbiu, sem nunca referir o mandatário, lutou toda a vida para o cumprir, sem pedir palmas a ninguém.

Nos quase quarenta anos de governo acumulou levantou ódios dos que foram perseguidos, aprisionados, deportados, torturados e mortos porque se lhe opuseram.

³⁵³ O espólio macabro desta queda, a cadeira de lona, também não sobreviveu; foi atirada ao mar que rodeia o Forte, onde Salazar passava férias, por D. Maria, sua governanta.

³⁵⁴ Destituído já de suas funções por incapacidade física, da janela do palácio de S. Bento onde o transportam para passar os últimos dias de vida, acena aos admiradores e curiosos como se detivesse ainda o poder (Vieira, 2004: 188- 189).

Alguns dos seus mais próximos colaboradores propaganda do regime atribuem-lhe a auréola de “salvador” da pátria (I Parte, Cap. 1, Ponto 7).

Na memória dos vindouros ficou a lembrança de um ditador impiedoso que durante quase quarenta anos manteve Portugal isolado e a imagem de um homem só “quando morreu era um dos homens mais sós que o Estado português gerou” (Dacosta, 2001: contra-capa). Os seus companheiros inseparáveis e de confiança, foram apenas os símbolos das suas raízes: chapéu e botas pretas de eclesiástico.³⁵⁵



Figura n.º 6 – “Salazar (...) sempre escondido na sua máscara” (Ferro, 1933: 146).

Como epílogo deste capítulo podemos colocar duas questões que consideramos pertinentes.

A primeira é: porque razão Salazar não preparou a sua sucessão nas funções governativas e mesmo depois da sua incapacidade física e destituição ainda continuou na ilusão de conservar o poder?

³⁵⁵ (...) “civil, vestido de escuro que nunca usou outra farda que a do seminário” (Matos, 2003: 1).

A resposta que nos parece mais coerente é a seguinte: as “missões” salvíficas de natureza simbólica ou confessional são pessoais e intransmissíveis. Salazar assume esta “missão” nesta convicção. Porque o projecto é seu e não depende de ninguém, teimosamente tentou levá-lo até ao fim, orgulhosamente só. Segundo os cânones da Igreja católica pauta-se por esta racionalidade confessional a “missão” do homem baptizado que aliado ao cumprimento dos seus deveres pessoais e familiares de cristão, tem por “missão” social intransmissível, ajudar a igreja nas tarefas da salvação dos outros homens. Pauta-se por esta racionalidade a “missão” específica do clérigo ordenado que, na óptica da igreja católica, assume a missão de “salvar” as almas e permanece com este ónus pessoal e intransmissível, até ao fim da sua existência, ainda que desligado das suas funções sacerdotais, por questões disciplinares como o celibato, ou por vontade própria de se arredar do seio da Igreja.

Salazar assumindo a “missão” pedagógica de salvar a pátria e assumindo-a numa relação com o fenómeno religioso de devotamento total, como todo o bom “salvador”, também em boa consciência não podia preparar o seu sucessor, nem pensar na sua substituição pacífica, sob pena de trair a sua própria “missão.”³⁵⁶ Por isso mesmo, ao contrário de outros ditadores que deixaram o poder antes da sua morte e sem pressas prepararam a sucessão, a relação de Salazar com o poder foi para sempre.³⁵⁷ Mesmo depois de incapacitado e até exonerado continuava na ilusão de ainda continuar Presidente do Conselho.

Os seus mais próximos nada lhe comunicaram. Por isso depois de sair do hospital continuou na residência oficial de S. Bento. Em Setembro de 1969 em entrevista ao jornal francês “L’Aurore” julga ainda ser Presidente do Conselho e critica Caetano por não querer fazer parte do governo. Conhecendo-lhe esta vontade de continuar ajudavam a mantê-lo psicologicamente vivo.

A segunda questão diz respeito às diferenças significativas entre Oliveira Salazar e os ditadores contemporâneos, sobretudo Mussolini e Hitler. Em relação a Franco, não

³⁵⁶ Nesta lógica podemos ainda hoje inserir a atitude do Papa João Paulo II que levou até à exaustão a sua “missão” de governar a Igreja, mesmo que conforme diz no seu testamento pensasse renunciar, quando completou 80 anos de idade. Salazar, *mutatis mutantis*, para o fim da sua vida também afirma nos seus discursos estar cansado e farto, mas não renuncia ao poder. Pelo contrário reforça os méis de vigilância e punição sob os que pensa o podem destituir como é o caso de Humberto Delgado.

³⁵⁷ “A nossa marcha não poderá nunca comportar nem paragens nem regressos” (Salazar, 1967: 74).

obstante ambas serem ditaduras pessoais e conservadoras,³⁵⁸ a singularidade do seu percurso até ao poder e a especificidade da “missão” que assume, também o diferencia. Afasta-se discursivamente das ditaduras de raiz mitológica e pagã. As estratégias para a permanência no poder marcam, também, a diferença dos outros ditadores. É um ditador que nunca cumpriu o serviço militar, fuge das multidões e teme a concorrência. Cria uma espécie de partido único, mas apenas para aí seleccionar os seus colaboradores mais próximos e testar a sua fidelidade. Não se apoia nele para exercer o poder. Era mais um palco de doutrinação.

Arregimenta os que a aceitam e anatematiza os que não a recebem. Se a rejeitam são tratados como perniciosos à pátria e ao seu projecto salvífico. Mais uma vez orienta-se pelos princípios morais da Igreja católica que tinha aprendido no seminário. A restante governação foi uma adaptação pragmática³⁵⁹ às circunstâncias por “um ex-seminarista austero e manhoso” (Torgal, 1999:31), durante quase quarenta anos.

A “missão” não é militar, conquistadora, mas educativa. Ele próprio traça os rumos e gere os tempos e os processos dessa “missão”. Um mar de contradições envolve a sua pessoa e a sua governação em relação aos outros fascismos:

- é apodado de “fascista”, mas fala do amor ao próximo e da fraqueza da natureza humana. É um fascismo que cultiva a autodisciplina e exige-a aos portugueses. Um “fascismo sem movimento fascista” (Cf. Lucena, 1976) ou um “fascismo de cátedra-pedagógico e doutrinário” como o classificou Unamuno (Torgal, 1999:51).

- continua a viver como clérigo observante, despojado das riquezas e não abdica das raízes doutrinárias do seminário;

- um político que não partilha o poder, mas não se serve do poder;

- um militante católico que afasta a ingerência da Igreja católica nos assuntos sociais e políticos, que considera exclusivamente da sua competência;

³⁵⁸ Braga da Cruz diz que o regime o Estado Novo não foi clérico- fascista nem nacional-católico como se dizia do regime espanhol. Apelida-o antes de “catolaico”, laicidade católica do Estado, isto é grande colaboração moral e institucional entre o Estado e a Igreja e não eufemismo entre estas duas instituições, pois havia “a concepção da separação das duas esferas” (entrevista ao Jornal *Público* de 19 de Abril de 1999, no 10.º aniversário da morte de D. António, Bispo do Porto).

³⁵⁹ Pragmatismo político-institucional que o leva a combinar e compor na matriz corporativa antidemocrática e antiliberal do catolicismo social salazarista os contributos do ultramontanismo integralista e os do republicanismo liberal-conservador e de forma subordinada aspectos do discurso e iconografia fascista. Pragmatismo, também, do ponto de vista económico e social, enquanto arbitra contradições entre o mundo rural e os industriais, como intérprete do “interesse nacional” ou seja, do seu interesse como um todo (Rosas, *ibid.*: 16- 17).

- um chefe que fala da fraqueza moral do poder absoluto, mas não confia nos seus próximos colaboradores;
- um governante que diz obedecer aos princípios do direito e moral católicos, mas permite que a sua polícia elimine os seus adversários políticos;
- um inimigo do sistema educativo estatal laico e moderno, mas que até à entrada na universidade não frequentou a escola pública;
- um professor universitário que persegue os colegas de profissão que dele discordam e retira direitos à classe a que pertenceu;
- um governante que não se preocupa com os aplausos do povo, mas goza as suas férias junto dele, fala dele com carinho e aponta-o como exemplo de vida a seguir;
- um ditador que receia o perigo, nada corajoso, domina a vida da nação da sua secretária e tem medo de viajar. Realiza apenas uma viagem aérea Lisboa-Porto, cerca de 300Km, mas regressa de automóvel, pois não gostou.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANTUNES, F. J., (1993), *Salazar. Caetano. Cartas Secretas 1932- 1968*, Lisboa, Círculo dos Leitores.

ARANGUREN, JOSÉ LUIS (1971), *A Crise do Catolicismo*. Coimbra, Livraria Almedina.

BARRETO, A.; FILOMENA MÓNICA, M. (orgs.) (1999), *Dicionário de História de Portugal*, 9, Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas.

BOFF, LEONARDO (1991), *Igreja, Carisma e Poder*. 2.^a ed. , Lisboa, Editorial Inquérito.

BRITO, JOSÉ MARIA BRANDÃO (1989), *A Industrialização Portuguesa no pós-guerra (1948- 1965). O Condicionamento Industrial*. Lisboa, Publicações D. Quixote.

CARTA DO SENHOR BISPO DO PORTO, D. ANTÓNIO AO PRESIDENTE DO CONCELHO (1958), Colecção “Documentos Politicos”.

- CRUZ, BRAGA DA, G. (1954), *Direitos da Família, da Igreja e do Estado*. Lisboa, Edição da Conferência Nacional dos Institutos Religiosos.
- DACOSTA, F. (2000), *Salazar. Fotobiografia*, 3.^a ed., Lisboa, Editorial Notícias.
- FERREIRA, MANUEL DE PINHO (2004), *A Igreja e o Estado Novo na Obra de D. António Ferreira Gomes*. Porto, Universidade Católica Portuguesa.
- GALVÃO; H, (1959), *Carta Aberta a Salazar*, Lisboa, Edição da Comissão de Libertação Nacional.
- GEORGEL, J. (1985), *O Salazarismo*. Lisboa, Publicações D. Quixote.
- HARING, BERNARD (1992), *A Igreja que eu amo*. Porto, Figueirinhas.
- LINS, A., (1960), *Missão em Portugal*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.
- LUCENA, M. (1966), *A Evolução do Sistema Corporativo Português*. 2 vols. Lisboa, Perspectivas e Realidades.
- MAGALHÃES, A. (2004), *A Identidade do Ensino Superior. Política, Conhecimento e Educação numa Época de Transição*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MARTINS, F. (1990), “Visão Sintética sobre as Realidades Estruturais e a sua Evolução” *apud* Fernando Rosas (org.), *Portugal e o Estado Novo: 1930 1960*. Lisboa,
- MATEUS, D. C. (2004), *A PIDE- DGS na Guerra Colonial (1961- 1974)*. Arquivos do sec. XX. Tese de Doutoramento, Lisboa, Terra –Mar.
- MATTOSO, J. org. (1994), *História de Portugal*. Vol. VI. Lisboa, Círculo dos Leitores.
- NOGUEIRA, F. (1985), *O Último Combate (1964- 1970)*. Vol. VI, Porto, Livraria Civilização.
- NOGUEIRA, F. (1986), *As Grandes Crises (1936- 1945)*. Vol III, 3.^a ed., Porto, Livraria Civilização.
- NÓVOA, A. (1987), *Le Temps des Professeurs*, 2 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- OLIVEIRA, CÉSAR (1987), *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa, Edição “O jornal”.
- PINTO, NOGUEIRA, J. (1993), *Salazar visto pelos seus Próximos (1946- 68)*. Venda Nova, Bertrand Editora.

RIBEIRO, M. DA C. (1995), *A Polícia Política no Estado Novo 1926- 1945*. Lisboa, Editorial Estampa.

RODRIGUES, LUIS NUNO (2003), *Salazar- Kennedy: a crise de uma aliança*. Lisboa, Editorial Notícias.

RODRIGUES, V. Pe AFONSO (1933), *Exercício de Perfeição e Virtudes Cristãs.*, Versão do Castelhana por Fr. Pedro de Santa Clara, 3.^a ed. Tomo V, Lisboa, Tip. da “União Gráfica”.

ROSAS, F. (1992), *Portugal e o Estado Novo: 1930-1960*. Lisboa, Editorial Presença

SALAZAR, A. O. (1935), *Discursos (1928-1934)*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora.

SALAZAR, A. O. (1937), *Discursos e Notas Políticas (1935-1937)*, vol. II. Coimbra, Coimbra Editora.

SALAZAR, A. O. (1951), *Discursos e Notas Políticas (1943-1950)*, vol. IV. Coimbra, Coimbra Editora.

SALAZAR, A. O. (1959), *Discursos e Notas Políticas (1938-1943)*, vol. III, 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora.

SALAZAR, A. O. (1962), *Invasão e Ocupação de Goa pela União Indiana*. Lisboa, Secetariado de Informação.

SALAZAR, A. O. (1967 a), *Discursos e Notas Políticas (1959-1966)*, vol. VI. Coimbra, Coimbra Editora.

TORGAL, L. REIS, (1999), *A Universidade e o Estado Novo, O Caso de Coimbra, 1921- 1961*. Coimbra, Minerva.

KAVANAUGT, JAMES (1966), *Adeus à Velha Igreja*. Lisboa, Edições Delfos.

VIEIRA J. (dir.) (2004), *Salazar*. Lisboa, Temas e Debates.

DOCUMENTOS LEGAIS:

Lei n.º 2048 de 11 de Junho de 1951, *Diário do Governo*, nº 117, I Série, 11/06/1951;

Lei n.º 2: 100 de 29 de Agosto de 1959, *Diário do Governo*, n.º 198, I Série, 9/08/1959.

PERIÓDICOS:

LE FIGARO, 2 /09/1958; 3/09/1958.

O SÉCULO, 8/05/1945.

LUSITANIA SACRA, revista da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa. Ferreira, Manuel Cavaleiro (1990), “O pensamento político- social do Cardeal Cerejeira”, 2.^a Série, Tomo II.

IV PARTE

A “MISSÃO” PEDAGÓGICA E OS ESPAÇOS DE INCULCAÇÃO.

CAPÍTULO OITAVO: A “MISSÃO” PEDAGÓGICA DE “SALVAR” A PÁTRIA.....	267
1. A “MISSÃO”	273
1.1. A especificidade.....	273
1.2. A natureza.....	279
1.3. A estrutura ideológica.....	282
2. AGÊNCIAS DE REFORÇO E VIGILÂNCIA EDUCATIVA.....	293
2.1. União Nacional.....	297
2.2. Obra das Mães para a Educação Nacional.....	300
2.3. Mocidade Portuguesa	301
2.3.1. Masculina.....	301
2.3.2. Feminina.....	302
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	305

CAPÍTULO OITAVO: A “MISSÃO” PEDAGÓGICA DE “SALVAR” A PÁTRIA

Pretendemos fazer desta quarta e quinta parte (8.º, 9.º, 10.º e 11.º) capítulos o núcleo central desta tese: o que especificamente há de estrutural na “missão” de Salazar encontra-se na escola do Estado Novo, ou seja a tarefa da salvação da pátria estava centrada na reeducação do povo português. Neste oitavo capítulo, após termos analisado os caminhos, os padrões de socialização que levaram Salazar ao poder e as estratégias para o consolidar e nele permanecer, iremos procurar identificar qual a especificidade, natureza e estrutura ideológica da “missão” pedagógica de Oliveira Salazar. A análise da orgânica regulamentar de três agências, de controlo e vigilância educativa, U. N. (União Nacional), O.M.E.N. (Obra das Mães para a Educação Nacional) e M. P. (Mocidade Portuguesa) masculina e feminina completarão este oitavo capítulo.

No discurso educativo³⁶⁰ de Salazar iremos procurar a “missão” pedagógica de raiz confessional, tanto na linguagem metafórica que utiliza,³⁶¹ como nos argumentos que invoca para justificar o dever que lhe foi imposto, a “missão” que lhe destinaram, como se de um chamamento simbólico se tratasse.³⁶² A “missão” pedagógica de Oliveira Salazar é uma construção imaginária que se apropria dos códigos confessionais³⁶³ para construir um modelo político e educativo que restitua à Pátria a sua identidade histórica perdida.

“Nesta pequena faixa ocidental que a Europa se habituara a olhar com comiseração ou tédio fizemos o prodígio de reconstruir a nação na sua feição tradicional, missionária e civilizadora, cavalheiresca e espiritualista” (Salazar, 1959: 35).

³⁶⁰ Educativo, porque carregado de intencionalidade, como factor primário (Garcia Carrasco e García del Dujo, *ibid.*: 50).

³⁶¹ Dois exemplos: O primeiro quando se refere à sua debilidade física, mas grande capacidade de trabalho. “porquê este milagre? Porque muito boas almas de Portugal oram, anseiam, porque continue neste lugar” (Salazar, 1935: 10).

O segundo, quando pede sacrifícios para “salvar” a Pátria: “É a ascensão dolorosa dum calvário. Repito: é a ascensão dolorosa dum calvário. No cimo podem morrer os homens mas redimem-se as pátrias” (Salazar, 1935: 18).

³⁶² Uma “missão” de carácter salvífico, como a de Oliveira Salazar, implica uma tensão interior e permanente. Para o mandatado, nunca a missão está completa, porque a natureza humana é viciosa e pode recair no erro. É que a missão de salvação pressupõe sempre uma queda ou transgressão simbólica e doutrinação, seguida do arrependimento ou reconciliação e festa. Esta é a especificidade da missão de salvação, em relação com a missão de carácter profano que é transitória.

³⁶³ Só assim se compreende que nunca desse por terminada a sua “missão”. A vocação, na versão confessional católica, constringe a pessoa para toda a vida, sob pena de traição ao chamamento.

Não se trata, apenas, de salvar um *constructum* de memórias apagadas, ou esquecidas, mas, sobretudo, operar mudanças profundas nas mentalidades, transformando a sua maneira de pensar e estar, ou seja, reeducar os portugueses para “salvar” a pátria.

“Se algum contentamento pode dar-me este esforço é ver que as massas profundas da Nação mantêm intacto o instinto de salvação comum, percebem por profunda intuição a malignidade dos ventos e das ideias e compreendem pelos traços que o passado lhes vincou na alma e pelas possibilidades do presente como é fácil construir o futuro andar e ressurgir” (Salazar, 1935: 246-247).

Para um crente militante, como Oliveira Salazar, essa “missão” é uma tarefa de carácter cruzadístico, cruzada que sempre esteve presente no discurso confessional.³⁶⁴ A teoria de salvação católica é ao mesmo tempo paternalista e musculada. Paternalista, como estratégia de conversão dos filhos pródigos para o rebanho do Bom Pastor. Musculada, na medida em que as ovelhas que reneguem o redil estão condenadas à “jaena”, ao fogo do inferno.

Relativamente ao regime salazarista, entendemos “missão” pedagógica, como um conjunto de princípios³⁶⁵ e práticas educativas, com que Oliveira Salazar pretendia “reeducar” o homem português. A salvação da pátria passava pelo restabelecimento de uma nova “ordem”³⁶⁶ assente na “justiça” e na “verdade”. Pretendia ser pedagógica,

³⁶⁴ Ver por exemplo “os Cruzados de Fátima” e a organização católica “A cruzada” que perdurou desde os tempos de Oliveira Salazar, até hoje, na nomenclatura confessional católica.

³⁶⁵ A Oliveira Salazar não eram estranhas as teorias pedagógicas da época, como ele próprio confessa, já em 1919: “Eu trabalhava num colégio que era uma tentativa de adaptação a Portugal dos métodos e fins da educação inglesa já introduzidos e começados a praticar em França na *École des Roches* de E. Demolins copiado de modelares escolas inglesas.(...) Li então pedagogias, li muitos livros de educação - críticas de velhos processos, rasgados elogios de novos, novas vistas, novos fins a realizar na educação dos rapazes, e, de tudo isto, resultou-me, pelo menos, uma convicção muito sólida: oficialmente no nosso País não havia uma obra de *educação* no sentido de um desenvolvimento integral e harmónico de todas as faculdades individuais; o Estado, quase exclusivamente se tem encarregado da educação intelectual (...)” (Salazar, 1919: 14 -16).

³⁶⁶ Ordem no discurso republicano, laico, significa conformidade com as leis da República. Na terminologia canónica, tem vários significados: ou o lugar que Deus destina a cada ser criado, ou num sentido mais amplo a posição social que ocupam determinados indivíduos com o mesmo carisma funcional. No discurso de Oliveira Salazar, embora tratando-se de “ordem” de âmbito político/social, como organização da sociedade, a sua raiz e finalidade é teocêntrica, enquanto traduz o princípio e fim de todo o ser criado.

mas com uma linha de rumo bem definida - a doutrinal. Assentava no pressuposto de que uma reeducação/regeneração³⁶⁷ conseguia “salvar” uma mentalidade corrompida e viciada.

Em relação às teorias pedagógicas da 1.^a República laica, a “missão” comporta: uma ruptura de significados e de finalidades. Quanto à natureza dos conteúdos, porque advogam matrizes confessionais católicas, arredadas das práticas educativas laicas republicanas³⁶⁸. Quanto aos processos de inculcação, porque não são princípios teóricos de carácter reflexivo, para serem dialogados, mas linhas de acção imediata³⁶⁹. Quanto aos instrumentos e ferramentas educativas, enquanto a escola deixa de ser a agência do progresso, mobilidade e dinâmica social: “o Homem vale sobretudo pela educação que possui, porque só ela é capaz de desenvolver harmonicamente as suas faculdades, de maneira a elevarem-se-lhe ao máximo em proveito dele e dos outros” (Araújo, 1997: 149). Em contrapartida passa a ser, primordialmente, mais uma instância de conformidade, e passividade, educando as jovens gerações para a crença nos seus chefes, para a veneração dos heróis nacionais e a admiração dos chefes para defender um Portugal “pluricontinental e pluriracial” As ambições dos jovens não passavam do lar doméstico, sem qualquer informação política (Formosinho, texto policopiado : 409).

Quais os instrumentos salvíficos desta “missão” pedagógica de Oliveira Salazar? A resignação, o despojamento, o sacrifício, a purificação para a reconstrução de uma pátria mítica desvirtuada da história dos homens, mas representando, simbolicamente, um passado glorioso: “sob o olhar benigno da Providência contamos já oito séculos de trabalhos, de sofrimentos, de lutas, de liberdade e se é sempre o mesmo perigo é sempre o mesmo milagre ” (Salazar, 1937: 176- 177).

³⁶⁷ Este termo “regeneração” muito utilizado por Salazar nos seus discursos é o utilizado nos compêndios litúrgicos, para definir os efeitos do baptismo. (Coelho, 1950: 503). Havia, pois, no discurso Salazarista, uma similitude entre os efeitos do baptismo e os efeitos da sua “missão”, ou seja a regeneração espiritual do homem português.

³⁶⁸ A Constituição Política da República Portuguesa de 1911 diz, textualmente: “O ensino ministrado nos estabelecimentos públicos e particulares fiscalizados pelo estado será neutro em matéria religiosa” Título II- Dos Direitos e Garantias individuais, Art.º 10.º.

³⁶⁹ “A educação é uma acção do educador, intencional, que poderia dizer-se desempenha a função reflexiva, definida, discreta, própria da arte noutra ordem da vida, para excitar a reacção pessoal de cada indivíduo e ainda de cada grupo social para sua própria formação e cultivo.” (Guiner de los Rios, *apud* Garcia Carrasco e García del Dujo, *ibid.*: 50).

Este discurso era duplamente pedagógico e persuasivo quanto ao conteúdo, ia de encontro aos ideários da esmagadora maioria da população percentualmente católica³⁷⁰ e dos seus perceptores ideológicos³⁷¹; era pronunciado por um homem saído dos quadros militantes da igreja católica e que mantinha o beneplácito das hierarquias eclesiásticas.

“Todos os portugueses lhe devem (ao governo) acatamento e obediência em tudo o que não importe ofensa dos direitos imprescindíveis de Deus. Alivie-lhe o peso das suas responsabilidades perante Deus e os homens associando-nos a ele com inteligente cooperação e oferecendo-lhe benévola confiança.” (Cardeal Patriarca de Lisboa, *apud* Cruz, *ibid.*: 207).

Para Oliveira Salazar, as grandes missões, como esta o era, fazem-se com grandes homens, com elites predestinadas para tão árdua tarefa, almas nobres que levedassem as massas.

O pai de família, o professor, o dirigente político tinham de doutrinar, como o semeador que, pacientemente, deita a boa semente à terra e espera até que ela dê fruto. Era uma espécie de sacerdócio da pátria.

O conceito de sacerdócio atribuído aos professores era já utilizado na Primeira República. António José de Almeida, em 1910, escrevia: “Das escolas de que nós somos os sacerdotes máximos é que há - de sair a legião de trabalhadores com o espírito desempoeirado de preconceitos ridículos que hão - de acelerar o desenvolvimento da Pátria” (Araújo, *ibid.*: 155).

Esta transferência autoritária do estatuto de clérigo para o de professor, é um dos equívocos do Estado Novo: “uma das limitações do regime instaurado por Oliveira Salazar consistiu em tentar conciliar na sua prática política o magistério da Igreja Católica com um poder laico” (Henriques e Melo, 1989: 10). O modelo educativo de Oliveira Salazar é o modelo educativo confessional, aplicado pelos professores e

³⁷⁰ “ Segundo o Recenseamento Geral da População de 1940, 93% dos portugueses professavam a religião católica e apenas 0,8% pertenciam a outros grupos religiosos. A percentagem de católicos eleva-se para 97% no Recenseamento de 1950 e para 98% em 1960” (Cruz, 1992: 222).

³⁷¹ “Segundo o censo de 1940, havia em Portugal duas vezes mais padres que médicos” (Mónica, *ibid.*: 70).

agentes educativos como se fossem uma família religiosa, sem vocação nem unção.³⁷² Oliveira Salazar pretende vocacioná-los, por imperativos meramente nacionais e dar-lhes funções equiparadas às sagradas, para serem os arautos da sua missão pedagógica.³⁷³ Nas publicações oficiais a função do professor vem equiparada mais do que a sacerdócio, a apostolado. “Não é ofício o da Professora primária e também não é técnica; é mais do que sacerdócio. Será apostolado.”³⁷⁴

A função social das escolas transforma-se apenas na formação do carácter pela educação moral e cristã, sob as vistas do pároco local e apadrinhada pelas “melhores representantes da sociedade católica”³⁷⁵,

”iniciei a minha acção com os olhos postos no meu sagrado dever de ensinar e educar (...) Receberam a Comunhão Pascal na igreja de S. Pedro em cuja freguesia está a nossa escola, 19 alunos. Durante esta cerimónia foi-lhes feita uma prática pelo Sr. Padre Borges e a seguir na escola foi-lhes distribuída uma abundante refeição, constituída por fatias de pão com paio, queijo e fiambre. e bolos oferecidos pelas senhoras da melhor sociedade elvense a quem havia sido solicitado o seu contributo para comemorar esta festa tão cristã e tão útil. A Bem da Nação.”

Se é verdade que alguns assumem e confundem o papel de catequista e da docência, há outros que silenciosamente rejeitam a confusão de Estatutos (Entrevista com o professor Francisco, do ensino primário, Parte V, cap.º 11.º). O objectivo perseguido era a restauração do colectivo simbólico, uno e orgânico.

“Não só pela administração, mas pelas ideias e realizações políticas, estamos reintegrados na Europa de cuja civilização e progresso fomos em outras épocas importante fator e seguro guia; e uma vez reintegrados também no nosso tempo pelos melhoramentos materiais, pela obra de educação e de valorização nacional

³⁷² “Todos unidos como membros da numerosa família que serve no ensino primário, integrados no pensamento renovador que anda dinamizando a escola, no sentido de a acomodar cada vez mais aos interesses nacionais “ (Editorial: “No fim de dois anos”, *Escola Portuguesa*. Boletim da Direcção- Geral do Ensino Primário, ano XXI, n.º 1033 de 2 de Janeiro de 1955, 293).

³⁷³ Os livros únicos da primeira e segunda classe continham o catecismo- a chamada vulgarmente “doutrina.” Era ministrada na escola, ou pelo Pároco ou em sua substituição, pelo professor.

³⁷⁴ *A Campanha – Órgão da Campanha Nacional de Educação de Adultos*, 15 de Janeiro de 1954, n.º 6, 11.

³⁷⁵ “A função social das Escolas” Relatório da professora Branca do Céu Neves Baptista Ramos, da Escola Masculina do Bairro Social da Boa Fé- Elvas – *Escola Portuguesa*, ano XXI, n.º 1036 de 25/01/1955, 345.

empreendida, podemos ser no mundo, como já alguns nos consideram, verdadeiros criadores do futuro.³⁷⁶

A primeira prioridade da “missão” de Salazar incide sobre os sacrifícios de ordem material, de modo a equilibrar as finanças públicas³⁷⁷. Este desiderato acarreta restrições da vida privada, sofrimentos e privações, como *conditio sine qua non* para a “redenção”.

“Mas não tenhamos ilusões: as reduções de serviços e despesas importam restrições da vida privada sofrimentos, portanto. Teremos de sofrer em vencimentos diminuídos, em aumentos de impostos, em carestia de vida. Sacrifícios e grandes temos nós feito até hoje e infelizmente *perdidos* para a nossa salvação; façamo-los agora com finalidade definida, integrados em plano de conjunto, e serão sacrifícios salutares.

É a ascensão dum calvário. Repito: é a ascensão dolorosa dum calvário. No cimo podem morrer os homens, mas redimem-se as pátrias!” (Salazar, 1935: 34).

O segundo momento é também de carácter “salvífico”, mas de ordem moral. Incide, sobretudo, na transformação que é necessário operar nos espíritos dos portugueses.³⁷⁸ Nele estão inclusas as grandes reformas dos comportamentos e práticas, assim como na implementação dos instrumentos de inculcação que visavam a restauração da identidade colectiva, tradicional histórica perdida com as ideologias materialistas.

“Durante longas décadas que abrangem as primeiras do presente século, o materialismo teórico ou prático pôs a política, a administração a ciência, os inventos, as escolas a vida individual e colectiva, preferentemente, ao serviço das preocupações ligadas às riquezas e às sensações” (Salazar, 1935: 342).

“Para servir de prefácio” (Salazar, 1935: XVIII).

³⁷⁷ Até neste campo estavam patentes os seus objectivos de salvação nacional ao lançar um imposto sobre todos os rendimentos do funcionalismo público denominado de “Salvação Pública” (Barreto e Mónica *ibid.*: 329).

³⁷⁸ Os princípios morais e patrióticos que estão na base deste movimento reformador impõem à actividade mental e às produções da inteligência e sensibilidade dos portugueses certas limitações, e, suponho, deverem mesmo traçar-lhes algumas directrizes” (*Ibidem*: XX).

Neste campo, assume especial relevo a família e a escola para educar o povo português em novos parâmetros.

Oliveira Salazar pretende recriar a identidade histórica perdida, indispensável à regeneração total dos vícios acumulados, ao longo dos governos anteriores, de modo a conseguir “a mentalidade nova que é indispensável à regeneração dos nossos hábitos político/administrativos, a ordem social e jurídica, a paz pública, e a prosperidade da Nação.” (Salazar, 1935: 64- 65).

Ir à procura das raízes desta teoria pedagógica de “salvação” nacional, do esconjuro do homem velho e reconstrução do homem novo

“Lembra-se como em conversa anterior me referi ao português com as suas qualidades e defeitos uns naturais outros adquiridos e removíveis e terá notado como esses defeitos me pesam e preocupam. O motivo da preocupação está em que se a obra ou a vida exige qualidades diversas das que possuímos parece difícil de conceber que esta se modifique estruturalmente e aquela se mantenha, sem essa base do «homem novo» que para estes fins como no Evangelho se reputa essencial ” (Salazar, 1935: 65).

é mergulhar na teologia dogmática católica do homem baptizado, regenerado, que por sua vez assenta na doutrina paulina da Carta aos Romanos,³⁷⁹ e repetida na Carta aos Coríntios³⁸⁰.

1. A “MISSÃO”

1.1. A especificidade³⁸¹

**“Temos passado anos a pregar pela palavra e pelo exemplo, persistentemente, teimosa-mente, que todos não somos de mais para continuar Portugal”
(Salazar, 1959: 298).**

³⁷⁹ Carta de S. Paulo aos Romanos, cap. VI, versículo 6. “Sabemos todos que o velho homem foi crucificado com Ele para que o corpo do pecado fosse destruído a fim de já não sermos escravos do pecado” (*Bíblia Sagrada*, 1974: 1129).

³⁸⁰ Cap. IV, Versículo 20 a 24: “(...) nEle fostes instruídos (...) a despojar-vos do homem velho, no que diz respeito ao vosso passado do homem corrompido pelas paixões enganadoras; a renovar espiritualmente a vossa inteligência e a revestir-vos do homem novo, criado em conformidade com Deus, na justiça e na santidade verdadeiras” (*Ibidem*: 1170).

³⁸¹ Na opinião de Marcelo Caetano que com ele colaborou de perto e lhe sucedeu no governo, Oliveira Salazar “fazia da vida um sacerdócio e servia a nação por sacrifício com o gosto amargo de quem cumpre o seu dever (...)” (*Escola Portuguesa*, n.º 190, de 16 de Junho de 1938, 14).

Salazar assume a “missão” pedagógica de “salvar” a pátria como um sacerdócio legitimado por quem o chamou ao poder: “não tendo eu sido sagrado nem eleito, a origem dos meus poderes não é outra, senão a vontade de quem me confiou a missão, por outro lado firmada no que possa realizar em benefício do País” (Salazar, 1951: 309).

Não há sacerdócio sem religião. Por isso, Oliveira Salazar, o *Pontifex Maximus* desta patriolatria. Aljubarrota é eleita como altar-mór; organiza um agiológio nacional e uma acrópole sagrada: o castelo de S. Jorge em Lisboa e o Tejo devem dominar espiritualmente o País, devem ser a acrópole sagrada, o lugar eleito das peregrinações patrióticas (Salazar, 1959: 49). Quanto ao agiológio sagrado Nuno Álvares Pereira ocupa um lugar cimeiro, seguindo-se os restantes heróis e santos nacionais: D. Filipa de Lencastre, D. Filipa de Vilhena, e D João IV.

Porque não há religião sem devotos, nos seus discursos, faz constantes apelos para que cada português fosse um devoto da pátria redimida.

“Primeiro: *acto de devoção*. Cobrimos de flores trazidas dos quatro cantos do mundo, as pedras mortificadas sobre que se ergue este castelo, como se piedosamente se beijassem as feridas de um herói ou se alindasse o berço de um santo” (Salazar, 1959: 259).

A raiz seminarística desta “missão” está patente neste discurso. O poder do detentor da “missão” não lhe advinha da cátedra, nem da capacidade milicianiana, nem das forças militares que subordinava, mas da doutrina e do exemplo. À semelhança da escola clerical em que o padre - mestre era escolhido, sobretudo por ser um protótipo de virtudes, para ser copiado pelos discípulos. O ex-clérigo do seminário de Viseu retoma, deste modo, a sua vocação inicial, agora ao serviço da pátria, mas utilizando as mesmas matrizes católicas de que nunca abjurou e defendeu, intransigentemente, contra os adversários ideológicos.

“Neste momento histórico, em que determinados objectivos foram propostos à vontade nacional não há remédio senão levar às últimas consequências as bases ideológicas sobre as quais se constrói o novo Portugal. Cremos que existe a Verdade a Justiça o Belo e o Bem. Cremos que pelo seu culto os indivíduos e os povos se elevam, enobrecem, dignifica; cremos que no alto sacerdócio de buscar

e transmitir a Verdade, criar a Beleza tornar respeitada a Virtude é inerente a responsabilidade pelas devastações acumuladas nas almas e até pela inutilidade social da obra produzida” (Salazar, 1935: XXIII- XXIV).

Segundo Carneiro Pacheco, Ministro da Educação (1936- 1940), Oliveira Salazar “estudava ao mesmo tempo os números, as instituições e as almas procurando o diagnóstico do mal.” (Pacheco, 1940: 31). Mas este Ministro da Educação vai mais longe: no discurso proferido no acto da inauguração da “Escola - Cantina Oliveira Salazar” em Santa Cruz do Vimieiro, freguesia onde nasceu Oliveira Salazar, associando esta “missão” à vontade expressa de sua mãe:

“tinha então mais de 80 anos e estava doente a sua mãe (...) Salazar disposto a fazer pela Pátria o sacrifício de ir servi-la longe da sua querida mãe, mas receoso de que com isso ela sofresse, foi delicadamente consultá-la. Talvez convencida que não votaria a vê-lo, mas avaliando, como ninguém, o que o filho era capaz de fazer por Portugal, a mãe de Salazar quis sacrificar-se também e respondeu: “precisam de ti. Vai, meu filho!” e “Salazar salvou Portugal que hoje é apontado para exemplo do mundo” (“Discurso proferido por S. Ex.cia o Ministro da Educação Nacional, no dia 28 de Abril, em Santa Cruz do Vimieiro”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 288 de 2 de Maio de 1940, 457-460).

Ciente da sua “missão” logo na tomada de posse de Ministro das Finanças na sala do Conselho de Estado, em 27 de Abril de 1928, dirigindo-se ao Presidente do Ministério, general Vicente de Freitas, afirmava:

“Não tem que agradecer-me ter aceitado o encargo, porque representa para mim tão grande sacrifício que, por favor ou amabilidade, não o faria a ninguém. Faço-o ao meu País, como dever de consciência, friamente, serenamente cumprido. Não tomaria, apesar de tudo, sobre mim esta pesada tarefa se não tivesse a certeza de que ao menos poderia ser útil a minha acção e de que estavam asseguradas as condições de um trabalho eficiente” (*Ibid*: 3- 4).

Oliveira Salazar acha que chega o momento de desempenhar a “missão”. Considera-se perfeitamente legitimado e as circunstâncias convenientes. Fria e

decididamente. Por isso, põe as suas condições e traça o seu rumo pré - definido ao País que vai “salvar”, sem nada temer³⁸²:

“Pouco mesmo se conseguiria se o País não estivesse disposto a todos os sacrifícios necessários e a acompanhar-me com confiança na minha inteligência e na minha honestidade- confiança absoluta, mas serena, calma, sem entusiasmos exagerado ou desânimos depressivos. Eu o elucidarei sobre o caminho que penso trilhar, sobre os motivos e a significação de tudo que não seja claro de si próprio; ele terá sempre ao seu dispor todos os elementos necessários ao juízo da situação (*ibid*: 5).

Tem segurança do seu valor, o que parece contradizer as suas frequentes litanias de pessoa humilde e queixosa de que as tarefas que lhe são impostas são demasiado pesadas para as suas forças.³⁸³

Esta necessidade de dar contas, provem da sua condição de Ministro. Quando for Chefe do Governo, apenas mandará e será obedecido. Por isso avisa, desde já: “Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça, quando se chegar à altura demandar (*ibid*.: 5-6).

A “missão” pedagógica de salvação” da pátria não foi construída de improviso, mas foi suficientemente maturada:

“bastou alguém que tivesse olhos abertos para fitar o abismo e fosse superiormente inspirado para ver o caminho da salvação. Bastou Salazar! Salazar é o fulcro do ressurgimento político, cívico, moral e material da Nação. Salazar é mais que um homem, porque é um princípio, uma ideia, uma realização, uma verdade!” (Evangelista, Domingos, (1940), “Centenários”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 289 de 9 de Maio, 481- 482).

³⁸² A diferença do ideal republicano de “regeneração” é que Salazar fala na primeira pessoa e os educadores republicanos falam da regeneração da Pátria, através de princípios filosóficos e antropológicos.

³⁸³ No discurso confessional, quando alguém é chamado para desempenhar um cargo importante deve considerar essa função um serviço a Deus e ao próximo e por isso manifestar a sua pequenês e a sua humildade, por Deus lhe ter dado tal poder. Veja-se por exemplo a designação que os papas se atribuem: *Servus servorum Dei*. O mesmo pensamento se encontra no discurso de Oliveira Salazar: “os desejos de *bom ano* são desejos de *servir bem e melhor ano* terá, certamente, o que *melhor servir* por todo ele a sua Família, a sua Pátria e o seu Deus!” “O equilíbrio das contas e o seu saldo provável”, *Novidades*, jornal oficial da Igreja católica portuguesa, 1 de Janeiro de 1929.

Recebeu o convite político do governo da Ditadura Militar para equilibrar as contas públicas, mas não se quedou por esta função. Desde o início do seu cargo é peremptório: exige que todos os ministérios lhe prestem contas e exige absoluta confiança na sua pessoa, porque sabe o que pretende:

“sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegar à altura de mandar” (Salazar, 1935: 5-6).

A sua implementação é cautelosa, passo a passo, conforme as circunstâncias políticas, mas sempre com firme determinação. Oliveira Salazar, fiel à sua “missão” pedagógica de “salvar” a pátria, acima de tudo é um político pragmático³⁸⁴ mas sem se desviar dos seus princípios e convicções.

Quando consolidou o poder, convidou os membros do Centro Católico onde militara³⁸⁵. e todas as correntes partidárias ainda existentes, inclusive monárquicos e integralistas³⁸⁶, a incorporarem-se na União Nacional (Salazar, *ibid.*: 164). Dentro de uma lógica confessional, “um só rebanho e um só Pastor”, regozija-se com o regresso dos filhos pródigos, e caustica intransigentemente os que seguiram, a seu ver, o caminho das conspirações e revoltas:

” Com meios suficientes de ação, entre os quais a firmeza do governo, na aplicação das sanções, as polícias irão desfazendo, sem dificuldade, estes casulos conspiratórios. Os embaraços resultantes de andarem, também, nas conjuras revolucionárias indivíduos que se dizem amigos da situação deixaram

³⁸⁴ Duplo pragmatismo: político- institucional que o “leva a combinar e compor na matriz corporativa antidemocrática e antiliberal do catolicismo social, salazarista os contributos do ultramontanismo integralista e os do republicanismo liberal conservador”. Económico-social, enquanto o Estado Novo vai surgir como o “Estado de toda a burguesia” (Rosas, 1992:16).

³⁸⁵ “A agremiação denominada Centro Católico ou seja a organização independente dos católicos para trabalharem no terreno político vai revelar-se inconveniente para a marcha da Ditadura” (*Ibid.*: 170).

³⁸⁶ Movimento monárquico da direita radical, fundado nos anos 10, sob inspiração da *Action Francaise*. « À pretensa soberania popular (...) opunham a nação organizada e hierarquizada segundo a tradição. Ao sufrágio universal, opunham a representação corporativa dos núcleos tradicionais: a família, os municípios, as profissões. O Parlamento seria substituído por uma Assembleia Nacional representativa destas “forças vivas”, com um carácter consultivo e técnico » (Pinto, 1994: 29).

de existir, porque a todos os conspiradores os consideramos por princípio inimigos da Revolução nacional “(Salazar, 1937: 68- 69).

Não se enfeuda ao poder das hierarquias eclesiásticas. Mais tarde, na Concordata de 1940, conduziu as negociações com a Santa Sé, de modo a que houvesse separação entre o poder temporal e o espiritual, para não haver ingerências da autoridade eclesiástica, no governo da nação. “Tenho escrupulosamente evitado em toda a minha vida pública misturar a religião com a política” (Salazar 1959: 256). Apropriou-se dos princípios doutrinários e morais católicos que lhe serviram para consolidar a sua autoridade: “em certo sentido, a Igreja não era uma fonte de inspiração, mas uma organização de interesses, morais e espirituais (...) que também se deveria submeter à nação de que ele era o melhor intérprete” (Barreto e Mónica, 2000: 379). Geriu estes princípios, sempre em ordem à salvação da pátria, sem nunca abdicar da sua tutela, nas famílias, na escola, no trabalho, na cultura ou no lazer: “a primeira realidade que o Estado tem diante de si é a formação católica do povo português” (“Discurso proferido pelo sr. Presidente do Conselho na Assembleia Nacional em 28 de Maio último”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n. 293 de 6 de Junho de 1940, 537- 540). Nunca transigiu, nem sequer com a igreja católica, nas questões essenciais da sua “missão” pedagógica: a contestação à sua autoridade e política social,³⁸⁷ ou beliscar a integridade da Pátria una e corporativa.

“A generalidade dos depoimentos que me foi dado ler e em que o conflito com a União Indiana foi visto à luz de conveniências religiosas e contra Portugal, nascem, além do referido, de duas fontes: dos católicos progressistas e de certos meios de *Propaganda Fide*. Sabe-se o que são os primeiros: católicos que se deram à missão de baptizar o comunismo ” (Salazar, *ibid.*: 257).

A igreja católica portuguesa catapultou-o para o governo, respaldando-o durante os mais difíceis anos de governação em que, com a sua ajuda, desconstruiu os princípios republicanos e desarmou os seus adversários políticos.

³⁸⁷ Como por exemplo, o caso do Bispo do Porto, exilado do País, na sequência da carta que dirigiu a Oliveira Salazar, após as eleições presidenciais de 1958.

Quando se apoderou do governo, remeteu, primeiro o exército para os quartéis e, depois, em 1940, a igreja para a sacristia. Ficou assim livre para dar cumprimento à sua “missão” pedagógica.

1.2. A natureza.

A “missão” pedagógica de “salvação” da pátria apresenta algumas características que lhe conferem um carácter específico, tanto na sua essência, como nas suas finalidades. Na sua essência, não se trata de uma missão militar, civil ou mesmo religiosa. Não há mandatário visível, nem um vínculo institucional que constanja o mandatado. Oliveira Salazar autolegitima-se e autogere-se.

“O que me preocupa é a realização de princípios e processos de governo diferentes- nem interesses, nem prazeres, nem vaidades – apenas uma política de tal modo superior que cure o País da outra política, da inferior. Só assim- note bem e diga - o bem – me interessa Governar.”³⁸⁸

A legitimação que invoca para justificar as suas decisões é de carácter político, exclusivamente, para o exercício de um cargo político. É apenas funcional. Contudo, de *motu proprio*, interpreta-a como um imperativo nacional, como um dever indefectível, pessoal e intransmissível, o que lhe confere outra dimensão:

“Fé, isso temos: os que tomaram nos seus braços o país exausto e lhe têm dado em sete anos de trabalho e angústias com o seu sangue, o sangue, com a sua vida, a vida, com a sua alma, a alma, têm mais que quaisquer outros, motivo para crer na cura, na salvação nacional e desejar levá-la a cabo” (Salazar, 1935: 223- 224).

Esta “missão” tem, pois, na nossa hipótese, um carácter confessional na sua essência, com características semelhantes à vocação clerical.³⁸⁹

³⁸⁸ *Diário de Notícias* de 20 de Outubro de 1933.

³⁸⁹ Para Salazar “a posse do Estado”- repare-se- a posse...era “condição necessária para salvar a Nação”, mas não bastava como “factor de renovação material ou moral ” (Ferro, *apud* Barreto e Mónica, *ibid.*: 334).

Nas suas finalidades, a sua “missão” pretende ser salvífica: libertar a pátria da República Parlamentar, fonte de todas as desordens e restabelecer a ordem nacional.³⁹⁰ Assume um discurso conceptualmente confessional, ao preconizar a “salvação” da pátria, através da reeducação dos portugueses, segundo a moral e direito católicos, numa dupla dimensão antropológica: a terráquea e a escatológica, mas aquela subordinada a esta.

“Por isso mesmo se não hão - de chamar para as primeiras linhas os fracos, os acomodaticios, os pouco valorosos; mas os fortes, os desinteressados, os que têm na alma um princípio daquelas virtudes superiores que fazem os heróis e os santos” (Salazar, 1935: 180-181).

Por isso, apresenta como objectivos fundamentais:

- erradicar o “homem velho”, laico e eivado de vícios estrangeiros, *homo laicus republicanus*;

“Pesam sobre nós defeitos tradicionais, que é mister desenraizar das almas, do carácter dos portugueses. Pesa conjuntamente com esses erros uma educação viciosa que não nos dá o rendimento preciso. (...) No fundo dominando o quadro, o gosto doentio do que é estrangeiro, a ignorância ou o desprezo das coisas portuguesas” (Salazar *apud* Ferro, 1933: XXXIV- XXXV).

- reconstruir um “homem novo”³⁹¹, restituindo-lhe a sua verdadeira identidade primeva, ou sejam as matrizes tradicionais herdadas dos antepassados *homo lusitanus catholicus*. “Resta saber se o que há de transcendente e de eternamente verdadeiro e belo no nosso património lusitano latino e cristão nós o deixaremos perder sem consciência da sua superioridade, perante a ameaça da novo época bárbara” (Salazar, 1935: 212-213).

³⁹⁰ A nova ordem preconizada por Oliveira Salazar, embora política, regia-se por códigos morais de natureza confessional. Oliveira Salazar era o administrador desta nova ordem temporal, que levaria à salvação da Pátria, tal como a igreja católica era a administradora dos bens de salvação que levavam à ordem escatológica. Assim lê-se nos objectivos da Acção Católica Portuguesa: “chegou a hora de tocar a rebate na consciência de todo o católico português, para a nova cruzada de reconquista cristã de Portugal. Quem não for por Cristo é contra Ele” (Editorial, Boletim da Acção Católica Portuguesa, Dez. de 1946, 1).

³⁹¹ João de Barros, pedagogo republicano, utiliza, também, este conceito de “homem novo”, mas dá-lhe um significado diferente de Oliveira Salazar (Cf. Araújo, 1997).

O carácter pedagógico da “missão” de Oliveira Salazar está patente nas “lições de Salazar” em que os seus correligionários traduzem a essência dos seus discursos em 10 quadros, onde se retrata a família tal qual Salazar a reinventou, a escola, a Casa do Povo, o Trabalho, o Progresso, a Assistência e outros temas enaltecendo o regime. Estes quadros serviam como instrumento de propaganda do Estado Novo. Patentes em todos os lugares públicos, as suas cores vivas e imagens sugestivas, de fácil interpretação eram um instrumento catequético apropriado, sobretudo para o povo analfabeto.

Não obstante ser pedagógica, ege, como suporte para a sua concretização, a edificação de uma Ditadura Nacional, com estruturas político-sociais, diferentes da Ditadura Militar que o chamou ao governo.

Vai buscar o conteúdo valorativo e axiológico da sua missão pedagógica à instituição que elege como parceira, a igreja católica: “Dentro das linhas gerais da nova ordem constitucional está este pensamento: juntar-se ao progresso económico indispensável, a restauração e desenvolvimento dos valores espirituais ” (Salazar, 1935: 342).

Salvaguarda o poder tutelar de ser o único a supervisionar a implementação dessa mudanças políticas na sociedade portuguesa. Como “missão” pedagógica de “salvar” a pátria, transpõe para o campo político-social os parâmetros e a lógica existencial confessional católica, numa simbiose valorativa promíscua:

“Neste momento histórico em que determinados objectivos foram propostos à vontade nacional não há remédio senão levar até às últimas consequências as bases ideológicas sobre as quais se constrói o novo Portugal. Cremos que existe a Verdade, a Justiça, o Belo e o Bem; cremos que pelo seu culto os indivíduos e os povos se elevam, enobrecem, dignificam; cremos que ao alto sacerdócio de buscar e transmitir a Verdade é inerente a responsabilidade pelas devastações acumuladas nas almas e até pela inutilidade da obra produzida” (Salazar, *ibid.*:XXIII- XXIV).

Talvez, por isso, a história do apogeu e declínio do processo de inculcação desta “missão” pedagógica esteja mais associada às contestações advindas da instituição, que, ideologicamente, a suporta - a igreja católica nacional e transnacional, do que ao trajecto político do seu mentor.

1.3. A estrutura ideológica.

“ Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século, procurámos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua história; não discutimos a Autoridade e o seu prestígio; não discutimos a Família e a sua moral; não discutimos a glória do Trabalho e o seu dever” (Salazar, 1935: 130).

O pensamento pedagógico não pode ser desligado do contexto histórico geral (político, social e económico) nem das instituições escolares e do seu dinamismo” (Fernandes, 1992, 10). Para o estudo de uma “missão” pedagógica deste teor, temos, não só de analisar os projectos educativos da sociedade da época, como os contextos em que se vai operar as mudanças educativas que se pretende.

A dita “missão” não renega este princípio. Salazar depois de oito anos de Seminário, como educando, dedicou-se à função de Prefeito de Disciplina e professor. Pelas suas palavras, se deduz que, não só estudou as teorias pedagógicas da época, como teve um papel interventor nos públicos católicos do seu círculo, através da imprensa escrita e do púlpito, nas ocasiões mais solenes (Nogueira, 1977: 41).

Como estudante de Direito em Coimbra e, depois, como docente, interessou-se, sempre, pelos problemas políticos e educativos³⁹². As suas convicções foram-se alicerçando com o tempo.

“ A obra educativa a realizar mormente nesta época de renascimento nacional tem de partir de um acto de fé na Pátria portuguesa e inspirar-se num são nacionalismo. É preciso amar e conhecer Portugal (...) Repito: é preciso amar e conhecer Portugal ” (Salazar, *ibid.*: XXXV- XXXVI).

As matrizes que escolhe para a sua “missão pedagógica e as práticas que preconiza para a salvação do povo português são fruto de grande reflexão e avaliação

³⁹² Por exemplo em 1919 escreve “Coimbra absorve-nos e esgota-nos. Uma grande obra de educação nacional, de levantamento do ensino universitário de cultura, das ciências, de revolução nos processos de ensino, de reorganização dos cursos absorve suficientemente todas as atenções” (Salazar, 1919: 11).

das suas capacidades e defeitos. “Tenho o costume de reflectir, sem interrupção”. (Garnier, 1952: 213).

Como médico atento, aplica a terapêutica conveniente. A sua “missão” pedagógica tem, pois, consistência e foi por acreditar nela, que se empenhou, totalmente, e a defendeu, até ao fim da sua vida: “temos um mandato da Nação; auscultamos sem prevenções as suas necessidades e anseios; realizamos pelo melhor meio os seus interesses superiores” (Salazar, 1959: 210).

Hábil político, sabe com quem há-se contar e quem pode colocar maiores obstáculos ao cumprimento da sua “missão” pedagógica. Conta com o apoio seguro e a influência da igreja católica, na pessoa do Cardeal Cerejeira; “Salazar e eu, unidos por amizade fraternal decidíramos viver em «república», como nós dizemos aqui, isto é em comunidade. (...) Vivemos juntos, de 1915 a 1928 ” (Garnier, *ibid.*: 175). Conta com apoio indefectível do presidente da República e para fazer as reformas profundas que considera essenciais para a concretização da sua “missão” e para implementar novas estruturas políticas, tem de atrair para a sua causa as chefias militares.

O contexto político é propício. Conforme refere Schwartzman os governos de um só partido ou de coligação estão em decadência e não têm apoios nem unidade:

Espera-se um milagre para refazer a Fazenda Pública que está depauperada. O cenário a médio e curto prazo é favorável à chegada de um “salvador”³⁹³. A médio prazo a memória dos portugueses está repleta de dúvidas e incertezas políticas, sociais, económicas e culturais dos sucessivos e inoperantes governos, apoiados pela democracia parlamentar da Primeira República. “Entre 1910 e 1926 Portugal teve 45 governos de diversos tipos: 17 de um só partido, 3 governos militares e 21 governos de coligações” (Shwartzman, 1998: 30).

A curto prazo, também, não oferecem estabilidade política os governos da Ditadura Militar, instaurada em 28 de Maio de 1926,³⁹⁴ nos quais foi convidado a

³⁹³ “Nos últimos anos da República, a Direita aproximou-se progressivamente da ribalta política. As ideologias tradicionais fundiram-se com a influência maurassiana através da acção de um grupo de fervorosos patriotas e filhos de lavradores que entrou para a história sob o nome de integralismo lusitano. (...) Não surpreende por conseguinte que a restauração de um Estado forte se tornasse progressivamente uma solução popular. A maior parte das Forças Armadas, a Igreja, os integralistas, um grupo católico de direita - o C.A. D. C. e certos republicanos moderados constituíam os principais elementos da coligação autoritária ” (Mónica, *ibid.*: 85).

³⁹⁴ “Durante dois anos, de Maio de 1926 a Abril de 1928, o País foi confrontado com sucessivas crises que nada tinham a ver com a prometida calma e tranquilidade ”(Madureira, 1997: Contracapa).

participar por duas vezes e, só depois de por as suas condições, aceitou desempenhar as funções de Ministro das Finanças.

Em contrapartida, Oliveira Salazar, para levar a cabo a sua “missão” pedagógica de “salvar” da pátria baseia-se em certezas absolutas:

“Ai do homem público cujo espírito fosse presa de eterna dúvida! Se é necessário a indiferença intelectual no decorrer da investigação científica para a acção individual ou colectiva é indispensável a certeza, ponto de apoio do mando, alicerce da decisão” (Salazar, 1930: VIII-IX).

pois assenta em três matrizes fundamentais e, para ele, inegociáveis:

- Deus católico e apostólico romano que preside e legitima toda a acção política e educativa preconizada³⁹⁵
- um novo conceito de Pátria que legitimada por Deus³⁹⁶ subordina todos os interesses nacionais e para onde, necessariamente, têm de convergir todos os projectos individuais – tudo pela Nação nada contra a Nação.

“A Nação é para nós sobretudo uma entidade moral que se formou através de séculos pelo trabalho e solidariedade de sucessivas gerações ligadas por afinidades de sangue e de espírito e que nada repugna crer seja atribuída no plano providencial uma missão específica no conjunto humano” (Salazar, *ibid.*: 354).

- família, instituição natural, de raízes e tradição católicas³⁹⁷ que será o fundamento e o suporte da nova sociedade que se pretende edificar.

³⁹⁵ A Igreja cedia o seu Deus para legitimar a sacralidade da Pátria e Salazar faria desta o seu principal apoio. Este desprendimento da igreja católica em relação à pátria, até se enquadra nos princípios da teologia católica para quem este mundo é apenas uma “páscoa”, passagem, para a verdadeira Pátria celeste (Delumeau, 1993: 14)..

³⁹⁶ Esta legitimação pelo sagrado assegura ao regime o apoio da Igreja Católica: “além de tudo o mais que sentíamos como portugueses, acrescia que sendo V. Ex.cia, para além da sua competência profissional, apenas conhecido pelas suas actividades no campo católico, era uma espécie de oferta que a Igreja fazia à Pátria, num momento crucial (Of. n.º 271/58 de D António Bispo do Porto ao Ex.mo Presidente do Conselho em 13 de Julho de 1958).

³⁹⁷ Esta tradição católica foi reivindicada pela igreja, a pretexto de que antes de serem portugueses eram baptizados e, portanto, sob a jurisdição da igreja, para afirmar a sua supremacia educativa sobre o Estado, sobretudo no campo do ensino. No que nunca foi atendida (Cruz, 1954: 38).

“Não temos o encargo de salvar uma sociedade que apodrece, mas de lançar, aproveitando os seus vigamentos antigos, a nova sociedade do futuro. Ela é ordeira e pacífica; ela conhece as fronteiras da Pátria, alargadas por esse mundo a golpes de audácia por antepassados ilustres; ela respeita a hierarquia e a diferenciação de funções como facto natural e humano, necessário ao progresso geral; ela honra e defende o trabalho como base da prosperidade e lei inelutável da vida” ((Salazar, *ibid.*: 44).

A base sólida deste edifício, sobre a qual assentam estes três pilares, são as novas estruturas políticas do Estado Novo e a cúpula é uma super- estrutura em que há três instâncias do poder, mas só uma é verdadeira: a de Oliveira Salazar que omnipresente, controla totalmente o Presidente da República, o governo e a Assembleia Nacional.³⁹⁸

Deus ocupa o lugar mais importante na trilogia, como árbitro do poder autoritário que Oliveira Salazar vai impor aos portugueses. Quer antes, (1924) quer depois (1935) da sua ascensão ao poder, ele é peremptório: “ o poder é limitado pela lei de Deus e pelos direitos da consciência” (Salazar, 1924); ³⁹⁹ e “advogamos a consciência do dever e do sacrifício, a justiça e da caridade, no exercício da acção governativa como clara afirmação de que a moral deve informar toda a acção humana” (Salazar, 1937: 4).

Fica, assim, salvaguardado o perigo da autocracia que ele rejeita, liminarmente, nos seus discursos.

“Nenhum de nós afirmaria em Portugal a onipotência do Estado, em face da massa humana, simples matéria prima das grandes realizações políticas. Nenhum de nós se lembraria de considerá-lo a fonte da moral e da justiça, sem que às suas decisões e normas se sobreponham os ditames de uma justiça superior ” (Salazar, 1935: 285).

³⁹⁸ Na sua narrativa discursiva, Salazar não obstante a luta pelo controlo total do poder, afirma não pretender o poder pelo poder: “o que me preocupa é a realização de princípios e processos de governo diferentes – nem interesses, nem prazeres, nem vaidades- apenas uma política de tal forma superior que cure o país de outra política inferior. Só assim me interessa governar (Salazar, entrevista ao *Jornal de Notícias* de 20 de Outubro de 1933).

³⁹⁹)“A paz de Cristo na classe operária pela S. S. Eucaristia” *In Novidades*, 13 de Julho de 1924.

Deus constitui, ainda, o eixo estruturante das restantes matrizes: Pátria e da Família.

Eixo estruturante, porque legitima as raízes histórico-míticas em que assenta o novo conceito de Pátria como representação de uma identidade histórica e colectiva dos portugueses:

“Nesta pequena faixa ocidental que a Europa se habituara a olhar com comiseração ou tédio, fizemos o prodígio de reconstruir a Nação na sua feição tradicional - missionária e civilizadora, cavalheiresca e espiritualista” (Salazar, 1959: 35).;

legitima um novo conceito de família, um *constructum*, ao mesmo tempo sagrado e profano. Sagrado, porque de raiz hierocrática, tendo como modelo a Sagrada Família e profano, enquanto Oliveira Salazar a apresenta a como protótipo irreal da educação a copiar pelas famílias portuguesas,

“Uma educação cristã uma educação portuguesa - a verdadeira educação - não prescinde deste símbolo, deste exemplo, desta realidade: - a Sagrada Família! Que este pensamento ilumine e dignifique durante o próximo ano a actividade da Campanha de Educação Popular... “Uma educação cristã uma educação portuguesa- a verdadeira educação- não prescinde deste símbolo, deste exemplo, desta realidade: - a Sagrada Família! Que este pensamento ilumine e dignifique durante o próximo ano a actividade da Campanha de Educação Popular...”⁴⁰⁰

Por este modelo, são aferidos os papéis de supremacia do chefe de família⁴⁰¹ e da submissão da mulher ao marido e os códigos de comportamentos e atitudes: obediência e disciplinação dos filhos; valor simbólico do trabalho e sacrifício, em ordem à domesticação de corpos e almas.

⁴⁰⁰ “A Campanha. Órgão da Campanha Nacional de Educação de Adultos, Dezembro de 1954, n.º 18, 3.

⁴⁰¹ A importância social do chefe de família está bem atestada no art.º 5.º do Cap.º II, dos “Estatutos da Casa do Povo de Tentúgal”, Montemor-o-Velho, aliás decalcado do Decreto-Lei n.º 23.051 de 23 de Setembro de 1933: “As mulheres que não forem chefes de família e os menores de 18 anos, não serão admitidos a inscrever-se como sócios, nas instituições criadas por esta Casa do Povo, a fim de gozarem os respectivos benefícios ” (Documentos inéditos da família Abreu, Tentúgal - Coimbra, 2004).

Ancorada, também, neste quadro, fica a autoridade constituída, indiferentemente, do modo como alcança e permanece no poder. Quatro anos antes de entrar no governo, já Salazar dizia:

“Não aspirar ao poder como um direito, mas aceitá-lo e exercê-lo como um dever; Considerar o Estado como o *ministro de Deus para o bem comum* e obedecer de coração ao que está investido de autoridade. Não se esquecer quem manda da justiça que deve e não esquecer quem obedece do ónus sagrado de quem manda.”⁴⁰².

Este requisito era fundamental para levar a bom termo a sua “missão” pedagógica. Esta legitimação que lhe confere um carácter hierocrático, é referida, constantemente, por Oliveira Salazar⁴⁰³ como o suporte indefectível e do qual não abdicará, até a levar a bom termo. Nos seus discursos é considerada ingrata tarefa.

“Este homem que é governo não queria ser governo. Foi deputado; assistiu a uma única sessão e nunca mais voltou. Foi ministro; demorou-se cinco dias foi-se embora e não queria mais voltar. O governo foi-lhe dado, não o conquistou, ao menos à maneira clássica e bem nossa conhecida (Salazar *apud* Ferro, 1933: XIV- XV).

A tarefa da autoridade do Estado Novo era redimir a pátria que tinha sido prostituída, adulterada, viciada pelas teorias pedagógicas republicanas e manter-se sempre vigilante

“O filosofismo começara, abalando nas inteligências a adesão às verdades eternas e corroendo nos espírito as grandes certezas. A certa altura da obra destruidora viu-se com pânico que nada se havia substituído a estes marcos milenários de que as almas se servem para se guiarem na vida. Negou-se Deus, a certeza, a verdade, a justiça a moral em nome do materialismo, do cepticismo, do pragmatismo, do epicurismo, de mil sistemas confusos em que o vácuo foi preenchido com dificuldades” (Salazar, *ibid.*: 310).

⁴⁰² “A Paz de Cristo na classe operária pela S. S. Eucaristia”, in *Novidades*, 13 de Julho de 1924.

⁴⁰³ A moral e o direito sobre os quais assenta o governo do Estado Novo são canónicos, os mesmos da teologia católica.

Oliveira Salazar vai desempenhar o papel sacerdotal de reconduzir o povo português à sua identidade primeva: “explorador de sertões, fundador de colónias a repetir-se e multiplicar-se pelo mundo – pedaços da sua alma, da sua carne e do seu sangue (Salazar, 1959: 21); à vocação para a qual tinha sido chamado por Deus:

”o Portugal de nossos avós - de Afonso Henriques, de D. João I, do Infante de Sagres, dos Gamas dos Albuquerque, de Camões; dos descobrimentos da Restauração; conquistador de reinos, fundador de impérios, pregoeiro e defensor nos outros continentes da civilização latina e da palavra de Cristo (Salazar, 1959: 21).,

E os que ocupam lugares de chefia no governo da Nação? Com uma tarefa tão árdua e ingrata, os governantes precisavam da necessária legitimação aos olhos dos governados. Para vincar esta legitimação, os seus retratos, em poses sérias, quase esfíngicas, estão colocados em lugares estratégicos, ao lado do crucifixo que representa um Deus que se sacrificou pelos homens, para os salvar.

Através deste cenário, eram legitimadas socialmente, não só a constante doutrinação, como as práticas educativas em todas as instituições, vincando a obediência, a submissão aos superiores e a conformidade com o estatuído.⁴⁰⁴

A aceitação destes predicados é *conditio sine qua non* para ser reintegrado na nova ordem,

A ordem, em linguagem simbólica, significa a inserção num *status* já constituído e assente em matrizes simbólicas. “A sua ordem não repousava num contrato abstracto celebrado entre indivíduos, mas como afirmara num Congresso Católico, realizado em 1922, fundava-se em Deus ” (Campinos *apud* Mónica, *ibid.*: 86).

para ser regenerado, para ser salvo, juntamente com a Pátria. Doutrinas contrárias que ponham em causa a autoridade constituída,

⁴⁰⁴ “ A religião legitimava o ascendente social e a autoridade política” (Mónica, *ibid.*: 70).

“Nós temos visto que a adulação das massas pela criação do povo soberano, não deu ao povo como agregado nacional nem influência na marcha dos negócios públicos, nem aquilo que o povo precisa- soberano ou não- que é ser bem governado ” (Salazar, 1935:91). ,

atentam contra a integridade da Nação unitária e corporativa⁴⁰⁵ .

Por sua vez, os que detêm a autoridade, delegada por Deus, através dos seus superiores legítimos - os humildes servos, na acepção da doutrina católica e repetida vezes, sem conta, por Oliveira Salazar, nos seus discursos, esses são designados, vocacionados, para levar os outros o povo, o rebanho à salvação, através dos sacrifícios. É um sacerdócio civil e nacional: “Não aspirar ao poder como um direito, mas aceitá-lo e exercê-lo como um dever” (*Novidades* de 13 de Julho de 1924). Como designados por Deus e legitimados para conduzirem o povo, devem estar presentes em lugar de honra, em todos os momentos solenes da vida nacional e em liturgias patrióticas doutrinar o povo, pois são os únicos intérpretes da doutrina corporativa, da fé e devoção para com a pátria.

“ Através dos séculos e gerações mantivemos sempre vivo o mesmo espírito e, coexistindo com a identidade territorial e a unidade nacional mais perfeita da Europa uma das maiores vocações de universalismo cristão. Eis porque esta solenidade é ao mesmo tempo acto de devoção patriótica, acto de exaltação, acto de fé ” (Salazar, *ibid.*: 256).

Pátria, cujo património histórico de heróis e santos tinha sido fruto de uma aliança com a Igreja católica. Por estes axiomas catequéticos,⁴⁰⁶ as gerações futuras tinham de pautar os comportamentos e as atitudes.

Esta dupla estratégia de actuação, serviço e entronização fazia parte dos códigos confessionais, para validar, perante os súbditos, a dupla autoridade: enquanto poder social e, enquanto, representação do poder simbólico.⁴⁰⁷ Este duplo estatuto era

⁴⁰⁵ Novamente encontramos paralelo na doutrina da igreja católica sobre a Igreja Corpo Místico de Cristo e da necessidade da comunhão com ele para a salvação. Todos os baptizados fazem parte deste Corpo e ninguém se pode salvar fora dele. “Fora da igreja não há salvação” era a proposição dogmática da Igreja católica.

⁴⁰⁶ Catequéticos, com toda a propriedade. A própria doutrina corporativa era objecto de um catecismo denominado “catecismo corporativo ” (Cf. Sousa, 1941).

⁴⁰⁷ “É absolutamente unânime na Igreja romana defender que a autoridade vem de Deus ” (Lopes, 2002: 156).

necessário para justificar a exigência de todos os sacrifícios como meios para atingir os fins imediatos propostos, a “salvação” da Pátria, um *constructum* assente em bases terrenas e escatológicas.

Na “missão” pedagógica de “salvar” a pátria, Oliveira Salazar reconduz o trabalho ao seu trilho conceptual tradicional católico: meio de redenção pelo sacrifício, aceitação e conformidade social, alegria. Pelo contrário, o prazer dos sentidos está na origem de todos os males.

“Até onde pode ser incriminado por tal estado de coisas (o gozo material, grosseiro dos sentidos) o abuso do capitalismo, a surda ou aberta revolta do trabalho, o envenenamento das relações sociais, a desunião familiar, a atmosfera de ódio que vemos alastrar e substituir-se ao bom entendimento, à camaradagem, à alegria no trabalho, à modéstia dos desejos e ambições, à satisfação das pequenas simples e saudáveis coisas a que toda a gente podia aspirar e que quase todos podiam facilmente obter? “. (Salazar, 1937: 340- 341).

Por isso mesmo, igualmente, ocupa um lugar nesta trilogia. Em contrapartida, o lazer pode transformar-se em ociosidade que é inimiga da alma. Precisa, pois, de ser tutelado por uma instituição de ideologização,⁴⁰⁸ a F.N.A.T. – Fundação Nacional da Alegria no Trabalho”, para não perder de vista a sua função redentora: restabelecimento das forças para continuar o trabalho. “Ganharás o teu pão com o suor do teu rosto” foi um dos castigos aplicados a Adão e Eva por terem pecado. Tudo na lógica confessional católica e em consonância com os ensinamentos dogmáticos da teologia católica.

“Temos de trabalhar e de favorecer a acção dos que trabalham para a justa compreensão da vida humana com os deveres, sentimentos, e esperanças derivadas dos seus fins superiores (...) libertando-nos definitivamente de uma filosofia materialista condenada pelos próprios males que desencadeou ” (Salazar, 1935: 342).

Assim, a pátria que Oliveira Salazar pretendia salvar e reconduzir aos trilhos históricos porque tinha uma missão a cumprir, (...) Apesar de pequenos e pobres temos

⁴⁰⁸ Luis Reis Torgal associa a F. N. A. T. aos “grandes órgãos centrais de propaganda”, como o Secretariado da Propaganda Nacional (cf. Torgal, 1989).

uma missão a cumprir ” (Salazar, 1956: 387) encontra-se assessoreada, não só por Deus, representado em cenário de sacrifício, que lhe confere legitimidade escatológica, mas, também, por uma instituição natural - a família que lhe dá legitimidade social.

Deste modo, as raízes tradicionais católicas da instituição natural, a família, legitimam a confessionalidade católica da Pátria. Os seus heróis e santos que presidem a todas as instituições nacionais, associam o amor da Pátria com o amor de Deus. São, por isso, enformados de heroísmo e santidade, numa simbiose em que é difícil distinguir entre educação com finalidades escatológicas e educação com finalidades de construção de identidades cívicas terrenais.

“Há no mundo uma grande crise de idealismo, do espiritualismo, de virtudes cívicas e morais e não parece que sem eles possamos vencer as dificuldades do nosso tempo. Sem rectificarmos a série de valores com que lidamos - valores económicos e morais- sem outro conceito da vida, sem largo espírito de sacrifício, sem conceito diverso de civilização, e do progresso humano, sem ao espírito ser dada primazia sobre a matéria e à moral sobre os instintos, a humanidade não curará os seus males e nem sequer tirará lucro do seu sofrimento ” (Salazar, 1936).⁴⁰⁹

Pelos conteúdos desta trilogia matricial, vão ser enformados o exército,

“O exército (...) por exigência da sua própria constituição vive afastado da política em hierarquia e obediência regulamentada serena e firme como penhor da ordem pública e da segurança nacional. Essa mesma superioridade de disciplina existente na força organizada em nome da honra e destino da pátria era o único agente capaz de remover com o menor número de convulsões e de perigos os obstáculos levantados pelas engrenagens existentes e apoiar o Poder Novo, empenhado na obra de salvação e ressurgimento da Pátria” (Salazar 1935: 140).

a igreja e todas as instituições económicas, políticas, sociais e culturais. É esta a “missão” que Oliveira Salazar, desde a sua entrada no governo da Ditadura Militar assume, como sendo um imperativo nacional e um dever de consciência, razões mais que suficientes para por elas lutar até ao fim. “ As noções de Pátria, de Estado, de

⁴⁰⁹ Entrevista ao jornal *The Daily Telegraph*, apud *Diário de Notícias*, 5 de Agosto de 1936.

autoridade, de direito, de família, de propriedade, de diferenciação social estão em causa e é nesse terreno que vão dar-se as maiores batalhas do futuro” (Salazar, 1930: 111).

Sendo a família e a escola duas instituições vocacionadas para a formação/educação pessoal e social, e para a instrução vão ter um papel primordial na inculcação desta “missão”.

Mas a missão de Oliveira Salazar é ainda mais ambiciosa: é necessário enquadrar toda actividades da sociedade portuguesa, desde o trabalho ao lazer, em novas organizações corporativas, com o duplo papel de doutrinar e vigiar, para que todos os portugueses, de qualquer condição social ou económica, se integrem nos objectivos do Estado Novo: “Faltaríamos a um grande dever e até a uma grande oportunidade se, lançadas as bases do plano económico não aproveitássemos os próximos anos para, simultaneamente, levar por diante a **cruzada corporativa**” (Salazar, *ibid.*).

Nascem, assim, nos campos as Casas do Povo que integrarão não só os assalariados, mas, também, os pequenos proprietários agrícolas. Terão uma função, para além da doutrinação, a celebração dos rituais preceituados pelo regime, sob a rigorosa vigilância do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. Sob a alçada deste organismo corporativo de controlo, ficarão ainda a Casa dos Pescadores que agregará todos os que se dedicam às lides do mar (Decreto-Lei de 23 de Setembro de 1933 *Diário do Governo*, n.º 218, I Série, 25/09/1933).

No sector secundário e terciário, a cruzada de Oliveira Salazar é subtrair à influência nefasta do comunismo os trabalhadores e as suas associações. Com essa finalidade, coloca o trabalho sob a tutela dos sindicatos nacionais, devidamente enquadrados por elites dependentes directamente do Poder Central, a fim de não se desviarem da doutrina corporativa. Os patrões também não escapam a esta orgânica e, associados em grémios, obedecem aos organismos de controlo ideológico e económico.

Deste modo, todos os interesses do capital e do trabalho estão sob o rigoroso controlo e subordinados aos interesses mais altos da nação de que Oliveira Salazar é único intérprete:

“através dos organismos de coordenação económica ou dos grémios obrigatórios o Estado regulava tudo ou quase tudo: dimensão mínima das

empresas, cotas de produção, normas de produção, cotas de consumo de matérias primas, preços desde o produtor ao consumidor, autorizações de importação, preços de exportação (Rosas, 1994: 255).

Porque ultrapassa o teor deste trabalho a análise de cada uma destas organizações, vamos apenas debruçarmo-nos sobre a Obra das Mães para a Educação Nacional que controla a família portuguesa, a Mocidade Masculina e Feminina que, obrigatoriamente, enquadra as actividades escolares e a União Nacional que em teoria pretende abranger todos os portugueses de qualquer quadrante ideológico, desde que acatem as matrizes ideológicas do regime.

Há, ainda, as organizações defensivas, mais com carácter de doutrinação que miliciano. É a Legião Portuguesa que enquadrada por oficiais do exército, pomposamente, pretende mobilizar todos os homens para o combate ao comunismo, mas, pelas palavras de Salazar constitui apenas mais uma força moral para defesa do regime:

”Legionários: parece a alguns que o nosso poder ofensivo é afectado, porque não pré-gamos o ódio, nem prescindimos da nobreza e dignidade na luta. Mas seria incompreensível que adoptássemos os mesmos processos que combatemos.(...) haurimos da consciência recta a força com que batalhamos e tiramos das próprias veias - não de outras - o sangue dos sacrificios; e certamente a Providência abençoa estas armas, pois temos sempre vencido” (Salazar, 1959: 19-20).

2. AGÊNCIAS DE REFORÇO E VIGILÂNCIA EDUCATIVA

A “missão” pedagógica de “salvação” nacional tinha como tarefa prioritária a libertação das trevas do laicismo liberal e republicano, com a conseqüente reeducação dos portugueses.

Já em 1919, quando ainda professor da universidade de Coimbra, Oliveira Salazar tinha esta convicção:

“eu estava convencido que o problema nacional - como na França, como na Itália, como na Espanha - era um problema de educação, ou pelo menos na base

de todas as questões nós íamos reencontrar uma deficiente formação do português e que de pouco valeria mudar governos ou regimes se não tratássemos em primeiro lugar de mudar os homens. Era preciso homens: tornava-se mister educá-los” (Salazar, 1919: 14- 16).

Estas matrizes educativas não podem ser dissociadas de um projecto político mais abrangente com que Oliveira Salazar pretendia enformar toda a Nação.

“Os estudiosos do salazarismo, sobretudo do pensamento político de Salazar aplicado na construção e consolidação do Estado Novo, têm – se esforçado por definir o pensamento e acção política de Salazar. Todos os epítetos tem sido utilizados para classificar o regime do Estado Novo: fascismo, fascismo baptizado, totalitarismo, autocracia, fascismo de cátedra. Cada um esgrime os seus argumentos. Uma coisa não contestam: são a suas raízes seminarísticas que alguns referem com mais insistência que outros, mas sem estabelecer uma relação directa com os processos da sua governação (Barreto; Mónica, *ibid.*:308-309).

As suas directivas eram depois reproduzidas: num único organismo político, a União Nacional,⁴¹⁰ com as suas secções regionais que abarcavam toda a sociedade portuguesa; nas instâncias específicas de educação,⁴¹¹ família, escola; nos organismos corporativos que superintendiam em todos os sectores do trabalho;⁴¹² na cultura e lazer, através da Federação Nacional da Alegria no Trabalho-F.N.A.T.:

“Sem um intenso movimento de espiritualização da vida e sem um forte apelo aos valores morais, a obra do Estado Novo poderia renovar materialmente a face da terra portuguesa, mas não seria conseguida a sua vitória mais alta : a

⁴¹⁰ A União Nacional era uma instituição híbrida, de teor seminarístico, tipo noviciado do regime. Fundada para ser um redil do bom pastor, onde cabiam todas as ovelhas, era administrada superiormente pelo próprio Salazar, através dos “mestres” da sua confiança. Não pretendendo ser partido único, actuou como único partido do governo. Era ainda a tribuna de doutrinação, onde Salazar pronunciava os discursos nas ocasiões mais solenes.

⁴¹¹ “ A possibilidade de modificação, ao menos parcial, do carácter nacional por via da educação não me parece duvidosa. Deus fez as nações curáveis, ensina a Escritura, seguramente através de homens que têm outras qualidades, outros pensamentos e melhores acções. (...) Porque não há que fechar os olhos à dificuldade da empresa, em que têm de colaborar a família, a escola, o meio social, a mesma direcção da coisa pública, pois não julgo estar equivocado quando penso que se o Governo, a administração, a reforma pública não são tudo, exercem, no entanto, uma larga influência nos costumes, na maneira de encarar os problemas da vida, na educação, em suma ” (Salazar *apud* Garnier, 1952:108- 109).

⁴¹² “O Estado português deve ser organizado segundo a Constituição em república corporativa ” (Salazar, 1935: 287).

transformação profunda da nossa mentalidade, o revigoramento de todos os laços e todos os sentimentos que mantêm a comunidade nacional e a perpetuam através dos tempos” (Estatutos da F.N.A.T., Preâmbulo ao Decreto-lei n.º 25:495 de 13 de Junho de 1935, *Diário do Governo*, n.º 134, I Série, 13/06/1935).

Não se trata de formar quadros de intervenção política, militar ou social. O regime exerce o poder, autonomamente e não admite qualquer tipo de contestação. Trata-se, antes, de enquadrar toda a sociedade portuguesa, nos cânones educativos da obediência, disciplinação e resignação.

A nossa argumentação é que a sua “ditadura nacional” é algo de híbrido com alguns sinais fascizantes quanto ao exterior (rituais, nomenclaturas, uniformes), mas a essência é diferente dos demais regimes totalitários ou fascistas contemporâneos. No regime de Salazar prevalecem as matrizes confessionais católicas. É com base nelas e, sob a sua orientação valorativa, que se processa a sua acção política. “O Estado Novo que estava empenhado numa política de estagnação educativa, era fundamentalmente indiferente à educação popular, excepto àquelas crianças que poderiam constituir ou constituíam já uma ameaça à “ordem social” (Mónica, 1978: 39).

Estas agências de ideologização e controlo não se identificam com as suas congéneres fascistas.⁴¹³ Falta-lhes o pendor revolucionário e miliciano. Em contrapartida estão espartilhadas pelos mesmos códigos morais adoptados pelo regime.

“Há decerto larga margem de concordância entre os nossos princípios políticos e grandes princípios morais que o cristianismo perfilha e nesse ponto nos entendemos favorecidos e tiramos vantagem da sua acção. Mas, apesar disso e para além disso, nem a igreja se arroga competência para resolver problemas que nos interessam como nação, nem se pode estar seguro, porque o reino de Deus não é deste mundo, de que um povo católico não possa vir a ser presa dos piores regimes e designadamente do comunismo” (Salazar, 1959: 204-205).

⁴¹³ Quanto à União Nacional, não tinha como prioridade estender a sua influência e o seu controlo sobre maior número de instituições e organizações da sociedade civil, como o Partido Nacional Fascista italiano. Quanto às outras organizações fascistas, a *Opera nazionale Balilla*, por exemplo, que arregimentava crianças e adolescentes ao arrepio do Ministério da Educação Nacional, era totalmente controlada pelo partido Nacional Fascista e tinha por objectivo fascizar a sociedade civil italiana, fomentando a defesa e reforço da revolução fascista e a educação política dos italianos (Milza, 1999: 645).

O regime, segundo os Estatutos, exige-lhes vigilância, sobre os opositores aos ideários do Estado Novo; militância para levedar as massas, participando nos rituais de exaltação nacional.⁴¹⁴

Especialmente para o espaço familiar e escolar, o regime cria novas agências com finalidades específicas de enquadramento e vigilância educativa, de modo a purificá-los dos vícios republicanos e a reconduzi-los à matriz educacional pretendida.

A “missão” pedagógica de Oliveira Salazar de “salvar” a pátria exige uma revolução total, nos espíritos dos portugueses. A reeducação em novas matrizes pressupõe para Oliveira Salazar uma revolução de mentalidades, ou seja uma mudança de atitudes e comportamentos *ab immis fundamentis*. Para isso, nada melhor do que reestruturar, ideologicamente, as famílias e a escola, onde a criança é educada, socializada e instruída. A família, como instituição natural de educação não deveria estar directamente sob o controlo do Estado. Contudo, também precisa de ser “salva”. É que a escola laica, como instituição de promoção social na Primeira República, estava eivada de vícios estrangeiros. A salvação advinha –lhe, agora, pelo seu controlo total pelas organizações pelo Ministério da Educação Nacional que lhes vai garantir eficácia e subordinação patriótica.

Trata-se de converter os jovens para a devoção à pátria - patriolatria. Não através do internato claustral, e assunção de novo *status* social, como na formação clerical, mas através da obediência aos chefes e disciplinação do corpo e espírito, para se integrarem nos ideários da sua “missão” pedagógica de “salvar” a pátria.

A solução encontrada foi o enquadramento ideológico da *Obra das Mães para a Educação Nacional* para as famílias. Para a escola, criou o Estado Novo outra organização semelhante: a *Mocidade Portuguesa* Masculina e Feminina.

A doutrina da rigorosa separação de sexos não permite uma educação nacionalista nos mesmos parâmetros para ambos os géneros. Por isso a *Mocidade*

⁴¹⁴ Por exemplo: “Em Montemor-o-Velho realizou-se anteontem uma sessão de propaganda ao Estado Novo e em Tentúgal foi inaugurada uma casa do Povo, actos a que presidiu o Chefe do distrito. (...) Constituída a mesa foi presidida pelo Sr. Governador Civil, secretariado pelo presidente da Câmara, Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional, Comandante Distrital da Legião Portuguesa, Delegado do Instituto Nacional de Trabalho, Representante dos Sindicatos nacionais (...). Fizeram em traços largos a apologia da Revolução de 28 de Maio. Em consequência da admirável administração que se tem feito, Portugal conquistou um lugar de destaque entre todas as nacionalidades e a imprensa estrangeira apontou estes exemplos aos governos dos seus países. *Jornal de Cantanhede*, 20 de Julho de 1938, *apud* Documentos da Família Abreu - Tentúgal, Coimbra.

Portuguesa Feminina foi agregada à Obra das Mães pela Educação Nacional. Ficava, assim, o regime, de consciência, duplamente tranquila:

- enquanto as gerações futuras de raparigas reproduziriam o papel que lhe tinha sido outorgado pelo Estado Novo e pela “moral familiar cristã”⁴¹⁵;
- enquanto até à idade adulta, não seria conivente com a “educação enganosa e ofensiva à formação cristã.”⁴¹⁶

2.1. União Nacional

Oliveira Salazar apelida-o de “grande escola de cidadãos” (Salazar, 1935: 116) e “exército em marcha” (*ibidem*). Embora não fosse criado para enquadrar nenhuma instituição educativa, excepcionalmente vamos abordá-lo aqui, por pretender agregar todos os cidadãos, sob a égide do regime.

Por vontade expressa do seu fundador e Presidente vitalício, Oliveira Salazar devia reunir vários credos, vindos de todos os horizontes de pensamento e de acção oriundos de todas as classes. Pretendia “levedar toda a massa” e transformá-lo na árvore frondosa que viesse a abrigar Portugal inteiro (Salazar, *ibid.*: 222).

O fundador aposta, fortemente, neste nova escola, para a salvação da pátria, utilizando mais uma vez uma metáfora evangélica: “decididamente há coisas novas em Portugal e importa focar, a toda a luz, a fonte donde nascem as águas vivas deste renascimento” Salazar, *ibid.*: 117).

Os objectivos da União Nacional irmanam-se com os objectivos da sua “missão” pedagógica:

“Das profundezas da alma da Pátria, surgiu então o anseio duma disciplina que a todos se impusesse duma autoridade que a todos conduzisse, duma bandeira que todos pudéssemos seguir: - *ditadura nacional, governo nacional, política nacional.*” (Salazar, *ibid.*: 118).

⁴¹⁵ “Mulheres sede submissas aos vossos maridos, como convém ao Senhor”. Bíblia Sagrada, (tradução dos Missionários Capuchinhos, Lisboa), “Carta de S. Paulo aos Colossenses”, Cap.º 3, versículo 18, *apud* Stampely Publicações, L.da, S. Paulo Brasil, 1974.

⁴¹⁶ “enganosa e ofensiva à formação cristã a chamada coeducação dos sexos que ensina deverem serem instruídos conjuntamente e do mesmo modo, um e outro sexo, visto terem os mesmos defeitos” (Gigante, 1954: 291).

Para Oliveira Salazar, na União Nacional, cabem oficiais, professores, magistrados, funcionários, homens de pensamento e homens de acção, estudantes das escolas, trabalhadores dos campos, das oficinas e das fábricas, proprietários, agricultores, comerciantes e industriais.

As suas exigências são: *disciplina, homogeneidade, pureza de ideal* (Salazar, *ibid.*:181). Constituem a “aglomeração disciplinada de indivíduos que aceitem, aclamem e defendam o evangelho da renascença espiritual” (Salazar, *ibid.* :343).

Como organização nacional, onde se pretendia abrigar todas as sensibilidades políticas, desde que obedecessem ao mesmo pastor, a União Nacional, depois de aniquilados todos os focos revolucionários, advindos da Primeira República, vai ser a primeira organização nacional pela qual Oliveira Salazar, ainda Ministro das Finanças se vai bater e pugnar, como alicerce sólido em que vai assentar todo o edifício do Estado Novo.⁴¹⁷ É definida como

“associação sem carácter de partido e independente do Estado destinada a assegurar na ordem cívica, pela colaboração dos seus filiados, sem distinção de escola política ou de confissão religiosa a realização e a defesa dos princípios consignados nestes estatutos com pleno acatamento das instituições vigentes”.⁴¹⁸

Os seus vinte e seis princípios fundamentais confundem-se com os princípios do Estado Novo, regime político que sustenta a “missão” pedagógica de Oliveira Salazar.

Eis alguns exemplos:

- (...) Portugal é um Estado Nacional unitário, pacífico e civilizador;
- O Estado é organicamente corporativo, coordenando e harmonizando os direitos e interesses de todos os elementos individuais e colectivos da Nação;
- O Estado liga as suas necessidades supremas de ordem e de paz e aos seus fins de civilização a existência de instituições militares. É obrigação fundamental do Estado dispor o

⁴¹⁷ A realidade foi outra: “Em Portugal a monotonia inglória da União Nacional, o seu perfil apagado, cinzento e a fim e ao cabo ineficaz, em termos de liga mobilizadora de activismo político, ou de adesões ao Estado Novo não teria finalmente importância quase nenhuma, nem na selecção do pessoal político dirigente, nem na escolha das opções fundamentais do regime, vegetando durante quase 40 anos (1930 a 1969) como o tal “voluntariado político (...)” (Medina, 2000: 144).

⁴¹⁸ Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 21:608 de 20 de Agosto de 1932, *Diário do Governo*, n.º 195, I Série, 20/08/1932.

que seja conveniente para a formação geral dos cidadãos prontos a sustentar a honra e a integridade da Pátria.

- O poder do Estado na sociedade portuguesa apenas tem por limite a moral, a justiça e a lei, estando todas as pessoas e cousas sujeitas a ele e aos seus fins dentro dessa regra. O Estado é o centro de propulsão coordenação e fiscalização de todas as actividades nacionais.
- O Governo é independente do Parlamento e das suas votações e deve ter a plenitude da força e da autoridade e se ruma representação nacional tão completa e legítima como a que é apanágio do Parlamento. O chefe do Estado nomeia e demite livremente os ministros.
- (...) Os direitos e liberdades individuais dos cidadãos constituem garantias fundamentais que derivam da natureza e fim do homem, mas na sua acepção e exercício, não podem ir contra os de outrem, ou contra os da sociedade, ou contra a moral e podem ser legalmente suspensos, se o exigir a salvação comum.
- A opinião pública pela sua influência na administração e destino da nação deve ser defendida de todos os factores que a desorientem com prejuízo da sociedade;
- A disciplina dos funcionários empregados e operários do Estado e dos corpos administrativos e dos que exercem serviços de interesse público, explorados por quaisquer empresas é subordinada à obrigação absoluta de não atacarem, de modo nenhum, a autoridade do Estado e das autarquias locais e de não prejudicarem a vida social.
- A União Nacional é incompatível com o espírito de partido e de facção política, julgando-o contrário ao princípio da unidade moral da Nação e à natureza ordem e fins do Estado.⁴¹⁹

O âmbito geográfico da União Nacional abrangia todo o império português.⁴²⁰ Havia uma cadeia hierárquica em que a comissão Central que, segundo o art.º 3.º do Regulamento estava dependente do Presidente do Conselho que a podia destituir no todo ou em parte, “se os fins da União Nacional e o bem público o exigirem”. Dirigia, coordenava e fiscalizava todo o movimento político português, recebendo e comunicando instruções, através das respectivas comissões distritais, municipais e de freguesia.⁴²¹

⁴¹⁹ Princípios fundamentais da União Nacional, Cap.º III art.º 5.º *apud O Estado Novo. União Nacional, ibid.:* 21- 13.

⁴²⁰ Art.º 2.º do Cap.º I, *ibid.:*19.

⁴²¹ Cap.º VI dos Estatutos, art.ºs 14.º a 17.º *ibid.:* 25- 26.

2.2. Obra das Mães pela Educação Nacional⁴²²

Criada sob o patrocínio do Ministério da Educação Nacional é uma associação de utilidade pública e destina-se a estimular a acção educativa da família e a assegurar a cooperação entre esta e a escola, nos termos da Constituição.⁴²³ Destinado a educar mães e noivas, era ministrado por raparigas, devidamente habilitadas com um curso de agente de educação familiar rural, durante ano e meio de instrução e seis meses de estágio.⁴²⁴ Os seus objectivos inserem-se nas matrizes pedagógicas da “missão” pedagógica de Oliveira Salazar, relativo à condição feminina. Os seus fins eram os seguintes⁴²⁵:

Quadro n.º 9. Principais objectivos da O.M.E.N.

- Orientar as mães portuguesas por uma activa difusão das noções fundamentais de higiene e puericultura para bem criarem os filhos em colaboração com a organização nacional, denominada Defesa da Família, instituída pelo Dec.º Lei n.º 25:935;
- Estimular e dirigir a habilitação das mães para a educação familiar, tendo em conta as diversas circunstâncias da vida e do meio;
- Promover o embelezamento da vida rural e o conforto do lar, como ambiente educativo em relação com os usos locais e as boas tradições portuguesas, defendendo e estimulando as indústrias caseiras;
- Defender os bons costumes, designadamente no que respeita ao vestuário, á leitura e aos divertimentos;
- Promover e assegurar em todo o País a educação infantil pré – escolar, em complemento da acção da família;
- Dispensar aos filhos dos pobres a assistência necessária, para que possam cumprir a obrigação de frequentar a escola, designadamente pela instituição de cantinas, pelo fornecimento de uniformes e outros artigos de vestuário, pela distribuição de livros e pelo fornecimento das caixas escolares;
- Coadjuvar o professor na organização do recenseamento escolar, na vigilância da

⁴²² O Boletim da Acção Educativa publicado pela Direcção Geral do Ensino Primário chama-lhe “cruzada de amor pela redenção da mulher” (“A Obra das Mães pela Educação Nacional e a Escola Primária”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 266 de 30 de Novembro de 1939, 126- 127).

⁴²³ Art.º 1.º do Cap.º I dos “Estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional” *apud* Dec. Lei n.º 26:893 de 15 de Agosto de 1936, *Diário do Governo*, I Série, 16/08/1936.

⁴²⁴ Além do canto coral, constam do programa as seguintes aulas práticas: cozinha; corte e costura; tecnologia da habitação; horticultura e jardinagem; criação de animais de capoeira. (*Ibid.*: 8).

⁴²⁵ Art.º 2.º do Cap.º I dos mesmos Estatutos.

compostura da assiduidade e da aplicação dos alunos e da instituição de prémios;

- Dar ao professor uma cooperação efectiva na educação moral e cívica dos alunos, no ensino do canto coral⁴²⁶, no exercício da ginástica rítmica e nas festas escolares;
- Desenvolver entre os portugueses o gosto pela cultura física,⁴²⁷ tendo em vista a saúde de cada⁴²⁸ um e o serviço da Pátria;
- Organizar a secção feminina da Mocidade Portuguesa, em harmonia com a base XI da Lei n.º 1:941 e com o art.º 40.º do Regimento da Junta Nacional de Educação;
- De um modo geral, contribuir por todas as formas, para a plena realização da educação nacionalista da juventude portuguesa.

Como prova da interpenetração do sagrado e do profano, nos objectivos deste organismo de ideologização: “em cada freguesia o pároco será convidado para as reuniões ordinárias das comissões da O. M. E. N.”.

Um dos objectivos do programa de formação das candidatas a este organismo é “dar-lhes o espírito de religiosidade e patriotismo, sem o qual toda a vida dos campos se torna monótona e perde o seu significado e encanto”.⁴²⁹ As candidatas deveriam ter a idade compreendida entre 17 e 29 anos. As condições eram, para além do *curriculum vitae* e de um certificado médico, apresentar à Direcção duas cartas abonatórias de boa conduta moral e social, passadas pelo pároco e por uma entidade de reconhecida competência. As habilitações exigidas eram o 1.º ciclo dos liceus. (*Ibid.*: 9).

2.3. Mocidade Portuguesa ⁴³⁰

2.3.1. Masculina

Tinha por finalidade estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física; formação do carácter; devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto à Pátria (art.º 1.º do Regulamento da M. P.).

⁴²⁶ Esta insistência no canto coral era uma das componentes tradicionais da formação clerical e ajustava-se à sua obrigação de entoar os salmos várias vezes ao dia, no coro. A importância desta prática formativa está expressa na expressão corrente de “cantar é rezar duas vezes”.

⁴²⁷ Este gosto pela cultura física não era um fim em si mesmo, mas está enquadrado pela necessidade de domesticação do espírito, tarefa prioritária para o Estado Novo. O lema era: *mens sana in corpore sano*.

⁴²⁸ Parágrafo 2.º do Art.º 11 do Cap.º III dos Estatutos.

⁴²⁹ *Obra das Mães pela Educação Nacional. Programa dos Cursos de Agentes de Educação Familiar*, Escola Tipográfica do Reformatório de Caxias, Caxias, s/d.: 5.

⁴³⁰ Organização nacional que abrangia “toda a juventude escolar ou não”. Pertenciam, obrigatoriamente, à M. P. (secção masculina) os portugueses estudantes ou não desde os 7 aos 14 anos, bem como os que frequentam o 1.º ciclo dos liceus, tanto do ensino oficial, como particular e voluntariamente os restantes, até à data do alistamento militar.

Para atingir tais objectivos, a M. P. “promoverá a educação moral e cívica, a educação cristã tradicional do País, não admitindo, em caso algum, nas suas fileiras, um indivíduo sem religião.

“A M. P. toma como guias ideais da sua acção os grandes exemplos de Nun’Álvares e do Infante D. Henrique e consagra-se, em activa cooperação, à nova Renascença Pátria”⁴³¹.

Os cadetes, ou seja, os rapazes de 17 anos em diante, constituíam a milícia e eram comandados, superiormente, por um oficial do exército ou da Armada, designado pelo Presidente do Conselho.

Competia-lhes colaborar com a Legião Portuguesa, para todos os fins patrióticos.⁴³²

2.3.2. Feminina.

Na estrutura de sociedade que a “missão” pedagógica de “salvar” a pátria, a condição feminina, ocupa um lugar de discrição e subordinação, em relação ao homem. Não se podiam, portanto, confundir os estatutos sociais de cada género.⁴³³ A secção feminina da Mocidade Portuguesa está englobada na Obra das Mães para a Educação Nacional: “A M. P. F. não é uma milícia feminina com aspirações masculinas: é uma organização de raparigas que não deixam de ser raparigas” (Secretariado de Propaganda Nacional. *Mocidade Portuguesa Feminina* s. d. : 59).

Os objectivos genéricos estão de acordo com estas premissas: “formar a rapariga da nossa terra para que individualmente ela um dia possa realizar o próprio ideal da Obra das Mães para a Educação Nacional: “ser boa esposa, boa mãe, capaz de criar e educar os seus filhos e manter elevado o nível da família portuguesa”(*ibid.*: 5- 6).

Com essa finalidade, o Regulamento⁴³⁴ exigia-lhes os seguintes requisitos:

- estimular a formação do carácter;

⁴³¹ Art.º 2.º do Regulamento da M. .P.

⁴³² *Ibid.*, Art.º 9.º, e Parágrafo único.

⁴³³ “Enquanto houver operários da indústria de chapelaria do sexo masculino, maiores de 21 anos, inscritos como desempregados, nos respectivos sindicatos nacionais, não podem na mesma indústria se empregarem mulheres em outros trabalhos que não sejam os da costura”. Despacho do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social de 14/08/1935, *apud Jornal de Notícias* de 14/08/1935.

⁴³⁴ Decreto-Lei n.º 28: 262 de 8 de Dezembro de 1937, *Diário do Governo*, n.º 285, I Série, 8/12/1937.

- o desenvolvimento da capacidade física;
- cultura do espírito;
- devoção ao serviço social, no amor de Deus, da Pátria e da Família (*ibid.*: 6).

A doutrina do regime, quanto à sacralização do lar e o papel da mulher está bem explícito: “(...) criar-se-á a mística da beleza e elevação da vida do Lar- o amor da família e a aceitação dos deveres que ela impõe, o culto da verdade em todos os aspectos, o amor do trabalho dignificado, em toda a sua beleza e quase santidade!” (*ibid.*: 7). A ginástica os jogos e os desportos estão no seu campo da acção, mas dela são banidas “as competições atléticas, os desportos prejudiciais à missão natural da mulher e tudo o que possa ofender a delicadeza do pudor feminino” (& único do Art. 4.º do Regulamento) E ainda: “Que ela possa vir a ser, dentro do Lar, a auxiliar do marido, a sua companheira inteligente e sensata; a educadora e orientadora dos filhos e que possa fazê-lo em plena consciência dos seus deveres para com Deus e para com a Pátria.”

Conclui: “enquanto a Mocidade Portuguesa Masculina prepara a sua educação política e social colaboradores activos dos homens do Estado, a Mocidade Portuguesa Feminina habilita-se para manter a sua colaboração dentro do lar na família, que o seu amor, o seu trabalho e o seu espírito cristão tornarão a base sólida do Estado Novo” (*ibid.*: 60).

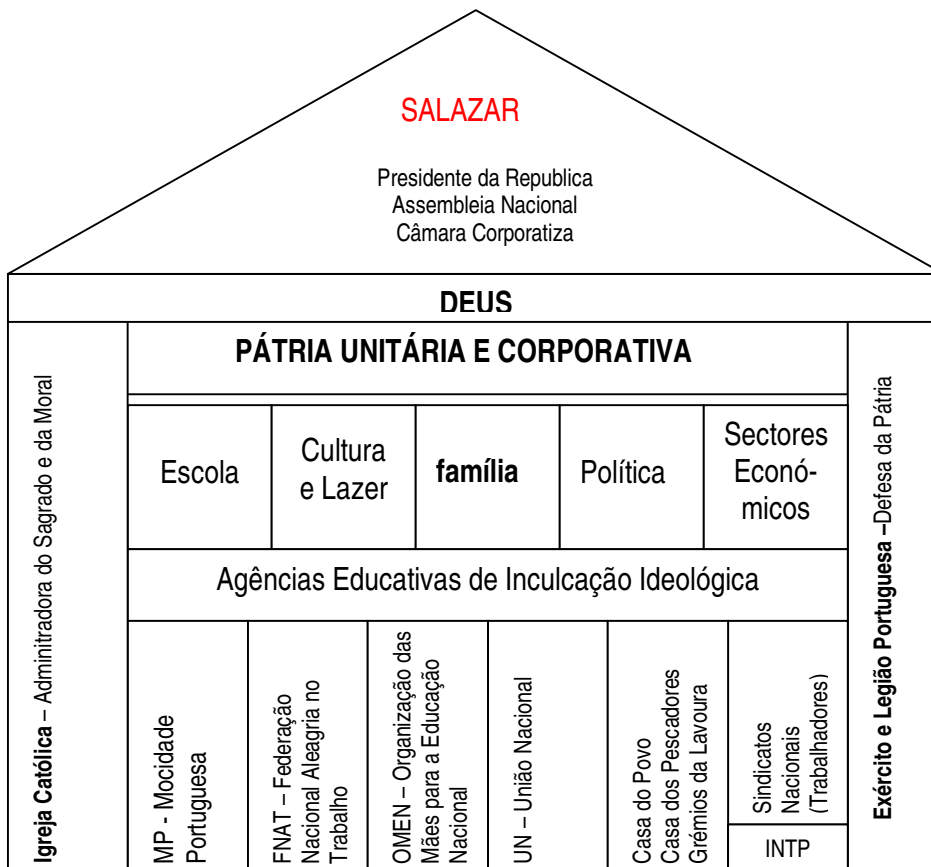
A esta agência educativa do regime pertenciam, obrigatoriamente, todas as raparigas portuguesas dos 7 aos 14 anos e, voluntariamente, as restantes até aos 21 anos, ou, quando estudantes, até aos 25 anos. Ficavam, assim, enformadas pelos ideários da “salvação” da Pátria todas as mulheres portuguesas, desde que entravam na escola, até ao casamento.

A “missão” pedagógica de “salvar” a pátria de Oliveira Salazar que procurámos representar no esquema seguinte, está dominada pela sacralidade: no espaço está representado um templo, local sagrado, tendo como epicentro o altar da pátria unitária e corporativa.

A base de sustentação deste “altar sagrado” da pátria reside em Deus que legitima este culto. Contudo, no plano real este altar é sustentado por duas colunas: a coluna da esquerda representa a igreja católica, administradora da religião e moral católica. Ela é a principal base de sustentação deste projecto salvífico e do seu projectista, Oliveira Salazar. A coluna da direita representa as forças de segurança deste

edifício sagrado, o exército e, mais tarde, a Legião Portuguesa. É sua missão proteger este templo simbólico, contra os inimigos internos e externos, sobretudo o comunismo.

Quadro n.º 10 Esquema da “missão” de Salazar.



Estes dois pilares suportam o altar da pátria unitária e corporativa, para onde deve convergir esta missão salvífica. A pátria que, fazendo parte integrante da trilogia da Educação Nacional, é o objectivo convergente de todos os esforços e cuja salvação mobiliza todas as agências de doutrinação. Ela é a pedra angular de toda a “missão”.

Num patamar inferior, mas convergindo para o altar da pátria e porque integrado neste corpo orgânico, unitário e corporativo, como diz a Constituição de 1933, está representada a sociedade, nas suas diversas vertentes: política, educativa e económica. A dimensão desta “missão” é ao mesmo tempo imperial e pedagógica. Imperial, porque Oliveira Salazar, qual *Pontifex Maximus* do templo aqui representado, domina todos os quadrantes da vida nacional e impõe-lhes o seu projecto unitário e corporativo; Pedagógica porque, à partida, não existem objectivos milicianos ou belicistas, mas apenas educativos: a conquista dos espíritos e das vontades para aderirem à sua “missão”. A cobertura deste templo é constituído pelos órgãos do poder, controlados por

Oliveira Salazar que, igualmente, está omnipresente em todos os sectores da sociedade, através de um Sistema panóptico, cujo papel principal cabe às forças policiais e censórias, por si controladas, mas que as agências de fiscalização e controlo para além do seu papel doutrinal, completam. Deste modo, é o próprio Oliveira Salazar que tudo fiscaliza, controla, determina. Ele representa não só o papel de actor principal, como monopoliza todos os órgãos de decisão. Salazar coloca uma ênfase explícita na reeducação do povo português. Nesta “missão” pedagógica é coadjuvado sobretudo pelas três agências que analisamos neste capítulo: a União Nacional como escola de futuros quadros políticos do regime, a Obra das Mães para a Educação Nacional dirigida de modo especial à família, e a Mocidade Portuguesa masculina e feminina para enquadrar ideologicamente as gerações mais novas. No próximo capítulo vamos abordar a escola do Estado Novo, onde as “lições de Salazar” aparecem bem explícitas.⁴³⁵

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARAÚJO, F. A. (1997), *O Homem Novo no Discurso Pedagógico de João de Barros*, Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Aveiro. Braga, Lusograve.

BARRETO, A.; FILOMENA MÓNICA, M. (orgs.) (1999), *Dicionário de História de Portugal*, 9, Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas.

BÍBLIA SAGRADA (1974), S. Paulo, Stampley Publicações, L.da,

COELHO A. (1950), *Curso de Liturgia Romana*. Tomo I, 3.^a ed., Negrelos Edições Ora & Labora.

CRUZ, BRAGA DA G. (1954), *Direitos da Família, da Igreja e do Estado*. Lisboa, Edição da Conferência Nacional dos Institutos Religiosos.

DELUMEAU, J. (org.). (1993), *Le Fait Religieux*. Paris, Librairie Fayard.

DOCUMENTOS DA FAMÍLIA ABREU (1938) - Tentúgal, Coimbra.

⁴³⁵ Esta omnipresença educativa de Salazar encontra-se em todos os edifícios escolares e em lugar de relevo: nas sessões obrigatórias da Mocidade Portuguesa, incrustado no cinto dos filiados está impresso um S que significa Salazar; na 1.^a Classe do ensino primário elementar, as crianças ao aprenderem o alfabeto identificam o S com Salazar; nas sessões evocativas da sua entrada para o governo, aparecem em todas as escolas quadros evocativos das suas “lições” representando com cores vivas as obras realizadas e com cores escuras o que existia no tempo da Primeira República. Os próprios livros e ferramentas didácticas utilizam o seu nome e a sua obra para inculcar nas crianças essa devoção. O seu aproveitamento didáctico é imposto pela tutela aos professores (*Escola Portuguesa*, n.º 182, de 21 de Abril de 1938).

- FERNANDES, ROGÉRIO (1992), *O Pensamento Pedagógico em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação.
- FERRO, A. (1933), *Salazar. O Homem e a sua Obra*. Lisboa, Editor Fernando Pereira.
- GARNIER, C. (1952), *Férias com Salazar*, Lisboa, Parceria Maria Pereira.
- NOGUEIRA, F. (1977), *Salazar. A Mocidade e os Princípios 1889-1928*. Vol. I, Coimbra, Atlântida Editora.
- FORMOSINHO, JOÃO (s.d.), *Educating for Passivity. A Study of Portuguese Education (1926-1968)*. London, Institute of Education-University of London. (tese de doutoramento policopiada).
- GARCIA CARRASCO, J.; GARCIA DEL DUJO (1996), *Teoria de la Educación*, Salamanca: Ediciones Universidad.
- GIGANTE, JOSÉ ANTÓNIO M. (1954), *Instituições de Direito Canónico. Das Coisas*. Braga, Tipografia Oficina de S. José.
- HENRIQUES, M. C.; G. DE SAMPAIO (orgs.) (1989), *Salazar. Pensamento e Doutrina Política*. Textos Antológicos. Lisboa/S. Paulo, Editorial Verbo.
- JUNTA DA ACÇÃO SOCIAL (1960), *O Trabalho e as Corporações no Pensamento de Salazar*. Antologia,. 2.^a ed., Lisboa, Biblioteca Social e Corporativa..
- MADUREIRA, A (1997), *Antecedentes Imediatos do Salazarismo*, Lisboa, Publicações D. Quixote,.
- MEDINA, João (2000), *Salazar, Hitler e Franco. Estudos sobre Salazar e a Ditadura*. Lisboa, Livros Horizonte.
- MILZA, P. (1999) *Mussolini*. Lisboa Editorial Verbo.
- MÓNICA, FILOMENA, M. (1981), *Escola e Classes Sociais*. Antologia. Lisboa, Editorial Presença.
- OBRA DAS MÃES PELA EDUCAÇÃO NACIONAL* (s.d.), Caxias, Escola Tipográfica do Reformatório de Caxias.
- O ESTADO NOVO. UNIÃO NACIONAL* (1933), Lisboa , Imprensa Nacional de Lisboa.
- PACHECO, A. C. (1940), *Portugal Renovado*, Lisboa, S. P. N..
- PIMENTEL, IRENE F. (2000), *História das Organizações Femininas no Estado Novo*. Lisboa, Círculo dos Leitores.
- PINTO, A. DA C. (1994), *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal. 1914- 1945*, Lisboa, Editorial Estampa.
- ROSAS, F. (1992), *Portugal e o Estado Novo: 1930-1960*. Lisboa, Editorial Presença

ROSAS, F. (org.) (1994), *O Estado Novo: 1926-1974*. Lisboa, Círculo dos Leitores.

SALAZAR, A. O. (1919), *A Minha Resposta. No Processo de Sindicância à Universidade de Coimbra*. Tipografia França Amado.

SALAZAR, A. O. (1930), *Dois Anos no Ministério das Finanças, (1928- 1930*, Coimbra, Coimbra Editora.

SALAZAR, A. O. (1935), *Discursos (1928-1934)*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora.

SALAZAR, A. O. (1937), *Discursos e Notas Políticas (1935-1937)*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora.

SALAZAR, A. O. (1951), *Discursos e Notas Políticas (1943-1950)*, vol. IV. Coimbra,

SALAZAR, A. O. (1959), *Discursos e Notas Políticas (1938-1943)*, vol. III, 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora.

SCHWARTZMAN, KATHLEEN, C. (1989), *The Social Origins of the Democratic Collapse. The First Portuguese Republic in the Global Economy*, Lawrence, Kansas.

SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL (s. d.), *Mocidade Portuguesa Feminina. Organização e Actividades*. Lisboa, Oficinas Gráficas “Casa Portuguesa”.

SOUSA, A. R: DA SILVA (1941), *Ensaio dum Catecismo Corporativo*. Lisboa, Edição do Sindicato Nacional dos Empregados de Escritórios dos Serviços de Navegação.

TORGAL, L. REIS, (1989) *História e Ideologia* Coimbra, Minerva.

DOCUMENTOS LEGAIS:

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DA REPÚBLICA PORTUGUESA DE 1911;

Decreto-lei n.º 21:608 de 2 de Agosto de 1932, *Diário do Governo*, n.º 195, I Série, 20/08/1932; Decreto-lei n.º 22:040 de 28 de Dezembro de 1932, *Diário do Governo*, n.º 304, I Série, 28/12/1932 ; Decreto-lei de 23 de Setembro de 1933, *Diário do Governo*, n.º 218, I Série, 25/09/1933; Decreto-lei n.º 26:893 de 15 de Agosto de 1936, *Diário do Governo*, n.º 191, I Série, 15/08/1936; Decreto-Lei n.º 28: 262 de 8 de Dezembro de 1937, *Diário do Governo*, n.º 285, I Série, 8/12/1937.

PERIÓDICOS

NOVIDADES. Órgão oficial da Igreja Católica portuguesa: 13 de Junho de 1924; 1 de Janeiro de 1929;

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Jornal diário: 5 de Agosto de 1936; 20 de Outubro de 1933;

BOLETIM DA ACÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA Editorial “Objectivos da Acção Católica portuguesa”, Dezembro de 1946;

A CAMPANHA. Órgão da Campanha Nacional de Educação de Adultos:

Abelha, Azinhal “Bom dia, Senhora professora”, n.º 6 - 15 de Janeiro de 1954, 11; Editorial “A mensagem de Natal”, n.º 18 - Dezembro de 1954;

ESCOLA PORTUGUESA. Boletim da Direcção-Geral do Ensino Primário:

Editorial: “No fim de dois anos”, ano XXI, n.º 1033 de 2 de Janeiro de 1955; “A função social das Escolas” Relatório da professora Branca do Céu Neves Baptista Ramos, da Escola Masculina do Bairro Social da Boa Fé- Elvas, ano XXI, n.º 1036 de 25/01/1955; “Discurso proferido por S. Ex.cia o Ministro da Educação Nacional, no dia 28 de Abril, em Santa Cruz do Vimieiro”, ano VI, n.º 288 de 2 de Maio de 1940; Evangelista, Domingos, (1940), “Centenários”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 289 de 9 de Maio; “Discurso proferido por Salazar na Assembleia Nacional em 28 de Maio de 1940”, ano VI, n.º 293 de 6 de Junho de 1940; “A Obra das Mães pela Educação Nacional e a Escola Primária”, ano VI, n.º 266 de 30 de Novembro de 1939; Editorial “O retrato do Chefe”, ano IV, n.º 181 de 14 de Abril de 1938; Discurso proferido por S. Ex.cia o Ministro da Educação Nacional em 22 de Maio último, na sede do destacamento militar mixto de Almada, no acto de distribuição de diplomas aos soldados aprovados no exame do ensino primário elementar”, ano IV, n.º 190 de 16 de Junho de 1938.

CAPÍTULO NONO: A ESCOLA DO ESTADO NOVO, ESPAÇO DE DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO.....	310
1. DESCONSTRUÇÃO DAS MATRIZES PEDAGÓGICAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1928-1936).....	319
1.1. Separação de sexos.....	323
1.2. A disciplinação e obediência. Centralismo autoritário.....	327
2. REEDUCAÇÃO NACIONAL E IMPOSIÇÃO DE NOVOS SIGNIFICADOS (1936- 1947).	359
2.1. O longo processo da reeducação.	359
2.2. Imposição de novos significados.....	364
2.2.1. A Pátria;	366
2.2.2. A família;	367
2.2.3. O poder;.....	370
2.2.4. A relação professor (mestre – escola)/aluno;	370
2.2.5. A escola como “sagrada oficina das almas”	373
2.2.5.1. Sacralização dos espaços;....	374
2.2.5.2. As catorze bases doutrinais.	378
3.REFORMAR NA CONTINUIDADE E PERMANÊNCIA DOUTRINAL (1947- 1968).....	385
3.1 Plano Nacional de Alfabetização. Campanha Nacional de Adultos	385
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	397

CAPÍTULO NONO: A ESCOLA DO ESTADO NOVO, ESPAÇO DE DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO

“Onde está a escola, a sagrada oficina das almas, sobretudo a Universidade, a fábrica espiritual portuguesa que há-de educar os homens para governar e serem governados e fazer a própria ciência do governo, para maior glória e progresso da Nação? Onde está?”
(Salazar, 1935: 32).

O currículo escolar, pela função social que desempenha, sobretudo determinando processos de selecção, de inclusão/exclusão e de legitimação de certos grupos e mundividências, pode transformar-se num instrumento de inculcação ideológica (Goodson, 1977: 10). A escola salazarista, não só procura desconstruir o currículo moderno e laico, com carácter universalista da Primeira República, como o substitui por outro em que pontificam algumas figuras históricas nacionais, cuidadosamente seleccionadas.⁴³⁶ Num contexto reconstruído à medida dos ideários do Estado Novo, recriam-se à volta dessas personalidades narrativas míticas de fundo tradicional católico para construir uma memória legitimadora de um regime autoritário que se demarca do nacionalismo liberal da Primeira República.

“O ensino da História reflecte um imaginário de sociedade e impõe mais ou menos conscientemente modelos positivos e negativos de composição de relacionamento dos diferentes grupos sociais e de relações de poder contribuindo para a incorporação de um determinado modelo de sociedade”
(Carvalho, 2005: 15)

Há, contudo, que contar com cerca de dezasseis anos de orientação pedagógica republicana, em que os agentes de ensino tinham sido instruídos numa visão da sociedade mais virada para o progresso universal e formados na moral laica.⁴³⁷ Para ultrapassar estas dificuldades, o regime fecha em 1937, durante seis anos, as escolas de

⁴³⁶ “A desconstrução do currículo é fundamental para perceber as opções e interesses que estão subjacentes aos planos de estudo e às disciplinas escolares” (Carvalho, 2005).

⁴³⁷ “Na renovação da sociedade moderna, pela ciência, pela indústria, pela dignidade moral que procura harmonizar a liberdade do indivíduo com os interesses da colectividade” (Braga, 1983: 17).

formação de professores do ensino primário, as Escolas Normais. O ensino/aprendizagem passa para segundo plano e a escola deixa de ser um espaço de debate de valores, sendo submersa num mar de regulamentações centralizadoras e autoritárias.

Numa ” íntima solidariedade entre a instituição escolar e as dinâmicas sociais” (Nóvoa *ibid.*:455) a escola é instrumentalizada pelo regime para impor o seu modelo de sociedade: atribuição a cada grupo social o seu lugar, num quadro de rejeição do ensino de massas. Apostando na formação de elites, Salazar consegue impor a obediência, a disciplina e o conseqüente projecto de domesticação dos espíritos dos portugueses,⁴³⁸ coadjuvado pela autoridade simbólica da Igreja, modeladora de comportamentos e atitudes, como administradora única dos bens de salvação (Weber, 1984: 216).

Procura-se reverter a escola da Primeira República apostada mais na formação cívica de cidadãos e numa dimensão universalista: ”os fins da educação são a promoção individual- a felicidade e promoção social- o progresso da Pátria” (Jornal *A, B, C* de 7 de Abril de 1918). Para esta, a instrução das massas, era um factor de progresso e um antídoto contra os despotismos políticos ou religiosos. A cultura simbólica projectada pelo Estado Novo será direccionada em primeiro para a alfabetização/doutrinação, tendo em vista a conformidade política e social. Servindo-se do aparelho moderno e laico da primeira República, a que Salazar tira a racionalidade profana, o antropocentrismo liberal e o internacionalismo apologético, a primeira preocupação do regime será desconstruir os quadros legislativos e as práticas associativas e pedagógicas dos professores que colidiam com “uma administração centralista e autoritária” (Nóvoa, 1992: 458). Até aos seminários impôs a adopção de manuais que não se afastassem do espírito patriótico:

“Ao Estado deverão ser comunicados os livros adoptados nas disciplinas não filosóficas ou teológicas dos seminários ou quaisquer outros estabelecimentos de formação ou alta cultura eclesiástica.. As autoridades competentes cuidarão que no ensino das disciplinas especiais como no da História se tenha em conta o legítimo sentimento patriótico português”.⁴³⁹

⁴³⁸ Apregoava outro ministro da Educação de Salazar, Carneiro Pacheco, em 1936 que o mestre não era um burocrata, mas um modelador de almas. Aqueles eu não quisesse cumprir esta missão deviam abandonar o ensino (Grácio, 1980: 55).

⁴³⁹ Art.º XX da Concordata de 1940.

Este trabalho político e educativo de “monda” ideológica⁴⁴⁰ até à imposição de memórias de um *constructum* nacional, foi moroso e bem planificado. As forças políticas católicas, conservadoras, monárquicas e integralistas, antes mesmo da entrada de Salazar para o governo, formavam um bloco contra os republicanos moderados (Rosas 1992: 90). Alguns homens que mais tarde vão ser os braços fortes do regime salazarista, destacam-se nesta operação de desconstrução: Duarte Pacheco e Gustavo Cordeiro Ramos um e outro ministros da Instrução.⁴⁴¹ começam a socavar as bases do sistema educativo da Primeira República⁴⁴² e a construir os alicerces da escola do Estado Novo, ainda durante o governo da Ditadura Militar. Podemos considerar, na esteira de Nóvoa que, até 1936, estas mudanças se vão operando ainda com “certo desnorte na acção governativa, sucedendo-se os ministros sem que consiga vislumbrar uma coerência de propósitos” (Nóvoa, 1992: 457). Os ministros da educação da Ditadura Militar agiam segundo as orientações ideológicas do governo chefiado pelo presidente do Conselho de Ministros e partilhavam a instabilidade política e social existente. Salazar quando aceita chefiar o governo a convite do presidente da República, General Óscar Carmona (1932), já sabe o que quer e para onde vai (Salazar, 1935).

Gustavo Cordeiro Ramos (05/07/1932 a 11/04/1933) é o escolhido pela 3.^a e 4.^a vez para Ministro da Instrução a fim de prosseguir as novas políticas educativas até à institucionalização do Estado Novo. Nos 22 anos seguintes, de entre os oito ministros de Instrução e Educação (a partir de 1936), escolhidos por Salazar, cinco são professores da Faculdade de Direito de Coimbra, conforme refere em entrevista o Ministro da Educação Francisco de Paula Leite Pinto (1955 - 1961): “de facto nós tivemos no Ministério da Educação cinco professores de Direito formados em Coimbra e depois transferidos para Lisboa” (Teodoro, 2002: 28). Coincidiu a sua escolha com a tarefa de continuar a obra da “reconstrução nacional” e reeducação das gerações mais novas nos valores do respeito, submissão e conformidade e nas virtudes da humildade e obediência. Aos professores, agora envolvidos num esquema de centralismo autoritário

⁴⁴⁰ “Educadores, continuemos em meditação... Se nós próprios quiséssemos descer ao fundo da nossa alma, quantas deficiências numa educação neutra que recebemos!... Quantas ervas daninhas a mondar!... Quantas ideias a reajustar!... Quantos conceitos a rever!...” (Pena, G. Rodrigues (1940), “Temas do nosso tempo (A crise da personalidade”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n. 28 de 2 de Maio, 460- 461).

⁴⁴¹ O Ministro da Instrução Duarte Pacheco foi nomeado em 18 de Abril de 1928 e exonerado em 10 de Novembro de 1928 e Gustavo Cordeiro Ramos foi nomeado em 10 de Novembro de 1928 e exonerado em 8 de Julho de 1929 (Carvalho, *ibid.*: 46).

⁴⁴² Este processo de desconstrução do que é considerado caduco, pernicioso, maléfico ao espírito do aluno fazia parte da estratégia da escola clerical: o vocacinado era obrigado a despojar-se de tudo o que era considerado mundano, vicioso, contrário aos cânones eclesiais para se revestir das virtudes que convinhavam ao novo *status* social (Fernandes, *ibid.*).

foi exigida a submissão aos chefes, a disciplinação e um código de normas comportamentais que os afirmasse como modelos da nova sociedade a construir pelo regime.⁴⁴³ A este respeito duas questões se podem levantar:

Esta escolha de professores de Direito da Faculdade de Coimbra onde Salazar regeu a cátedra de antes de entrar no Governo serão razão suficiente para qualificar o regime do Estado Novo como “fascismo de cátedra pedagógico e doutrinário”, como o classificou Unamuno?⁴⁴ (Torgal, 1999: 51). E consequentemente será que a escola do Estado Novo, está enformada por este “fascismo de cátedra”

A nosso ver, esta caracterização de Unamuno “fascismo de cátedra pedagógico e doutrinário” para além das dúvidas que se levantam quanto ao epíteto de “fascismo” atribuído à instituição Estado Novo (Cap.º 7.º, Parte III), traduz mais as estratégias, os processos educativos que Salazar utilizou na sua “missão” do que a sua natureza, a sua proveniência, como afirma peremptoriamente o Director Geral do Ensino Primário Dr. Manuel Cristiano de Sousa:

“A nova concepção de Estado proveio de um chefe que consubstancia todo o modo de ser nacional e numa clarividência excepcionalíssima lhe dá a expressão traduzindo-he as aspirações, concretizando-as e realizando-as em todos os campos da actividade social” (“Discurso proferido pelo Director Geral do Ensino Primário, Dr. Manuel Cristiano de Sousa, na sessão solene realizada no Liceu D. Filipa de Lencaste em homenagem aos professores do ensino primário”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 292 de 30 de Maio de 1940, 521-524).

Ao contrário da sua afirmação de que “a ditadura do núcleo que representa Oliveira Salazar é uma ditadura académico-castrense, ou se se queira bélico-eclésiástica. Ditadura de generais –ou coronéis-e de catedráticos com uma ou outra gota eclésiástica” (*ibid.*) nós defendemos que esta ditadura não contém apenas uma ou outra gota eclésiástica, mas, não sendo clerical, mergulha em profundas raízes seminarísticas, e está subordinado ao direito e moral tradicional católicos, em termos de princípios, como

⁴⁴³ Este papel é assim descrito por Baltazar Rebelo de Sousa, Subsecretário de Estado da Educação Nacional de 1955 a 1961: “os professores para além de ensinarem isto ou aquilo de exercerem o seu mister em termos de disciplina e de programas, ensinavam realmente, eram também educadores. Eram também educadores no sentido de desejarem que as pessoas tivessem um conjunto de qualidades e de normas humanizadas próprias, de vivência própria” (Teodoro, *ibid.*: 47).

temos vindo a provar na nossa tese.⁴⁴⁴ O desempenho de Salazar em Coimbra pautou-se pela militância e defesa intransigente da causa católica, não por influência da cátedra que regia, mas pela sua formação seminarística⁴⁴⁵ que o projectou para esses combates. Quando ingressou na universidade, tinha já atrás de si alguns anos de militância católica e já tinha assimilado os princípios essenciais que vão pautar a sua governação (Parte II, Cap. 3.º e 4.º). Em Coimbra, já integrado em organismos católicos, quer como estudante, quer como professor, o seu círculo restrito de amizades pessoais e profissionais mais duradouras foi com homens da Igreja ou ligados à igreja: Padre Gonçalves Cerejeira, Professor Marnoco e Sousa, seu mestre, Serras e Silva, Mário de Figueiredo seu ex-colega de seminário e Mendes dos Remédios da ex- Faculdade de Teologia (cf. Torgal, 1999). Se é verdade que todos estes eram professores em Coimbra, o que mais os unia era a defesa da Igreja Católica contra o governo republicano e não o facto de ocuparem uma cátedra. Portanto razões confessionais de crença, de militância católica, tal como Salazar.⁴⁴⁶

Quanto à segunda questão, a de saber se terão algum significado especial estas nomeações e se serão suficientes para se poder afirmar a forte componente do “fascismo de cátedra” na Escola do Estado Novo, igualmente cremos que não. Para estes convites Salazar é aconselhado pelos seus colaboradores mais próximos, como confessa o catedrático de Engenharia pela Universidade de Lisboa e Ministro da Educação Leite Pinto, na mesma entrevista. Ele próprio, depois de receber o convite, através de Marcelo Caetano, seu amigo e colaborador próximo de Salazar, foi sujeito a um “exame” pelo Presidente do Conselho: “como era habitual eu fui chamado a fazer “exame” com o Dr. Salazar. O Dr Salazar esteve mais de uma hora comigo a perguntar se eu tinha algum

⁴⁴⁴ Esta forte ligação da ditadura à tradição cristã é assim descrita por Torgal: “em relação a outros Estados que chamaríamos “fascistas” só haveria em comum o ideal corporativo, mas este Salazar radica-o fortemente na tradição cristã- única ligação ideológica que claramente confessa (Torgal, 1999: 46). Braga da Cruz diz que o regime o Estado Novo não foi clérigo- fascista nem nacional- católico como se dizia do regime espanhol. Apelida-o antes de “catolaico”, laicidade católica do Estado, isto é grande colaboração moral e institucional entre o Estado e a Igreja e não eufemismo entre estas duas instituições, pois havia “a concepção da separação das duas esferas” (entrevista ao Jornal *Público* de 19 de Abril de 1999, no 10.º aniversário da morte de D. António, Bispo do Porto).

⁴⁴⁵ Esta formação seminarística acentuava a vertente comportamental em detrimento da vertente instrutiva. Fazendo parte das aléneas comportamentais estava a disciplina que no seminário era assim avaliada: “sem disciplina não pode haver vida de piedade e de estudo; a disciplina destas casas de aparenete rigidez militar tem a vantagem imediata de temperar a vontade e gerar bons hábitos; as medidas disciplinares são a bússola orientadora da vida tumultuária da adolescência e juventude albergada nos instintos similares; a disciplina é o factor primário da vida da comunidade” (Português, *ibid.*: 165).

⁴⁴⁶ As deslocações de Salazar ao estrangeiro não são como catedrático, mas todas ligadas à causa católica e às suas crenças: à Ilha da Madeira, para proferir uma conferência no Centro Católico do Funchal; a Espanha - Ávila, porque recebeu uma licença especial para visitar os conventos de Santa Teresa.; à Bélgica para assistir a um congresso católico; a Lurdes, como crente (Torgal, *ibid.*: 57).

projecto sobre a matéria, acabando por me dizer que me dava luz verde” (Teodoro, 2002: 29). Portanto, Salazar era o ideólogo, o Chefe e apenas dele sai o *agrément*. para todos os cargos do governo, incluindo o Ministério da Educação. Aliás esta é a convicção de Carneiro Pacheco Ministro da Educação entre 1936 e 1940 e colega da Faculdade de Direito de Salazar em Coimbra. Eis o retrato que faz do Chefe:

“Há na personalidade do Chefe do Governo um aspecto, porventura o mais característico, que não tem sido posto em suficiente relevo: o Educador. Não o digo pela sua qualidade de mestre universitário, em que aliás o foi sempre, já que infelizmente há professores que deseducam. Refiro-me sim, ao sentido profundo de todas as suas atitudes e de toda a sua Obra política e social que todas conduzem à integração no dever, à coragem moral, ao espírito de altruísmo, ao domínio das paixões, à energia da vontade, à constância e firmeza de carácter” (Pacheco, Carneiro (1940), “Retrato do Chefe”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 287 de 25 de Abril, 442).

Esta crença no Chefe, como pessoa idónea, pelas suas qualidades morais, independentemente das funções que desempenhou, estão também expressas no seu discurso de tomada de posse de Ministro da Educação, como nos relata um jornal diário da época:

“O ensino e a “mística” do Estado Novo

Embora todos os ministros de Instrução, quer da Ditadura Militar, quer do Estado Novo tenham procurado respeitar a orientação delineada pelo Chefe, nenhum, porém, iniciou os seus trabalhos tão profundamente integrado nessa mística como o actual –o sr. Dr. Carneiro Pacheco. No seu discurso no acto de posse que lhe conferiu o lugar de ministro, disse claramente, ao contrário dos seus antecessores, que ia fazer política declarada- a política do Estado Novo. Não tinha receio de fazer essa afirmação porque estava ali para cumprir um dever imposto pelo Chefe - o dr. Oliveira Salazar ”(*Jornal de Notícias* de 24 de Janeiro de 1936).

Depois de Carneiro Pacheco, seguiu-se Mário de Figueiredo(1940- 1944) que foi colega de Salazar no seminário e partilhou com ele e Cerejeira a mesma residência em

Coimbra. Estes homens não tinham qualquer projecto doutrinário e educativo em comum por serem formados na cátedra de Coimbra, mas, sim, porque aceitaram participar na “missão” pedagógica de ressurgimento nacionalista e católico que Salazar queria para a nação e para a escola⁴⁴⁷

Portanto, tudo passava por Salazar cujas raízes ideológicas foram formadas no seminário e quando entrou na universidade de Coimbra já tinha exprimido bem claro que era prioritário a reeducação do homem português. Quando chegou ao governo, com determinação, vai traçando as suas prioridades:

“Que hei-de dizer-vos agora do problema social no qual englobaria a higiene, a assistência, a instrução, a educação, os problemas do trabalho? – Que não chegou ainda a hora das grandes soluções. Temos a consciência do nosso atraso em instituições e leis que se relacionam com esses problemas. Temos a consciência da nossa responsabilidade que nos indica esse, como vasto campo de acção governativa ” (Salazar, 1935: 57).

Vamos analisar a escola do Estado Novo, como instituição social e educativa, fazendo parte do corpo orgânico da Nação que Oliveira Salazar pretendia “salvar”. Os ângulos de abordagem e as fontes de que nos vamos socorrer,⁴⁴⁸ reflectem visões muito diversas, amplas e globalizantes, que não se aplicam, necessariamente, a cada realidade singular. Como ilustração destas abordagens teóricas, analisaremos a realidade singular da escola primária elementar do Pinhão, e as práticas quotidianas de três professores primários da escola do Estado Novo no capítulo seguinte.

Numa tentativa de reconstruir a arquitectura desta “missão” pedagógica salazarista, na qual a escola ocupa um lugar central, vamos, dar ênfase neste capítulo, aos textos mais significativos de algumas fontes primárias:

⁴⁴⁷ Tal como se depreende do Discurso do Director Geral do Ensino liceal: “O ministro que mudou para “Educação Nacional” o nome do Ministério conservou-se fiel a esta divisa, como síntese perfeita da política de espírito do Estado Novo, sob a égide do grande homem de Estado e educador que é Salazar “ (“Discurso proferido pelo novo Director Geral do Ensino Liceal, sr. dr Riley da Mota”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n. 285 de 11 de Abril de 1940, 411).

⁴⁴⁸ Nesta investigação sobre o papel da escola do Estado Novo na consolidação da “missão” pedagógica de “salvar” a Pátria, privilegiámos, sobretudo, o conteúdo dos normativos – Decretos, Portarias Leis e sobretudo Circulares emanadas da tutela com instruções minuciosas para a escola. Embora haja abundante literatura sobre a educação no Estado Novo e sobre o papel dos professores, alguma citada no decorrer deste capítulo, o recurso aos Discursos de Oliveira Salazar e a consulta da legislação, ocupam o primeiro lugar.

- *corpus* discursivo de Oliveira Salazar e seus mais próximos correligionários, de onde dimanam os princípios ideológicos e as razões aduzidas para a sua implementação;

- os diplomas legais dimanados do Ministério da Educação Nacional, para tentar vislumbrar as práticas pedagógicas e os instrumentos preconizados para a sua inculcação;

- os compêndios únicos⁴⁴⁹ onde esta teoria pedagógica estava sintetizada em frases lapidares carregadas de simbolismo e adequadas ao nível etário dos alunos;

- alguns jornais e revistas publicadas durante a Primeira República e pelos diferentes organismos do Ministério da Educação para a difusão das doutrinas pedagógicas do regime.⁴⁵⁰

A nossa abordagem da escola do Estado Novo como *locus* específico onde era ministrada a “educação nacional” às novas gerações vai desenvolver-se em três períodos que não significam rupturas temporais com o anteriormente estatuído, mas apenas balizas referenciais de análise. Para o nosso tema, a nível de temporalidade, ele é o princípio, o meio e o fim.

- desconstrução das matrizes pedagógicas da Primeira República 1928-1936;⁴⁵¹

- construção de novas bases doutrinárias e legislativas que impõem novos significados, aproveitando o capital social e político favorável, adquirido durante as

⁴⁴⁹ Vamos cingir-nos aos compêndios da primeira à quarta classe, que consideramos os mais sugestivos para este tipo de trabalho. Pelo Despacho de 16 de Outubro de 1975 de Rui Grácio, Secretário de Estado de Acção Pedagógica, durante o II Governo Provisório foram mandados destruir, “pelo fogo”, todos os livros de “índole fascista” em todas as escolas primárias (cerca de 15000) e bibliotecas escolares do país (cerca de 3200). Esta determinação explica a dificuldade na obtenção destes exemplares. Os que conseguimos consultar pertencem ao espólio documental de alguns professores primários.

⁴⁵⁰ Muitas revistas de carácter pedagógico e de defesa do ensino e dos professores (ver bibliografia) foram publicadas até à institucionalização do Estado Novo - 1933. A partir desta data poucas e por pouco tempo resistiram à censura oficial. Em sua substituição, foi publicada a *Escola Portuguesa*, revista oficial do Ministério da Educação, consultada obrigatoriamente pelos professores do ensino primário e a *Campanha*, órgão oficial da Campanha Nacional de Educação de Adultos (cf. Nóvoa e Bandeira, 2005).

⁴⁵¹ Após uma passagem esporádica pelo governo da Ditadura Militar, Salazar vai ocupar a pasta das Finanças em 1928, podendo, a partir desta data intervir na desconstrução das matrizes da escola da Primeira República. “o ano de 1936 marca um ponto de viragem na política educativa” (Nóvoa, *ibid.*: 458).

guerras de Espanha e Mundial e as comemorações dos dois centenários nacionais (1936-1947).⁴⁵²

▪ Adequação conjuntural da escola às novas realidades do pós - Segunda Guerra Mundial (1947- 1968).⁴⁵³

A “missão” pedagógica de Salazar é um projecto uno que ele assume como de “interesse nacional”, que se desenvolve no tempo e apenas termina quando abandona o poder.

Vamos procurar demonstrar que as traves mestras das políticas educativas do Estado Novo não sofreram mudanças estruturais em nenhum nível de ensino, da escola primária ao ensino superior, nem no primeiro período (1928- 1936), nem no segundo período desta nossa análise que se inicia com o Ministro da Educação Carneiro Pacheco e termina com a nomeação de Alexandre Pires de Lima para a Pasta da Educação (1936-1947). Nos anos cinquenta, os Planos de Fomento para promover a industrialização obrigaram o regime a proceder a uma *Campanha de Alfabetização de Adultos*. Portugal adere à primeira experiência de planeamento educativo internacional, através do Projecto Regional do Mediterrâneo, realizada no âmbito da O. C. D. E. (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). Contudo, verificamos que, simultaneamente, há uma vigilância reforçada até à destituição de Salazar, para que esta e outras pequenas aberturas culturais, como os alargamentos da escolaridade obrigatória não fomentem a mobilidade social, ou abram fissuras na rigorosa educação nacionalista tradicional cristã.

⁴⁵² Corresponde à consagração de Salazar como o “ungido” de Deus para “salvar” a pátria e à integração de Portugal na aliança atlântica, após alguma hesitação. A partir da entrada do Ministro Pires de Lima para o Ministério da Educação Nacional (1947- 1955) a “educação nacional” ganha nova dinâmica com o alargamento da escolaridade obrigatória e o enquadramento das políticas educativas em objectivos de crescimento económico e industrialização do País (Nóvoa, *ibid.*: 460).

⁴⁵³ Não existe unanimidade na delimitação cronológica. Nóvoa assinala três pontos de viragem na acção do Estado Novo no campo educativo: 1.ª fase 1930- 1936; 2.ª fase 1936- 1947; 3.ª fase 1947- 1960 (Nóvoa, 1992: 457-460). Por sua vez, (Magalhães, 2004: 254) enumera quatro fases do desenvolvimento histórico do Estado Novo, em relação às políticas educativas adoptadas para o ensino superior. Centrados na “missão” pedagógica de Oliveira Salazar, admitimos, como António Nóvoa, três períodos, embora divergindo em algumas balizas cronológicas que os delimitam, em virtude de termos focos de investigação diferentes.

1. DESCONSTRUÇÃO DAS MATRIZES PEDAGÓGICAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1928- 1936).

“A escola é um microcosmos social” (Durkheim, 2001: 10). A concepção da educação e do público escolar a quem deve ser ministrada depende do modelo de sociedade defendido e do lugar atribuído aos vários grupos sociais” (Carvalho, 2005: 10). É na escola, sobretudo através da acção educativa dos seus principais agentes, os professores, que as políticas educativas são implementadas. A própria eficácia das políticas educativas são avaliadas pelo desempenho e práticas dos professores, junto das comunidades.

O Estado Novo, investiu, fortemente, na escola, como palco privilegiado para “educar” as novas gerações e, através delas, mudar os códigos comportamentais da sociedade portuguesa. A escola na “missão” pedagógica de Oliveira Salazar tinha, portanto um duplo papel:

- a de palco pedagógico privilegiado que complementava o *locus* natural familiar. Neste palco, os cenários eram constituídos pelas “lições de Salazar”⁴⁵⁴ e os professores como actores principais tinham por missão explicar a acção educativa e política e do regime, nas diferentes vertentes sociais,
- a de oficina de modelação disciplinar de corpos e almas.⁴⁵⁵

Este trabalho da escola que, embora constitucionalmente não pretenda substituir a família, a pedra basilar da estrutura corporativa,⁴⁵⁶ vai proporcionar aos mais novos uma fonte de novos significados que vão, paulatinamente, substituir as matrizes da Primeira República em que os seus pais tinham sido socializados:”a educação sem a instrução poucos ou nenhuns resultados úteis produz” (A, B, C, jornal quinzenal sobre educação de 16 de Maio de 1918).

⁴⁵⁴ Série de cartazes editados em 1938 pelo Secretariado de Propaganda Nacional, a fim de ser comentada pelos professores das escolas primárias. “Portugal Contemporâneo”, Direcção de António Reis, Vol. II, Selecções do *Rider’s Digest*, 1996: 481.

⁴⁵⁵ A educação seria um processo de resgatar as almas portuguesas do inferno laico da primeira República e restituí-las ao paraíso perdido das grandes certezas da tradição católica: “Através da História tem sido muitas vezes programa de governos, ou de Estados, estender às almas a ânsia de despotismo e destruir nelas o germen da fé. Inglória tarefa! Vem o tempo, repara os estragos, reconstitui as igrejas e o culto, mas já não pode fazer ressurgir virtudes que se não exerceram, nem evitar a triste desolação das almas que perderam um mundo” (Salazar, 1937: 130).

⁴⁵⁶ A Constituição de 1933, Art.º 42.º, Título IX, afirma que “a educação e instrução são obrigatórias e pertencem à família e aos estabelecimentos oficiais ou particulares em cooperação com ela”.

A partir da Ditadura Militar, mas, sobretudo, desde a entrada de Salazar para o governo, num *crescendo* cronológico, a escola vai sendo esvaziada da sua laicidade e universalidade até desempenhar o papel de doutrinadora e enformadora das virtudes cristãs e nacionalistas, segundo os critérios de obediência, disciplinação e conformidade social. É nosso intento, dar à análise da escola do Estado Novo- particularmente ao ensino primário- um relevo especial e dar-lhe um lugar central, no endoutrinamento da sociedade portuguesa, particularmente das gerações mais novas e como tal uma agência de conformidade e permanência do poder constituído. Quanto aos restantes níveis de ensino, a nossa abordagem será mais sucinta, dada a complexidade e dimensão destas temáticas.⁴⁵⁷

Esta desconstrução começa logo no ensino primário. O ensino primário foi a “menina dos olhos” do regime,⁴⁵⁸ como um veículo privilegiado para assegurar junto das gerações mais novas, as bases doutrinárias do regime. A maior atenção prestada ao ensino primário elementar, da parte dos legisladores, está na importância sócio/educativa e na formação moral das crianças deste nível etário: “a moral há-de ser, tem que ser a disciplina básica da Escola Primária” (Tristão, F. Jorge (1955), “Simplificação dos Programas. O que visa a Escola Primária”, *Escola Portuguesa*, ano XXI, n.º 1035 de 17 de Janeiro, 326- 327).

A escola primária elementar, na Primeira República detem o mandato de promoção social e da educação cívica, segundo padrões laicos de autonomia e responsabilidade. “O ensino primário tende a habilitar o homem para a luta da vida e a formar a consciência do cidadão.”⁴⁵⁹

⁴⁵⁷ Sobre o ensino superior temos dois trabalhos recentes de grande fôlego: de Luis Reis Torgal (1999) *A Universidade e Estado Novo. O caso de Coimbra*, Coimbra, Livraria Minerva Editora e de António M. Magalhães (2004) *A Identidade do Ensino Superior. Política, Conhecimento e Educação numa Época de Transição*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

⁴⁵⁸ “À escola primária incube uma missão muito nobre que não se pode realizar com o simples ministrar de conhecimentos. O agente de ensino que assim trabalhe não se realiza como educador e faltará à sua nobre missão que mais do que instruir é educar” (Tristão, F. Jorge (1955), “Simplificação dos Programas. O que visa a Escola Primária”, *Escola Portuguesa*, ano XXI, n.º 1035 de 17 de Janeiro, 326- 327).

⁴⁵⁹ Art.º 1.º do Decreto n.º 5:787-A, de 10 de Maio de 1919, *Diário do Governo*, n.º 9, I Série, 10/05/1919. “O ensino primário geral deve ser essencialmente activo, partindo sempre da convivência do aluno com as realidades físicas e sociais” (Art.º 9.º do Decreto n.º 5.787-A, de Maio de 1919 *Diário do Governo*, n.º 9, I Série, 10/05/1919).

Nos compêndios do ensino primário elementar, as lições de catequese fazem parte integrante e significativa - cerca de um terço do total ⁴⁶⁰. Despojar o ensino primário de todos os saberes universais e laicos e apetrechá-lo com sentenças catequéticas e disciplinadoras que informem comportamentos e infundam hábitos, foram os objectivos do Estado Novo.

“Por vezes reclama-se ao governo que mande o povo aprender a ler. Para ler o quê? A educação moral que se impõe pela selecção da leitura é para encher o espírito de conhecimentos úteis. Conto, por isso, com essa selecção, como conto com o des congestionamento das cidades, em favor dos campos (...). Considero mais um mal que um bem, ensinar o povo a ler, sem preparação moral.” ⁴⁶¹

Para Oliveira Salazar, a escola tem de estar completamente integrada na estrutura orgânica da nação e sob a alçada da tutela, para não se desviar da função que lhe é confiada: agência de inculcação dos valores católicos como ele os assume. Estes valores católicos aprendem-se com as primeiras letras e o processo de aprendizagem confunde-se com as estratégias catequéticas, em conformidade com a vocação colectiva dos portugueses, através da doutrinação ⁴⁶² e instrução convenientemente domesticada. Na instrução primária, antes das aulas o professor, obrigatoriamente, começa com a seguinte oração:

“Jesus divino Mestre”

à qual os alunos respondem em coro:

“Iluminai a minha inteligência dirigi a minha vontade purificai o meu coração para que eu seja sempre cristão fiel a Deus e cidadão útil à Pátria”.

Depois da aula, novamente o professor:

“Abençoi Senhor”

E os alunos respondem:

⁴⁶⁰ Os livros únicos dedicavam cerca de um terço à catequização. Assim, por exemplo, no *Livro de Leitura da Terceira Classe*, Ed., Domingos Barreira, 4.ª ed., 1958, dedica à “Doutrina Cristã, vinte e oito páginas, da pág. 185 à 213.

⁴⁶¹ Salazar, *Educação Nacional*, ano XXXII, n.º 12, de 19 de Maio de 1935, 12.

⁴⁶² “O doutrinação constitui uma deturpação, uma subversão mesmo do ensino, ao conferir características de objectividade e de verdade a uma doutrina que as não tem, ao dissimular a realidade e deformar o pensamento. Por isso o doutrinante não manifesta conscientemente que doutrina, nem que professa uma doutrina, pois ela “não existe”; o que existe é uma ideologia criadora e determinante na atribuição de sentidos e orientadora última dos comportamentos” (Pedro, 2002: 6- 67).

“A Vossa igreja, a nossa Pátria, os nossos Governantes, as nossas famílias e todas as escolas de Portugal. Pai- Nosso, Avé – Maria, Glória ” (*Livro da Primeira Classe*, 8.ª Edição, Editorial Domingos Barreira, Porto, 1958: 93).

As matrizes pedagógicas da Primeira República são, diametralmente opostas, da sua missão pedagógica de “salvar” os portugueses, criando-lhes uma outra mentalidade, “ (...) A escola vai ser neutra. Nem a favor de Deus nem contra Deus. Dela se banirão todas as religiões menos a religião do dever que será o culto eterno desta nova igreja cívica do povo ” (Ponto V do Preâmbulo do Decreto- Lei de 30 de Março de 1911, publicado no *Diário do Governo*, n.º 73, I Série, 30/03/1919).

Para Salazar toda a educação tem de ser, salvífica, tal como a sua “missão”. Portanto, deve ser entendida como um moldar cuidadoso da personalidade da criança,⁴⁶³ e inculcando-lhe as virtudes cristãs e patrióticas, de forma a torná-la imune aos vícios daquilo que chama filosofismo”. “O filosofismo começara abalando nas inteligências a adesão às verdades eternas e corroendo nos espíritos as grandes certezas ” (Salazar, 1935: 310).

Era necessário criar mecanismos eficazes de controlo ideológico do ensino e dos seus agentes. Enceta, pois, desde logo, o combate aos conteúdos doutrinários da escola republicana⁴⁶⁴ e à actuação das estruturas administrativas e pedagógicas que os sustentam e reproduzem, dentro as quais se contam a Inspeção Geral do Ensino público e particular (cf.. Nóvoa, 1992: 465). O lema é a construção de uma nova ordem constitucional em que se junte ao progresso económico, indispensável, que Salazar traduz por “restauração e desenvolvimento dos valores espirituais ” (Salazar, *ibid.*:342).

Os princípios e práticas educativas que enformam a “missão” pedagógica de Oliveira Salazar, durante a vigência do Estado Novo, não nasceram *ex nihilo*. (Carvalho, *ibid.*: 724- 725). Já desde a sua entrada no governo como ministro das Finanças foram introduzidas algumas medidas de natureza educativa que mais tarde, o mesmo Oliveira Salazar, já Presidente do Conselho de Ministros, viria a sancionar e até reforçar. Podemos identificar dois princípios a que correspondem outras tantas práticas

⁴⁶³ “A metáfora do *molde* que traduz um movimento “de fora para dentro”, impõe-se às anteriores metáforas *hortícolas* ou *desenvolvimentistas* que reflectem um movimento “de dentro para fora” (Nóvoa, *ibid.* 459). Este processo pedagógico também era fundamental no seminário (Fernandes, 1995: 58).

⁴⁶⁴ O fenómeno republicano era um movimento regenerador e cívico. O republicanismo na linha do jacobismo francês, ao fazer da educação moral e cívica e da instrução as suas pedras angulares, procura abraçar ao mesmo tempo a razão e o sentimento dos portugueses, a fim de melhor inocular nas suas consciências as ideias e os valores republicanos: o patriotismo e ainda a “liberdade, igualdade e fraternidade” (Araújo, 1997: 18).

educativas que vão nortear a educação, ainda durante a Ditadura Militar e serão retomados e refundidos pela matriz da “salvação” nacional, a partir da posse de Oliveira Salazar, como Presidente do governo, em 1932, até ao fim do regime:

- a proibição do regime de coeducação, já em execução desde o advento da Ditadura Militar de 28 de Maio de 1926;
- o reforço da disciplinação, obediência e autoritarismo;

1.1. A separação de sexos

A primeira prioridade é eliminar a política educativa da coeducação da Primeira República que implicava a mesma educação para rapazes e raparigas, o que para além de colidir com os princípios da moral católica, como afirmava um Catecismo Católico Popular “redigido segundo as Regras de Pedagogia para as necessidades da época presente”⁴⁶⁵, não sublinhava o papel subalterno da mulher⁴⁶⁶ e a sua diferente educação. Por estas razões é preocupação dos que apoiam Oliveira Salazar na “missão” pedagógica de “salvar” a pátria, a separação dos sexos, desde o ensino primário elementar.⁴⁶⁷

A coeducação nas escolas de instrução primária elementar, tinha sido herdada da Primeira República.⁴⁶⁸ Tema muito controverso numa sociedade dominada pela Igreja Católica, a eliminação das escolas mistas foi progressiva e controversa.⁴⁶⁹

⁴⁶⁵ “Não se pode admitir a completa igualdade social do homem e da mulher, pois esta tem qualidades diferentes e o seu destino é auxiliar o homem e ser sua companheira (...) A pretensão de uma completa igualdade entre sexos é contrária à natureza e à religião cristã” (Spirago, 1905 : 176 - 177).

⁴⁶⁶ “A mulher não se pode apresentar na sociedade só e independente, mas ao lado do varão e como *auxiliar* dele- Além disso, a religião cristã exige da mulher *submissão e obediência* ao marido- Eph. V, 24; I Ped. III, 1” (Spirago, *ibid.*: 177).

⁴⁶⁷ “Nos Estados Unidos, onde a coeducação tem sido praticada intensamente alguns inquéritos denunciam factos a que devemos estar atentos. Hening, depois da experiência pessoal de 15 anos, pronuncia o seguinte veredicto contra a coeducação: “na escolas primárias, a partir os 10 e 11 anos, cada menina tem o seu rapaz e cada rapaz a sua preferida”. Entre nós, e, enquanto vigorou a coeducação, os professores da 3.^a e 4.^a classe encontravam, frequentemente provas de que, nesta matéria, as crianças portuguesas se não distanciam das americanas” (Editorial “Da coeducação”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 273 de 18 de Janeiro de 1940, 225).

⁴⁶⁸ Nas escolas de instrução primária, pela Lei de 29 de Março de 1911, cap. IV, art.º 32, parágrafo único, publicada no *Diário do Governo*, n.º 73, I Série, 30/03/1911.

⁴⁶⁹ A política de subalternização do sexo feminino em relação ao sexo masculino está bem patente nos normativos. Na Circular n.º 4 de 6-4-932 da Direcção Geral do Ensino Primário, determina-se: “o funcionamento das escolas do ensino primário elementar mistas, como femininas, quando decretada a respectiva conversão, só se torna efectiva, depois da entrada em funcionamento da do sexo masculino que tiver sido criada, na mesma localidade.”

Metódica e paulatinamente Salazar adopta para a escola portuguesa os princípios da educação confessional católica. Estas matrizes estão contidas no parágrafo 1.º do cânone 1372 do Direito Canónico: “ A educação religiosa e moral tem de ocupar o lugar principal na formação do indivíduo, começando desde criança, de modo que se lhe não ensine nada que seja contrário à religião católica e honestidade de costumes”.

Este conteúdo canónico foi traduzido, pelos teólogos, como doutrina oficial pela Igreja católica, nos seguintes termos:

Quadro nº 11. Educação segundo a Igreja Católica (Gigante, 1954).

“Educação é a formação do homem de maneira a poder na vida conseguir o seu fim último.

Esta educação deve ser íntegra isto é física, intelectual e moral, individual e social, natural e sobrenatural.

O sujeito da educação é todo o homem remido por Jesus Cristo, sendo por isso:

- a) falso e pernicioso o naturalismo pedagógico que exclui a educação sobrenatural, proclama a autonomia e liberdade ilimitada da criança, atribuindo-lhe uma iniciativa exclusiva e independente de qualquer lei divina ou autoridade humana, na educação;
- b) pernicioso a educação sexual que pretende prevenir os adolescentes, contra os perigos da concupiscência, por meio duma iniciação temerária ou instrução preventiva, dada a todos, indistintamente, ou até - e isso é pior - expondo-os, prematuramente, às ocasiões, como se costuma fazer;
- c) enganosa e ofensiva à formação cristã, a chamada coeducação dos sexos que ensina deverem ser instruídos, conjuntamente, e do mesmo modo, um e outro sexo, visto terem os mesmos defeitos” (Gigante, 1954: 291).

E no Catecismo Católico Popular editado, quando Salazar frequentava o seminário de Viseu, é assim explicado: ”o nosso corpo é o instrumento da alma que nos foi confiado por Deus para acumularmos merecimentos para a vida eterna” (Spirago, *ibid.*:133). Estes três princípios da moral católica sobre a educação, postos em prática pelo Estado Novo, chocam, frontalmente, com as matrizes positivistas da escola laica e republicana para quem a educação deve formar mulheres e homens cidadãos livres, com iguais direitos e deveres perante a lei da República e sem quaisquer supremacias entre o corpo e o espírito que se devem completar.

Por detrás deste antagonismo irreductível, corpo e espírito está a noção católica do pecado original que relegou o corpo para inimigo da alma e a mulher para segundo plano em relação ao homem.⁴⁷⁰ Estes princípios vão enformar a reeducação nacional. Contrariamente à “desordem” apregoada pela Primeira República (Salazar, 1959: 118), os discursos de Oliveira Salazar, darão prioridade ao retorno à ordem, instituída pelo Estado Novo. Por isso a reeducação impunha-se, à família e à escola, como educadora das gerações mais novas, em idade de escolarização:

“A educação que defendemos e ministramos – aperfeiçoamento do homem integral- subordina-se a um ideal superior; esse ideal é que informou a nossa cultura secular e estruturalmente cristã e católica, ideal que não pode sofrer desvios, nem oferecer sérias dúvidas” (Dr. Aires de Matos, director da Escola do Magistério Primário de Viseu e director do Jornal *Acção Educativa*, n.º 1, em 8 de Dezembro de 1953).

Ainda não tinha decorrido um ano depois do golpe militar que colocou no poder a Ditadura Militar e já o governo decretava que “nas escolas em que haja mais do que uma escola de instrução primária elementar é, desde já, estabelecido o regime de separação de sexos.”⁴⁷¹ Esclarecia, contudo, que fosse mantido o regime de coeducação de sexos, nas escolas situadas em localidades, onde não houvesse outra escola de instrução primária elementar, ou a distância obrigasse os alunos a longos percursos.⁴⁷²

As justificações apresentadas no preâmbulo do Decreto, são as seguintes:

- satisfação dada às reclamações que, há muito, se vinham fazendo contra o regime de coeducação de sexos, nas escolas de instrução primária elementar;

⁴⁷⁰ O citado Catecismo Católico Popular ensina ser “seu destino auxiliar o homem e ser sua companheira”. E explica: “A pretensão de uma igualdade absoluta do homem e da mulher foi manifestada a primeira vez na Revolução Francesa que pôs termo ao governo absoluto e arvorou a bandeira da liberdade universal (1789). As mulheres pediam, então, não só salários iguais aos homens, o privilégio de certos trabalhos femininos e o direito de eleger e ser eleitas para as Cortes.- mas, também, na sua exaltação chegaram a pretender que fossem admitidas a todos os cargos civis e militares que lhe concedessem o uso de fato masculino e que se suprimissem os géneros na gramática (!) etc. Então foram postos de parte todos os respeitos pela decência da parte da mulher (chegam a fazer publicamente exercícios militares) de sorte que s seus excessos provocaram riso e asco e, finalmente, motivaram a severidade e a repressão do Estado” ((Spirago, *ibid*: 176).

⁴⁷¹ Art.º 1.º do Decreto 15:032 de 15 de Fevereiro de 1927, publicado no *Diário do Governo*, n.º 38, 1.ª Série de 15/02/1927. De referir que este Decreto é assinado, também, por Oliveira Salazar que antes da sua entrada definitiva para o governo, esteve apenas 5 dias, em exercício de funções.

⁴⁷² Para o ensino particular o regime obrigatório de separação de sexos foi estabelecido a partir do ano lectivo 1940/1941 (Portaria n.º 9:433 de 15 de Janeiro de 1940, *Diário do Governo*, n.º 12, I Série, 15/01/1940).

▪ satisfação às reclamações da imprensa, em geral, incluindo a pedagogia, os corpos administrativos e a grande maioria dos pais dos alunos que frequentam as respectivas escolas (Meireles- Coelho, 2000: 238).

Passados quatro meses, este regime de separação de sexos passa a ser adoptado nas escolas do ensino infantil, ensino primário elementar e ensino primário complementar (Art.º 3.º do Decreto 13.791 de 17 de Junho de 1927, *Diário do Governo*, n.º 125, I Série, 17/06/1927). Embora o então Ministro da Instrução fosse uma personalidade ligada à Primeira República, estes normativos são avalizados pela assinatura do General Óscar Carmona, presidente da República que vai legitimar a “missão” pedagógica de Oliveira Salazar, e a do Presidente do Ministério, Vicente de Freitas que passado um ano, o vai chamar, definitivamente, para Ministro das Finanças.

Esta política de separação de sexos vai continuar a ser regulamentada, através de normativos, durante toda a vigência da Ditadura Militar.⁴⁷³

Quando Oliveira Salazar toma posse da Presidência do Conselho de Ministros, como ditame da religião e moral católicas, este regime de separação de sexos vai continuar a manter-se, não obstante algumas vozes dissonantes que serão prontamente silenciadas.⁴⁷⁴ O regime investe tanto nestes princípios morais e moralizantes, que até os próprios cursos de educação de adultos destinados a adolescentes e adultos analfabetos funcionavam em regime de separação de sexos.⁴⁷⁵ A sua regência era confiada a professores ou regentes escolares, se as turmas eram do sexo masculino e a professoras ou regentes se eram do sexo feminino.⁴⁷⁶

⁴⁷³ No Art.º 3.º do Decreto n.º 13:791 publicado no *Diário do Governo*, n.º 123, I Série, de 17/06/927; no Art.º 2.º do Decreto n.º 20:181, publicado no *Diário do Governo* n.º 182, I Série, 07/08/931;

⁴⁷⁴ Levantada a questão dos seus convenientes e inconvenientes, pelo Director Geral do Ensino Liceal através de um inquérito lançado em 11- 12- 1945, sem autorização superior, o Ministério da Educação Nacional, em nota oficiosa, insurgiu-se contra o seu conteúdo por lançar “ a perturbação dos espíritos de quantos se interessam para que não haja desvios nos fundamentos morais da Revolução Nacional” (Cfr. Carvalho, *ibid.* : 782).

Na sequência desta polémica, o jornal *Novidades*, órgão da Igreja Católica portuguesa, deu também em 17-1 e 22- 1- 1946, uma resposta extraída da encíclica *Divini illius Magistri* de Pio XI: “o Criador ordenou e dispôs a convivência perfeita dos dois sexos somente na unidade do matrimónio”.

⁴⁷⁵ Ponto n.º 1 do Art.º 94 do Decreto n.º 38:969 de 27 de Outubro de 1952, *Diário do Governo*, n.º 241, I Série, 27/10/1952.

⁴⁷⁶ *Idem*, pontos 1 e 2 do mesmo Decreto.

1.2. A disciplinação e obediência.⁴⁷⁷ Centralismo autoritário.

A segunda prioridade, no desmantelamento das estruturas pedagógicas herdadas da Primeira República, diz respeito ao silenciamento e/ou desmantelamento das associações representativas dos professores. Era necessário e urgente reconvertê-los, para serem arautos da “missão” pedagógica de “salvar” a pátria.

Na Primeira República, os professores constituídos em associações de classe tinham grande poder reivindicativo e intervinham na condução das políticas e práticas pedagógicas⁴⁷⁸. Impunha-se, pois, proceder ao desmantelamento destas associações, silenciando os professores e trazendo-os de novo à obediência e disciplinação a que Salazar foi sujeito no seminário e que mais tarde praticou no Colégio da Via Sacra, como Prefeito de Disciplina. A disciplinação e obediência exigida por Oliveira Salazar que abrangia corpos e almas também foi importada do seminário.⁴⁷⁹ Uma investigação académica⁴⁸⁰ da autoria de um ex-aluno do seminário de Nossa Senhora da Conceição, Braga confirma isso mesmo: até 1969 a disciplina era uma prática pedagógica que fazia parte do “Comportamento” a avaliar mensalmente “e a sua infracção acarretava os castigos físicos e morais que eram uma prática corrente no seminário. Segundo o *Regulamento dos Seminários de Braga*, “a disciplina imposta é férrea e o horário rígido, sem flexibilidades” (Português, *ibid.*: 143).

Para executar este desígnio, antes mesmo de Oliveira Salazar tomar as rédeas do poder, nada melhor do que pessoas da sua confiança. O Ministro da Instrução, Duarte Pacheco, não hesita em dar já a receita que seria, sucessivamente aplicada, ao atribuir à escola primária a tarefa de “disciplinar consciências formando o carácter” e ao professor a incumbência de transmitir à criança que “a autoridade é absolutamente necessária, pois sem ela os Estados seriam destruídos pela anarquia”.⁴⁸¹

⁴⁷⁷ A disciplinação imposta por Salazar era totalmente diferente do sentido da disciplina de que fala Durkheim: “o sentido e gosto da regularidade, o sentido e o gosto da limitação dos desejos do respeito da regra, que impõe ao indivíduo a inibição dos impulsos e o esforço (Durkheim, 2001: 29).

⁴⁷⁸ A revista *Professorado Primário* n.º 394 de 3 de Julho de 1927, portanto, um ano após a Ditadura Militar, ainda publicava uma *Carta Aberta ao Ex.mo Sr. Ministro da Instrução Pública* pedindo a intervenção dos professorado primário elementar na legislação que a este ensino respeita” (Sampaio, 1976: 11).

⁴⁷⁹ Um professor do Seminário em 1965, descreve assim a formação tradicional: “a educação é colectiva e genérica, as repreensões são públicas e com voz irascível, por vezes os rostos “polícias” envolvem os “criminosos” a “surpresa” ante o mistério do adolescente é frequente e desta sorte o jovem fica só consigo com o seu “caso”, com os seus “companheiros” e com a ameaça de expulsão se se registam determinados sintomas” (Vaz, 1965: 103).

⁴⁸⁰ Tese de mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga.

⁴⁸¹ Decreto n.º 16.077 de 26 de Outubro de 1928, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª Série, 26/10/1928.

Neste misto de autoritarismo, nacionalismo e obediência, em que a dimensão afectiva do aluno é instrumentalizada pela dimensão política do primeiro,⁴⁸² residia o centro de gravidade dos novos valores ideológicos a difundir, desde a escola primária. Pelo contrário, no quadro dos valores liberais, a Nação não se sobrepunha à Humanidade e a autoridade não podia prevalecer sobre a liberdade, igualdade e fraternidade - a trilogia do pensamento republicano.

A disciplinação de professores e alunos vai intensificar-se, logo a partir de 1929, através de normativos e circulares, que restringiam ainda mais as proibições, advindas dos normativos da Primeira República.⁴⁸³ Assim sucedeu, através de imposições que manietaram a livre iniciativa e a liberdade dos professores:

- imposição da nomeação do Director da escola pelo governo.

Duas das atribuições do Director de escola eram: “velar pela disciplina dos agentes de ensino (...); prestar todas as informações convenientes, aos serviços de inspecção e fiscalização.”⁴⁸⁴;

- regulamentação sobre a residência dos professores:

“ Art.º 117.º O professor deve residir na sede da escola, mas, não havendo nela casa de habitação poderá ser autorizado pela Junta Escolar a residir noutra lugar cuja distância não vá além de 5 kms.

Art.º 118.º O professor não poderá ausentar-se, durante o tempo lectivo, da sede da respectiva escola, sem licença previamente concedida pela Junta Escolar ou governo e solicitada em requerimento, com a assinatura devidamente reconhecida pelo notário.

Art.º 120 Aos professores casados residentes em freguesias cujas escolas não distem entre si mais que 5 kms é permitido viverem em comum.⁴⁸⁵

⁴⁸² Tal como o seminário, a escola de Oliveira Salazar não é um espaço, onde se cultivem os afectos. Pelo contrário, havia que extirpar as raízes contextuais dos alunos, chamadas mundanas e a inteligência reflexiva, para construir um homem novo (Cf. Fernandes, 1995).

⁴⁸³ A justificação encontra-se no preâmbulo do Decreto n.º 6:137 de 29 de Setembro de 1919, *Diário do Governo*, n.º 198, I Série, 29/09/1919 sobre os deveres dos professores: o Estado é “pagador da educação do povo.”

⁴⁸⁴ Cf. Decreto- Lei n.º 26: 611 de 19 de Maio de 1936, *Diário do Governo*, n.º 121, I Série, 19/05/1936; Decreto -Lei n.º 40: 964 de 27 de Dezembro de 1956, *Diário do Governo*, n.º 284, I Série, 27/12/1956; Decreto- Lei n.º 22:369 de 30 de Março de 1933, *Diário do Governo*, n.º 73, I Série, 30/03/1933; Decreto- Lei n.º 38: 969 de 27 de Outubro de 1952, *Diário do Governo*, n.º 241, I Série, 27/10/1952.

⁴⁸⁵ Decreto n.º 6:137 publicado no *Diário do Governo* n.º 198, 1.ª Série, 29/9/1919, rectificado nos n.º s 252 257, I.ª Série de 11-12 e 18/12/1929 e Circulares n.º 933 de 7/7/ 1931; n.º 824 de 5/11/1929, n.º 23 de 26/9/1932 e n.º 491 de 30/6/1933.

- regulamentação do casamento das professoras primárias.

Passam a depender da autorização do Ministro da Educação Nacional. Condições a exigir ao pretendente: “bom comportamento moral e civil e rendimentos ou vencimentos que se harmonizem com os das professora”⁴⁸⁶;

- normas sobre o exercício do magistério, sobre a disciplina escolar⁴⁸⁷ e no juramento obrigatório anticomunista, para toda a função pública.

Todos os tempos e espaços reservados á profissão docente passam a ser objecto de uma fiscalização muito rigorosa:

- No campo administrativo, as faltas em serviço e as licenças também vão ser disciplinadas e sujeitas a outro controlo muito mais apertado, a pretexto da moralidade.⁴⁸⁸

As diferenças nesta matéria são assim justificadas em “Notas Legislativas “ pelo Adjunto do Director Geral para os Serviços Administrativos do Ensino Primário: na Primeira República foi determinado que as professoras do ensino primário fossem dispensadas do serviço, durante o último período da gravidez e em seguida ao parto, durante dois meses, com direito aos vencimentos de categoria e exercício (Decreto de 7 de Janeiro de 1911, *Diário do Governo*, I Série, 07/01/1911):

“Visava proteger as mães, dando-lhes um repouso justo, na ocasião do parto e não excluía dessa regalia, as professoras solteiras. Era a moralidade da época: o combate as odeias religiosas e do elogio do amor livre. O Estado não se importava com a moral dos seus funcionários e dava a todas as mãs o mesmo direito, independentemente da legalidade da procriação. E a professora amancebada continava a educar os filhos das famílias católicas e a riscar dos livros de leitura a palavra Deus” (Caramona, M (1940), “Notas Legislativas. As Leis e a Moralidade”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 29 de 23 de Maio de 1940, 505-506).

⁴⁸⁶. Decreto n.º 27:279 de 24 de Novembro de 1936, *Diário do Governo*, n.º 276, I Série, 24/11/1936.

⁴⁸⁷ Decreto n.º 6:137 publicado no *Diário do Governo*, n.º 198, I.ª Série, de 29/9/1919, rectificado nos n.ºs 252 e 257, I.ª Série, de 11-12 e 18-12-1929; Circulares n.ºs 933 de 7-7-1929, n.ºs 824 de 25-11-1929, n.º 933 de 7-7-1931, n.º 23 de 26-9-1932, n.º 491 de 30-6-1933.

⁴⁸⁸ Decreto n.º 19:478 de 18 de Março de 1931, *Diário do Governo* n.º 64, I.ª Série, 18/03/1931, rectificada nos n.ºs 123 e 184 de 28-5 e de 10-8-1931.

E continua justificando: foi preciso o “28 de Maio” para que este clima de delinquência se purificasse. A lei que actualmente vigora restringe a regalia às casadas e reduz o período de dois meses para 24 dias (& único do art.º 5.º do Decreto 19:478 de 18 de Março de 1931, I Série, 18/03/1931):

“outros tempos, novos conceitos de justiça , de moralidade, de economia. As educadoras amancebadas não podiam ter os mesmos direitos de quem se acolhia à sombra das leis. Mas não estava feito tudo. Era preciso tomar disposições preventivas e coercitivas que atacassem o mal na sua origem e não o deixasse vir à supuração, sem o risco de exemplar castigo. Para o exercício do Magistério exige-se hoje conduta moral irrepreensível (art. 8.º do Decreto-lei n.º 27.279 de 24-11-936) e a lei não exclui os homens desse dever. Só agora poderemos com razão chamar à escola “sagrada oficina das almas” porque só agora ela cuida da alma dos pequeninos, sem descurar a alma dos mestres (*Escola Portuguesa, ibid.*).

Um controlo inspectivo rigoroso vigiava toda a vida da escola primária e dos seus agentes, a sua vida pessoal e social:

“As crianças, as famílias, os colegas, os Delegados, os Directores escolares são outros tantos fiscais do seu procedimento *intra* e *extra* – escolares. (...) Além disso, há os serviços disciplinares oficiais que, quase sempre, logicamente, investigam até ao âmbito da actividade privada, no que ela venha a reflectir-se na actividade profissional.”⁴⁸⁹

No espaço didáctico todos os livros para uso do professor: “não podem ser admitidos nas escolas livros que não hajam sido aprovados, incluindo glossários ou vocabulários, sobre os livros de leitura e ficam sujeitos às respectivas sanções contidas nas Circulares que regulam o assunto.”⁴⁹⁰

▪ no rigoroso cumprimento dos horários. “nas escolas de mais de um professor, haverá um livro de ponto de modelo uniforme numerado e devidamente

⁴⁸⁹ Preâmbulo do Decreto n.º 6:137 de 9 de Setembro de 1919, *Diário do Governo*, n.º 198, I Série, 29/09/1919.

⁴⁹⁰ Circular n.º 133 do L.º 16- E, n.º 1264 de 23/2/1952.

rubricado pelo Director, no qual os agentes de ensino deverão apor a sua rubrica, à entrada e à saída.”⁴⁹¹

- nos programas e demais ferramentas pedagógicas (sumários, diários e provas de exame).⁴⁹²

Igualmente, são introduzidas alterações ao regulamento disciplinar geral dos funcionários civis, adaptando-o aos professores, através de sucessivos Decretos⁴⁹³ e Circulares, de modo a reprimir toda a indisciplina. São consideradas faltas injustificadas as faltas dadas por motivo de parto das professoras e regentes solteiras e as faltas dos funcionários detidos à ordem da P.I.D.E. (Polícia Internacional de Defesa do Estado). A justificação é que da parte da “corporação (dos professores) o país só deve esperar exemplo da ordem, serenidade, correcção e urbanidade”.⁴⁹⁴ Não é, ainda, oportuno uma reforma radical, mas, reformulam-se normativos antigos e introduzem-se novas alíneas que vão desfigurando as políticas liberais da Primeira República.

Estas reformas anda não corresponderam às exigências da “missão” pedagógica de “salvar” a pátria, pelo que foi necessário recorrer ao encerramento das escolas do Magistério Primário, durante 6 anos,⁴⁹⁵ para conseguir uma purificação total dos vícios antigos. Quando reabriram, completamente expurgadas de todos os vícios republicanos, as normas para o seu funcionamento foram rigorosamente enformadas pelas matrizes da “missão” pedagógica de Oliveira Salazar: aos futuros professores do ensino primário elementar nem sequer era permitido levantar questões nas aulas:

“Embora seja inteiramente certo como muitas vezes se tem reconhecido que toda a pedagogia postula uma metafísica e que todos os sistemas filosóficos tendem a condensar-se em uma doutrina filosófica, não deve nas nossas escolas do Magistério dar-se guarida a qualquer discussão acerca dos fins últimos que intenta o processo de formação dos seres humanos, na fase de crescimento. Não

⁴⁹¹ Art.º 2.º do Decreto n.º 19:478 de 18 de Março de 1931, *Diário do Governo*, n.º 64, I Série, 18/03/1932.

⁴⁹² A regulamentação exaustiva do processo de avaliação, também é um processo de disciplinação do trabalho dos professores e dos alunos.

⁴⁹³ Por exemplo: Decreto n.º 18:934 de 17 de Outubro de 1930, criando o Conselho de Disciplina do Magistério; Decreto n.º 19:794 de 29 de Maio de 1931, *Diário do Governo*, n.º 124, I Série, 29/0/1931, estabelecendo as penalidades específicas para docentes (Ferreira 1933: 247).

⁴⁹⁴ Circular n.º 202, de 19/2/1931.

⁴⁹⁵ Decreto- Lei n.º 27:279 de 24 de Novembro de 1936, *Diário do Governo*, n.º 276, I Série, 24/11/1936 que proíbe as matrículas no 1.º ano do Magistério; Decreto- Lei n.º 32:243 de Setembro de 1942 reabre a Escola do Magistério de Lisboa e Decreto- Lei n.º 32:629 de 16 de Janeiro de 1943, *Diário do Governo*, n.º 12, I Série, 16/01/1943, onde são regulamentados os programas dessas escolas de forma a “integrar os alunos na atmosfera ideológica vigente”.

possuem por um lado os alunos a formação cultural necessária para se embrenharem em tão intrincados problemas; não se encontra por outro lado o nosso País em estado crítico de indecisão acerca dos conceitos de vida e de fins da sociedade ” (Decreto - Lei n.º 32:629 de 16 de Janeiro de 1943, *Diário do Governo*, n.º 12, I Série, 16/01/1943. Instruções para a cadeira de Pedagogia e Didáctica Geral do Curso das Escolas do Magistério Primário).

Os seus mestres eram designados pelo governo e podiam ser exonerados em qualquer instante e tinham de seguir, religiosamente, as instruções dimanadas do poder central, de modo a não ser possível qualquer contaminação ideológica que a censura não permitia. Nos novos programas da Disciplina de Pedagogia das escolas do Magistério Primário podia ler-se: “Condições naturais da educação: os valores da cultura nacional, sua discriminação e conteúdo” (...) Meios de educação: disciplina e instrução. Os factores da disciplina: a imitação, a sugestão, o mandato, a vigilância, prémios e castigos ”⁴⁹⁶

A justificação do regime para estas profundas alterações são elucidativas: “o nosso ideal educativo é humano, mas é também nacional. É nesse sentido nitidamente normativo que deve ser orientada a direcção magistral do programa desta cadeira ” (*Ibid.*). De acordo com estas novas orientações, as normas disciplinadoras, na formação do mestre-escola são rigorosas, privilegiando os comportamentos.

“A frequência do aluno compreende a presença, o comportamento e o aproveitamento e será apreciada no fim de cada semestre pelo conselho escolar. (...). Ponto 2: Duas notas de medíocre ou uma de mau no comportamento importa a exclusão da frequência ” (Gaspar e Freitas, *ibid.*: 30).

A escola na “missão” pedagógica de salvação nacional é definida como “a sagrada oficina das almas”(Salazar, 1935: 302). e a Universidade “a fábrica espiritual portuguesa que há - de educar os homens para governar e ser governados e fazer a própria ciência do governo, para maior glória e progresso da Nação” (*ibid.*).

⁴⁹⁶ Decreto n.º 32:629 de 16 de Janeiro de 1943, *Diário do Governo*, n.º 12, I Série, 16/01/1943.

Nesta lógica de doutrinação obrigatória através da escola, o regime faz constantes apelos ao recenseamento escolar.⁴⁹⁷ O número de escolarizados aumenta, mas o *status quo* social permanece. Fazem-se recenseamentos escolares e procura-se promover a escolaridade obrigatória (Decreto n.º 15:954, *Diário do Governo*, n.º 211, 1.ª Série, 13/9/928 e Circular n.º 414, de 26/6/1929), embora com restrições. Eram dispensados da frequência do ensino primário:

os menores incapazes por doença ou por defeito orgânico ou mental; os que residiam a mais de 3 kms de qualquer escola primária oficial, ou particular gratuita (Alínea a e b do Art.º 4.º- 1 do Decreto n.º 15:954, publicado no *Diário do Governo*, n.º 211, 1.ª Série, 13/9/928).

Sendo Ministro da Instrução Gustavo Cordeiro Ramos, tentou obviar a este impedimento por um processo mais económico:

”São instituídos 300 prémios anuais, com destino a outros tantos professores particulares do ensino primário devidamente inscritos e que exerçam o magistério em povoações rurais em que não funcione qualquer escola oficial, fixa ou móvel, ou situadas a não menos de 3 quilómetros de outra em que funcione qualquer escola. Os prémios serão conferidos em relação a cada ano lectivo, pelo Ministro da Instrução Pública, mediante concurso perante a Direcção Geral do Ensino Primário e Normal” (*ibid.* art.º 2.º e 3.º).

A qualidade das aprendizagens não só não é promovida, como decresce:

“É autorizado o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional a criar postos escolares destinados à propagação dos conhecimentos que constituem o 1.º grau do ensino primário elementar.”(Art.º 1.º do Decreto n.º 20:604 de 9 de Dezembro de 1931, *Diário do Governo*, n.º 283, I Série, 09/12/1931).

⁴⁹⁷ Pode dizer-se que no que diz respeito ao papel da educação, Salazar era *funcionalmente* moderno, dado que à medida da modernidade ela era concebida como um instrumento central para a construção nacional. No que diz respeito à *missão* educacional era *contra-* moderno, porque este desenvolvimento nacional deveria ser escorado, não no industrialismo e na cultura urbana, mas nas virtudes morais do trabalho no sentido rural e no catolicismo conservador (Magalhães, 2004: 248).

Aos professores regentes, exige-se, a princípio, apenas o atestado de boa conduta moral. Só quatro anos mais tarde, se exige o exame do 2.º grau. (Despacho Ministerial de 9-6-1949).

Estes postos escolares vão multiplicar-se, sobretudo junto das populações mais distantes dos centros urbanos, contribuindo assim para acentuar ainda mais a interioridade,⁴⁹⁸ e a conseqüente perda de capacidade de mobilidade social, como se pode ver pelo quadro:

Quadro n.º 12. INE. Número de Escolas e de Postos

<i>Anos</i>	<i>Escolas</i>	<i>Postos</i>
1940- 41	7768	2526
1947- 48	8330	2081
1954- 55	10019	4848

Fonte: (Sampaio, *ibid.*:82).

Mas de outras deficiências enferma esta política de alargamento do recenseamento escolar, como podemos deduzir do relatório final que os professores do ensino primários tinham de enviar à tutela:⁴⁹⁹

- desfasamento entre o recenseamento obrigatório da população escolar e o número insuficiente de escolas.⁵⁰⁰

- abandono escolar. A este aumento significativo de estabelecimentos de ensino deveria corresponder também um luta contra o insucesso escolar. Especificamente, não dispomos de números conclusivos sobre esta matéria (Sampaio, 1976: 82). Contudo os mesmos relatórios igualmente nos alerta para a facilidade com que os alunos

⁴⁹⁸ “O posto escolar será a escola aconchegada da terra pequenina, onde outra maior seria desproporcionada, ao mesmo tempo que, pelo desperdício, inimiga da restante terra portuguesa” (Decreto-lei n.º 27: 279 de 24 de Novembro de 1936, *Diário do Governo*, n.º 276, I Série, 4/11/1936).

⁴⁹⁹ N.º 15.º do Art.º 17.º do Decreto n.º 22:369 de 30 de Março de 1933, *Diário do Governo*, n.º 73, I Série, 30/03/1933.

⁵⁰⁰ Esta carência é reconhecida pelo próprio Ministro da Educação, para justificar a reabertura das escolas do Magistério Primário: “aproveitando todos os professores auxiliares que são em número de 183 e agregados em número de 793, ficam este ano sem professor 380 escolas e depois de recorrer aos regentes agregados, cuja função é ensinar em postos escolares, ainda ficaram 134 encerradas. (...) Mesmo abrindo desde já as escolas de habilitação para o Magistério Primário, daqui a três anos teríamos um *deficit* de 807 professores” (Decreto-lei n.º 30:951 de 10 de Dezembro de 1940, *Diário do Governo*, n.º 286, 1.ª Série, 10/12/1940).

abandonavam ou faltavam à escola, devido à pobreza das famílias que não os podiam dispensar dos trabalhos domésticos ou sazonais, ou de irem servir para as grandes cidades (Orbelino e Gaspar, 1945: 298).

A par destes constrangimentos inerentes à prática do recenseamento escolar há outras mais gravosas que não abonam a favor do aumento dos níveis de escolaridade no País e que foram implementadas sistematicamente pela Ditadura Nacional no ensino primário:

- “simplificação” dos programas:

”conservando-se o regime das quatro classes, pode dizer-se dum modo geral, que nas primeiras se ministra o ensino propriamente elementar - ler escrever e contar correctamente – e, na 4.ª classe, um ensino complementar que forneça os conhecimentos indispensáveis a todos aqueles que não possam completar os seus estudos” (Decreto n.º 16:730 de 13 de Abril de 1929, *Diário do Governo*, n.º 83, I Série, 13/4/1929).

A única excepção é na disciplina da “Moral Católica ”que é reforçada em todas as disciplinas Por exemplo nos novos programas de Educação Física o legislador determina que os jogos educativos no ensino primário, organizar-se-ão sob a orientação do professor “que evitará atitudes viciosas” (*ibid.*).”⁵⁰¹

- redução dos níveis de escolaridade obrigatória e abolição do ensino primário complementar e superior, ”de carácter popular e democrático” (Decreto n.º 11:730 de 15 de Junho de 1926), logo em 1926. O governo alega para este procedimento que

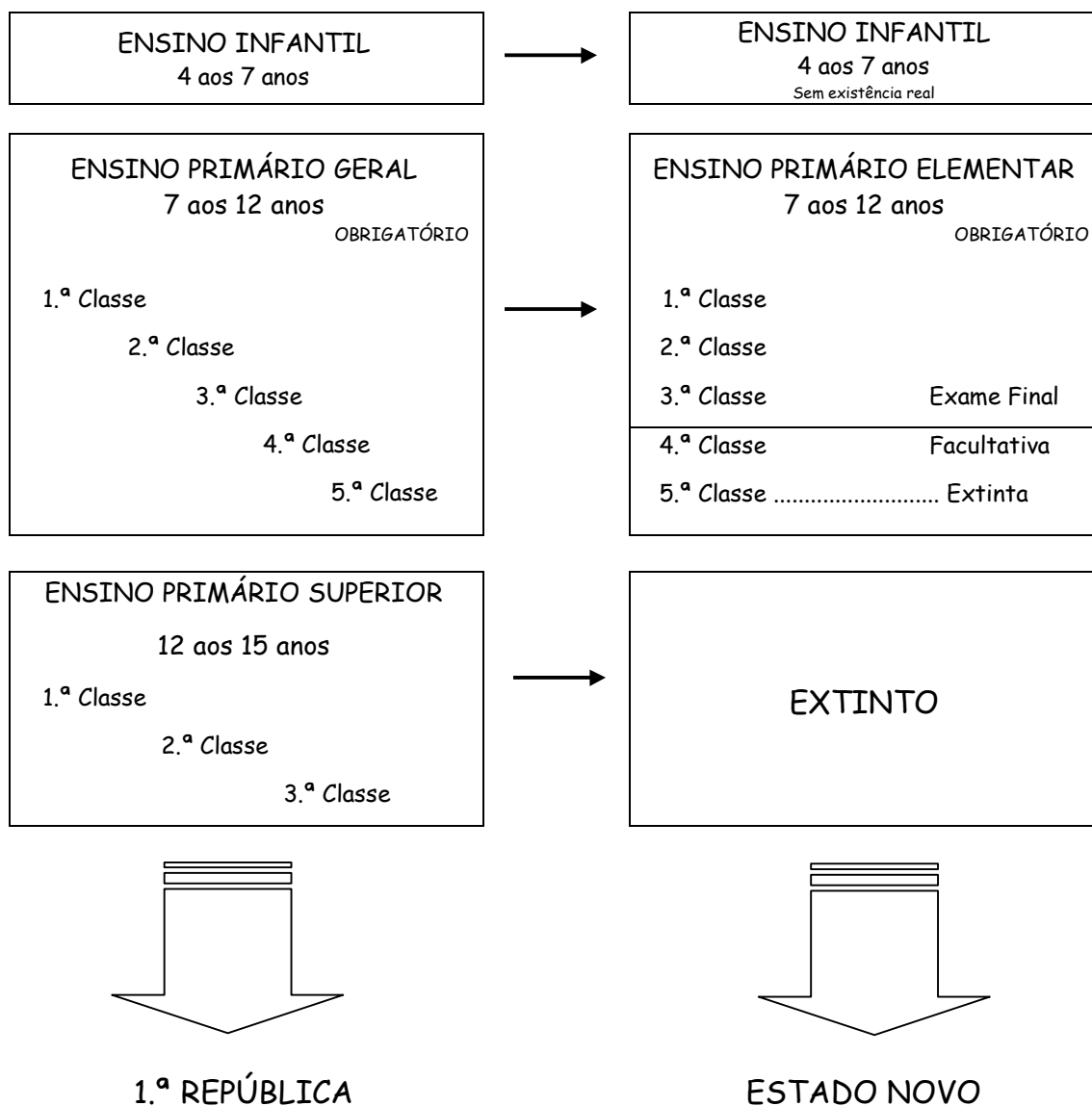
“as Escolas Primárias Superiores surgiram às dezenas sem critério, sem programas de ensino, sem que no seu pessoal fosse feita qualquer exigência, de modo a garantir-se uma elementar selecção (...) E as Escolas Primárias Superiores como se encontram, representam além de um grave prejuízo para a marcha do ensino, um motivo constante de crítica, infelizmente justa, que em nada concorre para a dignificação da República” (*ibid.*)

⁵⁰¹ É interessante verificar que as orientações dos dirigentes da Acção Católica Portuguesa a este respeito são semelhantes: as raparigas não podem participar em competições porque o desporto de competição atenta contra a modéstia cristã. (cf. M. M. *Curso da A.C.P.*, 1942).

O quadro seguinte elucida-nos sobre esta política educativa de redução das aprendizagens nos ensinos infantil e primário:

Quadro n.º 13 (Extraído da legislação).

Comparação entre os sub-sistemas do ensino primário da Primeira República e do Estado Novo



Na Primeira República, a escola, não obstante os bons propósitos dos sucessivos governos, ainda ficou longe de ser um factor de progresso e igualdade social. As percentagens de analfabetismo, quer nas crianças em idade escolar, quer na população em geral ainda são assustadores. No Estado Novo, não obstante todas a

promessas⁵⁰² e até alguns progressos numa alfabetização de menor qualidade, o seu projecto “salvífico” de “salvar” a pátria não tem como objectivo a promoção social através da escola, mas “despertar-lhes a tendência para a virtude”:

“Importa, pois, cultivar e educar todas essas crianças, despertar-lhes a tendência para a virtude, insuflar-lhes a ideia dos destinos superiores do homem, guiá las no caminho do bem e para o aproveitamento de todo o tesouro moral e intelectual, fazê-las, enfim, sentir a consonância da tríade: “Deus, Pátria e Família” (..) Mas lancemos-lhe só a boa semente. Para isso, demos à escola um ideal superior. Esse ideal está definido: é sinceramente cristão, francamente nacionalista, genuinamente portugueses.”⁵⁰³

Mesmo a nível de escolaridade mínima fica, muito aquém das intenções anunciadas,, como está patente nestes números fornecidos pelo próprio regime:

Quadro n. 14 Analfabetismo em Portugal Continental (Pontos 2 e 3 do Decreto- Lei n.º 38968, de 27 de Outubro de 1952).⁵⁰⁴

Crianças dos 7 aos 11 anos		População em geral	
1911	79,4%	1911	70,3%
1930	73,1%	1930	61,8%
1940	46,2%	1940	49%
1950	20,3%	1950	40,4%

A própria Assembleia Nacional confirma este panorama pessimista da alfabetização em Portugal:

“Na ordem do dia na Assembleia Nacional discutiu-se um projecto de lei sobre “Cultura Popular”, tendo um dos oradores chamado a atenção para que as avultadas verbas destinadas a reorganizar a defesa nacional e reconstruir a economia não teriam o rendimento preciso, sem que simultaneamente se

⁵⁰² Isto não obstante as suas promessas: “amanhã há-de ser de todos os portugueses. Nenhum deixará de ter escola. O Estado Novo vem dedicando especial interesse à resolução do problema do analfabetismo e está em marcha um plano que, dentro em breve fará com que o analfabetismo seja uma aberração no nosso País “ (“Discurso proferido pelo Director Geral do Ensino Primário”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 292 de 30 de Maio de 1940, 521- 524).

⁵⁰³ “Discurso proferido pelo Director Geral do Ensino Primário, Dr. Manuel Cristiano de Sousa”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 292 de 30 de Maio de 1940, 521- 524).

⁵⁰⁴ No Recenseamento Geral da População em 1960, a taxa de analfabetismo da população, maior de 7 anos, baixa para 30,3%.

educasse o país, pois parte da população activa entre os 13 e os 40 anos, abrangendo um milhão e seiscentas mil pessoas não sabiam ler nem escrever, além de “não possuírem quaisquer rudimentos de cultura”. (...) Propunha outro deputado que “nas terras onde estiverem instaladas “Casas do Povo” e não haja postos oficiais de Ensino poderiam aquelas abrir cursos com as garantias dadas, na base do projecto” (*Jornal de Notícias* de 20/12/ 1935).

Na análise do regime, a mais funda razão de ser deste excesso de analfabetismo, reside, em causas endógenas: o povo português “pela sua riqueza intuitiva, pelas condições da sua existência e da sua actividade não sentir a necessidade de saber ler” (*ibid.*, Ponto n.º10 do mesmo Decreto- lei).

Baseado nesta ilação romântica, o Estado Novo continua o combate ao analfabetismo, através do voluntariado,⁵⁰⁵ utilizando estratégias que não se desviem, nem da sua visão ruralista da sociedade, nem dos objectivos económicos de contenção doméstica. Dois objectivos estão sempre no seu horizonte: desconstruir o sistema educativo republicano e controlar a escola, como agência de endoutrinação para as massas e promoção política e social para as elites, com a finalidade de perpetuar o *status* social dos grupos económicos dominantes. E tudo isto, devidamente camuflado com razões meramente economicistas: “o “Posto Escolar” que evita o “desperdício” financeiro revela o intuito de, a todo o custo, mesmo em prejuízo da formação dos escolares, diminuir as despesas do Estado” (Sampaio, 1976: 42).

Para esta grande percentagem de analfabetos, condenada a labutar na agricultura, propõe como ideais a ruralidade que no discurso de Salazar significa, a submissão, a obediência, a resignação e a alegria no sacrifício, mas nada faz para dignificar a economia rural.

“ O discurso ideológico ruralista para além de sublinhar as virtudes da pequena propriedade da família camponesa e da vida pacata da aldeia servia implicitamente os interesses das grandes explorações de maiores dimensões uma vez que as pequenas explorações familiares eram uma fonte vital de mão - de - obra com o perfil ideal (dócil e barata) ” (Martins, 1992: 289).

⁵⁰⁵ “E instituído em todos os estabelecimentos oficiais do ensino primário, sem prejuízo do respectivo serviço o “voluntariado para o combate ao analfabetismo” e será promovida a concessão de galardões e prémios aos professores, regentes e outras pessoas idóneas que o exerçam, em função do aproveitamento do aluno, fora da idade escolar” (Base IX da Lei n.º 1:969 de 20 de Maio de 1938, *Diário do Governo*, I Série, 20/05/1938).

Estas “virtudes” eram inculcadas na escola às gerações mais novas.⁵⁰⁶ No texto “O berço” do livro único da primeira Classe, a gratidão dos mais pobres para com os seus benfeitores está bem expressa:

- (...) “foram umas meninas que andam a estudar no Liceu, as meninas da Mocidade Portuguesa, e deram-nos o berço e os vestidos para o nosso menino.
- Mamã são tão boas essas meninas! Eu se as visse dava-lhes um beijo e havia de lhes dizer:
 - Muito obrigado! Bem hajam! A mãezinha até chorou de alegria com o bercinho e o enxoval para o menino” (*O Livro da Primeira Classe*, 1967: 123).

Este estatuto de conformidade social está ligado às gritantes carências económicas das famílias rurais que vivem com proles numerosas e apenas do seu trabalho, propõe-se como remédio a caridade social que obriga os dependentes a serem eternamente reconhecidos aos seus benfeitores.⁵⁰⁷ Reconhecimento este que Salazar quer seja extensivo aos governantes, quando apela- a litánias de exaltação para os que se sacrificam, arduamente, por levar as ovelhas que lhe foram confiadas à terra prometida, ao Portugal pioneiro da civilização cristã.

“Uns após outros, os anos vão passando e sempre nos ombros frágeis de alguns homens a mesma cruz pesada, mas surge, sempre, também, no coração, o mesmo anseio, o mesmo ardor, a mesma fé a iluminar a vida, a embelezar a luta, até que outros rendam os soldados exaustos ou mortos” (Salazar, 1935: 392).

⁵⁰⁶ Aliás, estavam de acordo com a doutrina oficial da Igreja Católica dos seus tempos do Seminário de Viseu: “A questão das relações do rico e do pobre que preocupa tanto os economistas será perfeitamente regulada quando estiver bem estabelecido e seguro que na pobreza não falta dignidade; que o rico deve ser misericordioso e generoso; o pobre contente com a sua sorte e o seu trabalho, pois que nenhum deles nasceu para esses bem duradouros e que um irá para o céu pela sua paciência e o outro pela sua liberdade (Leão XIII, *Carta Encíclica* sobre a origem do poder civil, 29/06/1891, *apud* Desroche, 1984: 22).

⁵⁰⁷ O Catecismo Católico Popular do tempo de Salazar, ensinava assim: “os pobres salvam-se mais facilmente que os ricos (...) Deus envia ao homem a pobreza para salvação da sua alma. (...) Deus tem pelos pobres um *amor particular*. (...) O pobre que leva uma vida honesta nunca será desamparado por Deus e geralmente será feliz mesmo sobre a terra (...). Os pobres não têm direito a exigir por força dos ricos que lhes dê a esmola conveniente; devem antes sofrer com paciência a sua sorte e buscar principalmente o auxílio em Deus Nosso Senhor (usando os meios indicados pela providência)” (Spirago, *ibid.*: 184- 185).

Esta visão paroquial⁵⁰⁸ vai subsistir até aos anos cinquenta, modificando-se depois um pouco por imperativos de desenvolvimento económico.

De que modo os objectivos pedagógicos definidos para o ensino primário foram também aplicados ao ensino liceal e técnico e ao ensino superior?⁵⁰⁹ Esta é uma questão à qual os principais investigadores procuram dar respostas. De um modo geral os autores são unânimes em reconhecer que as principais matrizes ideológicas que enformaram o ensino primário foram também aplicadas ao ensino liceal e técnico,⁵¹⁰ com algumas especificidades. No capítulo da pedagogia do ensino, enquanto na Primeira República se afirmava que o curso geral dos liceus

“é destinado a dar aos alunos um conjunto de conhecimentos geralmente úteis como saber e proveitosos como meio para o desenvolvimento regular e harmónico das suas faculdade; o curso complementar é destinado a aperfeiçoar a educação do aluno e a prepará-lo simultaneamente por meio dela, a ingressar nos cursos de instrução superior (Decreto n.º 3:991 de 17 de Abril de 1917, *Diário do Governo*, I Série- n.º 60, 17/04/1917).

o Estado Novo constrói um modelo nacionalista de escola e de educação com finalidades bem definidas, dentro do quadro da sua “missão” pedagógica:

“O ensino liceal integra-se na *missão educativa da família e do Estado para o desenvolvimento harmónico da personalidade moral, intelectual e física dos portugueses e tem por finalidade específica dotá-los de uma cultura geral útil* (...) o professor executará os programas não com o simples objectivo de ministrar conhecimentos, mas *com a elasticidade imposta pela orientação de uma escola activa e imprimirá ao ensino o sentido colonial e corporativista* sob pena de responsabilidade disciplinar (Pontos A e F da Circular n. 309 da Direcção Geral do Ensino Liceal de 22 de Setembro de 1937, *Diário do Governo*, I Série, 25/09/1937).

⁵⁰⁸ Esta visão paroquial sobre o “eterno” problema do analfabetismo na sociedade portuguesa, está expressa na entrevista de Salazar a António Ferro: “se não formos práticos e razoáveis, se continuarmos com a mania das grandezas, não será com golpes orçamentais que o problema se há-de resolver” (Ferro, 1933: 135). A “mania das grandezas” fazia parte do vocabulário eclesiástico que contrapunha o desprendimento deste mundo e a virtude da humildade às grandezas terrenas.

⁵⁰⁹ A nossa análise não incidirá sobre o ensino particular, para não alongarmos demasiado este capítulo.

⁵¹⁰ Por exemplo: nas escolas oficiais e particulares, onde se ministrava o ensino liceal e técnico a exigência quanto à separação de sexos foi a mesma que no ensino primário. Se não foi imediata e rigorosamente aplicada, deveu-se apenas a dificuldades económicas (Carvalho, *ibid.*: 781).

Estas diferenças enquadram-se na mesma linha redutora do ensino primário, da prioridade da educação sobre a instrução. Subalternizados os saberes, em detrimento da imposição autoritária da educação moral e nacional, o professor tanto do ensino primário, como do secundário, abdica também da liberdade de ministrar o ensino de acordo com os programas por si interpretados⁵¹¹ e fica obrigado a inculcar o “essencial” normalizado. A tutela, tal como no ensino primário, utiliza duas estratégias principais para retirar à função docente a capacidade de ajudar o aluno a analisar e a construir os próprios saberes:

- programas mais reduzidos e nacionalizados, sem possibilidade de confronto crítico;⁵¹²
- livros únicos, rigorosamente seleccionados, sem a intervenção dos professores.⁵¹³

Redução dos programas

O processo da redução dos programas foi longo e demorado.⁵¹⁴ Inicia-se na Ditadura Militar com os Ministros da Instrução já apostados em desconstruir as matrizes pedagógico/didácticas da Primeira República, uma das quais era a universalidade dos saberes. Contestado, sobretudo pelas representações dos professores do ensino primário e liceal, a maioria dos professores revelou-se dócil e pacífica face a estas reformas, como revela a correspondência trocada a este propósito entre Álvaro V. Lemos e Adolfo Lima em 22 de Maio de 1927:

⁵¹¹ O entender do Ministério da Instrução da Primeira República era diferente: “A facilidade com que toda a organização ou redacção dos programas se presta sempre a interpretação ou excepção defeituosa tem o seu correctivo principal, primeiro no saber e consciência do professor (Art.º 125 do capítulo X, do Decreto n.º 3:91 de 17 de Abril de 1917, *Diário do Governo*, n.º 60, I Série, 17/04/1917).

⁵¹² Ao contrário das normas pedagógicas da Primeira República: “A forma de ensino em que só o professor tem a palavra, dirige-se antes de tudo à actividade mental receptiva do aluno e não só se destina, de preferência, à transmissão de séries de representações, de ideias, noções e juízos, mas também a servir de norma de exposição oral, com especialidade nas classes superiores, pelo que o professor a realizará em linguagem tão cuidada quanto possível, mas sempre ao alcance de todos os que o escutam” (Ponto .º do art.º 125 do cap.º X do Decreto n.º 3:091 de 17 de Abril de 1917, *Diário do Governo*, n.º 60, I Série, 17/04/1917).

⁵¹³ Na Primeira República “os livros de ensino secundário são escolhidos em cada liceu pelo Conselho Escolar, de entre os que forem aprovados pelo Governo, mediante voto da respectiva secção do Conselho de Instrução Pública” (art.º 324.º do cap.º XXX do Decreto n.º 3:091 de 17 de Abril de 1917, *Diário do Governo*, n.º 60, I Série, 17/04/1917).

⁵¹⁴ Já em 1926 referia o *Estatuto da Instrução Secundária*. ” atalhe-se a indigestão intelectual.; ensine-se menos, para saber mais. (...) Encurta-se-lhe rasgadamente um ano. O curso inteiro dos liceus, até aqui de sete anos, passa a ser de seis. Operou-se a simplificação, a ordenação e a modificação de matérias e seus programas” Decreto n.º 12:156 de 20 de Agosto de 1926, *Diário do Governo*, n.º 183, I Série, 20/08/1926).

“os professores estão muito satisfeitos e contentes pelo facto de se encontrarem *subordinados* a dois medíocres lugartenentes erigidos em directores dos ensinos primário e secundário. Será que um educador, digno deste nome, pode suportar um tal crachá lançado à sua profissão? E, contudo, ninguém reage, ninguém protesta” (Nóvoa, *ibid.*: 611).

À medida, porém que as tendências nacionalistas e centralizadoras da direita conservadora exercem maior influência no governo da Ditadura Militar, estas vozes discordantes são silenciadas. No ano 1928, a Federação das Associações dos Professores dos Liceus Portugueses ainda consegue ter voz, formulando algumas reivindicações, mais de carácter corporativo, no Congresso Pedagógico do Ensino Liceal Oficial, antes da nomeação do Prof. Dr. Gustavo Cordeiro Ramos para ministro da Instrução Pública (10/11/1928). Algumas dessas reivindicações diziam respeito a:

- duração e carácter do ensino secundário.

“Os liceus porque devem fornecer o ensino médio às futuras elites médias intelectuais, têm de ser escolas de rigorosa selecção Em cada liceu deve haver um curso geral de seis anos, uma vez que o ensino médio se destina a dar uma cultura geral e esta carece de ser rampliada e um curso complementar de dois anos, bifurcado em letras e ciências visto que se destina, também, a preparar para o ensino superior” (Meireles-Coelho, 2000: 233);

- assistência aos filhos dos professores dos liceus;
- estímulo a dar aos professores que se dedicam ao ensino secundário;
- moralização dos serviços professorais e necessidade de melhorar e actualizar o ensino:

“imediate revogação de todos os decretos e diplomas que autorizam a permanência e estabilização nos liceus das grandes cidades a todos os professores que pertencem aos quadros dos liceus da província, ou para eles hajam sido nomeados” (*ibid.*: 235).

- urgência de ter na devida conta as necessidades do ensino médio feminino (Meireles- Coelho, 2000: 233- 236).

Verifica-se que os congressistas se manifestam contra a redução de um ano do ensino liceal e não se manifestam sobre a redução dos programas. As dificuldades no acesso ao ensino liceal não são contemplados nas conclusões, pois reafirma-se o carácter elitista do ensino liceal. Numa sociedade em que tão poucos tinham acesso à cultura escolar, a classe dos professores liceais constituía uma elite privilegiada, ciosa do seu título académico, sobretudo nos centros urbanos e adopta uma atitude defensiva, perante o número de candidatos ao curso superior⁵¹⁵.

Com Duarte Pacheco (18/04/1928 a 09/11/1928) a Ministro da Instrução é nomeada uma comissão onde estão representadas todas as forças políticas para preparar uma reforma do ensino secundário que corresponda ao interesse nacional e se inspire no ideal colectivo “cuja definição é de especial complexidade, sobretudo nesta hora de indecisão histórica, num país que tem de transferir às novas gerações, gloriosas tradições de oito séculos” (Carvalho, *ibid.*: 41).

Livros únicos.⁵¹⁶

Este novo passo para implementar a “nova ordem” no ensino secundário só é imposta pelo Ministro Gustavo Cordeiro Ramos, nomeado pela segunda vez Ministro da Instrução (21/01/1930 a 05/07/1932). Baseado na afirmação de que “na falta de um juízo infalível, o Estado sem se arrogar a posse de uma verdade absoluta pode e deve difundir a *verdade nacional* isto é a *verdade que convém à Nação* (Carvalho, *ibid.*: 53), começa por defender, perante Salazar, a edição dum livro de História editado pelo Estado. Argumenta que “a História é uma disciplina de alto valor formativo que, entendendo, tem de ser olhada com cuidado especial, pois, sendo bem orientado o seu ensino, muito pode contribuir para a educação da juventude nos grandes princípios da

⁵¹⁵ “a preparação para o magistério secundário é longa e cheio de duras provas, através das quais só poderão passar espíritos de eleição. O professorado liceal (...) constitui hoje uma classe bem seleccionada em relação as outras” *Labor*, Outubro de 1930: 403 (*apud* Carvalho, *ibid.*: 154).

⁵¹⁶ O Regulamento “para a apreciação e adopção dos livros e compêndios para o ensino primário elementar” foi elaborado e promulgado, através do Decreto n.º 18:379 de 28 de Maio de 1930, pelo Ministro da Instrução, Gustavo Cordeiro Ramos

ditadura”⁵¹⁷ A proposta foi aprovada mas depois de várias vicissitudes, relacionadas com o protestos dos concorrentes, apenas no termo de 1935 o Ministério da Instrução, Eusébio Tamagnini (23/10 /194 a 17/01/1936) “conseguiu finalmente ter os primeiros livros aprovados”(Carvalho, *ibid.*: 65).

O desenvolvimento da instrução durante a Primeira República era apresentado, a par com o sufrágio universal, como um factor de progresso e de transformação social (Carvalho, *ibid.*: 18). Se o ensino primário elementar era dirigido à população analfabeta em geral, o ensino liceal e superior era mais direccionado para as elites, merecendo por isso especial cuidados e atenções. Esta é uma especificidade do ensino secundário e superior, em relação ao ensino primário obrigatório, em que Primeira República, Ditadura Militar e Estado Novo convergem.

“Considerando que a instrução secundária é um dos ramos da instrução pública que mais cuidados e atenções carece, já pela sua duração e natural perplexidade, já pela idade da maior parte dos indivíduos a quem é ministrada, já pelo muito que pode contribuir para se levantar ou baixar nível dos estdos superiores, já porque se destina à formação de um escol que deve ter, directa ou indirectamente uma influência preponderante na marcha dos negócios públicos” (Decreto n.º 4: 650 de 14 de Julho de 1918, *Diário do Governo*, n.º 157, I Série, 14/07/1918).

Nos dezasseis anos que durou a Primeira República, neste grau de ensino registaram-se alguns avanços significativos, como se pode verificar pela leitura do quadro:

Quadro n.º 15. Dimensão do ensino liceal na Primeira República

Fonte: Meireles- Coelho, *ibid.*: 214.

Anos	Liceus	Professores	Alunos
1910	32	500	8700
1926	33	840	12 604

Este aumento, respectivamente 46% do número de alunos e 64% do número de professores, em relação aos finais da monarquia constitucional, se não correspondia às

⁵¹⁷ Circular de 2 de Maio de 1932 da Repartição de Ensino Secundário, *Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública*, Lisboa, Imprensa Nacional, ano III, 1933, fasc. 2. 1933: 65.

ambições da Primeira República, também não agradava a Salazar. Confrontado com esta situação, quando toma conta da Pasta das Finanças e a pretexto de controlar despesas, pela mão de Duarte Pacheco, Ministro da Instrução e seu especial admirador, procura controlar este nível de ensino, peça essencial do seu projecto educativo para a formação de quadros dirigentes.

O primeiro passo é inverter a tendência para o aumento da população liceal, conforme foi comprovado no Relatório da *Comissão de Reforma Orçamental*, criada especificamente para este fim.⁵¹⁸

A pretexto de fornecer às gerações mais novas uma educação “cada vez melhor e mais completa” e no intuito de reduzir despesas, esta Comissão emitiu o seguinte parecer com as medidas que, a seu ver, ajudaria a limitar este crescimento:

- nas zonas de menor frequência os liceus fossem convertidos em nacionais, isto é, sem cursos complementares;
- se desenvolvesse o ensino privado;
- se reduzisse o ensino oficial.

Como complemento, definiam-se as zonas pedagógicas e o número de vagas em cada liceu, em função das quais se limitaria a frequência, realizando-se uma selecção à entrada e só permitindo que se matriculassem os alunos que transitassem de ano (*ibid.*).

Com estas medidas atingia-se, segundo a referida Comissão, o objectivo principal, ou seja a contenção de despesas com o ensino liceal, na medida em que se recusavam os alunos com pouco aproveitamento e dispensavam-se os professores provisórios (Carvalho, *ibid.*: 18).

Como o governo continua preocupado com a redução das despesas com a educação, passados apenas cerca de três meses, uma segunda Comissão⁵¹⁹ faz novo diagnóstico da situação e elabora um novo relatório, com novas conclusões: “a maior parte do país quase desconhece a excelência do ensino secundário, ou melhor, não o utiliza. Ora, como as cidades com universidade absorvem mais de metade dos alunos, e as classes dirigentes são seleccionadas “duma massa de população insignificante”. Mas mais do que isso: “esse magro alfofre donde extraímos os chefes de todas as actividades nacionais, de um ponto de vista da eugenia, não são da melhor qualidade, pois as

⁵¹⁸ Criada pela Portaria de 21 de Maio de 1928, *Diário do Governo*, n.º 115, II Série, 23/05/ 1928.

⁵¹⁹ Criada pela Portaria de 13 de Agosto de 1928 e publicada no *Diário do Governo*, n.º187, II Série.

populações citadinas, ao contrário das rurais, são constituídas “por elementos ambiciosos” que procuram meios rápidos de alcançar fortuna, o que imprime ao escol dirigente uma caracterização típica que não se pode considerar socialmente desejável. Deste modo, as elites vão declinando no “valor do seu timbre moral”.

Como conclusão, propõe, então, na lógica da criação dos postos de ensino, a criação de pequenos liceus ou escolas secundárias municipais para as populações rurais (*ibid.*: 19-20). Pela leitura das conclusões destes relatórios, podemos observar que os interesses educativos do país para os seus governantes se resumem à contenção das despesas com o ensino e em restringir cada vez mais as elites sociais,⁵²⁰ a pretexto da sua melhor preparação académica.

Ao mesmo tempo que se utilizavam critérios cada vez mais restritivos para seleccionar as elites, também não se descuravam, à semelhança do ensino primário, as reformas necessárias para desconstruir as matrizes formativas da Primeira República e infundir nos espíritos das novas gerações os ideários nacionalistas tradicionais. Em 1929, são aprovados os programas dos cursos complementares dos liceus. Os objectivos enunciados são:

- promover a uniformidade e evitar divergências de liceu para liceu;
- levar o país a uma educação nacional que se coadune com o clima de exaltação patriótica e nacionalista da Ditadura Nacional.⁵²¹

Em 1930, procede-se à “reorganização do Ensino Secundário.”⁵²² O legislador propõe-se colmatar um grave lacuna: o liceu não trata da instrução moral dos seus alunos e faz silêncio, no que respeita à sua educação cívica. A educação moral e cívica que o liceu deve ministrar, por todos os meios e a propósito de tudo, passa a ser orientada por uma sólida instrução, dada nos primeiros anos do curso e não, apenas, nos últimos, como presentemente sucede.⁵²³

Em 1932, procede-se a nova reorganização do Ensino Secundário, através da publicação dos respectivos Estatutos. Eis como passa a ser caracterizado:

⁵²⁰ “ A valorização do diploma –do capital escolar - como marca de distinção e de poder e a procura de que era alvo, justificará a política de restrição e de controlo do ensino que foi seguida pelo Estado, como uma das estratégias para reorganizar a sociedade portuguesa em moldes tradicionais” (Carvalho *ibid.*: 33).

⁵²¹ Decreto 16.362 de 14 de Janeiro de 1929, *Diário do Governo*, n.º 11, I Série, 14/01/1929.

⁵²² Decreto 18.779 de 27 de Setembro de 1930, *Diário do Governo* n.º 197, I Série, 27/09/1930.

⁵²³ *Ibidem*.

“O ensino secundário pelo seu carácter essencialmente formador da personalidade e pelo lugar que ocupa, na organização geral da nossa instrução pública (colocado como está no caminho que vai dar ao ensino superior e, conseqüentemente, às profissões de mais alta categoria social) é bem no nosso País, como, aliás, em todos sucede, a pedra de toque do nosso estado de civilização.”⁵²⁴

Passa, depois, a historiar todos os passos dados, “a favor do ensino secundário” pelo governo da Ditadura Nacional:

- reduziu-se o número de disciplinas de cada classe;
- orientou-se pela instrução moral e cívica dada logo nas primeiras classes a educação que o liceu deve ministrar por todos os meios e a propósito de tudo;
- estabeleceram-se novas bases para o concurso de livros a adoptar nos liceus;
- defenderam-se alunos e suas famílias de concorrentes menos escrupulosos.
- Tornou-se obrigatório o uso de caderno diário⁵²⁵ e fixou-se a forma de escriturar o livro de ponto. Através dele, os directores de classe podem promover a boa disciplina e a ordem na sua classe;
- Estabeleceu-se novo sistema de classificação dos serviços docentes;
- Os reitores deixaram de ser simples mandatários das corporações docentes e passaram a ser chefes dos liceus;

E prossegue o relatório:

“A normalidade só será restabelecida, quando as famílias compreenderem que os cursos dos liceus, de sua natureza difíceis, têm de ser reservados aos mais fortes e mais aptos e, à medida que a selecção dos alunos se vai fazendo, como convém que seja feita, para restituir ao ensino secundário e, conseqüentemente, ao ensino superior, aquele grau de elevação que ambos, cada um na sua esfera, deve manter” (*ibid.*).

⁵²⁴ Relatório do Decreto 20.741 de 11 de Agosto de 1931, *Diário do Governo*, I Série, 12/08/1931.

⁵²⁵ Acompanhou a caderneta escolar a partir da década de 1910. “Devia ser um espelho da aplicação continuada ds alunos. As autoridades procuraram que ele também cumprisse funções de controlo da comunidade escolar e de comunicação com as famílias” (Nóvoa, 2005: 73).

Este discurso vai justificar as dificuldades acrescidas para o aluno que, terminada a quarta classe pretenda ingressar no liceu. A partir daí, os reitores dos liceus escolhidos pelo Ministro vão aplicar cada vez mais as políticas restritivas do regime relativamente ao ensino secundário, com se deduz do discurso de abertura do ano lectivo 1934/35, pronunciado pelo reitor do liceu Alexandre Herculano, no Porto:

“os dois factos mais salientes do último ano lectivo escolar foram a instituição prática do exame de admissão ao liceu e o exame de admissão às universidades. Tinha aumentado de tal modo, nos últimos anos, a frequência do ensino secundário que chegou a ser ultrapassada em muitos estabelecimentos de ensino a sua lotação escolar. Deste aumento da população liceal resultou, como não podia deixar de ser, um abaixamento sensível do rendimento do ensino” (Discurso de abertura do ano lectivo 1935/1936 do reitor do Liceu Alexandre Herculano - Porto).

Passa depois a explicitar as causas do abaixamento do rendimento escolar que a seus olhos não condiz com a função socialmente atribuída a um estabelecimento de ensino secundário:

“Além de outras causas deste abaixamento de rendimento escolar, temos de reconhecer que a primeira estava no facto de chegarem ao liceu estudantes com preparação nitidamente deficiente para receberem a matéria dos programas do ensino secundário, além de outros cuja capacidade mental lhes não permitia poderem assimilar os conhecimentos indispensáveis” (*ibid.*).

Quanto às taxas de sucesso ou insucesso no ensino liceal, também não existem números fiáveis. Segundo o testemunho do autor da “História do Ensino em Portugal” o rendimento escolar conhecido publicamente “era notoriamente baixo, mas na realidade esse rendimento era muito mais baixo do que se tornava público” (Carvalho, *ibid.*: 773).

O carácter cada vez mais elitista deste nível de ensino vai relegar para o ensino particular, especialmente para os seminários, as famílias dos alunos que, sem condições económicas mantenham a ambição de promoverem socialmente os seus filhos, nem que seja através das funções eclesiásticas.

O estatuto do ensino liceal na “missão” pedagógica de Salazar ficava desenhado: selecção dos melhores alunos que iriam constituir a elite educativa da nação. À parte esta especificidade em relação ao ensino primário, a formação moral e nacionalista vai ser reforçada, a partir de 1936 com o ministro da Educação Carneiro Pacheco. A aferir mesmo pelo discurso da tomada de posse do Novo Director Geral do Ensino Liceal, em Abril de 1940, estas exigências são tais que se assemelham às da escola clerical:⁵²⁶

“(..) *contribuir* para o aperfeiçoamento da alma, do espírito e do corpo humanos, na idade bendita da adolescência, em que o barro divino se encontra ainda – e pela última vez plástico e moldável, mas já não tão mole que perca todo o vinco; *colaborar* na formação integral dos futuros *oficiais* da vida civil, os que hão-de orientar a sociedade vindoura; *cooperar* na revolução *interna* para consolidar os bons efeitos da nacional *externa* - sem isso ineficaz; *convencer* por todos os modos a juventude de que para o bem geral cada um tem de procurar servir e não servir- se; *ajudar* a estabelecer ideais e rígidos hábitos de ordem, tão necessários e transcendentes que nas sensações dão a *beleza*, nos pensamentos a *verdade* nos sentimentos a *moral*, na acção a *disciplina* e em tudo levam a *Deus*- a ordem suprema!” (“Discurso proferido pelo novo Director Geral do Ensino Liceal sr. dr. Riley da Mota, no acto de posse”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 285 de 11 de Abril de 1940, 411).

O ensino industrial proposto e aprovado em 1852 para “ter um efeito directo e poderoso no desenvolvimento da riqueza pública” (Relatório Preliminar do Decreto de 30 de Dezembro de 1852, *Diário do Governo*, n.º 1, I Série, 01/01/1853) vai sofrer algumas alterações ao projecto inicial por parte da Primeira República:

- são criados os cursos comerciais nas escolas industriais (Decreto 615 de 30 de Junho de 1914, *Diário do Governo*, n.º 107, I Série, 30/06/1914);
- é regulamentado o ensino elementar comercial e industrial (Decreto 2.609 de 4 de Setembro de 1916, *Diário do Governo*, n.º 179, I Série, 04/09/1916).

⁵²⁶ Estas directrizes morais aperfeiçoamento da alma, espírito e corpo; criar hábitos de servir e não servir-se, de ordem, de disciplina que em tudo levam a Deus, exigidas ao aluno liceal, cabiam perfeitamente nos exigentes parâmetros do seminário: “a avaliação moral do sujeito educando é uma das componentes da dimensão ética do modelo. O sujeito educacional do seminário era avaliado, mensalmente, no seu comportamento, constituído por quatro parâmetros: piedade, disciplina, civilidade e aplicação” (Português, *ibid.* 269).

▪ É organizado o ensino comercial e industrial (Decreto 5.029 de 1 de Dezembro de 1918, *Diário do Governo*, n.º 263, I Série, 01/12/1918).

O relatório que acompanha este normativo, assinado pelo Secretário de Estado do Comércio tece largas considerações às finalidades deste ensino:

“A capacidade de produção, a agricultura e a indústria e a capacidade de difusão, o comércio, somente se criam pelo ensino. Do ensino nasce a profissão; (...) a escola cria a profissão; (...) a imitação do estrangeiro do figurino da importação constituiu sempre a nota dominante dos nossos legisladores.(...) É indispensável recuperar o tempo que se perdeu. Todos os países, mesmo durante o estado de guerra melhoraram o seu ensino técnico criando escolas e oficinas, umas especialmente destinadas às indústrias derivadas da guerra, outras como preparação para as horas de paz (...) O país carece essencialmente de técnicos e não de diplomados. A nossa instrução tem sido até hoje essencialmente para produzir diplomados. Um ensino útil e prático é proveitoso para o comércio e para a indústria que não procuram nunca os diplomados, mas tão somente os competentes e constitui uma fonte de riqueza para o Estado; um ensino destinado a fabricar diplomados só é prejudicial (Relatório anexo ao Decreto 5:029 de 1/12/1918, *Diário do Governo*, n.º 263, I Série, 01/12/1918).

No Estado Novo, contrariamente ao ensino primário e ao ensino liceal, o ensino técnico/profissional pode considerar-se o enteado do regime Pródigo em intervenções laudatórias para com o ensino primário e liceal, nunca escondeu a frieza com que o tratava, relegando-o para segundo plano. Concentrado na tradição e conservadorismo, não estava empenhado na inovação tecnológica, em dar oportunidades de promoção social e profissional.

Ao ensino primário elementar, tinha sido conferido o mandato de doutrinar as futuras gerações e ao ensino liceal preparar as elites do regime, pela ministração de uma cultura humanística, que enformasse os caracteres. Quanto ao ensino profissional apenas em 13/04/1929 é transferida para o Ministério da Instrução a respectiva coordenação e direcção (Decreto 16:729 de 13 de Abril de 1929, *Diário do Governo*, n.º 83, I Série, 13/04/1929).

Em 1930 é reorganizado o ensino técnico e industrial. Logo no início do Decreto de 4 de Junho de 1930, *Diário do Governo*, I Série, 04/06/1930, se reconhece que

“(…) vão passados 11 anos sobre a última organização do ensino comercial e industrial” (...). Impunha-se ao governo a obrigação de tomar providências necessárias para tornar mais eficiente este ensino, considerando o que ele representa para a educação nacional e como um dos elementos do seu programa de fomento económico (...).O ensino, tanto no ramo industrial, como no ramo comercial, fica orientado no sentido duma mais acentuada profissionalização, definindo-se nitidamente os ofícios para que habilita cada escola e a sua composição de disciplinas e oficinas (...) Condicionaram-se os cursos à actividade industrial e comercial das localidades, à sua importância e tradição: assim em escolas dos pequenos meios, os cursos foram reduzidos em relação aos grandes, onde a indústria e o comércio requerem uma habilitação mais competente dos operários e empregados. A par do ensino profissional (...) cuida-se da educação geral do espírito.”

Como se verifica a organização não aponta para dinâmicas novas neste tipo de ensino, mas para uma redução e adaptação ao *status quo* existente. Nos pequenos meios estes cursos podem ser reduzidos; os alunos podem entrar com a habilitação mínima do ensino primário: saber ler, escrever e contar, embora a habilitação de entrada seja a quarta classe. Os professores serão mestres tendo como habilitação apenas o curso técnico. Esta desvalorização científica e pedagógica do ensino técnico enquadra-se na lógica das políticas educativas do regime: o ensino técnico foi concebido mais para aliviar os liceus dos seus “excedentes” e preparar mão de obra com o mínimo de preparação técnica, do que para dar resposta às exigências tecnológicas dos tempos modernos. Deste mandato, nos dá conta um jornal diário, passados sete anos:

“A sessão de trabalhos da Assembleia Nacional foi bastante animada em torno de um Projecto de lei sobre o ensino técnico. Relativamente a este ponto, chamou-se a atenção para o facto de em Portugal haver 45 escolas técnicas, enquanto em Itália o seu número se elevava a 560, na Bulgária a 263, na Noruega a 288, na Letónia a 73 e na Estónia a 68.

Não menos significativo era o facto de Portugal com uma população de sete milhões de habitantes ter 46 escolas, enquanto a Estónia tinha 68 para um milhão de habitantes. Isto para não falar das deficientes instalações escolares, assim como da falta de cantinas e de bolsas de estudo. No debate sobre esse problema apontou-se a necessidade de se “olhar a sério para o ensino técnico”,

face aos desafios que se colocava ante a realização de obras de fomento industrial e de hidráulica” (*Jornal de Notícias* de 16 de Janeiro de 1936).

Os lugares do topo da hierarquia laboral e social pertenciam aos engenheiros iniciados nos liceus e diplomados nas universidades. Para os estudantes do ensino técnico estavam reservados os lugares mais baixos do mundo do trabalho, sem pretensões de ascensão social, como convinha ao regime.

Dentro da sua lógica de levar a doutrinação do Estado Novo e a instrução considerada apenas suficiente para a maioria da sociedade portuguesa, reservando o ensino liceal para a formação de elites e o ensino superior para a formação de governantes, o Estado Novo vai gerindo a instrução, conforme as suas conveniências doutrinárias e a conjuntura económica e social, nunca se desviando da prioridade concedida à formação moral.

O ensino universitário em Portugal até à Primeira República era um exclusivo da Universidade de Coimbra fundada no século XIII por D. Dinis, assumindo através de sete séculos um papel de estrutura tradicional de apoio ao poder régio e à hegemonia cultural eclesiástica (Magalhães, *ibid.*: 233). Por representar um bastião do antigo regime,⁵²⁷ nunca assumindo claramente os valores culturais da modernidade foi mal tolerada pelos governos liberais e foi objecto de profundas intervenções legislativas desde a implantação da Primeira República em 5 de Outubro de 1910. O Governo provisório não perdeu tempo: nesse mesmo ano 29/12/1910 extingue as Faculdades de Teologia e Direito Canónico da Universidade de Coimbra. O ano seguinte foi decisivo na implementação das profundas reformas do ensino superior:

- reforma o ensino médico (02/02/1911);
- criação das Universidades de Lisboa e Porto; reunindo em cada uma as escolas superiores já existentes e criação na Universidade de Coimbra a Faculdade de Letras, em vez da extinta Faculdade de Teologia (02/03/1911);
- reforma das Faculdades de Medicina e Farmácia (24/03/1911);

⁵²⁷ “Fixada em Coimbra e habilitada pela reforma joanina para propulsora da mais alta cultura e ideal patriótico, na unidade política e religiosa da Nação, de novo a Universidade recebe e agora no fastígio do Império, a missão de formar pelo estudo – que por isso mesmo já é serviço – os que hão-de servir a vocação civilizadora de Portugal.” “Discurso proferido por . Ex.cia o Ministro da Educação, em 8 do corrente mês, na”Sala dos Capelos” da Universidade de Coimbra”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 295 de 20 de Junho de 1940, 569- 570).

- organização do plano de estudos das Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e Coimbra (9/5/1911);

- criação das Escolas Normais Superiores junto de Faculdades de Letras e Ciências das Universidades de Lisboa e Coimbra (21/05/1911);

As bases da nova Constituição universitária foram, assim, definidas pela Primeira República

Art.º 1.º As universidades são estabelecimentos públicos de carácter nacional, colocados sob a dependência e inspecção do Ministério do Interior e dotados pelo Estado com o concurso dos municípios das regiões interessadas para o tríplice fim:

- fazer progredir a ciência pelo trabalho dos seus mestres e iniciar um escol de estudantes-os métodos de descoberta e invenção científica;

- ministrar o ensino geral das ciências e das suas aplicações, dando a preparação indispensável às carreiras que exigem uma habilitação científica e técnica;

- promover o estudo metódico dos problemas nacionais e difundir a alta cultura na massa da Nação, pelos métodos de extensão universitária

(Decreto de 19 de Abril de 1911, publicado no *Diário do Governo* n.º 93; I Série, 19/04/1911).

Ressalta, desde logo, o controlo absoluto e inequívoco do ensino universitário pelo Estado, a extirpação de outros objectivos que não sejam os científicos e o carácter elitista deste grau de ensino.⁵²⁸ Conforme afirma Grácio, na Primeira República, a promoção do ensino superior, para além de procurar combater o peso da Universidade de Coimbra e o seu papel na formação dos políticos e da intelectualidade nacionais, correspondia à meritocracia de base escolar que fazia parte da ideologia e *ethos* republicano (Carvalho, *ibid.*: 31). Este “*ethos*” republicano está bem expresso nos artigos seguintes:

Art.º 13.º “Só as universidades são competentes para governar o seu próprio ensino. O professor desenvolve livremente o ensino que lhe foi confiado e responde perante a Faculdade respectiva. As Faculdades organizam livremente o programa geral

⁵²⁸ Em 1926, numa Tese apresentada ao Congresso da Esquerda democrática, Leonardo Coimbra, contraria esta tendência elitista: “O alto ensino está centrado nas cidades e se ainda é possível um pobre da cidade frequentar a Universidade, é isso mais difícil a um provinciano (...) Não queiram que as cidades esgotem a raça e a nação, desprezando a vida nacional das aldeias, vilas e dos campos” (Meireles-Coelho, 2000: 226).

dos estudos dentro do seu quadro e são responsáveis perante a Universidade. A Universidade delibera sobre a organização do quadro de estudos e é responsável perante o Governo”

Art.º 14.º “As Universidades do Estado são laicas; não seguem qualquer confissão religiosa e são estranhas à confissão dos seus mestres e alunos. No ensino universitário a religião só pode se considerada como objecto de investigação científica e filosófica”

Na lógica da desconstrução das matrizes da Primeira República, o governo da Ditadura Militar, logo, em 1926, aprova o Estatuto da Instrução Universitária. A preocupação deste diploma legal, tal como acontecera no ensino secundário, é dificultar o acesso a este grau de ensino. Segundo este Estatuto, o acesso às categorias docentes passa a ser efectuada por concurso e o ingresso dos estudantes à universidade, por meio do exame de admissão (Carvalho, 1986: 74).

Para controlar ideologicamente a universidade, em 1931, admite-se o convite, a título excepcional, a professores e o lugar de assistente deixa de ter permanência, o que dava lugar a colocações por conveniências políticas e não por capacidades (*ibid.*). Para continuar o processo de reorganização e controlo do ensino universitário, o Ministro, Gustavo Cordeiro Ramos, em 1932, nomeia uma comissão delegada da secção central do Conselho Superior de Instrução Pública para estudar a frequência universitária e determinar as providências a tomar para a limitar “no caso de se reconhecer que o seu excesso era prejudicial aos interesses do país e ao próprio ensino”

O Relatório publicado no *Boletim Oficial do Ministério da Instrução Pública* constata que se vai dando um aumento progressivo de alunos do ensino universitário, alertando que o problema não estava na quantidade, mas na qualidade. Segundo o mesmo relatório, as reprovações excediam o “normal” (.25%), chegando a atingir 60 e 70%. E não atingiam outros números maiores, devido à “nossa clássica brandura de costumes”. Como o problema estava na qualidade dos que aí ingressavam, propunha uma selecção ainda mais rigorosa, para que a densa “massa dos incompetentes que todos os anos ingressa na universidade para o assalto às funções públicas não substituam um verdadeiro escol que, exercendo com ciência e consciência as funções para que se

preparou, seja capaz de orientar “as massas populares detentoras da soberania, no sentido do progresso nacional”⁵²⁹

No Estado Novo, como sequência lógica do ensino secundário, o ensino universitário obedece às mesmas preocupações governamentais de redução de despesa e de controlo ideológico das elites.⁵³⁰ Sendo destinado a um escol, ainda mais seleccionado,⁵³¹ as reformas do ensino universitário andaram *pari passu* com as reformas do ensino liceal. Embora dotado de maior autonomia, não se eximiu a ser regida pelas normas e matrizes da Ditadura Nacional:

“O problema da selecção da frequência universitária tem constituído uma das mais insistentes preocupações do governo da Ditadura Nacional, por se ter justamente compreendido que, da sua adequada solução, depende não somente a adequada dignificação de uma das corporações que com maiores responsabilidades partilha a actividade social da Nação, mas até, em certa parte, os próprios destinos da organização do Estado, visto que desta apenas é licito esperar um normal funcionamento, quando as *elites* corporativas a quem estão destinadas as funções do comando se erguerem a um nível verdadeiramente superior” (Preâmbulo do Decreto n.º 21:689 de 24/09/1932, *Diário do Governo*, n.º 226, I Série, 26/09/1932).

Como reacção, não faltou, algumas vezes a clandestina ou declarada contestação dos alunos.⁵³²

Depois da institucionalização do Estado Novo (1933) e com o novo Ministro da Instrução, E. Tamagnini, a par dos exames de admissão aos liceus, são criados os exames de admissão à universidade, para, nas palavras do Ministro, “contrariar a

⁵²⁹ Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública, Ano III, fasc. I, pp. 105- 124, 1932 (*apud* Carvalho, *ibid.*: 154).

⁵³⁰ “A Universidade tem que ser nacionalista e não internacionalista; corporativa e não liberalista; organicista e não democrática” (Torgal, 1999: contra-capá).

⁵³¹ “As elites terão de trabalhar fundamentalmente sobre os valores morais, que são na verdade os que estão em perigo (...) É preciso fomentar a formação de um autêntico escol, ninguém o duvida. Mas proteger falsas “elites”, além de grotesco seria crime de lesa Pátria e atentado contra a Civilização ” (“Discurso proferido por S. Ex.cia o Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar, na reunião da Comissão Executiva e comissões políticas da União Nacional, realizada, no dia 12 do corrente, na sala da Biblioteca da Assembleia Nacional”, *Escola Portuguesa*, ano XVII, n.º 839 de 17 de Dezembro de 1955, 77- 81).

⁵³² A Universidade, entendida como uma corporação e alunos tem um sentido de unidade e e uma afirmação de autonomia. Professores e alunos defenderão essa autonomia, embora ela não seja entendida em sentidos iguais. Para os professores é considerada na mera accepção corporativa. Para os estudantes, sobretudo durante a crise dos anos 60 é vista mais numa accepção democrática (*ibid.*: 24- 25).

ideologia piegas e igualitária do século XVIII” e para uma rigorosa selecção dos melhores à entrada dos liceus e universidades (Carvalho, *ibid.*: 31). Na mesma linha de continuidade selectiva e expurgadora, em 1935, decreta-se que

“os funcionários ou empregados civis ou militares que tenham revelado ou revelem espírito de oposição, aos princípios fundamentais da Constituição Política, ou não dêem garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado, serão aposentados ou reformados, se a isso tiverem direito, ou demitidos, em caso contrário.”⁵³³

Este normativo teve efeitos imediatos, na depuração levada a cabo pelo regime: trinta e três funcionários civis e militares foram imediatamente afastados do serviço. Entre eles contavam-se alguns professores universitários de grande prestígio como Sílvio Lima,⁵³⁴ Abel Salazar e Rodrigues Lapa, entre outros académicos ilustres (Carvalho, *ibid.*: 752).

No ano seguinte, todos os funcionários públicos são obrigados a assinar um documento, nos seguintes termos: “declaro sob minha honra que não pertenço, nem jamais pertencerei a associações, ou institutos secretos.”⁵³⁵ Mais tarde, foi acrescentado: “com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas”.

Estas imposições destinadas a castrar a inteligência académica, faziam-se sentir mais nos meios universitários em que os docentes, como investigadores e *construtores* de saberes, tinham de subordinar a capacidade creativa aos cânones políticos do regime. Este que pretendia que da universidade saíssem os melhores quadros para dirigir as massas, exigia que o poder, representado pela autoridade dos professores, criasse mentalidades submissas nos alunos e que ao mesmo tempo desempenhassem o papel de censores do livre pensamento, transformando a verdade do regime em dogmas de aceitação obrigatória.

⁵³³ Artº 1.º do Decreto- Lei n.º 25:317 de 13 de Maio de 1935, *Diário do Governo*, n.º 108, I Série, 13/0/1935.

⁵³⁴ A quem (Torgal, 1999: 7) dedica o seu livro, *A Universidade e o Estado Novo. O Caso de Coimbra 1926- 1961*, nestes termos: “À memória do Doutor Sílvio Lima, meu mestre, que foi demitido em 1935 pelo Estado Novo e cuja vida foi marcada pela coerência, na defesa dos ideais da democracia e da Liberdade científica em que tão firmemente acreditava.”

⁵³⁵ Decreto de 21 de Maio de 1936, *Diário do Governo*, I Série, 21/05/1936.

Durante o período do Estado Novo esperava-se que a narrativa moderna da Primeira República enunciada em fervorosos normativos, se traduzissem em amplas reformas que projectassem o país para a modernidade e que o sistema educativo superior, estatal e moderno herdado da Primeira República, fosse o veículo impulsor.

Quadro n.º 16. Dimensão dos diversos níveis de ensino:

<u>Números referentes apenas ao ensino oficial.</u>				
1926	1930	1940	1950	1960
<u>Ensino primário elementar:</u>				
316.888	422.624	554.892	609.909	846.024
<u>Ensino liceal:</u>				
12.604	14.970	15.877	21.962	46.060
<u>Ensino técnico-profissional elementar:</u>				
13.085	16.906	35.661	30.049	89.191
<u>Ensino universitário:</u>				
4.117	6.705	8.715	12.903	19.522

Fontes: António Nóvoa, A “Educação Nacional” apud Portugal e o Estado Novo (1930- 1960), Dir. de Joel Serrão e A H. De Oliveira Marques, coord. Fernando Rosas, Lisboa, Editorial Presença, 1992, pp. 481, 486,491, 495.

Meireles – Coelho, C., *Educação no Século XX (de 1901 a 1945)*, Departamento de Educação, Universidade de Aveiro, 2000, pp. 214

Contrariamente, assistimos a uma lógica de confronto e desaceleração: o sistema de ensino superior português enquadrou-se corporativamente na “missão” pedagógica do governo e retomou o seu papel estruturante de defensor do *status quo* social e cultural, ou seja o papel de “*contra a modernidade*”(Magalhães, *ibid.*:243).

Quadro nº 17. Síntese comparativa das políticas educativas adoptadas pela Primeira República e a respectiva desconstrução realizada pelas políticas educativas da Ditadura Nacional até 1936:

<u>Primeira República 1910- 1926.</u>	
PRINCÍPIOS EDUCATIVOS:	POLÍTICAS EDUCATIVAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A educação cívica tem de ser sempre nacionalizadora (...) É o amor dos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ combate ao analfabetismo;

<p>princípios democráticos que constitui essencialmente a educação cívica” (Barros, 1916a).</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Substituição da moral católica pela moral cívica; ▪ A escola, ao serviço do progresso universal; ▪ Profissionalização dos professores; ▪ Tentativa de massificação e universalização do ensino; ▪ O ensino, como promoção social. ▪ ensino infantil dos 4 aos 7 anos, facultativo; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ difusão da cultura popular; ▪ reforma do ensino primário. Duração de 8 anos, sendo 5 obrigatórios; ▪ regime de coeducação; ▪ aumento de vencimento dos professores primários; ▪ criação de escolas móveis: “era necessário que a escola fosse à oficina, ao atelier, à fábrica e ao campo”; ▪ fomento da leitura pública do jornal, nos meios rurais.
---	--

<p align="center"><u>Políticas educativas da Ditadura Nacional até 1936</u></p>	
<p align="center">PRINCÍPIOS EDUCATIVOS:</p>	<p align="center">POLÍTICAS EDUCATIVAS:</p>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compartimentação do ensino, obedecendo a critérios de sexo e condição sócio - económica; ▪ Desprofissionalização dos professores; ▪ Reduccionismo, por razões económicas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acaba o ensino primário superior⁵³⁶ e o ensino infantil; ▪ Separação de sexos; ▪ Encerramento das Associações representativas dos professores; ▪ Redução dos vencimentos dos professores primários; ▪ Redução da escolaridade obrigatória, para 3 anos,⁵³⁷ ▪ Redução progressiva dos programas do ensino primário,⁵³⁸

⁵³⁶ Cujos Regulamento tinha sido aprovado pelo Decreto n.º 5:078 de 24 de Dezembro de 1918, *Diário do Governo*, I Série, 24/12/1918, e definiu-as assim: “destinadas especialmente aos filhos do povo, essas escolas valerão apenas pela soma emutiplicidade de técnicas que ministrem, de tal sorte que os alunos dela saiam com o suficiente cabedal e preparação para a vida prática” (Relatório da Comissão encarregada de elaborar e rever o plano de estudos e a organização dos programas do Ensino Primário Superior, em 19 de Setembro de 1918, *Diário do Governo*, n.º 1, I Série, 02/01/ 1919).

⁵³⁷ Decreto-Lei n.º 23:619 de 17 de Maio de 1927, *Diário do Governo*, n.º 100, I Série, 17/05/1927;

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Imposição do centralismo autoritário das chefias. ▪ Imposição de códigos doutrinários de conduta moral e nacionalista; ▪ Integração obrigatória em organismos estatais de ideologização 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criados os “postos de ensino”⁵³⁹ Extinção das Escolas Móveis; ▪ Extingue-se o Ensino Primário Complementar;⁵⁴⁰ ▪ Expulsão de notáveis professores universitários em 1935; ▪ Lei do repúdio do comunismo ▪ São suspensas as matrículas nas Escolas do Magistério Primário;⁵⁴¹ ▪ Criação da Mocidade Portuguesa;⁵⁴² ▪ Criação da “Obra das Mães para a Educação Nacional”⁵⁴³
---	---

Através deste quadro-síntese, podemos fazer uma leitura macro da evolução da implantação da “missão” pedagógica de Oliveira Salazar, na sociedade portuguesa, que, a nível micro, as políticas educativas reflectem. Verifica-se, neste quadro- síntese, a sistemática desconstrução do sistema e políticas educativas da Primeira República e a implantação de novas políticas educativas. Vamos, agora, analisar os processos de reeducação nacional que passavam pela imposição de novos significados e de novo *habitus*. Como já afirmámos no início deste capítulo 9.º, as datas aqui referidas são apenas referências cronológicas e não balizas, na medida em que o processo de desconstrução e reconstrução operado também, através da escola, está em dependência directa das dinâmicas sociais e políticas.

2. A REEDUCAÇÃO NACIONAL. IMPOSIÇÃO DE NOVOS SIGNIFICADOS ⁵⁴⁴ (1936-1950).

2.1.O longo processo de reeducação nacional

⁵³⁸ Decreto-Lei de 13 de Abril de 1929, *Diário do Governo*, n.º 83, I Série, 13/04/1929;

⁵³⁹ Decreto-Lei 20:604 de Dezembro de 1931, *Diário do Governo*, n.º 283, I Série, 09/12/1931;

⁵⁴⁰ Decreto-Lei n.º 21:645 de 4 de Setembro de 1932, *Diário do Governo*, n.º 208, I Série, 4/09/1932.

⁵⁴¹ Decreto-Lei n.º 27:279 de 24 de Novembro de 1936. *Diário do Governo*, I Série, 24/11/1936;

⁵⁴² Lei n.º 1:941 de 11 de Abril de 1936, *Diário do Governo*, n.º 84, I Série, 11/04/1936;

⁵⁴³ Decreto-lei n.º 27: 279 de 24 de Novembro de 1936, *Diário do Governo*, I Série, 24/11/1936;

⁵⁴⁴ “A atribuição de significados é usada para apoiar as relações de poder” (Carvalho, 2005: 14)

Nos primeiros dois anos da tomada de posse, como Ministro das Finanças, embora nos seus discursos mostre maior preocupação com os problemas económicos e financeiros da sua jurisdição directa, Salazar não deixou de estar atento aos problemas sociais, onde incluía a educação.⁵⁴⁵

O Ministério da Instrução, como executante das políticas educativas, era uma estrutura chave na execução da sua missão.⁵⁴⁶ Urgia, pois, colocar na sua direcção personalidades da sua confiança que aplanassem os caminhos para a sua “missão” pedagógica, começando, desde logo, a dismantelar a pesada herança republicana, no campo educativo.

Desde 18 de Abril de 1928 que o Ministro da Instrução era Duarte Pacheco, um fiel correligionário e amigo pessoal de Oliveira Salazar, mais tarde escolhido por ele para ministro da Obras Públicas.⁵⁴⁷ Outro Ministro da Instrução foi um correligionário seu, Gustavo de Freitas, mais tarde reconduzido, por três vezes, na mesma Pasta.

Por influência de Oliveira Salazar e com o apoio da ala conservadora do Governo, o edifício educativo republicano começa a ser desmoronado. Cronologicamente, começa logo nos primeiros anos da Ditadura Militar⁵⁴⁸ e converte-se num dos alicerces do Estado Novo, sofrendo, posteriormente, as inflexões que a situação sócio - económica do País tornava inevitáveis.

Nesta primeira fase, predominam as medidas de natureza negativa que visam a destruição do sistema herdado da Primeira República, num contexto marcado por uma acirrada luta ideológica que fará do professorado primário fiel aos valores republicano - liberais, a principal vítima.⁵⁴⁹

⁵⁴⁵ Oliveira Salazar apenas aborda o tema da escola em 1934, portanto seis anos depois de entrar no governo. Neste discurso, dirigido aos vanguardistas da Mocidade Portuguesa não aborda a escola como instância de transmissão e reprodução de saberes, mas como “sagrada oficina das almas” .

⁵⁴⁶ A “Educação” fez parte fundamental do ideário de Salazar (Torgal, *ibid.*: 73).

⁵⁴⁷ A 29 de Abril de 1928, o jornal “o Século” noticiava: “no último Conselho de Ministros, o titular da pasta de Instrução Sr. Dr. Duarte Pacheco foi muito felicitado pelo facto de ter levado o Sr. Dr. Oliveira Salazar a aceitar a pasta das Finanças ” (Matos, 2003: 24).

⁵⁴⁸ Este trabalho de dismantelamento das políticas educativas republicanas tinha começado em 1927, após o golpe militar, sendo ministro da Instrução José Alfredo Mendes de Magalhães mas as razões apontadas eram as económicas. Para além da criação do ensino primário complementar, já se manda “que o regime geral adoptado nestas escolas é o da separação de sexos” Art.º 3.º do Decreto n.º 13:610 de 17 de Junho de 1927, *Diário do Governo*, I Série, 17/06/1927 que pretende “corrigir algumas disposições por que actualmente se rege o ensino primário geral”.

⁵⁴⁹ A reavaliação do papel do professor era inevitável: De “sacerdote do Progresso “ (Mónica, *ibid.*: 176), passa a acólito das políticas educativas do regime.

O trabalho principal de desmantelamento do sistema educativo republicano tem como principal artífice o Ministro da Instrução Gustavo Cordeiro Ramos desde Novembro de 1928 a Junho de 1929 e Janeiro de 1930 a Julho de 1933.⁵⁵⁰ Este desmantelamento não cria vazios ideológicos. Ao mesmo tempo, em sua substituição, vão sendo impressos outros pensamentos, de leitura obrigatória.⁵⁵¹

Na totalidade, trata-se de 102 pensamentos para serem inseridos nos livros de leitura, adoptados oficialmente no ensino primário, no ensino técnico e no ensino liceal.

Pertencentes a vários autores, de entre os quais Oliveira Salazar e seleccionados, criteriosamente, todas convergem para as matrizes da missão pedagógica de “salvar” a Pátria: obediência, conformidade social, educação nacional e reatamento da tradição, como objectivo social.

Quadro n.º 18. Pensamentos educativos da escola do Estado Novo

“Obedece e saberás mandar”;

“Na família o chefe é o Pai; na escola, o chefe é o Mestre; no Estado o chefe é o Governo”;

“Mandar não é escravizar: é dirigir. Quanto mais fácil for a obediência, mais suave é o mando”.

“Não invejes os que te são superiores porque estes têm responsabilidades e deveres que tu ignoras”.

“Se tu soubesses o que custa mandar gostarias mais de obedecer toda a vida”;

“ A vontade de obedecer única escola para aprender a mandar”.

“Estuda e faz - te homem para poderes ter opinião que os outros ouçam”.

“ Instruir? Sem dúvida. Mas antes de instruir, educar.”

“O lar atraente é uma escola para todos”.

(...) Antes pobre mas honrado do que rico mas ladrão”.

⁵⁵⁰ Decreto n.º 16:729 de 13 de Abril de 1929, *Diário do Governo*, n.º 83, I Série, 13 /04/1929; explicita que “quase se não modificaram as instruções pedagógicas elaboradas pela Comissão organizadora dos programas decretados em Outubro de 1928. Contudo, estes novos programas ainda não contém expressamente imposições ideológicas, mas apenas “umas ligeiras alterações de acomodação aos novos programas”.

⁵⁵¹ Parágrafo único: “É obrigatória a inserção nos livros de leitura adoptados oficialmente dos excertos publicados em anexo ao presente decreto (Decreto n.º 21:014 de 19 de Março de 1932, *Diário do Governo*, n.º 68, I Série, 19/03/1933). A semelhança com as estratégias do seminário para inculcar ao vocacionado a “mística” do novo *status* clerical é notória: em locais de passagem habitual ou nos corredores, ou noutros locais estratégicos afixavam-se frases do Evangelho ou quadros sugestivos, alusivos à dignidade da vocação sacerdotal e aos eventuais perigos que corria (Fernandes *ibid.*).

“É na lição maternal da família que reside o núcleo moral de todo o saneamento dos costumes e de toda a reeducação de uma sociedade”.

“Nenhuma educação pode ser boa se não for eminentemente nacional”.

“ A tradição elo que ata e harmoniza o passado com o presente é o vínculo que liga o passado ao futuro”.

“O verdadeiro patriotismo consiste não no amor do solo, mas no amor do passado, no respeito pelas gerações que nos precederam”

“Tradicionalismo não é obscurantismo. É antes continuidade no desenvolvimento- é, sobretudo permanência na renovação.”⁵⁵²

Estes pensamentos, foram, apenas, um ensaio para o modelo de escola que o regime queria ver implantada. O discurso subordinado ao tema “A Escola a Vida e a Nação” feito aos Vanguardistas da Mocidade Portuguesa, em 28 de Janeiro de 1933, vai dar o mote para a construção definitiva do modelo de escola, que vai de encontro ao modelo de sociedade, defendida pelo regime. Até aí, havia apenas algumas alusões à educação (Salazar, 1935: 287). e aos professores, dentro de um quadro mais genérico de âmbito social, no qual estava inclusa a escola.

O processo de reeducação nacional, foi também efectuado através de sessões para-escolares da Mocidade Portuguesa.⁵⁵³ A Mocidade Portuguesa, como instituição de enquadramento doutrinal e patriótico criada da especificamente pelo Estado Novo, desempenhou sempre o seu papel educativo, em articulação estreita com os horários escolares. Nas sessões obrigatórias, os seus conteúdos nacionalistas eram traduzidos em rituais encenados misto de jogo e militarismo sem espaços de reflexão ou lazer.

O Programa das sessões da Mocidade Portuguesa, abrangia os três períodos do ano lectivo. Apenas um exemplo das actividades do 1.º Período, onde se pode verificar um horário formalmente preenchido por “instrução” de tipo miliciano, sem qualquer lugar à iniciativa dos alunos:

Quadro n.º 19. Programa das Actividades da Mocidade Portuguesa

⁵⁵² Decreto n.º 21:014 de 19 de Março de 1932, *Diário do Governo* n.º 68, 1ª Série, 19/03/1932.

⁵⁵³ O *Boletim de Acção Educativa* publicado pela Direcção Geral do Ensino Básico *Escola Portuguesa* traz em todos os números as “Folha de Doutrina organizadas pelo Comissariado Nacional da O. N. M. P. e publicadas a seu pedido. Para “Lusitos” n.º 20-1939/40”. São lições de moral catequética e nacionalista, como por exemplo: “um lusito não pode ter medo! A nossa história Pátria, a nossa história cristã - o Evangelho, não nos dão licença de ter medo!” (*Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 295 de 20 de Junho de 1940, 575).

9h	Reunião de todos os filiados do Centro formatura de quinas e castelos. Verificação das faltas;
9h 10m- 9h 15m	Canto da Marcha da M.P.;
9h 15m- 9h 30m	Formações e evoluções;
9h 30m – 9h 45m	Jogos educativos;
10h – 10h 15m	Noções elementares de higiene ou contos históricos;
10h 15m- 10h 35m	Canto coral;
10h 30m- 10h 45m	Exaltação patriótica, explicação dos fins da M.P.;
11h - 11h 15m	Conhecimento muito simples de orientação;
11h 15m- 11h 45m	Jogos educativos;
11m 45m- 12h 45m	Reunião de todos os filiados; Canto do Hino Nacional; Fim da instrução. ⁵⁵⁴

Continham, para além dos comportamentos e atitudes normalizados, os saberes nacionalizados, segundo os paradigmas do regime.⁵⁵⁵ A organização nacional da Mocidade Portuguesa acompanhava o aluno, desde a entrada na escola, até à saída. Se estudava no ensino particular, a sua participação e quotização era, igualmente, obrigatória. No diploma final da escolaridade, o logotipo desta organização lá estava impresso.⁵⁵⁶ A escola nada certificava, sem que o aluno tivesse as suas quotas em dia.

Para mais fácil assimilação e consoante o nível etário, estes códigos eram embrulhados em histórias comovedoras e acompanhadas de ilustrações educativas, em que os actores eram castigados ou recompensados, conforme a sua adesão comportamental ao estatuído.

⁵⁵⁴ Circular, n.º 369, de 2- 3- 956 da Direcção – Geral do Ensino Primário..

⁵⁵⁵ Parece-nos elucidativa a este respeito, a carta de Marcelo Nuno Duarte Rebelo de Sousa, filho de um Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa e hoje ex-dirigente do P. S. D. e professor de Direito, a Oliveira Salazar, datada de 7 de Abril de 1960, tinha ele 12 anos.

Elucidativa porque:

- reproduz, à letra, o 1.º Princípio do Bom filiado da M. P. : “ O Bom Filiado educa-se a si próprio por sucessivas vitórias da vontade” ;
- repete também, à letra, a citação dos versos de Fernando Pessoa, num discurso de Oliveira Salazar. Eis alguns excertos:

«Venho agradecer a V. Excelência a amabilidade que teve para comigo ao enviar-me por intermédio da Senhora D. Jemny alguns dos livros de Vossa autoria e por Vossa Excelência rubricados.

Eu, como simples aluno do primeiro ano liceal, acho que é demasiado valiosa para mim a oferta de Vossa Excelência, pois o dever do aluno e filiado da M. P. é tentar melhorar-se e educar-se a si próprio, por sucessivas vitórias da vontade. E para certificar a afirmação feita, bastam os versos de Fernando Pessoa: “Deus quer, o homem sonha e a obra nasce.” Arquivo Salazar”, Biblioteca Nacional, Torre do Tombo, Lisboa, *Jornal Público* (2004).

⁵⁵⁶ O diploma da 4.ª classe era impresso no logotipo da Mocidade Portuguesa e só era passado depois de os serviços administrativos certificarem de que o aluno pagou as quotas respectivas.

Depois esses mesmos conteúdos eram repetidos, através de rituais encenados nas sessões obrigatórias da Mocidade Portuguesa que ocupavam uma manhã ou tarde por semana, integralmente preenchidas por uma formação patriótica intensiva.⁵⁵⁷ O mais importante era representarem, devidamente, os seus papéis sociais, nos únicos cenários impostos pelo regime:

“A preparação da juventude para a actividade cívica afirma-se formando o carácter do filiados, pelo fortalecimento da sua dedicação à Pátria, fazendo-os cidadãos prestantes e leais colaboradores do Estado e inculcando nos rapazes a sua consciência imperial, aliada ao orgulho de contribuírem com uma actividade profissional para o engrandecimento da Nação, como virtudes cívicas de todo o português” (22.ª Conclusão do I Congresso da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa).

Os que se atreviam a transgredir eram castigados, socialmente, pelos organismos colectivos que pautavam comportamentos gestos e atitudes. Os governantes e chefes só queriam o bem do povo e sabiam o que realmente lhes interessava.⁵⁵⁸

Esta aceitação comportava criar hábitos de conformidade e obediência, através de gestos, posturas, rituais, sempre repetidos e não questionados. Eram códigos utilizados na escola clerical e que foram transpostos para a sociedade portuguesa, para desconstruir nos espíritos a desordem provocada pela “libertinagem” republicana.

2.2. Imposição de novos significados

As noções inculcadas na escola salazarista são enformadas de nova orientação ideológica. Deus, a Pátria, o Pai, chefe de família, os professores, os governantes.⁵⁵⁹ Os

⁵⁵⁷ À semelhança do seminário em que este ritual de inculcação dos comportamentos e atitudes consentâneos com o estado clerical era ministrado, aos sábados, de manhã, através do “Compêndio de Civilidade- dedicado às casas de educação” de P. Roberto Maciel, 3.ª Edição, 1926. (Cf. Português, 1998: 143).

⁵⁵⁸ A raiz desta noção de autoridade é, também, confessional: Segundo a espiritualidade da Companhia de Jesus a autoridade deve ser paternal. Deve inspirar um temor filial e um amor confiante: “ (...) comme père , il leur inspirera une crainte filiale et un amour confiant” (Charmot, *apud* Lopes, 2002: 157).

⁵⁵⁹ A semelhança com o seminário, escola clerical, é evidente: novas nomenclaturas e novos significados e novos rituais de disciplinação e obediência . A família do vocacionado passa a ser a Santa Igreja e a sua hierarquia sagrada. O reitor do seminário diocesano, ou o padre superior no seminário religioso faz as vezes de pai de família, o director espiritual, de consulta obrigatória semanal, é o conselheiro, exercendo um papel mais maternal; o Prefeito de Disciplina zela pelo cumprimento rigoroso dos Regulamentos. Como rituais de disciplinação assinala-se o beija-mão após o castigo, o beijar os pés à comunidade religiosa e a confissão pública, práticas em uso na escola clerical, ao tempo de Salazar (cf. Fernandes, *ibid.*)

personagens da História nacional são recolocados em novo *ranking* e os heróis e santos reentronizados, agora, nos compêndios escolares únicos, em novos pedestais. A sacralização domina toda a vida nacional, desde a rústica aldeia à cidade mais populosa. A doença a velhice o trabalho, a pobreza e o estudo são reequacionados, em novas matrizes ideológicas.

A legislação que introduz os compêndios únicos, embora saída em 1940,⁵⁶⁰ apenas, em 1952, é posta em prática, por dificuldades de publicação. São postos a concurso novos compêndios e passados ao pente da censura e ao controlo pedagógico e doutrinário pela inspecção pedagógica e pelo próprio Salazar: “um objectivo que mais vem contribuir para o fortalecimento da unidade e da coesão nacional pela uniformidade e inteiro saneamento dos livros de ensino.”⁵⁶¹

A reeducação que se enquadra na “missão” pedagógica de “salvar” a pátria era uma condição necessária para fazer chegar a mensagem a todas as famílias e aos pais e mães, através do livro único. Assim se reeducavam os adultos e as novas gerações. Como elo de uma cadeia de transmissão, a professora da escola salazarista reproduzia meticulosa e obedientemente o estatuído nas Portarias e Circulares, dimanadas do Ministério da Educação Nacional e era obrigada a prestar rigorosas contas do ensino ministrado. A catequese era ministrada na escola e na igreja e a obediência aos governantes era estimulada na igreja e na escola. Era um perfeito sincronismo ideológico, na engrenagem da reeducação nacional.

Os governos da Primeira República pretenderam que os professores se furtassem à influência jesuítica e fossem difusores dos ideais republicanos, laicos, que assentavam na educação cívica, na formação de cidadãos saudáveis e fruidores da natureza e num grande amor à Pátria, entendida como o solo sagrado dos antepassados.⁵⁶²

Com a entrada de Salazar para o poder, torna-se urgente proceder à desconstrução dos conceitos laicos e republicanos e construção de novos significados

⁵⁶⁰ “É autorizado o Ministro da Educação Nacional a nomear, ouvida a Junta Nacional da Educação uma comissão de pedagogos e de artistas escolhidos entre os de reconhecido mérito para a elaboração e ilustração dos textos do livro único destinado ao ensino primário elementar” (Art.º 1.º Decreto n.º 30:316 de 14 de Março de 1940, *Diário do Governo*, n.º 61, I Série, 14/03/1940;).

⁵⁶¹ Preâmbulo do Decreto n.º 30:316 de 14 de Março de 1940, *Diário do Governo*, n.º 61, I Série, 14/03/1940;

⁵⁶² A componente militar de defesa da terra e da República era também confiada aos professores do ensino primário elementar que, obrigatoriamente, tinham de ministrar uma aula de instrução militar aos mancebos dos 10 aos 16 anos ao domingo. Esta imposição criava graves problemas aos professores, sobretudo nos meios rurais, porque não era bem recebida pela juventude (Cf. Cap.º 10.º, Parte V).

constituídos por uma antropovisão e cosmovisão de raiz conservadora e nacionalista, mais consentânea com a “missão” pedagógica de “salvar” a pátria: “avivar na alma das crianças o mais fervoroso amor pela terra portuguesa fazendo-lhes sentir quanta felicidade quão legítimo orgulho representa ser filho de Portugal”⁵⁶³

Os livros únicos são os monumentos paradigmáticos, onde podemos analisar este modelo de reeducação, entificada nos heróis e santos da história nacional mitificada. A escola salazarista, como responsável pela modelação dos futuros cidadãos, fornecia-lhes, através dos compêndios únicos, códigos de interpretação, ou grelhas de leitura pedagógicas, para que eles aprendessem de acordo com a ideologia⁵⁶⁴ do Estado Novo.

Estas grelhas de interpretação estavam associados a outros tantos comportamentos e atitudes que, movidos pela emocionalidade, artificialmente criada e pela repetição irracional, criavam o *habitus* que se entranhava na vivência quotidiana, de muito difícil extirpação:

“A prática social onde predomina o Campo não é de facto rural, mas dum bucolismo incoerente e estático; aqui a bondade chega a ser *parva*, a sabedoria popular tinge-se dum bucolismo chorão ofensivo, os direitos são quase inexistentes, as graças e os castigos caem dum Céu incompreensível, a tristeza e o fatalismo são glorificados, à sobrevivência chama-se humildade.” (Bívar *ibid.*: 10).

Para além da imposição do crucifixo em todos os liceus⁵⁶⁵ e da moral, católica, como código de comportamentos e epicentro, onde assentava toda a reeducação nacionalista, foram reinterpretados, nos livros únicos, os principais conceitos que divergiam da escola republicana:

2.2.1. A Pátria

⁵⁶³Decreto n.º 16:077 de 26 de Outubro de 1928, *Diário do Governo*, n.º 247, 1.ª Série, 26/10/1928.

⁵⁶⁴Entendemos aqui ideologia como forma de pensamento que serve para legitimar, de modo aparentemente racional, o poder de ensinar (Cf. Araújo, *ibid.*: 60).

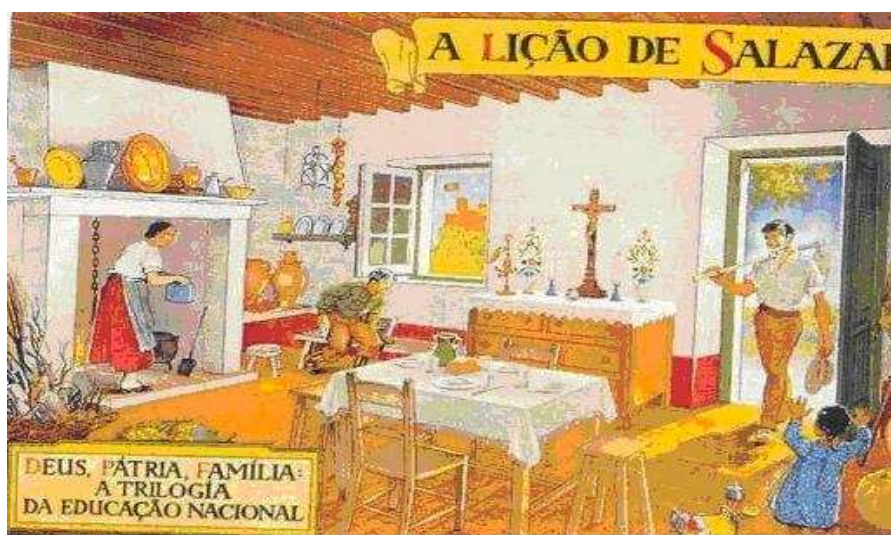
⁵⁶⁵“conforme circular expedida já pelo director geral cessante, no dia 6 de Abril (...) destinado à educação moral, no gabinete dos reitores de todos os liceus, será entronizado o crucifixo, sinal augusto da educação cristã, contra o baixo agnosticismo e contra o comunismo ateu”. (“Discurso proferido pelo Sr. Ministro da Educação Nacional, no acto de posse do novo Director Geral do ensino liceal”, *Escola Portuguesa*, ano VI n.º 284 de 4 de Abril de 1940, 393- 394).

A noção de Pátria que, na Primeira República, era objecto de respeito, quase veneração, porque berço da cidadania, adquire, agora, o estatuto de absoluto sagrado, santuário, altar, centro da devoção e elo que une o passado mitificado e o presente, na senda do heroísmo e santidade dos antepassados.

“A Pátria não é somente o vosso campo, a igreja da vossa aldeia, as árvores frondosas (...) as águas cristalinas, (...). Não. (...) A Pátria é a recordação saudosa da nossa mãe; é a glória dos nossos antepassados; a unidade do nosso território e da nossa independência; é a comunidade do nome português a liberdade em toda a sua grandeza.”⁵⁶⁶

2.2.2. A Família

Na Primeira República, a família natural era a célula base da nação onde nasciam e recebiam a primeira educação os futuros cidadãos. O Estado procurava proporcionar à criança não só os cuidados de saúde, mas jardins de infância para assim ajudar os pais na difícil tarefa da educação. Nela investia desde nos primeiros anos. Naturalmente, era a família que lhe proporcionava o sustento, o amor o carinho e com ela contava nos momentos difíceis, dentro de uma relação natural cimentada pelo sangue.



O cartaz central de "A Lição de Salazar", de Martins Barata, imagina o modelo rural e cristão do ditador.

Figura n.º 7: in Cartazes de propaganda política do Estado Novo (1933/1947), *Biblioteca Nacional*, 1988.

⁵⁶⁶ “A Pátria”, Campanha contra o Analfabetismo, *Leituras para Cursos de Adultos* (aprovado oficialmente), Editora Educação Nacional, Porto, 1953: 36.

Embora se ressaltasse o papel maternal da mulher, defendia-se a igualdade de direitos e deveres

No Estado Novo, a sacralidade da “Mãe Pátria” está impressa, também, na família.

“A nossa Pátria é uma grande família formada por todos os portugueses, sem distinção de lugares ou de raças (...) Numa família digna, o chefe que é o pai tem de ser querido, respeitado e obedecido pelos filhos. Também numa Nação, consciência dos seus deveres, o Chefe tem de ser estimado e honrado pelos que a constituem.”⁵⁶⁷

Por esse motivo, tudo é moralizante,⁵⁶⁸ porque simbólico. A cada membro são-lhe impostas regras de conduta e deveres de submissão e obediência que não se discutem, conforme ensinava o Catecismo Católico Popular no tempo de Salazar: “aquele que desobedece gravemente às autoridades religiosas ou civis expõe-se neste mundo a castigos severos e no outro à condenação eterna” (Spirago, 1905: 130).

No topo da pirâmide, o pai é o chefe, legitimado por Deus,⁵⁶⁹ o angariador da subsistência e o juiz inexorável que castiga as boas acções e premeia as boas, sem que haja lugar a interacção dialogante.

“A mulher foi criada para o lar” (Editorial “A semana da Mãe”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 263 de 9 de Novembro de 1939, 77). É a companheira⁵⁷⁰, a auxiliadora que não pensa em si para viver para os outros. Os irmãos, os avós as tias e os restantes familiares completam este quadro da domesticidade. Se o pai falta, a mãe tem de se sujeitar ao luto social e fica a substituta do chefe de família.

Perante a família a criança torna-se uma eterna devedora, desde que começa a socializar-se:

⁵⁶⁷ *Livro de Leitura da Terceira Classe*, 4.ª Ed., Porto, Editora Educação Nacional, 1958:174.

⁵⁶⁸ Nos livros da *História de Portugal* as figuras seleccionadas como modelares, não só são apresentadas, apenas nas suas pretensas virtudes e heroicidades, como, no fim do texto, aparece uma reflexão moralizadora e seguidista (Godinho; Lobo s.d.).

⁵⁶⁹ “As autoridades são um reflexo do poder divino, por tanto devem todas tomar a Deus por modelo (Leão XIII) tanto mais que são representantes dele. Quando um soberano manda um embaixador este não pode fazer nada fora das suas instruções; se fizer o que lhe parecer será censurado: assim acontece com os que governam” (Spirago, *ibid.*: 131).

⁵⁷⁰ “Na educação da mulher deve ter-se presente que a sua vocação própria é a de ser mãe e a sua condição é a de auxiliadora do homem. Portanto antes de tudo deve habilitá-la para o **governo da casa**” Spirago, *ibid.* 177).

“a menina que se atarefa a arrumar a casa da sua boneca, a preparar-lhe as refeições, a adormecê-la nos braços, cantando-lhe uma das muitas canções de embalar crianças é a miniatura fiel da futura esposa e mãe, velando pelo arranjo e beleza do lar e bem-estar dos filhos” (Editorial “A semana da Mãe”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 263 de 9 de Novembro de 1939, 77).

A inculcação de que todos estão ao seu serviço e sofrem por ela, está sempre presente.

No campo das relações do casal, a família é assexuada. O relacionamento afectivo entre o pai e a mãe são escondidos. São apenas duas pessoas que trocam serviços mútuos e sacrificam-se pelos filhos, para pagar uma dívida, que os pais lhes deixaram

(...) ”e assim vocês, tornando mais forte e mais unida a vossa família de hoje - se irão preparando para cumprir o mais alto dever do homem, quando chegar a altura de defenderem a sua família de amanhã“ (“Folha de Doutrina para “Lusitos”. A Família, n.º 3- 1939/40”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 264 de 16 de Novembro de 1939, 114 - 115).

A mãe é fantasiada, como prestadora de serviços domésticos,⁵⁷¹ estando subordinada ao pai, chefe da família. A cadeia hierárquica dentro da família é transmitida à criança, como imposição de Deus, que é “delegado de Deus”, a quem todos obedecem.

Para a criança, a igreja e a escola são dois lugares sacralizados, onde ela vai aprender. O padre e o professor têm um lugar destacado, no quadro social da terra. A criança aprende a obedecer-lhes e a vê-los como duas entidades distantes a quem é preciso obedecer, como se tratasse de seres inumanos.

2.2.3. O poder

⁵⁷¹ “Nem o piano, nem a conversação em francês, nem a leitura de romances, nem o desenhar ou pintar poderão ressarcir o dano dos alimentos insípidos, da desordem da casa, do esbanjamento de haveres que se dará, se a mulher não cuida do que tem de cuidar” (Spirago, *ibid.*:177).

O carácter sagrado do poder, recuperado pelo salazarismo, vem alterar a relação governantes- governados da Primeira República: “É Deus quem nos manda respeitar os superiores e obedecer às autoridades.”⁵⁷² Estas têm como missão restituir a pátria ao tempo dos heróis e santos.⁵⁷³ A sua missão ombreia com a dos heróis. O seu cenário de actuação tem, não só uma dimensão temporal, como espiritual, confundindo-se, neste aspecto, com a da igreja: Nos momentos difíceis para a Nação “aparece, sempre, um punhado de heróis, ou um chefe decidido que lhe restitui o vigor e a fé.”

Mercê deste *status* são, também, seres distantes dos governados que estes têm obrigação de reverenciar.

“ Se alguma vez, meus meninos, passar por vós Sua Excelência, o Presidente da República, ou vos encontrardes na sua presença, saudai-o respeitosamente, vendo nele o Chefe Supremo da Nação a que vos honrais pertencer, o Chefe da grande Família Portuguesa.”⁵⁷⁴

2.2.4. A relação professor (mestre – escola)/aluno.

Na escola, a criança é incentivada à obediência, disciplina e ao trabalho. Como continuação da família, novamente o aluno é confrontado com a sua eterna dívida de gratidão, agora para com o mestre- escola

Mestre porque a escola é uma “oficina sagrada” e o mestre molda as matérias primas para as transformar. Deste modo, a escola era antes de mais um local onde se forjavam caracteres, segundo as virtudes preconizadas pelo regime. Em toda a legislação respeitante à escola do Magistério Primário estes conceitos são inculcados (Gaspar e Freitas, 1962: 29).

⁵⁷² *Livro da Primeira Classe*, Ed. Domingos Barreira, 8.ª Edição, 1958: 75.

⁵⁷³ O *Jornal de Notícias* de 25/08/1935 noticiava: Baião, vestiu-se de galas para comemorar alguns importantes melhoramentos públicos - alguns troços de estrada e uma escola aberta ao ensino 4 anos antes e agora referenciada como uma obra da Ditadura, conforme a placa exterior elucida. O Presidente da Câmara pediu ao chefe do Distrito presente, que fosse o intérprete das homenagens de Baião ao Sr. General Carmona e ao Sr. Dr. Salazar, “os dois mais altos expoentes do ressurgimento de Portugal. O Governador Civil manifestou júbilo por o povo de Baião estar perfeitamente integrado no pensamento realizador e nacionalista do engrandecimento pátrio” *Jornal de Notícias*, Porto, 1935.

⁵⁷⁴ *Livro de Leitura da Terceira Classe*, 4.º Edição, Editora Educação Nacional, Porto, 1958: 74.

A sua posição social é de pobre indigente, desprovido de faculdades que procura quem lhe dê abrigo.

O mestre - escola vai recebê-la, não tendo presente os seus direitos de cidadania, mas como um bando de passarinhos, sem identidade individual.⁵⁷⁵ As imagens são sugestivas:

“Somos um bando	Olhos bondosos	Portais da escola
De passarinhos;	Do mestre – escola	Dai arribada
Vimos agora	Fartai os nossos	Às cotovias
Dos nossos ninhos.	Da vossa esmola.	Da madrugada.
Asas sem penas,	Dai-nos abrigo	Asas sem jeito,
Pobres de nós!	No coração;	Línguas sem voz.
Olhos sem brilho,	Dai-nos o trigo	Almas ceguinhas,
Língua sem voz.	Do vosso pão.	Pobres de nós! ”. ⁵⁷⁶

Na Primeira República, o professor era um “sacerdote do progresso.” Exigia-se-lhe que estivesse sempre actualizado, tanto nos métodos pedagógicos, como nas diversas matérias ministradas:

“O homem de ensino deve ser, sobretudo, homem de estudo. É examinando o renascimento incessante do mundo cósmico e do mundo social; aprendendo na fisiologia o que se relaciona com a estrutura anatómica e o sistema nervoso da criança o maquinismo das sensações para a elucidação dos caracteres. (...) Um armazém portátil de leitura, de escrita, de gramática (...) e de tabuada, não é um mestre. (...)

O professor não decreta- examina; não obriga - insinua.

O mestre ensina o discípulo, mas tanto, ou mais, o ensina o aluno: dum, é a vida feita do passado, já vivida; doutro, uma vida nova que tenteia.”⁵⁷⁷

⁵⁷⁵ É outro o pensamento de um republicano da Câmara dos Deputados: “Os rapazes devem ser tratados por métodos diversos adaptáveis ao feitio de cada um. Porque se não aproveitará a propensão que este denota para a arte como a daquele para a matemática? Cumpre que a um fraco se incuta o dever da coragem, a outro a noção de honra ” (Almeida, 1921, 7 –8).

⁵⁷⁶ Poesia “Na escola” de Adolfo Portela, *Livro de Leitura da Terceira Classe*, pp. 24.

Este hino era cantado, todos os dias, nos anos quarenta, à entrada do átrio da escola mista do ensino primário elementar de Ribamar-Lourinhã, distrito de Lisboa. Quando chegava a professora, devidamente fardada com bata branca e saia abaixo dos joelhos, as crianças também fardadas, as meninas de uma cor e os rapazes de outra, para não se confundirem, desfilavam, rumo à sala de aula, num silêncio sepulcral, apenas quebrado no intervalo regulamentar, para poderem ir à casa de banho que ficava distante uns 200 metros, num curral de animais que o proprietário colocou à disposição da escola (Cf. Fernandes, 1995).

No Estado Novo, embora o regime lhe queira inculcar, desde a sua formação, na escola do Magistério Primário, que ele pertence ao escol social,

“Os exames de admissão às escolas do Magistério Primário têm carácter especialmente selectivo que importa considerar atentamente, de forma que os candidatos admitidos à sua frequência constituam, verdadeiramente, o escol de todos os que houverem concorrido.”⁵⁷⁸

o mestre-escola é, sobretudo, um “modesto professor do ensino primário elementar.” na definição do Ministro da Educação, Carneiro Pacheco:

“Ensinar a ler, escrever e contar ministrar hábitos de higiene e sociabilidade (...) iniciar na compreensão do amor ao trabalho e do apego à terra que é título de nobreza e fonte de saúde, ao alcance de todos, fortalecer o corpo e a alma que dele faz o suporte de uma boa consciência, preparar para a formação do carácter, na capacidade do esforço heróico de bem servir a Deus e à Pátria (...) tal é a missão e a responsabilidade do modesto professor do ensino primário elementar” (“Discurso proferido por S. Excia o Ministro da Educação Nacional, no acto da inauguração da “Escola - Cantina Salazar” no dia 28 de Abril, em Santa Cruz do Vimieiro”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º288 de 2 de Maio de 1940, 457- 460).

Outras vezes o regime chama-lhe apóstolo: “quantos há que se consomem em um apostolado de sol a sol” (*ibid.*: 458): mas transforma-o num acólito que apenas cumpre os rituais do regime.

Esta reeducação nacional, a nível de instrução, era de carácter reducionista. Em 1936, a alfabetização mínima do “saber ler, escrever e contar” é promovida, mas, apenas com objectivos de doutrinação:

⁵⁷⁷ Extratos de um discurso pronunciado por um Deputado da Câmara de Deputados na sessão de distribuição de prémios às crianças da escola primaria do concelho de Guimarães (Almeida, 1921: 7).

⁵⁷⁸ Art.º 4.º do Ofício n.º 31, Liv.º 14 - D, de 1 de Agosto de 1956, da Direcção Geral do Ensino Primário” (Gaspar e Freitas, *ibid.*: 21).

“O ensino primário elementar trairia a sua missão se continuasse a sobrepor um estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde física e moral da criança ao ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal ”⁵⁷⁹

A construção de uma nova sociedade através da escola não era sinónimo de promoção cultural ou social, mas apenas educação moral/disciplinação:

“Para o Estado Novo a tarefa de “construir” tem um sentido moral (...) recristianizou a escola para verdadeiramente suprir as deficiências da família na missão educadora e a nacionalizou para insilar e manter bem viva na alma dos pequeninos a substancial unidade dos espíritos que é a chama da Pátria” (“Discurso do Ministro da Educação na inauguração da “Escola- Cantina Salazar” no dia 28 de Abril em Santa Cruz do Vimieiro”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 288 de 2 de Maio de 1940).

2.2.5. A escola como “sagrada oficina das almas”

Na escola tudo tinha de estar na ordem estabelecida pelo regime: os espaços, os tempos, os corpos e os espíritos. Tudo era meticulosamente ordenado e nada deixado à iniciativa privada: nem a escolha do crucifixo obrigatório, nem o arranjo da sala, nem a colocação das flores, nem a disposição dos quadros e retratos. Até o conteúdo das aulas está previamente planificado: são as “lições de Salazar”.⁵⁸⁰

O professor limita-se a ser o porta-voz do grande Mestre.

2. 2.5.1. Sacralização dos espaços de aula

⁵⁷⁹ Preâmbulo do Decreto-lei n.º 27:279 de 24 de Novembro de 1936, *Diário do Governo*, n.º 279, I.ª Série, 24/111936;

⁵⁸⁰ Salazar estará presente de modo especial, em todas as nossas escolas- presente para que a sua vida inteiramente modelar possa ser conhecida e admirada por todas as crianças que as frequentam; para que a grandeza e a constância do seu sacrifício possa ser por elas compreendida em toda a sua amplitude; para que na terra ubérrima dos seus corações pequeninos nasça a par da semente do exemplo do Chefe a gratidão, a ternura e o amor devidos a Salazar irmão mais velho (...) Com Salazar em obediência pronta, total e perfeita” (Editorial “Devemos a Salazar obediência total pronta e perfeita”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 286 de 18 de Abril de 1940, 426 - 427).

Disciplinação dos enfeites, ornamentos, disciplinação dos corpos, templos de Deus, segundo a doutrina católica, posturas, atitudes uniformes, disciplinação dos espíritos. . Como um templo sagrado. O professor é o apóstolo que apregoa a boa nova da salvação da Pátria. Os alunos, ouvintes atentos e disciplinados têm de escutar silenciosos e pautar por ela comportamentos e atitudes.

Ao fundo da sala estão sintetizados as lições do *Pontifex Maxumus*-Oliveira Salazar.   ele o Mestre dos mestres-escola, o “grande timoneiro”, a âncora de salvação que não deixa Portugal   deriva, o Chefe que todos os alunos devem escutar. Ele apenas quer o bem da nação:

“Façamos dos nossos alunos discípulos de Salazar (...). Os quadros com a “lição de Salazar” hão-de servir para activar os ensinamentos sobre o que tem sido a acção do Chefe, evident ssima em todos os sectores da administração pública e que se concretiza nos melhoramentos profusamente distribuídos por todo o País, como os referidos quadros recordam em linguagem de fácil compreensão por todas as crianç as (Editorial “Façamos dos nossos alunos discípulos de Salazar”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.é 287 de 25 de Abril de 1940, 441- 442).

A escola, na “missão” pedagógica de Oliveira Salazar é a “sagrada oficina das almas.” Esta afirmação é paradigmática. Não fabrica almas cristãs, porque essa função pertencia à Igreja Católica, através do baptismo, mas é a oficina sagrada onde se moldam enformam, curam e inculcam os princípios sagrados da moral católica e da devoção   pátria.

“ (...) o professor de ensino primário ao receber em suas mãos para a primeira moldagem a cera virginal da raça portuguesa   erguido - e dela não será certamente dispensado -   nobilíssima condição de apóstolo dos rumos novos e da eternidade da nossa Pátria. ”⁵⁸¹

A escola salazarista é um local de dupla catequização: a catequese cristã que foi transcrita para os livros únicos da escola primária e a catequização patriótica,

⁵⁸¹ “Discurso de S. Ex. cia o Ministro da Educação Nacional, Dr. Carneiro Pacheco”, *Escola Portuguesa*, n.é 208 de Outubro de 1938).

obrigatória, nas sessões da mocidade portuguesa. O catequista era o professor primário. Deste modo, escola e igreja completam-se. A professora ministra a educação catequese e o pároco tem entrada livre para a vigiar. O modelo é muito semelhante ao modelo clerical- oficina onde se moldam as almas imperfeitas, por modelos que atingiram a perfeição, os protótipos irrealis e onde se incutem as virtudes cristãs.⁵⁸² O modelo do seminário, até aos anos sessenta, assentava em dois pilares: vocação, e formação (Português, 1998: 35). Na escola salazarista havia a vocação de um povo por onde era aferida a formação dos mais novos.



Espalhada em todo o lado, A Lição de Salazar destina-se, sobretudo, a incentivar os princípios do regime em escolas como esta, onde se homenageia a obra do ditador.

Figura n.º 8 - A escola, segundo o Estado Novo in Cartazes de propaganda política do Estado Novo (1933/1947). *Biblioteca Nacional* 1980.

⁵⁸² Havia uma similitude entre os processos de formação de jovens vocacionados, vindo do mundo profano e que o seminário, oficina sagrada de clérigos transformava e a escola, oficina sagrada das almas, onde as crianças matéria bruta, eram moldadas com o barro, pelos protótipos dos heróis e santos.

À semelhança da escola clerical, nada é fruto do acaso. Tudo contém intencionalidade: a arquitectura, os locais escolhidos, as regras de civilidade,⁵⁸³ a formatura e ao cânticos escolhidos. Tudo funciona, em ordem a estabelecer uma relação directa com o sagrado:

- os espaços cuja profanidade está oculta por dizeres e símbolos sagrados ou sacralizados;
- os tempos;
- os actores sociais;
- as ferramentas pedagógicas;
- as normas ritualizadas.

A avaliar esta sacralidade, é entronizado o crucifixo, talhado segundo parâmetros escultóricos estabelecidos pelo regime e os retratos dos governantes. A sua pose e o seu ar esfíngico, Também atestam a sacralidade do local.

A escola era uma instituição de formação - educação de teor nacionalista e prioritária sobre a instrução.⁵⁸⁴ O fim da desconstrução da escola laica republicana e ao começo da construção da escola como “sagrada oficina das almas” podemos situá-la, aproximadamente, cerca de 1936, com a entrada do Ministro da Instrução Carneiro Pacheco.

Estavam criadas as condições para serem rigorosamente aplicadas junto das escolas os princípios e as práticas que enformavam a “missão” pedagógica de Oliveira Salazar que se identificava com o Estado Novo: “Salazar é nome de homem e de regime” (Henriques, 1989: 10) e que se alicerçava num regime, num presidente da República e num Presidente do Conselho.

⁵⁸³ Editado pela Figueirinhas – Porto, havia um *compêndio de Civilidade* de José Agostinho, onde os meninos aprendiam “os deveres para com os superiores, iguais e inferiores” Eis apenas um exemplo: “5- Os meninos e muito mais as meninas devem evitar meneios e saltos indecentes, jogos em que pudor é ferido ou desprezado, quando mais não seja, por palavras grosseiras que os acompanham” (Ponto 5 do Cap. VI).

⁵⁸⁴ No Portugal de 1930, o nível cultural da população, em particular nos lugarejos isolados era extremamente baixo. Em muitas povoações quase só existiam analfabetos. A palavra escrita continuava a pertencer ao pároco e a um ou outro camponês mais próspero e praticamente não havia livros. A taxa do analfabetismo andava pelos 70%. Devido à censura, dos 47 jornais diários que se publicavam em 1925 restavam apenas 18 em 1940 (Mónica, *ibid.*: 71- 72).

Depois dos primeiros ensaios, era preciso varrer do espaço escolar todos os vestígios do profano e assinalar uma nova era⁵⁸⁵: arquitectura, símbolos ideológicos, comportamentos e atitudes dos actores sociais, ferramentas pedagógicas. Com tais cenários, era preciso enquadrar os actores sociais nesse espaço sagrado. Para isso era preciso aferir rituais, comportamentos e atitudes com a sacralidade desse espaço.

O primeiro passo foi desconstruir os espaços anteriores e criar outros espaços arquitectónicos, mais coerentes com o modelo de ensino do regime⁵⁸⁶ e mais consentâneo com a visão paroquial do papel da escola de Oliveira Salazar.⁵⁸⁷ Desconstruído o espaço era preciso preenchê-lo. Oliveira Salazar, à guisa do seminário, tratou de preencher os compêndios únicos, obrigatórios com imagens sugestivas, que, traduzindo comportamentos exemplares eram copiados pelos mais novos até se transformarem em *habitus*.

Para esta oficina sagrada são também carreados os retratos esfíngicos das autoridades que passam a dominar a escola: o Doutor Oliveira Salazar e o Marechal Carmona, com o crucifixo ao meio que, por um lado legitima a autoridade dos governantes e por outro legitima os sacrifícios que eles, em nome da regeneração/salvação, exigem aos governados.⁵⁸⁸

O mobiliário é de pobre, porque era essa a ideologia do regime: frugalidade. Aquecimento não aparece⁵⁸⁹ e tinha de se improvisar com tipos tradicionais usados na altura, se a professora permitisse. Casa de banho não havia ou estava inutilizada por falta de água canalizada e os alunos serviam-se de campos ou currais de animais, primeiro rapazes e depois raparigas.

A régua, como instrumento de disciplinação, faziam parte do mobiliário. Como material didáctico, um mapa de Portugal e Colónias e alguns poliedros. Mas o fundamental era que a oficina estivesse apetrechada de material formativo porque este era o principal papel da escola.

⁵⁸⁵ A partir da Ditadura Militar toda a intervenção nas escolas era assinalada com uma Placa: “construída ou recuperada” pela Ditadura Nacional.

⁵⁸⁶ São as escolas denominadas do Centenário, por coincidirem com as comemorações nacionais da Independência nacional, cujos critérios arquitectónicos obedecem à traça da casa portuguesa rural (Cf. Acciaulli, 1998).

⁵⁸⁷ Visão paroquial, porque foram descurados novos métodos pedagógicos em voga, na Europa e porque a catequização, tarefa da igreja católica é transferida para os professores.

⁵⁸⁸ No *Livro Único da Primeira Classe*, vinha a oração para recitar, depois da aula: “Abençoi Senhor (...) os nossos governantes.”

⁵⁸⁹ A representação de Oliveira Salazar na sua sala de trabalho com uma manta nos joelhos, para se aquecer, era o modelo a imitar.

Mas para a “sagrada oficina das almas” o que primeiramente interessava eram as almas o espírito a formação dos espíritos e não os saberes. Por isso fechou o país e a escola a toda a informação que não fosse visada pela censura das autoridades oficiais.

2.2.5.2.. As catorze novas bases doutrinárias e seu significado

Para coroar este período áureo de exaltação nacionalista, de centralismo ditatorial e obediência inteira aos chefes, o Ministro Carneiro Pacheco elabora a Lei n.º 1:141 de 11 de Abril de 1936 com as suas 14 bases que assinalam uma viragem, não só na nomenclatura do Ministério da Instrução como nas políticas educativas do Estado Novo:

1.^a - “O Ministério da Instrução Pública passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional.”⁵⁹⁰

A primeira directiva neste código de procedimentos é que a educação nacional terá prioridade sobre a instrução. A escola e as restantes instâncias educativas, tuteladas pelo Estado, não terão mais como função prioritária a construção e transmissão de saberes, mas a de inculcação de comportamentos e atitudes de teor nacionalista e católico.

2.^a - Para superintender em todo este esforço de transformação da alma lusitana, pela construção da “sagrada oficina das almas” anunciada dois anos antes, por Oliveira Salazar (Salazar, 1935: 302) “é instituída a Junta Nacional da Educação para o estudo de todos os problemas que interessam à formação do carácter, ao ensino e à cultura, a qual terá as seguintes secções:

2.1. Educação moral e física;

2.2. Ensino primário;

2.3. Ensino secundário;

2.4. Ensino superior;

2.5. Ensino técnico;

2.6. Belas Artes;

2.7. Investigação científica e relações culturais.”⁵⁹¹

⁵⁹⁰ Base I da Lei n.º 1:941 de 11 de Abril de 1936, *Diário do Governo* n.º 84, I Série, 11/04/1936.

A análise do conteúdo desta base 2.^a da política educativa de Oliveira Salazar, permite-nos tirar algumas ilações:

- a prioridade hierárquica concedida à educação moral e física, antes dos diversos graus de ensino. A domesticação do corpo e espírito prevalecia sobre a aquisição dos saberes “a obediência é afinal a paz e a doçura de servir” (“Discurso de S. Ex.cia o Ministro da Educação Nacional na inauguração do Centro de Serviço Social n.º 1 da “Obra das Mães pela Educação Nacional”, *Escola Portuguesa*, ano VI n.º 289 de 9 de Maio de 1940, 473- 474). Oliveira Salazar transformou todas as disciplinas em ciências morais. Requalificou os saberes, segundo o código doutrinal do regime. Toda a realidade por mais profana que fosse era atravessada, devassada, pelos princípios morais, confessionais católicos. Antes de serem ciências autónomas, eram disciplinas nomotéticas, regidas por leis morais confessionais. Ficava para segundo plano a identidade disciplinar específica. O saber ficava, assim, subordinado ao dever ser, segundo protótipos estabelecidos pelo regime;

- a centralização da educação nacional, era efectuada num organismo único, dependente, directamente, do Ministro da Educação;

- numa ordem hierárquica, tão cara ao regime, dentro da educação nacional, a formação do carácter ocupa o primeiro lugar, seguido dos diferentes níveis de ensino e, finalmente da cultura. Esta formação do carácter, segundo a Constituição de 1933, seguia os cânones da moral católica.

3.^a - “Os presidentes das secções formam, sob a presidência do presidente da Junta Nacional da Educação, o Conselho Permanente da Educação. Educativa. No funcionamento dos serviços do Ministério será observada rigorosamente a hierarquia, sob pena disciplinar para todos os infractores” (*ibid.*). A lógica dualista da disciplina/castigo estende-se aos membros deste Conselho, a ponto de sob penas disciplinares a todos os infractores, serem “rigorosamente” respeitadas as heierarquias.

4.^a - “Entre as funções a definir para as 1.^a e 7.^a secções da Junta Nacional da Educação será incluído o seu indispensável parecer, sempre que haja de decidir-se a representação de Portugal em competições desportivas e congressos internacionais.” (*Ibid.*). O rigoroso controlo das representações nacionais terá, como critério, não só o mérito desportivo ou cultural, mas, também a critérios subordinados à educação moral dos

⁵⁹¹ Base II, da Lei n.º 1:941 de 11 de Abril de 1936, *Diário do Governo* n.º 84, I Série, 11/04/1936.

intervenientes, como se deduz pelo necessário parecer dos que supervisionam esta secção. Fica, assim, o desporto e a cultura sob a alçada dos inquisidores morais, para que não transpareça para o exterior uma imagem distorcida da pátria regenerada. A Junta de Educação Nacional passa a ter jurisdição sobre os espectáculos públicos, alargando, assim, aos lazeres o seu campo de disciplinação e controlo, segundo os ditames da missão pedagógica.

5.^a - “Na selecção do professorado de qualquer grau de ensino ter-se-ão em conta, sem prejuízo da necessária preparação científica, as exigências da sua essencial cooperação na função educativa e na formação do espírito nacional ” (*ibid.*). Novamente, a matriz do “essencial” enquadramento dos professores de qualquer grau de ensino, nos desígnios salvíficos dos governantes: a formação do espírito nacional. Portanto, a *conditio sine qua non* para ser professor, é ser simples instrumento dos objectivos de “salvação” dos administradores políticos.

A semelhança com o *status* eclesial, parece-nos notória: o padre, juramentado pela obediência inteira ao Ordinário do Lugar, é instrumento nas mãos das hierarquias católicas que administram o sagrado. A sua função é reproduzir, sem questionar, todos os ditames canónicos, emprestando apenas os seus canais de comunicação.

6.^a - “Haverá nas escolas de formação do pessoal docente e em todos os estabelecimentos de ensino, com excepção do primário, cursos obrigatórios de organização corporativa, para todos os candidatos e alunos, adaptados ao grau do respectivo ensino ” (*ibid.*). A mesma formação obrigatória para candidatos a professores e para todos os alunos, depois do ensino primário, uniformiza o saber, incorporando o indivíduo na ordem corporativa. (a elevação ao *status* clerical supunha uma educação/formação específicas com uma componente obrigatória de saberes dogmáticos que incorporavam o indivíduo na ordem canónica). Os princípios ideológicos que enformam o colectivo simbólico, onde todos se devem inserir, têm de ser, obrigatoriamente aprendido por todos, como verdade incontestável que são. (sacralização dos regulamentos , leis e disposições seculares ou regulares).

7.^a - “Serão criadas condições para a efectiva utilização dos bolseiros do Estado e impostas a estes, obrigações que assegurem à colectividade a sua integração na ordem social, constitucionalmente estabelecida e o rendimento do sacrifício com eles feito. Serão concedidas bolsas de estudo pecuniárias a estudantes pobres de elevada capacidade moral e intelectual, rigorosamente comprovada e serão instituídos prémios

nacionais para os melhores estudantes, consistindo, preferentemente, em visitas aos monumentos históricos e viagens às colónias portuguesas” (*ibid.*). Deduz-se do conteúdo desta base, que as bolsas do estudo, concedidas a estudantes, têm de ser encaradas de duas maneiras distintas:

1. como estímulo ao prosseguimento de estudos dos mais capazes, só na condição de uma selecção rigorosa e da sua integração moral e intelectual no colectivo.

Os pobres, abrangidos com estas dádivas, ficam sempre devedores ao colectivo e este cobrará os juros, através do controlo do seu empréstimo. Mais uma vez, a lógica do seminário em que aos seminaristas mais pobres a quem os pais não podiam pagar a pequena mensalidade, era-lhes atribuído um benfeitor, ou o próprio seminário custeava as despesas. Havia, contudo, uma condição: tinham de nas principais festas escrever a agradecer ao benfeitor a sua dádiva, ou no caso de ser o seminário tinham de demonstrar pelo seu empenho nos estudos e comportamento que eram dignos de tanta benfeitoria, o que os deixava marcados, em relação aos outros colegas.

2. Se se tratar de estudantes pobres a elevada capacidade moral e intelectual tem de ser rigorosamente comprovada e haverá prémios para os melhores estudantes que serão, preferentemente, visitas a monumentos nacionais e visitas às colónias.

A máxima de conservar cada um no seu *status* aparentemente abre uma excepção, se tal for de utilidade do colectivo. Os eleitos para fazerem parte do escol, deem subordinar-se ao colectivo e não estão dispensados de praticarem o espírito de pedintização dos mais desfavorecidos que a nação achou por bem elevar a outro *status*. Para ter direito a receber, tem de ser agradecido e ser espelho de virtudes, como no seminário. Tudo para fortalecer a ordem colectiva. O estímulo individual tem de ser devidamente enformado. Inteligência subordinada à vocação nacional. Tal como no seminário. Primeiro, domesticam-se comportamentos e atitudes.

8.^a - “Na reforma do ensino prevenir-se-á a superpopulação dos liceus e universidades pela oportuna repartição dos alunos segundo as suas aptidões entre o ensino liceal e o ensino técnico profissional e pela atribuição de uma finalidade autónoma àquele sem prejuízo da sua função preparatória para os cursos superiores (*ibid.*). O exame de admissão a qualquer grau de ensino será fundamentalmente uma prova de aptidão.” Novamente a integração do indivíduo nos interesses do colectivo. Os comportamentos têm prioridade sobre os saberes. Os interesses do indivíduo e a iniciativa só têm sentido

se não colidirem com a ordem estabelecida.- pedagogia não funcional, mas integracionista nas instituições.

A mesma lógica do seminário, no capítulo da ordem simbólica dos saberes: os administradores do sagrado, que foram seleccionados por Deus ocupam um estatuto social superior aos leigos que não foram eleitos. A eleição como processo de mobilidade social, em que o indivíduo fica eterno devedor a quem estabeleceu a ordem. O homem subordinado ao colectivo. Instrumento nas mãos dos superiores interesses da pátria. Para singrar, socialmente, é preciso provas de aptidão, elaboradas por quem sabe do que precisa a nação. Para haver harmonia e “ordem”. Os mais ricos e mais pobres. Os mais inteligentes e os menos.

9.^a - “Serão revistos os quadros das disciplinas e respectivos programas em todos os graus de ensino por forma que no início do ano lectivo de 1936- 37 se encontre posto no lugar próprio o que se verifique estar deslocado e suprimido tudo o que seja inútil ou pedagogicamente dispensável ” (*ibid.*). O Chefe é quem determina o útil e o inútil nesta ordem de salvação colectiva. Mais uma vez a selecção, obedecendo a critérios do poder definidor de interesse nacional, traçados por uma casta de chefes iluminados. Não existe o compromisso, o diálogo. Não há partilha. Uns mandam e outros obedecem. É a ordem salazarista da “salvação” nacional. Os que têm a missão de “salvar” o que estava mal, têm as soluções e não precisam de partilhá-las com ninguém. Quem não as tem, há que obedecer. Compete aos chefes colocar cada um no seu lugar, a bem da nação.

Antes era a “desordem”. Agora há quem tudo providencie tudo, para bem de todos, do colectivo. Há que repor a ordem que foi violada pelos princípios laicos da Primeira República, que significavam “desordem.”

10.^a - “ Para o ensino primário elementar será em todo o País adoptado o mesmo livro de leitura em cada classe. “

Nos estabelecimentos de ensino de todo o País, com exclusão do superior, haverá um único compêndio para cada ano ou classe das disciplinas de História de Portugal, História Geral e Filosofia, bem como em cumprimento do parágrafo 3.º do art. 43 da Constituição Política um único compêndio de Educação Moral e Cívica, em relação com o respectivo grau de ensino. Quanto às restantes disciplinas será proibido o uso de mais do que um livro em cada ano, ou classe, dentro do mesmo estabelecimento de ensino” (*ibid.*). O controlo ou domesticação do corpo e do espírito pressupunha a

adopção de livros únicos. Era preciso colocar a inteligência de cada um a raciocinar, segundo a ordem estabelecida. Sobretudo numa das disciplinas mais sensíveis, *História de Portugal* (a única que no diploma vem com letra maiúscula). a “história geral e filosofia”, afinal aquelas que fornecem ao aluno uma visão mais alargada do mundo, ou o orientam na construção e arrumação dos saberes essas são de somenos importância.

11.^a - “Será dada à Mocidade Portuguesa uma organização nacional e pré-militar que estimule o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria e a coloque em condições de poder concorrer eficazmente para a sua defesa. Providências especiais serão tomadas em relação aos filhos dos portugueses residentes no estrangeiro, no sentido de se estimular o cumprimento do dever para com o país hospitaleiro e o amor à Pátria-Mãe (...)” (*ibid.*).

Como se não bastasse a adopção de livros únicos, Oliveira Salazar instituiu ainda um organismo, a Mocidade Portuguesa de ideologização uniforme e obrigatória a partir da escola. Nela delega o controlo de tudo e todos. É um instrumento de disciplinação, uniformidade, hierarquização e obediência. Este enquadramento pré-militar é complementado, desde o ensino primário, com os rituais que alimentam o espírito: hinos patrióticos, formaturas, celebrações, festas, acampamentos, fardas militares e continências respeitadas aos símbolos nacionais e às chefias. O controlo sobre os vícios estrangeiros vai até ao receio de que os filhos dos emigrantes tragam alguma inquinação para o país. Daqui os cuidados em que sejam integrados, de modo a não conspurcarem os residentes, já “purificados”.

12.^a - “Em todos os estabelecimentos de ensino com excepção do superior, tanto oficiais como particulares, será obrigatório o canto coral como elemento de educação e coesão nacional e em cada centro universitário será organizado um orfeão académico de frequência facultativa. Será editado oficialmente a harmonização do hino nacional tendo-se em conta a diferente idade dos alunos que frequentam os diversos graus de ensino. Organizar-se-á uma pequena colecção de cânticos nacionais, exaltando as glórias portuguesas a dignidade do trabalho e o amor à Pátria, os quais serão frequentemente executados e constituirão a base de um programa sempre pronto para as festas escolares, assim como para as grandes expressões do sentimento nacional. Será feita a selecção dos cânticos regionais educativos no sentido de manter a tradição da província portuguesa” (*ibid.*: 413).

Mais instrumentos de uniformização, disciplinação do espírito, ordem, (coesão) nas festas e celebrações. Nada escapa ao controlo. Até a harmonização do hino nacional. É preciso domesticar até o sentimento. Atrair e educar o povo. Festas escolares estereotipadas. Com um objectivo único: a disciplinação do espírito pela educação do gosto, do interesse das crianças. Tudo para manter o *status quo*. Nada de mudança.

Há um paralelo evidente com o seminário nesta importância dada ao canto coral. A música e os cânticos estimulavam os sentimentos e prendiam o seminarista às celebrações. Por isso a música era estimulada. Música sacra ou religiosa como estratégia pedagógica. Tudo devidamente concertado. Nada espontâneo. Tudo doutrinal. Tudo ritualizado. Tudo normalizado. Até nos lugares de lazer. Um lazer dirigido e domesticado. Estratégias de inculcação e domesticação, através da expressão musical. Música sentimental alimentada por letras consentâneas. Tudo, em ordem ao mesmo fim: moldar corpos e espíritos e domesticar vontades, “educando-as”.

13.^a - “Em todas as escolas públicas do ensino primário infantil e elementar existirá por detrás e acima da cadeira do professor um crucifixo como símbolo da educação cristã, determinada pela Constituição. O crucifixo será adquirido e colocado pela forma que o Governo pelo Ministério da Educação Nacional determinar ” (*ibid.*). Uniformização até no uso dos símbolos religiosos. Tudo na “ordem.” Até o tipo de crucifixo e o modo de o colocar. O símbolo sagrado ao serviço da educação nacional e mobilizado para manter a coesão e a passividade das gerações mais novas. É o poder temporal a assenhorear-se dos símbolos sagrados e a instrumentalizá-los para implementar as suas políticas de “interesse nacional”.⁵⁹²

14.^a - “Pelo Ministério da Educação Nacional serão publicados todos os diplomas necessários para a completa execução desta lei ” (*ibid.*).

⁵⁹² Vida escolar: “Cerca das 15 horas procede-se à colocação do crucifixo no local que lhe era reservado dentro da escola, cerimónia que a todos comoveu pelo seu alto significado e ainda por ser realizada pela criancinha mais nova da escola. Em seguida, houve uma sessão solene a que presidiu o ver.º Pároco da freguesia, secretariado pelas professoras. Durante a sessão várias crianças disseram recitativos, intercalados por cânticos religiosos que foram aplaudidos, numa maneira geral pela assistência que enchia totalmente a sala da escola luxuosamente engalanada. Falou primeiro a professora de Momentinha que exortou as criancinhas a seguirem a doutrina de Cristo. Em seguida falou o dr. Joaquim Vaz Ferreira (...) Num discurso cheio de fé e patriotismo enalteceu o significado da festa e teceu justos elogios a Suas Ex.as os Presidentes da República e Conselho e Ministro da Educação. Ainda o sr. Manuel Bernardo em palavras fervorosas de fé cristã e amor à Pátria engrandeceu, justamente, o Estado Novo (“Vida escolar. Moimentinha”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 272 de 11 de Janeiro de 1940, 217).

3. REFORMAR NA CONTINUIDADE E PERMANÊNCIA DOUTRINAL (1950-1968).

3.1. Plano Nacional de Alfabetização. Campanha Nacional de Adultos

A escola de reeducação nacional, edificada segundo as matrizes políticas do Estado Novo até aos princípios dos anos cinquenta vai sofrer algumas alterações pontuais de natureza empírica, sem, porém, bolir na essencialidade das suas definições ideológicas. O sistema educativo até aí mais preocupado com o ensinar a ler, escrever e contar numa economia de subsistência, não tem, agora, capacidade para se adaptar rapidamente às transformações tecnológicas do Pós – Segunda Guerra Mundial, a necessitar de mão -de -obra mais qualificada. A partir do Ministro da Educação Pires de Lima, verifica-se a expansão do sistema de ensino por efeito da procura de gente escolarizada, para acompanhar o crescimento económico. É o próprio Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. Henrique Veiga de Macedo que identifica, assim, a situação do País escolarizado, em 1950.

Quadro n.º 20. Estatística do Portugal escolarizado em 1950

População	Semianalfabetos	Analfabetos
7.213.662 hab	2.291.120 hab. ⁵⁹³	2.916.000hab.

Fonte: Plano de Educação Popular, XVIII (Série B - n.º 3), Actas das Comissões Centrais da Campanha Nacional de Adultos, Campanha Nacional de Adultos, 1955: 16.

O conservadorismo estático e a redução dos saberes vão dificultar a existência de uma política coerente e inteligente de desenvolvimento. A política educativa até aí em vigor, baseada num “conhecimento de subsistência” proporcionado às populações rurais e urbanas de menores recursos económicos, com uma forte carga ideológica, não motivava para o prosseguimento de estudos. Estas políticas educativas de subsistência não eram compatíveis com os Planos de desenvolvimento nacionais, quinquenais, apregoados pelo regime.e precisam de um plano nacional de alfabetização, traduzido oficialmente na “Campanha Nacional de Adultos”

⁵⁹³ Sabem ler, mas não têm a escolaridade obrigatória. Dos iletrados, cerca de dois milhões possuíam mais de trinta e cinco anos (*ibid.*:16).

Vários Planos de Fomento são desenhados para tentar acompanhar o ritmo de crescimento de uma Europa em reconstrução:

- o primeiro Plano de Fomento abrange os anos de 1953 a 1958,⁵⁹⁴
- o segundo de 1958 a 1964;⁵⁹⁵
- um plano intercalar de 1965 a 1967;⁵⁹⁶
- o último de 1968 a 1973.⁵⁹⁷

Para a eficiente concretização destes Planos de Fomento verificou-se que o sistema educativo não dava respostas adequadas. Faltava a mão de obra qualificada e escolarizada. Em contrapartida, os destinos europeus solicitavam e absorviam mão de obra indiferenciada. Era a mobilidade social indesejada pelo regime. Este foi impotente para estancar esta hemorragia dos recursos humanos, em grande parte clandestina, atraída por melhores condições salariais, a partir dos anos cinquenta:

Quadro n.º 21. Emigração portuguesa.

1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
25000	68000	95000	80000	83000	60000	54000	71000	69000	67000
1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	
65000	65000	65000	77000	107000	172000	232000	179000	155000	

Fonte: Extraído e adaptado de (Rosas, *ibid.*: 345).

Como se pode verificar, pelo quadro, a partir de 1950, a emigração sobe em flecha, procurando melhores condições salariais, numa Europa a refazer-se, ainda, das profundas feridas abertas pela Segunda Guerra Mundial.

Estes dois argumentos exerceram forte pressão sobre a propaganda oficial que advogava, o mínimo de escola para todos e o máximo de doutrinação. A necessidade do alargamento da escolarização e a retoma da promoção das campanhas de alfabetização

⁵⁹⁴ Aprovado pela Lei n.º 2:058 de 29 de Dezembro de 1952, *Diário do Governo*, 291, I Série, 29/12/1952;

⁵⁹⁵ Aprovado pela Lei n.º 2:094 de 25 de Novembro de 1958, *Diário do Governo*, n.º 256, I Série, 25/11/1958.

⁵⁹⁶ Aprovado Lei n.º 2:123 de 14 de Dezembro de 1964, *Diário do Governo*, n.º 291; I Série, 14/12/1964, *Diário do Governo*, n.º 198, I Série, 14/12/1964.

⁵⁹⁷ Aprovado pela Lei n.º 2:133 de 20 de Dezembro de 1967, *Diário do Governo*, I Série, 20/12/1967.

de adultos, vão ser assumidos pelo regime, como dois imperativos de interesse nacional, face à nova conjuntura.

Congraçar estes objectivos com a essência da “missão” pedagógica de Oliveira Salazar vai ser agora o objectivo principal, dos governantes, o que vai ser difícil de congraçar, devido à abertura cultural ao exterior que a mobilidade social acarreta. Salazar vai cedendo na necessidade de alargar a escolarização, mas sem nunca abdicar dos princípios essenciais da sua política educativa.

Se considerarmos apenas os sete livros únicos de *Leituras*, mais utilizados da primeira à quarta classe do Ensino Primário oficial, verificamos que nas suas diversas edições acompanham os últimos 10 anos do consulado de Oliveira Salazar, 1958 a 1968, num total de 625 textos.

Do ano 1958 foi editado *O livro da Primeira Classe*, Ed. Domingos Barreira, 8.ª Ed., 1958 ; *O Livro da Segunda Classe*, Porto Ed., L.da, 6.ª Ed., 1958; *O Livro da Terceira Classe* Ed. Domingos Barreira, 4.ª ed., 1958. Em 1968 foi editado *O Novo Livro de Leitura da Quarta Classe*, António Branco, Porto Ed., L.da, 1.ª Ed. C. (Bívar, 1971: 22- 23).

Começa, a aflorar a grande fragilidade do sistema educativo: o estaticismo social e económico criou uma escola também burocratizada que não acompanhou as mudanças europeias.⁵⁹⁸ O conhecimento do humano e do social é, por isso, sempre uma provocação que exige exaltação do intelecto e não a sua subordinação, o rigor do método, a combinação de diversos conhecimentos científicos a celebração da descoberta, como um jogo, continuamente renovado. Atributos estes que empalideceram, durante os 40 do consulado de Oliveira Salazar, encobertos pela omnisciência dos códigos dogmáticos e morais, impostos pelo regime.

Perante o fracasso, denunciado pelas estatísticas, e perante os novos desafios de uma economia em desenvolvimento, o Estado Novo altera algumas estratégias até aí seguidas: novos Ministros da Educação, provenientes de meios académicos mais esclarecidos, vão impulsionar a escolaridade obrigatória, mesmo com medidas coercitivas. A instrução primária torna a ser a meta definida, prioritariamente, para todos os portugueses de sexo masculino e mais tarde, também, para o sexo feminino.

⁵⁹⁸ “O professor (...) acabou por se integrar, progressivamente, na massa obediente da burocracia, aceitando resignado os acontecimentos ” (Mónica, 1978: 298).

Com o Ministro da Educação Nacional, Pires de Lima tomam-se importantes medidas para a extinção do analfabetismo em Portugal: “dão-se aos iletrados as maiores possibilidades de adquirir aquele mínimo de instrução indispensável, para a vida, através de cursos de educação de adultos e de uma Campanha Nacional de Educação de Adultos ” (Ponto 12 do Preâmbulo do mesmo Decreto - Lei de 27 de Outubro de 1952).

Segundo o este Diploma legal que a oficializa, os objectivos desta Campanha são ensinar o analfabeto:

- a pensar e a falar com clareza e precisão;
- a compreender e empregar os sinais gráficos;
- desenvolver-lhe o gosto pela leitura;
- demonstrar-lhe a necessidade de instrução.

O Governo vê-se coagido pelas circunstâncias e pela política de desmotivação da escola, a impor medidas coercitivas⁵⁹⁹ para quem não obtivesse o diploma da instrução primária:

- “proibir-se a toda e qualquer entidade patronal do comércio e da indústria a admissão ao seu serviço, nos quadros permanentes, de indivíduos com menos de 18 anos de idade, sem a habilitação do ensino primário elementar.”⁶⁰⁰

- “ poderes ao Ministro das Corporações e Previdência Social para proibir o ingresso em qualquer profissão, ou em qual quer classes ou categorias profissionais, a indivíduos que não possuam exame da 3.^a ou 4.^a classe do ensino primário (*ibid.*). Igualmente “não poderá ser admitido a exame para condutor de veículos automóveis quem não tiver a habilitação correspondente à do exame do ensino primário elementar”(*ibid.*).

- “passa a exigir-se a habilitação mínima da 3.^a classe do ensino primário para o ingresso nos serviços do Estado e alarga-se tal exigência às admissões de pessoal por parte dos corpos administrativos organismos corporativos ou de coordenação económica e instituições de Previdência e abonos de família ” (*ibid.*).

⁵⁹⁹ A estas medidas chama “providências destinadas a reforçar a obrigatoriedade escolar” (Ponto 45 do Preâmbulo do Decreto-lei n.º 38:968 de 27 de Outubro de 1952, *Diário do Governo*, n.º 241, I Série, 27/10/1952).

⁶⁰⁰ Cap.º IV do Decreto-lei n.º 38:968 de 27 de Outubro de 1952, *Diário do Governo*, n.º 241, I Série, 27/10/1952).

- mantém-se em vigor o Decreto n.º 16782 de 17 de Abril de 1929 que proibiu a emigração de indivíduos de mais de 14 anos e menos de 45 que não provassem ter obtido certificado de passagem da 3.ª para a 4.ª classe.

- “os mancebos incorporados em todos os ramos das Forças Armadas não poderão passar à disponibilidade sem obterem a habilitação correspondente ao exame de ensino primário elementar ” (*ibid.*).

- a obrigatoriedade do ensino primário elementar que atingia, segundo a legislação em vigor, todas as crianças entre os sete e os onze anos estendeu-se por mais um ano dos sete aos doze anos. A sanção de as famílias ficarem sem o abono de família, ajudou a repor a escolaridade.

Estas medidas não teriam o impacto desejado, se não fossem complementadas por outras afins. Até à destituição de Salazar, limite deste nosso período em análise, outras medidas foram tomadas para tentar dar resposta às necessidades conjunturais do País, a nível de escolaridade primária:

- aumenta o número possível de alunos matriculados na escola do Magistério Primário. O número de escolas do Magistério sobe para sete.

- os professores primários sobem uma letra, na escala dos vencimentos;⁶⁰¹

- o número de escolas do Magistério primário sobe para oito;

- Alarga-se a escolaridade obrigatória de 4 anos para rapazes e raparigas;⁶⁰²

- A escolaridade obrigatória passa a 6 anos.⁶⁰³;

- Criação do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, pelo Ministro da Educação, Galvão Teles.⁶⁰⁴;

- Criação do ciclo preparatório da telescola, ou abreviadamente ciclo preparatório T.V. como modalidade do ciclo preparatório do ensino secundário.⁶⁰⁵

- Começo do Ciclo Preparatório em 1968.

Nesta campanha de combate ao analfabetismo, há a máxima preocupação em não se descurar a doutrinação, agora extensiva aos adultos. Os livros únicos e a

⁶⁰¹ Decreto-lei n.º 41:902 de 9 de Outubro de 1958, *Diário do Governo*, n.º 219, I Série, 09/10/1958;

⁶⁰² Decreto-lei n.º 42:994 de 28 de Maio de 1960, *Diário do Governo*, n.º125, I Série, 28/05/1960;

⁶⁰³ Decreto-lei n.º 45:810 de 9 de Julho de 1964, *Diário do Governo*, I Série, 09/07/1964;

⁶⁰⁴ Decreto-lei n.º 47:480 de 2 de Janeiro de 1967, *Diário do Governo*, n.º 1, I Série, 02/01/1967;

⁶⁰⁵ Decreto-lei n.º 47:480 de 2 de Janeiro de 1967, *Diário do Governo*, n.º 1, I Série, 02/01/1967.

preservação das matrizes fundamentais do regime estão bem expressas: continua-se a utilizar uma censura rigorosa para tudo o que vinha do estrangeiro. Os diplomas legais que anunciam estas mudanças e alargamento da escolaridade e a formação de adulto são bem explícitos.

Entre os objectivos da Campanha Nacional de Adultos, contam-se os seguintes: “ajudá-lo (ao analfabeto) a tomar consciência dos valores sociais económicos, estéticos cívicos, morais e espirituais; (...) defendê-lo de falsas ideias e de perigosos mitos terá de ser outro grande objectivo de uma campanha bem orientada”⁶⁰⁶.

O pós-Segunda Guerra Mundial atinge todos os sectores da sociedade portuguesa. Por mais que o governo se esforce por minimizar os seus efeitos políticos e sociais, a reconstrução da Europa e a hegemonia das democracias aliadas abalam o *status quo* do Estado Novo. O governo de Salazar, utilizando uma política ambígua e ambivalente tenta, num equilíbrio difícil a permanência doutrinal, contrabalançada com algumas reformas conjunturais. O ensino liceal, onde o regime vai recrutar os seus quadros dirigentes, vai, novamente, ser objecto de algumas reformas para o adaptar os novos tempos, mas sem beliscar as exigências doutrinárias.

▪ Para tentar silenciar os defensores da igualdade de género, no ensino, onde já existe uma quantidade significativa de mulheres professoras, cria em Lisboa, para frequência exclusivamente feminina, um liceu a que será dado o nome de D. Leonor e que funcionará na zona oriental da cidade.⁶⁰⁷ Doze dias mais tarde, promulga, também em forma de Decreto-Lei, a reforma do ensino Liceal e o Estatuto do Ensino liceal.⁶⁰⁸

Como conciliar estas exigências sociais e económicas com a continuidade da “missão” pedagógica de Oliveira Salazar que exige e incide fundamentalmente na conformidade social, submissão e obediência aos chefes e disciplinação de corpos e espíritos?

Para o conseguir, reforça os mecanismos de disciplinação e educação nacional (M.P.), controlo (Inspeção), censura mais atenta e imposição de únicos veículos de informação escolar - os livros únicos. Os diplomas legais, dimanados do Ministério da Educação Nacional, atestam isso mesmo:

⁶⁰⁶ Cap.º VII do Decreto-lei n.º 38:968 de 27/10/1952, *Diário do Governo*, n.º 241, I Série, 27/10/1952;

⁶⁰⁷ Decreto-lei n.º 36:495, de 5 de Setembro de 1947, *Diário do Governo*, n.º 206, I Série, 05/09/1947;

⁶⁰⁸ Decreto-lei n.º 36:508 de 17 de Setembro de 1947, *Diário do Governo*, n.º 216, I Série, 17/09/1947.

“ Mantendo a estrutura essencial do nosso ensino liceal, a presente reforma, segundo ao governo se afigura, contribuirá decisivamente para o aperfeiçoamento deste ramo de ensino e exercerá considerável influência sobre a educação da juventude. Para isso, também será dado maior desenvolvimento à acção das organizações Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina de que tanto é lícito esperar”.⁶⁰⁹

E mais adiante: “Não poderão ser providos os candidatos a professores contratados a respeito dos quais a Mocidade Portuguesa ou a Mocidade Portuguesa Feminina dêem informação desfavorável.”⁶¹⁰

“É criada no Ministério da Educação Nacional a Inspeção de Ensino liceal constituída por um Inspector superior e quatro inspectores. (...). São atribuições da Inspeção do Ensino liceal: (..) g) classificar o serviço dos professores dos grupos 1.º ao 9.º. A Inspeção do Ensino Liceal elaborará e terá sempre actualizado o cadastro de todos os professores em serviço nos liceus.”⁶¹¹

A adesão de Portugal à iniciativa da O. C. D. E. planeamento e controlo do ensino de alguns países do Mediterrâneo vem pela primeira vez expor o ensino e suas matrizes a olhares exteriores ao regime, equacionando o perigo de contaminação do que era tradicional e português pelas ideias estrangeiras. Há, pois, que blindar as instituições escolares com os sagrados alicerces da identidade nacional.

“Julga o Governo que para este trabalho (reforma do ensino liceal), o melhor método para se tratar de um ensino para portugueses será o que for mais consentâneo com a nossa índole as nossas tradições e a nossa vida própria e que importa por isso menos o estudo e o conhecimento do que têm feito as outras nações do que o exame e a observação dos resultados das experiências que nós próprios temos feito.”⁶¹²

⁶⁰⁹ Ponto 17 do Preâmbulo do Decreto-lei 36:507 de 17 de Setembro de 1947, *Diário do Governo*, n.º 216, I Série, 17/09/1947.

⁶¹⁰ Alínea e) do Art.º 94.º da Secção II do Cap.º VII do Decreto-lei n.º 36:508- Estatuto do Ensino Liceal, de 17 de Setembro de 1947, *Diário do Governo*, n.º 216, I Série, 17/09/1947.

⁶¹¹ Art.º 117.º do Cap.º VIII do Decreto-lei n.º 36:508- Estatuto do Ensino Liceal, de 17 de Setembro de 1947, *Diário do Governo*, n.º 216, I Série, 17/09/1947.

⁶¹² Ponto 2 do Preâmbulo do Decreto-lei 36:507 de 17 de Setembro de 1947, *Diário do Governo*, n.º 216, I Série, 17/09/1947.

Outro processo de controlo e inculcação doutrinal é a escolha dos livros únicos. Estabelece-se normas rigorosas para a edição apenas de livros escolares aprovados pelo Ministério da Educação Nacional, através de uma comissão fiscalizadora. Compete a esta comissão fiscalizadora entre outras funções:

- “apreender ou ordenar a apreensão dos exemplares editados ilegalmente e fazer a devida participação à autoridade judicial,
- se os livros, nestas condições, se encontrarem na posse dos alunos, providenciar para que outros lhe sejam fornecidos gratuitamente em sua substituição. A despesa será satisfeita pelo Fundo do Livro único do ensino liceal, a reembolsar pelo autor da transgressão;
- todos os exemplares dos livros serão numerados e autenticados pela forma que for determinada pelo Ministro da Educação Nacional”⁶¹³

O Estado Novo está atento e vigilante para que a abertura internacional não interfira com o papel da escola liceal de preparar os quadros médios do regime. Passados sete anos da reforma do ensino liceal, novos ajustamentos são introduzidos no Regulamento, que disciplina professores e alunos:

- são introduzidas alterações no Estatuto do Ensino liceal.⁶¹⁴
- são aprovados os programas das disciplinas do ensino liceal.⁶¹⁵

O ensino Médio Agrícola também vai ser objecto de algumas reformas, a par com o ensino liceal, a partir dos anos cinquenta, para dar resposta aos planos de desenvolvimento agrícola, também conhecidos por Planos de Fomento:

- são aprovados os programas do ensino médio agrícola⁶¹⁶
- são criadas novas escolas técnicas em Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Faro e Funchal;

Para a sua completa integração no sistema educativo, define-se o seu papel formador e doutrinador, sempre em ligação e complementaridade com as instituições específicas do Estado Novo: Assim, cabe às escolas de regentes agrícolas:

⁶¹³ Alínea d) do Art.º 9.º do Decreto – Lei n.º 37:985 de 29 de Setembro de 1950, *Diário do Governo*, n.º 193, I Série, 29/09/1950.

⁶¹⁴ Decreto n.º 36508 de 23 de Março de 1954, *Diário do Governo*, I Série, 23/03/1954 .

⁶¹⁵ Decreto n.º 39807 de 7 de Setembro de 1954, *Diário do Governo*, I Série, 07/09/1954.

⁶¹⁶ Portaria n.º 14:524 de 2 de Setembro de 1953, *Diário do Governo*, n.º 191, I Série, 02/09/1953.

“Promover em ligação com a família, a Mocidade Portuguesa e as demais instituições educativas, a formação moral e cívica dos alunos pela sua integração espiritual no sentido cristão da vida e nos superiores objectivos da Nação Portuguesa pela aquisição da dignidade e do valor do trabalho como primeiro dever social pelo gosto da iniciativa e da responsabilidade pessoal.”⁶¹⁷

As estruturas pedagógicas vão sendo reformuladas, de acordo com os objectivos traçados pelo sistema educativo para este tipo de cursos:

- são substituídos os planos dos cursos complementares de aprendizagem, de formação e de especialização profissionais, constantes aos mapas anexos ao Decreto n.º 37:029 (Estatuto do Ensino Profissional e Comercial).⁶¹⁸ A finalidade é “simplificar a constituição dos cursos de compositor tipógrafo, de torneiro, de fresador e de ajustador.”⁶¹⁹

- são aprovados os “Programas do Ensino Técnico Profissional”⁶²⁰

Para não haver desajustes doutrinários em relação ao ensino liceal, no Ciclo Preparatório, à Disciplina de Língua e História Pátria, o normativo faz as seguintes observações metodológicas: “Dê-se prioridade aos contos da tradição nacional –o que o povo português tem contado e recontado e é património comum das gerações e traço indelével de lusitanidade. (...) Estas histórias hão-se escolher-se com discernimento: Não basta refugar o *obsceno* que por natureza condenado está; é preciso excluir o *atroz*; o que atormenta e punge, sem vantagem.

Querem-se narrativas *serenas* e *jucundas*, de leitura repousante, críveis quanto ser possa, sem fantasmas nem dragões discretamente edificantes –com moralidade implícita, nada mais.”⁶²¹ E no conteúdo programático “Portugal” afirma:

“Pretende ser o conhecimento de Portugal, menos da terra, que mal se retrata em palavras, do que das almas que, essas, revelam-se nas tradições, nos costumes, nas lendas regionais no que se conta à lareira, nos cânticos que amenizam a vida campestre, nas romarias, nas celebrações das datas festivas, nos provérbios, nos ditos humorosos, nas crenças peculiares –até nas superstições ingénuas” (*ibid.*: 18).

⁶¹⁷ Alínea d) do ponto 2 do art.º 1.º da Cap. I do Decreto n.º 38:026 de 2 de Novembro de 1950, *Diário do Governo*, I Série, 02/11/ 1950.

⁶¹⁸ Portaria n.º 13.649 de 17 de Agosto de 1951, *Diário do Governo* n.º 173, I Série, 17/08/1951.

⁶¹⁹ Portaria n.º 13:649 de 17 de Agosto de 1951, *Diário do Governo* n.º 173, I Série, 17/08/1951.

⁶²⁰ Portaria n.º 13.800 de 12 de Janeiro de 1952, *Diário do Governo* n.º 8, I Série, 12/01/1952.

⁶²¹ Portaria n.º 13:800 de 12 de Janeiro de 1952, *Diário do Governo* n.º 8, I Série, 12/01/1952.

O ensino particular rege-se pelos mesmo parâmetros educativos do ensino oficial. Não dispondo legalmente de autonomia pedagógica, fica subordinado à tutela, aplicando-se-lhe as normas legais que regem o ensino oficial. Pela Lei n.º 2:003, foram promulgadas as 13 Bases do Ensino Particular, das quais seleccionámos a segunda, oitava e décima segunda, por resumir o ideário da escola do Estado Novo:

“Além das obrigações próprias do ensino, todos os professores têm o dever fundamental de cuidar da educação moral dos seus alunos, afim de lhes formar o carácter, de lhes criar neles uma consciência firmemente nacional e de lhes inculcar o respeito pelos preceitos e hábitos da disciplina e da virtude.

Nos termos do art.º 42 do parágrafo 3.º da Constituição, as virtudes morais são orientadas pelos princípios da doutrina e moral cristãs tradicionais no País.

(...) Não é permitida a coeducação, excepto nas escolas infantis.”⁶²²

À semelhança do ensino oficial é criada a Inspeção do Ensino Particular, para fiscalizar o cumprimento rigoroso dos normativos, no referente a comportamentos de professores e alunos. De entre a educação e ensino ministrados a alunos, há que ter em conta o seguinte: “Dedicar especiais cuidados à verificação do modo como são educados as alunas do sexo feminino, exigindo que a educação seja orientada, no sentido da conservação e defesa das virtudes tradicionais da mulher portuguesa e da exaltação da dignidade moral dos lares.”⁶²³

Através destes excertos legislativos podemos verificar que mesmo no pós-guerra as matrizes da educação e ensino do Estado Novo foram conservadas, senão mesmo reforçadas, com receio de contaminações exteriores. As poucas reformas conjunturais operadas na escola foram ditadas pela necessidade de criar quadros técnicos para desenvolver a agricultura e indústria nacional abrangidas pelos planos de fomento tão propalados pelo Estado. Outra razão foi mostrar, a nível internacional, depois da adesão à O.C.D.E. que Portugal estava empenhado no combate ao analfabetismo que atingia ainda números alarmantes. Esta visão misógena do regime ao continuar a preferir a clausura e entrincheirar-se na sua verdade educativa nacional traduzida na continuada imposição agressiva de princípios canónicos e códigos de comportamento, criou resistências sociais, impedindo a renovação e mudança. Como

⁶²² Bases II e VIII do Ensino Particular, Lei n.º 2:003 de 27 de Junho de 1949, *Diário do Governo* n.º 138, I Série, 27/06/1949.

⁶²³ *Ibid.*, alínea e) da Base XII.

afirmava Durkheim, o papel do Estado é esclarecer os princípios essenciais em que acredita, fazê-los ensinar nas suas escolas, velar para que em nenhum lugar as crianças os ignorem e para que em todo o lado se fale deles com o respeito que lhes é devido. Há sob este aspecto uma acção a exercer, que será tanto mais eficaz, quanto menos agressiva e menos violenta e que melhor se saiba conter em limites prudentes (Durkheim, *ibid.*: 62).

O papel da escola como promotora da mudança social fica assim comprometido e a modernidade que se afirmava na Europa do pós- Segunda Guerra Mundial, permanece adiada. A principal herança da Primeira República, um sistema educativo moderno e laico da Primeira República, arquitectado normativamente, embora em pequeno grau “coisificado” (Weber, *ibid.*), devido, sobretudo, à instabilidade político/social, tinha sido reconvertido *ab imis fundamentis*, durante 40 anos de conformidade político/social, em instrumento educativo de raízes e práticas seminarísticas: “Com Salazar em obediência pronta, total e perfeita, ao serviço de Portugal eterno e livre!- Seja este o centro de toda a actividade escolar (...)”⁶²⁴

A escola do Estado Novo rege-se por princípios e “práticas pedagógicas” da escola clerical. Exceptuando a clausura eclesiástica e a vocação, a coincidência das práticas pedagógicas é evidente:

- a escola do Estado Novo é um espaço sagrado onde se disciplinam corpos e almas e combatem comportamentos considerados “mundanos”⁶²⁵. Em primeiro lugar dos alunos:

“a garotada (...) encaminha-se para a escola. (...) Uma bola de trapo que surge não se sabe donde põe tudo em alvoroço. O tumulto cessa, mal aparece a senhora Professora que, por sistema, é inimiga acérrimo do “jogo da bola”, jogo incómodo, impertinente, e muito prejudicial à saúde dos alunos das nossas escolas...e às algibeiras dos pais” (Pereira 1941, “Práticas Educativas”, *Escola Portuguesa*, n.º 343 de 22 de Maio, 611).

- impõe, por lei, aos professores, cânones quanto ao vestir e trajar:

⁶²⁴ Editorial “Devemos a Salazar obediência total, pronta e perfeita”, *Escola Portuguesa*, ano VI N.º 286, 18 de Abril de 1940, 426- 427).

⁶²⁵ Nos anos quarenta o Regulamento do Seminário Menor de Montariol - Braga proibia jogar a bola com o pé, por considerar o futebol um jogo mundano, impróprio de seminaristas (Fernandes, *ibid.*).

“A professora, senhora relativamente nova, tem boa figura. No rosto cuidado sem arrebiques, impróprios da função e *que a lei não consente* emoldurado pelo cabelo arranjado e bem penteado (...). O vestuário de corte simples é relativamente modesto, sem que deixe mostrar certa elegância. Durante as horas de serviço usa também uma bata branca, impecavelmente limpa” (*ibid.*).

- a função do professor é, antes de mais, fazer cumprir estes cânones legais, relativamente aos seus alunos: ordem, asseio, disciplina, obediência, uniformidade:

”Formados numa fileira, a senhora Professora manda entrar. Sob as suas vistas a classe avança em ordem, sem pressas. A senhora Professora aproveita este momento para observar, naturalmente, o aspecto geral e o estado de asseio dos seus alunos (...) Sem barulho nem confusão cada um coloca o bonezito no cabide e veste a bata de trabalho. Cuidadosamente pendurada, na véspera, à hora da saída, a bata feita de pano aos quadradinhos azuis e brancos dá á classe um aspecto um tanto ou quanto agradável ” (*ibid.*).

- tal como no seminário, a escola do Estado Novo vai transformando os alunos sobretudo os mais pobres e desprezados em pessoas “civilizadas” segundo os cânones do regime:

“Como educadora que principalmente é, tratou com desvelo maternal, desde o dia em que pela primeira vez uma crinça entrou na sua aula, dos cuidados que cada aluno deve ter com o asseio de si próprio, ensinando-o e levando-o a praticar todas as regras de higiene, indispensáveis a uma pessoa civilizada.(...) Opta pelo ensino activo e prático para o que dispõe de bacias, toalhas, sabão, tesouras etc. e de verba na Caixa Escolar autorizada pelos Estatutos para pagar cortes de cabelo a algum aluno mais desprezado e mais pobre. Por este processo, eles vão adquirindo o “sentido da água” e noções de dignidade e de amor próprio” (*ibid.*).

- na escola de Estado Novo, como na escola clerical impera a omnipresente autoridade simbólica dos “Chefes” que exige tudo e todos “na ordem” com quadros e dizeres que também disciplinam corpos e almas:

“O mobiliário limpo de pó e sujidades conservando o brilho de novo. As paredes muito limpas. Na da frente está pendurado o Crucifixo que dá solenidade à sala de aula. Os quadros “ a Lição de Salazar “ bem distribuídos pelas paredes da sala, pendem em boa ordem.(..) os retratos do venerando Chefe do Estado e do prestigioso Chefe do Governo colocados em lugar de honra estão emoldurados decentemente” (*ibid.*).

- a escola transforma-se em lugar de devoção dos alunos, ofuscados pelas virtudes excelsas dos ícones sagrados da instituição, tal como no seminário:

“As figuras são conhecidas e apreciadas por toda a classe. Focadas em oportunas conversas e lições. Todos os alunos pronunciam com prazer os nomes de Carmona e Salazar. Chefes insígnies, expoentes máxims desta época de renascimento pátrio, obreiros da paz abençoada que disfrutamos no seio da Europa retalhada e em luta cruenta e de extermínio, presidem à mais digna e altruísta função que é permtido exercer-se: a fomação dos homens de amanhã, dos homens do Portugal maior, do Portugal que o Estado Novo tem construído dia a dia, hora a hora, para glória da humanidade, para glória de Deus” (*ibid.*).

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ACCIAULI, M. (1998), *As Exposições do Estado Novo 1934-1940*, Tese de doutoramento (U. N. L. 1991), Lisboa, Livros Horizonte.

AGOSTINHO, JOSÉ (s.d.), *A Civilidade*. Porto, Editora Figueirinhas.

ALMEIDA, E., (1921), *Discursos*, Guimarães, Tipografia Minerva Vimaranesense.

ARAÚJO, F. A., (1997), *O Homem Novo no Discurso Pedagógico de João de Barros*, Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Aveiro, Braga, Lusograde.

- BARROS, JOÃO (1916a), *Educação e Democracia. Educação Cívica*. Lisboa, Livraria Profissional.
- BIVAR, MARIA DE FÁTIMA (1971), *Ensino Primário e Ideologia*. Lisboa, Publicações D. Quixote.
- BRAGA, TEÓFILO (1983), *História das Ideias Republicanas em Portugal*. Lisboa, Editorial Vega.
- CARVALHO, R. (1986), *A História do Ensino em Portugal: Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar- Caetano*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CARVALHO, M. M. (2005), *Poder e Ensino. Os Manuais de História na Política do Estado Novo*. Lisboa, Livros Horizonte.
- DURKHEIM, E., (2001), *Educação e Sociologia*. Lisboa, Edições 70.
- FERNANDES, H. N. (1995), *Francisco Caboz: de Angélico ao Trânsfuga. Uma Autobiografia*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação, Porto.
- FERREIRA, ORBELINO G. (1945), *Legislação e Administração Escolares*. Coimbra, Coimbra Editora.
- GASPAR, J. M.; FREITAS, C.(1962), *Escolas do Magistério Primário, Legislação Vigente (Metrópole e Ultramar)*. Coimbra, Livraria Almedina.
- GIGANTE, J A. M., (1954), *Instituições de Direito Canónico. III Parte, Das Coisas*, Vol. II, 3.^a Edição, Braga, Escola Tip. Oficinas de S. José.
- GOMES E COSTA (dirs.) (1957), *30 Anos de Estado Novo 1926- 1956*. Lisboa, Iniciativas das Organizações Imperiais, Gráfica Boa- Nova.
- GOODSON, IVOR (1977), *A Construção Social do Currículo*. Lisboa, Ed. Educa.
- GRÁCIO, RUI (1980), *Os Professores e a Reforma do Ensino*. 2.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte.
- HENRIQUES, M. C.; MELO, G. DE SAMPAIO (orgs.), (1989), *Salazar. Pensamento e Doutrina Política. Textos Antológicos*”, Editorial Verbo, Lisboa,/S. Paulo.
- LIVRO DE LEITURA DA PRIMEIRA CLASSE, 8.^a ed. (1958), Porto, Editorial Domingos Barreira.
- O LIVRO DA SEGUNDA CLASSE (1958), 6.^a Ed., Porto, Porto Editora., L.da.
- LIVRO DE LEITURA DA TERCEIRA CLASSE, (1958), 4.^a Ed., Porto, Editora Educação Nacional.

- NOVO LIVRO DE LEITURA DA QUARTA CLASSE (1968), 1.^a Ed.,
Porto, António Branco, Ed., L.da.
- LOPES, JOSÉ MANUEL, M., (2002), *o Projecto Educativo da Companhia de Jesus*,
Universidade Católica Portuguesa, Braga.
- MAGALHÃES, A. (2004), *A Identidade do Ensino Superior. Política, Conhecimento e Educação numa Época de Transição*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MARTINS, F. (1992), “Visão Sintética sobre as Realidades Estruturais e a sua Evolução” *apud* Fernando Rosas (org.), *Portugal e o Estado Novo: 1930 1960*. 1.^a ed. Lisboa, Editorial Presença.
- MATOS, HELENA. (2003), *Salazar. A Construção do Mito*. Vol. I- 1928- 1933. Casais de Mem Martins, Rio de Mouro, Temas e Debates.
- MEIRELES- COELHO; C. (2000), *Educação no século XX (de 1901 a 1945). Cronologia e Documentos*. Aveiro: Departamento de Ciências de Educação.
- MÓNICA, FILOMENA, M. (1978), *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa, Editorial Presença.
- NÓVOA, A. (1987), *Le Temps des Professeurs*, II vol., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- NÓVOA, A. (1992), “A Educação Nacional” *apud* Fernando Rosas (org.), *Portugal e o Estado Novo*. 1.^a ed., Lisboa, Círculo dos Leitores.
- NÓVOA, A. e BANDEIRA, F. (coords.) (2005), *A Educação Portuguesa. Corpus Documental*. CD- ROM: Repertório da Imprensa de Educação e Ensino; Dicionário de Educadores Portugueses; Catálogo da Imprensa da Educação e Ensino; Bibliografia Portuguesa da Educação. Porto, Edições ASA.
- NÓVOA, A. (2005), *Histórias da Educação*. Porto, Edições ASA
- PEDRO, A. P., (2002), *Percurso de uma Educação em Valores em Portugal. Influências e Estratégias*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- PORTUGUÊS, ERNESTO (1998), *Seminário de Nossa Senhora da Conceição – Braga. Aspectos Histórico- Pedagógicos*. Tese de Mestrado realizada na U. M., Braga, Oficinas de S. José.
- RAMOS, R. (2001), *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884- 1908)*.
- ROSAS, FERNANDO (1996), *O Estado Novo nos Anos Trinta (1928- 1938)*. Lisboa, Editorial Estampa.

- SALAZAR, A. O. (1935), *Discursos (1928-1934)*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora.
- SALAZAR, A. O. (1937), *Discursos e Notas Políticas (1935-1937)*, vol. II. Coimbra, Coimbra Editora.
- SAMPAIO, SALVADO J. (1976), *O Ensino Primário 1911-1969. Contribuição Monográfica*. 3 Vols., 1957- 1957. Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência - Centro e Investigação Pedagógica.
- SPIRAGO, FRANCISCO (1905), *Catecismo Católico Popular*. Segunda Parte, 2.^a ed., Guarda, Tip. da Empresa Veritas,
- TEODORO, ANTONIO (2002), *As Políticas de Educação em Discurso Directo 1955-1995*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- TORGAL, L. REIS, (1999), *A Universidade e o Estado Novo. O Caso de Coimbra*. Coimbra, Livraria Minerva Editora.
- VAZ, J. (1965), *Actualização*. Lisboa, Sampedro.

DOCUMENTOS LEGAIS:

Lei de 29 de Março de 1911, *Diário do Governo* n.º 73, I Série, 29/03/1911; Decreto n.º 13. 791 de 17 de Março de 1927, *Diário do Governo*, n.º123, I Série, 17/06/1927; Decreto n.º 20. 181 de 7 de Agosto de 1931, *Diário do Governo*, n.º 12, I Série, 07/08/1931; Decreto n.º 16.077 de 26 de Outubro de 1928, *Diário do Governo*, n.º 247 , I Série, 26/10/1928; Decreto- Lei n.º 38969 de 27- 10- 1952, *Diário do Governo*, n.º 241, I Série, 27/10/1952; Decreto n.º 6:137 de 29 de Setembro de 1919, *Diário do Governo*, n.º 198, I Série, 29/9/1919, rectificado nos n.ºs 252, 257, I.^a Série de 11-12 e 18/12/1929; Circulares n.º 933 de 7/7/1931; n.º 824 de 5/11/1929, n.º 23 de 26/9/1932 e n.º 491 de 30/6/1933; Decreto n.º 15:954 de 13 de Setembro de 1929, *Diário do Governo*, n.º 211, I Série, 13/9/1928; Circular n.º 414, de 26/6/1929; Decreto- lei n.º 27:279 de 24 de Novembro de 1936, *Diário do Governo*, n.º 279, I Série, 24/11/1936; Decreto-lei n.º 30:951 de 10 de Dezembro de 1940, *Diário do Governo*, n.º 286, I Série, 10/12/1940; Decreto n.º 3:991 de 17/04/1917, *Diário do Governo*, n.º 60, I Série, 17/04/1917; Lei n.º 1: 969 de 20 de Maio de 1938, *Diário do Governo*, n.º 115, I Série, 20/05/1938; Circular Ministerial, n.º 309 de 2 de Setembro de 1937 da Direcção-Geral do Ensino Liceal de 2/09/1937, *Diário do Governo*, n.º 225, I Série, 25/09/1937; Decreto 16.362, de 14 de Janeiro de 1929, *Diário do Governo*, n.º 11, I Série, 14/01/1929; Decreto n.º 5:787 – A de 10/05/1919, *Diário do Governo*, n.º 9, I Série,

10/05/1919; Decreto 18.779, *Diário do Governo*, n.º 197, I Série ; Decreto 20.741 de 12 de Agosto de 1931, *Diário do Governo*, n.º 8, I Série, 12/08/1931; Decreto n.º 12:156, 20 de Agosto de 1926, *Diário do Governo*, n.º 183, I Série, 20/08/1926; Decreto n.º 4:650 de 14 de Julho de 1918, *Diário do Governo*, n.º 157, I Série, 14/07/1918; Portaria de 21/05/1928, *Diário do Governo*, n.º 115, II Série, 23/05/1928; Portaria de 13/06/1928, *Diário do Governo*, n.º 187, II Série, 13/06/1928; Decreto de 19 de Abril de 1911, *Diário do Governo*, n.º 93, I Série, 22/04/1911; Decreto n.º 21:014 de 19 de Março de 1932, *Diário do Governo*, n.º 68, I Série, 19/03/1933; Decreto n.º 16:077 de 26 de Outubro de 1928, *Diário do Governo*, n.º 247, I Série, 26/10/1928; Lei n.º 1:941 de 11 de Abril de 1936, *Diário do Governo*, n.º 84, I Série, 11 de Abril de 1936; Decreto-lei n.º 36:495, de 5 de Setembro de 1947, *Diário do Governo*, n.º 206, I Série, 05/09/1947; Decreto-lei n.º 36:508 de 17 de Setembro de 1947, *Diário do Governo*, n.º 216, I Série, 17/09/1947; Decreto-lei 36:507 de 17 de Setembro de 1947, *Diário do Governo*, n.º 216, I Série, 17/09/1947; Decreto n.º 38:026 de 2 de Novembro de 1950, *Diário do Governo*, I Série, 2 de Novembro de 1950; Decreto-lei n.º 36:508 de 17 de Setembro de 1947, *Diário do Governo*, n.º 216, I Série, 17/09/1947; Portaria n.º 13:800 de 12 de Janeiro de 1952, *Diário do Governo*, n.º 173, I Série, 12/01/1952; Lei n.º 2:003 de 27 de Junho de 1949, *Diário do Governo*, n.º 138, I Série, 27/07/1949; Portaria n.º 13:649 de 17 de Agosto de 1951, *Diário do Governo*, n.º 173, I Série, 17 /08/1951; Decreto n.º 5:787 – A de 10 de Maio de 1919, *Diário do Governo*, n.º 9, I Série, 10/05/1919; Decreto n.º 3:091 de 17 de Abril de 1917, *Diário do Governo*, n.º 60, I Série, 17 /04/1917; Decreto n.º 5:078 de 24 de Dezembro de 1918, *Diário do Governo*, n.º 1, I Série, 02/01/1919; Decreto-Lei n.º 47:480 de 2 de Janeiro de 1967, *Diário do Governo*, n.º 1, I Série, 02/01/1967; Decreto-Lei n.º 42:994 de 28 de Maio de 1960, *Diário do Governo*, n.º 125, I Série, de 28/05/1960; Decreto-Lei n.º 45:810 de 9 de Julho de 1964, *Diário do Governo*, I Série, 09/07/1964; Decreto-lei n.º 41:902 de 9 de Outubro de 1958, *Diário do Governo* n.º 219 I Série, 09/10/1958; Decreto -Lei n.º 40:964 de 27- 12- 1956, *Diário do Governo*, n.º 284, I Série, 31/12/1956; Decreto-lei n.º 38:969 de 27/10/1952, *Diário do Governo*, n.º 241, I Série, 27/10/1952; Decreto n.º 38:969 de 27 de Janeiro de 1952, *Diário do Governo*, n.º 241, I Série, 27/01/1952; Decreto n.º 27:279 de 24 de Novembro de 1936, *Diário do Governo*, I Série, 24/11/1936; Decreto n.º 16:729 de 13 de Abril de 1929, *Diário do Governo*, n.º 83, I Série, 13 /04/1929; Decreto- Lei n.º 26:611 de 19 de Maio de 1936, *Diário do Governo*, n.º 116, I Série, 19/05/1936; Decreto- Lei n.º 27:279 de 24 de Novembro de 1936,

Diário do Governo, n.º 276 I Série de 24/11/1936; Lei 1:941 de 11 de Abril de 1936, *Diário do Governo*, n.º 84, I Série, 11/04/1936; Decreto n.º 30:316 de 14 de Março de 1940, *Diário do Governo*, I Série, 14/03/1940; Decreto n.º 18:420 de 4 de Junho de 1930, *Diário do Governo*, I Série, 04/06/1930; Circular n.º 4 de 06/4/1932; Decreto 13:791 de 17 de Julho de 1927, *Diário do Governo*, n.º 125, I Série, 17/07/1927; Portaria 9:433 de 15 de Janeiro de 1940, *Diário do Governo*, n.º 12, I Série, 15/01/1940; Decreto- Lei n.º 22:369 de 30 de Março de 1933, *Diário do Governo*, n.º 73, I Série, 30/03/1933; Circular n.º 933 de 7/7/1929; Circular n.º 824 de 25-11-1929; Circular n.º 933 de 7-7-1931; Circular n.º 23 de 26-9-1932; Circular n.º 491 de 30-6-1933; Decreto de 7 de Janeiro de 1911, *Diário do Governo*, n.º 62, I Série, 07/01/1911; Decreto 19:478 de 18 de Março de 1931, *Diário do Governo*, n.º 64, I Série, 18/03/1931; Circular n.º 133 do L.º 16- E, n.º 1264 de 23/2/1952; Decreto n.º 19.478 de 18 de Março de 1931; *Diário do Governo*, n.º 64, I Série, 18/3/1931; Decreto n.º 18:934 de 17 de Outubro de 1930, *Diário do Governo*, 242, I Série, 17/10/1930; Decreto n.º 19:794 de 29 de Maio de 1931, *Diário do Governo*, n.º 124, I Série, 29/5/1931; Circular n.º 202, de 19/2/1931; Decreto- Lei n.º 32:629 de 16 de Janeiro de 1943, *Diário do Governo*, n.º 12, I Série, 16/01/1943; Decreto 615 de 30 de Junho de 1914, *Diário do Governo*, n.º 107, I Série, 30/06/1914; Decreto 2.609 de 4 de Setembro de 1916, *Diário do Governo*, n.º 179, I Série, 04/09/1916; Decreto 5.029 de 1 de Dezembro de 1918, *Diário do Governo*, N.º 263, I Série, 1/12/1918; Decreto- Lei n.º 25:317 de 13 de Maio de 1935, *Diário do Governo*, n.º 108, I Série, 13/05/1935; Decreto-Lei n.º 13:619 de 17 de Maio de 1927, *Diário do Governo*, n.º 100, I Série, 17/05/1927;_Decreto-Lei n.º 16:730 de 13 de Abril de 1929, *Diário do Governo*, n.º 83, I Série, 13/04/1929;_Decreto-Lei 20:604 de 9 de Dezembro de 1931, *Diário do Governo*, n.º 283, I Série, 09/12/1931; Decreto n.º 30:316 de 14 de Março de 1940, *Diário do Governo*, n.º 61, I Série, 14/03/1940; Ofício n.º 31, Liv.º 14 - D, de 1 de Agosto de 1956, da Direcção Geral do E. Primário; Lei n.º 2:058 de 29 de Dezembro de 1952, *Diário do Governo*, 291, I Série, 29/12/1952; Lei n.º 2:094 de 25 de Novembro de 1958, *Diário do Governo*, n.º 256, I Série, 25/11/1958; Lei n.º 2:123 de 14 de Dezembro de 1964, *Diário do Governo*, n.º 291; I Série, 14/12/1964, *Diário do Governo*, n.º 198, I Série, 1964; Decreto – Lei n.º 37:985 de 29 de Setembro de 1950, *Diário do Governo*, n.º 193, I Série, 29/09/1950; Decreto n.º 39:807 de 7 de Setembro de 1954, *Diário do Governo*, n.º 198; I Série, 07/09/1954; Portaria n.º 14:524 de 2 de Setembro de 1953, *Diário do Governo*, n.º 191, I Série, 02/09/1953; Decreto-Lei n.º

38:968 de 27 de Outubro de 1952, *Diário do Governo*, n.º 241, I Série, 27/10/1952; Decreto-Lei n.º 21:645 de 4 de Setembro de 1932, *Diário do Governo*, n.º 208, I Série, 4/09/1932.

PERIÓDICOS:

JORNAL A, B, C de 7 de Abril de 1918; 16/05/1918.

JORNAL DE NOTÍCIAS de 20/12/1935; 25/08/1935; 16/01/1936; 24/01/1936.

ACÇÃO EDUCATIVA, Jornal n.º 1 de 08/12/1952.

AHORA, “Comentario. Nueva Vuelta a Portugal”, 3 de Julho de 1935.

EDUCAÇÃO NACIONAL, ano XXXII, n.º 12 de 19/05/1933.

BOLETIM OFICIAL DO MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA, Imprensa Nacional, ano III, fasc. 2, 1933.

PROFESSOR PRIMÁRIO, revista n.º 394 de 03/07/1927.

ESCOLA PORTUGUESA, Editorial “A semana da Mãe”, ano VI, n.º 263 de 9 de Novembro de 1939, 77; Pena, G. Rodrigues (1940), “Temas do nosso tempo (A crise da personalidade)”, ano VI, n.º 28 de 2 de Maio; “Discurso proferido pelo Director Geral do Ensino Primário, Dr. Manuel Cristiano de Sousa, na sessão solene realizada no Liceu D. Filipa de Lencaste em homenagem aos professores do ensino primário”, ano VI, n.º 292 de 30 de Maio de 1940; Pacheco, Carneiro (1940), “retrato do chefe”, ano vi, n.º 287 de 25 de abril, 442 ; Discurso proferido pelo novo Director Geral do Ensino Liceal, sr. dr Riley da Mota”, ano VI, n.º 285 de 11 de Abril de 1940; Tristão, F. Jorge (1955), “Simplificação dos Programas. O que visa a Escola Primária”, *Escola Portuguesa*, ano XXI, n.º 1035 de 17 de Janeiro; Editorial “Da coeducação”, ano VI, n.º 273 de 18 de Janeiro de 1940; Caramona, M (1940), “Notas Legislativas. As Leis e a Moralidade”, ano VI, n.º 29 de 23 de Maio de 1940; “Discurso proferido pelo novo Director Geral do Ensino Liceal sr. dr. Riley da Mota, no acto de posse”, ano VI, n.º 285 de 11 de Abril de 1940; “Discurso proferido por S. Ex.cia o Ministro da Educação, em 8 do corrente mês, na”Sala dos Capelos” da Universidade de Coimbra”, ano VI, n.º 295 de 20 de Junho de 1940; “Folha de Doutrina organizadas pelo Comissariado Nacional da O. N. M. P. e publicadas a seu pedido. Para “Lusitos” n.º 20-1939/40, ano VI, n.º 295 de 20 de Junho de 1940; “Discurso proferido pelo Sr. Ministro da Educação Nacional, no acto de posse do novo Director Geral do ensino liceal”, ano VI n.º 284 de

4 de Abril de 1940, 393- 394; “Folha de Doutrina para “Lusitos”. A Família, n.º 3- 1939/40”, ano VI, n.º 264 de 16 de Novembro de 1939; “Folha de Doutrina para “Lusitos”. A Família, n.º 3- 1939/40”, “Discurso proferido por S. Ex.cia o Ministro da Educação Nacional, no acto da inauguração da “Escola - Cantina Salazar” no dia 28 de Abril, em Santa Cruz do Vimieiro”, ano VI, n.º 264 de 16 de Novembro de 1939; Editorial “Devemos a Salazar obediência total pronta e perfeita”, ano VI, n.º 286 de 18 de Abril de 1940, 426- 427; “Discurso de S. Ex.cia o Ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco”, ano VI, n.º 208 de Outubro de 1938; “Discurso de S. Ex.cia o Ministro da Educação Nacional na inauguração do Centro de Serviço Social n.º 1 da “Obra das Mães pela Educação Nacional”, ano VI n.º 289 de 9 de Maio de 1940; “Vida escolar. Moimentinha”, ano VI, n.º 272 de 11 de Janeiro de 1940; “Devemos a Salazar obediência total, pronta e perfeita”, *Escola Portuguesa*, ano VI N.º 286, 18 de Abril de 1940;

ANÁLISE SOCIAL, Rosas, Fernando (2001), “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, n.º 157, vol. xxxv, Inverno.

..

PARTE V

DOCUMENTOS INÉDITOS

CAPÍTULO DÉCIMO: ESCOLA PRIMÁRIA DO PINHÃO. MEMÓRIAS RESGATADAS DA CHUVA E DO VENTO	407
1. UMA ESCOLA PRIMÁRIA, RURAL, BEIRÃ QUE ATRAVESSOU TRÊS REGIMES POLÍTICOS.....	409
1.1. Matrículas, aproveitamento, desistências, assiduidade e profissão dos pais dos alunos.	411
1.1.1. Monarquia Constitucional.	411
1.2. Construção e estado de conservação dos edifícios e equipamentos escolares.....	429
1.2.1. Monarquia Constitucional;.....	429
1.2.2. Primeira República;.....	434
1.2.3. Estado Novo.....	435
1.3. Dispositivos pedagógicas: programas, horários e material didático,	441
1.3.1. Monarquia Constitucional;.....	441
1.3.2. Primeira República;.....	444
1.3.3. Estado Novo.....	446
1.4. Conteúdo da “correspondência recebida” da tutela e as práticas dos professores da escola primária do Pindello.....	449
1.4.1. Monarquia Constitucional;.....	449
1.4.2. Primeira República;.....	454
1.4.3. Estado Novo.....	476
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	504

CAPÍTULO DÉCIMO - ESCOLA PRIMÁRIA DO PINHÃO. MEMÓRIAS RESGATADAS DA CHUVA E DO VENTO.

Esta quinta parte do nosso trabalho vai ser preenchida com a análise de documentos inéditos e de três entrevistas a professores do ensino primário aposentados. Através do seu conteúdo, podemos observar a escola não apenas do ponto de vista do macro poder institucional, que traça as políticas educativas traduzidas em normativos e os faz cumprir através da cadeia hierárquica, mas de um outro ângulo de análise: o dos actores sociais existentes no terreno dos quais se destaca, no contexto em estudo, o do professor. Esta análise difere substancialmente do estudo teórico realizada até aqui, porque agora são os professores que têm a palavra. É uma comunicação *ab intra ad extra*. São eles que, como profissionais envolvidos no terreno, fazem um autêntico diário de bordo a enviar aos superiores hierárquicos. A “correspondência recebida” e a “correspondência expedida” da escola elementar do Ensino Primário do Pinhão, freguesia do Pindello⁶²⁶ parte substancial destes documentos, traduz respostas ora amigáveis, submissas, reticentes ou mesmo críticas às solicitações, ordens ou propostas educativas da tutela. Através desta correspondência podemos ler o papel importante dos professores no cumprimento ou rejeição das políticas educativas de três regimes políticos, colaborando, remetendo-se ao silêncio, demorando as respostas, enfim, todo o pulsar dia a dia dos professores que passaram pela escola primária do Pinhão. Nas entrevistas aos três professores do ensino primário deparamos com a narrativa do “vivido” dando-nos conta do seu trajecto vivencial, profissionalmente comprometidos com o regime, mas tentando sobreviver ou na aceitação resignada, ou mesmo na oposição camuflada,

Que contributo estes documentos inéditos e estes estemunhos vão dar a este trabalho? Que tipo de mais - valia histórica ou pedagógica acrescentam? São apenas apêndice? Complemento? Mera ilustração? Não sendo a parte essencial, porque o nosso tema continua a ser centrado na “missão” pedagógica de “salvar” a pátria, são igualmente importantes, porque nos permite descer à realidade vivida, de uma escola rural, a escola do ensino primário do Pinhão, no seu percurso pedagógico/didáctico, durante quase

⁶²⁶ A freguesia do Pindello pertence ao concelho de Oliveira de Azeméis e ao distrito de Aveiro. Dista do concelho cerca de 5 quilómetros e da sede do distrito cerca de 50 quilómetros. Geograficamente pertence ao distrito da Beira Litoral.

setenta anos, abrangendo três regimes políticos: Monarquia Constitucional, Primeira República e Estado Novo.

Na esteira de Durkheim vamos estudar a acção - ideias, sentimentos e práticas - que as gerações mais velhas utilizaram para levar a sua mensagem de transformação/conformação da sociedade portuguesa às gerações mais novas (Durkheim, *ibid.*: 50).

A diversidade em relação à vida urbana, a localização geográfica e o carácter rural desta escola, longe de traduzirem um desenquadramento da realidade colectiva nacional, proporciona-nos óptimos indicadores, na medida em que a ruralidade predominava na paisagem humana desta época, dos fins do século XIX e princípios do século XX.⁶²⁷ Num país com este quadro social, a escola rural representa bem a quase totalidade das escolas do ensino primário de Portugal. Pelos seus bancos passou uma minoria dos escolarizados que nunca ultrapassou os 59,6% nem mesmo à morte de Salazar que apostava na máxima alfabetização a todo o custo, nem que fosse com o mínimo de qualidade.⁶²⁸

Não obstante a documentação que possuímos não nos fornecer uma visão total do diálogo do professor com a tutela em três regimes diferentes, verificamos que este diálogo se intensifica e é mais vivo e próximo com a Primeira República (Ramos, 1994: 416- 420) e com o Estado Novo, ambos com intuítos doutrinários reformistas em relação aos seus antecessores. A análise destes conteúdos referentes à escola, nas diversas épocas, pode ajudar ainda a compreender as políticas educativas que presidiram à escola do Estado Novo e a diferença entre esta escola e as escolas antecedentes que faziam parte e reflectiam a sociedade. O facto de ser a mesma escola, em tempos diferentes, a que correspondem tutelas e políticas educativas diferentes, dá a panorâmica do quotidiano de uma escola rural do interior, isolada e sem acessibilidades.

A quotidianidade da Escola Primária do Pinhão, traduzida pela correspondência recebida e expedida fica assim coberta documentalmente e de um modo sistemático, embora com algumas lacunas no tempo. Vamos analisar este espólio documental, tentando compreender e deduzir o papel da escola como microcosmos

⁶²⁷ “Entre 1890 e 1911 a população activa ocupada na agricultura, representava 61% em relação à população activa nacional. (...) Os camponeses e operários agrícolas limitavam-se a habitar as suas aldeias e vilas. A esmagadora maioria era analfabeta. No norte do País identificavam-se com a Igreja Católica e frequentavam a missa” (Ramos, 1994 : 240).

⁶²⁸ Cf. Parte IV, cap.º 9.º.

social que reflecte os interesses das classes dominantes que detém o poder e o querem perpetuar.

1. UMA ESCOLA PRIMÁRIA, RURAL, BEIRÃ QUE ATRAVESSOU TRÊS REGIMES POLÍTICOS.

Os documentos que vamos analisar constituem informações de registos oficiais da correspondência dos professores com os diferentes níveis de tutelas. O longo período coberto por estes documentos inéditos, permite-nos fazer um paralelo entre as políticas educativas de três regimes, já que a escola funcionou sempre no mesmo local e sempre no mesmo nível de escolaridade, o ensino primário.

Trata-se da escola da instrução primária, elementar, masculina, do Pinhão, freguesia do Pindello, concelho de Oliveira de Azeméis, distrito de Aveiro. O seu espólio documental, foi encontrado nas ruínas do edifício da escola primária do Pinhão e veio-nos ter às mãos, através de uma professora do 1.º ciclo, no ano 2003.⁶²⁹ Com a sequenciação dos ofícios enviados e, de um modo geral, com a datação respectiva, este espólio documental consta de três livros, sem paginação, tal como consta dos “Anexos”:

- Um livro contendo o “Registo Geral de Matrícula nas escolas elementares”, Modelo B, de 20 de Novembro de 1896, a 1 de Junho de 1904.

- Um livro contendo a “Correspondência Expedida” pelos vários professores dessa escola para as respectivas tutelas regionais da instrução primária, desde 12 de Outubro de 1897, a 4 de Março de 1952, embora com alguns espaços temporais por preencher.

- Um livro contendo a “Correspondência Recebida” pelos mesmos professores dos mesmos organismos tutelares de 12 de Julho de 1898, a 15 de Novembro de 1921.

Os três livros encontrados nas ruínas da escola estão algo deteriorados, porque o telhado não resistiu à chuva e ao vento, mas conseguem-se ler na quase totalidade (anexos). Embora nem todos coincidam, cronologicamente, o que viria enriquecer, substancialmente a informação colhida através do cruzamento de dados, conseguimos colher, cremos, preciosas informações, individualmente e no seu conjunto. Tratando-se de documentos inéditos, a sua importância já é grande. No ponto de vista deste trabalho, pensamos que trazem um bom contributo, na medida em a “Correspondência

⁶²⁹ Estão em mãos de particulares. Mais tarde, quando for construído o museu da Junta da freguesia, pensa-se integrá-los nesse espólio documental.

Expedida”, para além dos relatórios anuais obrigatórios, nos dá conta do trabalho quotidiano que os professores realizavam na Escola Primária do Pinhão, no período do Estado Novo, até depois da Segunda Guerra Mundial- 4 de Março de 1952.

Tratando-se de regimes políticos diferentes, reflectem, três sociedades diferentes e, sobretudo, políticas educativas diferentes. A escola monárquico-constitucional de que falam os documentos, situa-se politicamente, no período que os historiadores denominam de “reformismo liberal” de João Franco (1884- 1908) (Ramos, 2001: 18), e prolonga-se por mais dois anos que antecedem a Proclamação da Primeira República. Tendo como base a Constituição liberal, assente na trilogia Deus, Pátria e Rei, a burguesia procura manter o *status quo* social e político, sem colidir com a hegemonia da Igreja Católica (*ibid.*).

São 68 anos do quotidiano desta escola primária. Através destes documentos, podemos verificar as semelhanças e diferenças existentes entre o Estado Novo e os dois regimes anteriores, quanto a várias temáticas, tais como construção e estado de conservação dos edifícios e equipamentos escolares, ferramentas pedagógicas - livros, material didáctico, horários e programas, resposta dos professores da Escola Primária do Pinhão, ao conteúdo da “correspondência recebida” da tutela. A selecção destes temas e não de outros, obedece ao tipo de informações que nos são fornecidas pelos documentos de que dispomos.

Embora não disponhamos dum estudo sobre as condições sócio-económicas do agregado familiar que condicionam as matrículas dos alunos, mas apenas as profissões dos pais, nesta abordagem vamos seguir liminarmente a ordem dos *itens* dos documentos: matrículas, aproveitamento, desistências, assiduidade de alunos e professores e profissão dos pais.

Sempre que acharmos oportuno, vamos levantar algumas questões tais como: “por que razão na Primeira República as políticas educativas implementadas na Escola Primária do Pinhão, não tiveram a mesma aceitação da parte do professor que as doutrinas do Estado Novo?” “Seria por não serem impostas autoritariamente e apenas deixadas à consciência cívica do docente?” Em relação à escola do Estado Novo, pretendemos saber se os conteúdos educativos da “missão” pedagógica de Oliveira Salazar chegavam à Escola Primária elementar do Pinhão e às famílias dos alunos e de que modo.

Para o objecto do nosso estudo, a importância destes documentos reside ainda na coincidência cronológica com a escolarização primária de Oliveira Salazar. Através destes documentos, podemos verificar se a avaliação dos princípios educativos da Primeira República investidos por Oliveira Salazar se traduziam no quotidiano desta escola. Estes, cremos, são dois argumentos que sustentam a pertinência histórico/sociológica deste espólio documental. Embora analisemos todo seu conteúdo, iremos dar maior relvoo ao período correspondente à escola do Estado Novo, objecto primordial desta tese.

1.1- MATRÍCULAS, APROVEITAMENTO, DESISTÊNCIAS, ASSIDUIDADE E PROFISSÃO DOS PAIS DOS ALUNOS.

1.1.1. Monarquia Constitucional.

Para realizar a análise das matrículas dos alunos, seu aproveitamento, desistências, assiduidade e profissão dos pais dos alunos, apenas teremos, como horizonte cronológico, os anos lectivos de 1896/97 a 1903/04, portanto 8 anos. Até este ano lectivo, vamos analisar, em pormenor, todos os dados fornecidos por este livro “Registo Geral de Matrícula”, respeitando a arrumação oficial dos seus *itens* e cingindo-nos às informações disponibilizadas pelos professores da escola elementar da freguesia do Pinhão. Estes *itens* são de tal modo minuciosos que, se os professores os tivessem preenchido em todos os anos lectivos, dar-nos-iam elementos pormenorizados sobre cada aluno que frequentou a escola primária do Pinhão.

Embora raramente o possamos fazer, dada a especificidade deste “Registo Geral de Matrícula”, cruzaremos os seus dados disponíveis com a “Correspondência expedida” e “Correspondência recebida”, sempre que nos for possível. Igualmente, para uma mais fácil leitura, elaborámos gráficos com os *itens* que julgámos mais importantes.

Ano lectivo 1896/97

Matrículas

Segundo os documentos disponíveis,⁶³⁰ a escola do ensino elementar do Pinhão, freguesia de Pindello funcionou no ano lectivo 1896/97⁶³¹ com uma única turma

⁶³⁰ “Registo Geral de Matrícula nas escolas elementares”. Modelo B.

do sexo masculino, num total de 21 alunos: 1.^a classe, 12 alunos; 2.^a classe, 4 alunos; 3.^a classe, 5 alunos. Do “Registo” constam que eram todos vacinados e os que entravam na escola pela primeira vez, tinham 7 ou 8 anos. As matrículas foram todas efectuadas em 20 de Novembro de 1896. Desconhecemos o nome do professor que as efectuou, porque a “Correspondência expedida” e a “Correspondência recebida” inicia-se, apenas, em 1897 e não podemos por esse motivo, cruzar os dados.

Aproveitamento

Dos 12 alunos que terminaram a primeira classe, apenas 4 transitaram para a segunda classe, na mesma escola. Deduz-se, assim, que pelos dados disponíveis, o insucesso escolar na 1.^a classe foi de cerca de 66%. Dos 5 alunos da 3.^a classe, 4 chegaram ao fim do ano lectivo. Destes 4, dois prescindiram do certificado. Portanto o insucesso escolar na 3.^a classe foi de 20%. Para a leitura e análise destas percentagens devem ter em consideração que se trata da escolaridade obrigatória.

Desistências

Neste ano lectivo desistiram dois alunos, antes do ano lectivo terminar. Foi um aluno da 2.^a classe e um aluno da 3.^a classe. Segundo anotação do professor, ambos saíram em 23 de Junho de 1897, para “seguir a vida comercial no Brasil.”⁶³²

Assiduidade

A assiduidade dos alunos é variável, mas ronda os 90% de presenças. Há um aluno com 100% de presenças e um aluno matriculado na 1.^a classe com 83% de faltas e que desistiu, sendo-lhe contudo atribuído o comportamento de *Bom*, aliás extensivo a todos os outros alunos. Devido ao facto de a “Correspondência recebida e “Correspondência expedida” não abarcar este ano lectivo, é impossível cruzar os dados, para verificar a assiduidade do professor.

“Profissão do pae”

⁶³¹ Tinha Salazar sete anos, ou seja estava a ingressar na primeira classe.

⁶³² “Registo Geral de Matrícula”. Observações.

Neste modelo oficial do “Registo Geral de Matrícula” apenas há lugar para registar o nome do “pae”.⁶³³ Neste ano lectivo, apenas em relação a um aluno, aparece registado o nome da mãe que era jornaleira.

As profissões dos pais dos alunos são as seguintes: Lavrador-6; Carpinteiro-2; Proprietário-1; Mineiro-1; Negociante-1; Jornaleiro-1; Alfaiate-1; Serralheiro-1; Jornaleira-1.

Ano lectivo 1897-1898

Matrículas

As matrículas efectuaram-se em 11 de Outubro, excepto a de três alunos da 1.^a classe que apenas a efectuaram, em Janeiro de 1898. Matricularam-se 23 alunos: 13 alunos, na 1.^a classe; 4 alunos, na 2.^a classe; 6 alunos, na 3.^a classe. Do “Registo” consta que os alunos são todos vacinados e que a idade de entrada na escola varia entre os 6 anos de idade – dois alunos, e os 13 anos de idade – 1 aluno. As matrículas foram todas efectuadas no dia 11 de Outubro, à excepção dos dois alunos que se matricularam aos 6 anos de idade e que apenas se matricularam, respectivamente a 10 e a 17 de Janeiro de 1898, quando tinham 6 anos.

Aproveitamento

Dos 13 alunos matriculados na primeira classe, apenas 11 transitaram para a 2.^a classe nessa escola. Verificamos, assim, uma percentagem de insucesso escolar de cerca de 16% na 1.^a classe. Dos 4 alunos matriculados na 2.^a classe, um não transitou de classe e outro matriculou-se no ano lectivo seguinte na 4.^a classe e dois passaram para a 3.^a classe. Verificamos, portanto, uma taxa de insucesso na 2.^a classe de 25%. Dos 6 alunos matriculados na 3.^a classe, 2 não transitaram para a 4.^a classe, saindo prematuramente para se matricularem num Colégio, segundo nota da professora e quatro fizeram exame, tendo dois prescindido do certificado. Verificámos, portanto uma taxa de insucesso escolar na 2.^a classe de cerca de 33%. Em comparação com o ano lectivo anterior, o insucesso escolar diminuiu, sensivelmente.

⁶³³ Não obstante este limitativo oficial que mostra a subalternidade da condição feminina, o professor anota, à margem o grau de parentesco e a profissão do encarregado de educação, quando não se trata do “pae”. Nós anotaremos em último lugar, a profissão dos encarregados de educação que não sejam o “pae”.

Desistências

Dos 13 alunos matriculados na 1.^a classe 2 saíram, antes do ano lectivo terminar, para “ajudar os pais no trabalho”. A profissão dos pais era, respectivamente, a de jornaleiro e mineiro. Dos 4 alunos matriculados na 2.^a classe, nenhum aluno saiu, antes do fim do ano lectivo. Dos 6 alunos matriculados na 3.^a classe, saíram 2, mas para entrar num Colégio.

Assiduidade

A assiduidade dos alunos cifra-se entre os 80 e os 90%. Há apenas um aluno a quem foram registadas mais faltas, que presenças e foi igualmente classificado de Bom em “Comportamento” pelo professor. Este aluno foi o que “saiu para ajudar o pai no trabalho.” O comportamento dos 23 alunos é classificado de “Bom”. Através do cruzamento de dados com a “Correspondência expedida” verifica-se que o professor, durante todo este ano lectivo, faltou 45 dias por doença.⁶³⁴

“Profissão do pae”

A composição sócio - económica dos pais dos alunos não difere muito da do ano lectivo anterior: Lavrador-6; Mineiro-2; Carpinteiro-2; Negociante-1; Proprietário-1; Jornaleiro-2; Pedreiro-1; Alfaiate-1; Serralheiro-1; Costureira-1.

Ano lectivo de 1898- 1899

Matrículas

Parte das matrículas efectuaram-se no dia 1 de Outubro, mas, sobretudo em relação aos alunos da 3.^a e 4.^o classe, outra parte das matrículas efectuou-se, durante o mês de Abril e até durante o mês de Maio. Matricularam-se 30 alunos e pela primeira vez neste “Registo Geral de Matrícula”, verificam-se matrículas na 4.^a classe. Eis o cômputo geral:14 alunos na 1.^o classe; 8 alunos na 2.^a classe; 2 alunos na 3.^a classe; 6 alunos na 4.^a classe. Dos 14 alunos matriculados na 1.^a classe, apenas metade, 7, entrou em Outubro. Outros 7 alunos entraram mais tarde, a saber: 1 em Novembro; 5 alunos entraram em Maio; 1 aluno entrou em Julho. Dos 8 alunos matriculados, na 2.^a classe, apenas 4 entraram em Outubro. Destes, um aluno saiu passados 11 dias e regressou

⁶³⁴ Offício n.º 3, dirigido ao Sr. Administrador datado de 8 de Julho de 1989 e ofício n.º 7 de 23 de Julho de 1989, dirigido ao Sr. Comissário.

apenas em Junho, desconhecendo-se as razões. Os restantes matricularam-se em Abril e Junho. Dos 2 alunos matriculados na 3.^a classe, ambos se matricularam apenas em 5 de Abril. Do livro de matrícula não consta que tivessem realizado o exame de primeiro grau. Dos 6 alunos matriculados na 4.^a classe, apenas 3 se matricularam no dia 1 Outubro.

Aproveitamento

Dos 14 alunos matriculados, na 1.^a classe, nenhum transitou para a 2.^a classe. Treze alunos repetiram nesta escola a 1.^a classe, no ano lectivo seguinte e apenas um aluno não se matriculou no ano lectivo seguinte, desconhecendo-se se o fez noutra escola. Portanto, houve nesta escola e neste ano lectivo 100% de insucesso escolar, na 1.^a classe. Dos 8 alunos da 2.^a classe, apenas 1 aluno transitou para a 3.^a classe nesta escola. Portanto, houve cerca de 87,5% de insucesso na 2.^a classe nesta escola do Pinhão. Dos 2 alunos matriculados na 3.^a classe, em Abril deste ano lectivo, não só não fizeram exame de primeiro grau, como regrediram de classe, matriculando-se, no ano seguinte na 2.^a classe. Portanto, houve, também, na 3.^a classe, 100% de insucesso escolar. Dos 6 alunos matriculados na 4.^a classe, 5 perderam o ano, pois matricularam-se na mesma 4.^a classe, no ano lectivo seguinte e 1 aluno não fez o mesmo, desconhecendo-se se fez o exame de segundo grau. Na coluna “ Certificado e exames” nada consta. Consta, apenas, que assistiu a 166 aulas na quarta classe e deu 24 faltas. E teve *Bom* a comportamento, aliás como todos os seus colegas. Mesmo considerando que este aluno realizou o exame do segundo grau, o insucesso escolar na 4.^a classe situa-se nos cerca de 83,4%.

Desistências

No “Registo Geral de Matrícula” não constam quaisquer desistências, durante o ano lectivo, não obstante o anormal prolongamento do tempo das matrículas e o insucesso escolar desmesurado.

Assiduidade

No *item* da assiduidade, segundo os registos efectuados pelo professor, no “Registo Geral de Matrícula”, nada se passou de especial. Foram ministradas, durante todo o ano lectivo, cerca de 190 aulas e os alunos que se matricularam no dia 1 de

Outubro assistiram a cerca de 86%. Os que se matricularam, mais tarde, também foram assíduos na mesma proporção.

Quanto aos professores, a professora Elvira Augusta Marques fez o último ofício em 11 de Outubro de 1898, dirigido ao “Ex.mo Administrador”, dizendo que abriu a escola, após as férias, em 11 de Outubro. Apenas em 4 de Abril é que o novo professor interino Thomaz Tavares d’Oliveira Coutinho oficia, novamente, ao Administrador, a dar - lhe conhecimento que “abri hoje a escola e comecei a funcionar”.⁶³⁵ Noutro ofício, com a mesma data, elucida que tomou passe, como professor interino, “desta cadeira”, no dia 29 de Março último.⁶³⁶ Deduz-se, pois, que a escola esteve fechada, sem professor, desde 11 de Outubro de 1898, a 4 de Abril de 1899. Esta anomalia lectiva de cerca de seis meses, explica o grande insucesso escolar registado em todas as classes do ensino elementar.

“Profissão do pae”

Quanto à condição sócio - económica dos pais, verifica-se o seguinte:

Lavradores-10; Carpinteiros-3; Negociantes-3; Mineiros-2; Alfaiates-1; Pedreiro-1; Jornaleiros-2; Costureira-1; Dona de casa-1.

Ano lectivo de 1899- 1900

Matrículas

As matrículas efectuaram-se a 10 de Outubro de 1899. Matricularam-se 44 alunos, assim distribuídos: 32 alunos, na 1.^a classe; 4 alunos, na 2.^a classe; 1 aluno, na 3.^a classe; 7 alunos, na 4.^a classe. Embora o dia da matrícula fosse o 10 de Outubro de 1899, apenas 22 alunos se matricularam, nesse dia. Os restantes foram-se matriculando, nos meses subsequentes: 1 aluno, em Novembro; 1 aluno, em Dezembro; 1 aluno, em Janeiro; 5 alunos, em 1 de Fevereiro; 2 alunos, em Março; 3 alunos, em Junho; 3 alunos, em Julho; 3 alunos, em Agosto. Estes alunos que se matricularam, tardiamente, a maior parte tinha frequentado a escola, no ano lectivo transacto, mas não obteve sucesso. Por esta razão, renovaram a matrícula, neste ano lectivo 1899 - 1900.

⁶³⁵ Ofício n.º 12 de 4 de Abril de 1898 dirigido ao Ex.mo Sr. Administrador, *in* “Correspondência Expedida”..

⁶³⁶ Ofício n.º 13 de 4 de Abril, dirigido ao Ex.mo Sr. Administrador *in* “Correspondência Expedida”.

Neste ano lectivo, o preenchimento deste “Registo Geral de Matrícula” está bastante omisso. O professor interino da escola dos alunos matriculados na 1.^a, 2.^a e 3.^a classe, não registou nada mais, para além do primeiro nome do aluno, do que a naturalidade, “nome do pae”, profissão, data de nascimento, se era vacinado, classe em que se matriculava e data da matrícula. Ficaram por preencher os *items* respeitantes ao certificado e ao exame do segundo grau, as presenças, as faltas e a classificação relativa ao “Comportamento”.

Aproveitamento

Dos 32 alunos que se matricularam na 1.^a classe, apenas 4 passaram de classe. Dos restantes 28 alunos, 18 ficaram retidos e voltaram a matricular-se na mesma 1.^a classe, no ano lectivo seguinte. Dez alunos desistiram, não repetindo a matrícula nesta escola, no ano lectivo seguinte. Portanto, o insucesso escolar na 1.^a classe foi de cerca de 88%. Dos 4 alunos da 2.^a classe, 1 não renovou a matrícula, no ano lectivo seguinte e 3 repetiram a 2.^a classe. Destes, houve um aluno que, embora no ano lectivo seguinte se matriculasse, no mesmo segundo ano, passado cerca de um mês transitou para a 3.^a classe e, no ano seguinte, fez a 4.^a classe. Para fins estatísticos, consideramos que este aluno teve sucesso escolar. Portanto, o insucesso escolar foi de 75%. O único aluno que se matriculou, na terceira classe, repetiu a matrícula, no ano lectivo seguinte, na mesma classe. Portanto, o insucesso escolar, na terceira classe, foi de 100%.

Dos 7 alunos matriculados na quarta classe, 6 desistiram antes do fim do ano lectivo. De observar que destes, 1 aluno matriculou-se no ano lectivo seguinte, na terceira classe, regredindo, portanto, e acabando por desistir. De outro aluno, nada consta: nem se realizou o exame do segundo grau, ou se desistiu. Do “Registo de Matrícula” do ano lectivo seguinte, não consta o seu nome. Portanto, se considerarmos que nenhum aluno realizou o exame do segundo grau, a percentagem de insucesso escolar na 4.^a classe foi de 100%.

Desistências

Neste ano lectivo de 1899-1900, houve várias desistências na escola: na 1.^a classe, não houve nenhuma desistência. Na 2.^a classe, também nada consta do “Registo de Matrícula”. Na 3.^a classe, também não. Na 4.^a classe, houve 4 alunos que desistiram, antes do final do ano lectivo.

Assiduidade

O professor interino da escola, ao contrário da sua colega dos anos anteriores, não registou a assiduidade dos alunos. Quanto à assiduidade do professor, verificamos pela “Correspondência expedida “ que o professor interino Thomaz Tavares d’Oliveira Coutinho que tinha tomado posse, em 29 de Março e tomado conta da escola em 4 de Abril, foi novamente substituído por outro professor Rufino José Correia, no dia 19 de Junho de 1899. Assim se explicam as omissões referidas das presenças comportamentos e demais elementos neste “Registo Geral de Matrícula” e as percentagens de insucesso escolar, durante, também, este ano lectivo de 1899-1900.

Desistências

Relativamente aos 5 alunos matriculados na 4.^a classe, 1 aluno saiu da escola em 1 de Junho e prescindiu do certificado e os restantes 4, saíram em 30 de Julho. Um destes alunos saiu “para a mina”, conforme anotação do professor. Não consta em que dia e mês fizeram exame, não obstante haver lugar para esse registo. Portanto, o professor, ao contrário dos outros anos anteriores, em relação a todos os alunos, não efectuou o registo das “Presenças” e “Faltas”, tal como do “Comportamento” dos alunos.

“Profissão do pae”

A situação sócio - económica dos encarregados de educação era a seguinte:
Lavrador/eira- 13; Mineiro- 3; Alfaiate-1; Carpinteiro-2; Jornaleiro/a –3;
Pedreiro-2; Negociante –1;Tanoeiro- 1; Costureira-1; Dona de casa-1;

Ano lectivo 1900- 1901

A partir deste ano lectivo, os registos são mais cuidados e completos. Cuidados, porque deixa de haver rasuras e borrões. Completos, porque o *item* “Data de matrícula em cada classe” é preenchido em todas as classes em que o aluno se matriculou, ao longo da sua vida escolar. Além disso, pela primeira vez na coluna “Certificado e exames” aparece preenchida a “Qualificação”, o que nos permite verificar o nível qualitativo do “Certificado”. Não será indiferente a esta subida do nível qualitativo do “Registo Geral da Matrícula”, o facto de ter assumido “a cadeira desta

escola” a título definitivo, o professor José Maria Tavares Dias, em 28 de Junho de 1900, conforme o ofício n.º 1, dirigido ao Ex.mo Administrador do Concelho, com a mesma data.⁶³⁷

Matrículas

Matricularam-se 41 alunos: 32 na 1.^a classe; 7 na 2.^o classe; 2 na 3.^a As matrículas na primeira classe foram efectuadas a 8, 9 e 10 de Outubro, à excepção de 7 alunos que foram matriculados, mais tarde, ao longo do ano lectivo: em Novembro 2, em Janeiro 2, em Maio, 1 e em Agosto 2.

Aproveitamento

Dos 32 alunos matriculados, na 1.^a classe, 18 não se matricularam, na 2.^a classe. Portanto, o insucesso escolar verificado, na 1.^a classe, foi cerca de 56%. Dos 7 alunos matriculados na 2.^a classe, apenas um não transitou para a 3.^a classe. Portanto, o insucesso escolar, na 2.^o classe, foi cerca de 14%. Dos 2 alunos matriculados na 3.^a classe, um aluno não se matriculou, na 4.^a classe. Portanto, o insucesso escolar, na 3.^a classe, foi cerca de 50%.

Desistências

Dos 41 alunos matriculados, apenas um aluno matriculado na 1.^a classe, saiu, prematuramente, em Maio, para ajudar o pai na vida rural, segundo “Observação” do professor. Outro aluno, da 3.^a classe, saiu prematuramente, em Janeiro, para a vida comercial.

Assiduidade

Neste aspecto, verificamos que uma vez normalizada a vida da escola com um professor efectivo, o número de presenças dos alunos subiu, substancialmente, o que significa que foram ministradas mais aulas. Neste ano lectivo, as presenças dos alunos ultrapassaram as 200, ao contrário dos anos lectivos anteriores que nunca chegaram a esse número. Mesmo assim, houve 1 aluno, da 1. classe cujas faltas ultrapassaram as

⁶³⁷ *Apud* “Correspondência Expedida”.

presenças e outro em que as faltas quase igualaram as presenças. Estes alunos já não se matricularam na 2.^a classe.

As razões destas faltas não estão especificadas no “Registo Geral de Matrícula”, mas, podemos verificar que estes alunos foram classificados de “Bom” em “Comportamento”, aliás, como todos os seus colegas. Nos restantes alunos, as faltas cifram-se entre os 7 e 20%. Relativamente ao professor, verificamos pela Correspondência Expedida” que não deu qualquer falta.

“Profissão do “pae” :

Agricultor- 14; Mineiro- 4; Pedreiro- 3; Alfaiate-1; Carpinteiro- 1; Tanoeiro-1; Escudeleiro- 1; Arbitrador judicial-1; Jornaleiro –1; Costureira- 2; Regateira- 1.

Interessante observar que aparecem no “Registo Geral de Matrícula” três costureiras e duas regateiras, mães dos alunos. Embora o modelo oficial, apenas tenha lugar para a “profissão do pae”, o professor anotou as profissões das encarregadas de educação dos alunos.

Ano lectivo de 1901- 1902⁶³⁸

Matrículas

Matricularam-se 48 alunos, assim distribuídos: 27 alunos na 1.^a classe; 14 na 2.^a classe; 2 na 3.^a classe; 5 na 4.^a classe. As matrículas foram efectuadas, na sua generalidade (37 alunos), entre o dia 3 de Outubro e o dia 22 de Outubro. Há, contudo, alunos que apenas se matricularam, mais tarde. Encontramos alunos matriculados em Novembro de 1901 (3 alunos), em Janeiro de 1902 (1 aluno), em Fevereiro de 1902 (3 alunos) e até em Maio, Junho, Julho e Agosto.

Aproveitamento

Dos 27 alunos que se matricularam na 1.^a classe, apenas 8 se matricularam na 2.^o classe, no ano lectivo seguinte. Portanto, o insucesso escolar é da ordem dos 71%. Dos 14 alunos que se matricularam na 2.^o classe, apenas 3 alunos transitaram para o ano

⁶³⁸ Neste “Registo Geral de Matrícula” não encontramos nenhuma menção à “Reforma do ensino primário de Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro, Secretário de Estado dos Negócios do Reino, aprovada pelo Art.º 18.º da Carta de Lei de 12 de Junho de 1901 e pelo Decreto de 24 de Dezembro de 1901.

seguinte. Dos 2 alunos que se matricularam na 3.^a classe, todos se matricularam, no ano seguinte, na 3.^o classe. Portanto, na 3.^o classe, não houve insucesso escolar.

Dos 5 alunos que se matricularam na 4.^a classe, 3 fizeram exame de segundo grau, tendo alcançado a classificação de *Suficiente*. Portanto, houve 40% de insucesso escolar, na 4.^a classe.

Desistências

No “Registo Geral de Matrícula”, não se encontram registadas quaisquer desistências, no decorrer deste ano lectivo.

Assiduidade

Tal como se tinha verificado no ano lectivo anterior, o número de presenças dos alunos manteve-se elevado, ultrapassando, nalguns casos os 200. Também, tal como no na lectivo anterior, houve dois alunos que deram mais faltas que presenças e outro que deu tantas faltas, como presenças. Na generalidade, as faltas dos alunos, afora as excepções já mencionadas, situam-se entre os 2,5% (um aluno) e os 10 a 30%. Quanto ao professor, cruzando estes dados com os da “Correspondência expedida “ não consta qualquer falta.

“Profissão do pae”:

Lavrador-16; Mineiro 5; Carpinteiro-2; Proprietário-2; Pedreiro-3; Alfaiate-1; Escudeleiro-1; Jornaleiro –1; Comerciante-1; Costureira-2; Regateira- 1.

Ano lectivo de 1902- 1903

Matrículas

Matricularam-se 39 alunos, assim distribuídos: 1.^a classe- 21 alunos; 2.^a classe - 14 alunos; 3.^a classe - 2 alunos; 4.^a classe - 2 alunos. Embora o Art.º 8.º do Decreto de 24 de Dezembro de 1901, “Reforma de Hintze Ribeiro” estipulasse: “a matrícula geral das crianças recenseadas realizar-se-á nos dias 1 a 10 do mês de Outubro”, neste ano lectivo continuou a haver matrículas da 1.^a classe, muito para além da data fixada no normativo. Assim, os casos mais notórios são três alunos que se matricularam, na 1.^a classe, respectivamente em 1/4/1903, 2/3/1903 e 1/7/1903.

Aproveitamento

Dos 21 alunos da 1.^a classe, matricularam-se na 2.^a classe, no ano lectivo seguinte, 9 alunos. Portanto, o insucesso escolar, na 1.^a classe, foi cerca de 57%. Dos 14 alunos matriculados na 2.^a classe, matricularam-se, na 3.^a classe, no ano lectivo seguinte, 11 alunos. Portanto, o insucesso escolar foi apenas de cerca de 21%. Refira-se que houve 2 alunos que se matricularam, na 2.^a classe, em 4/10/1902 e no ano lectivo 1902/1903 transitaram para a 3.^a classe e fizeram o exame do 2.^o grau, ambos com a classificação de *Bom*. Dos 2 alunos matriculados na 3.^o classe, transitaram para a 4.^a classe, no ano lectivo seguinte, os mesmos 2 alunos. Portanto, o insucesso escolar na 3.^o classe foi de 0%. Dos 2 alunos matriculados na 4.^a classe, nada consta no “Registo Geral de Matrícula”.

Desistências

Do “Registo Geral de Matrícula” não consta qualquer desistência.

Assiduidade

O professor não preencheu o *item* das “Faltas” nem o das “Presenças” dos alunos, bem como não classificou o “Comportamento”. Quanto à assiduidade do professor, da “Correspondência expedida” não consta qualquer pedido para faltar, ou ofício a comunicar qualquer impedimento, por doença. Portanto, deduz-se que o professor não deu qualquer falta, durante este ano lectivo.

“Profissão do pae” :

Lavrador-17; Mineiro-6; Carpinteiro-2; Alfaiate-1; Pedreiro-2; Jornaleiro-1; Escudeleiro-1; Sem registo de profissão-1; Comerciante-1; Costureira-2.

Ano lectivo de 1903- 1904

Matrículas

Matricularam-se 52 alunos, distribuídos deste modo: 30 da 1.^a classe; 11 da 2.^a classe; 8 da 3.^a classe; 3 da 4.^a classe. As matrículas efectuaram-se em 2 de Outubro de

1903, mas houve matrículas que se prolongaram por quase todo o ano lectivo, nomeadamente em Fevereiro, (3) Março, Junho e Julho.

Aproveitamento

Dos 30 alunos da primeira classe, 9 alunos transitaram para a segunda classe, conforme consta do “Registo Geral de Matrícula”. Portanto, houve 70% de insucesso, na 1ª classe. Dos 11 alunos matriculados, na 2ª classe, 4 matricularam-se na 3ª classe, no ano lectivo seguinte. Portanto, houve cerca de 64% de insucesso, na 2ª classe. Dos 8 alunos matriculados na 3ª classe, 5 alunos transitaram para a 4ª classe. Portanto, houve cerca de 37,5% de insucesso escolar, na 3ª classe. Dos 3 alunos matriculados na 4ª classe, não consta do “Registo Geral de Matrícula” que algum fizesse exame de 2.º grau, ao contrário dos seus colegas da 3ª classe, cujas classificações constam do “Registo Geral de Matrícula”, assim como a data do exame do 1.º grau. Consideramos, portanto, que o insucesso dos alunos, na 4ª classe, foi de 100%.

Desistências

Do “Registo Geral de Matrícula” não conta qualquer desistência.

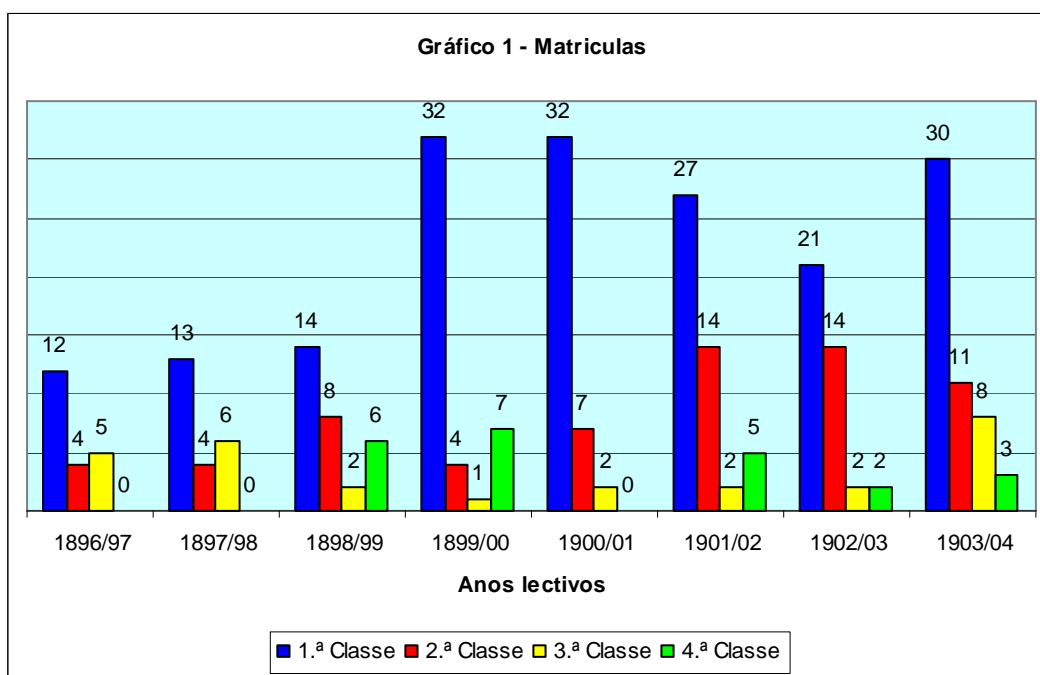
Assiduidade

O professor efectivo José Maria Tavares Dias apenas marcou as presenças e as faltas aos primeiros 4 alunos, na lista de matrículas. Ficaram, portanto, por anotar neste “Registo Geral de Matrícula” as classificações do “Comportamento” de todos os alunos e as “Presenças” e as “Faltas” dos restantes 48 alunos. De observar que em relação a estes 48 alunos, apenas anotou o dia em que fizeram exame do 1.º grau e as respectivas classificações.

“A profissão do pae”

Contrariamente, ao que tinha sido hábito até agora, o sobredito professor, também não anotou a “profissão do pae”, no respectivo *item*. Este “Registo Geral de Matrícula” (modelo B) termina aqui.

Vamos agora traduzir em gráficos estes dados para uma melhor visualização:



O gráfico mostra-nos a desproporção entre as matrículas no primeiro ano da escola primária elementar do Pinhão e as matrículas nos anos seguintes da escolaridade, o que nos dá a leitura das dificuldades económicas da população em mandar os seus filhos à escola, não obstante a escolaridade ser obrigatória. Os dois últimos anos da escolaridade obrigatória, 3.ª e 4.ª classe, são frequentados por um número diminuto de alunos, em relação aos do primeiro ano. Este panorama escolar ajuda-nos a compreender as grandes percentagens de analfabetismo, sobretudo nas populações rurais.⁶³⁹

Os documentos constantes deste “Registo Geral de Matrícula” que cobrem oito anos dos fins da Monarquia Constitucional transmitem-nos ainda alguns dados de interesse, sobre a escola primária do Pinhão. As indefinições e demoras na colocação de um professor efectivo, a dificuldade em preencher os tempos que mediavam entre uma e outra nomeação, tudo isso fazia com que os alunos abandonassem a escola, ou fizessem muitas repetências. Não obstante o aumento anual de alunos matriculados, uma única escola primária oficial, apenas do sexo masculino na freguesia do Pindello era insuficiente, dado que, segundo o Decreto de 24 de Dezembro de 1901, que promulgou a chamada “Reforma de Hintze Ribeiro”, no seu art.º 3.º do Cap.º II, dizia o seguinte: “O ensino primário do 1.º grau é obrigatório para todas as crianças dos dois sexos, desde

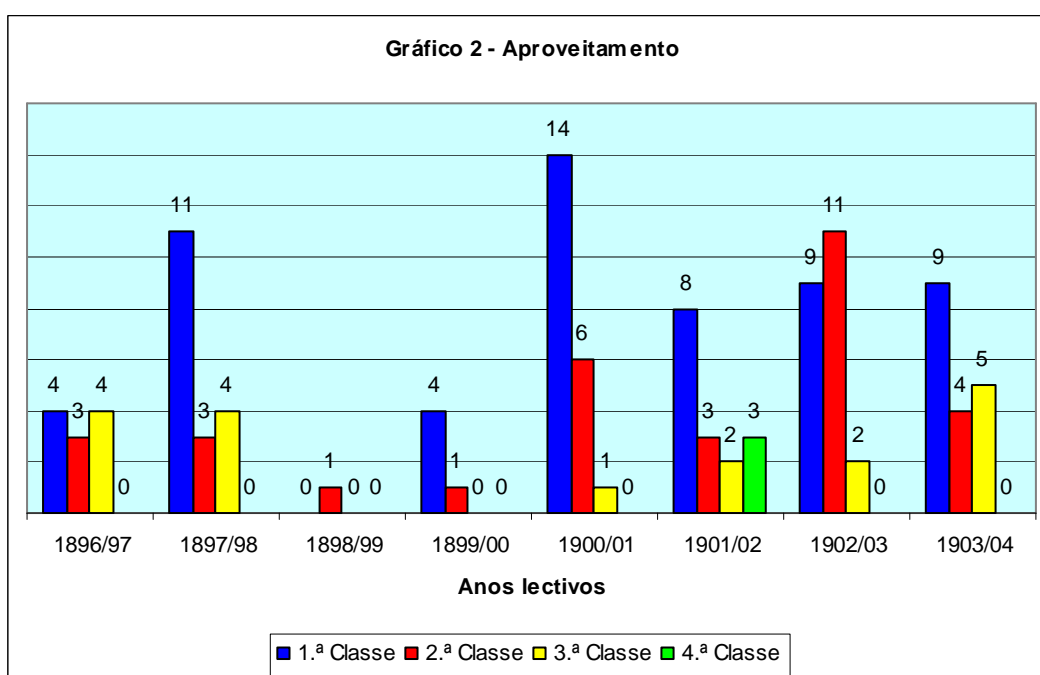
⁶³⁹ Cf. Parte IV, Cap. 9.º.

os 6 até aos 12 anos de idade completos”. Só eram dispensados de frequentar o ensino primário oficial as crianças que estivessem compreendidas por algumas das isenções seguintes:

“1.º- se os “paes”, tutores ou pessoas encarregadas da sua educação lhe dessem ensino doméstico;

2.º- se frequentassem qualquer escola particular;

3.º- se residissem a mais de 2 kms de alguma escola gratuita, pública ou particular, permanente ou temporária.”⁶⁴⁰

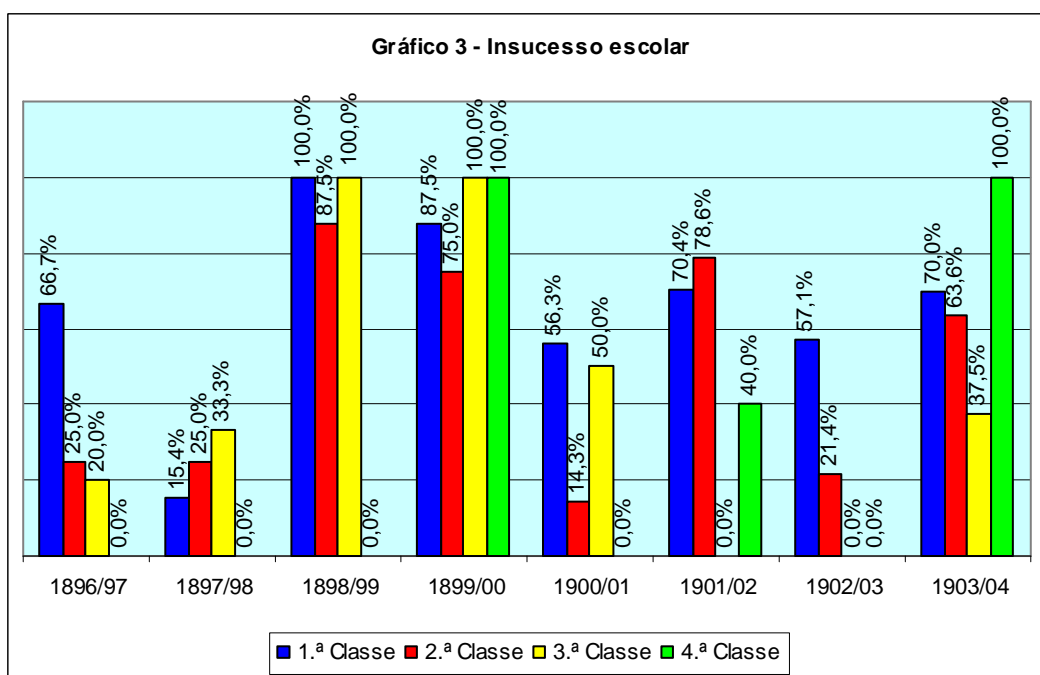


Este gráfico sobre o aproveitamento escolar dos alunos da escola primária do Pinhão, mostra-nos que nos fins da monarquia constitucional a frequência da escola era diminuta e a acrescentar a este fenómeno o aproveitamento também era reduzido. Vários factores se conjugam para explicar esse facto, ao qual não era alheia a tardia colocação de professores, a falta de meios pedagógicos atempados para ministrar as aulas e a condição socio-económica de carência das família, como se pode observar, confrontando estes dados com a profissão dos pais. Numa freguesia sem indústria e sujeita a uma economia de subsistência, este panorama escolar coaduna-se perfeitamente com a ruralidade da população.

⁶⁴⁰ Ministério da Educação, Secretaria- Geral, *Reformas do Ensino em Portugal, 1900- 1910*, Tomo I, vol. IV, 1.ª Parte, Doc. 14, pp. 87.

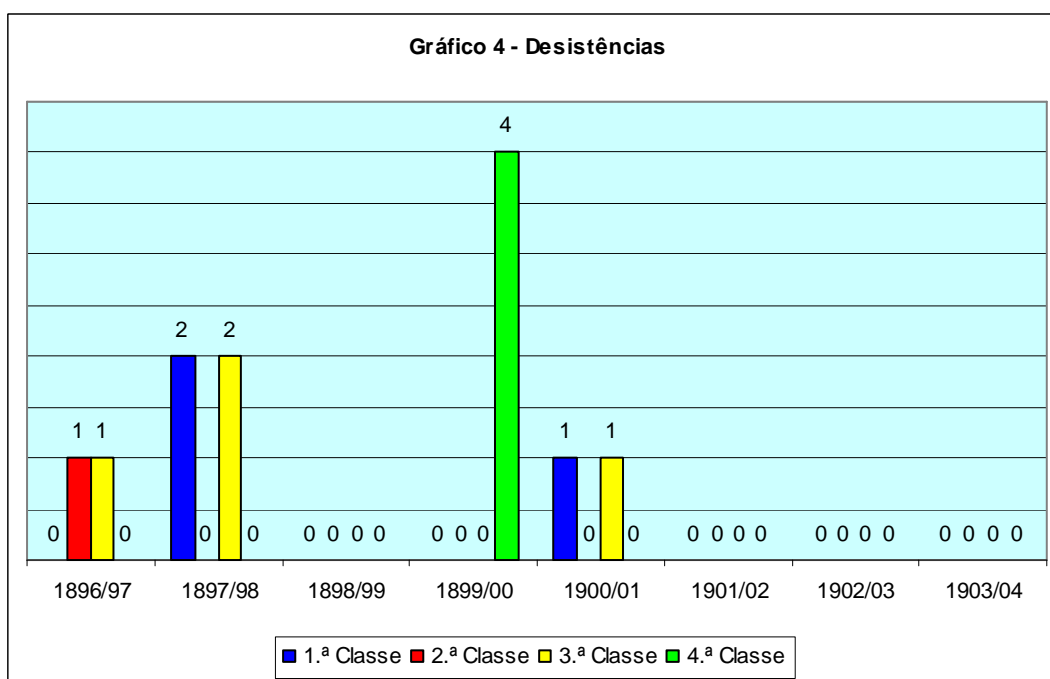
O aproveitamento dos alunos está na relação directa da normalidade ou anormalidade do funcionamento da escola. Nos anos em que o professor foi colocado tardiamente e apenas deu parte das aulas, o aproveitamento foi desastroso. Mesmo assim, nos oito anos lectivos que esta documentação cobre, o insucesso atingiu níveis demasiado altos, para uma escolaridade obrigatória. Assim:

- na 1.^a classe, as taxas de insucesso escolar foram desde os 15,4 % aos 100%, tendo-se situado a média aritmética dos oito anos lectivos, nos 67%.
- na 2.^a classe, as taxas de insucesso foram dos 14,3% aos 87,5%. A média situou-se à volta dos 51,5%.
- na 3.^a classe, as taxas de insucesso foram dos 0% aos 100%. A média situou-se à volta dos 35,7 %.
- na 4.^a classe, as taxas de insucesso foram dos 40% aos 100%. A média situou-se cerca dos 80%.



A leitura deste gráfico mostra-nos elevadas taxas de insucesso em todos os anos da escolaridade, particularmente na 1.^a, 3.^a e 4.^a classes. Chega a atingir os 100%. Como nos referem os documentos, variadas causas estão na origem deste factor pedagógico, ao qual não são estranhos a abertura tardia da escola, a tardia inscrição dos alunos e as condições em que era ministrado o ensino.

Relativamente às desistências, elas estão, também, relacionadas com as anomalias já citadas, provenientes da falta de professor. De relevar, ainda, o grande número de alunos na totalidade das quatro classes, agravado com o facto de o professor ter de ministrar ao mesmo tempo, quatro programas a níveis etários distintos e num mesmo espaço e tempo, o que torna esta tarefa ainda mais difícil. As razões aduzidas para as desistências e que constam no “Registo Geral de Matrícula” prendem-se com o facto de terem de ajudar os pais, ou por emigrarem para o Brasil. Eram duas condicionantes que dificultavam o cumprimento da escolaridade obrigatória e que reflectiam as dificuldades económicas dos agregados familiares, sobretudo nos meios rurais.



A leitura deste gráfico mostra-nos que as desistências, depois de iniciado o ano lectivo, eram diminutas. Isto pode querer dizer que as famílias que inscreviam os filhos na escola e os alunos que iniciavam o ano lectivo tinham motivações para continuar e só em caso excepcional interrompiam os estudos. Para podermos avaliar a percentagem de alunos que frequentavam a escola era necessário possuir os dados sobre a população em idade escolar da freguesia em cada ano lectivo, o que não possuímos. Contudo, a assiduidade e comportamento dos alunos que frequentam cada classe parece querer confirmar esta hipótese.

Quanto à assiduidade e comportamento dos alunos, podemos considerá-las boas. Mesmo quando um aluno dava muitas faltas, o professor classificava de Bom o seu comportamento. Era sinal de que as ausências dos alunos não eram motivadas por razões de ordem disciplinar, mas por outros motivos razoáveis que não são descritos neste “Registo”.

Quanto à assiduidade dos professores, obtida por cruzamento de dados com a “Correspondência emitida “ e a “Correspondência expedida”, exceptuando os casos anómalos, já referidos de mudança de docente, também não é alarmante, nem a causa do insucesso escolar. As poucas faltas dadas pelo professor da escola primária do Pinhão, são todas, devidamente justificadas e a justificação aceite pela tutela.

De 1896 a 1903, podemos ainda analisar a condição sócio - económica dos encarregados de educação desta freguesia⁶⁴¹.

Quadro n.º 22. Profissão dos encarregados de educação (adaptação do autor).

PROFISSÃO DO ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO	ANOS LECTIVOS						
	1896/97	1897/98	1898/99	1899/00	1900/01	1901/02	1902/03
Lavrador	6	6	10	13	14	16	17
Carpinteiro	2	2	3	2	1	2	2
Proprietário	1	1				2	
Mineiro	1	2	2	3	4	5	6
Negociante	1	1	3	1			
Jornaleiro	2	2	2	3	1	1	1
Alfaiate	1	1	1	1	1	1	1
Serralheiro	1	1					
Pedreiro		1	1	2	3	3	2
Costureira		1	1	1	2	2	2
Dona de casa			1	1			
Tanoeiro				1	1		
Escudeleiro					1	1	1
Arbitrador judicial					1		
Regateira					1	1	
Comerciante						1	1
Sem registo de profissão							1

Antes da leitura deste quadro, convém registar que não há correspondência entre o número de alunos e o número de “paes”. O facto deve-se a alguns “paes” terem vários filhos a estudar na mesma classe e até em diversas classes. Da leitura deste quadro salta à vista a posição social dos “paes”: primeiro a posição simbólica do “pae”

⁶⁴¹ Os dados referentes ao ano lectivo de 1903/04 não constam do *Registo Geral de Matriculas*.

em relação à mãe que não aparece no quadro e apenas aparece em profissões de segundo nível social: regateira, costureira, jornaleira. Durante os seis anos deste registo não há grande evolução social, derivada da diversidade profissional. Não há menção de quadros públicos. A agricultura continua a ser o meio de subsistência mais comum. A emigração para o Brasil constitui também a fuga possível a este *status quo*.

Terminada a análise deste “Registo Geral de Matrícula”, o caminho que vamos agora seguir, na análise da escola primária do Pinhão, em cada um destes três regimes é o seguinte:

- construção e estado de conservação dos edifícios e equipamentos escolares;
- dispositivos pedagógicos: programas, horários e material didáctico;
- conteúdo e resposta dos professores da escola primária do Pinhão à “correspondência recebida” da tutela.

Com a selecção de mais estes *items*, depois de termos analisado os resultados objectivos do desempenho dos professores da escola primária do Pinhão, pretendemos saber quais as condições reais, pedagógicas e didácticas em que era ministrado o ensino, na escola primária do Pinhão, em cada um dos três regimes políticos. Pretendemos confrontar as condições materiais e pedagógicas para um ensino qualitativo, e as respostas dos professores, ao tempo do Estado Novo, com a mesma escola nos dois regimes políticos antecedentes.

1.2. CONSTRUÇÃO E ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS ESCOLARES;

1.2.1. Monarquia Constitucional

Lemos, analisámos e cruzámos os dados dos ofícios contidos na “correspondência expedida”, com o conteúdo da “correspondência recebida”, da tutela regional dos professores da escola elementar de instrução primária de Pinhão, freguesia de do Pindello. Desta primeira análise, podemos adiantar as seguintes informações preliminares identificativas:

Esta escola elementar da instrução primária do sexo masculino estava sedeadada no lugar do Pinhão, freguesia do Pindello e servia as povoações de Pinhão e Pindello,

distanciadas aproximadamente cerca de 1800 metros.⁶⁴² Durante estes 11 anos que decorrem até à proclamação da Primeira República, leccionaram nesta escola do sexo masculino, 4 professores, sendo o primeiro por ordem cronológica do sexo feminino⁶⁴³ e três do sexo masculino;⁶⁴⁴ Nesta freguesia do Pindello, até à proclamação da Primeira República, não há informações de alguma escola do sexo feminino, nem a frequência de qualquer aluno do sexo feminino. Igualmente, não encontramos referências aos grandes acontecimentos históricos que marcaram estes onze anos: ao atentado que vitimou o Rei D. Carlos e o Príncipe Real em 1 de Fevereiro de 1908, nem à Proclamação da Primeira República Portuguesa, em 5 de Outubro de 1910, nem da parte da tutela, nem da parte dos professores.

Durante os últimos oito anos da Monarquia Constitucional, a tutela desta escola pertencia a um Administrador do Concelho de S. João da Madeira e a um Comissário da Instrução Primária do distrito de Aveiro, que não consta, alguma vez tivessem visitado a escola, nem sequer no dia da inauguração do novo edifício escolar, construído por um benfeitor. A partir de 14 de Outubro de 1902, a comunicação mais frequente entre a escola e a tutela faz-se através de um Sub - inspector. Apenas há a notícia da visita do Sub - inspector do ensino primário do círculo de Aveiro, uma vez, em 11 anos. Toda a correspondência era dirigida ao mesmo tempo ao “Comissário do distrito de Aveiro da Instrução Primária” e ao “Administrador do concelho” de Oliveira de Azeméis, até à nomeação do Sub - inspector.

Após estes dados preliminares, alguns retirados dos documentos citados, vamos proceder a uma análise mais completa das temáticas já referidas a começar pelos edifícios e equipamentos escolares. Apresentamos o teor dos ofícios enviados pelo professor da escola do Pinhão, José Maria Tavares Dias, “um humilde obreiro do progresso” sobre esta temática, sem mais comentários, porque o seu conteúdo e veemência escrita falam por si.

Em 12 de Março de 1901, o professor José Maria Tavares Dias comunica ao Comissário que o seu antecessor tratou com o proprietário do edifício, onde reside e exerce o magistério a renda da mesma, pela quantia de 1000 reis. Persuadindo os pais

⁶⁴² Ofício expedido pelo professor José Maria Tavares Dias, ao Sr. Sub-Inspector e datado de 2 de Dezembro de 1907, *apud* Inéditos de Pindello.

⁶⁴³ Elvira Augusta Marques de 12/10/1887 a 23/07/1898, *apud* *Correspondência expedida*.

⁶⁴⁴ Thomáz Tavares de Oliveira Coutinho de 12/04/1899 a 4/04/1898; Rufino José Correia de 19/06/1898 a 25/05/1899; José Maria Tavares Dias, de 28/06/1900 a 02/02/1910 *apud* *Correspondência expedida* Inéditos de Pindello..

dos alunos conseguiu que estes pagassem a renda de seis meses – 6.000 reis- através de uma cotização. Entretanto, esse professor foi transferido e veio o exponente, sem saber de nada do que se passava. Há dias, o proprietário do edifício reclamou outros seis meses de renda que, entretanto, fora vencida,

(...) “sob pena de me por na rua ou confiscação da mobília escolar etc., Solicita, pois ao comissário que providenciasse que o Sr. Silva recebesse a respectiva renda, já que a nova escola ainda está em construção, para evitar qualquer vexame a que injustamente é exposto o professor d’ aldeia” (Ofício de 12 de Março de 1901).

Em 9 de Setembro de 1901, já em novo ofício, comunica que o edifício escolar da freguesia de Pindello feito com o produto de uma subscrição aberta entre os habitantes do Pinhão foi inaugurado com a presença do arquitecto Serrão Bermudes.

Em 2 de Fevereiro de 1902, o professor da escola do Pinhão, José Maria Tavares Dias comunica ao Administrador do concelho de Oliveira de Azeméis:

(...) “que o estado do mobiliário desta escola só se pode prolongar com manifesto prejuízo dos educandos. Uma mesa velha, carcomida que obtive de empréstimo onde apenas podem escrever quatro alunos e cinco bancos que obtive pelo mesmo preço, constituem a mobília desta escola. Dadas as boas relações políticas e particulares que V. Ex.cia tem com a actual Câmara, achei oportuno o momento vir perante V. Ex.cia rogar-lhe a fineza de interferir perante a mesma Câmara afim de que eu obtenha num prazo de tempo tão curto quanto possível a mobília escolar desta escola” (Ofício de 2 de Fevereiro de 1901).

Em 14 de Outubro, do mesmo ano, dirige-se ao Sub-inspector com o mesmo assunto:

(...) “chamo a respeitabilíssima interferência de V. Ex.cia (...) na parte que diz respeito à mobília, pois a que actualmente adorna este edifício é a mesma que V. Ex.cia viu quando há um ano tive a honra da visita de V. Ex.cia a esta escola a qual consta de cinco bancos, um apenas d’encosto e uma mesa velha e carcomida. Nestas circunstâncias é difficil quase impossivel leccionar crianças que para escreverem têm de estar umas de joelhos em frente dos

bancos (pois é sobre eles que a maior parte escrevem) e outras quase de rojo conseguindo não só nesta penosa posição muito menos aproveitamento como até adquirindo defeitos físicos que mais tarde serão difíceis de eliminar ” (Ofício de 14 de Outubro de 1902).

A resposta do Sub- inspector é redigida por Ofício, em 15 de Outubro e diz o seguinte:

(...) “cumpre-me dizer-lhe que deverá V. Ex. cia empregar perante a Câmara Municipal desse Concelho todos os seus esforços, no sentido de dar provimento às necessidades de que o mesmo seu ofício fala. Certo que o bom critério nos ensina não poder ser feito tudo, imediatamente, e assim termos de ir transigindo, de forma que a pouco e pouco n´um período mais ou menos longo, todas as necessidades se satisfaçam ” (Ofício de 15 de Outubro de 1902.)

A 10 de Dezembro de 1902 o mesmo professor oficia ao presidente da Câmara para adaptar uma pequena superfície em forma de triângulo rectangular da casa onde reside

(...) “a casa de salga, despensa, adega, casa de forno, etc. já que a enorme casa onde reside não dispõe destes recantos. Pede, pois, à integérrima Câmara de que V. Ex. cia é presidente que venha verificar directa ou indirectamente se a referida superfície pode ser adaptada ao referido fim ” (Ofício de 10 de Dezembro de 1902).

Na Circular n.º 281, datada de 29 de Dezembro de 1902, o Administrador do concelho comunica ao professor da escola de Pinhão que

(...) “foi superiormente ordenado que as folhas das despesas com limpeza, expediente, reparações, e mobília das escolas sejam processadas mensalmente devendo os respectivos documentos darem entrada nesta administração até ao dia 2 do mês seguinte aquele a que dizem respeito.” Deus guarde V. Senhoria. Em 9 de Novembro de 1904 em Circular n.º 259, o sub- inspector solicita o nome de 5 indivíduos na freguesia que “estejam nas condições de fazerem parte das comissões de beneficência e ensino estatuídas no cap. ° XI do Regulamento em vigor ” (Ofício de 9 de Novembro de 1904).

Em 18 de Novembro de 1904 o professor em ofício n.º 13 responde nestes termos:

(...) “apresso-me a comunicar e propor a V.º Ex. cia os nomes dos cinco indivíduos que julgo aptos para fazerem parte da comissão beneficente escolar nesta freguesia. O meio é bastante refractário á instrução mas apesar disso estou certo que a comissão cujos membros tenho a honra de propor a V.ª Ex. cia envidará todos os esforços para obter pelo menos o cumprimento da 1.ª parte do programa ou seja o fornecimento de livros e demais atinentes ás crianças pobres ” (Ofício de 18 de Novembro de 1904).

Em Circular de 30 de Novembro de 1905 o Sub - Inspector oficia ao Pároco da freguesia para convocar os membros da comissão beneficente. Está disposto a prestar todos os esclarecimentos para que “os comissionados não desanimem com as contrariedades que por certo se depararão no decorrer de seu árduo mas produtivo trabalho.” (Ofício de 30 de Novembro de 1905). Na Circular de 30 de Novembro de 1907 o Sub- Inspector do Círculo de escolas de Oliveira de Azeméis, envia um questionário ao professor com as seguintes questões: o edifício da sua escola satisfaz às necessidades do ensino? Não satisfazendo quais são os defeitos que tem e as condições de que carece? Que lhe falta para completar as mobílias e o material escolar? Quais são e a que distância ficam da escola os lugares que constituem essa freguesia?

Não obstante estas diligências, em princípio animadoras, passados cerca de 5 anos, a 2 de Dezembro de 1907, o mesmo professor, respondendo a esta Circular do Sub - inspector, datada de 30 de Novembro, informa que o edifício escolar desta freguesia

(...) “satisfaz às necessidades do mesmo. Mobília não existe, por isso que no edifício há apenas cinco bancos de pinho, sem encosto, sendo 4 de empréstimo e uma mesa velha da mesma matéria e, também, de empréstimo. Necessita de carteiras para 40 alunos (termo médio da frequência escolar estrado, secretária e cadeira para o professor ” (Ofício de 30 de Novembro de 1907).

A última vez que se fala nestes documentos de equipamento escolar é num ofício de 21 de Outubro de 1908, em que o mesmo professor responde a uma Circular

de 14 do corrente do Ex.mo Sub-inspector. Podemos verificar que havia na freguesia uma comissão de beneficência e ensino,

(...) “mas só no 1.º ano da sua existência contribuiu com a importância de 3\$400 reis, para compra de livros para as crianças pobres. Nos subsequentes anos, incluindo o de 1908, nada deu e não é fácil arrancar-lhe qualquer verba para tal fim, por isso numa subscrição que, há pouco, aqui promovi, para juntar alguns mil reis à quantia que recebi por intermédio de V.ª Ex. cia, para aquisição de livros e, digo, e aquisição de mobília escolar houve-se por tal modo, que só três dos seus membros são subscritores. Os restantes nada deram e a sua substituição por outros, nenhum benefício trará, pois os filantropistas são raros, onde o egoísmo impera (Ofício de 21 de Outubro de 1908).

1.2.2. Primeira República Portuguesa

A proclamação da República em 5 de Outubro de 1910, também não traz melhores benefícios, no sector dos edificios e equipamentos escolares, não obstante os discursos político apostarem na instrução como fator do progresso. Continuando a analisar os sobreditos documentos, verificámos que na “Correspondência expedida” o professor da escola primária do Pinhão, José Maria Tavares Dias, agora na atitude de simples funcionário pago pela Primeira República, envia o primeiro ofício, onde menciona a questão dos edificios e equipamentos apenas em 14 de Agosto de 1914. Através dele, o professor José Maria Tavares Dias comunica à Ex.ma Câmara

(...) “que tendo os últimos temporais feito em estilhaços algumas telhas do beiral do edificio escolar e, deixando a fachada sul do edificio transudar a humidade, a ponto de esta ter danificado bastante o estuque que vai caindo, a pouco e pouco, podendo mesmo arrastar ou desabar o tecto, se providências imediatas não forem dadas, asphaltando ou cimentando a mesma face sul externa. E achando-se fendida pelo tempo a chaminé do referido edificio, por forma a coar a água para o seu interior, venho por este meio lembrar a V.ª Ex. cia e à Ex.ma Câmara a instante necessidade de imediata reparação ” (Ofício n. 4 de 14 de Outubro de 1908 da *Correspondência expedida*).

Consultando a “Correspondência recebida” verificámos que, desde a data em que o professor comunicou a ocorrência dos estragos do edificio escolar, 14 de Agosto

de 1914, até à data em que termina esta “Correspondência recebida”, 28 de Setembro de 1920, o assunto nem sequer é mencionado, nem na “Correspondência recebida”, nem na “Correspondência expedida”.

1.2.3. Estado Novo

A “Correspondência recebida” acaba em 15 de Novembro de 1921 e a “correspondência expedida” não preenche todo o regime da Primeira República, pois termina em 1 de Fevereiro de 1916, portanto cerca de 10 anos antes da Revolução de 28 de Maio que colocou a Ditadura Militar no governo. É, porém, reatada em 25 de Abril de 1932, ano em que Oliveira Salazar é empossado Presidente do Conselho de Ministros. Embora os documentos não o digam expressamente, sabemos que estes seis anos foram marcados pela instabilidade política e graves crises económicas que necessariamente se reflectiram no ensino. O golpe de 28 de Maio de 1926 comandado pelo General Gomes da Costa derrubou o governo da Primeira República e instaurou uma Ditadura Militar. Pelos documentos existentes na Escola Primária do Pinhão, apenas se pode verificar que há mudança de professor. O professor José Maria Tavares Dias perde a questão com o vereador da Câmara, durante a Primeira República, sobre o regime de coeducação a adoptar na escola do Pinhão, porque a escola do ensino primário elementar do Pinhão passa a escola mista, sendo as actividades lectivas garantidas por uma professora, o que aliás constitui excepção, em relação à política educativa, seguida pela Ditadura Militar e depois pelo Estado Novo.⁶⁴⁵

Relativamente à questão da conservação dos edifícios e equipamentos escolares, na escola do ensino primário elementar do Pinhão, no Estado Novo há dados novos em relação à Primeira República. Os investimentos estatais, no suprimento das necessidades da escola pouco diferem, mas a generosidade dos beneméritos que era escassa, conforme relato do professor José Maria Tavares Dias, nos fins da Monarquia Constitucional, renasce agora, na escola do Pinhão, segundo os relatos da professora. Assim, a nível de equipamentos escolares: a 8 de Junho de 1938 a professora comunica que o Sr. José Marques Pinheiro de Sousa ofereceu à escola 12 cadeiras. A 17 de Outubro de 1938, a professora Rosa da Conceição comunica que existem na sua escola

⁶⁴⁵ Art.º 1.º do Decreto 15.032 de 15/02/1927, publicado no *Diário do Governo*, n.º 38, 1.ª Série de 15/02/1927. Esta excepção significava que não havia nas proximidades outra escola do ensino primário elementar, ou a longa distância obrigasse os alunos a grandes percursos.

(...) “6 carteiras inutilizadas as quais me estão a estorvar. Estas carteiras figuram nos mapas de cadastro. E tenho-me remediado com elas, mas depois da oferta do Sr. J. Marques Pinheiro, não tenho necessidade delas, nem elas estão em condições de ser usadas. Rogo, pois, a V.^a Ex. cia o obséquio de me informar se posso queimá-las, ou o destino que lhe devo dar ” (Ofício n.º 29 de 17 de Outubro de 1938).

Pelo Ofício n.º 37 de 19 de Janeiro de 1941, a mesma professora, Rosa da Conceição comunica ao Director Escolar que

(...) “nesta escola existem 6 carteiras aos pedaços(...). Venho, pois, respeitosamente, pedir a V.^a Ex. cia para me elucidar se posso abater ao inventário estes objectos e o destino que devo dar-lhes ” (Ofício n.º 37 de 19 de Janeiro de 1931).

Pelo Ofício 98, comunica ao Director Escolar que

(...) “como as carteiras inutilizadas que se encontram nesta escola foram substituídas pelo mesmo benemérito que sustenta a cantina e não representando elas qualquer valor, entendi poderem ser utilizadas, como combustível, para as refeições da mesma cantina. E nestas condições não posso proceder à sua venda. Peço desculpa se não foi legal o meu procedimento, mas julguei ser o melhor destino a dar aqueles objectos ” (Ofício de 2 de Dezembro de 1948).

A nível de edifício escolar:

Pelo Ofício n.º 44 de 5 de Fevereiro de 1942, a professora Rosa da Conceição comunica que o edifício em que funciona a escola, a seu cargo, foi construída em 1901, por subscrição entre pessoas desta freguesia, tendo o Estado contribuído, também, com a importância de 600\$000. Ignora a quem pertence, visto que no arquivo da Câmara Municipal deste concelho não existe qualquer documento que a elucide a esse respeito. Algumas pessoas dizem que fora entregue à Câmara, mas nada há que prove isso. Está descrito como pertença do Estado na Matriz Predial Urbana, deste concelho, no livro 26 n.º 80 art.º 229. Entretanto, o velho edifício escolar precisa de remodelações.

Em 10 de Setembro de 1945, a professora Rosa da Conceição comunica ao presidente da Câmara que

(...) “as retretes desta escola se encontram em mísero estado. Ameaçam ruína sem alguns vidros e outros não se encontram seguros e precisando de soalho. As paredes têm falta de betume. Qualquer ponta de vento deita os vidros abaixo, ficando as crianças expostas às intempéries” (Ofício n.º 78 de 10 de Setembro de 1945).

Pede para tomar as necessárias providências. Passados três anos, novamente a mesma professora da escola primária do Pinhão pede providências ao Ex. mo Presidente da Câmara, porque

(...) “o telhado desta escola necessita urgentes reparos, pois chove em vários pontos da habitação, ameaçando derruir todo o travejamento. Além disso, os caixilhos das janelas encontram-se em mísero estado, não aguentando os vidros. As obras das retretes ficaram incompletas e as portas estão muito mal seguras” (Ofício de 14 de Dezembro de 1948).

E em resposta a uma questão levantada pela tutela, sobre esta matéria:

“Para cumprimento da circular de 26 do corrente enviada por V. Ex.cia venho participar-lhe que as instalações sanitárias da escola são rudimentaríssimas, havendo apenas um pequeno fontanário para abastecimento da cantina que é propriedade de um dos beneméritos da escola. É de facto uma necessidade a exploração de água mais abundante, de modo que possa abastecer toda a população escolar” (Ofício de 2 de Fevereiro de 1951).

Através destes *flashes* da escola de instrução primária elementar do Pinhão, freguesia de Pindello, desde os fins da Monarquia Constitucional, até ao ano de 1953, na vigência do Estado Novo, podemos verificar que nos fins da Monarquia Constitucional, o edifício escolar que compreende, também, a casa do professor, é arrendado, sendo os pais dos alunos a suportar a renda, o que acarreta enormes problemas. Entretanto, a população cotiza-se e constrói um edifício novo. A administração central ou regional não fornece quaisquer equipamentos, tendo o professor de pedi-los de empréstimo, ou

recorrer a uma comissão de ensino e beneficência para o conseguir. As Câmaras municipais têm a tutela da escola primárias elementares, mas não conseguem suprir as suas carências, não obstante os muitos ofícios nesse sentido e os empenhos solicitados. A tutela concelhia recorre, então, a “Comissões promotoras de Beneficência de ensino”, aliás, no dizer do Sub- inspector já previstas no Regulamento,⁶⁴⁶ para fornecer para além de outro material escolar, a mobília escolar, expediente que nem sempre resulta.⁶⁴⁷ Nos edifícios construídos a expensas da população, o professor tem de pedir à Câmara autorização para modificações pontuais, o que supõe pertencer ao seu património, por ser doado.⁶⁴⁸

Na freguesia de Pindello, o poder central e regional não dispõe de verbas para subsidiar a escola. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis nem sequer é mencionada, nem comparece à inauguração do novo edifício escolar, construído por um benfeitor da freguesia. O edifício escolar encontra-se sob a responsabilidade da autarquia que pouco ou nada faz. Os poucos encarregados de educação que querem mandar os filhos à escola, têm de pagar aluguer do edifício escolar e equipamentos. Aliás, o professor afirma que não há interesse pela instrução. Os documentos de que dispomos, a partir do ano lectivo 1896/1897, referem, a princípio, apenas 21 rapazes, numa freguesia de duas povoações, distantes 1800 metros. A instrução depende só das populações e da sua pouca motivação e dos fracos recursos. Talvez estes dados ajudem a compreender o analfabetismo que grassava na sociedade portuguesa desta época.⁶⁴⁹ Não obstante a reforma de Hintze Ribeiro, promulgada pelo Decreto de 24 de Dezembro de 1901 estabelecer que são as Câmaras municipais a tratar dos edifícios e equipamentos “as dotações orçamentais para a educação foram sempre insuficientes, vivendo-se em constante aperto para fazer gerir os serviços” (*ibid.*: 83).

Durante a Primeira República, também não aparece na “Correspondência emitida” ou “Correspondência recebida” algo que nos diga que a situação mudou. O Estado republicano continua a não investir em edifícios e equipamentos escolares e

⁶⁴⁶ O Regulamento referido é o Decreto de 24 de Dezembro de 1901, Art.º 119, Cap.º XI, *Diário do Governo*, I Série, 4/12/1901.

⁶⁴⁷ Este processo de recurso aos beneméritos vai vigorar no Estado Novo, agora rebaptizado e instituído como caridade para com os pobrezinhos. Os orçamentos para a Instrução continuavam a ser exíguos e o Estado Novo aproveitava-se da doutrina católica para sossegar a consciência dos mais favorecidos e colmatar carências que apenas a si diziam respeito.

⁶⁴⁸ Mais adiante, o professor elucida o Sub- inspector que o dador do edifício ofereceu-o ao Estado. Igualmente elucida que o Estado contribuiu com 600\$000 reis.

⁶⁴⁹ Em 1890 havia 79,2% de analfabetos na população maior de 7 anos. Em 1900 essa percentagem tinha diminuído ligeiramente para 78,6% (Bárbara, s.d.: 82).

continua a deixar essa tarefa à beneficência pública. Face aos apelos à Câmara para que intervenha, não constam respostas nestes documentos. Consta, sim, na “Correspondência expedida” um questionário formal a inquirir sobre a propriedade do edifício e se ele precisa de obras e equipamentos, mas dos documentos analisados não consta com que finalidade.

O golpe militar de 28 de Maio de 1926 encontra os edifícios escolares, na sua maioria em condições deficientes: “num País onde 95% das escolas são autênticas espeluncas a ameaçar ruína metendo ainda por cima água e vento por todos os lados”⁶⁵⁰ Durante o regime do Estado Novo, continua o recurso à beneficência agora rebaptizada de caridade pública.⁶⁵¹ Com o decorrer do tempo, as carências, sobretudo a nível de instalações sanitárias, arranjo do telhado e da falta de água, as carências do velho edifício escolar construído em 1902 por beneméritos são grandes e nem sempre resolvidas prontamente e a contento. As despesas com o mobiliário escolar são efectuadas por beneméritos, a ponto de a professora solicitar o rumo que há - de dar às carteira que se encontram fora de uso, assim como aos restantes materiais pedagógicos em desuso. A este nível, as carências já não são tão gritantes e estão, em parte, colmatas na escola primária elementar do Pinhão, pois beneméritos construíram uma cantina e tratam da sua manutenção, fornecem livros às crianças necessitadas, em festas em que participam também os pais dos alunos.⁶⁵²

Com o Estado Novo, acresce, ainda, uma grande preocupação em saber do estado dos edifícios escolares, da sua história e se foram doados. Nos documentos de que dispomos não se vislumbra com que finalidade. Há, sim, uma sistemática preocupação de um rigoroso controlo sobre o património do Estado e as professores eram obrigados a preencher, no fim do ano, mapas detalhadas com todos os abatimentos e acrescentos ao cadastro.

Constata-se, pois, dos documentos consultados, que o edifício da escola primária elementar do Pinhão, desde os fins da monarquia constitucional, até ao ano

⁶⁵⁰ *O Professor Primário*, n.º 380, de 30 de Março de 1927, *apud* (Sampaio, 1976: 138).

⁶⁵¹ Um benemérito singular ou uma instituição que cedesse um edifício para uma escola ou a construísse de raiz, podia apresentar um professor para preencher esse lugar, o que era aceite, desde que ele satisfizesse as condições morais exigidas pela tutela.

⁶⁵² A cantina escolar na escola do Pinhão podemos considerá-la uma raridade face à situação geral do País. “Entre 1926- 1927 e 1954- 1955, a percentagem de estabelecimentos de ensino primário oficial com cantina sobe de 0,8 para 5,9, aumentando 7,25 vezes. Contudo, em 1954- 1955, só deparamos com cantinas escolares em cerca de 6% dos estabelecimentos oficiais, o que significa uma cobertura assistencial extremamente reduzida ” (Sampaio, 1976: 151).

1953 em que vigora o regime da Ditadura Nacional, foi sempre o mesmo, construído por benfeitores da terra, apenas com o contributo monetário de 600\$000 reis, (seiscentos mil réis), e sem a presença de qualquer autoridade ligada à escola. O seu equipamento foi efectuado durante os três regimes por benfeitores, pelo menos até 1953, portanto 52 anos. Durante a Monarquia Constitucional e a Primeira República os equipamentos solicitados nunca tiveram uma resposta da parte da tutela. No tempo do Estado Novo, verifica-se que a generosidade dos benfeitores supre estas lacunas, com alguma regularidade.

No respeitante a cantinas, outro equipamento fundamental para que da parte dos alunos haja condições favoráveis a uma aprendizagem equilibrada, sem problemas alimentares que dificultem o rendimento escolar, nos fins da Monarquia Constitucional e na Primeira República não se fala dessa preocupação. Não obstante a distância da escola às populações servidas pela escola ser apenas de 1800 metros, o que permitia a deslocação fácil dos alunos, o problema das carências sócio - económicas das famílias foi sempre acentuado por todos os professores.

Pelo “Registo Geral da Matrícula”, podemos analisar as profissões dos encarregados de educação. Aí podemos verificar que, para um meio rural, a escola não é frequentada, na sua maioria, pelos filhos de pessoas com profissões economicamente mais débeis. Nos anos lectivos 1986/1987 e 1987/1988, a professora registou apenas quatro jornaleiros, de um total de 42 profissões.

A dificuldade dos professores em ministrar um ensino que proporcionasse às crianças o mínimo de equipamentos escolares para uma aprendizagem condigna, está expressa no conteúdo, sobretudo da “correspondência expedida”. Por vezes, são mesmo gritos de angústia, particularmente, no período da Monarquia Constitucional. As tentativas de resolução deste problema, face à inoperância das autoridades administrativas, está bem patente. A constituição de “comissões promotoras de beneficência e ensino” nas diversas freguesias,⁶⁵³ atesta as dificuldades económicas com que os governos deparavam para cumprir as suas obrigações sociais. Foi, apenas, no Estado Novo, que a cantina escolar da escola primária do Pinhão vem resolver o problema dos alunos carenciados, economicamente, como nos atesta a professora Rosa da Conceição, comunicando à tutela que

⁶⁵³ Art.º 119.º do Cap.º XI do Decreto de 24 de Dezembro de 1901, *Diário do Governo*, I Série, 24/12/1901.

(...) “desde 3 de Janeiro de 1939 que o benemérito José Marques Pinheiro de Sousa, José Soares Pinheiro e Américo Soares de Castro e Benjamim Soares da Costa sustentam, nesta escola, uma cantina, em funcionamento ininterrupto. Em face do último Decreto, julgo haver direito a uma servente e por isso solicito a sua nomeação ” (Ofício n.º 97 de 27 de Outubro de 1948).

1.3. DISPOSITIVOS PEDAGÓGICOS: PROGRAMAS, HORÁRIOS E MATERIAL DIDÁCTICO,

1.3.1. Monarquia Constitucional

Nesta secção, vamos verificar se a tutela das escolas primárias elementares, forneciam, atempadamente, os meios indispensáveis ao professor para o seu correcto desempenho e aos alunos necessitados, igualmente, os meios para estudar. Vamos, por isso, analisar até que ponto havia a preocupação das autoridades centrais que supervisionam o ensino de estimular a escolarização das crianças e o contributo financeiro para manter as escolas e fomentar uma melhor instrução.

A metodologia será a mesma. Em primeiro lugar, vamos, cronologicamente, compulsar os documentos de que dispomos e verificar qual a resposta da tutelas às carências registadas pelos professores, as respostas que recebem da mesma tutela e o tempo que demoram a satisfazer estas carências. Mais adiante iremos, ainda, analisar quais as orientações ideológicas dos sistemas educativos e os conteúdos doutrinários que transparecem da correspondência oficial, entre os actores sociais intervenientes: autoridades tutelares e os professores da escola primária do Pinhão.

É claro que não são tão poucos documentos inéditos que nos podem responder, cabalmente, a todas estas questões. Contudo, podem, pensamos nós, trazer achegas interessantes pela sua singularidade. Para o nosso trabalho, interessa-nos, sobretudo, verificar até que ponto as matrizes educativas do Estado Novo penetraram nas escolas primárias do meio rural, qual o papel do professor primário nesta difusão e quais os processos utilizados.

Por dispositivos pedagógicos entendemos, aqui, todo o tipo de material escolar, quer de tipo oficial, quer meramente particular, que se torna indispensável a professores e alunos. Os objectivos são a concretização das políticas educativas do

governo e a progressão do ensino- aprendizagem. Na linguagem de Oliveira Salazar seriam os dispositivos indispensáveis para apetrechar a “oficina das almas” (Salazar, 35: 32). Estes dispositivos se eram necessárias para o professor planificar e executar as suas lições e o aluno o acompanhar com proveito, muito mais necessário se tornava para as crianças necessitadas, cuja continuação na escola dependia da generosidade dos beneméritos (Ofício de 24/10/1936).

Vamos seguir a ordem cronológica, para compulsar nos documentos disponíveis, a começar pelos fins da Monarquia Constitucional, as dificuldades dos professores da escola do ensino primário elementar do Pinhão, na aquisição atempada para si e seus alunos destes dispositivos pedagógicos. Nesta matéria, um rol de carências desfila na “Correspondência expedida” sem respostas na “Correspondência emitida”:

- Em 25 de Abril de 1900, o professor Rufino José Correia solicita à Câmara Municipal um livro da frequência dos alunos (modelo F). Em 20 de Julho de 1901, o professor José Maria Tavares Dias solicitava ao Ex. mo Sr. Comissário da Instrução Primária do distrito de Aveiro, um “Horário- Programa, idêntico ao que em princípio do ano mandou distribuir a outra escolas.” (Ofício n.º 3 de 20 de Julho de 1901, *apud* “Correspondência expedida”).

- Em 9 de Setembro de 1901, novamente o professor, José Maria Tavares Dias, através do ofício de 9 de Setembro, da mesma data, oficia ao Ex.mo Comissário que continua sem “Horário – Programa” e vem rogar que lhe envie um.

- Em 20 de Setembro do mesmo ano, o mesmo professor envia ao “Ex.mo Comissário” o Horário - Programa “que tenho a honra de submeter à aprovação de V. Ex. cia, esperando que V. Ex. cia me mandará prevenir de qualquer alteração ou modificações que o mesmo deva sofrer ”(Ofício n.º 8 de 14 de Maio de 1901).

- No Ofício n.º 8 de 14 de Maio de 1903, o mesmo docente oficia ao Ex.mo Sr. Sub - Inspector que “Não existe livro de frequência mensal desde Janeiro, apesar de, legalmente, o haver solicitado.”⁶⁵⁴

- No Ofício n.º 10 de 1 de Outubro de 1903, o professor envia ao Sr. Sub-inspector a

⁶⁵⁴ (*Ibid.*).

(...) “requisição de livros e mapas de que muito e muito preciso. Em outros officios já lembrei a V. Ex. cia que na minha escola não existe desde Janeiro Livro de Registo Diário, tendo vindo, desde aquela data, fazendo o serviço em cadernos, não podendo por isso ser feito com rigor e asseio. São, pois, d’uma absoluta necessidade os livros mencionados nesta requisição esperando por isso que V. Ex. cia tome na devida conta, enviando-a à Ex.ma Câmara e instando para que ela seja attendida. (...) vou fazendo a matrícula em livro anterior à nova lei da Instrução Primária, até que providências sejam tomadas ”(*Ibidem*).

- A 11 de Outubro de 1903, o professor José Maria Tavares Dias comunica a sua preocupação ao Sub- inspector, nestes termos:

“ Como V. Ex.cia sabe de todos os livros de que o frequentador da escola primária precisa, o de leitura é o mais indispensável. Os que foram superiormente aprovados, ainda não se acham à venda, constituindo, assim, uma enorme falta. Poderei, enquanto os não houver à venda, ministrar algumas lições de leitura naquele, cujo prazo terminou, no fim do passado ano lectivo, ou deverei bani-los completamente da escola? (Ofício de 11 de Outubro de 1903).

- Em 18 de Novembro de 1904, o professor propõe, a pedido do Sub-inspector, à comissão de beneficência e ensino que, na primeira parte do programa, tem em vista “o fornecimento de livros e demais atinentes às crianças pobres.”

- Em 2 de Dezembro de 1907, o professor insiste no Ofício n.1, dirigido ao Ex.mo Sr. Sub- inspector :

“Quanto ao material de ensino, era indispensável um mapa de África, sendo, também de utilidade, substituir os quadros parietais de leitura de António Simões Lopo, por outro novo, por estes terem alguns caracteres ilegíveis ” (Ofício de 2 de Dezembro de 1907).

- Em 21 de Outubro de 1908, o professor comunica ao Sr. Sub- inspector que a comissão de beneficência

(...) “só no primeiro ano contribuiu com a importância de 3\$400 reis para comprar livros para crianças pobres. Nos subsequentes anos, incluindo os anos de 1908 e 1909, nada deu e não é fácil arrancar-lhes qualquer verba ” (Ofício de 21 de Outubro de 1908).

As dificuldades expressas nesta “correspondência expedida” vinham acrescentar-se às dificuldades provenientes de turmas numerosas, repetências sucessivas e à diversidade de programas a ministrar. Numa época em que não havia acessibilidades, nem fáceis comunicações, para conseguir uma alternativa ao envio oficial destas ferramentas escolares imprescindíveis, a tarefa do professor primário de uma escola primária rural era extremamente ingrata e necessariamente inglória. A principal razão das elevadas taxas de insucesso escolar e das pequenas taxas de escolarização, mesmo entre crianças dos 7 aos 12 anos, entroncava nestas circunstâncias adversas. Legislação a promover a escolarização não faltava, como podemos verificar no já citado Decreto de 24 de Dezembro de 1901, *Diário do Governo*, I Série, 24/12/1901:

“O ensino primário do 1.º grau é obrigatório para todas as crianças dos dois sexos, desde os seis aos doze anos de idade completos.”⁶⁵⁵ Parágrafo único:

“São responsáveis pela obrigação do ensino os paes, tutores ou pessoas encarregadas de educação das crianças e bem assim os donos das fábricas, oficinas e empresas industriais ou agrícolas, em cujos serviços as crianças estejam empregadas e que não lhes dispensem o tempo necessário para a frequência da escola.”⁶⁵⁶

Faltava era, nos governos em constante rotação, vontade política para atribuir à instrução a fatia do orçamento a que tinha direito.

1.3.2. Primeira República

O professor efectivo da escola do ensino primário de Pinhão permaneceu no seu lugar de professor efectivo, mesmo depois da proclamação da Primeira República. Nem na “correspondência” emitida nem na “correspondência expedida” encontramos alguma menção referente à mudança de regime. Tudo se passa como se a escola primária do Pinhão pertencesse a outro planeta. No respeitante aos dispositivos

⁶⁵⁵ Art.º 3.º do Cap.º II do Decreto n.º 8 de 24 de Dezembro de 1901, *Diário do Governo*, I Série, 24/12/1901.

⁶⁵⁶ Art.º 5.º do Cap.º II do mesmo Decreto.

pedagógicos, a 18 de Fevereiro de 1914, portanto quatro anos depois da proclamação da Primeira República, o professor comunica ao Sub- inspector, que também transitou da Monarquia Constitucional:

(...) “cumpre-me participar a V.^a Ex.cia que no dia 12 do corrente recebi do Sr. António da Costa Amorim e Arrifana da Feira, o seguinte material escolar:

- 1 caixa métrica;
- 1 quadro preto e cavalete;
- 1 colecção de quadros parietais de leitura.”

Esta é a primeira e a única vez que na “correspondência expedida” ou na “correspondência emitida” se fala de material didáctico. Contrariamente ao que era hábito na Monarquia Constitucional, o professor José Maria Tavares Dias Dias, não apresenta, agora, as suas reivindicações, por falta das ferramentas pedagógicas, essenciais para a ministração do ensino. A única ocasião em que na “correspondência” o professor faz um pedido para a escola, à tutela, diz respeito à bandeira republicana.

Passado quase um ano, em 30 de Janeiro de 1915, o professor, em resposta à Circular do próprio Ex.mo Sr. Ministro da Instrução Pública, exigindo aos professores primários o hasteamento da bandeira nos dias feriados, participa ao Ex.mo Sub – inspector: “na minha escola não existe bandeira, pelo que, desde já, solicito a V. Ex. cia a fineza de providenciar para que esta escola seja dotada com uma.” (Ofício de 30 de Janeiro de 1915). E com a mesma frieza burocrática, no dia 12 de Fevereiro do mesmo ano, pede que “acabando de me ser fornecida uma para aquele fim, pela Inspeção deste Círculo, rogo a V.a Ex. cia e à Ex.ma Câmara a fineza de promover para que me seja fornecido um pau de bandeira ” (Ofício de 12 de Fevereiro de 1915).

Durante os seis anos da Primeira República, não consta da “correspondência “ expedida ou recebida que o professor José Maria Tavares Dias que tivesse solicitado algumas ferramentas pedagógicas da tutela para si ou para os alunos, ou fizesse mais algum reparo à falta de generosidade dos beneméritos para a distribuição de livros ou material didáctico às crianças pobres. Teriam acabado as carências a nível de ferramentas pedagógicas na escola primária do Pinhão?

Pelo conteúdo da restante correspondência não é lícito tirar essa ilação. Há, sim, um mutismo institucional, provocado por um contencioso político do professor

com o vereador da Câmara de Oliveira de Azeméis. Na origem deste contencioso, estão incompatibilidades eleitorais com o vereador da Câmara de Oliveira de Azeméis que dão origem a agressões verbais mútuas e um corte de relações políticas e pessoais. A correspondência em tom acusador, da parte do professor, para o Administrador da Câmara de Oliveira de Azeméis, a propósito da coeducação com que não concordava, relata esta polémica. O professor José Maria Tavares Dias de “humilde obreiro do progresso” passa por *motu proprio*, a simples funcionário da Primeira República.

1.3.3. Estado Novo

A Assistência Escolar, a nível de livros e material didáctico, roupas e refeições para as crianças mais necessitadas, nunca foi assumida plenamente pela Ditadura Militar.⁶⁵⁷ O Estado Novo relegou esta tarefa para a caridade pública, através da criação das Caixas Escolares sob a supervisão da Obra das Mães para a Educação Nacional, uma agência de ideologização, para actuar junto das famílias.⁶⁵⁸ Em 24 de Outubro de 1936, a professora Rosa da Conceição comunica ao Inspector do distrito de Aveiro que “não se encontra criada, por enquanto, nesta escola Caixa ou Cantina Escolar, pois que as crianças pobres são auxiliadas por um benemérito que lhes fornece livros, papel, e mais utensílios escolares.”⁶⁵⁹

O Ofício 79 comunica que o benemérito Sr, José Marques de Sousa e o sobrinho mais uma vez, beneficiaram algumas crianças pobres com refeição gratuita na cantina e outros objectos escolares de necessidade. No relatório final relativo ao ano lectivo 1939-1940, escreve:

“Obtive quase sempre frequência regular, porque as crianças encontram aqui todo o conforto de que tanto necessitam, graças à generosidade do Ex.mo Sr. José Marques Pinheiro de Sousa. As criancinhas pobres, além de livros e mais material escolar têm aqui uma refeição ao meio dia” (Ofício de 1 de Julho de 1940 dirigido ao Ex.mo Sr. Delegado Escolar).

⁶⁵⁷ Em 1930 o periódico *O Ensino Primário* afirmava: “Pode afoitamente asseverar-se que a Assistência Escolar não está ainda organizada no nosso país”.

⁶⁵⁸ “À Obra das Mães pela Educação Nacional, criada em 15 de Agosto de 1936, pelo Decreto n.º 26893 atribui-se-lhe o fim de “dispensar aos filhos dos pobres a assistência necessária, para que possam cumprir a obrigação de frequentar a escola, designadamente pela instituição das cantinas, pela distribuição de livros e pelo fortalecimento das caixas escolares” (Sampaio, *ibid.*: 1976).

⁶⁵⁹ Ofício de 24 de Outubro de 1936.

No relatório do final do ano lectivo 1940-1941, escreve:

“No dia 6 de Janeiro fiz aqui uma festinha escolar que decorreu muito animada. O Ex.mo Sr. G. M. Pinheiro de Sousa, benemérito desta escola, no Dia de Reis veio distribuir às criancinhas desta escola um bolo rei. As crianças foram todas em cortejo esperá-lo, a um local combinado e depois fêz , realizou-se uma sessão solene a que assistiram todas as pessoas de mais destaque na freguesia. Houve recitativos e cânticos patrióticos, sendo no final o bolo distribuído por toda as crianças. Isto foi mais um estímulo para que as crianças frequentem a escola com amor ” (Ofício de 2 de Agosto de 1941).

No Ofício 92 comunica que

(...) “beneméritos desta escola pretendem fazer uma distribuição de prémios aos alunos que vão concluir o exame do 1.º grau no próximo dia 5. Peço, pois, a V. Ex.cia que se digne autorizar a realização de uma sessão solene, a fim de dar mais brilho ao acto ” (Ofício de 12 de Setembro de 1946).

Em 19 de Janeiro de 1941, a mesma professora comunica ao Director Escolar que

(...) “nesta escola existem (...), assim como uma colecção de mapas velhos e uma esfera. Venho, pois, muito respeitosamente, pedir a V.ª Ex. cia para me elucidar se posso abater ao inventário estes objectos e o destino que devo dar-lhes ” (Ofício de 19 de Janeiro de 1941).

Em 10 de Janeiro de 1942, a professora, pela segunda vez, responde ao Director Escolar, comunicando que “nesta escola não existe cobre ou bronze ou latão. Apenas existem uns pesos na caixa métrica, indispensáveis para o ensino do sistema métrico.”⁶⁶⁰ Em 17 de Fevereiro de 1942, comunica que “não foi feito qualquer legado ou doação, destinado a livros, prémios ou outros fins.”⁶⁶¹ Em 17 de Março, do mesmo ano, comunica que “nesta escola, não foi fundada a Caixa Escolar”.⁶⁶² Passados cerca de cinco meses, pelo Ofício n.º 53 a professora informa o Instituto Nacional de Estatística

⁶⁶⁰ Ofício de 10 de Janeiro de 1942.

⁶⁶¹ Ofício de 17 de Fevereiro de 1942.

⁶⁶² Ofício de 17 de Março de 1942.

que “no mês de Junho corrente foi criada nesta escola a Caixa Escolar inscrevendo-se 12 sócios ordinários e a professora com sócio auxiliar e 3 como sócios benfeitores. A receita deste mês foi de 7\$50, simplesmente dos sócios ordinários e auxiliar. Os benfeitores sustentam a cantina escolar e fornecem todos os artigos escolares às criancinhas pobres.”⁶⁶³

No Ofício 92, comunica que beneméritos desta escola “pretendem fazer uma distribuição de prémios aos alunos que vão concluir o exame do 1.º grau no no próximo dia 5. “Peço pois a V. Ex.cia que se digne autorizar a realização de uma sessão solene a fim de dar mais brilho ao acto.”⁶⁶⁴ Sucessivamente, em 13 de Janeiro de 1943 e 21 de Janeiro de 1945 comunica à Direcção Geral da Fazenda Pública que “que durante o ano de 1942 não houve aumentos nem abatimentos nos mapas de cadastro dos bens do Estado.”⁶⁶⁵

Como podemos verificar, através desta “correspondência”, nesta escola primária do Pinhão, durante o Estado Novo, as carências da escola a nível de dispositivos pedagógicos são mais vezes supridas pelos beneméritos, agora rebaptizados de pessoas caridosas, do que pelo Estado. As crianças mais carenciadas da escola primária do Pinhão, a este nível, passam a usufruir da generosidade de um benfeitor que supre as necessidades mais prementes, em cantina, material didáctico e até roupas. Longe vão os tempos em que o professor José Maria Tavares Dias se queixava da falta de generosidade dos elementos da própria Comissão promotora de Beneficência e ensino, dos fins da Monarquia Constitucional.

Várias questões podem ser colocadas: será a “caridade” pública a sobrepujar a cidadania benemerente? haverá mais capacidade económica? haverá mais desejo de agradar ao regime? haverá uma militância política mais vincada?

Na Primeira República, da “correspondência expedida” e “correspondência emitida”, apenas verificamos que em relação à escola primária do Pinhão, o fornecimento da bandeira nacional com o respectivo mastro é prioritário, e mais rapidamente entregue, sem o recurso a beneméritos, do que o restante material pedagógico.

⁶⁶³ Ofício de 5 de Agosto de 1942.

⁶⁶⁴ Ofício de 12 de Setembro de 1946.

⁶⁶⁵ Ofícios de 13 de Janeiro de 1943 e 21 de Janeiro de 1945.

No Estado Novo, vemos associada à caridade para com os pobrezinhos, a inculcação das loas aos governantes e os louvores à Pátria dos nossos antepassados, numa mística ao mesmo tempo religiosa e patriótica. A generosidade dos benfeitores é apenas uma ocasião para a celebração da festa.

1.4. CONTEÚDO DA “CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA” DA TUTELA E AS RESPOSTAS DOS PROFESSORES DA ESCOLA PRIMÁRIA DO PINHÃO.

1.4.1. Monarquia Constitucional

Neste *item* pretendemos analisar, não só o conteúdo da “correspondência recebida” da tutela, geralmente, em forma de Circulares, como a resposta do professor da escola primária elementar do Pinhão às solicitações das chefias escolares. Vamos, ainda, tentar deduzir neste conteúdo epistolar oficial, as expectativas dos governos sobre os papéis a desempenhar pelo professor e pela escola, na divulgação das suas políticas educativas, junto da comunidade rural da freguesia do Pindello, da qual fazia parte integrante as famílias dos alunos.

A nossa metodologia de trabalho será o cruzamento de dados constantes, quer na “correspondência recebida” quer na “correspondência expedida” para tentarmos lobrigar qual a resposta do professor primário da escola do Pinhão às solicitações da tutela e que tipo de diálogo foi mantido. Embora as datas em que se inicia esta correspondência não coincidam, exactamente, estão bem próximas. Assim a “correspondência recebida” começa em 12 de Julho de 1898 e a “Correspondência expedida” em 12 de Outubro de 1897, portanto, cerca de 9 meses, antes da “correspondência expedida”.

Iniciando este cruzamento de dados, no mês de Julho de 1898, verificamos que, da parte da tutela pedagógica, “Comissário da Instrução Primária do Distrito de Aveiro” e da tutela política, Administrador do concelho de Oliveira de Azeméis, esta correspondência é muito espaçada. Da parte do professor, há mais correspondência, mas apenas para assuntos administrativos. A partir de 29 de Setembro de 1902,⁶⁶⁶ foi então nomeado um Sub -inspector provisório de Instrução primária para o Círculo de Aveiro que passa a ser o interlocutor mais directo, entre o professor da escola primária do Pinhão e a tutela.

⁶⁶⁶ Reforma da Instrução Pública realizada pelo Governo de Hintze Ribeiro.

Nos oito anos dos finais da Monarquia Constitucional à Primeira República, da parte do professor primário há a correspondência para a tutela pedagógica constando de alguns pedidos e que não obtêm resposta atempada e concreta, mas, antes, o conselho paternalista de que espere “o bom critério nos ensina não poder fazer tudo imediatamente; e assim temos de ir transigindo, de forma que a pouco e pouco, num período mais ou menos longo, todas as necessidades se satisfaçam.”⁶⁶⁷ Mesmo depois da tomada de posse do referido Sub-inspector, Bento José da Costa, esta correspondência sofre alterações. Na Circular, já referida, do Ex.mo Sub – inspector, em que este dá conta ao professor de que foi nomeado Sub-inspector, utiliza as seguintes expressões:

“Cumpre-me participar a V. Ex. cia que tive a honra de ser nomeado, provisoriamente, sub-inspector de Instrução primária de círculo, a que pertence a escola que rege, lugar de que tomei posse, achando-me, por isso, investido nas atribuições que me conferem o Decreto de 24 de Dezembro último e o Regulamento de 18 do corrente mês; e sendo certo que muito há a esperar da última reforma, em favor da instrução do povo, da última reforma do ensino primário.

Chamo a atenção de V. Ex. cia para aqueles dois diplomas, especialmente, na parte que lhe diz respeito esperando que seja da solicitude de V. Ex. cia que seja o mais proveitoso auxiliar dessa freguesia, no sentido de levar-se a efeito o pensamento do Governo de Sua Magestade. Pela minha parte, farei tudo o que, legitimamente poder fazer, afirmando-lhe que terei a máxima satisfação, se V. Ex. cia for por mim contado, no número dos cooperadores, mais eficazes.”⁶⁶⁸

A resposta do professor da escola primária do Pinhão é dada 15 dias depois, em 14 de Outubro do mesmo ano, 1902, da seguinte forma:

“ Só hoje, mercê de um doloroso abcesso dentário que me tem incomodado bastante, nestes últimos dias, pude acusar a recepção da Circular de V. Ex. cia e comunicar-lhe que foi com sincero e íntimo júbilo, que recebi a notícia da nomeação de V. Ex. cia para este círculo.

Felicitando, por isso, V. Ex. cia, congratulo-me por ver à frente dos negócios da Instrução deste Círculo, um dos sub-inspectores mais distintos, senão o mais distinto, não só pela sua vasta erudição pedagógica que é muita, como pela sua

⁶⁶⁷ Circular do Ex.mo Sub- inspector de 15 de Outubro de 1902.

⁶⁶⁸ Circular do Ex.mo Sub -inspector de 29 de Setembro de 1902.

inteireza de carácter recto e probo e, principalmente, pela sua conduta irrepreensível, para com os humildes obreiros do progresso, ora aconselhando-os, como pae amantíssimo da instrução, ora estimulando-os ao cumprimento dos seus deveres proficionaes.

Achando-se, V. Ex. cia, investido nas attribuições que lhe conferem o Decreto de 24 de Dezembro e Regulamento de 19 de Setembro último, chamo a respeitabilíssima interferência de V. Ex. cia para o cumprimento do Art.º 14 deste diploma, principalmente na parte que diz respeito à mobilia, pois que, a que, actualmente, adorna este edifício é a mesma que V. Ex. cia viu, quando á um anno tive a honra da visita de V. Ex. cia a esta escola e a qual consta de cinco bancos, um apenas d'encosto e uma mesa velha e carcomida.

N'estas circunstancias, é difficil e quasi impossivel leccionar creanças que para escreverem têm de estar umas de joelhos em frente dos bancos (pois é sobre elles que a mór parte d'ellas escrevem) e outras quasi de rojo, conseguindo não só n'esta penosa posição muito menos aproveitamento, com até adquirindo defeitos phisicos, que mais tarde serão difficeis de eliminar.

(...) Quanto a mim, juro que porei toda a minha vontade, no sentido de dar plena e proficua execução aos recentes diplomas para os quais V. Ex. cia pede a minha attenção.”⁶⁶⁹

A restante “Correspondência expedida” que se segue até 21 de Outubro de 1909, ou é de carácter meramente administrativo, ou são respostas solicitadas pelo sub-inspector: permissão para pequenos ajustamentos na casa do professor;⁶⁷⁰ pedido de livro de frequência mensal;⁶⁷¹ pedido para acelerar o seu provimento definitivo;⁶⁷²; requisição de livros e mapas;⁶⁷³ um pedido para continuar a utilizar os livros de leitura do ano lectivo anterior, uma vez que os novos ainda não se encontravam à venda;⁶⁷⁴ autorização para faltar, por morte das mãe;⁶⁷⁵ a pedido do Ex.mo Sub-inspector, proposta de 5 indivíduos, para fazerem parte da Comissão Beneficente escolar da freguesia para fornecerem “livros e mais atinentes às crianças pobres”, conforme ordenava o normativo;⁶⁷⁶ resposta à Circular do Ex.mo Sub-inspector, sobre as condições e estado do edificio escolar e equipamentos;⁶⁷⁷ resposta a outra Circular,

⁶⁶⁹ Ofício de 14 de Outubro de 1902, dirigido ao Ex.mo Sr. Sub-inspector.

⁶⁷⁰ Ofício de 10 de Dezembro de 1902, dirigido ao Ex.mo Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis.

⁶⁷¹ Ofício de 14 de Maio de 1903, dirigido ao Ex.mo Sr. Sub-Inspector.

⁶⁷² Ofício de 9 de maio de 1903, dirigido ao Ex.mo Sub-Inspector.

⁶⁷³ Ofício de 1 de Outubro de 1903, dirigido ao Ex.mo Sr. Sub-inspector.

⁶⁷⁴ Ofício de 13 de Outubro de 1903, dirigido ao Ex.mo Sr. Sub-inspector.

⁶⁷⁵ Ofício de 17 de Junho de 1904, dirigido ao Ex.mo Sr. Sub-inspector.

⁶⁷⁶ Ofício de 18 de Novembro de 1904, dirigido ao Ex.mo Sr. Sub-inspector.

⁶⁷⁷ Ofício de 2 de Dezembro de 1907, dirigido ao Ex.mo Sub-Inspector.

perguntando se na freguesia alguma pessoa exercia a indústria de bordados;⁶⁷⁸ pedido para faltar 8 dias, porque o seu “amado pae” estava moribundo;⁶⁷⁹ participa ao Ex.mo Sr, Inspector que a Comissão beneficente e ensino da freguesia do Pindello “só no 1.º ano da sua existência contribuiu com a importância de 3\$400 réis para compra de livros para crianças pobres. Nos subsequentes annos, incluindo o de 1908 e 1909, nada deu e não é fácil arrancar-lhe qualquer verba, para tal fim.” (...).⁶⁸⁰

A relação professor/ tutela, na escola do Ensino primário Elementar do Pinhão, na Monarquia Constitucional, pela leitura dos documentos de que dispomos, pode traduzir-se por uma relação muito cerimoniosa, muito obsequiosa, muito formal e pouco doutrinal. O professor trata com urbanidade os seus chefes escolares, sem servilismo, nem exposições justificativas, mas expõe as carências da escola a nível de equipamentos com todo o à vontade. A autoridades da tutela pedagógica, mormente o Ex.mo Sr. Sub-Inspector que está mais próximo, a deduzir pela “Correspondência”, é mais considerado um colega mais experiente do que um chefe. Esta relação amistosa leva a que o professor exponha com veemência as carências gritantes que existem na sua escola, a nível de equipamentos materiais didácticos. Não encontramos quaisquer sinais de “desordem” pedagógica ou disciplinar. Há uma relação pedagógica em que os professores conhecem os normativos e não precisam de ninguém a estimulá-los a cumprir. Contudo, a formação contínua e o apoio pedagógico-didáctico para transformar e revitalizar o ensino-aprendizagem, no meio rural, continuam a faltar. São dois territórios apenas ligados por laços de subordinação administrativa e a tutela, um interlocutor pobre, sem recursos, para satisfazer as necessidades mais prementes da escola.

Os professores sucedem-se e a relação continua a mesma: a professora Elvira Augusta Marques enviou o último ofício ao Exmo Administrador, em 11 de Outubro de 1898 e foi substituída pelo professor interino Thomaz Tavares d’Oliveira Coutinho, em 29 de Março de 1899 que continuou com as mesmas formalidades administrativas. Assim, por exemplo, imediatamente comunica ao Ex.mo Administrador o dia em que abriu, novamente, a escola. Depois foi substituída por outro professor.

⁶⁷⁸ Ofício de 20 de Dezembro de 1907, dirigida ao Ex.mo Sr. Sub-Inspector.

⁶⁷⁹ Ofício de 30 de Janeiro de 1908, dirigido ao Ex.mo Sub-Inspector.

⁶⁸⁰ Ofício de 21 de Outubro de 1909, dirigido ao Ex.mo Sub-Inspector.

Os ofícios trocados entre este professor e o Comissário ou Administrador do Concelho de Oliveira de Azeméis são também do teor de duas entidades subordinadas, apenas a nível administrativo. Há um respeito mútuo que se traduz pelas formalidades apelativas, mas sem qualquer interferência pedagógica didáctica ou ideológica e muito menos comportamental. O último ofício enviado por este professor antes de ser substituído ⁶⁸¹ refere-se a um pedido de material: o professor leva ao conhecimento da Ex. ma Câmara que “tendo preenchido o livro de frequência dos alunos (Modelo F) nesta escola de sexo masculino de Pinhão, Freguesia de Pindello, precisava de outro para os mesmos efeitos” solicitando que o mandassem para a referida escola.

Com a reforma de Hintze Ribeiro de 1901, a estrutura do ensino primário sofre algumas modificações. Uma delas é a criação de inspectores nas circunscrições escolares, coadjuvados por sub-inspectores com área de jurisdição, nos respectivos círculos escolares em que se dividiam as circunscrições escolares (Bárbara, s. d.: 79).⁶⁸²

Na Escola Primária do Pinhão, o Sub-inspector daquele círculo comunicou ao professor que tinha sido incumbido nessas funções e que “é comigo que d’hoje em diante tem de entender-se sobre os assumptos de instrução primária.”⁶⁸³ No ofício/resposta, o professor José Maria Tavares Dias, classifica os professores primários como “humildes obreiros do progresso”. Quanto ao relacionamento epistolar com o Sub-inspector o professor refere-se a ele, como “pae amantíssimo da instrução” que, ora aconselha os professores, ora os estimula ao cumprimento dos seus deveres profissionais. ⁶⁸⁴ Quanto ao seu estatuto, considera-se “humilde súbdito de V. Ex.cia.”⁶⁸⁵

A nível das autoridades administrativas concelhias, analisando a “correspondência recebida” desde Julho de 1898, verificamos que as Circulares emitidas pelo Administrador do concelho, Augusto da Cunha Leitão se referem apenas a questões administrativas, como licenças de férias, gratificações, processamento de despesas com a limpeza e férias da Páscoa, de acordo com os normativos. Não encontramos qualquer preocupação de inculcar qualquer tipo de doutrinação. Aquando da publicação do Decreto n.º 8 de 24 de Dezembro de 1901, também conhecido como “Reforma de

⁶⁸¹ Ofício n.º 16 de 25 de Abril de 1900.

⁶⁸² (Cf. Madeira Bárbara, A. , *Subsídios para o estudo da Educação em Portugal da Reforma Pombalina à 1.ª República, Textos de Ciências d e Educação/2*, Assírio e Alvim, Lisboa, s.d. :79).

⁶⁸³ Ofício de 11 de Maio de 1903.

⁶⁸⁴ Ofício de 14 de Maio de 1902.

⁶⁸⁵ Ofício n.º 10 de 1 de Outubro de 1903.

Hintze Ribeiro” que reformulou o ensino primário, o Ex.mo Comissário apenas chama a atenção dos professores para o parágrafo único, do artigo 101, do mesmo Decreto, que dizia o seguinte: enquanto não entrar em vigor o Regulamento sobre a selecção dos livros escolares, mantém-se em vigor as disposições legais anteriores, “não podendo fazer-se uso de livros que não estejam superiormente aprovados”⁶⁸⁶

Por sua vez, o Sub- inspector, Bento José da Costa, na Circular de 29 de Setembro de 1902, afirma, lembrando o conteúdo do Decreto de 24 de Dezembro último: “(...) é o professor a pedra angular em que assenta o futuro da nossa querida Pátria.”

Através destas simples afirmações, proferidas, informalmente, ao longo destes 12 anos, não podemos inferir, cabalmente, qual o papel do professor e da escola nos fins da Monarquia Constitucional. Podemos, sim, concluir que não havia da parte da tutela pedagógica ou administrativa um código de comportamentos, imposto a professores ou alunos. Tudo se processava por um respeito mútuo, formal, em que cada um ocupa o seu lugar, tem normas para cumprir, mas sem imposições ideológicas. As matrizes ideológicas do regime constitucional estão sintetizadas no conteúdo das saudações finais com que termina a correspondência oficial. Na Monarquia Constitucional a saudação oficial é “Deus guarde Vossa Excelência!” Esta saudação representa uma síntese ideológica do regime. A monarquia embora liberal e Constitucional, assenta, oficialmente, no reconhecimento de Deus, guardião de todos os governantes e governados. Embora a religião católica fosse a oficial do Reino e a “doutrina cristã e preceitos de moral” fosse a 4.^a Disciplina do 1.^o Grau, na escola primária,⁶⁸⁷ o carácter liberal do regime deixava caminho aberto à consciência de cada um, não funcionarizando os professores, como doutrinadores oficiais do Reino.

1.4.2. A Primeira República

Quer na “correspondência expedida” quer na “correspondência recebida” pela escola primária do Pinhão, não encontramos nenhuma alusão expressa sobre dois acontecimentos políticos que mudaram o regime monárquico- constitucional em Portugal: o atentado que vitimou o Rei D. Carlos em 1908 e a data da implantação da

⁶⁸⁶ Circular de 26 de Fevereiro de 1902.

⁶⁸⁷ Art.º 2.º do Decreto n.º 8, de 24 de Dezembro de 1901, in *Reformas do Ensino em Portugal (1900-1910)* Tomo I, Vol. IV, - 1.ª Parte. Lisboa, Ministério da Educação. Secretaria Geral, 1996: 86.

Primeira República em 5 de Outubro de 1910. O seu primeiro ofício para o Sub-inspector continua a ser de carácter meramente informativo/administrativo, como resposta à sua Circular de 19 de Abril de 1911 em que solicitava “na volta do correio, se possível fôr, a nota do serviço efectivo, as escolas que tem servido e a contagem do tempo de serviço”. Contudo, uma leitura atenta sobre a “correspondência recebida” permite-nos verificar que no espaço de cerca de mês e meio, para além da correspondência, de carácter meramente administrativo,⁶⁸⁸ novas determinações sobre política educativa, quer de conteúdo ideológico, quer de saúde pública, chegam à escola primária do Pinhão.

Vamos apresentar estas intervenções, na escola primária do Pinhão, por ordem cronológica, respeitando as datas dos documentos dimanados da tutela. Não tinha passado um mês, após a proclamação da República e já o Sub-Inspector comunica ao professor da escola primária do Pinhão duas alterações profundas que a serem cumpridas, revolucionavam o quotidiano da escola:

“Levo ao seu conhecimento que, em harmonia com os decretos publicados nos Diários do Governo n.º 7, e 19 de 13 e 27 do corrente, de ora avante só são feriados os domingos e os dias 31 de Janeiro, 5 de Outubro, 1.º de Dezembro; de 24 de Dezembro a 1 de Janeiro, inclusive, 2.ª e 3.ª feira de Carnaval; de Domingo de Ramos à 2.ª feira de Páscoa, inclusive e de 16 de Agosto a 30 de Setembro. Todos os outros dias, incluindo os santificados, são dias lectivos.

Pelo Decreto publicado no D.º do Governo n.º 16 de 2 deste mês, foi extinto nas escolas o ensino da doutrina cristã e determinado que o ensino da moral e educação cívica deverá ser feito, em prelecção, pelo professor, independentemente do livro, despertando-se nos alunos pela palavra e pelo exemplo, os sentimentos genuínos e altruístas e o culto das virtudes cívicas verdade, justiça e amor do trabalho.”⁶⁸⁹

Mas, novas determinações, vieram alterar profundamente os procedimentos arreigados do professor: “por solicitação do Ex.mo Inspector de Infantaria da 5.ª Divisão do exército, venho lembrar a V. Ex. cia o cumprimento do disposto no art.º 10º do

⁶⁸⁸ Como por exemplo o pedido para “inventariar todos os móveis e haveres dessa escola”. Ofício do Ex.mo Administrador de 4 de Maio de 1911 e o pedido para inventariar o nome dos alunos que “no ano passado se distinguiram pela sua assiduidade, comportamento e aproveitamento” para lhes serem distribuídos alguns livros. Circular do Senhor Inspector de 3 de Janeiro de 1912.

⁶⁸⁹ Circular do Sr. Sub-Inspector de 30 de Outubro de 1910.

Regulamento para a instrução militar preparatória”.⁶⁹⁰ A obrigatoriedade da instrução militar preparatória, seguiu-se a obrigação das celebrações cívicas:

“Foi superiormente determinado que os professores oficiais, além do que está previsto para que se aproveitem todas as ocasiões de ministrar às crianças o ensino das virtudes cívicas e morais, de forma a gravar, no seu espírito infantil, o sentimento patriótico, devem no dia lectivo que precede o 1.º de Dezembro próximo, em que se realiza, solenemente, a comemoração da autonomia nacional, explicar aos seus alunos a grandeza da celebração que foi ordenada pelo Governo Provisório da República (D.º do Governo n.º 43 de 24 do corrente)”⁶⁹¹

Outra preocupação reforçada de carácter sanitário do Governo da República era a vacinação e revacinação de todas as crianças do ensino primário. Nesse sentido, são os próprios Ministros, sem utilizar canais de comunicação intermediários, a pediram e insistiram com o professor da escola primária do Pinhão para ser intérprete desta preocupação do Governo, enviando a relação dos alunos “ao respectivo delegado ou sub-delegado de saúde.”⁶⁹² Numa segunda missiva, sobre o mesmo assunto, referem, mesmo, o exemplo de outras nações, como a Alemanha e os Estados Unidos que conseguiram erradicar a epidemia da cólera das suas populações. E pedem que, na altura da vacinação ou revacinação anti-variólica, o delegado ou sub-delegado de saúde faça “uma ligeira prédica aos alunos das vantagens da vacinação”⁶⁹³

Outra celebração emblemática da Primeira República foi a *Festa da Árvore*. O professor da escola primária do Pinhão foi instruído pelo Inspector que o Sr. Ministro da Instrução Pública recomendava que “seja dada todo o apoio e carinho a essa iniciativa que representa uma esplêndida lição educativa (da qual é mister que as crianças tirem o máximo proveito).”⁶⁹⁴ Recomendava, ainda, para dispensar a tão profícua e patriótica iniciativa, o maior desvelo. Numa segunda Circular, comunicava que tendo sido deliberado com o “Século Agrícola” e a R.I.P. que a festa Nacional da Árvore se realize em todo o País, no próximo domingo, 8 de Março, recomenda que a festa se realize no dia fixado e não noutro.

⁶⁹⁰ Circular do Sub- Inspector de 17 de Novembro de 1910.

⁶⁹¹ Circular n.º 531 de 28 de Novembro de 1910.

⁶⁹² Circular do Ex.mo Ministro do Interior de 20 de Março de 1913.

⁶⁹³ Circular do Ex.mo Ministro da Instrução Pública de 2 de 3 Outubro de 1913.

⁶⁹⁴ Circular do ex.mo Inspector de 6 de Fevereiro de 1914.

“Não deve V. Ex. cia, sob qualquer pretexto, deixar de fazer, naquele dia, a plantação da Árvore, ainda que este acto seja revestido da maior simplicidade. Reunir os seus alunos e com eles plantar a árvore, expor-lhe o valor material e moral dela, aproveitando o ensejo para lhes dar uma proveitosa lição de civismo, é programa que pode executar-se, com o mínimo dispêndio, e sem modificar a eficácia e intuítos da Festa Nacional da Árvore.”⁶⁹⁵

Em 14 de Agosto de 1914, o Encarregado da Instrução Militar Obrigatória comunica ao professor da escola primária do Pinhão que

(...) “nesta data envio aos Senhores Administradores dos concelhos, os editais para a convocação dos mancebos dos 10 a 15 anos que devem receber instrução de ginástica, canto coral e educação cívica, na escola de V. Ex. cia. Espero que as “Juntas da paróquia” me enviem o recenseamento, para eu o enviar a V. Ex. cia, ou entregar directamente, quando os puder reunir, nas sedes dos concelhos, fazendo assim um registo das crianças da freguesia que devem comparecer à instrução, de modo a não ficarem sujeitas ás penalidades da lei. Em cada freguesia, o professor combinará com a junta da paróquia e com os mancebos o dia, hora e local da instrução que se deverá realizar pelo menos uma vez por semana. (...) A instrução começa logo no princípio do ano lectivo, devendo ser marcadas faltas aos alunos que não comparecerem.”⁶⁹⁶

A partir desta data, o professor da escola primária do Pinhão recebe várias Circulares, quer directamente, quer através da Inspeção, que contém alguns princípios pedagógicos e educativos da escola republicana. Algumas Circulares, ou são assinadas, directamente pelo Secretário Geral do Ministério da Instrução Pública, João de Barros, grande ideólogo e pedagogo eminente da Primeira República, ou são comunicadas ao professor, através do respectivo inspector. Eis os conteúdos pedagógicos e educativos destas Circulares, que versam as mais diversificadas matérias: no respeito pelo símbolo da Pátria republicana, foi comunicado ao professor da escola primária do Pinhão que

(...) “deve considerar-se feriado nacional o domingo, arvorando-se nesse dia, bem como em todos os dias de feriado oficial, a bandeira nacional, nas escolas

⁶⁹⁵ Circular do Ex.mo Sr. Inspector de 3 de Março de 1914.

⁶⁹⁶ Circular de 14 de Agosto de 1914.

primárias. Não havendo, nessa escola, a bandeira nacional, deve V. Ex. cia comunicar-me, imediatamente, para eu promover que lhe seja fornecida.”⁶⁹⁷

A recomendação assinada também, pelo Secretário Geral, João de Barros, para que os alunos das 3.^a e 4.^a classes primárias façam exercícios de composição, que, embora não constem dos programas, já antiquados, a “precisar de remodelação urgente”, são imprescindíveis para lhes fornecer uma maior preparação “indispensável para iniciarem, com maior proveito, o estudo das classes dos liceus.” Uma recomendação de que

(...) “o ensino do desenho da 4.^a classe e na parte que se refere à área dos objectos à vista, esses exercícios sejam feitos, sem auxílio da régua ou do esquadro graduado, para desenvolver, nos alunos, as faculdades de visão e o hábito da segurança de traços.”⁶⁹⁸

Segundo as práticas pedagógicas preconizadas pela Primeira República, o Sr. Inspector recomenda ao professor o cumprimento da Portaria de 16 de Janeiro de 1915, não só transcrevendo-a, mas ainda, tecendo considerações circunstanciadas para o seu cumprimento.⁶⁹⁹ É explícita a Portaria, até ao pormenor, antes de a transcrever:

“A Portaria de 16 de Janeiro, deste ano, determina que se realizem passeios escolares duas vezes por mês. É, quase certo, que a realização de tais passeios deve provocar, nas classes menos cultas, os reparos que as coisas novas sempre lhes merecem. É contra isso que os Srs. Professores se devem prevenir e procurar desfazer, por todos os meios ao seu alcance, fazendo tanto for possível, integrar, nos passeios escolares, as próprias famílias dos alunos.”⁷⁰⁰

E continua: “não há a menor dúvida de que a natureza e a realidade falam melhor à inteligência e ao coração da criança do que a escola mais bela e mais esplêndida e didacticamente montada. ”Transmite, depois algumas recomendações pedagógicas sobre a metodologia a utilizar nos passeios: mas para que os passeios não

⁶⁹⁷ Circular do Sr Inspector de 25 de Janeiro de 1915.

⁶⁹⁸ Circular de 21 de Janeiro de 1915 expedida pelo Ex.mo Sr. Ministro.

⁶⁹⁹ Circular do Sr. Inspector de 12 de Maio de 1915.

⁷⁰⁰ Circular do Ex.mo Inspector de 12 de Maio de 1915.

se tornem fatigantes para professores e alunos e possam usufruir todos os benefícios de ordem intelectual moral e física que eles esperam, é necessário tomar, na sua organização, alguns cuidados: o professor não pode falar sobre tudo o que vê, nem cansar a observação dos seus alunos com a multiplicidade de assuntos que está a tratar. Isso falsearia a intenção, altamente pedagógica e higiénica que determinam os passeios escolares. Onohaumeil? (*imperceptível*) fazendo a propaganda e a apologia destes passeios, diz que o papel do professor (e já fica bem extenso) é ensinar a criança a servir-se da sua inteligência, guiando-lhe o pensamento e a observação. Limita-se, pois, o professor a guiar a observação dos alunos, a suscitar-lhe o espírito e a responder-lhes, concisa e claramente, às suas perguntas infantis e ficará radiante e bem compensado, ao ver, no final do passeio, a quantidade de conhecimentos que as crianças adquirem e que na redacção das suas notas expõem, infantilmente, mas com precisão. Os passeios escolares devem, portanto, ter um objecto definido, como seja a visita a uma fábrica, a uma exploração agrícola ou mineira, a um monumento, exercícios de agrimensura aquisição de objectos para o museu escolar, etc. Escolhido o passeio, combinado o passeio e escolhido o fim, deve o professor preparar, previamente, os seus alunos, dando-lhes indicação do que sirva para assentar a sua atenção, despertando-lhes o interesse e o estímulo.

Como o diploma que determina os passeios não os regulamenta (o que seria difícilimo) uma vez que em cada região e até numa mesma, variam as condições museológicas, entendo que devo indicar aos professores do meu círculo, os principais preceitos a que devem atender sempre que se trate da sua organização. Ao critério do professor fica a liberdade de adopção ou rejeição dos preceitos indicados e a sua substituição por outros, que melhor se adequem e sejam mais proveitosos. Os passeios devem realizar-se, sempre em dias certos do mês, passando para o imediato, quando o marcado é feriado, ou o tempo se apresenta chuvoso. Durante os passeios, o professor deve vigiar, cuidadosamente, todos os alunos e regular, convenientemente, em harmonia com as forças dos mais fracos ou doentes, os jogos ou exercícios físicos. Deve ser aproveitado o ensejo para difundir pelas crianças a ideia da protecção às árvores e às aves e do extermínio das borboletas e das lagartas. As horas lectivas, à tarde, devem ser destinadas (já na escola) aos exercícios de redacção, pelos alunos das 3.ªs e 4.ªs classes, não de um tema único, mas das impressões que cada aluno colheu no passeio e resumir, no livro de apontamentos, de que deve ir munido. As 1.ª e 2.ª classes receberão lições

práticas, baseadas nas observações feitas pelas crianças e por elas transmitidas, em perguntas, ao professor.

Finalmente, recomenda que adquira, pela ordem cronológica, os cadernos de apontamentos tomados pelos alunos da 3.º e 4.ª classe, para, mais tarde, poder avaliar do desenvolvimento das qualidades de observação e de inteligência dos seus alunos.” E, à guisa de remate: “deve, V. Ex. cia, comunicar a esta Inspeção e à Câmara os dias que escolheu para a realização dos passeios escolares determinados pela Portaria de 16 de Janeiro, deste ano.”⁷⁰¹ A terminar, o Inspector transcreve a Portaria, na íntegra.

A evolução da situação política é objecto de missiva da parte do Inspector, por ordem do Secretaria Geral do Ministério da Instrução Pública. Esta entidade manda dar

(...) “imediato conhecimento a todos os professores e mais pessoal sob a sua superintendência de que o movimento constitucional triunfou, completamente, estando a ordem definitivamente restabelecida, em todo o país. Conta, Sua Ex. cia, com a colaboração de todos os professores para fazerem compreender, como orientadores de consciências das novas gerações, a todos os seus discípulos, o valor moral da vitória da República e da alta significação cívica e ordeira dos esforços realizados pela armada, pelo exército e pelo povo, a favor do restabelecimento da Constituição.”⁷⁰²

Novamente da Secretaria Geral do Ministério da Instrução Pública recebeu o professor novas instruções, através, uma vez mais, do Inspector:

“Tendo o Governo como orientação fundamental o mais inteiro respeito pela Constituição e pelas Leis da República e desejando, Sua Ex. cia o Ministro da Instrução Pública, que, sem prejuízo dos altos princípios da tolerância que são a base da liberdade de consciência, em nenhuma escola exista o menor vestígio de educação dogmática ou confessional, cujas tradições nocivas no ensino português são sobejamente conhecidas.

Recomendo a V. Ex. cia absoluto cumprimento das doutrinas contidas no art.º 10º da Constituição Política da República Portuguesa, já expresso na Lei 8 de 22 de Outubro de 1910 e art.º 51 do Decreto de 28 de Maio de 1911, no que respeita à neutralidade do ensino, em matéria religiosa.”⁷⁰³

⁷⁰¹ *Idem.*

⁷⁰² Circular do Inspector de 18 de Maio de 1915.

⁷⁰³ Circular do Ex.mo Inspector de 27 de Maio de 1915.

Passados dois dias, novamente o professor da escola primária elementar do Pinhão, recebe novas recomendações do Ex.mo Sr. Ministro, através do Inspector, referindo que o Ministro lhe tinha recomendado que solicitasse ao professor despertar e manter, no espírito dos alunos, desse estabelecimento de educação, o respeito por todos os monumentos, de maneira a firmar, nos educandos, digo respeito, por todos os monumentos e por toda a paisagem nacional, como sendo uns e outra, por assim dizer, a história e a alma da terra portuguesa, devendo, até por isso, o professor procurar dar aos alunos o conhecimento conveniente da origem e valor histórico de tais monumentos, de maneira a firmar, nos educandos, o carácter cívico e patriótico, ao mesmo tempo que lhes desenvolve o gosto e amor pela arte. E termina:

“O Ex. mo Ministro espera que estas recomendações tenham, da parte dos directores e professores de todos os estabelecimento de ensino, o melhor acolhimento, não só por serem respeitantes a um importantíssimo capítulo da educação –a educação cívica, mas, ainda, porque sendo o nosso país tão frequentemente visitado por estrangeiros, a conservação, o respeito, o carinho com que eles vejam tratados os monumentos e a paisagem, serão cunho inestimável da nossa educação e do nosso ensino”.⁷⁰⁴

Com a mesma data, novamente, o Ex.mo Inspector comunica “para os devidos efeitos e rigorosa execução”, ao professor do escola primária do Pinhão, o cumprimento das disposições contidas, na Circular desta Secretaria Geral de 30 de Dezembro de 1914, respeitante ao culto da Bandeira e ao maior desenvolvimento da educação cívica. É seu desejo, com efeito, que se dê, como base à formação geral das novas gerações, o mais acendrado amor pela Pátria e pela República e um forte sentimento cívico, bastante eficaz para combater todas as influências desnacionalizadoras que, durante algumas dezenas de anos, actuaram na sociedade portuguesa. Não devem, também, os professores esquecer esta verdade fundamental: amar a Pátria é amar a República, pois as novas instituições foram implantadas pela vontade da nação e pela Nação têm sido mantidas e defendidas. E remata:

⁷⁰⁴ Circular n. 237 do Ex.mo Inspector de 29 de Maio de 1915.

“Certo de que o professorado, cōnscio da missão admirável que tem a desempenhar nesta hora de ressurgimento colectivo, compreende bem o que S. Ex. cia, o Ministro pede à sua boa vontade e à sua dedicação, deixa ao critério de V. Ex. cia a maneira de efectivar estas determinações, esperando S. Ex. cia, o Ministro, que este Ministério seja informado das resoluções tomadas, a tal respeito.

Chamando a atenção de V. Ex. cia para a minha Circular de Janeiro, deste ano, sobre este assunto, peço que me comunique se já cumprem as determinações nelas expostas e, caso contrário, quais os motivos que se opõem à sua execução.”⁷⁰⁵

Incansavelmente, passado um ano, entremeadado com algumas disposições administrativas, novamente o Ex.mo Inspector continuava a sua missão formadora, junto do professor da escola primária do Pinhão, sobretudo no que dizia respeito ao fortalecimento do amor à Pátria e à República, escrevendo que, no momento actual, em que várias entidades e corporações tratam de fazer a mais intensa propaganda patriótica, não pode, nem deve o professor primário ficar inactivo, ou deixar de auxiliar, de uma maneira indefectível, aquela valiosa iniciativa. O professor primário português tem com o seu trabalho probado, com a sua dedicação e com a sua modéstia, dado um alto exemplo de civismo, mas, neste momento, cabe-lhe mais o desempenho de uma missão a que todo o bom português não deve furtar-se e que consiste em dar todo o seu valor pessoal e intelectual à acção intensificadora do sentimento do Amor à Pátria. O professor primário tem, na sua escola, os auxiliares preciosos que vão levar ao seio das famílias mais indiferentes a semente que germinará forte e poderosa, no seu espírito adormecido. Compete ao professor fazer vibrar os corações juvenis dos seus alunos, por meio de narrações dos factos mais brilhantes da nossa História, narrações que eles repetirão, em casa, comunicando às pessoas da sua família o entusiasmo que deles mesmo se apoderou. Compete-lhe mais: tomar a iniciativa de, entre eles, abrir subscrição a favor da nobilíssima instituição da “Cruz Vermelha” subscrições que valem mais ainda pelo seu significado moral, do que pelo quantitativo que as crianças possam dispor para aquele utilitário fim. Compete-lhe, ainda, avigorar no espírito dos seus alunos, a aversão pelos actos de barbárie cometidos pelos nossos inimigos que (soberana hipocrisia!) esquecendo até os preceitos mais rudimentares dos deveres de humanidade e do direito internacional, se apregoam o povo mais culto e civilizador!

⁷⁰⁵ Circular do Ex.mo Inspector de 29 de Maio de 1915.

Sabendo bem que a Pátria pode contar com a dedicação dos professores deste Círculo, eu não venho lembrar-lhe o cumprimento do seu dever, mas, sim, pedir-lhe que, sem demora e duma forma inteligente e intensa, iniciem a sua acção patriótica dentro e fora da escola, no sentido de revigorar entre o povo o amor à liberdade e independência da Pátria. Cada professor, estudando bem as condições do meio em que vive, deverá orientar a sua acção, de forma a ela combater a má compreensão e relutância que muito do nosso povo tem pela vida militar e outras preocupações, onde possam influir, perniciosamente. E remata:

“Certo de que nada obstará ao cumprimento do dever que a situação actual nos impõe, confio, plenamente, em que a obra patriótica dos professores primários será devidamente apreciada pelos seus concidadãos e terá, a compensá-la, a satisfação proveniente de terem concorrido para a integridade e engrandecimento do território nacional.”⁷⁰⁶

Passado cerca de um ano (ainda estamos na primeira guerra mundial) o Ex.mo Inspector transcreve para o professor da escola primária elementar do Pinhão a Circular da Secretaria Geral do Ministério da Instrução Pública. É do seguinte teor:

Desejando o Ex.mo Ministro iniciar a comemoração de um dia que será denominado “O Dia dos Aliados”, encarregou-o de comunicar ao professor do Pinhão que essa comemoração se efectuará, no dia 9 de Junho próximo, reunindo-se assim à comemoração de Camões que é, por excelência, o poeta patriota. Determinou, também, o Sr. Ministro que nesse dia seja içada a bandeira, digo, seja içada diante dos alunos, em todas as escolas a bandeira nacional e que cada professor reúna os seus alunos, na sala de aula, quando, na respectiva escola não haja sala especial para reuniões desta natureza e lhes dê, em clara e sentida palestra, notícias da origem da guerra actual, fazendo-lhes sentir a grandeza da obra das nações nossas aliadas e enaltecendo-lhes o valor da nossa intervenção directa nos campos da batalha ao lado da França, da Inglaterra e demais potências aliadas, não só como nação que somos, respeitadora da letra dos tratados e ciosa do cumprimento dos deveres de honra que uma aliança de séculos nos impõe, mas, acima de tudo, como orgulhosos cooperadores, no esforço heróico do Direito da Justiça

⁷⁰⁶ Circular do Ex.mo Inspector de 20 de Maio de 1917.

e da Civilização, salvando as pequenas democracias do esmagamento a que as condenaria a vitória do Imperialismo alemão.⁷⁰⁷

Em Novembro, nova Circular do Ex.mo Inspector “para seu conhecimento e devida execução”. Diz o seguinte:

“Comemorando-se, no próximo dia 1 de Dezembro, a data da Restauração de Portugal, encarrega-me, S. Ex. cia o Ministro, de lembrar a V. Ex. cia de que no dia 30 do corrente, em prelecção aos alunos de todas as escolas desse Círculo, se fará realçar o significado cívico e moral dessa data gloriosa.”⁷⁰⁸

Já com o ano lectivo a decorrer, o Ex.mo Inspector, igualmente por ordem do Ex.mo Ministro, comunica ao professor da escola primária elementar do Pinhão o seguinte, relativamente aos livros escolares:

“Por ordem do Ex.mo Ministro, rogo a V. Ex. cia que dê as necessárias providências para que em todas as escolas do seu Círculo, tanto oficiais como particulares, que não se utilizem livros que não sejam os aprovados e mandados adoptar, superiormente. Bem sabe, V. Ex. cia, quanto o nosso ensino primário tem ainda hoje de imperfeito, quanto o (*palavra imperceptível*) é preponderante, mercê, sem dúvida alguma dos maus métodos, dos maus processos e, principalmente, dos maus livros, dos resumos e das sinopses que pululam por toda a parte.

Não se pode admitir e a Lei é bem expressa, que, neste século, na escola primária, apareçam compêndios de Moral, de Ciências Naturais, de Desenho e o professor dê a História por meio de resumos e, assim, a Coreografia, a Gramática, etc.

Confio que V. Ex. cia cuidará este assunto, com desvelo e dará imediato cumprimento a esta ordem.⁷⁰⁹

A auto- formação e actualização científica e pedagógica dos professores também é uma das preocupações do Ministério da Instrução Pública. Para isso, o Inspector propõe aos professores primários do seu Círculo a criação de uma biblioteca em que os próprios professores sejam os sócios:

⁷⁰⁷ Circular do Ex.mo Inspector de 20 de Maio de 1917.

⁷⁰⁸ Circular do Ex.mo Inspector de 26 de Novembro de 1917.

⁷⁰⁹ Circular do Ex.mo Inspector de 30 de Janeiro de 1918.

“As conferências pedagógicas, ultimamente realizadas, mostraram, claramente, a necessidade de o professor se por ao corrente dos progressos da literatura, ciências e arte, para o que se torna absolutamente necessário a aquisição de bons livros que, infelizmente custam um preço que está muito acima da nossa magra bolsa. “

Esta situação económica levou-o a imitar o que já estão fazendo alguns colegas seus e resolvesse tomar a iniciativa da criação duma biblioteca circulante dos professores deste Círculo, para o que necessitava do auxílio de todos os meus professores. Sabendo bem que a situação económica do professorado não é de molde a suportar grandes sacrifícios, calculou que se todos os professores se inscrevessem sócios da biblioteca, pagando a cota mínima de 5 centavos por mês e com a cedência, por empréstimo, da Biblioteca da Comissão de Beneficência e Ensino de Ovar e da minha própria, podíamos já principiar a biblioteca itinerante, com cerca de mil volumes, ficando as cotas dos sócios para o pagamento das despesas de expediente e aquisição de novos livros que irão formando o núcleo da nossa biblioteca. Se o professor concordasse com o seu projecto obsequiava-o, dizendo, até ao dia 20 deste mês, se desejava inscrever-se como sócio fundador. A partir daquele dia, ser-lhe-ia enviada a cópia do Regulamento e as actas da Biblioteca itinerante, para que a apreciase e sobre ela dissesse o que se lhe oferecia.⁷¹⁰

A situação política, revoltosa, também é merecedora de uma missiva do Inspector, a pedido da Secretaria Geral do Ministério da Instrução Pública:

“Considerando que os últimos crimes praticados, em Lisboa, revestem o carácter de uma sistemática obra de destruição social, e são manifestações de um plano de concerto dos piores inimigos da humanidade, determina Sua Ex. cia, o Ministro, que, em todas as escolas, esses crimes sejam verberados e posto a nú o horror desse plano.

V. Ex. cia providenciará para que, imediatamente, isso se faça em todas as escolas desse Círculo.⁷¹¹

⁷¹⁰ Circular do Ex.mo Inspector de 7 de Maio de 1918.

⁷¹¹ Circular do Ex.mo Inspector de 12 de Maio de 1919.

E, novamente, o Inspector volta à carga com a instrução militar preparatória, uma das “batalhas” do governo da primeira República:

“Devendo este anos ser ministrada a Instrução Militar preparatória de 1.º grau, unicamente aos mancebos de 7 aos 17 anos, exclusive, que frequentam as escolas, rogo a V. Ex.cia se digne dar começo à referida instrução, de harmonia com o programa junto e informar-me dos dias e horas em que se realizam as sessões que devem ser, pelo menos duas por semana, conforme o preceituado no Art.º 7 do Decreto com força de Lei de 26 de Março de 1911.

Constituindo a Instrução militar preparatória um elemento essencial para o rejuvenescimento da nossa raça, espero da compreensão cívica e do alto amor patriótico de V. Ex. cia que dedicará toda a sua boa vontade e serviço a esta instrução tornando-a o mais proveitosa possível.⁷¹²

Passados oito dias, o Inspector de Círculo, é transferido para director do Círculo Escolar. Envia, pois, uma Circular, também ao professor primário da escola do Pinhão, para o cumprimentar e manifestar-lhe as suas preocupações, no desempenho do seu novo cargo:

“Ao assumir a direcção deste Círculo Escolar, apresento os meus cumprimentos a todos os sr. Professores que dele fazem parte. Aproveito o ensejo para lhes assegurar que encontrarão sempre, nesta Inspeção, todo o apoio de que carecerem nas suas justas reclamações, um orientador que vos guia, no sentido de bem desempenharem a nobre e espinhosa missão em que se acham investidos, um conselheiro leal em tudo quanto seja atinente a tornar a classe do professorado primário unidos pelo mesmo laço que nos prende a uma causa comum - educar e instruir as futuras gerações. Possamos caminhar e avançar sempre, sem atritos, sem dificuldades de espécie alguma, em perfeita harmonia e concordância.”

Assegura-lhes que há -de ser zeloso e pontual no desempenho de todos os deveres do seu cargo, e de igual maneira espera que saberão corresponder todos os professores daquele Círculo Escolar. Comunica-lhes que Secretaria da Inspeção fica-lhes patente, sempre que a ela careçam de recorrer, ou para desfazer uma dúvida, ou

⁷¹² Circular do Ex.mo Inspector de 21 de Novembro de 1919.

para colher qualquer esclarecimento, para tudo, enfim, que seja necessário, quando tenham qualquer dificuldade em resolver. E termina: “empregarei todos os esforços em bem servir a República, preparando-lhe cidadãos que a dignifiquem, pois era esse, sem dúvida, o maior benefício que prestamos à nossa querida Pátria, à qual são devidos todos os sacrifícios.”⁷¹³

Finalmente, mais uma Circular e a última desta série documental em que o novo Inspector dá algumas instruções e recomendações, pedindo ao professor José Maria Tavares para as tomar na devida consideração e observá-las fielmente. No referente aos horários, recomenda:

(...) “segundo o regime escolar em vigor, compete ao professor a distribuição dos tempos lectivos pelos dias úteis da semana, devendo o horário, depois de elaborado, ser submetido à aprovação desta Inspeção. E em caso de não ser observada essa doutrina neste Círculo, dê cumprimento imediato ao disposto no parágrafo 3.º do art.º 34 do Decreto n.º 5.787 A. Na elaboração do horário (depois de elaborado) deve tomar na devida consideração o exposto na Circular de 27 de Março e de 22 de Maio do corrente ano, expedidas daquela Inspeção. Porque o horário tem de ser elaborado, anualmente, de futuro será submetido à minha apreciação até ao dia 15 de Agosto, impreterivelmente, de modo a poder estar aprovado, no começo de Outubro”.

E considera:

(...) “duma perfeita ou deficiente organização escolar em que o horário ocupa lugar primacial, depende o bom ou mau andamento dos serviços que ao professor estão confiados e o êxito da sua missão educativa. Daí, o cuidado com que ele tem de ser organizado, esperando eu que todos os senhores professores deste Círculo, se esforçarão por apresentar um trabalho bem feito, no sentido em que os preceitos pedagógicos e higiénicos não sejam olvidados. Logo que lhe devolver o horário aprovado, enviar-me-á cópia fiel dele”.

E continua as recomendações:

⁷¹³ Circular do Ex.mo Inspector de 26 de Novembro de 1920.

“É oportuno esclarecer que a doutrina do art.º 52 A, Decreto 6.137 não foi posta nem está ainda em execução. A execução depende de Decreto especial, em relação a cada grupo de duas escolas, para o que tinha de ser organizado o respectivo processo. É quase certo que esta disposição, introduzida no Regulamento, não chegará a entrar em vigor. As escolas que porventura se consideram fusionadas, sem aguardar que fosse publicada a competente organização, digo autorização, devem retomar, desde já, a sua autonomia, porquanto não cabe nas minhas atribuições mantê-las naquela situação irregular em que se colocarem. O parágrafo único do art.º 7.º do citado decreto n.º 5787 A está, porém, em pleno vigor. em todas as escolas do ensino primário geral: há coeducação, não podendo os Srs. Directores recusar-se a matricular crianças de um e outro sexo, quando se lhes apresentam para esse fim, na época competente e satisfaçam os demais preceitos regulamentares. Apenas naquelas escolas onde não houver professores, será informada a pessoa responsável pela educação das crianças, sendo esta de sexo feminino de que não é ministrado o ensino de trabalhos manuais, próprios de sexo”.

Os normativos são analisados e explicados:

“A matrícula, como se sabe – Art.º 36.º de Decreto n.º 6.137 já citado - efectua-se, somente, desde 1 a 30 de Outubro de cada ano. Fora deste período, mais nenhuma criança pode ser recebida na escola, salvo se aquele prazo for prorrogado, como sucedeu no corrente ano lectivo. Nos últimos 15 dias de Setembro, todos os Srs. Directores de escola de ensino primário geral deste Círculo, afixarão à porta das respectivas escolas e nos lugares mais públicos das povoações que elas servem, editais a anunciar a matrícula de crianças de um e outro sexo que se achem nas condições estabelecidas no mencionado Art.º 36, precisando neles, bem claramente, o período durante o qual são aceites e que, findo ele, mais nenhum pretendente será recebido na escolas, senão no princípio do ano lectivo imediato. Nenhum director de escola do ensino primário geral pode matricular criança alguma que, anteriormente, tenha frequentado outra escola, salvo em casos excepcionais, depois de ouvido o professor que a leccionava. Não se compreendem, nesta proibição, as crianças cujos pais o cujos responsáveis pela sua educação mudaram o seu domicílio para outra freguesia e os acompanharam. Nos termos do art.º 112 do Regulamento de 29 de Setembro de 1913 (edição correcta publicada no Diário do Governo, n.º 252, 1.ª série de 11 /12/ 1918) os mapas mensais de frequência e aproveitamento são enviados às

respectivas juntas escolares, até ao dia 10 de cada mês, em relação ao imediatamente anterior e, até 15 de Agosto, o mapa de estatística anual”.

Pacientemente explica as razões que presidem aos normativos:

“Sendo este último mapa indispensável à inspecção para os efeitos da qualificação do serviço, remeter-me-á V. Ex.cia, imediatamente, um exemplar, também nos primeiros oito dias, depois de terminados os trabalhos escolares de cada ano. A estatística é feita por sexos. Para isso, a matrícula das crianças de sexo masculino terá de ser distinta da do sexo feminino, ou em livro diferente, ou num só, destinando-se metade para cada sexo. Consequentemente, com o registo de frequência, procede-se do mesmo modo. Tanto os mapas mensais de frequência, como os anuais de estatística em que os dados, respeitantes a cada sexo são apresentados, separadamente, convém também que sejam organizados por classes, conforme modelos impressos que já existem, ou adaptando-se os que não foram feitos nessa conformidade. A nota das faltas - modelo G, é enviado, também, à respectiva Junta Escolar, até ao dia 5 de cada mês, incluindo Julho, Agosto e Setembro. A falta de remessa desse mapa implica a não inclusão do nome do respectivo professor na folha de vencimentos, respeitante ao mês em que devia ser recebido e enquanto o não remeter. Deve conter o nome de todos os professores em exercício, efectivos, interinos e ainda o daqueles que se encontram ausentes do serviço, por doença ou na inactividade. As faltas ao serviço justificadas ou não, registam-se na respectiva coluna e na das observações mencionar-se - á, sempre, em que dias se deram e desde quando e até quando duraram as ausências. Contam-se por dias sucessivos e não por dias lectivos. Assim, os professores em inactividade, com licença, parte de doente etc., terão 30 ou 31 faltas justificadas, segundo os meses forem de 30 ou 31 dias e a ausência se tenha verificado, durante todo aquele período. Na coluna das “Observações” indicar-se-á, também, o motivo da ausência do serviço. Se for por licença, anteriormente concedida, registar-se-á a data do Despacho que a concedeu n.º e data do Diário do Governo em que foi publicada e o dia em que entrou no gozo dela”.

E continua:

“Todos estes esclarecimentos são necessários para ser processado o vencimento, pois que da falta deles pode resultar, também, a não inclusão em folha nesse mês

do nome e professor que deixou de as prestar e enquanto o não fizer. O professor não pode ausentar-se da sede da escola, durante o tempo lectivo, sem licença previamente concedida, art.º 118 do decreto 6.137. Não o fará nunca, mesmo em tempo de férias, sem o comunicar à Inspeção e à respectiva Junta Escolar, declarando qual a localidade para onde se retira. As professoras parturientes terão de cumprir, simplesmente, o disposto no art.º 136 do parágrafo único do Regulamento, mas querendo ausentar-se da sede da escola, também o não podem fazer, sem primeiro lhes ser concedida licença que solicitarão com antecedência. No mapa estatístico anual, serão, igualmente, registadas todas as faltas dadas pelo pessoal docente da escola respectiva, mencionando-se em que dias cada professor esteve ausente do serviço. O Mapa Modelo 8, respeitante às despesas de expediente e limpeza da escola será enviado à competente Junta Escolar, nos últimos 10 dias de Setembro, Dezembro, Março e Junho, correspondendo, respectivamente ao 1.º, 2.º, 3.º e 4.º trimestre. Estes referem-se aos anos económicos, sendo o primeiro de Julho a Setembro e o 4.º de Abril a Junho. O trimestre que decorre é o 2.º, de 1920- 1921. Estando toda a escrituração escolar a cargo do respectivo director, é somente este que deve assinar a correspondência oficial, mapas estatísticos, etc.”

Passa depois a expor os deveres do Director e dos professores:

“O director superintende em todos os serviços da escola, corresponde-se com as autoridades e entidades respectivas, nos termos regulamentares, conservando sob a sua salvaguarda, todo o arquivo, mobília, material de ensino etc. É por intermédio dele que os Srs. Professores de classe podem corresponder-se, igualmente, com as mesmas autoridades e entidades quando precisarem fazê-lo. Das Circulares recebidas darão os directores conhecimento aos demais professores das escolas os quais porão nelas o seu visto e as rubricarão. Os professores, durante as aulas de leccionação não podem receber na sua respectiva classe pessoa alguma estranha à superintendência de ensino, ou que não seja apresentada pelas autoridades escolares, nem ocupar-se de quaisquer trabalhos estranhos ao ensino. Ninguém pode cumprir cabalmente os seus deveres e desconhecer a lei que regula as funções que desempenha “.

Por fim as últimas recomendações e considerações morais sobre a missão do professor:

“Recomendo pois a todos os Srs. Professores deste Círculo que a estudem assim como o respectivo Regulamento e que nunca deixem de tomar conhecimento dos decretos, portarias e instruções que dia a dia se vão publicando, respeitantes à instrução primária geral. Não é admissível também o desconhecimento dos programas de ensino. São faltas estas indesculpáveis.

A missão do professor primário sendo das mais elevadas e da maior responsabilidade, demanda também uma soma avultada de conhecimentos para bem a saber desempenhar. Não basta aqueles que se adquirem na escolas normais. São insuficientes. O professor apenas pode sair dali habilitado a estudar, completando depois cá fora dia a dia a sua educação. A ciência pedagógica cada dia descobre novos horizontes, aperfeiçoando os métodos e processos de ensino, em ordem a facilitar a missão do educador e a aprendizagem do aluno. O professor primário necessita de acompanhar esse movimento, estudando sempre, se quiser dignificar-se. A todos recomendo, pois, a leitura de bons autores leitura escolhida que lhes proporcione o melhor dos prazeres- o prazer espiritual do saber. Existindo como existe uma biblioteca ambulante neste Círculo, é indispensável que ela preencha o elevado fim com que foi criada pelos seus beneméritos iniciadores e que os Srs. Professores a não considerem, simplesmente, como um objecto de luxo. Dignar-se – á informar-me se nessa freguesia existe alguma escola do ensino primário particular e em caso afirmativo quais os nomes dos respectivos professores e se estão ou não legalmente habilitados a exercer as funções de magistério. Termino, repetindo o que escrevi na minha última Circular de 26 de Novembro último: a Secretaria da Inspeção fica-lhes patente. Sempre que dela careçam de recorrer, ou para desfazer uma dúvida, ou para colher qualquer conhecimento para tudo o que julguem necessário, quando tenham alguma dificuldade a resolver, sem ser preciso recorrer a terceiros”.

Na sua resposta a todas estas recomendações e solicitações, o professor da escola primária elementar do Pinhão, José Maria Tavares Dias, não demonstra estar muito atento e colaborante: nem sequer mencionou as determinações do Sub-Inspector, contidas nas Circulares de 29 de Novembro de 1910 que mandava a todos os professores “no dia lectivo que prende o 1.º de Dezembro p. f. em que se realiza solenemente a comemoração da autonomia nacional, explicar aos seus alunos a grandeza da celebração que foi ordenada pelo Governo Provisório da República (D.º do Governo n.º 43 de 24 do corrente).”⁷¹⁴ Igualmente não se refere à Circular do mesmo

⁷¹⁴ Circular de 29 de Novembro de 1910.

Sub-Inspector, expressamente a si enviada, que levava ao seu conhecimento a alteração do calendário nacional dos dias feriados e o Decreto que extinguiu nas escolas “o ensino da doutrina cristã e determinando que o ensino da moral e educação cívica deverá ser feito em prelecção pelo professor”.⁷¹⁵ Até 29 de Abril de 1914, portanto passados cerca de quatro anos da proclamação da Primeira República, a sua “correspondência com a tutela, foca exclusivamente aspectos administrativos de serviço, não obstante ter entretanto recebido Circulares sobre o “Dia da Arvore” de grande significado para a República.⁷¹⁶

As razões para esta aparente pouca colaboração podemos deduzi-las de um ofício datado de 29 de Abril de 1914, em que, pela primeira vez, o professor da escola primária do Pinhão escreve ao presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis, insurgindo-se contra a ideia do vereador da Câmara Francisco Soares Pinheiro, “meu declarado inimigo político” ter feito tentativas para converter em mistas, as escolas primárias da freguesia. Os seus argumentos são, exactamente, os que, mais tarde, a Ditadura Nacional vai esgrimir contra a coeducação: ”longe de beneficiar a população, a prejudica, porquanto da promiscuidade de sexos resulta a natural indisciplina, visto que cada sexo requer cuidados especiais e em disciplina não pode haver aproveitamento possível”.

Levanta, depois uma série de “considerandos” para reforçar a sua argumentação:

- considerando que a distância entre Pinhão e Pindello é a mesma que era antes do dia 14 de Dezembro último, dia em que aqui se reabriu o acto eleitoral, não havendo até aquele dia, nenhuma reclamação a tal respeito;

- considerando que se o mesmo vereador conseguisse da Ex.ma Câmara a injusta pretensão de transferir para Pinhão a escola de sexo feminino, criada para Pindello, essa distancia não diminuiria;

- considerando que o referido vereador, atribuindo-me o injustíssimo facto de perder as eleições da Junta da Paróquia, por minha causa, tem vindo fomentando no jornal semanal “O Democrata” uma insidiosa campanha contra a minha dignidade profissional, a ponto de um testa de ferro que aqui há, na sua cegueira de tudo deturpar, dizer que estou aqui há 17 nos e só levei 6 alunos a exame, durante este tempo, o que é absolutamente falso, pois tenho tido anos de dar (12);

⁷¹⁵ Circular de 31 de Outubro de 1910.

⁷¹⁶ Circular de 6 de Fevereiro de 1914.

- considerando que só este cidadão retirou os seus filhos da minha escola, após o dia das eleições, não lhe seguindo ninguém o exemplo, como ele desejava, mandando-os frequentar a escola d'Ourela que fica a mais de 4 kms, desta localidade;

“Considerando que o verdadeiro motivo que o impele a promover a minha transferência é julgar vexatório para a sua dignidade de homem político, ter de vir confiar-me a educação de um filho, para não obrigá-lo a ir buscar tão longe o que tem “quasi” em casa; considerando que estando aqui, há “quasi” 14 anos, jamais houve contra mim a mínima queixa ou reclamação, coligindo-se, pois, dos factos apontados que isto não é mais nem menos uma perseguição política; considerando mais que se a Ex.ma Câmara aceder aos desejos manifestados pelo vereador Pinheiro, pratica a dupla injustiça de me aplicar um castigo por todos os motivos injusto, transferindo-me para outra parte e prejudicando o povo desta freguesia que a não ser o Sr. Pinheiro e um ou dois políticos, não quer escolas mistas”;

Remata:

“eu, confiando na inteireza de carácter e rectidão da ilustrada Corporação que preside aos destinos deste Concelho, venho, respeitosamente, solicitar para que a justiça prevaleça, não convertendo em mistas, as escolas desta freguesia, como pretende o vereador Pinheiro.”⁷¹⁷

Depois deste ofício de que não sabemos a resposta, o professor José Maria Tavares Dias passa a dar conta na sua “correspondência expedida “ de que executa algumas determinações superiores. Assim, por exemplo, acaba por cumprir as ordens do encarregado da Instrução Militar Preparatória da Região Norte, embora com algumas reticências, comunicando-lhe que

(...) “ de comum acordo com os mancebos dos 10 aos 16 anos, residentes nesta freguesia, deliberei que os exercícios relativos á Instrução M. P. se realizem aqui aos sábados de cada semana pelas 16 horas; e que os mancebos que frequentam a escola recebam a referida instrução durante o recreio duas vezes pelo menos por semana.

⁷¹⁷ Ofício de 23 de Abril de 1914, dirigido à Ex.ma Câmara.

Alguns mancebos que já completaram 16 anos como V. Ex. cia poderá verificar pela relação que lhe devolvi, manifestam um pouco de relutância em comparecer aqueles exercícios . Devo marcar-lhes faltas?”

Passados seis dias, apressa-se a comunicar uma falta de disciplina, ao mesmo inspector de Instrução Militar Preparatória:

“Comunico a v, Ex.cia, para os devidos efeitos que no dia 14 do corrente destindo à educação física dos mancebos desta freguesia, na ocasião precisa em que estes realizavam algumas evoluções, um mancebo (...) prepositadamente fez expandir certos gases que nos causam náuseas, fazendo acompanhar esta falta de respeito com hilaridade, assim provocando a indisciplina nos outros companheiros.

Ora, como é necessário haver disciplina para destes exercícios se tirar algum proveito há mister que V. Ex.cia trate o mais breve possível de punir o miserável que assim procedeu, pois de contrário, são baldados todos os meus esforços.⁷¹⁸

Na “correspondência recebida “ não consta qualquer resposta a estes dois ofícios do professor primário do Pinhão. Constam, sim, outras recomendações, a que o professor nem sequer alude. Alude, sim, à Circular do Ministro da Instrução Pública, determinando que devia considerar-se feriado o domingo e a bandeira nacional devia ser arvorada em todos os feriados e a escolas primárias que a não tivessem, deviam requisitá-las. Quanto à 2.^a ou seja que a bandeira devia ser arvorada em todos os feriados, “envidarei toda a minha vontade no sentido de cumprir “tanto quanto possível as ordens de V. Ex.cia.”⁷¹⁹ Contudo, apenas a 12 de Fevereiro é que pede à Câmara “a fineza de promover para que lhe seja fornecido um pau de bandeira”.⁷²⁰ Entretanto, recebeu várias Circulares de conteúdo pedagógico e de repúdio por factos a ocorridos contra a República e a nenhum delas respondeu. Até ao final desta “corespondência expedida” o professor José Maria Tavares Dias, apenas enviou mais dois ofícios: um a comunicar que dois mancebos não compareciam aos exercícios da instrução militar

⁷¹⁸ Ofício de 16 de Novembro de 1914.

⁷¹⁹ *Idem.*

⁷²⁰ Ofício de 12 de Fevereiro de 1915.

preparatória;⁷²¹ outro a comunicar que os passeios pedagógicos se realizavam nos dias 1 e 16 de cada mês.⁷²²

Foi este o último ofício do professor José Maria Tavares Dias que conta da “Correspondência expedida”, embora saibamos pela “Correspondência” expedida que a escola masculina, primária elementar do Pinhão, passou a mista, e foi leccionada pela professora efectiva Rosa da Conceição, durante a Ditadura Nacional em 1932.

Como podemos verificar, na Primeira República na escola primária elementar do Pinhão, assistimos a um diálogo de surdos. De um lado a tutela, tentando motivar o professor José Maria Tavares Dias para a sua causa da laicidade e combate ao que considera fanatismo religioso que obstaculiza o progresso do País, manietas consciências e sustenta o fanatismo. Do outro lado, o professor oferecendo uma resistência mais ou menos consciente e actuante, porque não se integrava nessa visão do mundo. Mas esta resistência não provinha apenas do professor, pois, segundo ele afirma, só mais dois ou três partilham das novas matrizes da Primeira República, como se verificou no acto eleitoral para a Junta da Paróquia do Pindello que deixou sequelas políticas. Às inércias mais passivas do funcionamento das instituições, acrescentam-se as resistências mais activas dos desgostosos.

O regime da Primeira República, sem conquistar militantes entre as população rural que ocupava cerca de 80% do território nacional, estava condenado ao fracasso. Assim sucedeu na freguesia do Pindello. Sem a colaboração do professor para, através das famílias dos alunos, dinamizar a restante população, mantém-se o *status quo*, não obstante as diligências do poder instituído e de dois ou três sequazes.

Na escola do Pinhão a “Correspondência recebida e a “Correspondência recebida” era um diálogo doutrinal, unilateral, sem ressonância da parte do professor. Por parte da tutela, através da “correspondência recebida” são constantes os apelos à substituição da religião e moral cristã por nova moral cívica, apelos para realizar na escola celebrações nacionais que arrastem também as famílias da Freguesia, apelos a não deixar passar o calendário das comemorações históricas mais marcantes para os ideários da Primeira República, apelos à realização de festas simbólicas, como o “Dia da Árvore” e, até, a peditórios para a Cruz Vermelha.

⁷²¹ Ofícios de 18 de Abril de 1915 e de 2 de Fevereiro de 1916.

⁷²² Ofício de 1 de Junho de 1915.

Da parte do professor da Escola primária do Pinhão há um mutismo não colaborante e um atrasar das respostas positivas, cingindo-se apenas aos ofícios indispensáveis relacionados com o cumprimento administrativo, indispensável a de um bom funcionário que cumpre ordens. Adesão aos princípios doutrinários não se revelam, nem disso se fala. É um boicote encapotado, explicável, afinal, pelos antagonismos políticos.

1.4.3. Estado Novo

Como referimos no início deste capítulo vamos dar um tratamento mais extensivo a este período do Estado Novo, já que o cerne do nosso trabalho «A “missão” pedagógica de “salvar” a pátria» se situa neste regime político.

A partir de 1916, até 25 de Abril de 1932, cessa a correspondência expedida ou recebida e a partir desta deparamos com uma nova professora da escola primária do Pinhão, Maria de Lourdes de Lemos Ferrás Bravo. Várias perguntas podem ser formuladas: Fecharia a escola? A professora ou professor deixaria de emitir a correspondência para a tutela?

São perguntas sem resposta. A verdade é que a professora começa, novamente, a enumerar os ofícios expedidos pelo n.º 1. Este 1.º ofício é expedido para o Ex.mo Inspector Chefe da Região Escolar de Aveiro. Desde logo, o Sub-inspector da Primeira República que era o interlocutor entre a tutela e o professor primário do Pinhão é substituído pelo Inspector Chefe, designação que nos dois regimes anteriores não existia e que nos parece significativo, num regime que privilegia as chefias e o seu estatuto dirigente. Os dois primeiros e únicos ofícios expedidos por esta professora, terminam, ainda, pela saudação da Primeira República “Saúde e Fraternidade”. Os conteúdos destes dois Ofícios são diferentes: “assumi a regência desta escola, para a qual havia sido nomeada pelo Despacho de 9 de Abril do ano corrente” (...); ⁷²³ outro Ofício é:

“Para enviar o incluso subscrito, contendo a declaração a que se refere o art.º 9.º um comunica ao representante da tutela –Inspector Chefe da região escolar de Aveiro, que dos Estatutos da Caixa de Previdência. Igualmente envio a V. Ex.

⁷²³ Ofício n.º 1 de 25 de Abril de 1932.

cia a quantia de 30\$00, produto duma subscrição para a qual contribuíram as crianças desta escola, tendo eu, também, concorrido com a minha cota parte.”⁷²⁴

Registam-se, já, preocupações diferentes. A professora da escola primária do Pinhão frisa que também contribuiu, o que não acontecia, nos dois regimes anteriores. Verificamos, ainda, que as crianças até agora anónimas e à espera da generosidade de uma “Comissão escolar de Beneficência”, que adquire livros e material escolar para os mais necessitados, passam a contribuir elas próprias e a professora para a Caixa Escolar.⁷²⁵ Trata-se de uma atitude também diferente.

O que se terá passado, entretanto? , No campo político o ano 1932 é o ano em que Oliveira Salazar passa a presidir ao Conselho de Ministros e o ano de 1933 é o ano em que o regime do Estado Novo é referendado pela nova Constituição. São dois anos importantes que marcam uma viragem de consolidação e institucionalização na “missão” pedagógica de “salvar” a pátria e no caminho da política da nova “ordem” apregoada por Oliveira Salazar. Para assinalar esta mudança, a saudação oficial de “Saude e Fraternidade“ é mudada para “A Bem da Nação”, em toda esta “Correspondência expedida” da escola primária do Pinhão.

Continuando a compulsar a “Correspondência expedida” da escola primária do Pinhão, verificamos que, passados dois anos, a escola tem uma nova professora, Rosa da Conceição, que oficia ao Inspector do distrito de Aveiro que tomou posse do lugar de professora da escola mista de Pinhão, em 26 de Março do corrente ano e entrou no dia 1 de Outubro, em exercício.⁷²⁶ Esta professora vai manter-se à frente da escola primária mista do Pinhão, até 4 de Março de 1952, data do ofício 118 de 4 de Março, em que termina esta “correspondência expedida” Vai ser através dela, que vamos poder analisar a relação entre a tutela - o Estado Novo - e a escola primária mista do Pinhão.

Esta nova professora vai recomençar a reenumerar os ofícios emitidos, pelo que podemos verificar os que faltam, nesta sequenciação. Desta vez, não se trata de um diálogo de surdos, mas pelo contrário, podemos ajuizar da “Correspondência recebida“, através das respostas diligentes, circunstanciadas e obedientemente cumpridoras da

⁷²⁴ Ofício n.º 2 de 25 de Abril de 1932.

⁷²⁵ As Caixas Escolares cresceram em número, desde a Ditadura Militar. De 401, em 1926 -1927, passaram a 3.639, em 1933 - 1934 e a 12.114 em 1954 -1955. (*Anuário Estatístico de Portugal*, 1956, *apud* Sampaio, *ibid.*: 151).

⁷²⁶ Ofício de 1 de Outubro de 1934.

professora Rosa da Conceição. Estes ofícios versam assuntos meramente administrativos, em que os conteúdos são semelhantes aos dois regimes anteriores; outros que dão conta do rigoroso cumprimento de todas as celebrações patrióticas determinadas pelos chefes e transmitidas através da hierarquia regional; outros contém relatórios anuais das actividades exercidas pela professora.

Como iremos vendo, a professora Rosa da Conceição, disciplinadamente, cumpre todas as determinações superiores e refere-as, em pormenor, na sua “correspondência expedida“ para as chefias. Esta obediência estende-se a todas as imposições, ainda mesmo as que dizem respeito à propaganda das doutrinas do Estado Novo, junto dos encarregados de educação e de toda a população local.

Porque se trata de muitos ofícios, e alguns bem extensos, contendo relatórios finais do ano lectivo e até transcrições de discursos proferidos pela professora, vamos, independentemente da sua citação anterior, a propósito de outros temas, enumerá-los por ordem cronológica. Assim: ofício n.º 2 comunica ao Inspector do distrito escolar de Aveiro que no dia 23 de Dezembro entrou em gozo de férias para Espinho Rua 16, n.º 341; ofício n.º 3 leva ao conhecimento do memo Inspector que se encontra doente “como provo com atestado médico que nesta data enviei ao Delegado de V. Ex.cia em Oliveira de Azeméis”; ofício n.º 4, novamente, comunica ao Delegado do inspector escolar do distrito de Aveiro que se encontra ao abrigo do art.º 5.º do Decreto 19.478, “como prova o atestado médico que junto envio.”⁷²⁷; Faltam os ofícios 5, 6 e 7; ofício n.º 8 comunica ao Inspector do Distrito escolar de Aveiro que que me “retirei, hoje, em gozo de férias para Espinho;”⁷²⁸ Ofício n.º 9 comunica para

“efeitos legais ao Inspector do Distrito escolar de Aveiro, com cópia ao Presidente da União Nacional de Oliveira de Azeméis que “realizei hoje nesta escola uma sessão solene, comemorando o Aniversário da gloriosa batalha de Aljubarrota a que assistiram todas as crianças da escola e suas famílias.”⁷²⁹

Considerando que a professora Rosa da Conceição entrou em gozo de férias no dia 1 de Agosto, para Espinho que dista cerca de 60Km do Pinhão, teve de deslocar-se, especificamente para esse fim: a celebração do aniversário da gloriosa batalha de

⁷²⁷ Ofício de 7 de Janeiro de 1934.

⁷²⁸ Ofício de 1 de Agosto de 1936.

⁷²⁹ Ofícios de 14 de Agosto de 1936.

Aljubarrota por todas as crianças e pelas suas famílias. Esta dedicação “apostólica” vem de encontro ao que o regime exigia dos professores: serem apóstolos das doutrinas de “salvação” nacional. Apóstolos que estão, sempre, ao serviço da causa e não olham a sacrifícios. Talvez, por isso, a professora Rosa da Conceição comunique, sempre, a seus chefes a residência para onde se desloca, em gozo de férias.

Outro aspecto interessante é a comunicação desta celebração ao Presidente da União Nacional, o organismo político que, em princípio, aglutinava pessoas de variadas ideologias, desde que aderissem à causa de “salvar” a pátria. Este episódio elucida-nos, como as agências políticas de ideologização das matrizes do Estado Novo estão, em contacto permanente, até com a escola e os professores, para em uníssono participarem nesta “missão” salvífica e o papel, também político, que o regime conferia aos professores.

O ofício n.º 10 é a resposta da professora Rosa da Conceição a uma questão colocada pela tutela. Afirma ela que “para efeitos legais” (começa assim todos os ofícios, o que parece dar maior consistência e responsabilidade ao seu conteúdo e ao seu papel de transmissora fiel), comunica que ainda não se encontra criada, por enquanto, nesta escola, Caixa ou Cantina escolar, pois que as crianças pobres são auxiliadas por um benemérito que lhes fornece livros, papel e mais utensílios escolares. O contraste com a “Comissão” de Beneficência e ensino” da Primeira República, nesta mesma freguesia, é notório. Enquanto, na Primeira República, esta “Comissão” não conseguia cumprir os seus objectivos, acrescentava o professor José Maria Tavares Dias, por egoísmo, agora um só benemérito cumpre esse papel beneficente.

O que quererá isto dizer? Que as doutrinas do Estado Novo era melhor recebidas na freguesia do Pindello do que as da Primeira República? Que a adesão aos princípios do Estado Novo davam mais segurança aos mais ricos? Que havia mais incentivos da parte do Estado para os benfeitores? Que a igreja católica, empenhada, também, na missão de Oliveira Salazar como força poderosa para tranquilizar consciências era uma alavanca forte para impulsionar a generosidade – caridade dos ricos? Que as doutrinas da Primeira República não levedaram as massas dos proprietários residentes nos meios rurais?

São questões despoletadas, cremos, a propósito, mas que transcendem esta análise. O Ofício n.º 11, novamente

(...) “para os efeitos legais comunica ao Inspector escolar que em conformidade com a Circular de 12 do corrente “reuni no dia 1 do p. p. os alunos da minha escola, na sede da freguesia, para comemorarmos, em conjunto, a data gloriosa de 1640. Houve um sessão solene, à qual assistiram os pais das crianças das duas escolas, as autoridades locais e as pessoas de maior destaque. Houve discursos e recitativos referentes àquela data, pelas crianças das duas escolas e mais pessoas que tomaram parte da referida sessão, sendo, depois, cantado o hino nacional por todas as crianças, findo o qual se procedeu ao desfile das mesmas, em continência à bandeira nacional. Terminada a sessão, foi oferecido por nós, as professoras, um lanche a todas as crianças das duas escolas.”⁷³⁰

Os ofícios n.ºs 12, 13, 14 15 16, 17, e 18, ou são de natureza administrativa, ou são respostas “às ordens” da tutela. Assim: os ofícios n.º 12 e 13, respectivamente, comunicam que se ausentou, em gozo de férias para Espinho, Rua 16, n.º 341 e pelo ofício n.º 13 envia 17\$00⁷³¹ para a Assistência aos Tuberculosos; o Ofício n.º 14 envia 11\$00, “importância de donativos colhidos em favor da compra do Palácio da Restauração, conforme as ordens de V. Ex.cia, ministradas na Circular de 12 de Dezembro de 1936;”⁷³²o Ofício n.º 15 comunica que não compareceu às aulas, devido ao falecimento de uma pessoa de família e pedindo que lhe sejam justificadas duas faltas; o Ofício n.º 16 responde a algumas questões que lhe foram colocadas, sobre o edifício escolar: que foi construído, segundo informações, por uma comissão presidida por um benemérito, tendo o Estado contribuído com a importância de 600\$000, sendo feita a sua inauguração em Agosto de 1901; que foi dado ao Estado, ignorando-se a data e por quem e se o dador foi ou não louvado; que a doação foi feita sem qualquer condição; o Ofício n.º 17 comunica que interrompeu as suas funções, por motivo de doença, como prova com o atestado médico que nesta data envia ao Delegado de V. Ex.cia, no concelho de Oliveira de Azeméis; o Ofício n.º 18 novamente comunica que interrompeu as suas funções, por motivo de doença.

Segue-se uma interrupção por falta de uma folha, pois que o próximo Ofício dirigido ao Director do Distrito escolar é o n.º 21. Faltam, portanto, três ofícios.

⁷³⁰ Ofício de 2 de Dezembro de 1936.

⁷³¹ Dezassete escudos corresponde à moeda antiga da República Portuguesa. Nesta época um trabalhador rural recebia cerca de cinquenta escudos, portanto três vezes mais do que aquela importância (Fernandes, 1995).

⁷³² Ofício de 5 de Fevereiro de 1936.

O próprio Ofício, n.º 21, não tem o texto completo, mas ainda contém o essencial. Trata-se de uma comemoração – talvez de 28 de Maio, pois fala de

“Sua Ex.cia o general Carmona e a modelar administração do Snr. Dr. Oliveira Salazar, que tantos benefícios têm trazido à nossa Nação Entre eles o nosso exército tem agora para maior segurança nossa e seu maior prestígio, 10 aviões de bombardeamento, vindos da Alemanha, possuindo cada um três motores.

São uma grande arma de defesa uma grande precaução para nós em caso de guerra. Com tais feitos e tão altos exemplos, nós seremos um povo poderoso e feliz”.⁷³³

O ofício n.º 22 comunica ao delegado de V. Ex.cia que só agora teve conhecimento da Portaria que lhe concedeu a 1.ª diuturnidade. Na altura da saída da Portaria, estava muito perturbada com a morte do marido e não comuniquei ao aumento de ordenado ao Delegado de V. Ex.cia; o ofício n.º 23 responde à Circular de “V. Ex.cia,” comunicando-lhe que está plenamente de acordo “com a deliberação tomada por V. Ex.cia, quando na expedição do telegrama a S. Ex.cia o Sr. Presidente do Ministério, felicitando-o por ter ficado ileso, por tão monstruoso crime de que poderia ser vítima”⁷³⁴; o ofício n.º 24 comunica que faltou às aulas, devido a falecimento de sua irmã; o ofício n.º 25 envia 10\$00 para a Assistência Nacional aos tuberculosos.

Embora de difícil leitura, devido à sobreposição com outro ofício, por causa da chuva, no ofício n.º 26, a professora da escola primária do Pinhão, comunica, para os efeitos legais, que reuniu todos os alunos e suas famílias e as pessoas de destaque, para comemorar a entrada do Sr. Dr. Oliveira Salazar na Pasta das Finanças. Houve uma sessão alusiva a essa data, dos 10 anos da sua entrada para o governo, com alguns recitativos “A seguir, junto um resumo do discurso que proferi nessa ocasião.”⁷³⁵ Seguem-se diversos ofícios de carácter administrativo:

Através do ofício n.º 27, a professora Rosa da Conceição envia a quantia de 12\$00 “importância de donativos colhidos nesta escola, para a Assistência aos tuberculosos.”⁷³⁶; através do ofício n.º 28, a mesma professora comunica ao Sr. Director do distrito escolar que o Exmo Sr. José Marques Pinheiro ofereceu a esta

⁷³³ Ofício dirigido ao Ex.mo Director do distrito escolar.

⁷³⁴ Ofício de 1 de Julho de 1937.

⁷³⁵ Ofício de Abril de 1938, dirigido ao Director do Distrito escolar de Aveiro.

⁷³⁶ Ofício de 5 de Janeiro de 1939.

escola, 12 cadeiras; através do Ofício n.º 29, a professora comunica ao Director do distrito escolar que

(...) “nesta escola existem 6 cadeiras inutilizadas, as quais me estão a estorvar, mas figuram nos mapas de cadastro. Tenho-me remediado com elas, mas depois da oferta do Sr. J. Marques Pinheiro não tenho necessidade delas, nem elas estão em condições de serem usadas. Rogo, pois, a V. Ex.cia, o obséquio de me informar se posso queimá-las, ou o destino que lhes devo dar.”⁷³⁷

Pelo Ofício 30, envia a importância de 14\$00 para a Assistência aos tuberculosos; pelo ofício n.º 31, envia 16\$00 para as crianças finlandesas. Faltam os ofícios n.ºs 32 e 33. O ofício n.º 33 contém o relatório da “escola dupla do Pinhão”⁷³⁸ referente ao ano lectivo 1939-1940.

O relatório com data de 31 de Julho de 1940, refere o seguinte:

“No dia 1 de Outubro de 1939 iniciei os meus trabalhos escolares deste ano lectivo, na escola a meu cargo. Matriculei, na 1.ª classe, 26 alunos, sendo 12 do sexo masculino e 14 do sexo feminino. Na 2.ª classe, matriculei 17 sendo 11 do sexo masculino e os restantes do sexo feminino. Matriculei 10 alunos na 3.ª classe, sendo 5 de cada sexo. Matriculei 4 na 4.ª classe, 3 do sexo masculino e uma do sexo feminino.

Obtive, quase sempre, frequência regular, porque as crianças encontram aqui todo o conforto de que tanto necessitam, graças à generosidade do Ex.mo Sr. José Marques Pinheiro de Sousa. As criancinhas pobres, além de livros e mais material escolar têm aqui uma refeição ao meio dia.

Embora os resultados não correspondam ao meu desejo, empreguei todos os esforços, e meios ao meu alcance, para tornar o meu trabalho proveitoso, o mais possível, mas a regência de uma escola dupla com 4 classes, não permite aproveitar o tempo como aproveitam aqueles que têm a seu cargo uma ou duas classes, simplesmente.

Fiz 11 passagens de classe da 1.ª para a 2.ª classe. Da 2.ª para a 3.ª, fiz 12. Fizeram exame de Ensino primário Elementar 8, sendo todos aprovados. Fizeram exame da 4.ª classe 3, ficando um reprovado. Um não fez exame da 4.ª classe por não ter a idade legal, fazendo simplesmente o exame de admissão ao Liceu e foi aprovado. Vejo com grande tristeza que os resultados não

⁷³⁷ Ofício de 17 de Outubro de 1939.

⁷³⁸ Ofício de 31 de Julho de 1940

compensaram as minhas canseiras, todavia empreguei toda a minha boa vontade ao serviço desta escola e os meus alunos mereceram-me os maiores cuidados durante todo o ano lectivo.

No dia 4 de Julho festejou-se a comemoração dos centenários. As crianças assistiram todas ao hasteamento da bandeira da Fundação. Depois entoou-se a Portuguesa e expliquei-lhes o significado da festa. No fim, demos muitas vivas a Portugal e ao Governo.”⁷³⁹

Os ofícios n.ºs 34 a 41 contém meras formalidades administrativas, tais como: pedido para relevar a falta do dia dos defuntos; envio de 17\$50 para assistência aos tuberculosos; envio de 5\$00 para o diploma do ensino primário elementar de José Maria da Silva; comunicar que na escola existem 6 carteiras aos pedaços, assim como uma colecção de mpas velhos e uma esfera, para que seja elucidada qual o destino a dar-lhes e se pode abater ao inventário; envio do n.º de ordem do inventário e os valores de vários objectos; envio do mapa mensal de faltas, assim como as relações das passagens de classe e o relatório da escola . E termina, dizendo que “se houver deficiência peço a V. Ex.cia o obséquio de me informar.”⁷⁴⁰; ofício ao Ex. mo Delegado escolar, enviando “12\$00 “para o seminário.”⁷⁴¹; comunica que “não existe nesta escola cobre, bronze ou latão e qual o endereço a utilizar.”⁷⁴²

A professora da escola elementar primária mista do Pinhão envia mais um relatório correspondente ao ano lectivo 1940 - 1941. A estrutura é decalcada do primeiro relatório, como se pode verificar:

“No dia 1 de Outubro de 1940, como é de lei, dei início aos meus trabalhos escolares deste ano lectivo na escola, a meu cargo. Matriculei ao todo 61 alunos de ambos os sexos, sendo 29 na 1.ª classe, 15 na 2.ª, 19 na 3.ª e 4 na 4.ª. Chegaram ao fim do ano 59, tiveram frequência 53.

Empreguei todos os meus esforços para tornar o meu trabalho proveitoso o mais possível, mas a regência de uma escola com 4 classes não permite aproveitar o tempo como aqueles que têm a seu cargo uma ou duas classes, simplesmente. Além disso, o Inverno este ano foi muito rigoroso e as crianças na sua maior parte foram vítimas de várias doenças.

⁷³⁹ *Idem.*

⁷⁴⁰ Ofício de 2 de Agosto de 1940.

⁷⁴¹ Ofício de 6 de Janeiro de 1940.

⁷⁴² Ofício de 10 de Janeiro de 1941.

Fiz 15 passagens de classe da 1.^a para a 2.^a; da 2.^a para a 3.^a passei 10. Fizeram exame de Ensino primário Elementar 6 alunos e foram aprovados. Fizeram exame da 4.^a classe, 3 alunos, obtendo todos aprovação. Tinha também uma menina da 4.^a classe que não fez exame, porque os pais não quiseram gastar dinheiro, visto ela não ter a idade legal. Os resultados finais não compensaram as minhas canseiras, no entanto eu empreguei toda a minha boa vontade ao serviço desta escola e dispensei os maiores cuidados aos meus alunos, durante todo o ano lectivo.

No dia 6 de Janeiro fiz aqui uma festinha escolar que decorreu muito animada. O Ex.mo Sr. G. M. Pinheiro de Sousa, benemérito desta escola, no Dia de Reis veio distribuir às criancinhas desta escola um bolo - rei. As crianças foram todas em cortejo esperá-lo a um local combinado e depois fêz realizou-se uma sessão solene a que assistiram todas as pessoas de mais destaque na freguesia. Houve recitativos e cânticos patrióticos sendo no final o bolo distribuído por toda as crianças. Isto foi mais um estímulo para que as crianças frequentem a escola com amor.”⁷⁴³

Seguem-se alguns ofícios de carácter meramente administrativo, ou informativo: ofício 41- envia 20\$00 para a Assistência aos Tuberculosos; ofício 42- comunica que o endereço a utilizar para a correspondência é o seguinte: Pinhão - Oliveira de Azeméis; ofício 43- comunica novamente que “nesta escola não existe cobre e bronze ou latão. Apenas existem uns pesos na caixa métrica, indispensáveis para o ensino do sistema métrico.”⁷⁴⁴; ofício 44- novamente comunica ao Director escolar a data da construção do edifício escolar, por quem foi construído a pertença e até o n.º de registo na Matriz Predial Urbana do concelho, livro 26, n.º 83, art.º 229; ofício 45 – comunicando que “a este estabelecimento de ensino não foi feito qualquer legado ou doação destinado a livros, prémios ou outros fins.”⁷⁴⁵; ofício 46- comunicando que nesta escola não foi fundada a Caixa Escolar; ofício 47- comunicando que nesta escola, durante o ano anterior “não se verificaram aumentos ou abatimentos nos mapas de cadastro dos bens do Estado.”⁷⁴⁶; ofício n.º 48- “Em resposta à circular de 11 do corrente, informo V. Ex.cia que não houve alterações a anotar aos bens effectos a esta escola, no ano 1941. E remata: comunico a V. Ex. cia que não officiei dentro do prazo legal, porque com as minhas lides escolares passou-me despercebida aquela data e só ao

⁷⁴³ Ofício de 2 de Agosto de 1941.

⁷⁴⁴ Ofício de 10 de Janeiro de 1942.

⁷⁴⁵ Ofício de 17 de Fevereiro de 1942.

⁷⁴⁶ Ofício de 12 de Abril de 1942.

ler a Escola Portuguesa de 9 de Abril me recordei que não tinha dado cumprimento ao n.º 52 das Instruções de organização do C. dos bens do Estado.”⁷⁴⁷; ofício n.º 50 (o n.º 49 com certeza por engano não foi preenchido) trata de mais uma celebração:

“Tenho a honra de comunicar a v. Ex.cia que em harmonia com a Circular de 28 de Abril fiz uma prelecção aos meus alunos no passado dia 9 dia consagrado ao Ultramar Português, fazendo-lhes ver o valor do nosso Império Ultramarino e o esforço dos nossos antepassados que tanto se sacrificaram para nos legar um património cheio de glória.

Disse-lhes que o nosso Império tanto em Africa como no Índico se deve, principalmente ao Infante D. Henrique fundador da nossa epopeia marítima, tendo contribuído também para isso, os nossos grandes navegadores como Vasco da Gama, Bartolomeu Dias, Pedro Álvares Cabral, Gil Eanes e muitos outros não esquecendo, também, os nossos reis D. João II e D. Manuel que contribuíram imenso para a expansão do Ultramar Português, não esquecendo também a acção dos nossos missionários que muito contribuíram para a civilização cristã do nosso Império de além-mar porque incutiram no povo indígena o amor a Portugal ao mesmo tempo que os iam educando e instruindo.

Disse-lhes que como cidadãos do futuro deviam amar com carinho todos os pedacinhos da terra portuguesa que tanto sangue tinham custado aos nossos avós e que com o seu exemplo e o seu esforço deviam trabalhar para o engrandecimento de Portugal.

Disse-lhes que o Ultramar Português era de uma riqueza assombrosa que produzia cereais café cana de açúcar, chá, etc, etc, que tínhamos minérios importantes em Angola e Moçambique e que possuíamos nesta Província o melhor porto de África e que o Govêrno do Estado Novo tinha prestado muita atenção para estes sagrados pedaços da terra portuguesa e que muito tinham trabalhado para que Portugal caminhasse para um futuro melhor.”⁷⁴⁸

Pelo ofício n.º 51 a professora Rosa da Conceição envia ao Ex. mo Sr Delegado do distrito escolar de Aveiro “as relações dos alunos propostos a exame do Ensino Primário Elementar” e o relatório da escola mista do Pinhão do ano lectivo 1941- 1942.

Eis na íntegra este relatório:

⁷⁴⁷ Ofício de 25 de Abril de 1942.

⁷⁴⁸ Ofício de 12 de Maio de 1942.

“No dia 1 de Outubro de 1941 dei início aos trabalhos escolares deste ano na escola a meu cargo. Matriculei ao todo 57 alunos de ambos os sexos, sendo 25 na 1.^a classe, 16 na 2.^a, 13 na 3.^a e 3 na 4.^a Tiveram frequência regular 49 alunos.

Empreguei os melhores esforços para tornar o meu trabalho rendoso o mais possível mas a regência de uma escola mista com 4 classes é um pouco ingrata e não permite aproveitar o tempo como aqueles que apenas têm a seu cargo uma ou duas classes, pois a disciplina torna-se muito mais difícil e muitas vezes o tempo escasseia.

Além disso, o meio aqui é muito pobre. As criancinhas na sua maioria mal agasalhadas foram vítimas de várias gripes e pneumonias o que deu causa a que muitos alunos tivessem frequência irregular. Fiz 12 passagens da 1.^a para a 2.^a classe e da 2.^a para a 3.^a, 10. Prestaram provas da 3.^a classe 9 alunos, sendo 2 excluídos. Fizeram exame da 4.^a classe 3 alunos, sendo todos aprovados. Fizeram exame da admissão aos liceus três. Dois em Aveiro e uma no Porto.

Os resultados finais não correspondem ao esforço que durante o ano dispendi. No entanto, eu empreguei toda a minha vontade ao serviço desta escola e dispensei os melhores cuidados aos meus alunos durante todo o ano lectivo. Mesmo durante os períodos de férias, não pude abandonar a minha escola, para assistir à distribuição da refeição do meio dia que a cantina escolar distribui às criancinhas pobres desta escola e cuja direcção me está confiada.

No dia 1 de Maio dia consagrado ao lusito, fiz uma prelecção aos meus alunos, fazendo-lhes ver o amor e respeito que devemos ter pela nossa querida pátria. No dia 9 dia do Ultramar Português também lhes fiz uma alocução, inculcando-lhes o amor e carinho que devemos ter pelo nosso Império Colonial. Disse-lhes que o Império Português tanto na África como no Oriente se deve à acção dos nossos grandes navegadores e muito principalmente ao Infante D. Henrique não esquecendo também a acção dos nossos missionários porque inculcaram no ânimo dos povos indígenas o amor e respeito a Portugal.”⁷⁴⁹

Os ofícios seguintes são de carácter informativo como resposta a Circulares emanadas da tutela ou de remessa de documentos de carácter administrativo. Assim: ofício n.º 52 envia o mapa anual, mapas mensais e passagens de classe e relatório anual; ofício n.º 53 informa o Instituto Nacional de Estatística que “no mês de Junho corrente foi criada nesta escola a Caixa Escolar inscrevendo-se 12 sócios ordinários e a professora com sócio auxiliar e 3 como sócios benfeitores. A receita deste mês foi de 7\$50, simplesmente dos sócios ordinários e auxiliar. Os benfeitores sustentam a cantina

⁷⁴⁹ Ofício de 14 de Junho de 1942.

escolar e fornecem todos os artigos escolares às criancinhas pobres.”⁷⁵⁰; ofício n.º 54 envia a quantia de 6\$00 importância de 4 bilhetes de um sorteio a sair no próximo dia 5 que me foram enviados por V. Ex.cia; ofício n.º 55, envia a importância de 16\$00 para a assistência aos tuberculosos importância dos donativos colhidos nesta escola; ofício n.º 56, informa que na escola não houve aumentos nem abatimentos nos mapas de cadastro dos bens do Estado durante o ano pp.; ofício n.º 57 repete o teor do ofício n.º 56; ofício n.º 58 pede para justificar as faltas dadas pelo facto de ter de acompanhar a filha a Lamego para prestar provas; o ofício n.º 59 novamente comunica uma celebração. Trata-se mais uma vez do dia “consagrado às nossas colónias.”⁷⁵¹ A professora Rosa da Conceição assume o seu papel de diaconisa:

“Fiz uma prelecção aos meus alunos sobre o valor do nosso império colonial enaltecendo o heroísmo dos nossos antepassados que tanto se sacrificaram para nos legar um património cheio de glória. Falei-lhes na figura gigantesca do Infante D. Henrique o herói fundador da nossa Epopeia Marítima o qual estabelecendo-se em Sagres aí fundou uma escola náutica e estudou a maneira de alargar o nosso Portugal. E no decorrer da sua vida começou então a ver o seu sonho realizado, pois graças ao esforço dos nossos navegadores as descobertas tornaram-se constantes de maneira que no fim da sua vida já ele via um português para além mar e deixava os traços para a continuação da sua obra.

Falei-lhes também na acção dos nossos reis como D. João I, D. João II, D. Manuel que também contribuíram imenso para a expansão portuguesa de Além-Mar não esquecendo os nossos missionários que à sombra da Cruz incutiram na alma dos indígenas o amor à pátria portuguesa. Disse-lhes que o Império português era duma fertilidade assombrosa pois produzia café, chá, açúcar minérios, etc. Disse-lhes também que o nosso Império foi conquistado à sombra da Cruz e à custa do sangue dos nossos avós e que por isso representava o maior e mais belo património mundial e que como cidadãos do futuro de veriam trabalhar para que Portugal continuasse através dos séculos a ser uma grande e próspera nação. Falei-lhes também do movimento actual em que o futuro dos povos se antevê obscuro, mas que nem por isso Portugal desfalece pois que sob os olhares da Divina Providência já conta 8 séculos de trabalho de luta e de liberdade e que o nosso Governo tendo à frente o Sr. Doutor. Oliveira Salazar tem trabalhado imenso para o engrandecimento e riqueza da Pátria.”⁷⁵²

⁷⁵⁰ Ofício de 5 de Agosto de 1942.

⁷⁵¹ Ofício de 17 de Abril de 1943.

⁷⁵² Idem.

O ofício sem numeração, de 2 de Agosto de 1943 contém o “Relatório da escola mista do Pinhão”. Eis o seu teor:

“ No dia 1 de Outubro de 1942 (...) dei início aos trabalhos escolares da escola a meu cargo. Matriculei 52 alunos nas 4 classes sendo 24 na 1.^a, 16 na 2.^a, 7 na 3.^o e 5 na 4.^a. Chegaram ao fim do ano 49 alunos e tiveram frequência regular 46.

Empreguei todos os meus esforços para tornar a minha escola atraente e para que os meus trabalhos fossem coroados dos melhores êxitos. O que nem sempre sucedeu, pois a crise que avassala o mundo fez-se sentir muito nestes meios e muitas famílias tiveram necessidade de utilizar os serviços dos filhos obrigando-os a faltar à escola.

Além disso, a regência de uma escola mista com 4 classes e ainda com exames de admissão que todos os anos tenho tido não me permitem aproveitar o tempo como aqueles que têm a seu cargo uma ou duas classes simplesmente pois que a disciplina se torna mais difícil de manter e muitas vezes o tempo de podemos dispor, falta.

Fiz 10 passagens da 1.^a para a 2.^a e da 2.^o para a 3.^a 12. Fizeram exames de ensino primário elementar 6 alunos e 3 da 4.^a classe obtendo uns e outros aprovações. Fez exame de admissão ao liceu uma pequena. Não fez exame da 4.^o classe porque na altura em que a devia propor adoeceu e por isso levei-a apenas ao exame de admissão, ficando aprovada.

Os resultados finais não compensam o esforço que durante o ano dispensei, mas empreguei toda a minha boa vontade ao serviço desta escola dispensando sempre os maiores cuidados aos meus alunos.

Respeitei todas as datas históricas e prestei muita atenção à educação moral.

No dia 10 de Abril dia consagrado às nossas colónias fiz uma prelecção sobre o valor do nosso Império Colonial enaltecendo o heroísmo dos nossos antepassados que tanto se sacrificaram para nos legar um património cheio de glória.”⁷⁵³

O ofício n.º 60 pede para lhe relevarem uma falta dada para ir a Aveiro ver uma “filhinha gravemente doente”⁷⁵⁴; pelo ofício n.º 61 comunica que enviou a quantia

⁷⁵³ Ofício de 2 de Agosto de 1943.

⁷⁵⁴ Ofício n.º 60 de 11 de Outubro de 1943.

de 10\$00”, importância de donativos que colhi neste escola para a Assistência Nacional aos Tuberculosos.”⁷⁵⁵; pelo ofício n.º 62 comunica ao director Escolar que

“em harmonia com as instruções da Circular de 29 de Abril fiz uma prelecção aos meus alunos no dia 6 do corrente dia consagrado por Sua Ex. cia o Ministro da Educação Nacional ao Ultramar Português, mostrando-lhes de maneira clara e acessível o que foi e o que é o nosso Império Ultramarino. Expliquei-lhes que Portugal este cantinho à beira mar plantado não é um País pequeno, pois que o seu nome glorioso chegou aos confins da terra e sob os olhares da Divina providência já conta 8 séculos de existência. Falei-lhes de tantos nomes que se sacrificaram nessa gloriosa empresa de descobertas e conquistas nomes que atestam a nossa glória de povo navegador e guerreiro. Falei-lhes na figura gigantesca do Infante D. Henrique o heróico fundador da nossa epopeia marítima, o qual se estabeleceu em Sagres, donde partiu um grande número de audazes navegadores nessas frágeis caravelas que, através de mil perigos, corriam em procura de novas terras

Disse-lhes que os nossos missionários esses humildes obreiros da civilização cristã, tanto na África como na Índia, contribuíram imenso para a expansão do nosso Império de Além Mar, porque, internando-se por essas selvas longínquas e à sombra da cruz, incutiam no espírito dos indígenas o amor a Deus e a Portugal.

Falei-lhes também na acção colonizadora dos portugueses que conseguiram em todas as partes do mundo arvorar as quinas dos seus estandartes e do assombro dos outros povos ao olharem Portugal um pequeno País e conquistado palmo a palmo com o sangue dos nossos avós que num esforço imortal lhes mostra a superioridade da sua Raça. Disse-lhes também que nessas paragens longínquas onde o esforço português chegou vivem os nossos irmãos de Raça que unidos pela mesma prece entoam: Viva Portugal. Também lhes falei das viagens de Sua Ex. cia o Sr. Presidente da República e do seu alto significado. Por último falei-lhes sobre o valor das nossas províncias e das suas riquezas que devemos amar com carinho. Todos estes pedacinhos de Portugal porque todos foram regados com o generoso sangue dos nossos antepassados. Falei-lhes da acção do nosso Governo no interesse e carinho devotado a todos os portugueses de além-mar.

Para encerrar esta minha simples palestra as crianças muito entusiasmadas entoaram o hino nacional e da Mocidade e deram vivas a

⁷⁵⁵ Ofício n.º 61 de 12 de Janeiro de 1944.

Portugal, ao Governo e à escola. Durante toda a semana todos os nossos trabalhos versaram sobre o nosso Império.”⁷⁵⁶

Seguem-se mais alguns ofícios, a maioria dos quais de carácter administrativo, a saber: n.º 63 comunicando que não pôde “assumir o exercício das minhas funções porque o edifício escolar se encontra em obras;”⁷⁵⁷ n.º 64 comunicando que não pode entregar as certidões de matrícula das suas duas filhas, porque ainda não estavam passadas pelo secretaria do Liceu, mas “logo que pudessem enviar-mos-iam”;⁷⁵⁸ n.º 65. Igualmente comunica que entrou em exercício de funções, visto as obras estarem concluídas; n.º 66 leva ao conhecimento do Presidente da Câmara que a chaminé da habitação deste edifício escolar “ameaça desabar, pois estão constantemente caindo pedras e calça. Pede que se digno tomar as necessárias providências antes que suceda algum desastre de consequências trágicas para mim e para os meus”;⁷⁵⁹ n.º 67 envia a quantia de 47\$50, “importância dos donativos que angariei nesta escola para a Assistência Nacional aos tuberculosos”; n.º 68 comunica ao Ex. mo Director que não houve aumentos nem abatimentos nos mapas de cadastro dos bens do Estado; n.º 69, comunica à Direcção Geral das Finanças Públicas o mesmo.⁷⁶⁰; n.º 70, envia o questionário referente à escola a seu cargo “Havendo alguma deficiência, peço a V. Ex. cia a subida fineza de me avisar.”⁷⁶¹;

Ofício n.º 71:

“de harmonia com as instruções da Circular de 19 de Abril fiz uma palestra aos meus alunos no dia 28 dia consagrado ao Império Colonial Português, mostrando-lhes de uma maneira clara o que foi e o que é o nosso grande império enaltecendo o heroísmo dos nossos antepassados que tanto se sacrificaram para nos legar um património cheio de glória.

Durante toda a semana as minhas lições principalmente as das classes mais adiantadas versaram sobre o mesmo assunto. Falei-lhes da acção civilizadora dos portugueses que conseguiram arvorar a Bandeira das Quinas em todas as partes do mundo na ânsia de dilatar a fé e o Império.

⁷⁵⁶ Ofício de 30 de Outubro de 1944.

⁷⁵⁷ Ofício de 7 de Outubro de 1943.

⁷⁵⁸ Ofício de 30 de Outubro de 1943.

⁷⁵⁹ Ofício de 28 de Dezembro de 1943.

⁷⁶⁰ Ofício de 15 de Janeiro de 1945.

⁷⁶¹ Ofício de 3 de Fevereiro de 1945.

Falei-lhes na figura gigantesca do Infante D. Henrique o heróico fundador da nossa epopeia marítima que encerrando-se em Sagres donde partiram em grande número arrojados navegadores numas frágeis caravelas em demanda de novas terras. Falei-lhes também na acção dos nossos reis principalmente D. João I, D. João II e D. Manuel que ficaram nessa gloriosa empresa de descobertas e conquistas nomes que atestam a nossa glória de povo navegador e guerreiro.

Junto desses heróis navegadores sempre a obra dos missionários que entranhando-se nessas selvas inóspitas à sombra da cruz iam civilizando os indígenas dando-lhes a conhecer os nomes benditos de Jesus e Portugal. Falei-lhes no valor do nosso Império e das suas riquezas e que como cidadãos do futuro deveriam amar com carinho todos estes pedacinhos da pátria portuguesa porque tinham custado muitas vidas aos nossos avós e que com o nosso esforço e a nossa dedicação devíamos trabalhar com amor e virtude para engrandecer a nossa querida Nação. Falei-lhes também na acção do nosso Governo que tem olhado com carinho todos esses sagrados pedaços de Portugal e que muito tem trabalhado para que Portugal caminhe para um futuro melhor.

Para terminar as crianças entoaram o Hino nacional, a marcha da Mocidade e deram vivas a Portugal ao governo e à escola.⁷⁶²

Ofício n.º 72 pede para que lhe seja relevada a falta do dia 11, porque foi ao Porto fazer um tratamento hospitalar; n.º 73 envia o mapa anual e o relatório e as relações de passagem de classe. “Se houver alguma deficiência peço a V. Ex. cia o obséquo de me avisar.”⁷⁶³; n.º 74 comunica que sua filha não teve aproveitamento no 3.º ano do liceu, devido a doença conforme comprova com atestado médico.⁷⁶⁴; n.º 75, envia os novos boletins de abono de família as certidões de aproveitamento e de idade de sua filha.⁷⁶⁵; n.º 81 comunica que não houve aumentos ou abatimentos ao cadastro dos bens do estado; ofício n.º 82 comunica ao Director escolar que não tem elementos para organizar o mapa anual dos serviços que prestou na escola feminina de Ullo, concelho de Oliveira de Azeméis no ano 1918-1919 já que actualmente “se encontram no arquivo da escola onde prestei serviço”. Posso porém afirmar de memória que bastantes alunos transitaram de classe como consta do mapa anual que enviei

⁷⁶² Ofício de 11 de Maio de 1945.

⁷⁶³ Ofício de 31 de Julho de 1945.

⁷⁶⁴ Ofício de 9 de Agosto de 1945.

⁷⁶⁵ Ofício de de Agosto de 1945.

oportunamente à Inspeção Escolar.”⁷⁶⁶; n.º 83, pede para lhe serem relevadas as faltas dadas do dia 20 e 21 por ter de fazer um tratamento; n.º 84, comunica “para efeitos legais” que “interrompi hoje o exercício das minhas funções por motivo de doença como provo com o atestado que junto envio.”; ⁷⁶⁷ n.º 85, comunica, novamente, que “tenho interrompido o exercício das minhas funções desde 25 do p. p. até 10 do corrente reassumindo hoje novamente o meu cargo”;⁷⁶⁸ n.º 86, com a mesma data 11 de Abril, repete exactamente o teor do ofício anterior e as mesmas datas do seu impedimento. Será repetição ?; n.º 87 refere que “em resposta ao ofício de V. Ex. cia de 13 do corrente tenho a honra de comunicar a V. Ex. cia que nos anos lectivos 1921/1922 a 1925/1926 não pude exercer o meu cargo devido às dificuldades que havia nas colocações. Por isso mesmo vi-me obrigada a exercer o ensino particular primeiro em Ovar no Colégio Ovarense e depois em Arada.”⁷⁶⁹; n.º 88, comprova, novamente, uma falta com atestado. (O texto é ilegível); n.º 89, envia a importância de 70\$00 que conseguiu recolher na escola “para as vítimas da guerra”; n.º 90, comunica que interrompeu as suas funções desde 4 de Maio, por motivo de doença e envia o respectivo atestado; n.º 91, novamente, comunica que devido a doença interrompeu o exercício das suas funções.; n.º 92, comunica que beneméritos desta escola “pretendem fazer uma distribuição de prémios aos alunos que vão concluir o exame do 1.º grau no próximo dia 5. “Peço pois a V. Ex.cia que se digne autorizar a realização de uma sessão solene a fim de dar mais brilho ao acto”;⁷⁷⁰ n.º 93, envia a quantia de 60\$00 importância dos donativos colhidos nesta escola em favor da assistência Nacional aos Tuberculosos; n.º 94, comunica que nesta escola “existem 10 carteira -bancos de madeira . (...) Destas cadeiras 5 encontram-se inutilizadas. Por isso solicito a V. Ex. cia autorização para abater ao número de inventário;”⁷⁷¹ n.º 95, pede a revelação de faltas para os dias 17 e 18 de Abril. Não apresenta motivo; n.º 96, envia os mapas mensais anual bem como as passagens de classe . “Se houver alguma deficiência peço a V.Ex.cia se digne avisar-me.”⁷⁷²

Pelo ofício 97, comunica que

⁷⁶⁶ Ofício de 6 de Março de 1946,

⁷⁶⁷ Ofício de 25 de Março de 1946.

⁷⁶⁸ Ofício de 11 de Abril de 1946.

⁷⁶⁹ Ofício de 19 de Abril de 1946.

⁷⁷⁰ Ofício de 12 de Setembro de 1946.

⁷⁷¹ Ofício de 12 de Janeiro de 1947.

⁷⁷² Ofício de 6 de Agosto de 1948.

“desde 3 de Janeiro de 1939 que o benemérito José Marques Pinheiro de Sousa, José Soares Pinheiro e Américo Soares de Castro e Benjamim Soares da Costa sustentam nesta escola uma cantina em funcionamento ininterrupto. Em face do último decreto julgo haver direito a uma servente e por isso solicito a sua nomeação.”⁷⁷³

Pelo ofício 98, comunica ao Director escolar que

“como as carteiras inutilizadas que se encontram nesta escola foram substituídas pelo mesmo benemérito que sustenta a cantina e não representando elas qualquer valor entendi poderem ser utilizadas como combustível para as refeições da mesma cantina. E nestas condições não posso proceder à sua venda.

Peço desculpa se não foi legal o meu procedimento mas julguei ser o melhor destino a dar aqueles objectos.”⁷⁷⁴

Pelo ofício 99, de 14 de Dezembro de 1948, pede providências ao Ex.mo presidente da Câmara porque

“o telhado desta escola necessita urgentes reparos, pois chove em vários pontos da habitação ameaçando derruir todo o travejamento.

Além disso os caixilhos das janelas encontram-se em mísero estado não aguentando os vidros. As obras das retretes ficaram incompletas e as portas estão muito mal seguras.”⁷⁷⁵

Pelo ofício 100 envia 40\$00 “importância dos donativos que colhi nesta escola para a Assistência aos Tuberculosos. Pelo ofício 101 a professora Roa da Conceição comunicou ao Delegado Escolar:

“ Tenho a honra de comunicar a V. Ex.cia que durante a Semana das Colónias que se realizou de 26 de Abril a 1 de Maio, conforme a Circular enviada por V. Ex.cia em 12 de Abril do corrente ano fiz versar os meus trabalhos escolares principalmente os das classes mais adiantadas sobre o nosso Império de Além-Mar.

⁷⁷³ Ofício de 28 de Outubro de 1948.

⁷⁷⁴ Ofício de 2 de Dezembro de 1948.

⁷⁷⁵ Ofício de 14 de Dezembro de 1948.

Durante esses dias fui inculcando no espírito das crianças o amor e dedicação pelo nosso grandioso Império, esse património sagrado que nos foi legado pelos nossos antepassados e que nos fez grandes aos olhos de todo o mundo.

Disse-lhes que devíamos amar com carinho todas essas parcelas da pátria portuguesa, porque cada uma delas tinha sido regada com o generoso sangue dos portugueses. Que devíamos cultivar com amor as nossas Colónias Ultramarinas porque o seu solo fertilíssimo era duma riqueza incomparável .

Durante esses dias fui despertando nas crianças o interesse pelas nossas Colónias salientando a grandiosa e progressiva Colónia de Angola, essa Angola que foi descoberta por Diogo Cão e que comemora o tricentenário da sua restauração. Portugal está em festa porque sente jubilosamente a alegria dessa Restauração. Falei-lhes também dos nossos missionários esses obreiros da civilização cristã que levaram a cruz brilhante da fé a esses pobres gentios que nos estavam confiados, ensinando-os a amar a Deus e á Pátria.

Falei-lhes, também, no nosso governo que com tanta abnegação tem trabalhado para o Ressurgimento de Portugal. Nesse homem extraordinário Salazar que a Providência colocou à frente dos destinos da nossa Pátria há 20 anos dando-lhe paz e tranquilidade.”⁷⁷⁶

Seguem-se vários ofícios de carácter meramente administrativo até ao ofício 106 dirigido ao Director escolar:

“Para efeitos legais tenho a honra de comunicar a V. Ex.cia que, durante a semana da colónias que se realizou de 2 a 7 de Maio do corrente ano fiz versar os meus trabalhos escolares sobre o nosso Império de Além-Mar, mostrando às crianças de uma maneira clara e acessível o que foi e o que é o nosso grande Império Ultramarino inculcando-lhes o amor e a dedicação por esse património Sagrado que nos foi legado pelos nossos antepassados e que nos fez grands aos olhos de todo o mundo.

Destinei, especialmente, o dia seis, para dar aos meus alunos uma lição mais desenvolvida salientando-lhes a acção colonizadora dos portugueses que conseguiram arvorar a bandeira das Quinas em toda as partes do mundo na ânsia de dilatar a fé e o império.

Falei-lhes na acção dos nossos missionários esses humildes obreiros da civilização cristã que levaram a luz brilhante da Fé a esses pobres gentios que nos estavam confiados ensinando-lhes o amor de Deus e da Pátria. Falei-lhes da

⁷⁷⁶ Ofício de 8 de Maio de 1949.

figura brilhante do infante D. Henrique o fundador da nossa epopeia marítima que encerrando-se em sagres aí fundou uma escola donde partiram em grande número audazes navegadores que chegaram até aos confins do mundo em demanda de novas terras.

Lembrei-lhes também o esforço dos nossos reis principalmente D. João I, D. João II e D. Manuel e de tantos e tantos guerreiros que atestam a nossa glória de povo navegador e guerreiro.

Disse-lhes que as nossas Colónias eram terras muito férteis e que como cidadãos do futuro deveriam amar com carinho todos esses padacinhos da pátria Portuguesa trabalhar com esforço e dedicação para que Portugal através dos séculos continuasse a ser uma grande e próspera Nação.

Para terminar as crianças entusiasmadas entoaram a Portuguesa e deram vivas à Pátria e ao Estado Novo.”⁷⁷⁷

Novamente ofícios de carácter administrativo sobre assuntos correntes dos quais destacamos apenas o ofício 110:

“para cumprimento da circular de 26 do corrente enviada por V. Ex.cia venho participar-lhe que as instalações sanitárias da escola são rudimentaríssimas havendo apenas um pequeno fontenário para abastecimento da cantina que é propriedade de um dos beneméritos da escola. É de facto uma necessidade a exploração de água mais abundante de uma que possa abastecer toda a população escolar.”⁷⁷⁸

Esta “correspondência expedida” contém, ainda, um rascunho de um ofício dirigido ao Ex.mo Senhor Director do Distrito Escolar de Aveiro, dando-lhe conta de como decorreu a semana das Colónias que se realizou de 2 a 7 de Maio do corrente ano, conforme a Circular de 12 de Abril. O teor é semelhante aos anteriores e não tem número do ofício, nem data.

Pela análise destes documentos, podemos observar que professora Rosa da Conceição comporta-se como uma *alter ego* do regime. Cada “ofício” enviado, corresponde uma Circular das chefias, dando as suas ordens. O que a Professora Rosa da Conceição faz é obedecer, prontamente, não só executando o que lhe é pedido, mas

⁷⁷⁷ Ofício de 23 de Maio de 1950.

⁷⁷⁸ Ofício de 2 de Fevereiro de 1951.

solicitando a correção devida. Tudo isto na lógica clerical de que o chefe é que sabe, porque foi o escolhido pela Providência. É uma “apóstola” da “verdade do regime” sem questionar. É mais do que funcionária. É militante da mesma causa que apregoa.

Nas preleções que faz e submete à avaliação dos chefes, repete sempre o mesmo discurso para a mesma comemoração, sem originalidade, porque o que interessa é incutir o *habitus* nas crianças, como ela mesma refere e, por isso, há que repetir cem vezes a mensagem e envolvê-la de emocionalidade. Tudo é sacralizado, porque sacrifício para “salvar” a Pátria, corpo orgânico, onde estão inseridas todas as individualidades, numa ordem quase canónica. Na doutrina discursiva de Oliveira Salazar agora reproduzida pelas práticas da professora Rosa da Conceição, é toda a Nação a participar na sua salvação, através de sacrifícios redentores: as esmolas para os seminários, para os tuberculosos, para a Caixa Escolar, para as vítimas da guerra, para as crianças finlandesas, para o restauro dos monumentos nacionais que a professora promove e dinamiza.

Todos os alunos e seus familiares comungam das alegrias e tristezas do Governo, “salvador” da Pátria: alegram-se com a compra de bombardeiros de quatro motores à Alemanha, com o fracasso do “vil” atentado a Oliveira Salazar, alegram-se com o 10.º centenário da independência de Portugal e da batalha de Aljubarrota, rejubilam com a viagem do Presidente da República às colónias.

À falta de informações de vários quadrantes é a professora que reproduz as mensagens do regime. Mesmo que as míseras condições económicas das famílias rurais levem os pais a tirar os filhos da escola, para assegurar a subsistência dos outros irmãos, como reconhece a professora, tecem-se, sistematicamente loas ao Governo que, como enviado da Providência Divina, livrou Portugal da guerra e tudo providencia para que os portugueses sejam um povo alegre e feliz.

O conteúdo destes documentos inéditos que revelam as práticas dos professores primários da escola do Fundão, estão em sintonia e ilustram a exposição teórica que fizemos, do que era a escola do Estado Novo: a disciplinação de corpos e espíritos; o centralismo autoritário; o papel servil e obediente dos professores; a imposição de um código de comportamentos e atitudes; o enfeudamento, sem limites, às matrizes do Estado Novo.

A professora Rosa da Conceição é uma funcionária submissa cujo única racionalidade é conjecturar as melhores e mais eficazes maneiras de executar as ordens e pregar a “verdade do regime.” A sua missão é cumprir, religiosamente, tudo o que é pedido, ou solicitado e ainda pede desculpa se não o fez com toda a rapidez e perfeição exigida pelos chefes. Na missão de “pedintização” dá o exemplo e não o esconde.

Não obstante leccionar 4 classes diferentes e poucas faltas dar e até dispensar tempo das férias para gerir a cantina, nos seus relatórios finais, acha sempre que faz pouco. Tudo na boa lógica do regime e dos sacrifícios pedidos aos professores. A disciplina revelada, através dos officios da professora Rosa da Conceição para a tutela, é exemplar. O professor é um escravo do legal: O mote “para efeitos legais “encima todos os officios. O seu receio de tomar alguma decisão que não seja legal, é notório. Ela está absolutamente presa à legalidade e aos olhares do Delegado Escolar, Se relata algo, que lhe foi pedido, pede a fineza de a avisar se tiver alguma lacuna. Se manda as carteiras inutilizadas para combustível da cantina, pede desculpa se cometeu alguma ilegalidade. Se não leva todos os alunos a exame, penitencia-se junto dos chefes. É o exemplo da funcionária zelosa mas “humilde”, uma das “virtudes” que faziam parte dos comportamentos seminarísticos

As celebrações escolares seguiam os rituais litúrgicos e terminavam sempre com desfile junto à bandeira e vivas a Portugal e ao Governo. No fim, até havia peditórios para as intenções do Governo. A esmola estava institucionalizada, na escola salazarista: era a esmola dos beneméritos que era comemorada com uma sessão solene, em honra da Pátria; era a esmola das próprias professoras para o lanche das crianças pobrezinhas, ou para a caixa escolar; eram os míseros réis dos alunos para a restauração dos monumentos nacionais, que davam brilho a Portugal, aos olhos dos estrangeiros.

Durante estes três regimes, a escola primária do Pinhão esteve entregue a, praticamente, dois professores efectivos: José Maria Tavares Dias durante a Monarquia Constitucional e a Primeira República e a professora Rosa da Conceição, durante o Estado Novo.

São dois professores distintos que desempenham papéis distintos, consoante as políticas educativas de cada regime. O local é que é o mesmo: escola primária do Pinhão, freguesia do Pindello. O papel do professor é tanto mais importante, quanto mais as políticas educativas têm o pendor doutrinário e combativo de um *status quo*.

Foram os casos da Primeira República e sobretudo do Estado Novo. Neste caso específico da escola primária elementar do Pinhão, são dois professores que fazem de mediadores entre o sistema educativo instituído pelo regime e a comunidade, neste caso beirã e rural. Cada um desempenha um papel diferente. Quanto mais analfabeto é o povo e mais dependente das entidades políticas ou educativas, maior é a importância do professor. Cada regime apropria-se do papel do professor para transmitir as suas matrizes ideológicas.

A maior ou menor colaboração do professor, na educação política do povo, depende do seu grau de adesão aos princípios ideológicos do regime e do controlo inspectivo e administrativo, sobre a sua actuação educativa. Na Primeira República este controlo não era tão intensivo, como no Estado Novo. Na primeira República era, digamos, um controlo persuasivo, democrático. Não era acompanhado de mecanismos de sanção. Era doutrinal, mas laico, não dogmático, confessional. Era um sacerdócio laico e universalista em que cada um respondia pela sua consciência cívica

No Estado Novo, exige-se a vocação, a entrega e fiscaliza-se até à exaustão comportamentos e atitudes destes apóstolos e diaconizas. É um vocacionamento, à força. O professor adere como se essa fosse a sua verdade. E se não adere interiormente, cumpre na íntegra, mais não seja com receio das sanções. A espada de Dâmocles está sempre sobre a sua cabeça se não cumprir as ordens que são ditadas pelos chefes. É a lógica ditatorial em contraposição com a lógica democrática, tão escarnejada nos discursos de Salazar, que lhe chama “confusão”, “desordem”. Para de uma maneira mais comprometedora, aglutinar a ovelhas ao redil, arranjou um processo de comprometer os funcionários do Estado, nos combates do regime. Foi o juramento anticomunista, obrigatório e vinculativo.

O Professor José Maria Tavares Dias e a professora Rosa da Conceição são dois arquétipos de professores comprometidos com a sua escola e com os alunos. Um atravessa dois regimes e tem papel diferente em cada um. Na monarquia liberal representa o papel de funcionário zeloso, mas autónomo, que cumpre o seu dever, mas não adere a doutrina reformadoras ou mudanças. Acomoda-se e também não transgride. Sabe quais os seus deveres, tem carências de toda a ordem na escola e pede às autoridades escolares para remediá-las.

O novo regime da Primeira República é proclamado, ao arripio das suas convicções, requerendo mudanças de atitudes e métodos pedagógicos. Ele continua a ser o mesmo funcionário, como era antes. Embora sem militância política manifesta, nas suas práticas actua como político conservador, opondo-se a tudo o que seja mudar doutrinas ou métodos pedagógicos. Não se entusiasma com os convites, quase paternais, do Sub-inspector e do próprio Ministro da Instrução e procura fazer tudo como dantes. O regime que é democrático não tem armas para o demover, porque, também, o professor não transgride nos seus deveres essenciais. O professor José Maria Tavares Dias também se ruralizou, de acordo com o contexto em que vive. O regime queria fazer dos professores primários, sacerdotes do progresso, mas ele mantém-se fiel à sua rotina de funcionário e não só não colabora, como se torna adversário político. Deste modo, não podem contar com ele para operar as mudanças de mentalidades preconizadas pelas políticas educativas da Primeira República.

A professora Rosa da Conceição, pelo contrário, é a diaconiza⁷⁷⁹ do regime, a apóstola obediente, submissa que se coloca nas mãos dos superiores, à guisa de obediência canónica e a eles tudo submete: os pensamentos e palavras traduzidos em discursos inflamados, perante os alunos e seus familiares, os procedimentos e atitudes.

È a professora ideal da Ditadura Nacional que apregoa e leva até às famílias dos alunos a “verdade” oficial do regime. Os seus discursos são decalcados à letra *sine glossa* dos discursos oficiais. Apregoa que a missão dos portugueses, no mundo foi levar a sua superior civilização espiritual, aos povos mais atrasados, com grandes sacrifícios de navegantes e missionários.

Tudo na professora Rosa da Conceição é disciplinado. Tudo é conforme as ordens dos chefes. Talvez por essa razão, revela-se uma professora insegura. Nos relatórios finais do ano lectivo, começa por afirmar no seu trabalho deu o máximo, mas não foi suficiente. A sua preocupação resume-se em não transgredir e estar em conformidade. Não tem pejo em afirmar que nem férias tem para gerir a cantina. Se há uma celebração, deixa o seu descanso e vem como diaconiza/ apóstolica. Não sabemos da sua relação com os alunos, mas podemos supor que estes eram disciplinados, tal como a professora: A “Bem da Nação”.

⁷⁷⁹ Diaconiza porque não tem autonomia canónica e ajuda o sacerdote. Além disso, tem de submeter os seus discursos ao beneplácito do celebrante.

Com a professora Rosa da Conceição, a escola primária do Pinhão cumpria, maravilhosamente bem o seu papel na missão salvífica de “salvar” a pátria e estava em conformidade com o estatuído, ao contrário do professor da Primeira República que não era tão pressuroso, no cumprimento das recomendações. Finalmente, como amostra do comprometimento da escola com os responsáveis políticos, a professora Rosa da Conceição tem de apresentar todas as suas palestras alusivas às celebrações aos responsáveis pela fiscalização doutrinária: o Delegado do distrito escolar e o presidente da União Nacional.

A importância destes documentos, para o nosso trabalho, parece-nos evidente: estes documentos embora não sejam retratos a corpo inteiro de uma escola primária são *flashes* prolongados com mais ou menos duração, mas nunca menos de oito anos em cada regime. Na Ditadura Nacional estes *flashes* são ainda mais prolongados. Através da sua leitura e análise, se deduz que a escola primária tinha mandatos educativos, diferentes, consoante os diversos regimes. Embora na monarquia constitucional imperasse, como matriz basilar da escola primária, a tradição católica e o amor à Pátria, a Oliveira Salazar não agradava este regresso à pátria monárquica dos seus avós, eivada de ideias liberais. A sua ambição era regredir mais ainda no tempo e regressar à monarquia absoluta do século XVII, pois considerava esse *status quo* mais consentâneo com a sua noção de Nação portuguesa de raiz e tradição católica feita de heróis e de santos.

O espaço e o tempo em que é preparada construída e realizada a “missão” pedagógica de “salvar” a pátria de Oliveira Salazar é coincidente com a data em que se situam estes documentos. Aliás, o início destes documentos dista apenas três anos, antes do nascimento de Salazar. Depois a “correspondência recebida” acompanha o seu trajecto vivencial, terminando, quando Oliveira Salazar na qualidade de dirigente católico se começa a afirmar - 1920. A “Correspondência expedida”, embora com alguns hiatos temporais, termina quando Oliveira Salazar entra na fase aguda da sua missão - a luta pela permanência

Se a desordem de que fala Oliveira Salazar, nos seus discursos, fosse entendida como a falta de acompanhamento da tutela e a conseqüente demissão dos professores dos seus deveres para com os seus alunos e a comunidade, durante a Monarquia Constitucional e a Primeira República, esta avaliação falharia rotundamente e não corresponderia à verdade, pelos documentos que estamos a analisar, da escola

primária do Pinhão. A “correspondência expedida” e a “correspondência emitida” da e para a escola primária do Pinhão, demonstra que a escola do Pinhão para desempenhar a sua função social, era bem acompanhada pela inspecção que a mantinha a par da situação política, mais sentida pelo governo e dos avanços pedagógicos da época, dando aos professores a oportunidade de uma formação contínua e continuada que eles tanto precisavam.

Na Primeira República, aliás, como na Monarquia Constitucional, os compêndios dos alunos têm de ser aprovados, oficialmente, mas as exigências não passam daí. No Estado Novo, até os cadernos, sebatas e todo o material didáctico que o professor pudesse adquirir, tinha de ser inspeccionado.

A “desordem” de que falava Oliveira Salazar não era a desordem pública das escolas primárias pela falta de recomendações, no cumprimento dos normativos, nas escolas. Oliveira Salazar falava da ordem confessional, divergente da ordem natural das coisas. Falava da ordem apregoada por Santo Agostinho e que colocava tudo sob a alçada do Criador, princípio e fim de todo o criado. Esta ordem institucional vigorou na Monarquia Constitucional, mas não fazia parte do vocabulário dos governantes da Primeira República que tentavam combatê-la em todas as frentes, inclusive na escola primária elementar do Pinhão, freguesia do Pindello.

A Primeira República propunha-se mudar, radicalmente, a escola primária do Pinhão. A escola até 1910, ligada à tutela, apenas por questões burocrático - administrativas, ganha um outro estatuto de oficina de civilidade, onde não cabem doutrinas dogmáticas confessionais, mas onde o professor primário prepara os futuros cidadãos livres. Sistemáticamente, não tanto em jeito de imposições em que o enumerado de sanções é aposta aos normativos, mas em jeito de recomendações e conselhos, o professor vai sendo informado, ou pelo Inspector do Círculo, ou pelo Administrador, e, até, pelo Ministro da Instrução Pública das mudanças legais, sobretudo naquelas que dizem, directamente, respeito à escola.

Juntamente com as questões administrativas, a escola primária do Pinhão vai sendo informada do novo calendário nacional, da proibição do ensino da moral católica, das festas especificamente criadas pela Primeira República, das melhores práticas pedagógicas e do papel que lhe cabe na formação militar dos mancebos dos 12 aos 15 anos. Durante 10 anos, período que vai da implantação da Primeira República

portuguesa, até ao fim da “correspondência recebida “ a escola, até aí quase esquecida, vai sendo convidada a aderir ao novo modelo político, social e cultural, participando nos principais eventos, criados pela Primeira República. Algumas Circulares, sobretudo as questões enviadas ao professor, durante o tempo em que João de Barros⁷⁸⁰ exerce as funções de Director Geral da Instrução Pública, são autênticos tratados pedagógicos, ministrando ao professor todas as informações pedagógica e didácticas para que as iniciativas requeridas, tenham sucesso. Assim acontece, por exemplo, na explicação da Portaria sobre os passeios escolares. Confiam, sempre que o professor as vai cumprir com toda a consciência e dever cívico. Falta-nos o *feed -back* desta acção educativa em novos moldes, na escola do Pinhão da parte do professor. Cruzámos os dados da “Correspondência expedida” com estes e algumas vezes vislumbramos as dificuldades em por em prática todas as recomendações da tutela. Contudo, transparece que recomendações não faltam. Preocupação em que os alunos adiram aos novos ideais, também não. A escola primária do Pinhão, nem era desordenada, nem indisciplinada, nem andava fora do controlo das autoridades políticas e educativas. Os ideais transformados em matrizes educativas é que eram diferentes. Podia haver carências de outra ordem e já vimos nos equipamentos, escolares e dispositivos pedagógicos, mas, carência de formação e doutrinação e incentivos ao cumprimento do normativo por parte da tutela não houve nesta Escola Primária do Pinhão.

A única reacção de que nos dá conta o professor, é a rejeição e chacota que os mancebos têm à instrução militar obrigatória, ministrada pelo professor, ao domingo. O próprio professor, face a estas reacções, procura esquivar-se ao cumprimento do estabelecido, apontando o exemplo de outros colegas.

Sendo três regimes a impor as suas políticas educativas, na escola primária do Pinhão, na Monarquia Constitucional não se impõe qualquer doutrina, nem política educativa. Limita-se a gerir a escola, administrativamente, sem os necessários recursos

⁷⁸⁰ João de Barros (1881- 1960), ilustre pedagogo republicano escreveu em 1916, *Educação e Democracia*, Lisboa, Ed. P. Bordalo Pinheiro/Liv. Profissional e *Educação Republicana*. Lisboa, Aillaud & Bertrand.

Na *Educação e Democracia* trata além de outros os seguintes temas:

- O valor da Educação Cívica nas Modernas Democracias;
- Saber ler, escrever e contar;
- O carácter;
- Educação nacionalizadora;
- O canto escolar.

Cfr. Meireles Coelho, C., *Educação no século XX (de 1901 a 1945), Cronologia e Documentos*, Departamento de Ciências de Educação, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2000, pp. 91- 99.

económicos, até 1902. Com a reforma do ensino primário de Hintze Ribeiro são criados os círculos e os respectivos inspectores de círculo. Contudo, à parte um ou outro conselho paternal de conveniência, a escola continua ao arbítrio do professor que se vê a braços com carências de toda a ordem, pedindo à tutela que as supra, mas esta não tem meios económicos para o fazer.

No regime da Primeira República, há a vontade de transformar a escola e a educação, de banir todo o dogmatismo e formar cidadãos com espírito universalista e um forte amor à Pátria, entendida como território real que é preciso defender com homens sadios e militarmente preparados.

O que separava estas duas políticas educativas ? Eram as incompatibilidades advinentes de duas mundividências opostas. Tinham pontos em comum: fomentar amor à Pátria, criar uma raça sábia, através da ministração da instrução militar, fazer das escolas pólos de erradiação das respectivas matrizes e dos professores arautos destes ideários, junto das famílias dos alunos.

Uma barreira quase intransponível interpunha-se entre eles: a barreira confessional. Enquanto Oliveira Salazar se propõe “salvar” a Pátria regressando às matrizes tradicionais católicas, a Primeira República propunha-se quebrar o que entendia serem os grilhões do fanatismo e servidão do povo. Mas, para além da diversidade de princípios, havia práticas educativas comuns: o recurso aos benfeitores é comum aos três os regimes, como se a função de ensinar fosse unicamente da responsabilidade do Povo e não dos poderes políticos.

No Estado Novo, a beneficência, rebaptizada de caridade, é reforçada e inculcada, como virtude a praticar, assim como a comparticipação monetária obrigatória das crianças e professores, para a saúde pública e dispositivos pedagógicos estandardizadas, para os mais necessitados. Embora nos dois regimes anteriores houvesse ordem e disciplina, na escola primária do Pinhão, com o Estado Novo, foram inculcados, sistematicamente, hábitos de obediência, disciplinação e amor à Pátria e veneração aos governantes. Estes princípios são transformados em rituais, a escola em capela da patriolatria e imperiolatria, e o património nacional entronizado. Tudo é medido, tudo é controlado: edifício, mobiliário, decoração e adereços, comportamentos e atitudes dos actores sociais. O professor dá conta, meticulosamente, no fim do ano lectivo, através de um “Relatório” final, de tudo o que lhe foi imposto pelas tutelas:

números do sucesso e insucesso escolar; razões circunstanciadas do insucesso, porque a professora, também é penalizada pelo deficiente aproveitamento dos alunos⁷⁸¹ e avaliada pela quantidade de alunos que realizam com sucesso o exame de admissão aos liceus;⁷⁸² rituais de doutrinação; celebrações patrióticas; conteúdo dos discursos pronunciados; número e estatuto social dos participantes.

Como imposição, repete-se de ano para ano, tantas vezes com os mesmos dizeres. Entra no hábito, de ano para ano. A professora Rosa da Conceição repete-se, sem questionar. Aliás, obedece-se às imposições da tutela, sem questionar, nesta escola primária do Pinhão. Não importa se há condições de aprendizagem, se as turmas são demasiado grandes. Pode constatar-se, mas cumprem-se, religiosamente, os conteúdos das Circulares dimanadas da tutela, que são citadas a todo o momento e sempre com as sanções, à vista, para os refractários.

O controlo administrativo também é apertado. Faltas, licenças, tudo é controlado e a inspecção não dialoga, mas tudo vê. São os olhos do sistema para punir os transgressores. A seguir vêm os rituais de celebração e doutrinação dos principais eventos nacionais, entre os quais está a exaltação dos governantes e a comemoração das datas históricas seleccionadas e sacralizadas pelo regime. Tudo é celebrado na escola com fins educativos e para a memória futura dos vindouros. Até a compra de bombardeiros para a aviação nacional. Interessa é participar, porque essa participação vinca o *habitus* e a palavra, sem obras, é falaciosa. A professora tem de levar, pelo menos, três quartos dos alunos a exame, no cumprimento dos objectivos estatísticos do regime. Mas, ao mesmo tempo e, sobretudo, inculcar-lhes a semente das virtudes patrióticas, para serem bons amantes de Deus e da Pátria e fortalecerem o carácter com sacrifícios.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Anexo 1, documentos inéditos, editados em livro à parte.

- “REGISTO GERAL DE MATRÍCULA NAS ESCOLAS ELEMENTARES”, Modelo B, de 20 de Novembro de 1896, a 1 de Junho de 1904.

⁷⁸¹ Alínea c) do art.º 168 do Decreto n.º 22369 de 30/3/933.

⁷⁸² Circular n.º 36 de 16/12/1940.

- “CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA” pelas mesmas professores dos mesmos organismos tutelares de 12 de Julho de 1898, a 15 de Novembro de 1921;
- “CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA” pelos vários professores dessa escola para as respectivas tutelas regionais da instrução primária, desde 12 de Outubro de 1897, a 4 de Março de 1952, embora com alguns espaços temporais por preencher.

MADEIRA BÁRBARA, A. (s.d.), *Subsídios para o estudo da Educação em Portugal da Reforma Pombalina à 1.ª República, Textos de Ciências de Educação/2*, Lisboa, Assírio e Alvim.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA- GERAL, *Reformas do Ensino em Portugal, 1900- 1910*, Tomo I, vol. IV, 1.ª Parte, Doc. 14.

CAPÍTULO ONZE: AS PRÁTICAS EDUCATIVAS RELATADAS PELOS PRÓPRIOS PROFESSORES	507
1. O OLHAR DE TRÊS PROFESSORES SOBRE A ESCOLA DO ESTADO NOVO.....	507
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	517

CAPÍTULO ONZE: AS PRÁTICAS EDUCATIVAS RELATADAS PELOS PRÓPRIOS PROFESSORES

1. O OLHAR DE TRÊS PROFESSORES SOBRE A ESCOLA DO ESTADO NOVO

Não é a primeira vez que os professores do ensino elementar primário⁷⁸³ são chamados a dar o seu testemunho pessoal sobre a escola e como punham em prática as políticas educativas do Estado Novo. São muitos os testemunhos que foram recolhidos e aproveitados para investigações académicas.⁷⁸⁴

No nosso trabalho, procurámos ouvi-los, para darem o seu testemunho sobre a escola onde exerceram funções, sobre a maior ou menor dificuldade em as doutrinas educativas que lhes impunha o regime do Estado Novo. Não se trata de um trabalho, baseado no testemunho dos professores. Trata-se da “missão” pedagógica de Oliveira Salazar e das estratégias utilizadas para o seu rigoroso cumprimento na escola. Essa doutrina tinha de ser ministrada pelos professores, alguns deles vindos da Primeira República com formação e práticas diferentes, onde o professor era solicitado a participar activamente na “nova educação” republicana e agora lhe eram impostos códigos de comportamentos de raiz seminarística.

Como reagiram os professores? Que estratégias utilizaram para se furtarem a este dispositivo rígido de centralização normativa? Permaneceram dóceis e passivos, ou assumiram situações de confronto? No quotidiano, como se teciam as relações com as personalidades da tutela? Haveria igualdade de tratamento ou funcionavam as macro e micro influências sociais e políticas?

As eventuais respostas não se encontra num estudo teórico do sistema escolar salazarista e, contudo, têm grande interesse⁷⁸⁵ para conhecer os êxitos ou fracassos desta “missão” pedagógica. A primeira questão com que nos confrontámos foi sobre o modelo de entrevista e o tipo de pessoas a entrevistar. Quanto ao modelo de entrevista poderíamos escolher a entrevista mais ou menos estruturada. Preferimos lançar uma questão genérica e deixar os nossos interlocutores dissertarem sobre as experiências, no

⁷⁸³ Dizemos ensino elementar primário porque esse nível de instrução foi apelidado de vários modos e teve diversas formas. Na Monarquia Constitucional era o ensino elementar primário. Na Primeira República teve vários graus: ensino primário elementar, ensino primário complementar e ensino primário superior.

⁷⁸⁴ De entre eles, podemos citar (Araújo, 1949).

⁷⁸⁵ A importância destes testemunhos orais no domínio da história da educação “como fonte insubstituível, nomeadamente no que se refere às vivências educativas e escolares” é realçada por (Nóvoa, 1992: 542).

que mais lhes aprouvesse, correndo o risco assumido de alguma dispersão de assuntos. Preferir a entrevista formal e muito estruturada, em pessoas de avançada idade, seria arriscar que as suas vivências aparecessem truncadas e não pela ordem de importância que os entrevistados lhe dão.

Se é certo que a entrevista intensiva é menos direccionada, também é verdade que lançando apenas uma questão e deixando o interlocutor falar sobre o vivido que mais o impressionou, porque mais lhe ficou na memória, deixamos que as vivências fluam, naturalmente, sem entraves ou cortes artificiais. Neste caso singular resolvemos apenas colocar uma questão a cada professor. Trata-se, repetimos, de professores de idade avançada, indisponíveis para gravações, limitando-se, apenas, a assinar as entrevistas “para fins académicos”.

O contacto e a escolha foi aleatória. Questionámos alguns professores do 1.º ciclo em exercício se conheciam algum colega aposentado disponível e eles deram-nos alguns contactos. Tudo simples e sem grandes rodeios. Sempre que se falava de trabalho académico, alguns escusavam-se. Das pessoas contactadas,⁷⁸⁶ conseguimos abordar um casal de professores do ensino primário:

- Professora Marta que nasceu no Brasil em 02/08/1927 e entrou para a Escola do Magistério Primário de Lisboa, em 1946. Foi professora agregada em Orjariça - Torres Vedras e trabalhou, como professora do quadro geral, em Várzea do Douro - Marco de Canavezes. Em 1950, foi transferida como professora agregada para a escola n.º 76 do Carvalhido- Porto, Escola n.º 54 em Santo Ildefonso- Porto; Escola n.º 65 das Devesas- Vila Nova de Gaia; Escola da Serra do Pilar- Vila Nova de Gaia. Em 1953, foi colocada com professora do quadro geral na escola da Afurada – Vila Nova de Gaia, tendo sido transferida para a escola n.º 16 do Bonfim – Porto em 1955. Nesta escola permaneceu, até 1960. Em 1960 foi colocada na escola n.º 38 de Paranhos - Porto, onde exerceu as funções de Directora da escola, onde permaneceu, até se aposentar.

- Professor Leão nasceu em 19/10/1914. Fez o liceu completo nos Colégios da Companhia de Jesus: La Guardia – Galiza, em 10/01/1927; Colégio das Caldinhas em 10/01/1933. Terminou o curso complementar de Letras em 16/06/1934 e entrou para a Escola do Magistério Primário do Porto, em 16/09/1936, tendo concluído os três anos de ensino, nessa escola, em 14/03/1939: Iniciou a sua actividade profissional, como

⁷⁸⁶ Estes entrevistados apresentam-se sob anonimato.

professor do ensino primário, em Gondalães em 02/03/1941. Pediu licença ilimitada para iniciar a sua actividade, como editor de livros escolares, na Livraria Educação Nacional, a 07/01/1946, onde permaneceu, até 1984. Juntamente com outro autor, publicou alguns compêndios únicos. Em simultâneo, exerceu funções de professor do Magistério Primário do Porto, de 02/12/1960, até ao final do ano de 1974. Reformou-se com 70 anos de idade.

E um professor clandestinamente opositor ao regime do Estado Novo:

- O professor Francisco, nasceu em Gontinhães (hoje Vila Praia de Âncora), em 4 de Maio de 1922. Exerceu as funções de professor do Ensino Primário de 1941 a 1945. Tirou, depois, o curso de farmacêutico, profissão que exerceu desde 1950. Militou, sempre na oposição democrática à Ditadura, tomando parte activa em todas as campanhas da oposição. Os testemunhos destes três professores, é importante na medida em que traduzem através do vivido, alguns olhares de professores sobre um sistema escolar hermético e fortemente centralizado.

Trata-se de três entrevistas em que uma, a da professora Marta contou, também, com a presença do marido. Ela própria o solicitou e achamos que ganhou em vivacidade, por poder ser completada a sua memória com as recordações mútuas e vividas em comum. Como tiveram um percurso profissional conjunto, têm muitas experiências afins, o que aviva a memória. O professor Leão teve experiências mais diversificadas em várias áreas do ensino.

Quanto ao professor Francisco o caso era diferente. Os opositores por tradição familiar, ou por convicção política como era o caso do outro nosso entrevistado, ou se calavam, ou eram perseguidos, sem piedade. Enquanto exerceu as funções de professor primário, conseguiu arranjar estratégias para não cumprir os normativos, mesmo os mais exigentes. São, pensamos nós, três testemunhos que pela sua diversidade, franqueza e frontalidade nos dão uma visão mais abrangente das práticas dos professores e como a disciplinação e a rigidez dos normativos podia ser ludibriada, mesmo com tantos agentes a efectuarem a sua vigilância e controlo.

A escola, uma das instituições que Oliveira Salazar instrumentalizou para levar a cabo a sua “missão“ pedagógica, não podia doutrinar as novas gerações, sem a total colaboração os professores. O regime exigiu-lhes que de “fatores do progresso” passassem a apóstolos catequistas:

“Quanto à catequese, arranjava-se um padre para a dar. Eu nunca dei. Se houvesse padre, não havia obrigatoriedade de eu a dar. Só era obrigado a dar, na medida em que era preciso explicar as lições. No fundo, era também catequista. Uma Catequese, assim, *sui generis*” (professor Leão).

Para continuar a ser a “oficina das almas” os currículos tinham de ser sacralizados e aplicados *ipsis verbis*, sob o signo da autoridade fiscalizadora. Na escola do Estado Novo normativos emanados da Administração Central regulamentavam até ao pormenor a vida da escola, dos alunos e professores: “Nós na escola tínhamos livros que nos enviavam com as regras todas que tínhamos de cumprir” (professora Marta).

A competência dos professores era medida, pela obediência e conformidade, na reprodução das decisões políticas centralizadas - as políticas educativas coerentes com essa “missão”.

O professor Leão, ex-docente da escola do Magistério Primário do Porto dá-nos um retrato dessa escola de formação de professores do ensino primário, quer no tempo em que tirou o seu curso: “Quanto a princípios pedagógicos, na escola do Magistério, onde tirei o curso, não havia nada definido, assim, propriamente, porque os que lá ensinavam eram todos fiéis” (professor Leão); quer do tempo em que exerceu funções de professor na mesma escola:

“No Magistério, perdia-se muito tempo com definições e dava-se apontamentos. Quanto a livros, não havia nada de especial. Havia alguma coisa de edições brasileiras sobre a Escola Nova. Não proibiam esses livros, sobre a Escola Nova, mas ninguém os seguia. Havia era fala de professores. Os professores arranjavam-se, assim, sem ser por concurso, nem nada. Quanto a competência, não havia assim grande coisa!. (...) Sobre o Estado Novo, não havia disciplinas. Historiavam um bocado sobre Rousseau, os princípios então vigentes, a religião católica.... No fundo, a filosofia, é claro, sofria uma selecção. Havia um certo receio dos princípios vigentes que se encontravam nos próprios livros únicos, textos onde figurava a moral e os princípios religiosos. Esses textos estão inseridos nos livros da 1.ª classe e da 2.ª classe. Era a doutrina oficial. Nas escolas adoptavam-se aqueles livros. Era uma imposição. Não se podia adoptar outros (professor Leão).

“A doutrina lá, era a doutrina toda da igreja. No fundo, a moral que davam, era uma moral religiosa. A acção do professor tinha que estar dentro

desse espírito. Caso contrário, podia sofrer as consequências que no melhor dos casos era ir para a rua” (professor Leão).

“Enquanto estive como professor do Magistério, a parte da Didáctica não dava muito para meter ideologias. Na Pedagogia, talvez. Aqui em Portugal, era a miséria das misérias. Nessa altura havia boas edições, publicadas no Brasil que serviam de bibliografia. Mas elas, praticamente não existiam, nas livrarias.

“Propositadamente, não nos davam indicações sobre livros, nem aconselhavam obras que realmente tivessem valia. Tinham conseguido arranjar palha para fazer um programa específico especial, lá das escolas do Magistério. Acresce que tinham medo que o aluno se ilustrasse e arranjasse conhecimentos e pudesse fazer sombra, ao dar uma aula. Era ouvir o professor a expor: *papagaio que começa a cantar*” (professor Leão).

“Eu preocupei-me mais com a parte técnica e desvinculava-me da ideologia. A parte da ideologia preponderava e a parte científica, descuidava-se. Preocupavam-se com a parte ideológica e descuravam a científica. Era a moral, os costumes, era o ser bom e portar-se bem ” (professor Leão).

O professor Francisco, opositor ao regime corrobora esta descrição da escola do Magistério Primário onde se formou:

“Durante o estágio, a nossa preparação era para os professores transmitirem a política de Salazar. Obviamente que essa política estava expressa na Trilogia Deus, Pátria e Família. Punha a tónica na família, como sendo um grupo natural – célula social irreduzível, núcleo originário da freguesia, do município e da Nação ” (professor Francisco).

Estes códigos de comportamentos e condutas instituídos pelo regime, deviam depois ser aplicados no dia a dia do professor, à semelhança da escola seminarista:

“Tudo separado: gabinetes de professores e tudo. Para a cantina vinha a sopa da Legião Portuguesa e o óleo fígado de bacalhau. Eu era a directora da feminina e o Sr. Borges era o director da masculina e estávamos completamente isolados (...) Nem isso era em comum. Até na cantina, nunca iam ao mesmo tempo Ela tinha duas portas: uma para a masculina e outra para a feminina. Primeiro iam os rapazes. Depois da porta fechada, iam as raparigas. Isto durou até 1968.

Recebíamos muitas Circulares. Vinham umas para a masculina e outras para a feminina”(professora Marta).

A escola era uma agência do poder autoritário⁷⁸⁷ e acompanhava a formação escolar das gerações mais novas. Pretendia o regime que, sincronizada com a família, moldasse os comportamentos e atitudes dos jovens, pelos princípios morais da tradição católica.⁷⁸⁸ Sem outras instâncias de socialização concorrente, era a escola, sob a alçada espiritual da Igreja Católica, que desde a escola primária ao ensino liceal ministrava os quadros conceptuais:

“Também tinha “Moral”. Eram as freiras que iam ao Liceu dar a aula de Moral. Na escola primária eram as professoras que a davam. Era assim: se a freguesia tinha padres ou freiras disponíveis iam dar a moral, à escola. Mas nunca chegavam para as escolas todas. Então as professoras tinham o livro e davam pelo livro” (professora Mara).

Estes quadros conceptuais eram assimilados, através de rituais transformados no quotidiano, em rotinas- *habitus*.⁷⁸⁹ Quem não adería era considerado *persona non grata*:

“Frequentei o liceu de 1932 a 1940. A situação política fascista já se fazia notar, nessa altura, embora se tivesse agravado na altura da guerra de Espanha 1936-1939. Durante a frequência do Liceu eu e mais 4 alunos não estávamos inscritos na Mocidade Portuguesa e éramos postos fora do Liceu à hora dos exercícios da Mocidade Portuguesa. Eram exercícios vários, entre eles a ginástica , etc.

Não estava inscrito na Mocidade Portuguesa porque o meu pai não concordava com a política do governo, tendo por isso mais tarde sofrido retaliações, repressões... O meu pai era republicano e esteve preso no Aljube do Porto 40 dias, porque um oficial galego do exército espanhol denunciou-o

⁷⁸⁷ “O poder que dá o saber, destrói o saber; muda a verdade em dogma e o pensador em censor”(Reboul, *apud* Pedro, 2002: 68)

⁷⁸⁸ O lema da Sagrada Família era constantemente citado, como exemplo a seguir: “Jesus era-lhes obedientes” (*Livro de Leitura da 3.ª Classe*, 1958: 192).

⁷⁸⁹ Para Durkheim o *habitus* era uma disposição permanente, geral e generalizada para adoptar uma certa atitude (...) A escola tem por papel transmitir *habitus* cultivados (Lagneau, *apud* Pedro, *ibid.*: 234).

injustamente, como comunista (ainda tenho em minha posse a cópia da denúncia)” (professor Francisco).

A memorização repetitiva dos nomes dos heróis da Pátria, a presença omnipresente do crucifixo, ladeado pelos retratos de Salazar e do Presidente da República, são mecanismos de imposição de uma identidade social e colectiva. Na família, como na escola, nada era deixado à iniciativa individual. Tudo era regrado, tudo era medido:

“Nas escolas havia o princípio de obediência, para professores e alunos. Éramos obrigados a seguir o programa e aquela doutrina. Tínhamos que ensinar o hino nacional e aquelas canções patrióticas do Ultramar que havia na altura. Eu dava canto coral, às meninas” (professora Marta).

Ao contrário da teoria pedagógica da Primeira República que atribuía à escola um papel de promoção social e cívico, na escola salazarista o papel principal era de formação/ educação, no sentido de doutrinador e apenas complementarmente, uma instância de instrução. Nunca uma instância livre de construção de saberes.⁷⁹⁰

A construção do homem novo, segundo a “missão” pedagógica de Oliveira Salazar, exigia novos modelos que apontassem o caminho, a seguir, às novas gerações; um novo corpo de professores, totalmente dedicados à causa – uma profissão sacerdócio e um novo rumo para o sistema educativo da Primeira República.

“Quando fui para o Magistério Primário, não era qualquer pessoa que entrava lá. Era feita a selecção, na base do comportamento moral e da obediência ao regime. Quem presidia à selecção era um padre, um tal Almeida. Eram muito rigorosos, nem se podia namorar, enquanto lá se andava. Se eles soubessem que A namorava com B, estava arrumado. O padre não era o director, mas era o controlador” (professora Marta).

⁷⁹⁰ “ A hipótese aqui apresentada é a de que o Estado Novo estava empenhado numa política geral de estagnação educativa” (Mónica, *ibid.*: 39).

Os eventos simbólicos, as festas, os rituais eram traduções e referências históricas mitizadas. Eram instrumentos de doutrinação, ao mesmo tempo patriótica e de moral cristã. Os dois estavam associados e era difícil distinguir, onde acabava um e começava o outro.⁷⁹¹

As festas escolares promovidas pelos normativos oficiais celebravam o fantasioso histórico em que o mito se sobrepunha e até deturpava a História.⁷⁹² Todo o contexto humano e terrenal era retirado, como convinha a modelos educativos. Era preciso criar espaços e tempos sagrados, desfasados da realidade quotidiana, para incentivar as virtudes de obediência, conformidade, respeito à autoridade hierocratizada. Só ela sabia qual o melhor para os portugueses; só ela sabia ler os acontecimentos internacionais; só ela podia salvar do abismo.⁷⁹³

Este trabalho pedagógico tinha um âmbito espacial ambicioso, a pátria una e indivisível que, no pensamento de Oliveira Salazar, compreendia todos os portugueses daquém e além fronteiras geográficas: Portugal continental insular e colonial; os quatro cantos do mundo onde houvesse portugueses emigrados.⁷⁹⁴

Dos três testemunhos que colhemos há comportamentos diversificados. Há os que cumprem e fazem cumprir, sem regatear, porque assimilaram esses princípios durante a sua formação rígida para professores a sua adesão era tácita e submissa e procuravam acomodar-se ao sistema. É o caso do nosso entrevistado, professor Leão: “eu não notava grande pressão. Porque, evidentemente, ela estava de acordo com a minha educação, no Colégio” (professor Leão) e de sua esposa, professora Gilda:

⁷⁹¹ “Queremos que a família e a escola imprimam nas almas em formação, de modo que não se apaguem aqueles altos e nobres sentimentos que distinguem a nossa civilização e profundo amor à sua Pátria, como o dos que a fizeram e pelos séculos fora a engrandeceram” (Salazar, 1935: 309)

⁷⁹² A partir de 1936, foi-se afirmando um novo modelo de entendimento da sociedade, resultado da acção conjunta dos novos programas de história, dos examinadores dos compêndios, dos autores dos livros únicos e dos responsáveis políticos pela educação (Carvalho, *ibid.*: 147).

⁷⁹³ “Este modelo de legitimação ideológica do regime aproximava-se das seis estratégias defendidas por J. B. Tompson e citadas por Terry Eagleton (1996: 5): *promovendo* as próprias crenças e valores, *naturalizando-as*; *universalizando-as* de modo a torná-las evidentes e aparentemente inevitáveis, *denegrindo* as ideias que as podem desafiar, *excluindo* as formas de pensamento rivais e *obscurecendo* a realidade social, de um modo que lhe seja conveniente” (Carvalho, *ibid.*).

⁷⁹⁴ Cf. por exemplo o Decreto n.º 14.694, publicado no Diário do Governo n.º 271, 1ª série, de 8-12-1927 que diz textualmente: “A Escola D. Nuno Álvares Pereira do Rio de Janeiro e a Escola Portuguesa do Ateneu, de Fall River (Massachusetts) são para todos os efeitos consideradas escolas primárias da República Portuguesa (...) . Fica revogada a legislação em contrário”.

“Havia uns livros com essa legislação toda. Eu, como directora, tinha de fazer cumprir todas as informações que chegavam, à escola, através das Circulares. Tínhamos, também, reuniões a nível de zona, com inspectores e onde estavam presentes os directores das escolas da zona, todos. Nessas reuniões mensais, eles esclareciam-nos e davam-nos instruções sobre o que fazer” (professora Marta).

Quando se tratava de conseguir algum empenho e ou se viam em dificuldades, recorria-se a familiares de ministros ou a pessoas influentes para conseguire os seus intentos:

“Depois disso, consegui que criassem um lugar nas “Florinhas do Lar” que é aquela escola de freiras, mesmo em frente à escola do Magistério, na rua da Escola Normal. Ele, o meu marido tinha uma irmã nessa confraria (professora Marta).

O professor Leão interveio, para complementar:

Consegui que criassem um lugar, mas custou muito, porque o Veiga de Macedo torpedeou tudo. Ele era Subsecretário de Estado da Educação. O que valeu é que eu era amigo do sogro dele. Depois, ele foi para Ministro das Corporações.

A professora Marta continuou:

Nessa altura havia uma lei que sendo as “Florinhas do Lar” uma instituição religiosa particular e mobilando e arranjando uma sala, tinham o direito a indicar uma pessoa para esse lugar.

Novamente o professor Leão:

Só que o Veiga de Macedo tinha um pedido dum médico especialista conhecido e quis forçar as freiras a pôr de parte a minha mulher e satisfazer o pedido dele”.

Essa influências eram não só para assuntos domésticos, mas também para obter a aprovação de livros únicos:

Intervenção do professor Leão:

“Eu, por acaso, fiz uma selecta com textos, dentro da ideologia, para adultos. Na altura, de leitura para adultos, não havia nada. Ora, como o Veiga de Macedo estava ligado a outra livraria, nunca despachava” (professor Leão).

E confessa a rede de interesses que atravessava a aparente rigidez dos serviços de censura do regime:

“Não estava definido verdadeiramente, mas entravam, também, os inspectores nesta selecção. Eram postos a concurso do Estado e depois passavam pelo crivo da censura que existia nessa altura. Eu, também cheguei a escrever umas coisitas para o jornal da Educação Nacional que era editado pela livraria Educação Nacional. Aí é que havia cortes da censura. Só se escrevia o que eles queriam” (Professor Leão).

E as estratégias para se beneficiar da cumplicidade de altos vultos do regime:

“O Pereira Pinto era muito dado a conferências. Ele ia lá a umas sarrabulhadas com o Albino dos Reis, Presidente da Assembleia Nacional. Ele era muito político. Era boa pessoa, mas tinha lá essa coisa...”

Havia outros que eram da oposição declarada ao regime e recorriam a malabarismos para tentarem escapar às malhas da inspecção:

“Eu não gostava nem achava correcto de maneira nenhuma que o catecismo fosse ministrado na escola. Eu nunca dava essa matéria. Uma vez, um colega acusou-me ao Director Escolar de eu não ensinar a doutrina. Ele informou-se junto do director da escola e o mesmo disse que não era verdade. No ano seguinte, professor de Escola de Lanhelas, tive conhecimento que o director Escolar estava na estação, vindo de comboio para me visitar, num sábado. Sabendo disso, escrevi o Pai-nosso no quadro e quando ele chegou não teve dúvidas. Como não sabia o Padre nosso, copiei-o do livro único, pois vinha lá escrito.

Quando era visitado pelo Director, geralmente, só interrogava os alunos, sobre o seu aproveitamento. Por não ser adepto da religião católica, tinha todos os cuidados. Quando chegava à freguesia, e até por uma questão de cortesia, ia sempre apresentar os meus cumprimentos ao pároco e quando as pessoas comentavam com ele que eu não ia à missa, ele dizia que eu não ia à Igreja, mas que, quando ele ia à escola, eu que o tratava bem. Pudera! Ele dava a doutrina!

Uma vez em que lá foi o Vigário, o padre convidou-me para levar o Pálio. Lá mandei dizer que o professor aceitava. Lá fui fazer o “frete” e o resultado foi ficar com enormes dores nos braços, durante dias” (Professor Francisco).

Quanto às condições vividas pelos professores na escola do Estado Novo:

“No primeiro ano em que dei aulas numa “aldeola” do concelho de Torres Vedras, para ir à vila tinha de ir de burra. Isto em 1946. Havia camioneta, mas a estrada ficava longe e era complicado chegar lá. Não havia casas de banho, na escola”(professora Marta).

A avaliação dos professores obedecia mais a critérios quantitativos que qualitativos :

“Também havia avaliação dos professores. Houve uma altura em que fomos avaliados. Em 1952/1953 quando vim da Várzea do Douro, vim em Fevereiro e estive, um ano, no Carvalhido numa escola velha, com 53 alunos. Nem tinha onde os sentar. Era uma 1.ª classe e eles não sabiam, nada, naquela altura do ano. Ora eu, no fim do ano, tinha de passar dois terços dos alunos. E se não passássemos, tínhamos que justificar. Ora eu, nesse ano, não passei os dois terços e, mesmo justificando, ainda fui chamada pela inspecção e o meu marido ainda teve de mover as suas influências, para me ajudar, senão era castigada” (professora Marta).

A escola não é uma instituição impessoal. Nela interagem vários actores sociais, sendo um dos principais o professor. A história não é uma narrativa impessoal. Estes testemunhos traduzem experiências individuais, o vivido, que não está contido, necessariamente nas análises interpretativas de historiadores e cientistas sociais. A subjetividade dos actores colore a objectividade histórica. Ferraroti afirmava que se lia uma sociedade, através de uma biografia (Ferraroti, 1983: 52). No nosso caso, trata-se de ler a escola primária do Estado Novo, o seu quotidiano e os contextos em que se movem os actores sociais, também através dos testemunhos destes professores.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

EAGLETON, TERRY (1996) *Ideology, a introduction*. London, NY, Verso.

FERRARROTI (1983), *Histoire et Histoires de Vie. La Méthode Biographique dans les Sciences Sociales*. Paris, Librairie des Meridiens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, explorámos as seguintes linhas orientadoras de pesquisa:

- compreender a “missão” pedagógica de “salvar” a pátria de Oliveira Salazar, à luz da sua formação familiar e seminarística (capítulos 2.º, 3.º e 4.º da II parte), que condicionou as suas estratégias governamentais e educativas. (capítulos 5.º, 6.º e 7.º da III Parte);
- identificar os ingredientes seminarísticos da “missão” pedagógica de Salazar, como diferença específica do fascismo português (capítulos 5.º e 6.º e 7.º, Parte III).
- analisar os processos de construção da escola do Estado Novo como “sagrada oficina das almas” (Capítulos 9.º, 10.º e 11.º Parte IV e V).

Como estratégia argumentativa procurámos argumentar que as matrizes desta “missão” são confessionais.⁷⁹⁵ Após a saída do seminário, a doutrina da Igreja e os ensinamentos dos Papas, em especial de Leão XIII, continuaram a motivar a sua actuação como militante activo da causa católica contra os governos da Primeira Republica. Estes conteúdos doutrinários movem Salazar a empreender a “missão” pedagógica de “salvar” a pátria, nos moldes em que a concebe e estão sempre presentes quando, mesmo depois da queda dos regimes fascistas, continua a implementar o seu projecto de “regeneração” da sociedade portuguesa.

Defendemos que a igreja católica tutelava a micro-sociedade onde assentaram as raízes domésticas de Oliveira Salazar. Como vocacionado para abraçar a vida clerical, a clausura, o ascetismo, a vigilância, a obediência e a disciplinação do corpo e espírito fizeram parte integrante da sua formação seminarística. Como militante católico, defendeu a Igreja como legítima detentora dos meios hierocráticos sobre a sociedade portuguesa. Mostrámos que Salazar aproveitando-se da instabilidade governativa da Ditadura Militar, sem coesão política para vencer a grave crise económica em que o País mergulhara, chega ao poder pela mão da Igreja Católica e escolhe-a como parceira, distribuindo-lhe o pelouro da administração do poder espiritual. A Igreja que readquire o

⁷⁹⁵ “A luz da santidade será a única força capaz de abrir os horizontes ao homem que deseje integrar-se na linha espiritual do seu destino” (“Discurso proferido por S. Ex.cia o Presidente do Conselho Doutor Oliveira Salazar, na reunião da Comissão Executiva e Comissões Políticas da União Nacional, realizada no dia 12 do corrente, na Sala da Biblioteca da Assembleia Nacional”, *Escola Portuguesa*, ano XVII, n.º 839, de 17 de Dezembro de 1950, 77- 81).

seu protagonismo, retribui com generosa fidelidade. Salazar lança os alicerces do seu Estado unitário e corporativo, referenda a Constituição de 1933 para reforçar o seu poder pessoal, reprime sem julgamento os seus opositores, cercea as liberdades individuais e públicas, em nome da defesa da pátria contra o comunismo, dentro dos princípios ortodoxos da Igreja Católica da época. Nas comemorações centenárias de 1940, quando Salazar e Carmona são entronizados como chefes da nação lusa, paladina da civilização europeísta e cristã com um agiológio carregado de heróis e santos mitizados, a hierarquia eclesiástica congrega a esmagadora maioria do povo católico à volta de Salazar, o “ungido” de Deus que “salvou” a Pátria da Segunda Guerra Mundial.

Mostrámos que com a derrota dos fascismos, Salazar, pragmaticamente, procura apoios políticos e militares nas nações aliadas, reforçando a nível interno as medidas repressivas e continuando a tentar legitimar a sua singularidade com um discurso de defesa da civilização ocidental contra o inimigo comunista. Nem as convulsões internas provocadas pela rebelião de importantes figuras antes afectas ao regime, nem um império colonial a desmoronar-se, nem a perda de apoios internacionais o demovem. Determinadamente continua a perseguir e até liquidar os principais opositores políticos, lutar para manter inalteráveis as fronteiras da nação una e corporativa, libertar a sociedade portuguesa do liberalismo e materialismo ateu,⁷⁹⁶ continuando a apostar na sua reeducação.

Quanto ao segundo objectivo concluímos que o fascismo seminarístico de Salazar foi diferente dos outros fascismos europeus nas suas raízes confessionais e nas suas estratégias. As raízes confessionais impedem-no de exercer um cesaro-papismo pagão, rácico ou militarista. O seu objectivo principal não era militar, mas educativo: fazer homens obedientes aos chefes, conformados pela moral tradicional católica, revendo-se nas virtudes dos antepassados. Prefere uma ditadura nacional e conservadora. Sem exército ou partido que o alcandore ao poder, sem trunfos militares ou políticos que o projectem aos olhos dos públicos, tem de jogar habilmente com os seus próprios trunfos e as eventuais cumplicidades, até conseguir chegar ao poder. Reforçando sempre o seu

⁷⁹⁶ “E há-de insistir-se sempre no mesmo ponto, ainda que se saiba que os sectores do derrotismo e da desagregação se irritam no seu ódio e redobram as perseguições, e se espere, por outro lado, a incompreensão de alguns que, tendo ultrapassado, e bem, as concepções económicas e políticas do liberalismo e entrado nas barricadas anti-comunistas, continuam, em assuntos de ordem espiritual, acentuadamente liberais e razoavelmente materialistas” “Discurso proferido por S. Ex.cia o Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar, na reunião da Comissão Executiva e comissões políticas da União Nacional, realizada, no dia 12 do corrente, na sala da Biblioteca da Assembleia Nacional”, *Escola Portuguesa*, ano XVII, n.º 839, de 17 de Dezembro de 1950, 77- 81).

poder pessoal e intransmissível, concebe a nação como um corpo orgânico onde se devem integrar todos os indivíduos.⁷⁹⁷ Os que não se integram, atentam contra ela.⁷⁹⁸ Contudo, na sua narrativa discursiva o direito e a moral católicos orientam a sua governação. Não grangeia mordomias nem para ele nem para a família e vive e morre como asceta ao serviço da nação que construiu.

Quanto ao terceiro objectivo do nosso trabalho, mostrámos que Salazar quando achou oportuno apropriou-se do sistema escolar consolidado na Primeira República, reconverteu em novas matrizes a escola laica e republicana, onde seriam doutrinadas as gerações mais novas, segundo as práticas educativas da escola seminarística. Para si reserva a gestão administrativa e pedagógica de um sistema moderno, colocando ao serviço da sua “missão” pedagógica, num papel contra-moderno. Autoritariamente obrigou os professores a enformar as novas gerações em novos modelos de comportamento e a seguir e inculcar novos conteúdos morais e patrióticos nas escolas. Exige aos próprios professores um código de conduta moral baseada nos mesmos princípios de obediência e disciplina e transforma a escola laica republicana de fator de progresso universal na “sagrada oficina das almas” silenciando os que não aderem ou se manifestam contra a disciplinação imposta.

Cada estrato social é educado para desempenhar na sociedade o seu papel, de modo a integrar-se na pátria una e corporativa. A escolarização mínima destina-se à maioria e as chefias que vão enquadrar doutrinariamente as massas serão educadas nos liceus e universidades. Novos compêndios únicos e novas agências de ideologização passam a enquadrar obrigatoriamente todas as crianças e jovens. São exercitados em rituais de génese fascista, mas de conteúdo seminarista.⁷⁹⁹ Neles sobressai o amor à vocação missionária de Portugal, a veneração de heróis e santos pátrios, seleccionados *ad hoc* e a obediência aos chefes, que são legitimados pelos “venerandos” Presidente da República e Presidente do Conselho. Mantém esses princípios durante os 38 anos, sem qualquer alteração.

⁷⁹⁷ “O individualismo gerou o protestantismo no campo religioso e a escola neutra no campo educativo” Pena, G. Rodrigues (1940), “Temas do nosso tempo. (A crise da personalidade)”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 288, 2 de Maio, 460- 461).

⁷⁹⁸ “ (...) o espírito do mal nos não contamina se unidos e solidários trabalharmos para garantir a vida e bem-estar da comunidade nacional e representarmos - pela nossa ordem, trabalho, possibilidades geográficas e económicas espírito de colaboração – factor positivo na reconstrução da Europa e do mundo, não podemos ser afrontados, nem desprezados, nem sequer esquecidos ” (Salazar, 1959: XIV).

⁷⁹⁹ “ Quando levantarmos o braço no cumprimento nacionalista, façamo-lo com a energia afirmativa de quem jura sobre um livro santo “ Pena, G. Rodrigues (1940), “Temas do nosso tempo. (A Crise da personalidade)”, *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 288, de 2 de Maio, 460- 461).

Na quinta parte através de documentos inéditos e de três entrevistas a professores do ensino primário já aposentados, analisámos a Escola Primária do Pinhão do Estado Novo num outro ângulo de análise: o olhar dos professores. Durante 68 anos atravessando três regimes políticos os docentes desta escola rural e beirã relatam às tutelas as dificuldades quotidianas. Estes documentos para além de nos permitir confrontar as práticas educativas de três regimes: Monarquia Constitucional, Primeira República e Estado Novo, fornecem-nos dados históricos e pedagógicos que confirmam a importância do professor na execução ou obstrução das políticas educativas. O testemunho dos três professores trazem-nos, também novos contributos históricos e pedagógicos sobre a escola do Estado Novo.

O que conseguimos de novo com este nosso trabalho investigativo? Mostrar que a génese e a essência da “missão” pedagógica de Salazar é de raiz confessional. O seminário forneceu-lhe as bases doutrinárias e a Igreja Católica abriu-lhe os caminhos do poder. Poder que ele assume como “missão” pessoal e intransmissível para reeducar os portugueses, segundo a tradição católica. Não existem linhas de discrepância ideológica em toda a actuação de Salazar. Existem, sim adaptações pragmáticas às diferentes circunstâncias políticas e sociais. Mas até esta capacidade de adaptação foi adestrada no seminário. O clérigo não sendo deste mundo, tinha de representar na sociedade, maioritariamente de prática católica, um papel diferente do estatuto social da família de origem, de modo a integrar-se numa outra família simbólica, a eclesiástica para representar a Igreja nas suas funções pastorais. Da sua parte conhece bem a maioria dos portugueses, estudou o seu carácter, povo simples e analfabeto emocional, pacífico. Foi queimando as etapas uma a uma, numa atitude claustal e desconfiada, sempre vigilante e inexorável para com os opositores internos e externos do regime.⁸⁰⁰ Só não vence a doença e a morte.

Morre sem ter vencido o materialismo ateu representado pelo comunismo, mas luta contra ele e esta luta alimenta-o durante toda a vida.⁸⁰¹ Luta pelas suas convicções e

⁸⁰⁰ “Fratres sobrii estote et vigilate. Quia adversarius vester diabolus, tanquam leo rugiens, querens quem devoret.” Irmãos sede sóbrios e vigiai, porque o vosso inimigo, o diabo, como leão está rugindo, procurando a quem devorar (Salmo XV do breviário canónico que era obrigatório os clérigos recitarem todos os dias).

⁸⁰¹ “(...) mas a luta não acabará, enquanto a mística do comunismo - a luta dos sem Deus e contra Deus - não for substituída no coração de todos os homens por outra mística. E a uma mística falsa, não há senão que opor uma mística verdadeira. E esta é a do Cristianismo” (“Discurso proferido por S. Ex.cia o Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar, na reunião da Comissão Executiva e comissões políticas da União Nacional, realizada, no dia 12 do corrente, na sala da Biblioteca da Assembleia Nacional”, *Escola Portuguesa*, ano XVII, N.º 83, de 17 de Dezembro de 1950, 77- 81).

não admite intromissões no seu poder pessoal ao qual associa a sua “missão” que considera legítimada por Deus.

Demonstrar a força da educação e formação seminarística em Salazar que foi o motor da sua acção governativa e educativa é mais um ângulo através do qual se pode fazer a leitura da sua vida e obra. Enraizada no simbólico, norteadada pelo simbólico e procurando com argumentação e proposições simbólicas governar o país, mas retirando aos administradores do poder espiritual a autorização de imiscuir-se nos assuntos temporais.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

SALAZAR, A. O. (1959), *Discursos e Notas Políticas (1938-1943)*, vol. III, 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora.

PERIÓDICOS:

ESCOLA PORTUGUESA: “Discurso proferido por S. Ex.cia o Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar, na reunião da Comissão Executiva e comissões políticas da União Nacional, realizada, no dia 12 do corrente, na sala da Biblioteca da Assembleia Nacional”, ano XVII, n.º 839, de 17 de Dezembro de 1950; Pena, G. Rodrigues (1940), “temas do nosso tempo (a crise da personalidade)”, ano VI, n.º 288, 2 de Maio.

ANEXO 2:

Entrevista à Professora do ensino primário e Directora de Escola de Costa Cabral no Porto, Marta.

Esta entrevista tem a particularidade de ter intervenções do casal de professores em conjunto. Quando achava oportuno e, porque estava presente, o professor Leão, intervinha com algumas achegas. O mesmo não aconteceu durante a sua entrevista. Começámos pela pergunta única, à professora Marta: *diga-nos da sua experiência, como aluna, professora do ensino primário e directora da escola feminina de Costa Cabral, no Porto.*

No liceu frequentei a Mocidade Portuguesa e a Obra das Mães. Na Mocidade Portuguesa tinha os sábados todos ocupados com disciplinas. Nestas aulas aprendi enfermagem, primeiros socorros, dar injeções, tudo. Também tinha canto Coral. Fazia parte do Orfeão das festas. Também tinha “Moral”. Eram as freiras que iam ao Liceu dar a aula de Moral. Na escola primária eram as professoras que a davam. Era assim: se a freguesia tinha padres ou freiras disponíveis iam dar a moral, à escola. Mas nunca chegavam para as escolas todas. Então as professoras tinham o livro e davam pelo livro. Os meninos cujos pais não queriam que eles tivessem as aulas de moral e religião, os pais tinham de assinar uma declaração a dizê - lo. Isto, até no liceu. Tinha uma colega de turma que era polaca e ela nunca assistiu às aulas de moral.

Quanto ao facto de serem as próprias professoras a prepararem os alunos para a primeira comunhão, nunca o fiz. No primeiro ano em que dei aulas numa “aldeola” do concelho de Torres Vedras, para ir à vila tinha de ir de burra. Isto em 1946. Havia camioneta, mas a estrada ficava longe e era complicado chegar lá. Não havia casas de banho, na escola. A escola era numa casa de um lavrador, numa sala que ele disponibilizou e o Estado mobilou. Dava aulas às quatro classes o que era terrível. Para quem estava a sair da Escola do Magistério Primário deparar ali com quatro classes, só com matulões! Era uma escola mista, porque o núcleo escolar era pequeno.

Quanto ao programa, embora houvesse “bordados” para dar às raparigas, com quatro classes não tinha tempo de dar nada disso. O que me valeu foi o Delegado Escolar. Quando tinha problemas, montava na burra e ia ter com ele. Nós na escola tínhamos livros que nos enviavam com as regras todas que tínhamos de cumprir.

Depois de casar, pedi a exoneração do cargo e vim para o Porto. Estive uns meses, sem trabalhar. Depois como o meu marido conhecia o Director Escolar, pediu-lhe e ele arranhou-lhe um lugar como agregada na Afurada, concelho do Porto, mas eu, como agregada, perdia muitas regalias. Então o meu marido concorreu para lá para a masculina e eu, logo de seguida, ao abrigo da lei dos cônjuges, concorri como efectiva e fiquei.

Ele saiu logo a seguir. Mas aquilo era terrível. A Afurada (Vila piscatória, na foz do rio Douro), naquele tempo para chegar lá, era preciso atravessar o rio, num barquinho a remos. Apanhava-o em Massarelos. Quando estava temporal, no inverno, levava, num saco, um xaile para pôr pela cabeça e havia dias que não se podia atravessar e não podia haver aulas. Depois disso, consegui que criassem um lugar nas “Florinhas do Lar” que é aquela escola de freiras, mesmo em frente à escola do Magistério, na rua da Escola Normal. Ele, o meu marido tinha uma irmã nessa confraria.

O professor Leão interveio, para complementar:

- Consegui que criassem um lugar, mas custou muito, porque o Veiga de Macedo torpedeou tudo. Ele era Subsecretário de Estado da Educação. O que valeu é que eu era amigo do sogro dele. Depois, ele foi para Ministro das Corporações.

A professora Marta continuou:

- Nessa altura havia uma lei que sendo as “Florinhas do Lar” uma instituição religiosa particular e mobilando e arranando uma sala, tinham o direito a indicar uma pessoa para esse lugar.

Novamente o professor Leão:

- Só que o Veiga de Macedo tinha um pedido dum médico especialista conhecido e quis forçar as freiras a pôr de parte a minha mulher e satisfazer o pedido dele. Isto foi depois de 1955.

A professora Marta continuou:

- Eu estive sempre desligada da alfabetização dos adultos, porque o meu marido, como conhecia lá gente, na Direcção Escolar, arranhou sempre maneira de eu não ir. As professoras eram obrigadas a dar essas aulas a adultos.

Intervenção do professor Leão:

- Nós lá conseguimos torneir a coisa. Eu de vez em quando, falava ao sogro do Veiga de Macedo do pedido para a minha mulher e ele só me dizia: “Agacha-te rapaz! Agacha-te rapaz! O Veiga de Macedo procedeu muito mal.

Intervenção da professora Marta:

- O que valeu é que as freiras, como se tratava de família, nunca recuaram.

Intervenção do professor Leão:

- Eu, por acaso, fiz uma selecta com textos, dentro da ideologia, para adultos. Na altura, de leitura para adultos, não havia nada. Ora, como o Veiga de Macedo estava ligado a outra livraria, nunca despachava.

E a professora Marta continuou:

- Quanto à coeducação, eu só tive contacto com rapazes, quando fui para o Magistério Primário. Quando concorri para a escola 38, na Rua Costa Cabral, a feminina era uma casa velha, pegada ao cinema Júlio Diniz e a escola 37, a masculina, era muito mais para cá, também numa casa velha, onde é agora a “Gelarte”, muito perto da casa do professor Pereira Pinto.

Depois, fizeram a escola nova, nos terrenos onde é agora o Banco Espírito Santo. Compraram ali um grande campo e fizeram a escola em forma de U. Numa das hastes era a escola feminina, noutra era a escola masculina e no meio era a cantina. Tudo separado: gabinetes de professores e tudo. Para a cantina vinha a sopa da Legião Portuguesa e o óleo fígado de bacalhau. Eu era a directora da feminina e o Sr. Borges era o director da masculina e estávamos completamente isolados. Isto foi em 1962. As escolas estavam juntas, mas não havia coeducação. A coeducação só surgiu, depois do 25 de Abril.

Nas escolas havia o princípio de obediência, para professores e alunos. Éramos obrigados a seguir o programa e aquela doutrina. Tínhamos que ensinar o hino nacional e aquelas canções patrióticas do Ultramar que havia na altura. Eu dava canto coral, às meninas. Nem isso era em comum. Até na cantina, nunca iam ao mesmo tempo Ela tinha duas portas: uma para a masculina e outra para a feminina. Primeiro iam os rapazes. Depois da porta fechada, iam as raparigas. Isto durou até 1968. Recebíamos muitas Circulares. Vinham umas para a masculina e outras para a feminina. Recebíamos as revistas da Mocidade Portuguesa e a *Escola Portuguesa*.

Intervenção do professor Leão:

- Era propriedade da livraria Educação Nacional. Foi fundada pelo Figueirinhas. Era um semanário e tinha lições de várias coisas. Tinha, também, textos sobre legislação.

A professora Marta:

- No Magistério nós tínhamos uma disciplina sobre legislação escolar, com um livro que depois levávamos para as escolas e cumpríamos aquilo. Havia uns livros com essa legislação toda. Eu, como directora, tinha de fazer cumprir todas as informações que chegavam, à escola, através das Circulares. Tínhamos, também, reuniões a nível de zona, com inspectores e onde estavam presentes os directores das escolas da zona, todos. Nessas reuniões mensais, eles esclareciam-nos e davam-nos instruções sobre o que fazer.

Quando mudamos para a escola nova, essas reuniões passaram a ser na nossa escola, pois ela tinha a cantina que era muito grande. Também havia avaliação dos professores. Houve uma altura em que fomos avaliados. Em 1952/1953 quando vim da Várzea do Douro, vim em Fevereiro e estive, um ano, no Carvalhido numa escola velha, com 53 alunos. Nem tinha onde os sentar. Era uma 1.^a classe e eles não sabiam, nada, naquela altura do ano.

Ora eu, no fim do ano, tinha de passar dois terços dos alunos. E se não passássemos, tínhamos que justificar. Ora eu, nesse ano, não passei os dois terços e, mesmo justificando, ainda fui chamada pela inspecção e o meu marido ainda teve de mover as suas influências, para me ajudar, senão era castigada.

Quando fui para o Magistério Primário, não era qualquer pessoa que entrava lá. Era feita a selecção, na base do comportamento moral e da obediência ao regime. Quem presidia à selecção era um padre, um tal Almeida. Eram muito rigorosos, nem se podia namorar, enquanto lá se andava. Se eles soubessem que A namorava com B, estava arrumado. O padre não era o director, mas era o controlador. Isto foi desde 1944 a 1946. Na altura, eram só dois anos. Fiz seis anos de liceu e dois de Magistério.

Entrevista com o professor Leão, professor do ensino primário, professor do Magistério Primário e autor de livros únicos.

A pergunta foi a mesma: *diga-nos da sua experiência como aluno, professor do ensino primário, autor de livros únicos, e como professor do Magistério Primário do Porto.*

Fiz o exame de estado em 1938 ou 1939, mais ou menos. A guerra começou em 1939 e eu entrei como professor agregado, em 1939. Quando foi a guerra espanhola, ainda estava eu a estudar. Estive como professor, passado um ano ou dois, lá na aldeia em Paredes. Depois, ofereceram-me um lugar na livraria. Era a livraria Educação Nacional, na Rua do Almada que agora é de um professor que comprou aquilo, mas antes era dos Machados. Eu estive 10 ou 11 anos na livraria. Fui lá para fazer vários serviços. O chefe da livraria era professor. Era o Figueirinhas.

Era aí que se faziam e editavam os livros. Edições próprias. Os livros únicos eram postos a concurso. Os editores, em pé de igualdade, podiam concorrer. Não estava definido verdadeiramente, mas entravam, também, os inspectores nesta selecção. Eram postos a concurso do Estado e depois passavam pelo crivo da censura que existia nessa altura. Eu, também cheguei a escrever umas coisitas para o jornal da Educação Nacional que era editado pela livraria Educação Nacional. Aí é que havia cortes da censura. Só se escrevia o que eles queriam.

Quando comecei a ensinar, era ministro o Carneiro Pacheco. Eu saí da aldeia e fui interno para um colégio dos jesuítas, em La Guardia, mesmo em frente de Caminha, do outro lado do rio, onde, ainda hoje, se pode ver o edifício do Colégio. Foi na altura da guerra em Espanha do general Franco. Depois, mais tarde, vim para Portugal, para o colégio das Caldinhas, em Santo Tirso.

Era então presidente da Câmara, um irmão de Carneiro Pacheco, ministro e como se tratava de um benefício para o Concelho, autorizaram os jesuítas a instalarem o colégio, num antigo hotel que lá existia. Fiz aqui o 5.º ano no liceu Rodrigues de Freitas, na rua de S. Bento da Vitória e que, com o Estado Novo, passou a chamar-se D. Manuel II e depois com o 25 de Abril voltou a chamar-se Rodrigues de Freitas.

Quanto a princípios pedagógicos, na escola do Magistério, onde tirei o curso, não havia nada definido, assim, propriamente, porque os que lá ensinavam eram todos

fiéis. Quando fiz o curso, o Magistério era de três anos. Entrei lá com o 7.º ano feito, o que foi importante para entrar, pois, já nessa altura, havia *numerus clausus*. No meu ano, só entraram trinta e não sei quantos.

No Magistério, perdia-se muito tempo com definições e dava-se apontamentos. Quanto a livros, não havia nada de especial. Havia alguma coisa de edições brasileiras sobre a Escola Nova. Não proibiam esses livros, sobre a Escola Nova, mas ninguém os seguia. Havia era fala de professores. Os professores arranjavam-se, assim, sem ser por concurso, nem nada. Quanto a competência, não havia assim grande coisa!. Havia lá o Aureliano Tavares que cegou a ser inspector do ensino primário e depois foi para lá, como professor. Havia o Dr. Ribeiro Barbosa que era formado em medicina.

Na área dos alunos, é que havia alunos, assim mais politizados, mas pouco. Mas eles, também, não se manifestavam. Eu não notava grande pressão. Porque, evidentemente, ela estava de acordo com a minha educação, no Colégio. Havia, no entanto, lá alunos já espigadotes que estavam a par de todos os movimentos da reacção.

Sobre o Estado Novo, não havia disciplinas. Historiavam um bocado sobre Rousseau, os princípios então vigentes, a religião católica.... No fundo, a filosofia, é claro, sofria uma selecção. Havia um certo receio dos princípios vigentes que se encontravam nos próprios livros únicos, textos onde figurava a moral e os princípios religiosos. Esses textos estão inseridos nos livros da 1.ª classe e da 2.ª classe. Era a doutrina oficial. Nas escolas adoptavam-se aqueles livros. Era uma imposição. Não se podia adoptar outros.

Quanto à catequese, arranjava-se um padre para a dar. Eu nunca dei. Se houvesse padre, não havia obrigatoriedade de eu a dar. Só era obrigado a dar, na medida em que era preciso explicar as lições. No fundo, era também catequista. Uma Catequese, assim, *sui generis*.

A guerra começou em 1939, foi quando eu fui nomeado professor agregado, lá na aldeia. Por acaso, foi onde eu tinha já sido aluno. Ainda lá estava uma palmatória que foi do meu tempo de criança. Eu fiz uma instrução primária, muito primária, muito primaríssima. Eu tinha uma tia que tinha uma certa formação e que me ensinava e, portanto, ia pouco à escola. Fui para a escola primária, em 1921, fiz quatro anos e depois fui para o colégio, aos 13 anos.

Quando fui aluno, entrei logo, ao nível de uma 4.º classe e fui logo fazer exame. Já sabia que ia ter um texto do “Mealheiro “ e que ia ter uma análise morfológica. As edições nesse tempo eram muito escassas. Posteriormente, desenvolveram-se muito mais. Eu fui aprovado com distinção, 20 valores. Naquele tempo era assim: se fosse filho de fulano tal, não havia problema... A principal personagem era o professor. O ensino, naquele tempo era ouve e fixa. Era memorização, sem compreensão prévia e já estava. Se o Piaget voltasse a esse tempo, até ficava chocado.

Fui para professor do Magistério depois de 1947 e fui ensinar Didáctica Geral e a História da Educação e Pedagogia. Era tudo dado por apontamentos. Eu estive duas vezes lá. Da primeira vez, dei Didáctica Geral e Didáctica Especial que era aplicada às disciplinas. Da segunda, é que dei Pedagogia que era a cadeira dada pelo director do Magistério do Porto. O Pereira Pinto era professor de Didáctica. Esse é que é do meu tempo, lá.

A Psicologia era um livro de Gil, não sei quê...ele era jesuita. Foi premiado pela Academia Francesa. A Pedagogia era do Aureliano Marques, mas dava tudo por apontamentos. Não senti muita pressão, mas era evidente que ela existia. No fundo, os textos não podiam dizer mal. Os professores que dessem aulas no Magistério, tinham que obedecer àquela ideologia que era de Salazar.

Olhe! ele por acaso foi uma vez lá ao meu colégio. Ele dava-se muito bem com o Dr. Lacerda. Este tinha um filho lá no colégio e um dia apareceu lá, todo vestido de azul. Andaram-lhe a mostrar o colégio. A doutrina lá, era a doutrina toda da igreja. No fundo, a moral que davam, era uma moral religiosa. A acção do professor tinha que estar dentro desse espírito. Caso contrário, podia sofrer as consequências que no melhor dos casos era ir para a rua. Ao todo, estive 7 anos na escola do Magistério.

Quando o Humberto Delgado foi ao Porto, estava na livraria Educação Nacional. Foi quando ele foi recebido em apoteose, por um mar de gente, na Avenida dos Aliados. Foi em 1958. Depois, deixei a livraria, porque não me pagavam o suficiente. Fui para a escola do Magistério e estive lá até 25 de Abril. Aí, entendi por bem sair, porque via bastantes tropelias e não me agradava nada. Chegavam lá, pegavam nos alunos e levavam-nos para as aldeias, para catequizarem as pessoas. Era a contra- revolução.

Enquanto estive como professor do Magistério, a parte da Didáctica não dava muito para meter ideologias. Na Pedagogia, talvez. Aqui em Portugal, era a miséria das misérias. Nessa altura havia boas edições, publicadas no Brasil que serviam de bibliografia. Mas elas, praticamente não existiam, nas livrarias. Propositadamente, não nos davam indicações sobre livros, nem aconselhavam obras que realmente tivessem valia. Tinham conseguido arranjar palha para fazer um programa específico especial, lá das escolas do Magistério. Acresce que tinham medo que o aluno se ilustrasse e arranjasse conhecimentos e pudesse fazer sombra, ao dar uma aula. Era ouvir o professor a expor: *papagaio que começa a cantar*.

O Pereira Pinto era muito dado a conferências. Ele ia lá a umas sarrabulhadas com o Albino dos Reis, presidente da Assembleia Nacional. Ele era muito político. Era boa pessoa, mas tinha lá essa coisa... Depois, desliguei-me daquilo e foi para lá o Meireles que era teólogo, dar a Pedagogia. Ele tinha sido meu aluno e dava explicações de Grego. Eu aprendi muito, a ensinar. Na verdade, a ensinar se aprende. Havia lá muitos que, paralelamente, tiravam outros cursos. Até medicina.

Havia lá padres a dar a moral e a religião. Era nas escolas anexas. Também davam Filosofia. Eu preocupei-me mais com a parte técnica e desvinculava-me da ideologia. A parte da ideologia preponderava e a parte científica, descuidava-se. Preocupavam-se com a parte ideológica e descuidavam a científica. Era a moral, os costumes, era o ser bom e portar-se bem...

A terceira entrevista foi realizada no distrito de Viana do Castelo, a um professor do ensino primário, Francico de uma família opositora ao regime de Oliveira Salazar.

Tal qual com os outros dois entrevistados, colocamos-lhe uma pergunta aberta e deixamo-lo falar livremente, sem interrupção. A questão foi a mesma: *diga-nos da sua experiência, como professor do ensino primário.*

Nasci no ano 1922, às 2 horas da tarde do dia 4 de Maio. Entrei para a escola no ano de 1928. Nessa altura, a escola era mais livre. Ainda não havia a P.I.D.E. (Policia Internacional de Defesa do Estado). Frequentei o liceu de 1932 a 1940. A situação política fascista já se fazia notar, nessa altura, embora se tivesse agravado na altura da guerra de Espanha 1936- 1939. Durante a frequência do Liceu eu e mais 4 alunos não estávamos inscritos na Mocidade Portuguesa e éramos postos fora do Liceu à hora dos exercícios da Mocidade Portuguesa. Eram exercícios vários, entre eles a ginástica , etc. Não estava inscrito na Mocidade Portuguesa porque o meu pai não concordava com a política do governo, tendo por isso mais tarde sofrido retaliações, repressões...

O meu pai era republicano e esteve preso no Aljube do Porto 40 dias, porque um oficial galego do exército espanhol denunciou-o injustamente, como comunista (ainda tenho em minha posse a cópia da denúncia).

A Espanha era governada por uma democracia legítima. Era uma democracia com facções de esquerda anarquista, anarco sindicalistas, comunistas, socialistas e democratas. Os militares estavam descontentes com o regime por não ser baseado nos militares e houve um período de agitação nacional. Calvo Soutelo foi assassinado e nessa mesma noite pretendiam assassinar Gil Robles da Democracia Cristã que era deputado da direita. Evidentemente, perante este clima, os militares já descontentes, aproveitaram o facto e fizeram o levantamento. Franco estava em Marrocos e a única força consistente era o destacamento dele, bem organizado, com marroquinos, militares de grande força. Viram que tinham qualidades e porque morreu de acidente de aviação um chefe da revolução (Sanjurjo), Franco, pelas suas capacidades de chefia, comandou as tropas e a maior parte dos chefes das regiões militares aderiram a Franco. Franco, com o apoio dos portugueses, alemães e italianos, com a força aérea, sobretudo, venceu

os republicanos que tinham por eles as brigadas internacionais da sua cor (comunistas, socialistas, etc.) Com a ajuda de Hitler que usou como laboratório de guerra, os bombardeamentos de Guernica e Madrid, venceu. Hitler já tinha intenção de fazer a guerra de expansão da Alemanha.

Mas o meu pai foi, depois, libertado. Não quero falar do que ele sofreu no Aljube. Foi libertado, porque houve um inquérito da Câmara Municipal de Caminha e averiguaram a verdade. Talvez, por isso, senti-me mais vigiado. Um dia, o reitor acusou-me de não ter assistido a uma sessão solene no Salão da Caridade, sobre o Ultramar, mas eu confirmei a minha presença, junto do professor Mendes Carneiro.

Salazar surgiu da revolução de 28 de Maio de 1928, depois de um grande período de perturbação do partido republicano. Já existia na Itália e na Alemanha, Mussolini e Hitler. Era a época dos grandes ditadores. A ideia de Ditador era uma ideia “Crística” de que só um ditador poderia salvar a pátria. Ele era um líder ao jeito de Mussolini. Salazar surgiu da Revolução de 28 de Maio de 1928, depois de um grande período de perturbação do partido Republicano. Já existia na Itália e na Alemanha, Mussolini e Hitler, era a época dos grandes ditadores. Em Espanha deu-se o aliciamento em 1936 em que Franco derrotou os Republicanos.

A ideia do ditador era uma ideia “Crística” de que só um ditador poderia salvar a Pátria. Era um líder ao jeito do Mussolini. O Fascismo vem de “facho”, política Italiana. Salazar, como não tinha grandes ascendentes, era de origem humilde, uniu-se também às grandes famílias, beneficiando-as, uniu-se também à Igreja, pois era grande amigo do Cardeal Cerejeira, tendo-se juntado ao C.A.D.C. – Centro Académico da Democracia Cristã, de que foi director. Às famílias ricas distribuiu benesses, através das leis dos monopólios. Entregou a exploração dos monopólios a determinadas famílias. Aos Melos da CUF. A D. Manuel de Melo, deu o monopólio da exploração da Guiné, assim como outros monopólios a outras famílias ricas. Para um ditador se afirmar, precisava de uns contrários. Esses contrários foram os comunistas. Também Hitler encontrou os contrários nos Judeus e comunistas.

Falando agora do ditador Hitler, este planeou a operação Barba Rossa (Ruiva) a fim de avançar para leste e derrotar a Rússia, para obter espaço vital e as fontes de energia do Cáucaso e ao mesmo tempo derrotar o Comunismo. Hitler subiu ao poder, através da democracia. Ele era chefe do partido Nazi e com a ajuda do povo de todas as

tendências, subiu ao poder. A Alemanha vivia um período inflacionário marcado e Hitler prometeu reunificação e emprego e conseguiu-o, através da indústria de armamento e instrumentos de precisão, porque eram bons técnicos. Vendiam um e armazenavam outro arsenal de guerra, pois Hitler já planeava fazer a guerra e começou por invadir a Polónia, unindo-se à Rússia que depois atacou.

Salazar não seguiu, rigorosamente, a doutrina de Mussolini, embora tivesse simpatizado com ela. Também não era igual ao Nazismo. Tinha simpatia pelos dois e, com o advento da guerra entre aliados e alemães, aliou-se a Franco e tornou a Península numa zona conivente com Alemães, mas ao mesmo tempo de apoio aos ingleses, baseado na história de facto com Inglaterra desde D. João I.

Franco e Salazar fizeram um pacto Ibérico, de modo a que não fosse possível a invasão, devido à sua ambiguidade, pois embora apoiassem os Ingleses estavam ao lado dos alemães. Hitler pensou atacar a Península para tomar o estreito de Gibraltar. Os ingleses já tinham destinado algumas invasões, para defender a península. Nos Açores, até construíram bunkers. Não se realizou, devido à ambiguidade de Salazar. Franco e Salazar enviaram a legião azul para a operação Barba Rossa. Entretanto, cimentou-se a paz e Salazar tirou grandes frutos, pois conquistou a simpatia dos portugueses por ter livrado Portugal da Guerra.

Mas vou retomar o meu percurso escolar e o que aconteceu depois de ter terminado o liceu. Depois de ter terminado o liceu com 18 anos, concorri ao Magistério. Foram recrutados 600 dos 2000 alunos que concorreram. Entre eles estava eu. O meu processo de formação para o ensino primário foi o seguinte:

Tivemos um estágio de 3 meses orientado por um professor antigo, seguido de um ano de exercício, numa escola que fazia parte do estágio. Éramos professores Agregados Provisórios. Depois disto, fizemos o Exame de Estado. Este não era o processo normal de formação dos professores primários. Isto foi uma forma de resolver o problema da falta de professores, porque as Escolas Normais estavam fechadas, pois Salazar entendia que os professores deviam tirar os seus cursos nos seminários ou ordens religiosas.

Para o que o queria fazer, não sei. Acho que para lhes fazer a cabeça, manipulá-los. Era então ministro da Educação Nacional o Professor Carneiro Pacheco, que foi substituído por Mário Figueiredo e ele reabriu as Escolas Normais que estiveram fechadas de 1935 a 1945. Durante o estágio, a nossa preparação era para os professores

transmitirem a política de Salazar. Obviamente que essa política estava expressa na Trilogia Deus, Pátria e Família. Punha a tónica na família, como sendo um grupo natural – célula social irreduzível, núcleo originário da freguesia, do município e da Nação. É o 1.º elemento político orgânico do Estado Constitucional. O Patriotismo não podia dissociar-se da família, do torrão Natal, dos interesses e haveres, para que exerça o direito de intervir na Constituição do Estado. Através da Concordata, deu à Igreja a possibilidade de se reconstruir e recuperar o seu ascendente, na formação da alma portuguesa. A Concordata pretende aproveitar o fenómeno religioso como estabilizador da sociedade, e reintegrar a Nação na linha histórica da sua unidade moral.

O regime salda a velha dívida para com a Igreja, dizendo que Portugal nasceu à sombra da religião Católica, elemento que formou a alma da Nação e dominou o carácter do povo Português. Impôs-se pelo Mundo a descobrir, mercadejar, propagar a fé e impôs-se sem hesitação. Conclusão: português, logo católico. E aliás, Salazar baseava-se nos princípios morais da Igreja, para através da moralidade impor a sua política, patriolatria.

Os livros únicos tinham textos sobre religião e Moral. Salazar substituiu o manual de Educação Moral pelo catecismo nas escolas. Contava-se que por Salazar ser tão católico, nem o inferno o aceitou...Dizia-se que, quando morreu, foi pedir asilo político ao céu. Não lho deram; mandaram-no à porta seguinte. Foi pedir asilo ao purgatório, também não lho deram. Mandaram-no a outra porta. Foi ao inferno. O porteiro perguntou-lhe quem era e mandou-o esperar. Momentos depois, o porteiro voltou com um balde de brasas e com um molho de tridentes com a recomendação de que fosse fazer um inferno para outro lado!

Mas como eu dizia, o catecismo era dado na Escola. A Igreja apoiava incondicionalmente Salazar, tendo o Cardeal Cerejeira escrito uma carta em que dizia: "...contigo estão muitas das melhores almas de Portugal, sei de pessoas que ajoelharam a pedir por ti. És um emissário dos amigos de Deus. Ele se encarregará de coroar o teu esforço e premiar a tua dedicação. Põe os olhos em Deus e faz de conta que tens uma missão sacerdotal no Ministério."

Lembro-me, a propósito, de um episódio caricato em que o embaixador no Vaticano, Professor Doutor Carneiro Pacheco, ao terminar a sua missão, foi despedir-se do Cardeal Pachi, então Pio XII, com as seguintes palavras: "Foi-me muito grata esta

missão no Vaticano, até pela concordância de identidades entre ambos; Sua Santidade é Pacheli, eu sou Pacheco; Sua Santidade é pastor de almas, eu sou Carneiro; Sua Santidade é chefe da Cristandade e eu sou administrador da Fosforeira Portuguesa.”

Eu não gostava nem achava correcto de maneira nenhuma que o catecismo fosse ministrado na escola. Eu nunca dava essa matéria. Uma vez, um colega acusou-me ao Director Escolar de eu não ensinar a doutrina. Ele informou-se junto do director da escola e o mesmo disse que não era verdade. No ano seguinte, professor de Escola de Lanhelas, tive conhecimento que o director Escolar estava na estação, vindo de comboio para me visitar, num sábado. Sabendo disso, escrevi o Pai-nosso no quadro e quando ele chegou não teve dúvidas. Como não sabia o Padre nosso, copiei-o do livro único, pois vinha lá escrito.

Quando era visitado pelo Director, geralmente, só interrogava os alunos, sobre o seu aproveitamento. Por não ser adepto da religião católica, tinha todos os cuidados. Quando chegava à freguesia, e até por uma questão de cortesia, ia sempre apresentar os meus cumprimentos ao pároco e quando as pessoas comentavam com ele que eu não ia à missa, ele dizia que eu não ia à Igreja, mas que, quando ele ia à escola, eu que o tratava bem. Pudera! Ele dava a doutrina!

Uma vez em que lá foi o Vigário, o padre convidou-me para levar o Pálio. Lá mandei dizer que o professor aceitava. Lá fui fazer o “frete” e o resultado foi ficar com enormes dores nos braços, durante dias. Leccionei os anos de 1941 a 1945. Quando era professor fui convidado para contribuir para a Legião Portuguesa. Nem aceitei, nem recusei. Nem respondi.

Quando terminei a minha carreira de professor, entrei na Faculdade de Farmácia do Porto, para tirar o curso de farmacêutico, pois o meu pai já o era e queria que eu lhe sucedesse na farmácia.

Frequentei, pois, a faculdade de Farmácia de 1945 a 1950. Durante estes anos, tive muito cuidado pois, embora fosse da oposição, tinha muito cuidado, pois o meu pai já tinha sido preso e eu agia na clandestinidade.

Lembro-me, uma vez, aquando das eleições do Norton de Matos, cheguei à Faculdade de Ciências e encontrei-a fechada. Entrei pela “porta do cavalo” que era a porta que está voltada para a parte do Café Ancora d’Oiro, conhecido como o café do Piolho. Entrei. Só entravam os alunos e encontrei muitos grupos a cochichar até que

consegui saber o que se tinha passado. Soube então que a policia tentou entrar na Universidade, mas foi impedida de entrar, por intervenção do professor de Química, Dr. Mendonça Monteiro. Já houvera um colega nosso que fora preso pela PIDE, durante uma ida a Lisboa.

Aquando da candidatura, da campanha eleitoral de Norton de Matos, para Presidente da República, havia uma sessão de propaganda no Cine Coimbrões de Valadares. Os oposicionistas para entrar para o teatro tiveram de passar por entre duas fileiras de polícias corpulentos, armados de matraca – cavalo marinho – com olhar ameaçador. No decorrer da sessão em que estava presente, como delegado do Governo, um tenente da Guarda Republicana, sentado numa cadeira, enquanto um operário lia um trabalho (que não era feito por ele) tendo-se “engasgado” deu um sentido diferente à frase. Nessa altura, o tenente bateu com o cavalo-marinho nos braços da cadeira e declarou suspensa a sessão. Armou-se um burburinho na sala.

O presidente da sessão, doutor Cal Brandão, pegou no discurso do operário, mostrou-o ao tenente dando-lhe explicações, tendo sido autorizada a continuação da sessão. O que seria se a sessão não seguisse? Provavelmente haveria mortes! Norton de Matos desistiu, na véspera, porque achou que não havia garantias de honestidade nas eleições. Eu acho que Salazar tinha uma ideia “Crística” de que um só líder poderia salvá-la, tal como Cristo salvou as almas, e para isso pretendia defendê-la dos comunistas e de toda a oposição, não olhando a meios para atingir os fins. Através da Polícia Política, prisão no Tarrafal, medidas de censura e a política de miséria e calvário que frequentemente anunciava. Em relação à censura, nomeia director geral dos serviços de censura de todo o país, o coronel Prata Dias. Até aos portugueses no estrangeiro era aplicada sanção se conspirassem contra o governo. Aplicou a Bernardino Machado uma multa de 200 contos por promover o descrédito do país, no estrangeiro. Em relação à política de restrição, dizia, quem ia ser especialmente desenganado eram as largas camadas dos sectores populares e que o período de vacas magras ia continuar. Na concentração de esforços sacrifícios e dinheiro haviam de ser sacrificados interesses pessoais, locais, mas legítimos, pois a pátria é só uma e o bem geral prevalece sobre o particular em nome da Salvação da Pátria!

Haveria que sujeitar as diferentes classes da Nação à restrição pela Salvação Comum! Era necessário equilibrar as contas! E repetia incessantemente:

«Não tenham ilusões, as despesas obrigam a restrições na vida privada, sofrimento, portanto. Teremos de sofrer em vencimentos diminuídos, aumento de impostos em carestia de vida. Sacrifícios e grandes temos nós já feito, infelizmente perdidos para a nossa salvação: façamo-los agora com finalidade definida, integradas em plano de conjunto e serão sacrifícios salutares. É a ascensão dolorosa de um calvário. Repito, a ascensão dolorosa de um calvário. No cimo podem morrer os homens, mas... Redimem-se as Pátrias»

Como elemento da oposição, senti de perto, como Salazar lidava com a oposição. Eu era um opositor ao regime, tendo sido mandatário das listas do General Humberto Delgado, tendo-as guardado no meu cofre. Comecei a votar aos 19 anos e votei sempre na oposição. Não a havendo, traçava o boletim de voto. A oposição tinha muita dificuldade em movimentar-se e passou por muitas vicissitudes. Vou começar por falar de Humberto Delgado. Humberto Delgado era um homem da política do governo do Salazar até certo ponto. Começou a divergir e foi convidado para se candidatar à presidência da República pela oposição. Era general da força aérea, tendo sido condecorado pelo Papa. Foi adido militar no Canadá.

Aquando das eleições do General Humberto Delgado, a União Nacional quis armar em cavalo de batalha o facto do Bispo do Porto ter vindo de Barcelona, votar ao Porto. Nesta altura, o Prelado escreveu uma extensa carta a Salazar com largas considerações, tanto políticas como sociais e económicas, declarando que de facto veio de Barcelona, mas para votar no General Humberto Delgado.

O Bispo do Porto estava inscrito nos cadernos eleitorais, pois as autoridades estavam confiantes ao inscrevê-lo de que votaria na União Nacional, quando de facto ele era da oposição. A carta do bispo do Porto ia circulando. Quando Humberto Delgado se candidatou caiu em desgraça. O golpe de misericórdia foi quando ele veio a um comício ao Porto e foi recebido, apoteoticamente, por um mar de gente na praça Almeida Garrett, praça da Liberdade, 31 de Janeiro.

Alguém lhe perguntou o que faria a Salazar se ganhasse as eleições, ele respondeu simplesmente: “ Obviamente, demito-o!” Foi a frase que lhe valeu a vitória, mas a manipulação desta deu-lhe a derrota. Humberto Delgado foi perseguido pela PIDE, foi demitido de general, pediu asilo político à embaixada do Brasil e o embaixador Álvaro Lins concedeu-lho.

Depois embarcou para o Brasil, onde começou a sua actividade política contra o regime Salazarista, a partir do Brasil. Chegou a vir a Portugal, clandestinamente, para tomar parte no assalto ao quartel de Beja, mas a polícia não o conseguiu apanhar, apesar do que se montou para o fazer. Ele vinha mascarado (disfarçado) de bigode e uma pedra no sapato para ser obrigado a coxear. Não passava um carro que não fosse verificado pela Guarda Republicana, mas ele passou sem ser conhecido. O assalto falhou, porque foi morto um comandante. Eles entraram com cumplicidade no quartel, mas o movimento falhou; algo correu mal.

Ele fugiu novamente para o estrangeiro e esteve numa quinta em Espanha e aí foi atraído pela PIDE para uma reunião na fronteira, tendo sido mortos, ele e a sua secretária Arajarí de Campos, brasileira. Entretanto, houve outro elemento da oposição, Capitão Henrique Galvão, Inspector Superior Ultramarino, preso pela PIDE, em tratamento no hospital de Santa Maria, num quarto com sentinela à vista. Quando este adormecia, Henrique Galvão acordava-o dizendo “- Olhe que eu posso fugir”.

Até que um dia acabou mesmo por concretizar a fuga, saindo de bata branca e de fonendoscópio dependurado ao pescoço. Fugiu para a quinta de um amigo; onde esteve cerca de um mês e de onde escreveu ao Salazar a celebre carta “Ao Manholas”, que era a alcunha por que era conhecido o pai do Salazar na aldeia, por ser muito manhoso e que Salazar herdou:

“... escrevo-te daqui deste local seguro onde nem tu nem os teus PIDES me conseguem encontrar...”

A carta ao “Manholas” mandou-ma um amigo do Porto por mão própria, à noite, para eu devolver, no dia seguinte, de manhã. Não podia estar parada, tinha que ser lida por muita gente. Quando ia devolver a carta, mostrei-a a um amigo que quase me adorou por eu lha emprestar, mas já não teve tempo de a ler, porque o comboio estava quase a chegar!... Naquele tempo, não havia fotocopiadoras.

Depois, Henrique Galvão, foi pedir asilo político à embaixada da Argentina. Chegou à embaixada com um caixote de garrafas às costas e de fato de macaco. Pediu, ao polícia de guarda à embaixada, para lhe indicar a entrada para a residência do senhor embaixador. Entrou, foi-lhe concedido asilo. Depois, saiu do país com destino à Argentina, andou por vários países da América do Sul, entre eles o Brasil. Até que um dia foi para a Venezuela e deu-se o assalto ao paquete Santa Maria; entrou nele em

Caracas, para seguir para Angola e aí sublevar as tropas portuguesas e obrigar o governo português a render-se. A operação falhou porque, quando iam tomar o comando do barco, o comandante resistiu e foi abatido a tiro, tendo ficado feridos mais dois ou três tripulantes, que precisavam de ser hospitalizados. Nessa altura, o barco, em vez de ir para Angola, rumou às Caraíbas, para desembarcar os feridos e entretanto a operação modificou-se e o barco seguiu para o Brasil, tendo os assaltantes desembarcado, em troca de condições negociadas. A actividade política de Henrique Galvão continuou até à sua morte. Salazar perseguia ferozmente os comunistas e toda a oposição. Salazar também moveu grande repressão contra os adeptos da 1.^a República, como por exemplo ao Doutor Bernardino Machado que esteve exilado em La Guardia durante muitos anos, depois autorizado a entrar em Portugal, mas aos 94 anos ainda não podia atravessar do Douro para o Sul. Os primeiros presos que foram para o Tarrafal, foram acompanhados pelo chefe Seixas da PIDE e por um médico, o doutor Pratas. E quando, a este, aparecia um preso doente a pedir auxílio, ele dizia-lhe que não estava ali para tratar doentes, mas para passar certidões de óbito. Muitos morriam, outros eram dados como desaparecidos. A maioria era torturada.

Quanto ao facto de a oposição estar contra a política ultramarina, é fácil de perceber. A origem do descalabro da exploração Ultramarina está relacionada com a política dos monopólios. Salazar entendia o Ultramar como parte integrante do Império. Entretanto, como o Império era grande, usou da mesma lei dos monopólios, entregando a exploração de Africa a grupos monopolistas (Companhia do Café, Algodoeira...), beneficiando, como já sabemos as famílias ricas. Consequências práticas disto tudo: exploravam até mais não poder, embora a maior parte ficasse por explorar, mas não deixavam que mais ninguém explorasse, tirasse partido dessas terras (solo e sub-solo). O Ultramar tinha moeda própria. Chamava-se-lhe Províncias Ultramarinas, não permitindo que gente anónima fosse para lá, sem carta de chamada. Ninguém, com excepção dos grupos monopolistas, podia trazer de lá nada, nem produtos, nem dinheiro, por isso ganhámos pouco, enquanto lá estivemos. O Ultramar ficou por explorar e por isso pouco ganhamos, enquanto lá estivemos. A política foi ruínosa, porque não explorou devidamente as riquezas, nem as deixou explorar e não criou infra-estruturas, como quadros, que ficariam a comandar e a dirigir a economia de lá. Muitos dos quadros eram formados por portugueses, cuja fuga levou à destruição de todo o sistema administrativo e económico das colónias. A África, a partir de certa altura,

começou a ter desejo de independência e autonomia. Para isso, faziam guerra às potências europeias – Argélia aos franceses; Mao Mao, Quênia aos ingleses; Congo (ex Belga) contra a Bélgica. E por último os portugueses. O Império já tinha começado a ruir com a anexação da Índia nos anos 60, de Goa Damão e Diu. Apesar da Índia ser pacifista, chefiada por Neru, discípulo de Gandí, era anti-colonialista e anexou os territórios de Goa Damão e Diu. A Índia com 50000 homens era grande potência bélica com grandes aviões. Vassalo e Silva viu que era impossível resistir e desistiu. Salazar queria que os homens morressem, um suicídio colectivo, lutar até à morte. A igreja apoiou a desistência da guerra e, a partir daí, acentuou-se a dissidência entre Igreja e Estado, a qual já tinha começado antes. Era o mito do Império que não se deveria destruir. A política do Salazar baseava-se na mentira. Os soldados morriam de acidente (mentira). A luta de guerrilha. O guerrilheiro está para a população como o peixe para a água (Mao-Tse Tung). O guerrilheiro vive com a população, é da população e apoiado pela população. Os comandantes não entendiam. Salazar tinha ideia que eram atacadas pelos de fora, mas era a população. Os indígenas não tinham os mesmos direitos. Eram portugueses de segunda, e por isso se revoltaram. Os monopólios ganharam tanto dinheiro que ainda estão no “top” com protecção do estado. Espírito Santo, Melos, Champalimaud e outros. A principal culpa da nossa pobreza actual teve origem nos territórios riquíssimos que não explorámos e no facto de não podermos trazer de lá as riquezas, como fizeram a Bélgica, Holanda, Inglaterra... Neste aspecto, toda a sua política foi contrária à ideia que tinha de “salvação da pátria”

BIBLIOGRAFIA GERAL CONSULTADA:

ACCIAULI, M. (1998), *As Exposições do Estado Novo 1934 - 1940*, Tese de doutoramento (U. N. L. 1991), Lisboa, Livros Horizonte.

AGOSTINHO, JOSÉ (s.d.), *A Civilidade*. Porto, Editora Figueirinhas.

ALMEIDA, E. (1921), *Discursos*, Guimarães, Tipografia Minerva Vimaranesense.

ANTUNES, F. J., (1993), *Salazar. Caetano. Cartas Secretas 1932- 1968*, Lisboa, Círculo dos Leitores.

ARANGUREN, JOSÉ LUIS (1971), *A Crise do Catolicismo*. Coimbra, Livraria Almedina.

ARAÚJO, F. A. (1997), *O Homem Novo no Discurso Pedagógico de João de Barros*, Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Aveiro. Braga, Lusograve.

ARAÚJO, HELENA COSTA (2000), *Pioneiras na Educação. As Professoras Primárias na Viragem do Século 1870- 1933*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

ARCHER, M. S. (1979), *Social Origins of Educational Systems*. Londres, Sage Publications L.da.

ASSIS, G. H. (1981), *Relatórios para Salazar, 1931- 1939*. Lisboa, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista.

BARRETO, A.; FILOMENA M., M. orgs., (1999), *Dicionário de História de Portugal*, 9, Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas.

BARROS, JOÃO (1916), *Educação e Democracia. Educação Cívica*. Lisboa, Livraria Profissional.

BÍBLIA SAGRADA (1974), S. Paulo, Stampley Publicações, L.da,

BIVAR, MARIA DE FÁTIMA (1971), *Ensino Primário e Ideologia*. Lisboa, Publicações D. Quixote.

BLUTEAU, P.e RAPHAEL, *Vocabulário Portuguez & Latino*, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712- 1720.

BOFF, LEONARDO (1981), *Igreja, Carisma e Poder*. 2.^a ed.. Lisboa, Editorial Inquérito.

- BOULENGER, ABBÉ, A. (1930), *La Doutrine Catholique. Le Dogme (Symbole des Apôtres)*, 2 vols. 9.ed., Paris, Librairie Catholique Emmanuel Vite.
- BOURDIEU, P. (1998), *A Economia das Trocas Simbólicas*, S. Paulo, Editora Perspectiva.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, JEAN- CLAUDE (s. d.), *A Reprodução. Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Lisboa, Editorial Vega.
- BOURDIEU, P., CHAMBOREDON E PASSERON (2002), *A Profissão de Sociólogo*, Petrópolis : Editora Vozes.
- BRAGA, TEÓFILO (1983), *História das Ideias Republicanas em Portugal*. Lisboa, Editorial Vega.
- BRANDÃO, R. P. (2002), *Salazar- Cerejeira a “força” da Igreja. Cartas Inéditas do Cardeal Patriarca ao Presidente do Conselho*. Lisboa, Notícias Editorial.
- BRITO, JOSÉ MARIA BRANDÃO (1989), *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948- 1965). O Condicionamento Industrial*. Lisboa, Publicações D. Quixote.
- CAETANO, MARCELO (1974), *Depoimento*. S. Paulo, Distribuidora Record.
- CAMPINOS, J. (1975), *A Ditadura Militar, 1926/1933*. Lisboa, Edições D. Quixote.
- CANDEIAS, (org.) et alt. (2004), *Relatório dirigido ao Ministro das Finanças*. Censo da população de Portugal no 1.º de Dezembro de 1820, Vol. 1.º, Lisboa.
- CARTA DO SENHOR BISPO DO PORTO, D. ANTÓNIO AO PRESIDENTE DO CONCELHO (1958), Colecção “Documentos Políticos”.
- CARVALHO, R. (1986), *A História do Ensino em Portugal: Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar- Caetano*. 2 vols.. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CARVALHO, M. M. (2005), *Poder e Ensino. Os Manuais de História na Política do Estado Novo*. Lisboa, Livros Horizonte.
- CASELLA, F. (2001), *Umanesimo- Renascimento (XV- XVI seculo). Lezioni di Storia dell' Educazione e della Pedagogia*, vol. 2, Torino, Società Editrice Internazionale.
- CERIMONIAL DOMÉSTICO (1936), Braga, Tipografia das Missões Franciscanas.
- CORRESPONDÊNCIA DE SANTOS COSTA PARA SALAZAR (s. d.), Mem Martins, Gráfica Eurpam. L.da.

- CLEMENTE, M. (2002), *Igreja e Sociedade Portuguesa do Liberalismo à República*. Lisboa, Edições Grifo.
- COELHO A. (1950), *Curso de Liturgia Romana*. Tomo I, 3.^a ed., Negrelos Edições Ora & Labora.
- CONSTITUIÇÕES SINODAIS DA DIOCESE DE LAMEGO (1954), Lisboa, União Gráfica.
- CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA da escola primária do Pinhão, desde 12 de Outubro de 1897, a 4 de Março de 1952.
- CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA na escola primária do Pinhão de 12 de Julho de 1898, a 15 de Novembro de 1921.
- COSTA, G. DA. M. (1990), *Seminário e Seminaristas de Lamego. Monografia Histórica*. Braga, Oficinas Gráficas.
- CROZIER E FRIEDBERG (s. d.), *Management. Mudanças e Desenvolvimento Organizacional*. Vol. I. Porto, Rés- Editora.
- CRUZ, GUILHERME, BRAGA DA, (1954), *Direitos da Família, da Igreja e do Estado*. Lisboa, Edição da Conferência Nacional dos Institutos Religiosos.
- CRUZ, MANUEL. B. DA (1980), *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo* Lisboa, Editorial Presença.
- CRUZ, MANUEL B. DA (1988), *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença.
- CRUZ, MANUEL B. DA (1997), *Inéditos e Dispersos I, Escritos Político-Sociais e Doutrinários (1908- 1928)*, Lisboa, Bertrand Editora.
- CRUZ, MANUEL BRAGA DA, (1999), *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Editorial Bizâncio.
- CUNHA, L. (2001), *A Nação nas malhas da sua Identidade. O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*. Porto, Edições Afrontamento;
- DACOSTA, F. (2000), *Salazar. Fotobiografia*, 3.^a ed., Lisboa, Editorial Notícias.
- DE LANDSHEERE, G. (1975), *Définir les Objectifs de l'Éducation*, P.U.F., Paris.
- DELUMEAU, J. org. (1993), *Le Fait Religieux*. Paris, Librairie Fayard.
- DESROCHE, HENRI (1984), *Sociologias Religiosas*. Porto, Rés-Editora L.da.

- DEUSDADO, M. A. F. (1995), *Educadores Portugueses*. Porto, Lelo e Irmão Editores.
- DOCUMENTOS DA FAMÍLIA ABREU (1938) - Tentúgal, Coimbra.
- DURKHEIM, E., (1984), *Sociologia, Educação e Moral*, Porto, Rés-Editora.
- DURKHEIM, E. (2001), *Educação e Sociologia*. Lisboa, Edições 70.
- EAGLETON, TERRY (1996), *Ideology, a introduction*. London, NY, Verso.
- ESTATUTOS DO SEMINÁRIO DIOCESANO DE LAMEGO (1962), Lisboa, União Grafica.
- ESTÊVÃO, CARLOS A. VILAR (1998), *Redescobrir a Escola Privada Portuguesa, como Organização*. Tese de Doutoramento. Braga, Universidade do Minho.
- FARIA, CRISTINA I. F. A. (2000), *As Lutas Estudantis contra a Ditadura Militar: 1926- 1932*. Lisboa, Edições Colibri.
- FARIA, TELMO (2000), *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935- 41)*. Lisboa, Edições Cosmos.
- FARINHA, LUIS (1998), *O Revirinho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926- 1940*. Lisboa, Editorial Estampa.
- F. ENGUITA, MARIANO (editor) (1999), *Sociología de la Educación*, Barcelona, Editorial Ariel.
- FERNANDES, H. N. (1995), *Francisco Caboz. De Seráfico a Trânsfuga. Uma autobiografia*. Porto, Faculdade de Ciências de Educação.
- FERNANDES, R. (1992), *O Pensamento Pedagógico em Portugal*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- FERNANDES, R. (1998), *O Sistema de Ensino em Portugal (secs. XIX e XX)*, Lisboa: Edições Colibri.
- FERNANDES, TEIXEIRA, A. (1998), *Os Fenómenos Políticos. Sociologia do Poder*. 2.^a ed. Porto, Edições Afrontamento.
- FERNANDES, TEIXEIRA, A. (1999), *O Confronto de Ideologias na Segunda Década do século XX. À volta de Fátima*. Porto, Edições Afrontamento.
- FERRARROTI (1983), *Histoire et Histoires de Vie. La Méthode Biographique dans les Sciences Sociales*. Paris, Librairie des Meridiens.

- FERNANDES, TEIXEIRA, A. (2001), *Relações entre a Igreja e o Estado. No Estado Novo e no Pós 25 de Abril de 1974*. Santa Maria da Feira, Edição do Autor.
- FERREIRA, M. J. (1992), *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no século XX*. Lisboa, Editorial Estampa.
- FERREIRA, MANUEL DE PINHO (2004), *A Igreja e o Estado Novo na Obra de D. António Ferreira Gomes*. Porto, Universidade Católica Portuguesa.
- FERREIRA, ORBELINO G. (1945), *Legislação e Administração Escolares*. Coimbra, Coimbra Editora.
- FERRO, A. (1933), *Salazar. O Homem e a sua Obra*. Lisboa, Editor Fernando Pereira.
- FERRO, A. (2003) *Entrevistas de António Ferro a Salazar*. Prefácio de Fernando Rosas. Lisboa, Parceria A. M. Pereira Livraria Editora.
- FORMOSINHO, JOÃO (s.d.), *Educating for Passivity. A Study of Portuguese Education (1926-1968)*. London, Institute of Education-University of London. (tese de doutoramento policopiada).
- FRANCO, SOUSA (1994), “A Liberdade de Aprender e de Ensinar, no Âmbito das Liberdades Fundamentais” *apud* Roberto Carneiro (org.), *Ensino Livre: Uma Fronteira da Hegemonia Estatal*. Porto: Edições Asa.
- GALVÃO, H. *Carta Aberta a Salazar*. Rio de Janeiro, Edição da Comissão de Libertação Nacional, 1959.
- GARCIA CARRASCO, J.; GARCIA DEL DUJO (1996), *Teoria de la Educación*, Salamanca, Ediciones Universidad.
- GARNIER, C. (1952), *Férias com Salazar*. Lisboa, Parceria Maria Pereira.
- GASPAR, J. M.; FREITAS, C.(1962), *Escolas do Magistério Primário, Legislação Vigente (Metrópole e Ultramar)*. Coimbra, Livraria Almedina.
- GEORGEL, J. (1985), *O Salazarismo*. Lisboa, Publicações D. Quixote.
- GIGANTE, JOSÉ ANTÓNIO M. (1954), *Instituições de Direito Canónico. Das Coisas*. Braga, Tipografia Oficina de S. José.
- GOFFMAN, E. (1974), *Manicómios, Prisões e Conventos*. S.Paulo, Editora Peupectuis.
- GOMES E COSTA dirs. (1957), *30 Anos de Estado Novo 1926- 1956*. Lisboa, Iniciativas das Organizações Imperiais, Gráfica Boa- Nova.

- GOMES, J. FERREIRA (1996), *Estudos para a História da Educação no Século XIX*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- GOMES, J. PINHARADA (1987), *Joaquim Alves Mateus. Orador Político e Sagrado*, Santa Comba Dão, Câmara Municipal.
- GONÇALVES, ASSIS (1981), *Relatórios para Salazar, 1931- 1939*. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (CLNSRF), Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.
- GOODSON, IVOR (1977), *A Construção Social do Currículo*. Lisboa, Ed. Educa.
- GRÁCIO, RUI (1980), *Os Professores e a Reforma do Ensino*. 2.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte.
- HARING, BERNARD (1992), *A Igreja que eu amo*. Porto, Figueirinhas.
- HARSGOR, M. (1975), *Naissance d'un Nouveau Portugal*, Paris, Le Seuil.
- HENRIQUES, M. C., MELO, G. DE SAMPAIO orgs., (1989), *Salazar. Pensamento e Doutrina Política. Textos Antológicos*”, Editorial Verbo, Lisboa/S. Paulo.
- JANEIRA, A. L. *et alt.* (1998), *O Regresso ao Sagrado*. Lisboa, Livros e Leituras.
- JUNTA DA ACÇÃO SOCIAL (1960), *O Trabalho e as Corporações no Pensamento de Salazar*. Antologia,. 2.^a ed., Lisboa, Biblioteca Social e Corporativa..
- LEAL, C. (1930), *A Obra Intangível do Dr. Oliveira Salazar*. Lisboa, Edição do Autor.
- LEÃO XIII, Carta Encíclica *Immortale Dei*. Lisboa, Editora Rei dos Livros.
- LEIF, J. e BIANCHERI, A. (1966), *Philosophie De L'Éducation. Les Doctrines Pédagogiques par les Textes*. Paris, Librairie Delagrave.
- LÉON, A. (1977), *Histoire de L'Enseignement en France*, Paris, Presses Universitaires de France, 3.e Éd..
- LÉONARD, Y. (1996), *Salazarismo e Fascismo*, Mem Martins, Editorial Inquérito.
- LERENA, CARLOS (1985), *Materiales de Sociología de la Educación y de la Cultura*. Madrid, Zero.
- LINS, A. (1960), *Missão em Portugal*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.
- LIVRO DE LEITURA DA PRIMEIRA CLASSE (1958), 8.^a ed.. Porto, Editorial Domingos Barreira.

O LIVRO DA SEGUNDA CLASSE (1958), 6.^a Ed., Porto, Porto Editora., L.da.

LIVRO DE LEITURA DA TERCEIRA CLASSE, (1958), 4.^a Ed., Porto, Editora Educação Nacional.

NOVO LIVRO DE LEITURA DA QUARTA CLASSE (1968), 1.^a Ed., Porto, António Branco, Ed., L.da.

LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (1983), *Eleições Presidenciais de 1951 e Correspondência entre Oliveira Salazar e Craveiro Lopes*. Mem Martins: Gráfica Eurpam. Lda;

LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (1986), *Correspondência entre Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar*. Mem Martins: Gráfica Eurpam L.da;

LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (1988) *Correspondência de Santos Costa para Salazar* (s. d.), Mem Martins: Gráfica Eurpam. Lda.

LOPES, JOSÉ MANUEL, M., (2002), *o Projecto Educativo da Companhia de Jesus*, Universidade Católica Portuguesa, Braga.

LUCENA, M. (1976), *A Evolução do Sistema Corporativo Português*. 2 vols .Lisboa, Perspectivas e Realidades.

MADEIRA BÁRBARA, A. (s.d.), *Subsídios para o estudo da Educação em Portugal da Reforma Pombalina à 1.^a República, Textos de Ciências de Educação/2*, Lisboa, Assírio e Alvim.

MADUREIRA, A. (1997), *Antecedentes Imediatos do Salazarismo*, Lisboa, Publicações D. Quixote,.

MAGALHÃES, A. (2004), *A Identidade do Ensino Superior. Política, Conhecimento e Educação numa Época de Transição*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

MARQUES, A. H. O. (1973), *História de Portugal*, vol. II. Lisboa, Palas Editores.

MARROU, H. I. (1955), *Histoire de l'Education dans l'antiquité*. Paris, Seuil.

MARTINEZ MEDIERO, M. (1991), *Largas Vacaciones de Oliveira Salazar*. Madrid, Centro de Documentación Teatral

MARTINS, F. (1992), *Visão Sintética sobre as Realidades Estruturais e a sua Evolução, Portugal e o Estado Novo (1930- 1960)*, Fernando Rosas (coord.), *apud* Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, (dirs.) *Nova História de Portugal*, vol. XII, Lisboa, Editorial Estampa.

- MARX, KARL (1985), *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro I - O Processo de Produção do Capital. Vol. I e II. Tradução Reginaldo Sant`Ana. S. Paulo. Difel. 10ª Edição.
- MATEUS, D. C., (2004), *A PIDE- DGS na Guerra Colonial (1961- 1974)*. Arquivos do sec. XX. Tese de Doutoramento, Lisboa, Terra –Mar.
- MATOS, HELENA. (2003), *Salazar. A Construção do Mito*. Vol. I - 1928- 1933. Casais de Mem Martins, Rio de Mouro, Temas e Debates.
- MATOS, HELENA. (2004), *Salazar. A Propaganda. Construção do Mito*. Vol. II- 1934- 1938. Casais de Mem Martins, Rio de Mouro, Temas e Debates.
- MATTOSO, J. (org.) (1992), *História de Portugal*. Vol. I. Lisboa, Círculo dos Leitores.
- MATTOSO, J. (org.) (1994), *História de Portugal*. Vol. VI. Lisboa, Círculo dos Leitores.
- MEDINA, João (2000), *Salazar, Hitler e Franco. Estudos sobre Salazar e a Ditadura*. Lisboa, Livros Horizonte.
- MEIRELES- COELHO, C. (2000), *Educação no século XX (de 1901 a 1945). Cronologia e Documentos*. Aveiro, Departamento de Ciências de Educação.
- MELO, D. (2001), *Salazarismo e Cultura Popular (1933- 1959)*. Lisboa, Instituto das Ciências Sociais;
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA- GERAL, *Reformas do Ensino em Portugal, 1900- 1910*, Tomo I, vol. IV, 1.ª Parte, Doc. 14.
- MILZA, P. (1999), *Mussolini*. Lisboa Editorial Verbo.
- MÓNICA, F., M. (1978), *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença.
- MÓNICA, FILOMENA, M. (1981), *Escola e Classes Sociais*. Antologia. Lisboa, Editorial Presença.
- NEGREIROS; T. (1957), *Pensamento e Acção*. Lisboa: Neo- gravura L.da.
- NETO, V. (1998), *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832- 1911)*. Lisboa, Imprensa Casa da Moeda.
- NOGUEIRA, F. (1977), *Salazar. A Mocidade e os Princípios (1889- 1928)*. Vol. I, Coimbra: Atlântida Editora.

- NOGUEIRA, F. (1985), *Salazar. O Último Combate (1958- 1964)* vol. VI. Porto, Livraria Civilização Editora.
- NOGUEIRA, F. (1986), *As Grandes Crises (1936- 1945)*. Vol III, 3.^a ed., Porto, Livraria Civilização.
- NOGUEIRA, F. (2000), *O Estado Novo. (1933- 1974)*. Porto, Livraria Civilização.
- NÓVOA, A. (1987), *Le Temps des Professeurs*, 2 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- NÓVOA, A. (1992), “A Educação Nacional” *apud* Fernando Rosas (org.), *Portugal e o Estado Novo*. 1^a ed., Lisboa, Círculo dos Leitores.
- NÓVOA, A. e BANDEIRA, F. (coords.) (2005), *A Educação Portuguesa. Corpus Documental*. CD- ROM: Repertório da Imprensa de Educação e Ensino; Dicionário de Educadores Portugueses; Catálogo da Imprensa da Educação e Ensino; Bibliografia Portuguesa da Educação. Porto, Edições ASA.
- NÓVOA, A. (2005), *Histórias da Educação*. Porto, Edições ASA
- KAVANAUGH, JAMES (1966), *Adeus à Velha Igreja*. Lisboa, Edições Delfos.
- OBRA DAS MÃES PELA EDUCAÇÃO NACIONAL* (s.d.), Caxias, Escola Tipográfica do Reformatório de Caxias.
- O ESTADO NOVO. UNIÃO NACIONAL* (1933), Lisboa , Imprensa Nacional de Lisboa.
- OLIVEIRA, C. (1987), *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa, Edição “O Jornal”.
- Ó, RAMOS DO, J., (1992), *Salazarismo e Cultura*, Portugal e o Estado Novo (1930-1960), Fernando Rosas (coord.), *apud* Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, (dirs.) Nova História de Portugal, vol. XII, Lisboa, Editorial Estampa.
- ORDENAÇÕES PECULIARES DA PROVÍNCIA DE PORTUGAL DA ORDEM DOS FRADES MENORES* (1943).
- PATRIARCA, F. (1995), *A Questão Social no Salazarismo*. 2 vols. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda;
- PACHECO, A. C. (1940), *Portugal Renovado*, Lisboa, S. P. N..
- PATRIARCA, F. (2000), *Sindicatos conta Salazar: a Revolta de 18 de Janeiro de 1934* Lisboa: Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais.

- PEDRO, A. P., (2002), *Percurso de uma Educação em Valores em Portugal. Influências e Estratégias*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- PIMENTEL, IRENE F. (2000), *História das Organizações Femininas no Estado Novo*. Lisboa, Círculo dos Leitores.
- PINTO, A. DA C. (1994), *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal. 1914- 1945*, Lisboa, Editorial Estampa.
- PINTO, ANTÓNIO COSTA (2001), *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, A Guerra Colonial e a Descolonização, 1961- 1975*. Lisboa, Livros Horizonte.
- PINTO, N. J. (1993), *Salazar visto pelos seus Próximos (1946- 68)*. Venda Nova, Bertrand Editora.
- PINTO, TERESA (2000), *O Ensino Industrial Feminino Oitocentista. A escola Damião de Góis em Alenquer*. Lisboa, Edições Colibri.
- PORTUGUÊS, ERNESTO (1998), *Seminário de Nossa Senhora da Conceição – Braga. Aspectos Histórico- Pedagógicos*. Tese de Mestrado realizada na U. M., Braga, Oficinas de S. José.
- PROENÇA, MARIA C. (1990), *A Primeira Regeneração. O Conceito e a Experiência Nacional (1820- 1823)*. Lisboa, Livros Horizonte.
- PROST, ANTOINE (1999), *L'Histoire Aujourd'hui*. Auxerre, Sciences Humaines Éditions.
- RAMOS, R. (2001), *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal. (1884- 1908)*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- REGISTO GERAL DE MATRÍCULA NAS ESCOLAS ELEMENTARES, Modelo B, de 20 de Novembro de 1896, a 1 de Junho de 1904.
- REGRA DOS FRADES MENORES* (1948), Braga, Tipografia das Missões Franciscanas.
- REGULAMENTO DO COLÉGIO DAS MISSÕES FRANCISCANAS* (1983), Braga, Tipografia da Missões Franciscanas.
- RIBEIRO, M. DA C. (1995), *A Polícia Política no Estado Novo 1926- 1945*. Lisboa, Editorial Estampa.

- ROCHA, FILIPE (1988), *Correntes Pedagógicas Contemporâneas*. Aveiro, Editora Estante.
- RODRIGUES, LUIS NUNO (2002), *Salazar-Kenedy: a Crise de uma Aliança*. Lisboa, Editorial Notícias.
- RODRIGUES, V. P.e AFONSO (1933), *Exercício de Perfeição e Virtudes Cristãs.*, Versão do Castelhana por Fr. Pedro de Santa Clara, 3.^a ed. Tomo V, Lisboa, Tip. da “União Gráfica”.
- ROSAS, F. (coord.) (1992), *Portugal e o Estado Novo (1930- 1960)*, vol. XII da “Nova História de Portugal” (direcção de Joel Serrão e A H. De Oliveira Marques), Lisboa, Presença.
- ROSAS, F. (1994), *O Estado Novo (1926- 1974)*, vol. 7 da “História de Portugal” (dir. de José Mattoso), Lisboa, Círculo dos Leitores/ Editorial Estampa.
- ROSAS, FERNANDO (1996), *O Estado Novo nos Anos Trinta (1928- 1938)*. Lisboa, Editorial Estampa.
- ROSAS FERNANDO E J. M. BRANDÃO DE BRITO (1996), *Dicionário da Historia do Estado Novo*, 2 vols. Lisboa, Círculo dos Leitores, Temas e Debates.
- SERRÃO, J. V. (1997), *Do 28 de Maio ao Estado Novo (1926- 1935)*, Vol. XIII da “História de Portugal”, Lisboa, Verbo.
- SALAZAR, A. O. (1919), *A Minha Resposta. No Processo de Sindicância à Universidade de Coimbra*. Tipografia França Amado.
- SALAZAR, A. O. (1935), *Discursos (1928-1934)*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora.
- SALAZAR, A. O. (1937), *Discursos e Notas Políticas (1935-1937)*, vol. II. Coimbra, Coimbra Editora.
- SALAZAR, A. O. (1951), *Discursos e Notas Políticas (1943-1950)*, vol. IV. Coimbra, Coimbra Editora.
- SALAZAR, A. O. (1959), *Discursos e Notas Políticas (1938-1943)*, vol. III, 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora.
- SALAZAR, A. O. (1962), *Invasão e Ocupação de Goa pela União Indiana*. Lisboa, Secetariado de Informação.
- SALAZAR, A. O. (1967a), *Discursos e Notas Políticas (1959-1966)*, vol. VI. Coimbra, Coimbra Editora.

- SAMPAIO, SALVADO J. (1976), *O Ensino Primário 1911-1969. Contribuição Monográfica*. 3 Vols., 1957- 1957. Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência - Centro e Investigação Pedagógica.
- SANCHES, A. N. RIBEIRO (1760), *Cartas sobre a Educação da Mocidade*. 1.^a ed.. Coimbra, Imprensa da Universidade.
- SANTOS, B. DE S. (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal*. 2.^a ed., (1974- 1988). Porto, Edições Afrontamento.
- SANTOS; B. DE S. (2000), *Crítica da Razão Indolente. Contra o Desperdício da Experiência*. Porto, Edições Afrontamento.
- SAUD, CARLES (1978), *La Vocacion-Conversion et Reconversion des Prêtres Ruraux*. Paris, Éditions de Minuit.
- SCHWARTZMAN, KATHLEEN, C. (1989), *The Social Origins of the Democratic Collapse. The First Portuguese Republic in the Global Economy*, Lawrence, Kansas.
- SEABRA, J. et al. (2000), *O CADC de Coimbra, a Democracia Cristã e os inícios do Estado Novo*. Coimbra, Edições Colibri.
- SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL (s. d.), *Mocidade Portuguesa Feminina. Organização e Actividades*. Lisboa, Oficinas Gráficas “Casa Portuguesa”.
- SOUSA, A. R. DA SILVA (1941), *Ensaio dum Catecismo Corporativo*. Lisboa, Edição do Sindicato Nacional dos Empregados de Escritórios dos Serviços de Navegação.
- SPIRAGO, FRANCISCO (1905), *Catecismo Católico Popular*. Segunda Parte, 2.^a ed., Guarda, Tip. da Empresa Veritas,
- SUCHODOLSKI, B., (1966), *Teoria Marxista de la Educación*, México, Editorial Grijalbo,
- TEODORO, ANTONIO (2002), *As Políticas de Educação em Discurso Directo 1955-1995*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- TORGAL, L. REIS, (1989) *História e Ideologia Coimbra*, Minerva.
- TORGAL, R. L. (1999), *A Universidade e o Estado Novo, O Caso de Coimbra, 1921-1961*. Coimbra, Minerva,
- TORGAL, L. REIS, (coord.) (2000), *O Cinema sob o Olhar de Salazar*. Lisboa, Círculo de Leitores.

TORRES, J. (1870), *Antologia de Textos Pedagógicos do Século XIX Português. A Educação Nacional*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Investigação Pedagógica.

TRABULHO, A (2004), *O Diário de Salazar*, 6.ª ed.. Lisboa, Parceria A M. Pereira.

VARA COMONTE, A. (1997), *Sociologias de la Educación: Claves Fundamentales*. Santiago, Tórculo Edicións.

VAZ, J. (1965), *Actualização*. Lisboa, Sampedro.

VERNEY, LUIS. A.(1750), *O Verdadeiro Método de estudar*. Lisboa, Livraria Sá da Costa.

VIEIRA, BENEDICTA M. D. coord. (2003), *Grupos Sociais e Estratificação Social em Portugal no Século XIX*. Lisboa, ISCTE, Centro de Estudos da História Contemporânea Portuguesa.

VIEIRA, J. dir., (2004), *Salazar*. Lisboa, Temas e Debates.

WEBER, MAX (1964), *Economia y Sociedad*, Vol. II, México- Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.

WEBER, MAX (1971), *Économie et Société*, Paris, Librairie Plon.

DOCUMENTOS LEGAIS:

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DA REPÚBLICA PORTUGUESA DE 1911, promulgada pelo Decreto de 21 de Agosto de 1911 e publicada no *Diário do Governo*, n.º 195, I Série, 22/08/1911.

PROJECTO DA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DA REPÚBLICA PORTUGUESA DE 1933, promulgado pelo Decreto n.º 22:241. Plebiscitado em 19 de Março de 1933 e aprovado em 9 de Abril de 1933. A Constituição entrou em vigor em 11 de Abril de 1933.

CONCORDATA DE 1940. Aprovação pela Assembleia Nacional, através da Lei n.º 1984 de 30 de Maio. A 1 de Junho de 1940 entrou em vigor. Publicada no *Diário do Governo*, n.º 158, I Série, 10/07/1940; Decreto de 11 de Janeiro de 1837, *Diário do Governo*, n.º 13, I Série, 16/01/1837; Decreto de 13 de Janeiro de 1837, *Diário do Governo*, n.º 16, I Série, 19/01/1837; Decreto de 5 de Janeiro de 1937, *Diário do Governo*, n.º 7, I Série, 09/01/1837; Decreto de 30 de Dezembro de 1852, *Diário do Governo*, n.º 1, I Série, 01/01/1853; Decreto com força de lei de 29 de Março de 1911, *Diário do Governo*, I Série, 30/03/1911; Decreto n.º 13.791 de 16 de Junho de 1927, *Diário do Governo*, n.º 123, I Série, 17/06/1927; Lei n.º 1:941 de 11 de Abril de 1936, *Diário do Governo*, n.º 84, I Série, 11/04/1936; Decreto n.º 27:603 de 29 de Abril de 1937, *Diário do Governo*, n.º 72, I Série, 29/04/1937; Decreto – Lei n.º 30: 951 de 10 de Janeiro de 1940, *Diário do Governo*, n.º 286, I Série, 10/12/1940; Decreto n.º 15:446 de 14 de Maio de 1928, *Diário do Governo*, n.º 109, I Série, 14/05/1928; Decreto n.º 26:611 de 19 de Maio 1936, *Diário do Governo*, n.º 116, I Série, 19/05/1936; Decreto-lei n.º 22:469 de 11 de Abril de 1933, *Diário do Governo*, n.º 83, I Série, 11/04/1933; Decreto 23:054 de 25 de Novembro de 1933, *Diário do Governo*, n.º 218, I Série, 25/09/1933; Decreto n.º 25:495 de 13 de Junho de 1935, *Diário do Governo*, n.º 134, I Série, 13/06/1935; Decreto n.º 26:893 de 15 de Agosto de 1936, *Diário do Governo*, I Série, 15/0/1936; Decreto n.º 28:262 de 8 de Dezembro de 1937, *Diário do Governo*, I Série, 08/12/1937; Decreto-Lei n.º 35:007 de 13 de Outubro de 1945, *Diário do Governo*, I Série, 13/10/1945; Decreto n.º 35:046 de 22 de Janeiro de 1945, *Diário do Governo*, I Série, 13/01/1945; Decreto n.º 35:044 de 2 de Outubro de 1945, *Diário do Governo*, n.º 233, I Série, 22/10/1945; Decreto-Lei n.º 23:048 de 23 de Setembro de 1933, *Diário do Governo*, n.º 217, I Série, 23/09/1933; Decreto-Lei n.º 23:051 de 23 de Setembro de 1933, *Diário do Governo*, 217, I Série, 23/09/1933; Decreto-lei n.º 23:050 de 23 de Setembro de 1933, *Diário do Governo*, n.º 217, I Série, 23/09/1933; Lei n.º 2048 de 11 de Junho de 1951, *Diário do Governo*, n.º 117, I Série 11/06/1951; Lei n.º 2: 100 de 29 de Agosto de 1959, *Diário do Governo*, n.º 198, I Série 9/08/1959; Decreto-lei n.º 21:608 de 2 de Agosto de 1932, *Diário do Governo*, n.º 195, I Série 20/08/1932; Decreto-lei n.º 22:040 de 28 de Dezembro de 1932, *Diário do Governo*, n.º 304, I Série, 28/12/1932; Decreto-lei de 23 de Setembro de 1933, *Diário do Governo*, n.º 218, I Série, 25/09/1933; Decreto-lei n.º 26:893 de 15 de Agosto de 1936, *Diário do Governo*, n.º 191, I Série, 15/08/1936; Lei de 29 de Março de 1911, *Diário do Governo* n.º 73, I Série de 29/03/1911; Decreto n.º 13. 791 de 17 de Março de 1927, *Diário do Governo*, n.º 123,

I Série, 17/06/1927; Decreto n.º 20:181 de 7 de Agosto de 1931, *Diário do Governo*, n.º 12, I Série, 07/08/1931; Decreto n.º 16.077 de 26 de Outubro de 1928, *Diário do Governo*, n.º 247, I Série, 26/10/1928; Decreto- Lei n.º 38:969 de 27 de Outubro de 1952, *Diário do Governo*, n.º 241, I Série, 27/10/1952; Decreto n.º 6:137 de 29 de Setembro de 1919, *Diário do Governo*, n.º 198, I Série, 29/9/1919, rectificado nos n.ºs 252, 257, I.ª Série de 11-12 e 18/12/1929; Circulares n.º 933 de 7/7/1931; n.º 824 de 5/11/1929, n.º 23 de 26/9/1932 e n.º 491 de 30/6/1933; Decreto n.º 15:954 de 13 de Setembro de 1929, *Diário do Governo*, n.º 211, I Série, 13/9/1928; Circular n.º 414, de 26/6/1929; Decreto- lei n.º 27:279 de 24 de Novembro de 1936, *Diário do Governo*, n.º 279, I Série, 24/11/1936; Decreto-lei n.º 30:951 de 10 de Dezembro de 1940, *Diário do Governo*, n.º 286, I Série, 10/12/1940; Decreto n.º 3:991 de 17/04/1917, *Diário do Governo*, n.º 60, I Série, 17/04/1917; Lei n.º 1: 969 de 20 de Maio de 1938, *Diário do Governo*, n.º 115, I Série, 20/05/1938; Circular Ministerial, n.º 309 de 2 de Setembro de 1937 da Direcção-Geral do Ensino Liceal de 2/09/1937, *Diário do Governo*, n.º 225, I Série, 25/09/1937; Decreto 16.362, de 14 de Janeiro de 1929, *Diário do Governo*, n.º 11, I Série, 14/01/1929; Decreto n.º 5:787 – A de 10/05/1919, *Diário do Governo*, n.º 9, I Série, 10/05/1919; Decreto 18:779, *Diário do Governo*, n.º 197, I Série; Decreto 20.741 de 12/08/1931, *Diário do Governo*, n.º 8, I Série, 12/08/1931; Decreto n.º 12:156, 20 de Agosto de 1926, *Diário do Governo*, n.º 183, I Série, 20/08/1926; Decreto n.º 4:650 de 14 de Julho de 1918, *Diário do Governo*, n.º 157, I Série, 14/07/1918; Portaria de 21/05/1928, *Diário do Governo*, n.º 115, II Série, 23/05/1928; Portaria de 13/06/1928, *Diário do Governo*, n.º 187, II Série de 13/06/1928; Decreto de 19 de Abril de 1911, *Diário do Governo*, n.º 91, I Série, 20/04/1911; Decreto n.º 21:014 de 19 de Março de 1932, *Diário do Governo*, n.º 68, I Série, 19/03/1933; Decreto n.º 16:077 de 26 de Outubro de 1928, *Diário do Governo*, n.º 247, I Série, 26/10/1928; Lei n.º 1:941 de 11 de Abril de 1936, *Diário do Governo*, n.º 84, I Série, 11/04/1936; Decreto-lei n.º 36:495, de 5 de Setembro de 1947, *Diário do Governo*, n.º 206, I Série, 05/09/1947; Decreto-lei n.º 36:508 de 17 de Setembro de 1947, *Diário do Governo*, n.º 216, I Série, 17/09/1947; Decreto-lei 36:507 de 17 de Setembro de 1947, *Diário do Governo*, n.º 216, I Série, 17/09/1947; Decreto n.º 38:026 de 2 de Novembro de 1950, *Diário do Governo*, I Série, 02/11/1950; Decreto-lei n.º 36:508 de 17 de Setembro de 1947, *Diário do Governo*, n.º 216, I Série, 17/09/1947; Portaria n.º 13:800 de 12 de Janeiro de 1952, *Diário do Governo*, n.º 173, I Série, 12/01/1952; Lei n.º 2:003 de 27 de Junho de 1949, *Diário do Governo*, n.º 138, I Série, 27/07/1949; Portaria n.º 13:649 de 17 de Agosto de

1951, *Diário do Governo*, n.º 173, I Série, 17 /08/1951; Decreto n.º 5:787 – A de 10 de Maio de 1919, *Diário do Governo*, n.º 9, I Série, 10/05/1919; Decreto n.º 3:091 de 17 de Abril de 1917, *Diário do Governo*, n.º 60, I Série, 17 /04/1917; Decreto n.º 5:078 de 24 de Dezembro de 1918, *Diário do Governo*, n. 1, I Série, 02/01/1919; Decreto-Lei n.º 47:480 de 2 de Janeiro de 1967, *Diário do Governo*, n.º 1, I Série, 02/01/1967; Decreto-Lei n.º 42:994 de 28 de Maio de 1960, *Diário do Governo*, n.125, I Série, 28/05/1960; Decreto-Lei n.º 45:810 de 9 de Julho de 1964, *Diário do Governo*, I Série, 09/07/1964; Decreto-lei n.º 41:902 de 9 de Outubro de 1958, *Diário do Governo* n.º 219 I Série, 09/10/1958; Decreto -Lei n.º 40:964 de 27- 12- 1956, *Diário do Governo*, n.º 284, I Série, 31/12/1956; Decreto-lei n.º 38:968 de 27/10/1952, *Diário do Governo*, n.º 241, I Série, 27/10/1952; Decreto n.º 38:969 de 27 de Janeiro de 1952, *Diário do Governo*, n.º 241, I Série, 27/01/1952; Decreto n.º 27:279 de 24 de Novembro de 1936, *Diário do Governo*, I Série, 24/11/1936; Decreto n.º 16:729 de 13 de Abril de 1929, *Diário do Governo*, n.º 83, I Série, 13 /04/1929; Decreto- Lei n.º 26:611 de 19 de Maio de 1936, *Diário do Governo*, n.º 116, I Série, 19/05/1936; Decreto- Lei n.º 27:279 de 24 de Novembro de 1936, *Diário do Governo*, n.º 276 I Série, 24/11/1936; Lei 1:941 de 11 de Abril de 1936, *Diário do Governo*, n.º 84, I Série, 11/04/1936; Decreto n.º 30:316 de 14 de Março de 1940, *Diário do Governo*, I Série, 14/03/1940; Decreto n.º 18:420 de 4 de Junho de 1930, *Diário do Governo*, I Série, 04/06/1930; Circular n.º 4 de 06/4/1932; Decreto 13:791 de 17 de Julho de 1927, *Diário do Governo*, n.º 125, I Série, 17/07/1927; Portaria 9: 433 de 15 de Janeiro de 1940, *Diário do Governo*, n.º 12, I Série, 15/01/1940; Decreto- Lei n.º 22:369 de 30 de Março de 1933, *Diário do Governo*, n.º 73, I Série, 30/03/1933; Circular n.º 933 de 7/7/1929; Circular n.º 824 de 25-11-1929; Circular n.º 933 de 7-7-1931; Circular n.º 23 de 26-9-1932; Circular n.º 491 de 30-6-1933; Decreto de 7 de Janeiro de 1911, *Diário do Governo*, n.º 62, I Série, 07/01/1911; Decreto 19:478 de 18 de Março de 1931, *Diário do Governo*, n. 64, I Série, 18/03/1931; Circular n.º 133 do L.º 16- E, n.º 1264 de 23/2/1952; Decreto n.º 19.478 de 18 de Março de 1931, *Diário do Governo*, n.º 64, I Série, 18/3/1931; Decreto n.º 18:934 de 17 de Outubro de 1930, *Diário do Governo*, 242, I Série, 17/10/1930; Decreto n.º 19:794 de 29 de Maio de 1931, *Diário do Governo*, n.º 124, I Série, 29/5/1931; Circular n.º 202, de 19/2/1931; Decreto-Lei n.º 32:629 de 16 de Janeiro de 1943, *Diário do Governo*, n.º 12, I Série, 16/01/1943; Decreto 615 de 30 de Junho de 1914, *Diário do Governo*, n.º 107, I Série, 30/06/1914; Decreto 2.609 de 4 de Setembro de 1916, *Diário do Governo*, n.º 179, I Série, 04/09/1916; Decreto 5.029 de 1 de Dezembro de 1918, *Diário do Governo*, N.º 263, I

Série, 1/12/1918; Decreto- Lei n.º 25:317 de 13 de Maio de 1935, *Diário do Governo*, n.º 108, I Série, 13/05/1935; Decreto-Lei n.º 13:619 de 17 de Maio de 1927, *Diário do Governo*, n.º 100, I Série, 17/05/1927; Decreto-Lei n.º 16:730 de 13 de Abril de 1929, *Diário do Governo*, n.º 83, I Série, 13/04/1929; Decreto-Lei 20:604 de 9 de Dezembro de 1931, *Diário do Governo*, n.º 283, I Série, 09/12/1931; Decreto n.º 30:316 de 14 de Março de 1940, *Diário do Governo*, n.º 61, I Série, 14/03/1940; Ofício n.º 31, Liv.º 14 - D, de 1 de Agosto de 1956, da Direcção Geral do E. Primário; Lei n.º 2:058 de 29 de Dezembro de 1952, *Diário do Governo*, 291, I Série, 29/12/1952; Lei n.º 2:094 de 25 de Novembro de 1958, *Diário do Governo*, n.º 256, I Série, 25/11/1958; Lei n.º 2:123 de 14 de Dezembro de 1964, *Diário do Governo*, n.º 291; I Série, 14/12/1964, *Diário do Governo*, n.º 198, I Série, 1964; Decreto – Lei n.º 37:985 de 29 de Setembro de 1950, *Diário do Governo*, n.º 193, I Série, 29/09/1950; Decreto n.º 39:807 de 7 de Setembro de 1954, *Diário do Governo*, n.º 198; I Série, 07/09/1954; Portaria n.º 14:524 de 2 de Setembro de 1953, *Diário do Governo*, n.º 191, I Série, 02/09/1953; Decreto-Lei n.º 38:968 de 27 de Outubro de 1952, *Diário do Governo*, n.º 241, I Série, 27/10/1952; Decreto-Lei n.º 21:645 de 4 de Setembro de 1932, *Diário do Governo*, n.º 208 I Série, 4/09/1932; Decreto-Lei n.º 28: 262 de 8 de Dezembro de 1937, *Diário do Governo*, n.º 285, I Série, 8/12/1937; Decreto de 30 de Dezembro de 1952, *Diário do Governo*, n.º 1, I Série de 01/01/1853; Decreto n.º. 6:137 de 29 de Setembro de 1919, *Diário do Governo*, I Série, 29/09/1919.

PERIÓDICOS:

ANÁLISE SOCIAL, Rosas, Fernando (2001), “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, vol. XXXV, n.º 157, Inverno.

COLÓQUIO EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, Grilo, e. M. *et alt.* (1992), “ Algumas Considerações sobre a Reforma da Educação”, n.º 1, Outubro.

CULTURA, REVISTA DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS, Anselmo, A. (1997), “Fronteiras da História do Livro”, vol. IX, II Série.

SOCIOLOGY OF EDUCATION, RAMIREZ, F. O.; Boli, J. (1987), “The Political Construction of Mass Schooling: European origins and Worlwide institutionalization”, vol. 60, Janeiro.

ACTES DE LA RECHERCHE EN SCIENCES SOCIALES, Julia, Dominique (1981), « La Naissance du corps professoral », n.º 39, Septembre.

REVUE FRANCAISE DE PEDAGOGIE, WILLAIME, JEAN PAULE (1998), « École et religions : une nouvelle donne ? », n.º 125, Out.-Nov.-Déc.

O INSTITUTO, COSTA, D. ANTÓNIO “Reforma do Marquez de Pombal” (1882), vol. XXIX, n.º 12.

LUMEN, Revista de Cultura do Clero, SANTA MARIA, FREI PAULO DE (1943), “Da Formação para o Sacerdócio”, ano VII, Junho, fac. VI.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS: 02/05/1932 e 28/05/1932; 27/04/1936.

LUMEN, Revista de Cultura do Clero, Frei Paulo de Santa Maria (1943), “O Seminário e a Formação”, ano VII, Junho, Fasc. VI.

A FOLHA, bissemanário: 12/01/1908; 04/06/1908; 12/12/1909;

O IMPARCIAL, semanário dos estudantes católicos de Coimbra: 1.º ano, n.º 1, de 22/02/1912; 29/02/1912; 14/03/1912;

CORREIO DE COIMBRA, semanário diocesano- órgão da Comissão Diocesana do Centro Católico: ano III, n.º 146, 21/02/1925; ano III, n.º 142 de 22/01/1925; ano III n.º 145, 14/02/1925; ano III, n.º 146, 21/02/1925; ano III, n.º 147, 28/02/1925; ano III, n.º 148, 07/03/1925; ano III, n.º 149, 14/03/1925; ano IV, n.º 161, 13/06/1925; ano IV, n.º 182, 07/11/ 1925;

ECOS DO MINHO, 22/06/1917;

ESTUDOS, revista mensal do C.A. D. C. de Coimbra: Editorial “Primeiras Palavras”, Ano I, n.º 1, Maio de 1922, 1 – 2; “Estatuto do C.A.D.C. de Coimbra (Bases Fundamentais)”, Ano 1.º, N.º 1, Maio de 1922;

CORREIO DE COIMBRA, ano III, n.º 149, 14/03/1925; ano IV, n.º 180, 24/10/1925.

NOVIDADES, 27 de Abril de 1928;

O SÉCULO de 8/05/1945.

JORNAL DE NOTÍCIAS de 02/03/1936;

ANÁLISE SOCIAL, Pinto, A. C. “O Império do Professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)” (2001), vol. XXXV, n.º 157;

ESCOLA PORTUGUESA, “Pastoral Colectiva do Episcopado Português, sobre as comemorações centenárias” *Escola Portuguesa*, ano VI, n.º 289 de 9 de Maio de 1940;

LE FIGARO, 2 /09/1958; 3/09/1958;

O SÉCULO, 8/05/1945;

LUSITANIA SACRA, revista da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa. Ferreira, Manuel Cavaleiro (1990), “O pensamento político- social do Cardeal Cerejeira”, 2.ª Série, Tomo II;

NOVIDADES. Órgão oficial da Igreja Católica portuguesa:

13 de Junho de 1924; 1 de Janeiro de 1929.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 5 de Agosto de 1936; 20 de Outubro de 1933;

BOLETIM DA ACÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA Editorial “Objectivos da Acção Católica portuguesa”, Dezembro de 1946;

A CAMPANHA. Órgão da Campanha Nacional de Educação de Adultos:

Abelha, Azinhal “Bom dia, Senhora professora”, n.º 6 - 15 de Janeiro de 1954, 11;

Editorial “A mensagem de Natal”, n.º 18 - Dezembro de 1954;

ESCOLA PORTUGUESA. Boletim da Direcção-Geral do Ensino Primário:

Editorial: “No fim de dois anos”, ano XXI, n.º 1033 de 2 de Janeiro de 1955;

“A função social das Escolas” Relatório da professora Branca do Céu Neves Baptista Ramos, da Escola Masculina do Bairro Social da Boa Fé- Elvas, ano XXI, n.º 1036 de 25/01/1955;

“Discurso proferido por S. Ex.cia o Ministro da Educação Nacional, no dia 28 de Abril, em Santa Cruz do Vimieiro”, ano VI, n.º 288 de 2 de Maio de 1940; Evangelista, Domingos, (1940), “Centenários”,

Escola Portuguesa, ano VI, n.º 289 de 9 de Maio; “Discurso proferido por

Salazar na Assembleia Nacional em 28 de Maio de 1940”, ano VI, n.º 293 de 6 de Junho de 1940; “A Obra das Mães pela Educação Nacional e a Escola

Primária”, ano VI, n.º 266 de 30 de Novembro de 1939; Editorial “O retrato

do Chefe”, ano IV, n.º 181 de 14 de Abril de 1938; Discurso proferido por S.

Ex.cia o Ministro da Educação Nacional em 22 de Maio último, na sede do destacamento militar mixto de Almada, no acto de distribuição de diplomas

aos soldados aprovados no exame do ensino primário elementar”, ano IV, n.º

190 de 16 de Junho de 1938;

JORNAL A, B, C de 7 de Abril de 1918; 16/05/1918,

JORNAL DE NOTÍCIAS de 20/12/1935; 25/08/1935; 16/01/1936; 24/01/1936;

ACÇÃO EDUCATIVA, Jornal n.º 1 de 08/12/1952;

AHORA, “Comentario. Nueva Vuelta a Portugal”., 3 de Julho de 1935;

EDUCAÇÃO NACIONAL, ano XXXII, n.º 12 de 19/05/1933;

BOLETIM OFICIAL DO MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA, Imprensa Nacional, ano III, fasc. 2, 1933;

PROFESSOR PRIMÁRIO, revista n.º 394 de 03/07/1927;

ESCOLA PORTUGUESA, Editorial “A semana da Mãe”, ano VI, n.º 263 de 9 de Novembro de 1939, 77; Pena, G. Rodrigues (1940), “Temas do nosso tempo (A crise da personalidade)”, ano VI, n.º 28 de 2 de Maio; “Discurso proferido pelo Director Geral do Ensino Primário, Dr. Manuel Cristiano de Sousa, na sessão solene realizada no Liceu D. Filipa de Lencaste em homenagem aos professores do ensino primário”, ano VI, n.º 292 de 30 de Maio de 1940; Pacheco, Carneiro (1940), “retrato do chefe”, ano vi, n.º 287 de 25 de abril, 442 ; Discurso proferido pelo novo Director Geral do Ensino Liceal, sr. dr Riley da Mota”, ano VI, n.º 285 de 11 de Abril de 1940; Tristão, F. Jorge (1955), “Simplificação dos Programas. O que visa a Escola Primária”, *Escola Portuguesa*, ano XXI, n.º 1035 de 17 de Janeiro; Editorial “Da coeducação”, ano VI, n.º 273 de 18 de Janeiro de 1940; Caramona, M (1940), “Notas Legislativas. As Leis e a Moralidade”, ano VI, n.º 29 de 23 de Maio de 1940; “Discurso proferido pelo novo Director Geral do Ensino Liceal sr. dr. Riley da Mota, no acto de posse”, ano VI, n.º 285 de 11 de Abril de 1940; “Discurso proferido por S. Ex.cia o Ministro da Educação, em 8 do corrente mês, na”Sala dos Capelos” da Universidade de Coimbra”, ano VI, n.º 295 de 20 de Junho de 1940; “Folha de Doutrina organizadas pelo Comissariado Nacional da O. N. M. P. e publicadas a seu pedido. Para “Lusitos” n.º 20-1939/40, ano VI, n.º 295 de 20 de Junho de 1940; “Discurso proferido pelo Sr. Ministro da Educação Nacional, no acto de posse do novo Director Geral do ensino liceal”, ano VI n.º 284 de 4 de Abril de 1940, 393-394; “Folha de Doutrina para “Lusitos”. A Família, n.º 3- 1939/40”, ano VI, n.º 264 de 16 de Novembro de 1939; “Folha de Doutrina para “Lusitos”. A Família, n.º 3- 1939/40”, “Discurso proferido por S. Ex.cia o Ministro da Educação Nacional, no acto da inauguração da “Escola - Cantina Salazar” no dia 28 de Abril, em Santa Cruz do Vimieiro”, ano VI, n.º 264 de 16 de Novembro de 1939; Editorial “Devemos a Salazar obediência total pronta e perfeita”, ano VI, n.º 286 de 18 de Abril de 1940, 426- 427;

“Discurso de S. Ex.cia o Ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco”, ano VI, n.º 208 de Outubro de 1938; “Discurso de S. Ex.cia o Ministro da Educação Nacional na inauguração do Centro de Serviço Social n.º 1 da “Obra das Mães pela Educação Nacional”, ano VI n.º 289 de 9 de Maio de 1940; “Vida escolar. Moimentinha”, ano VI, n.º 272 de 11 de Janeiro de 1940; “Devemos a Salazar obediência total, pronta e perfeita”, *Escola Portuguesa*, ano VI N.º 286, 18 de Abril de 1940; *ESCOLA PORTUGUESA*: “Discurso proferido por S. Ex.cia o Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar, na reunião da Comissão Executiva e comissões políticas da União Nacional, realizada, no dia 12 do corrente, na sala da Biblioteca da Assembleia Nacional”, ano XVII, n.º 839, de 17 de Dezembro de 1950; Pena, G. Rodrigues (1940), “temas do nosso tempo (a crise da personalidade)”, ano VI, n.º 288, 2 de Maio; *ANÁLISE SOCIAL*, Rosas, Fernando (2001), “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, n.º 157, vol. xxxv, Inverno.

LISTA DE FIGURAS

Figura n.º 1- Salazar, segundo a caricatura do pintor Almada Negreiros, 1933 (Torgal, 1999: 31).

Figura n.º 2- Decálogo do Estado Novo de João Ameal, publicado em 1934, pelo S. P. N. (Medina, 2000: 100- 101).

Figura n.º 3 A vila de Santa Comba Dão, na passagem do século XIX para o século XX. Fontanário (Vieira, 2004:23). A moral católica tutelava corpos e consciências.

Figura n.º 4 Vimieiro. A casa onde nasceu Salazar (Dacosta, 2000: 27). A natureza parece querer esconder os segredos do “mito” .

Figura n.º 5 – Salazar no Seminário de Vizeu (Torgal, 1989: 33)

Figura n.º 6- “Salazar (...) sempre escondido na sua máscara” (Ferro, 1933: 146).

Figura n.º 7 O modelo rural e cristão da família do Estado Novo. Cartazes de propaganda política do Estado Novo (1933/1947), *Biblioteca Nacional*, 1988.

Figura n.º 8. A escola do Estado Novo. Cartazes de propaganda política do Estado Novo (1933/1947), *Biblioteca Nacional*, 1988.

LISTA DE QUADROS

Quadro n.º 1. Paralelo entre a “missão” de Salazar e a missão da Igreja Católica.

Quadro n.º 2. Analfabetismo em Países da Europa do sul, no último quartel do século.

Quadro n.º 3. Classificações de Salazar no seminário de Vizeu (extraído das Actas do seminário de Vizeu)..

Quadro n.º 4. As principais referências factuais e cronológicos do percurso de Salazar efectuado até à entrada definitiva no poder (1889- 1928).

Quadro n.º 5. Centralidade dos discursos de Salazar- 1928- 1936.

Quadro n.º 6. A Constituição de 1933.

Quadro n.º 7. Paralelo entre as concessões e as exigências do governo de Salazar (adaptado do texto da Concordata de 1940).

Quadro n.º 8. Revisões e alterações o texto inicial da Constituição de 1933 (Rosas, 1992:115).

Quadro n.º 9. Objectivos da O.M. E. N.(adaptado do Regulamento da O.M. E. N.).

Quadro n.º 10. Esquema da “Missão” de Salazar.

Quadro n.º 11. Analfabetismo em Portugal Continental (Pontos 2 e 3 do Decreto- Lei n.º 38:968 de 27 de Outubro de 1952).

Quadro n.º 12. Estudo comparativo da dimensão do ensino primário: Primeira República e Ditadura Nacional (adaptado da Legislação).

Quadro n.º 13. Crescimento do ensino liceal na Primeira República (Adaptado de várias fontes).

Quadro n.º 14. Dimensão dos níveis de ensino (Adaptado de várias fontes).

Quadro n.º 15. INE Estatísticas da Educação (Sampaio, *ibid.*: 82).

Quadro n.º 16. Programa de actividades da Mocidade Portuguesa.

Quadro n.º 17. Educação, segundo a Igreja Católica (Gigante, 1954).

Quadron.º 18. Pensamentos educativos da escola do Estado Novo (adaptado da Legislação).

Quadro n. 19. Quadro- síntese comparativo das políticas educativas adoptadas na Primeira República e na Ditadura Nacional (adaptado da legislação).

Quadro n.º 20. Estatística de Portugal escolarizado em 1950, (Sub- Secretário da Educação Nacional, Dr. Veiga de Macedo).

Quadro n.º 21. Emigração portuguesa (extraído e adaptado de Rosas, *ibid.*: 345).

Quadro n.º 22. Profissão dos encarregados de educação da escola do Pinhão - 1896/97 a 1904/05 .

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico n.º 1. Matrículas na Escola Primária do Pinhão– 1896/97 a 1904/05;

Gráfico n.º 2. Aproveitamento- 1896/97 a 1904/05;

Gráfico n.º 3. Insucesso escolar- 1896/97 a 1904/05;

Gráfico n.º 4. Desistências- 1896/97 a 1904/05.

LISTA DE SIGLAS

M. P. - Mocidade Portuguesa

O. M. E. N. - Organização das Mães para a Educação Nacional

L. P. - Legião Portuguesa

U. N. - União Nacional

A. C. P. - Acção Católica Portuguesa

PIDE/DGS - Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direcção Geral de Segurança

P.V.D.E.- Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

S. P. N.- Secretariado de Propaganda Nacional

O N. U.- Organização das Nações Unidas

O C. D. E. - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

N.A. T.O. - Organização do Tratado do Atlântico Norte

E.F.T.A. - Associação Europeia do Comércio Livre

M:U.D. - Movimento de Unidade Democrática

M.U. N.A. F. - Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista

I.N.T.P. - Instituto Nacional de Trabalho e Previdência

C.A.D.C. - Centro Académico da Democracia Cristã